MANUEL SILVA PEREIRA
MARIA ISABEL DAMÁSIO
(coordenadores)

DO *FAZER* AO *PENSAR*

ENSAIOS E TESTEMUNHOS
EM HOMENAGEM A JOSÉ REBELO
PROFESSOR EMÉRITO DE SOCIOLOGIA DO Iscte-IUL

editora MUNDOS SOCIAIS

Do *Fazer* ao *Pensar*

Ensaios e testemunhos em homenagem a José Rebelo, professor emérito de Sociologia do Iscte-IUL

Manuel Silva Pereira e Maria Isabel Damásio (coordenadores)

DO *FAZER* AO *PENSAR*

ENSAIOS E TESTEMUNHOS EM HOMENAGEM
A JOSÉ REBELO, PROFESSOR EMÉRITO DE SOCIOLOGIA
DO ISCTE-IUL

editora MUNDOS SOCIAIS

LISBOA, 2026

© Manuel Silva Pereira e Maria Isabel Damásio (coordenadores), 2026

Manuel Silva Pereira e Maria Isabel Damásio (coordenadores)
Do *Fazer* ao *Pensar*. Ensaios e testemunhos em homenagem a José Rebelo, professor emérito do Iscte-IUL

Primeira edição: maio de 2026

ISBN: 978-989-584-301-5
ISBN Digital: 978-989-584-302-2
Depósito legal:

Composição em carateres Palatino Lynotipe, corpo 10
Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso
Capa: Lina Cardoso
Revisão de texto: Ana Valentim
Impressão: Europress, Ld.ª

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa,
Av. das Forças Armadas, Edifício 4, sala 007, 1649-026 Lisboa
Tel.: (+351) 210 464 410
E-mail: editora.cies@iscte-iul.pt
Site: http://mundossociais.com

Índice

Notas biográficas xi

Introdução: pela estrada do Sol… 1

Entrevista: da notícia ao pensamento. Percurso, memórias e reflexões 19

Manuscrito: há sempre qualquer coisa que está para acontecer… 23

Testemunhos | Uma vida com história(s)

A geografia afastou-nos, mas a estima continua 35
Eduardo Ferro Rodrigues

Então estás quase a poder entregá-la, não? 37
Diana Andringa

O meu regresso aos bancos da escola 41
José Pedro Castanheira

Uma referência no jornalismo de Abril 45
Pedro de Pezarat Correia

Género, comunicação e sociedade 53
Lígia Amâncio

Duas faces de um compromisso com a democracia 57
Edite Estrela

Memórias que confortam e compensam 65
João Freire

Do que não conta o currículo 67
Helena de Sousa Freitas

Quando a força das "causas" se impõe à rotina dos dias 71
Alexandre Manuel

Lições de jornalismo: das páginas de *Le Monde* durante o PREC aos desafios académicos "à velha geração" 77
Adelino Gomes

José Rebelo, sempre mediador, ou duas faces numa só: o jornalista e o docente 91
Paulo Martins

Uma pessoa íntegra, um "Homem Grande" 99
Otília Leitão

Rigor, exigência e cultura 101
José Jorge Letria

Em defesa da liberdade, da justiça e da paz 103
Deolinda Machado

Cinquante hivers, cinquante étés: et nos chemins toujours liés 105
Michel Froeschlé

O salazarismo, a arte de desocultar estratégias de legitimação e outras notas sobre um trajeto 109
João Manuel Rocha

A "imparcialidade Homérica" 115
Viriato Soromenho-Marques

Dos horizontes por nascer 121
José Manuel Mendes

Na multidão há quem se destaque 125
Margarida Perestrelo e J. Bernardo Lemos

Ensaios 1 | Produtos Globais

Sobre a função do silêncio na comunicação 129
Tito Cardoso e Cunha

O jornalista e o investigador: relatos, pontos de vista e interpretações 133
Isabel Babo

O olhar da França e o olhar do correspondente permanente sobre a revolução 141
Carla Baptista

A realidade inventada 151
Isabel do Carmo

A lógica não-disjuntiva dos média 155
Paulo Serra

O poder do discurso 163
Jacinto Godinho

Revisitando discurso(s) 177
Paula Lopes

Voltando ao "caso *República*"… 183
Jorge Correia Jesuíno

A partir d'*O Discurso do Jornal*, o Como e o Porquê: aplicação do método a uma peça de um telejornal 191
Vanda Ferreira

A contingência da autoridade jornalística: uma reflexão esperançosa 201
António Borga

O discurso que molda o mundo: a responsabilidade social do jornalismo 209
Isabel Damásio

Televisão do Estado, televisão do Governo?A experiência da RTP 219
Alberto Aarons de Carvalho

A informação em tempos de "mediação religiosa" 227
João Figueira

O jornalismo cultural, entre a informação e a promoção do debate 239
Maria João Centeno e Jaime Lourenço

Democracia cultural: um convite à perturbação 251
João Teixeira Lopes

Jornalismo na encruzilhada: tensões entre o *ethos* democrático e a hegemonia do capitalismo de plataforma em Portugal 261
José Luís Garcia

Uma nota sobre comunicação e justiça 267
Filipa Subtil

El fermento de la revolución de los claveles en la era Trump 271
Enric Marín i Otto

Perspetivas do comum na sociedade incivil 279
Raquel Paiva e Muniz Sodré

Será que a comunicação social já nem sequer é uma indústria de conteúdos? 287
Eurico Reis

O conceito de objetividade nas ciências sociais e no jornalismo 295
Avelino Rodrigues

Ensaios 2 | Sociedade da Impaciência

Figuras instituintes do poder político moderno 309
Maria Augusta Babo

Écrans hors-sol et crises de l'espace-temps politique 319
Jean-Pierre Dubois

As decisões institucionais lidas através do prisma dos vieses cognitivos 327
Damiano Azzalini

Democracia: liberdade de criação e criação de liberdade 337
Miguel Serras Pereira

A vida quotidiana segundo Henri Lefebvre 341
Teresa Vasconcelos Sá

José Rebelo: a cidadania sempre 347
Manuel Carvalho da Silva

Envelhecer sem ficar velho é um privilégio 357
Rui Brites

A Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana: uma iniciativa pioneira de cooperação intermunicipal para o desenvolvimento do território 361
Rui Azevedo

Reflexões sobre as águas subterrâneas da Bacia do Sado: sobre-exploração, poluição e intrusão salina 373
Manuel Macaísta Malheiros

Ensaios 3 | Direito a ter Direitos

Neutralidade humanitária e objetividade jornalística: relíquias de tempos passados? 383
Filipa Guinote

Defender os direitos humanos na era digital 393
Maria Eduarda Gonçalves

A racionalidade algorítmica como fator de enfraquecimento da(s) esfera(s) pública(s) 403
João Carlos Correia,

Ciberespaço e soberania: da utopia aos apagões 411
Manuel Silva Pereira

Influenciadores digitais, um novo *ethos:* contributos para a autenticidade da publicidade 425
Jorge Veríssimo

Ensaios 4 | Jaime Rebelo

O neto de Jaime Rebelo 437
Luísa Tiago de Oliveira

Agradecimentos

Iscte –Instituto Universitário de Lisboa; ESCS – Escola Superior de Comunicação Social; Montepio Associação Mutualista; CI-Casa da Imprensa; SJ-Sindicato dos Jornalistas; CJ-Clube dos Jornalistas; SPA-Sociedade Portuguesa de Autores; APE-Associação Portuguesa de Escritores.

Agradecimento especial é devido às Magníficas Reitoras do Iscte-IUL, Professoras Doutoras Maria Helena Carreira (2026-2030) e Maria de Lourdes Rodrigues (2018-2026), pelo apoio institucional concedido.

Notas biográficas

Lígia AMÂNCIO (ligia.amancio@iscte-iul.pt), estudou Psicologia e Ciências da Educação na Universidade de Paris VIII e ingressou no ISCTE no ano letivo 1978-1979, onde se doutorou em Sociologia em 1989, prestou provas de agregação em 1999 e se tornou professora catedrática de Psicologia Social em 2002. A sua carreira de investigação marcou o início dos estudos de género em Portugal, tendo-se centrado no estudo dos processos de construção social do masculino e do feminino e das suas implicações para a discriminação baseada no género, com particular destaque para a integração das mulheres em profissões de visibilidade pública e qualificadas, como a política, a ciência e a medicina. Foi *visiting professor* e coordenou seminários em programas doutorais das universidades Brandeis (EUA), Helsínquia (FN), Genebra (SW), Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (FR) e Bahia (BR). Dos vários projetos financiados em concursos competitivos que coordenou, destaca-se o projecto europeu SAGE (2016-2019) que deu origem ao livro, publicado em 2020, pela editora Taylor and Francis, *The Gender-Sensitive University: A Contradiction in Terms?* (acesso gratuito). Exerceu funções de gestão no ISCTE como diretora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) de 1989 a 1993 e do Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS) de 2012 a 2016, vice-presidente do Conselho Científico de 2002 a 2004, coordenadora da Secção Autónoma e, mais tarde, presidente do Departamento de Psicologia Social e das Organizações. Na administração pública foi presidente da Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres de 1996 a 1998, delegada nacional no comité de gestão do programa de apoio às ciências sociais da Comissão Europeia de 1999 a 2004, membro do Conselho Consultivo Europeu para a Investigação (EURAB) (2001-2004), vice-presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2006-2012), membro do Conselho de Ética para as Ciências da Vida (2009-2014) e membro do Conselho de Curadores da A3ES (2016-2020). Está aposentada desde 2018 e em 2019 recebeu o título de professora emérita do Iscte-IUL.

Diana ANDRINGA (diana.andringa@gmail.com), nasceu em Angola, em 1947. Veio para Portugal em 1958 e ingressou na Faculdade de Medicina de Lisboa em 1964, abandonando-a para se dedicar ao jornalismo. Frequentou o 1.º curso de Jornalismo criado pelo Sindicato dos Jornalistas, trabalhou na "Vida Mundial" e foi *copywriter* de publicidade, atividade interrompida ao ser presa pela PIDE, em janeiro de 1970, acusada de apoiar a independência de Angola. De 1978 a 2001, foi jornalista na RTP e, entre 1989 e 1990, subdiretora do "Diário de Lisboa", com Mário Mesquita. Foi ainda cronista na RDP, no "Diário de Notícias" e no "Público". Regressou à universidade, doutorando-se em Sociologia da Comunicação pelo Iscte-IUL em 2013. Documentarista independente desde 2001, realizou documentários como *Em Demanda do Grão Cataio* ou *Reynos do Tibete*; *Timor-Leste: O Sonho do Crocodilo*; *Tarrafal: Memórias do Campo da Morte Lenta*; *Operação Angola: Fugir para Lutar*; *Guiné-Bissau: Da Memória ao Futuro*; e *12 de Outubro de 1972: O Dia em Que Perdemos o Medo*. Publicou vários livros: *Em Defesa de Aquilino Ribeiro* (1994, com Alfredo Caldeira), *Demasiado: Uma Viagem ao Mundo dos Refugiados* (1996), *Funcionários da Verdade* (2014), *Joaquim Pinto de Andrade: Uma Quase Autobiografia* (2017, com Victória de Almeida e Sousa) e *Geração de 60* (2025).

Rui AZEVEDO (razevedo@gmail.com), é economista, licenciado pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Iniciou a carreira profissional na CCRN (1981 a 1989), onde exerceu funções de técnico superior, chefe de divisão e vice-presidente. É sócio cofundador da empresa Quaternaire Portugal SA (1990 a 1999), tendo desempenhado, sucessivamente, funções de diretor geral, administrador-delegado e presidente do Conselho de Administração. Foi diretor do Serviço de Prospetiva da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa (2000 a 2008) e secretário-geral da Fórum Oceano — Associação da Economia do Mar (2009-2025), entidade que gere o "cluster do Mar Português". Foi professor auxiliar convidado na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1996 a 2022), onde lecionou a disciplina de Economia do mestrado integrado em Engenharia Civil. Atualmente é vogal do Conselho de Administração da Companhia de Energias Oceânicas SA e consultor em regime liberal.

Damiano AZZALINI (damiano.azzalini@gmail.com), é doutorado em Neurociências Cognitivas pela Universidade PSL — École Normale Supérieure (Paris, França). Mestre na mesma área pela Universidade de Trento (Itália). Licenciado em Filosofia pela Universidade de Turim (Itália). A sua investigação de doutoramento (2016-2020) centrou-se nos mecanismos cerebrais subjacentes à tomada de decisão humana. Nesse período, integrou também a Chiasma, uma associação que organiza eventos públicos e cria material de divulgação (artigos de blogue, folhetos, etc.) sobre a forma como os vieses cognitivos afetam a tomada de decisão, desde decisões quotidianas até decisões políticas. Desde 2021, trabalha como consultor no sector do ensino superior, investigação e inovação. Colabora com universidades públicas, governos regionais,

agências de desenvolvimento e fundações filantrópicas por toda a Europa e América do Norte. Realiza estudos e análises destinados a fornecer recomendações baseadas em dados para apoio a estratégias institucionais e regionais, bem como a políticas públicas. A sua área de intervenção centra-se na estratégia de investigação, valorização do conhecimento, políticas de apoio ao desenvolvimento da competitividade científica territorial e ecossistemas de investigação e inovação.

Isabel BABO (isabel.babo@lusofona.pt), é doutorada em Sociologia pela E'cole des Hautes E´tudes en Sciences Sociales (EHESS), de Paris, e agregada em Cie^ncias da Comunicac¸a~o pela Universidade do Minho. Investigadora integrada do Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT). Professora catedrática e vice-reitora para a Internacionalização e Cooperação da Universidade Lusófona. As suas áreas de ensino e investigação são a sociologia da comunicação e do acontecimento; as teorias do espaço público e públicos; redes e ativismos. E´ autora de livros, a saber *Espectadores e Pu´blicos Activos* (2015), *A Configuração dos Acontecimentos Públicos. O Caso República e as Manifestações nos Açores em 1975* (2006), assim como de capítulos de livros e de artigos científicos. Organizou o livro *Activismos, Redes e Práticas Comunicacionais* (2023), o n.º 10 da revista *Caleidosco´pio*, com o ti´tulo *Dimenso~es do Acontecimento. Configuração, Mediação, Tempo e Experiência* (2011) e coorganizou o n.º 13 da Revista *Communication, Technologies et Développement* (2023) (Université Bordeaux-Montaigne) e os seguintes livros: *Netativismo* (2017); *Expressões Visuais Disruptivas no Espaço Público* (2021; 2024); *Ativismo em Rede e Plataformas Colaborativas* (2022).

Maria Augusta BABO (mab@fcsh.unl.pt), é professora associada em Ciências da Comunicação da Universidade Nova — FCSH (aposentada). Doutorada em Semiologia pela Universidade de Paris VII (1981) e agregada em Teoria da Cultura pela Universidade do Minho (2011). Foi docente de 1981 a 2021, no Departamento de Ciências da Comunicação, da Universidade Nova — FCSH. Colaborou com várias universidades públicas portuguesas, através da lecionação de cursos breves e da pertença a conselhos científicos de doutoramentos interuniversitários. É investigadora integrada no ICNOVA. Foi presidente do Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens — CECL, a partir de 2014 e diretora da *Revista de Comunicação e Linguagens* — CECL / Relógio d'Água, entre 1999 e 2006. Foi presidente, entre 1998 e 2008, do Prémio de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa pela FCT. Em 2018, recebeu o Prémio do Centro Nacional de Cultura — *Uma Ideia para Mudar o Mundo* — patrocinado pelos Presidente da República e secretário-geral da ONU, com o projecto *O Outro Sou Eu* — plataforma colaborativa intercultural. Participou e organizou colóquios e congressos, assim como publicações, de âmbito nacional e internacional, nas suas áreas de especialidade: semiótica, teoria da escrita e do texto e processos de subjetivação. É nestas áreas que orienta ainda teses de doutoramento. O último livro de que é autora é *Culturas do Eu — Configurações da Subjetividade*, Lisboa, ICNOVA, 2019; ISBN digital:

978-972-9347-24-5; ISBN Impresso: 978-972-9347-23-8. Da investigação mais recente destaca-se a coordenação do projeto We The Peoples — Plataforma Colaborativa, Intercultural, sediado no ICNOVA — FCSH.

Carla BAPTISTA (carlamariabaptista@gmail.com), é professora associada no Departamento de Ciências da Comunicação da FCSH-UNL e investigadora integrada no ICNOVA. Investiga sobre história do jornalismo, é jornalista *freelancer*, membro do Conselho Editorial da edição portuguesa do *Le Monde Diplomatique* e argumentista de cinema e televisão.

António BORGA (aborga@netcabo.pt), é presidente do Conselho de Administração da Casa da Imprensa. Nasceu em Torres Novas, em 1947. Fez o ensino secundário em Lisboa, nos liceus D. João de Castro e de Oeiras, e frequentou a Faculdade de Letras (FLUL). Em 1969, entre a guerra colonial e o exílio, escolheu Londres, onde começou a trabalhar como jornalista nos serviços da BBC em língua portuguesa. Nos anos seguintes, enquanto jornalista dos Serviços Externos da BBC, colaborou, como repórter e comentador, em vários programas de rádio e televisão do serviço público britânico, acerca da situação em Portugal e nos territórios então sob o domínio colonial do regime. Regressado a Portugal após o 25 de Abril, em setembro de 1974, integrou a redação do *Telejornal* da RTP como repórter, apresentador e chefe de redação. Foi um dos fundadores do jornal "O Diário", que dirigiu entre 1986 e 1989. Fez parte da direção de programas da SIC, entre 1993 e 2001. Regressou à RTP como diretor adjunto de programas e, entre 2003 e 2008, como diretor-geral da RTP Meios de Produção. Foi administrador do grupo Valentim de Carvalho e presidente da Associação de Produtores Independentes de Televisão. Entre 1964 e 1969, fez parte do Coro da Academia de Amadores de Música, dirigido pelo maestro e compositor Fernando Lopes-Graça. Em 1968, foi um dos fundadores do Grupo de Teatro 1.º Acto, em Algés.

Rui BRITES (rui.brites@outlook.pt), é doutor em Sociologia e mestre em Sociologia das Organizações pelo Iscte — Instituto Universitário de Lisboa. Professor convidado do doutoramento em Comunicação da UAL — Universidade Autónoma de Lisboa. Investigador associado do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia — CIES/Iscte, participou em dezenas de projetos de investigação como metodólogo. As suas principais áreas de investigação são valores, felicidade e bem-estar subjetivo, classes sociais e educação (https://www.cies.iscte-iul.pt /np4/investigadores/?i=431). Formador da Gades Solutions: (MAXqda, SPSS e Projecto de Investigação) (https://gades-solutions.com/). É MAXQDA professional trainer (https://www.maxqda.com/workshoptrainer/dr-rui-brites)

Isabel do CARMO (isabel.carmo72@gmail.com), é licenciada e doutorada pela Faculdade de Medicina de Lisboa (FML). Diretora de Serviço de Endocrinologia do Hospital de Santa Maria até 2003. Fundadora da Sociedade Portuguesa de Endocrinologia e da Sociedade Portuguesa de Diabetologia. Membro do

Conselho Científico e referenciadora de várias revistas científicas a nível nacional e internacional. Coordenadora dos módulos sobre obesidade e diabetes do Curso de Doenças Metabólicas e Comportamento Alimentar (pós-graduações) da FML. Autora de numerosos artigos científicos em revistas nacionais e internacionais. Primeira autora dos dois estudos nacionais de prevalência da obesidade.

Alberto Aarons de CARVALHO (aarons@netcabo.pt), é doutorado em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa. É, desde outubro de 2018, docente na Universidade Autónoma de Lisboa. Foi docente no Departamento de Ciências da Comunicação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa entre 1981 e 1995 e entre 2002 e 2016. Exerceu os cargos de secretário de Estado da Comunicação Social entre 1995 e 2002 nos XIII e XIV governos constitucionais e de deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República (1975 a 1983, 1987 a 1995 e 2002 a 2009). Foi fundador do PS e da JS. Foi jornalista no *República* (1974-75) e em *A Luta* (1975-76), membro do Conselho de Imprensa (em 1975 e entre 1985 e 1988) e dos Conselhos de Informação para a Imprensa (1977-80) e para a RDP (1980-84). Foi vice-presidente do Conselho Regulador da ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) entre 2011 e 2017. Foi vice-presidente do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Lisboa entre 2015 e 2019. É membro do Conselho Geral Independente da RTP desde novembro de 2020, tendo sido eleito presidente deste órgão em novembro de 2024. Publicou nove livros, quatro dos quais em coautoria, sobre temas relativos à comunicação social.

José Pedro CASTANHEIRA (jpcastanheira@sapo.pt), nasceu em Lisboa, em 1952 e é jornalista profissional desde 1974. Foi chefe de redação do diário *A Luta*, coordenou um gabinete de grande reportagem e investigação no semanário *O Jornal* e integrou durante 28 anos os quadros do semanário *Expresso*, de que foi repórter principal. Tem-se dedicado à grande reportagem e ao jornalismo de investigação, em particular sobre a história recente de Portugal e das ex-colónias. Ganhou alguns dos mais prestigiados galardões de jornalismo atribuídos em Portugal, entre os quais, já em 2025, o Prémio Mário Mesquita, atribuído pela Sociedade Portuguesa de Autores. Foi presidente da direção do Sindicato dos Jornalistas, bem como da Comissão Organizadora do 3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses. Integrou o júri das Bolsas de Investigação Jornalística, atribuídas pela Fundação Calouste Gulbenkian. É autor de uma dezena de livros, entre os quais *Quem Mandou Matar Amílcar Cabral?* (traduzido em Itália e França); *A Filha Rebelde* (em coautoria com Valdemar Cruz, traduzido em Espanha e que inspirou uma peça de teatro e uma série televisiva); *Macau: Os Últimos Cem Dias do Império*; *Os Dias Loucos do PREC* (com Adelino Gomes); *O Que a Censura Cortou*; *Um Cientista Português no Coração da Alemanha Nazi*; *No Reino do Anonimato. Estudo sobre o Jornalismo Online*; e *Jorge*

Sampaio. Uma Biografia, em dois volumes. Na sua atual editora, a Tinta da China, editou *A Queda de Salazar. O Princípio do Fim da Ditadura* (em coautoria com António Caeiro e Natal Vaz, 2018); *"Olhe Que Não, Olhe Que Não!" Os dois debates televisivos de 1975 entre Mário Soares e Álvaro Cunhal* (em co-autoria com José Maria Brandão de Brito, 2020); *Os Últimos do Estado Novo* (2023) e *Histórias da PIDE. Vol. 1 — Quando Salazar Mandava* (2025). Fora do jornalismo, escreveu, também na Tinta da China, *Volta aos Açores em 15 Dias. Diário de Bordo de Uma Viagem para (Não) Esquecer* (distinguido em 2023 com o Grande Prémio de Literatura de Viagens Maria Ondina Braga, atribuído pela Associação Portuguesa de Escritores) e *À Descoberta das Ilhas Selvagens. Diário de Bordo de Uma Viagem à Madeira a Fugir das Tempestades e das Orcas* (2024).

Maria João CENTENO (mcenteno@escs.ipl.pt), é professora agregada e doutorada em Ciências da Comunicação. Professora coordenadora principal da Escola Superior de Comunicação Social do Politécnico de Lisboa (ESCS-IPL), onde coordena o Departamento de Ciências da Comunicação, leciona as unidades curriculares de Teorias da Comunicação, Comunicação e Linguagem e Comunicação e Mediação e é membro dos Conselhos Executivo e Consultivo do Gabinete de Apoio à Qualidade. Presidente do Conselho Científico do Laboratório de Investigação Aplicada em Comunicação e Média (LIACOM), Centro de Investigação da ESCS-IPL. Vogal da direção do Museu da Paisagem, Associação Cultural e Científica (Ciência ID: B217-89A5-0F6F).

João Carlos CORREIA (jcfcorreia@gmail.com), é professor associado com agregação em Ciências da Comunicação na Universidade da Beira Interior, onde leciona desde 1995. Fundador e editor da revista *Estudos em Comunicação* e coordenador do grupo de Estudos dos Media do LabCom. Tem desenvolvido investigação sobre jornalismo, comunicação política, esfera pública, desinformação e populismo. É responsável pela série internacional de conferências Pathologies and Dysfunctions of Democracy in Media Context e autor / editor de diversas obras (livros, capítulos de livros e artigos em revista), entre as quais *Pathologies and Dysfunctions of Democracy — The Return of the Propaganda Model* (2024). Foi responsável e participante em vários projetos de investigação nacionais e internacionais. Participa ativamente em redes académicas nacionais e internacionais (SOPCOM, ECREA), colaborando com universidades de diversos países.

Pedro de Pezarat CORREIA (pezarat10@gmail.com), nasceu no Porto, em 16 de novembro de 1932. Oficial general do Exército em situação de reforma. Cumpriu seis comissões nas colónias durante a Guerra Colonial: Índia (1954-57), Moçambique (1961-63 e 1964-66), Angola (1966-68 e 1973-75), Guiné (1969-71). Aderente ao MFA desde as suas origens, integrou o Conselho da Revolução (1975-1982) e comandou a Região Militar do Sul (1975-76). Depois da passagem à situação de reserva em 1986, foi professor convidado na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde

instalou e lecionou a cadeira de Geopolítica e Geoestratégia da licenciatura em Relações Internacionais e se doutorou em 2017 em Relações Internacionais — Política Internacional e Resolução de Conflitos, com a tese *…Da Descolonização. Do Protonacionalismo ao Pós- Colonialismo*. Conferencista convidado em instituições académicas e culturais, militares e civis, tem uma dezena de livros e centenas de artigos publicados, nomeadamente sobre 25 de Abril, Guerra Colonial, descolonização, geopolítica e geoestratégia, estratégia, paz e conflitos internacionais.

Tito Cardoso e CUNHA (tccunha@outlook.pt), é licenciado e doutorado em Filosofia Contemporânea no Instituto Superior de Filosofia da Universidade de Lovaina. Lecionou na Faculdade Letras da Universidade de Coimbra, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e na Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior. Ensinou ainda na Universidade Autónoma de Lisboa e foi *visiting scholar* na Universidade da Califórnia em Berkeley, de 2001 a 2003. Publicou, entre outros, os seguintes livros: *Antropologia e Filosofia*, Livraria Almedina, 2002; *Argumentação e Crítica*, MinervaCoimbra, 2004; *Silêncio e Comunicação. Ensaio sobre Uma Retórica do Não-Dito*, Livros Horizonte, 2005.

Isabel DAMÁSIO (midamásio@gmail.com), é jornalista e professora universitária. Doutorada em Ciências da Comunicação pelo Iscte-IUL-CIES e mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação pelo mesmo instituto. É professora auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa. Desenvolve investigação sobre *info-entretenimento,* comunicação política e mediática e análise discursiva. É investigadora no LabCom da Universidade da Beira Interior — Grupo de Estudos de Jornalismo e investigadora no NIP-C@M da Universidade Autónoma. Foi jornalista em diferentes órgãos de comunicação social, rádio, televisão e colaborou com títulos não-diários. Integrou os quadros da RTP entre 1997 e 2014. É especializada em jornalismo político.

Jean-Pierre DUBOIS (jpdubois@me.com), foi reitor da Faculdade de Direito e Ciência Política de Dijon (1986-1991) e professor de Direito Público nas universidades de Bourgogne e Paris-Saclay. Exerceu advocacia de 1983 a 1999. Foi presidente da Liga Francesa de Direitos Humanos (2002-2011) e secretário-geral adjunto da FIDH — Federação Internacional dos Direitos Humanos. É autor das publicações "Europa, Africa, America: un debate intercultural sobre los derechos humanos" (em *Interculturalid y Xenophobia*, Madrid, José Monléon, 2000); "La coercition dans tous ses états" (em "Que Gouverne le Mond, Paris, La Découverte, 2016); "Pluralism, laicité, sphères publiques et sphères privée. Le genre humain" (2016); "Vous avez dit laicité?", com Charles Coutel (Paris, Le Cerf, 2016); "La démocratie en marche" (em *La Pensée*, Fondation Gabriel-Péri, 387, 2016). Com ou sob direção de José Rebelo, é autor da "Declaração de Aveiro" da Associação Europeia dos Direitos do Homem (2000), de "Cidadania social e mundialização dos direitos" (em *Novas*

Formas de Mobilização Popular, Porto, Campo das Letras, 2003) e de "Crise sistémica, crise política" (em *Trajectos*, outubro de 2009).

Edite ESTRELA (eestrela@ps.parlamento.pt), é licenciada em Filologia Clássica. Presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus. Presidente da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE). Presidente do Conselho de Fundadores da Fundação Res Publica. Foi vice-presidente da Assembleia da República e presidente da Comissão Parlamentar de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto. Ex-deputada ao Parlamento Europeu. Foi vice-presidente da Associação Portuguesa de Escritores e Membro do Conselho Geral da Universidade Aberta.

Vanda FERREIRA (ferrvanda@gmail.com), nasceu em Lisboa, em 1976. É licenciada em Ciências da Comunicação (área de especialização em Jornalismo), pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É pós-graduada em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação e em Análise de Dados, pelo Iscte — Instituto Universitário de Lisboa. É doutoranda em Ciências da Comunicação também no Iscte-IUL. É técnica da Unidade de Literacia Mediática da ERC — Entidade Reguladora para a Comunicação Social e, antes, do Departamento de Análise de Media do regulador, entre 2006 e 2024. Foi professora de Análise de Discursos Mediáticos na ESCS — Escola Superior de Comunicação Social, investigadora do Obercom — Observatório da Comunicação, e colaborou com as revistas *Meios*, da Associação Portuguesa de Imprensa, *Media XXI*; *JJ — Jornalismo e Jornalistas*, do Clube de Jornalistas, e *Selecções do Reader's Digest*. Foi jornalista estagiária na RTP em 1998.

João FIGUEIRA (jotajotafigueira@gmail.com), é doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de Coimbra, em cujo Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação (Faculdade de Letras) foi professor de Jornalismo, até fevereiro de 2025, altura em que se jubilou. Investigador no Centro de Estudos Interdisciplinares — CEIS20, no Observatório do Populismo do Século XXI e no Observatório da Pesquisa Aplicada em Jornalismo no Brasil. É ainda membro da Asociación de Historiadores de la Comunicación, além de formador na Associação Literacia para os Media e o Jornalismo. Autor de vasta bibliografia publicada em Portugal, Brasil, Espanha e Reino Unido, o seu mais recente livro, *Da Incerteza como Princípio: Jornalismo, Democracia, Decadência da Verdade* (2023), é aquele em que leva mais longe as suas reflexões e análise sobre as questões contemporâneas da informação. Dos vários livros de que é autor e coordenador, destacam-se os seguintes títulos: *Os Jornais como Atores Políticos*; *Jornalismo em Liberdade*; *O Essencial sobre a Imprensa Portuguesa: 1974-2010*; *15 Anos Depois: a Imprensa Portuguesa de Macau: 1999-2014*; *As Fake News e a Nova Ordem (Des)Informativa na Era da Pós-Verdade*; e *A Corrupção Política Vista por Jornalistas e Políticos*. História dos média e do jornalismo, democracia, populismos e jornalismo, jornalismo e literatura e comunicação

política são áreas do seu interesse de estudo e pesquisa. Atualmente, está a concluir o seu próximo livro, cujo título provisório é: *Censura e Rebeldia na Imprensa de Brasil e Portugal*. Antes de se ter dedicado, em 2006, em exclusivo à vida académica, foi jornalista durante mais de duas décadas, a maior parte das quais ao serviço do *Diário de Notícias*, onde desempenhou as funções de editor-adjunto ao longo de 14 anos. Realizou trabalhos jornalísticos nos cinco continentes e conquistou vários prémios e distinções, de que sobressai o Prémio de Reportagem-Imprensa atribuído em 1999 pelo Clube Português de Imprensa, pelo conjunto de reportagens sobre o stresse pós-traumático de guerra. Em outubro de 2024, a equipa de pesquisa aplicada de que é cocoordenador conquistou o Prémio Adelmo Genro Filho, o mais prestigiado prémio académico de jornalismo, no Brasil.

João FREIRE (joao.freire1942@gmail.com), nasceu em 1942, em Lisboa. Foi oficial da Armada, com dois anos de comissão em Moçambique e desertor em 1968, por razões morais e políticas. Exilado em França, onde trabalhou como operário e obteve uma licenciatura em Ciências Sociais e Políticas no Institut d'Études Politiques, de Paris. Regressou a Portugal em 1975, ingressando no ISCTE como assistente, na área de sociologia do trabalho. Doutorado em 1988. Professor catedrático, foi presidente do Departamento de Sociologia e do Conselho Científico, aposentado em 2004. Professor emérito do Iscte-IUL. Fundador e diretor durante quatro décadas de *A Ideia — Revista de Cultura Libertária*. Esgrimista desportivo.

Helena de Sousa FREITAS (helena@sousafreitas.com), é gestora de projetos culturais. Foi orientada pelo professor doutor José Rebelo no mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação e no doutoramento em Ciências da Comunicação, ambos concluídos no Iscte-IUL.

Michel FROESCHLÉ (michel.froeschle@wanadoo.fr), é astrónomo no Observatório da Côte d'Azur. Professor de História das Ciências, na Faculdade de Filosofia de Nice. Primeiro vice-prefeito do município de Cabris.

José Luís GARCIA (jlgarcia@ics.ulisboa.pt), é investigador principal com habilitação, aposentado do Instituto de Ciências Sociais (ICS). Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Lisboa, após ter feito estudos doutorais na London School of Economics. Tem sido docente em várias escolas do ensino superior de Portugal, entre elas o ISCTE, a UCP, a ESCS-IPL e a ESEC-IPC, e teve estadias como professor / investigador visitante na USP e na UNESP, no Brasil e na Universidade do Iowa, nos EUA. Em 2018, foi galardoado com o prémio científico da Universidade de Lisboa em Ciências Sociais. O seu percurso académico desenvolve-se sobretudo em torno dos estudos de comunicação, *media* e jornalismo; dos estudos filosóficos e sociais da ciência e da tecnologia; e da história intelectual. Orientou mais de duas dezenas de doutoramentos concluídos. Foi membro da Comissão de Ética do Centro Académico de Medicina de

Lisboa (CHLN / FMUL / IMM) entre 2015 e 2017, do Comité Nacional de Ética da Investigação Clínica (CEIC, de janeiro de 2009 a janeiro de 2011), presidente do Conselho de Ética da Associação Portuguesa de Sociologia (2010-2012) e do Observatório Português das Atividades Culturais (2009-2015). Foi ainda membro eleito da direção da associação internacional SPT — Society for Philosophy and Technology. Autor de numerosos estudos e artigos, publicados em revistas indexadas e de reconhecido prestígio nos domínios da teoria social crítica, estudos sociais da ciência e tecnologia, estudos de comunicação e *media*, filosofia da tecnologia, economia política e história intelectual. Integra atualmente o conselho consultivo do Observatório de Cibersegurança do Centro Nacional de Cibersegurança e é o diretor da Imprensa de Ciências Sociais. Publicou mais de uma dezena de livros, em editoras portuguesas e estrangeiras prestigiadas, entre eles *Mário Domingues: A Afirmação Negra e a Questão Colonial — Textos, 1919-1928* (Tinta da China, 2022), *O Choque Tecno-Liberal, os Media e o Jornalismo* (Almedina, 2020), *Lições de Sociologia Clássica* (Almedina, 2019), *Media and Portuguese Empire* (Palgrave, 2017), *Salazar, o Estado Novo e os Media* (Almedina, 2017); *Pierre Musso and the Network Society: From Saint-Simonianism to the Internet* (Springer, 2016); *Jacques Ellul and the Technological Society in 21st Century* (Springer, 2013).

Jacinto GODINHO (jacinto.godinho@gmail.com), é doutorado em Ciências da Comunicação pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa, é atualmente investigador do CICANT, e professor associado convidado da ECATI no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Lusófona. Jornalista dos quadros da RTP (Rádio e Televisão de Portugal) desde 1988. Produziu e realizou e várias séries documentais, como *Ei-los Que Partem: Uma História da Emigração Portuguesa* (2006); *A PIDE antes da PIDE* (2016) e *Quando a Tropa Mandou na RTP* (2017); *A Gravação Secreta da Assembleia Selvagem* (2019) e *Os Olhos da Revolução* (2024). Foi por duas vezes galardoado com o Prémio Gazeta do Clube de Jornalistas (1993 e 2027) e, em 2024, ganhou o prémio de jornalismo televisivo do Goethe Institut. Publicou, entre outros, os livros *As Origens da Reportagem* — Imprensa (2009) e *As Origens da Reportagem — Televisão* (2011).

Adelino GOMES (adelino.gomes@netcabo.pt), desenvolveu atividade quotidiana de jornalista durante 42 anos, na rádio, na televisão e na imprensa escrita. Foi provedor do ouvinte da RDP entre 2008 e 2010. Antes do 25 de Abril de 1974, trabalhou no Serviço de Noticiários, em programas do RCP (Rádio Clube Português), e no programa *Página Um*, da Rádio Renascença. Afastado desta estação por ordem governamental, trabalhou durante nove meses na secção portuguesa da *Deutsche Welle*. Esteve na RTP entre fevereiro de 1975 e maio do 1976. Em 1989, integrou a equipa de fundadores do *Público* (redactor-principal e, por breve período, diretor-adjunto). Também por breve período foi diretor de informação da RDP (fins de 1995 a meados de 1997). Como repórter, assinala as coberturas do dia 25 de Abril de 1974 (rádio), do 11 de

Março de 1975 (televisão), de episódios dos 24 anos da resistência timorense e das II e III guerras do Golfo (*Público*). Aos 60 anos, regressou aos bancos da universidade, onde integrou um grupo de profissionais que, aceitando o repto do prof. José Rebelo, frequentou sucessivamente e com êxito uma pós-graduação em Jornalismo e um curso doutoral em Sociologia, ambos no Iscte-IUL. No âmbito do CIES-Iscte, e sob coordenação de José Rebelo, participou em investigações sobre os perfis sociológicos dos jornalistas portugueses — *Ser Jornalista em Portugal* (Gradiva, 2011) e *As Novas Gerações de Jornalistas em Portugal*. Entre um e outro títulos, publicou *Nos Bastidores dos Telejornais — RTP, SIC e TVI*, adaptação de parte da tese de doutoramento (Tinta da China, 2012).

Maria Eduarda GONÇALVES (mebg@iscte-iul.pt), é professora catedrática do Iscte-IUL, aposentada; investigadora integrada do Dinamia'CET, Iscte-IUL, centro de investigação do qual foi diretora (2013-2016). Participou em cerca de 20 projetos de investigação financiados, designadamente, pela Comissão Europeia e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT); investigadora responsável de nove projetos. Membro, atualmente, entre outros, do Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades da FCT, do Conselho Consultivo do Observatório da Cibersegurança e da Comissão para a Década das Nações Unidas das Ciências do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável. Publicações recentes incluem: *Ciberdireito. Liberdades, Direitos e Regulação na Era Digital*, Coimbra, Almedina, 2024, "The reform of the international law of the sea: a new era in Portugal's relationship with the Ocean", em *Catalogue of the Exhibition Ocean Sea: Legacy of Mário Ruivo*, Museu Marítimo de Ílhavo, 2024.

Filipa Schmitz GUINOTE (filipa.guinote@protonmail.com), é licenciada em Ciências Políticas pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris. Obteve um mestrado em Direitos Humanos do Centro Intereuropeu de Direitos Humanos e Democratização, em Veneza. Começou a sua carreira profissional em 2006 no Sudão, com a Delegação da União Europeia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em iniciativas ligadas à proteção da sociedade civil e assistência jurídica a vítimas do conflito no Darfur. Seguiu para o Afeganistão, onde trabalhou como consultora num projeto sobre a violência contra as mulheres levado a cabo por uma ONG afegã, assim como em projetos de estabilização regional com a agência de cooperação alemã GIZ. De 2010 a 2016 coordenou campanhas ligadas à proteção das crianças e da educação em contextos de guerra, com redes de ONG internacionais, baseada em Nova Iorque e em Genebra. Em 2016, entrou para equipa de Política e Diplomacia Humanitária do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), em Genebra, tendo ocupado o posto de chefe da Unidade de Estratégia Diplomática. Nesse cargo foi responsável por toda a coordenação interna do diálogo bilateral do CICV com países da comunidade internacional, sobre crises humanitárias, tais como a Ucrânia, Afeganistão, Síria e Gaza. Deixou o CICV em 2024, e iniciou uma exploração profissional

no âmbito de centros de estudo internacionais (*think tanks*) focados na evolução do panorama geopolítico e ideológico global e na Europa. É autora de vários artigos e relatórios sobre a proteção das populações civis durante a guerra e sobre política humanitária.

Jorge Correia JESUÍNO (jorge.correia.jesuino@gmail.com), é licenciado em Filosofia pela Universidade de Lisboa (1968), doutorado (1985) e agregado (1990) em Sociologia pela Universidade Técnica de Lisboa. Professor emérito do Iscte-IUL com publicações diversas nas áreas da psicologia social e organizações, epistemologia e sociologia da ciência. Professor na Universidade Lusófona de Lisboa. Investigador no Instituto de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa. Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do Paraíba (UFPB), Brasil (2008)

Otília LEITÃO (otilia.leitao@gmail.com), é jornalista, licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, mestre em Comunicação, Média e Justiça pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa e doutorada em Ciências da Comunicação pelo Iscte-IUL. Integrou os quadros das agências noticiosas ANOP, Notícias de Portugal e Lusa, tendo representado esta última como delegada em Cabo Verde e Moçambique. Colaborou com publicações como *Expresso*, *Sol*, *Semanário* e *Correio da Manhã*, e foi correspondente dos jornais *A Semana* (Cabo Verde) e *O País* (Angola). Ministrou formação no Cenjor e na ETIC, e foi vice-presidente do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas durante dois mandatos.

Bernardo LEMOS (bernardo@mail.telepac.pt), é sociólogo de formação (parcial) pelo Iscte-IUL; persistente fotógrafo amador.

José Jorge LETRIA (jjletria@spautores.pt), é ficcionista, jornalista, poeta, dramaturgo. Nasceu em Cascais, em 1951, onde foi vereador da Cultura de 1994 a 2002. Traduzido em mais de dez idiomas, foi premiado em Portugal e no estrangeiro: destacam-se dois Grandes Prémios da APE, o Prémio Aula de Poesia de Barcelona, o Prémio Internacional UNESCO, o Prémio Eça de Queiroz — Município de Lisboa, o Prémio da Associação Paulista de Críticos de Arte e o Prémio de Poesia Guerra Junqueiro. As antologias *O Fantasma da Obra, O Livro Branco da Melancolia* e *Poesia Escolhida* condensam o essencial da sua poesia. Foi, ao lado de José Afonso e Adriano Correia de Oliveira, um destacado cantor político, tendo sido agraciado, em 1997, com a Ordem da Liberdade. É mestre em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa e pós-graduado em Jornalismo Internacional. Doutorou-se com distinção em Ciências da Comunicação no ISCTE. É presidente da Sociedade Portuguesa de Autores, presidiu ao Grupo Europeu de Sociedades de Autores e Compositores (GESAC), com sede em Bruxelas, e ao Comité Europeu de Sociedades de Autores da Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores, com sede em Paris.

João Teixeira LOPES (jmteixeiralopes@gmail.com), é licenciado em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1992), mestre em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (1995), com a dissertação *Tristes Escolas — Um Estudo sobre Práticas Culturais Estudantis no Espaço Escolar Urbano* (Porto, Edições Afrontamento,1997). Doutorado em Sociologia da Cultura e da Educação (1999) com a dissertação *A Cidade e a Cultura — Um Estudo sobre Práticas Culturais Urbanas* (Porto, Edições Afrontamento, 2000). Membro efetivo do Observatório das Atividades Culturais entre 1996 e 1998. Integrou a equipa coordenadora do Relatório das Políticas Culturais Nacionais (1985-95), apresentado em 1998 junto do Conselho da Europa (Lisboa, *As Políticas Culturais em Portugal,* Observatório das Atividades Culturais, 1998). Foi programador de Porto — Capital Europeia da Cultura 2001, enquanto responsável pela área do envolvimento da população e membro da equipa inicial que redigiu o projeto de candidatura apresentado ao Conselho da Europa. Representou o Bloco de Esquerda como deputado à Assembleia da República (2002-2006). Coordenador científico do Instituto de Sociologia da FLUP, entre 2002 e fevereiro de 2010. Diretor da revista *Sociologia*, entre 2009 e fevereiro de 2013. Tem 43 livros publicados (sozinho ou em coautoria) nos domínios da sociologia da cultura, das desigualdades sociais, da cidade, juventude e educação, bem como museologia e estudos territoriais. Distinguido a 29 de maio de 2014 com o galardão Chevalier des Palmes Académiques pelo governo francês. Presidiu à Associação Portuguesa de Sociologia entre julho de 2016 e março de 2021. Presidiu ao Departamento de Sociologia da FLUP entre 2011 e fevereiro de 2019. Coordena desde maio de 2020 o Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Paula LOPES (plopes@autonoma.pt), é professora associada na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) e diretora do Departamento de Ciências da Comunicação, na mesma universidade. Concluiu o doutoramento em Sociologia no Iscte-IUL, em 2014, com a tese *Literacia Mediática e Cidadania: Práticas e Competências de Adultos em Formação na Grande Lisboa* (financiamento FCT). Mestre em Ciências da Comunicação e licenciada em Ciências da Comunicação pela UAL, tem bacharelato em Marketing e Publicidade pelo Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing (IADE). É coordenadora científica do mestrado em Comunicação Aplicada, é investigadora integrada no LabCom — Comunicação e Artes (Grupo de Investigação Comunicação & Media), investigadora colaboradora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (Grupo de Investigação Media e Jornalismo), investigadora associada no OBSERVARE — UAL e investigadora-coordenadora do NIP-C@M (Núcleo de Investigação em Práticas e Competências Mediáticas) — UAL. Atua nas áreas de ciências sociais, com ênfase em ciências da comunicação e sociologia da comunicação. Áreas de investigação: literacia e literacia mediática, práticas e competências digitais, consumos digitais, cultura juvenil, cidadania, comunicação social, jornalismo.

Jaime LOURENÇO (jlourenco@autonoma.pt), é professor auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), onde coordena a licenciatura em Ciências da Comunicação, e investigador do Instituto de Comunicação da Nova (ICNova), do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do Iscte-IUL e do NIP-C@M da UAL. O estudo das especialidades jornalísticas tem sido o tópico central da sua investigação. É doutorado em Ciências da Comunicação pelo Iscte-IUL, com uma bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Mestre em Jornalismo e licenciado em Relações Públicas e Comunicação Empresarial pela Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa. Publicou/coordenou os livros: *Jaime Lourenço, 10 Anos em Retrospectiva* (RVJ Editores, 2014), *Comunicação, Cultura e Jornalismo Cultural* (NIP-C@M, 2021), *Literacia(s) & Cidadania(s)* (Livros Horizonte, 2023), *Jornalismo de Cinema em Portugal* (RVJ Editores, 2023) e *Jornalismo de Especialidade* vol. I e II (Livros Horizonte, 2024) (Ciência ID: BD14-CFA7-5088).

Deolinda MACHADO (deolinda.machado23@gmail.com), nasceu em 1956, em Vila Nova de Famalicão, é licenciada em Ciências Religiosas pela Universidade Católica Portuguesa (Braga) e mestre em Ciências da Educação, pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias — ULHT (Lisboa). Professora aposentada. Presidente eleita do Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, SA desde 14 de novembro de 2022. Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Solidariedade Social Os Amigos de Sempre, de que foi fundadora, em S. João da Talha, Loures, desde 26 de março de 2022. Presidente da mesa da Assembleia da Paz do Conselho Português para a Paz e a Cooperação, desde 8 de novembro de 2025. Foi Coordenadora da Liga Operária Católica — Movimento de Trabalhadores Cristãos, na Diocese de Lisboa e dirigente nacional do mesmo Movimento até outubro de 2025. Foi membro da direção da Liga Portuguesa dos Direitos Humanos — Liga Civitas e da Associação O Ninho. Foi dirigente da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN), responsável pelos departamentos de Comunicação Social e Relações Públicas, de 2000 a fevereiro de 2020, tendo sido membro do Conselho Económico e Social e presidente da Confederação Nacional de Ação Sobre o Trabalho Infantil (CNASTI), entre 1993 e 1998. Foi membro do Centro de Estudos Sociais da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), bem como do Centro de Estudos Observatório de Políticas de Educação e de Contextos Educativos da ULHT, Lisboa. Foi deputada municipal em Lisboa, de 2000 a 2017, tendo integrado a mesa da Assembleia Municipal entre 2009 e 2013, vereadora na Câmara Municipal de Lisboa e auditora do 43.º Curso de Defesa Nacional 2018-2019. Foi agraciada com a Medalha de Honra do Município de Vila Nova de Famalicão, em 2005.

Manuel Macaísta MALHEIROS (manuelmalheiros@hotmail.pt), nasceu em 1940, em Alcácer do Sal. Jurista, advogado e magistrado. Foi juiz desembargador do Tribunal Central de Lisboa, assistente da Faculdade de Direito da Universidade de

Lisboa e encarregado de curso no Europa Institut da Universidade do Sarre. Foi funcionário do Tribunal de Justiça da União Europeia, governador civil de Setúbal (2009/2010) e ministro do Comércio Interno do V Governo Provisório, de 8 de agosto a 19 de setembro de 1975. É atualmente professor na Universidade Sénior de Alcácer do Sal e vogal do Conselho de Fiscalização da Liga Portuguesa dos Direitos Humanos — Civitas, organização de que José Rebelo foi presidente entre 2015 e 2018.

Alexandre MANUEL (alexandremanuel.l@hotmail.com), é doutorado em Sociologia pelo Iscte-IUL, Alexandre Manuel (da Fonseca Leite) iniciou a profissão de jornalista na *Flama* (1969), tendo trabalhado ainda na *Vida Mundial* (chefe de redação eleito), *Século Ilustrado, Jornal do Fundão* (chefia da delegação de Lisboa) e *Diário de Notícias*, onde foi editor, redator-editorialista e diretor de edições especiais. Colaborou com a TSF, RDP e RTP (onde foi comentador político, autor e apresentador de vários programas de carácter social e cultural); foi administrador e diretor editorial da Editorial Notícias, mais tarde, Casa das Letras, e professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, INA, Autónoma e Iscte-IUL. Presidiu à assembleia-geral do Sindicato dos Jornalistas e foi vice-presidente da direcção do Clube de Jornalistas. Foi consultor político e de Comunicação Social do Instituto Damião de Góis, no âmbito da Presidência da República (Ramalho Eanes) e assessor técnico do INIC. Enquanto deputado à Assembleia da República, integrou a direção do seu grupo parlamentar e presidiu, por eleição, à Subcomissão para a Comunicação Social. É autor, coautor ou diretor de mais de dezena e meia de obras. Em 2005, foi distinguido pelo Presidente da República Jorge Sampaio com a comenda da Ordem do Infante D. Henrique.

Paulo MARTINS (pmartins@iscsp.ulisboa.pt), é professor no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Universidade de Lisboa) e investigador do Centro de Administração e Políticas Públicas. Ética e deontologia jornalísticas e história do jornalismo constituem os seus principais interesses de investigação. Autor de artigos científicos e capítulos de livros (nomeadamente em "Ética aplicada. Comunicação social", de 2017), publicou *O Privado em Público — Direito à Informação e Direitos de Personalidade* (2013) e *O Bairro dos Jornais* (2018). Jornalista desde 1983, passou por diversos periódicos. É diretor-adjunto, desde 2017, da revista *Jornalismo & Jornalistas*, propriedade do Clube de Jornalistas, de cuja direção faz parte. Foi dirigente sindical e membro, eleito pelos jornalistas, da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista. Atualmente, integra também o Conselho Geral da Casa da Imprensa.

José Manuel MENDES (mendesjm48@gmail.com), nasceu em Luanda, em 1948, é licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra. Professor do ensino secundário e, desde os anos 1990, da Universidade do Minho (*visiting scholar* em Medicina), onde desempenha diversos cargos. Foi deputado à Assembleia da República entre 1980 e 1991. Escritor (poesia, romances, coletâneas de contos,

crónicas e dispersos) e presidente, desde 1992, da Associação Portuguesa de Escritores. Sócio efetivo da Academia das Ciências de Lisboa. Conferencista, recitador de poesia e membro de numerosos júris literários. Distinguido pelos Presidentes Mário Soares (Grande Oficial da Ordem do Mérito) e Jorge Sampaio (Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique), recebeu, das mãos do ministro Pedro Roseta, a Medalha de Mérito Cultural. Dá nome a um prémio de poesia, instituído pela Câmara Municipal de Braga. Pertence, como membro, a diferentes associações culturais e sociais.

Luísa Tiago de OLIVEIRA (luisa.tiago@iscte-iul.pt), é professora no Departamento de História e investigadora do Centro de Investigação e Estudos em Sociologia do Iscte-IUL. Tem trabalhado sobre movimentos sociais, políticos e culturais dos séculos XIX e XX. Tem como áreas de interesse as culturas de resistência, o ativismo estudantil, o MFA e a revolução portuguesa (1974-1976). Publicou entre outros: *A Caminho do 25 de Abril. Uma Organização Clandestina de Oficiais da Armada* (2024); "Uma cultura de resistência. A Revolta dos Marinheiros de 1936", *Ler História*, 82 (2023) (https://doi.org/10.4000/lerhistoria.11811); "Um etnógrafo corso em Portugal: uma biografia de Michel Giacometti", *BEROSE International Encyclopaedia of the Histories of Anthropology* (2023) (https://www.berose.fr/article2787.html); *O Ativismo Estudantil no IST* (1945-1980) (org.) (2019); com Maria Rosário Pestana (orgs.), *Cantar no Alentejo: a Terra, o Passado e o Presente* (2017); *Militares e Política: o 25 de Abril* (org.) (2014); "&quot, A História Oral em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 63 (2010); *Estudantes e Povo na Revolução. O Serviço Cívico Estudantil, 1974-1977* (2004).

Enric Marin i OTTO (enric.marin.otto@gmail.com), é professor emérito da Faculdade de Ciências da Comunicação da Universidade Autónoma de Barcelona (UAB). Dedicou-se ao ensino da teoria e história da comunicação e do jornalismo (licenciatura) e à sociedade da informação, às indústrias da comunicação e às identidades culturais (pós-graduação). Escreveu a sua tese de doutoramento sobre o jornalismo catalão durante a II República. Em 1997, concluiu uma estadia de investigação na Ohio University. Posteriormente, concentrou a sua investigação nas mudanças sociais e tecnológicas e nas políticas de comunicação. Foi reitor da Faculdade de Ciências da Comunicação em dois períodos (1991-95 e 2022-2025), secretário-geral da UAB (1998-2002), secretário de Comunicação do Governo da Catalunha (2004-2006) e presidente do Conselho de Administração da Corporação Catalã de Meios Audiovisuais (2010- 2012). Atualmente preside ao centro de investigação em comunicação In-Com-UAB.

Raquel PAIVA (paivaraquel@hotmail.com), é professora emérita da Escola de Comunicação (Universidade Federal do Rio de Janeiro), pesquisadora bolsista do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa), pesquisadora visitante da Pontificia Universidade Catolica do Rio de Janeiro, pesquisadora cientista do Estado do

Rio de Janeiro pela Faperj, autora de mais de dez livros sobre comunicação comunitária, dentre eles *O Espírito Comum* pela Editora Mauad. Formou-se em Jornalismo, cursou o CIESPAL- Quito e obteve seu mestrado e doutorado no Programa de Doutorado em Comunicação e Cultura — ECO/UFRJ, com bolsa PDI na Universitá degli Studi di Torino, em Itália, onde foi aluna e orientanda do filósofo Gianni Vattimo. Pertenceu ao conselho de diretores de associações de pós-graduação como Compós e Intercom e foi delegada para a área de comunicação no CNPq (2004-2006). É também jornalista e escritora. Fundadora do LECC (Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária), em 1997. A sua área de atuação é crítica de média, com foco em novas formas de comunicação (comunicação alternativa, comunitária e contra-hegemónica) e jornalismo, com inúmeras publicações sobre esses temas no Brasil e no exterior. Foi coordenadora para o Brasil na pesquisa *Sistemas de Mídia em fluxo nos BRICS*, coordenada por Kaarle Nordestreing. Professora por 40 anos na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Manuel SILVA PEREIRA (mpsp10@gmail.com), é doutorado em Ciências da Comunicação pelo Iscte-IUL e mestre em Tecnologias de Comunicação e Informação, pela mesma instituição. Foi jornalista e conselheiro cultural e de imprensa no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em serviço nas embaixadas de Portugal na República Democrática de São Tomé e Príncipe, República de Angola, Reino de Marrocos, Estados Unidos da América e na missão permanente de Portugal junto das Nações Unidas, em Nova Iorque. Leciona, desde 2020, a unidade curricular Introdução à Governação da Internet, da pós-graduação em Assessoria Política e Comunicação Estratégica, ministrada na UAL-Academy.

Miguel Serras PEREIRA (miguelserraspereira@gmail.com), nasceu no Porto em 1949, é licenciado em História. Poeta, ensaísta e tradutor. Recebeu por duas vezes — em 1989 e em 2005 — o Grande Prémio de Tradução da Associação Portuguesa de Tradutores e do PEN Clube, e tem trazido para a língua portuguesa textos traduzidos do francês, espanhol, italiano e inglês. Autor de uma vasta intervenção crítica e ensaística, distribuída por numerosos jornais, revistas, etc., e marcada por um propósito de reflexão libertária e democrática, publicou, nesse âmbito, entre outros, os livros *Outra Coisa. Poesia, Psicanálise e Política* (Lisboa, IN/CM, 1983); *Da Língua de Ninguém à Praça da Palavra* (Lisboa, Fim de Século,1998); *O Poema em Branco* (Lisboa, Fim de Século, 1999) e *Exercícios de Cidadania* (Lisboa, Fim de Século, 1999). Como poeta, tem assinado igualmente uma vasta intervenção dispersa por várias revistas literárias, coletâneas e antologias. Entre as suas publicações poéticas, destacam-se *Corça* (1982); *Todo o Ano* (1990); *Trinta Embarcações para Regressar Devagar* (1993), *O Mar a Bordo do Último* Navio (1998). Em 2020 publicou em livro *À Tona do Vazio & Reprise. Cinquenta Anos de Poesia de Miguel Serras Pereira, 1969-2019* (Lisboa, Barricada de Livros, 2020), coletânea à qual se seguiu a dos poemas de *A Foz até ao Fundo* (Porto, Exclamação, 2023)

Margarida PERESTRELO (margarida.perestrelo@iscte-iul.pt), é doutorada em Sociologia, professora auxiliar (aposentada) do Iscte-IUL, investigadora integrada do Dinâmia-CET / Iscte-IUL (Centro sobre a Mudança Socioeconómica e o Território).

Eurico REIS (eurico.reis@gmail.com), é juiz desembargador jubilado. Presidente da direção da Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória (NAM). Presidente da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista entre 2001 e 2005.

João Manuel ROCHA (gjoaorocha@gmail.com), a pressa de ser jornalista levou-o, a meio do curso que iniciara na Universidade Nova, em 1982, a um estágio na Anop. Estava-se em 1984. Nas mais de três décadas seguintes, não deixou de escrever notícias e de fazer entrevistas e reportagens na Anop, na Lusa e no *Público*, cuja equipa fundadora integrou em 1989. Escreveu sobre desporto e política, informação geral e local, sociedade e *media*, economia e internacional. Foi repórter e enviado, coordenador e editor. Mais tarde do que a maior parte dos colegas, concluiu a licenciatura. No início da década de 1990 fez parte da direção do Sindicato dos Jornalistas. Regressou à universidade no final da década de 1990, fez pós-graduação e mestrado, no ISCTE, com uma tese publicada em livro (*Quando Timor-Leste Foi Uma Causa — A Informação no* Diário de Notícias *e no* Público *em 1999*). Em 2016 deixou o *Público*, dedicando-se à atividade como formador e professor que, em paralelo, vinha já mantendo. Lecionou na Universidade Autónoma de Lisboa, entre 2000 e 2012; na Escola Superior de Comunicação Social, entre 2015 e 2020; e está ligado à Universidade Católica Portuguesa, desde 2018. Fez tese de doutoramento em Ciências da Comunicação sobre a cobertura do início da Guerra Colonial em jornais de Lisboa e de Luanda, também no Iscte-IUL, e tem vindo a publicar artigos sobre comunicação e jornalismo.

Avelino RODRIGUES (avelinorodrigues.ar@gmail.com), é jornalista profissional desde 1968, iniciou a carreira no jornal *O Século* (1968-1971). Foi chefe de reportagem do *Diário de Lisboa*, entre 1971 e 1974, tendo também trabalhado na RTP, RTP 2 e na Teledifusão de Macau (TDM). Em 1969, concluiu o Curso de Jornalismo do Sindicato dos Jornalistas e, em 2000 / 2001, completou uma pós-graduação em Jornalismo no ISCTE. Foi professor de Filosofia no Instituto Superior de Serviço Social, em Lisboa, de 1962 a 1964, e docente orientador do Centro de Formação Profissional da RTP (Área de Jornalismo) entre 1979 e 1981. Foi um dos padres "progressistas" da Geração de 1960 e capelão nas origens do Movimento dos Capitães.

Eduardo Ferro RODRIGUES (eduardo.ferro.rodrigues1@gmail.com), nasceu em Lisboa, a 3 de novembro de 1949, é casado com Maria Filomena de Aguilar, de quem tem dois filhos, João Luís e Rita. Licenciado em Economia, é professor do Iscte — Instituto Universitário de Lisboa. Presidente da Assembleia da

República (2015 -2022). Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (2014-2015). Vice-presidente da Assembleia da República (2011-2014). Embaixador de Portugal na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (2005-2011). Presidente da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE) (2004-2005). Secretário-geral do Partido Socialista (2002-2004). Ministro do Equipamento Social (2001-2002). Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social (1998-2001). Ministro da Solidariedade e Segurança Social (1995-1998). Vice-presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (1993-1995). Porta-voz do Partido Socialista na Comissão de Economia e Finanças (1991-1993). Professor auxiliar convidado do Iscte — Instituto Universitário de Lisboa (1987-1991). Membro do Governo Sombra de Vítor Constâncio (1986-1987). Assistente no Iscte — Instituto Universitário de Lisboa (1973-1986). Técnico superior principal do Gabinete de Estudos Básicos de Economia Industrial do Ministério da Indústria e Tecnologia (1971-1986). Entre outras condecorações, foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade da República Portuguesa (2016) e com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo (2022).

Teresa VASCONCELOS E SÁ (teresavsa@gmail.com), é licenciada em Sociologia (Iscte-IUL), mestre em Planeamento Regional e Urbano (IST-UTL) e doutorada em Sociologia do Trabalho (Iscte-IUL). Leccionou no Departamento de Ciências Sociais e do Território da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e no Departamento de Sociologia da Universidade Autónoma de Lisboa. Principais áreas de investigação: ciências sociais e urbanismo-arquitetura.

Paulo SERRA (paulo.serra@labcom.ubi.pt), é formado em Filosofia, com mestrado e doutorado em Ciências da Comunicação. É professor catedrático do Departamento de Comunicação, Filosofia e Política da Universidade da Beira Interior (UBI), e investigador sénior na unidade LabCom — Comunicação e Artes. Atualmente, é presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom). É autor dos livros *Information as Utopia* (1998), *Information and Sense* (2003) e *Communication Theory Handbook* (2008), e coautor do livro *Information and Persuasion on the Web* (2009). Edita e coedita diversos livros. Publicou também vários capítulos de livros e artigos em livros e revistas, em Portugal e no estrangeiro. Currículo académico em https://www.cienciavitae.pt/portal/en/6F1C-5910-6B8F.

Manuel Carvalho da SILVA (carvalho.silva@colabor.pt), nasceu em Viatodos, Barcelos, em 2 de novembro de 1948, no seio de uma família de pequenos agricultores. Fez formação na Escola Industrial Carlos Amarante, em Braga, onde concluiu o curso de montador eletricista (1965). Interrompeu a atividade profissional para prestar serviço militar obrigatório, tendo combatido na Guerra Colonial, em Cabinda, entre 1970 e início de 1972. Em 1972-73 trabalhou na Chromolit Portugal, fazendo aí, também, formação profissional na área de

organização de trabalho. Em setembro de 1973, ingressou na empresa Electromecânica Portuguesa Preh, a cujos quadros pertenceu até março 2011, tendo sido membro da sua Comissão de Trabalhadores entre 1974 e 2011. Desde o início de 1974 interveio em órgãos de representação dos trabalhadores e desempenhou vários cargos sindicais, no plano nacional e na Confederação Europeia de Sindicatos. Foi eleito coordenador da CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional), em junho de 1986 e, entre dezembro de 1999 e janeiro de 2012, exerceu o cargo de secretário geral, designação adotada nesta central sindical pela primeira vez. Em julho de 2000, licenciou-se em Sociologia no Iscte — Instituto Universitário de Lisboa, tendo apresentado como conclusão do curso uma dissertação com o título *Acção Sindical: Transformação e Desenvolvimento*. Doutorou-se em 2007, também no Iscte-IUL, com a dissertação *Centralidade do Trabalho e Acção Colectiva. Sindicalismo em Tempo de Globalização*, tendo obtido a classificação de Muito Bom, com distinção e louvor por unanimidade do júri. Foi professor convidado da Universidade Lusófona, entre 2011 e 2016. É investigador do CES desde 2009. Coordena a delegação do CES em Lisboa e coordenou o Observatório sobre Crises e Alternativas até outubro de 2018. É presidente da direção e coordenador do Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social (CoLABOR). Foi vice-presidente do Conselho Geral da Universidade do Minho (de 2017 a 2021) e membro do Conselho Técnico-Científico da Escola Superior de Saúde do Alcoitão.

Muniz SODRÉ (sodremuniz@hotmail.com), é baiano de São Gonçalo dos Campos, residente no Rio de Janeiro há várias décadas. É professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ex-catedrático do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), professor visitante de várias universidades na Europa e na América Latina. Tem 36 livros publicados no domínio da cultura nacional e dos estudos de mídia, alguns dos quais traduzidos em países como Inglaterra, Espanha, Cuba, Itália, Colômbia e Bélgica. Autor de obras de ficção entre contos e novelas. É membro da Academia de Letras da Bahia, cadeira n.º 33. É Obá Xangô do Axé Opô Afonjá (Bahia). Pesquisador 1-A do CNPq.

Viriato SOROMENHO-MARQUES (vsmarques@letras.ulisboa.pt), é filósofo, professor catedrático aposentado de Filosofia na Universidade de Lisboa, sócio efetivo da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia de Marinha. Conselheiro especial da Fundação Oceano Azul e presidente da assembleia geral da ONG Common Home of Humanity. Ligado desde 1978 às causas do combate à crise ambiental, da paz com justiça e dos direitos humanos, tanto em Portugal como na Europa e na esfera global. Sobre esses domínios, onde se incluem também estudos sobre ética, filosofia política, federalismo norte-americano, construção europeia e relações internacionais, é autor de uma vasta bibliografia, em que se incluem três dezenas de livros, assim como de um diversificado e longo percurso internacional como conferencista.

Filipa SUBTIL (fsubtil@escs.ipl.pt), é doutorada em Ciências Sociais (especialização em Sociologia Geral) pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. É professora na Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS-IPL) e investigadora integrada do LIACOM. Preside atualmente à Comissão de Ética para a Investigação da mesma instituição. Foi *visiting scholar* no Departamento de Comunicação Pública da Universidade de Navarra, Espanha (2019), na Universidade Cardinal Stefan Wyszynski, Polónia (2017-2018), no Departamento de Communication Studies da Universidade do Iowa (2010) e no Muhlenberg College (2008), nos EUA. É diretora adjunta da revista *Media e Jornalismo* (2022-…). Foi membro da direção da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (2017 e 2022). Desde 2020, faz parte do grupo de especialistas da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. Tem publicado artigos e capítulos de livros nas áreas da sociologia da comunicação, teoria social dos *media* e nas temáticas que cruzam os *media* com as questões de género. É coeditora e autora de *Um Outro Jornalismo É Possível. Os Media Alternativos em Portugal* (Outro Modo, 2024); *Os Três D's dos Media: Desigualdade, Desprofissionalização e Desinformação* (Outro Modo Cooperativa Cultural, 2021), *Media and Portuguese Empire* (Palgrave Macmillan, 2017) e *A Crise do Jornalismo em Portugal* (Le Monde Diplomatique/Deriva, 2017). Em 2006, publicou o livro *Compreender os Media. As Extensões de McLuhan* (Coimbra, MinervaCoimbra).

Jorge VERÍSSIMO (jverissimo@escs.ipl.pt), é doutorado em Sociologia, na especialidade de Sociologia da Comunicação, pelo Iscte-IUL, e agregado em Ciências da Comunicação pela UBI. É professor coordenador principal na Escola Superior de Comunicação Social (ESCS), do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL), instituição da qual é presidente do Conselho Técnico-Científico. É, também, diretor do LIACOM — Laboratório de Investigação Aplicada em Comunicação e Média da ESCS/IPL, Unidade de Investigação financiada pela FCT. Foi presidente da ESCS entre 2010 e 2018, e vice-presidente entre 2005 e 2010. Foi diretor do mestrado em Publicidade e Marketing, e da licenciatura em Publicidade e Marketing desta instituição. Leciona, também, no programa doutoral em Ciências da Comunicação (Iscte-IUL/ESCS) do qual é membro da comissão científica. Foi coordenador do Observatório da Publicidade (2001-2010), cujos resultados foram objeto de várias comunicações internacionais, artigos e outras publicações. É membro da European Advertising Academy (EAA) e da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM). Tem coordenado e integrado vários projetos de investigação, e é autor de vários artigos e livros científicos na área da publicidade e comunicação.

Introdução
Pela estrada do Sol…

Um livro de homenagem?

"É o que um professor mais deseja no final da sua carreira e raras vezes consegue", confessa José Rebelo.

Não foi, desta vez, o caso!

Ao convite dos coordenadores aderiu mais de meia centena de personalidades do mundo académico, do jornalismo e da política, apostados uns em revisitar o percurso do jornalista, outros em valorar o pioneirismo do professor, todos em refletir sobre os temas da comunicação, as "eternas" e as "sopradas" pela brisa dos tempos, do novo *ethos* dos influenciadores digitais à reivindicação da soberania no ciberespaço.

Homenageie-se, pois, acolhendo a avisada recomendação de Edite Estrela, um daqueles que, "pelo que disseram e fizeram, pelas ideias que defenderam e pelos combates que travaram, contribuiram para a construção de uma sociedade melhor". E já agora em formato duplo, o do "jornalista e professor universitário" e o do "professor universitário e jornalista", dimensões assumidas em conjunto quando em 2019 o Iscte-IUL o distinguiu com o título honorífico de professor emérito de Sociologia, "pela ação e prestígio adquiridos no campo académico e científico, e pela sua contribuição para a projeção nacional e internacional" da universidade onde mais anos lecionou.

Entre as ideias defendidas e os combates travados, ganha foco o da liberdade, essa mesmo que inspirou a "revolução das flores", "o cheirinho a cravo-liberdade", com que o homenageado viveu e conviveu, de perto e a ritmo acelerado, enquanto correspondente permanente em Lisboa do diário *Le Monde,* essa "espécie de Bíblia do jornalismo de excelência, muito para além do universo linguístico e cultural francófono", na avisada opinião de José Pedro Castanheira.

Ali, em vários títulos de primeira página, o então repórter esboçou o "retrato de um país em desassossego e de um povo que reinventava o futuro", num tempo de utopias permitidas, de rutura com o passado e de afirmação democrática, um 25 de Abril tornado rastilho de um "intenso debate teórico no interior dos jornais e,

em geral, nos meios intelectuais, sobre o estatuto da imprensa em contexto democrático".

Nas centenas de artigos que reportou para o *Le Monde*, entre 1975 e 1976, Rebelo foi sempre — como afirma Pedro de Pezarat Correia, nome referencial entre os capitães de Abril — "um jornalista com rosto, com nome, com opinião identificável. Jornalista de causas, mas não de causas próprias. A sua matriz, segundo ele próprio, foi o culto da objetividade e independência de um jornalismo que se impôs a partir de meados do século XIX".

Esse jornalismo, feito "a quente", de notícias do momento, é credor de uma especial destreza, "para recortar e colar os momentos da realidade — com a exigência de certeza, precisão e verdade — onde pousa o olhar do jornalista".

Para José Barata-Moura, o catedrático emérito de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que assina o prefácio da edição francesa de *La Révolution des Oeillets. Du Pouvoir Populaire au Pouvoir Parlementaire*, de José Rebelo e Maria Inácia Rezola, "antes de ser lida, a informação é construída (…) com os fragmentos incompletos ao dispor, provenientes de fontes cuja credibilidade exige uma avaliação rápida, nem sempre fácil, no meio de situações convulsivamente indecisas, na urgência editorial de publicar a tempo (…) o que significa identificar, entre a multiplicidade de aspetos disponíveis no tremor da realidade, um ângulo relevante apto a caracterizar os acontecimentos em curso".

Nesse "tremor da realidade", o jornalista mostrou que "noticiar acontecimentos com rigor e sensibilidade é também um modo de formar uma consciência crítica, seja nas páginas de um jornal, seja na sala de aula de uma universidade". No testemunho original que oferece à presente coletânea — titulado "Duas faces de um compromisso com a democracia" — Edite Estrela, deputada e presidente da comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República, deixa claro que "o repórter fez o relato de um país em transformação", para em seguida "o professor ajudar a compreender como esses relatos moldaram a visão da realidade. Ambos, repórter e professor, mostraram que a democracia precisa de jornalistas livres, mas também de cidadãos informados e críticos".

A "imparcialidade homérica"

Cedo, no convívio ocasional, Soromenho-Marques intuiu "o modo harmonioso como, em José Rebelo, o jornalista habitava com a vocação académica, que se viria aliás a transformar na sua ocupação (e paixão) principal".

Numa e noutra facetas, a verdade factual e a esperança na possibilidade da sua preservação são destacadas pelo professor catedrático de Filosofia para, na esteira de Hannah Arendt, lembrar que ela "se ergue das raízes mais antigas da cultura ocidental, a saber, do seu primeiro grande poeta épico, Homero".

Uma sociedade onde a política não se deixa intoxicar pela vontade de poder a todo o custo, escreve Soromenho-Marques, é aquela que não só tem uma boa Constituição e instituições que se conduzem pelos seus ditames, mas também a que

protege a verdade factual contra a possibilidade de uma intromissão política abusiva e mutiladora.

Ora, o respeito pela verdade factual sempre Rebelo o observou na sua vida, como profissional e cidadão. "As diferenças políticas legítimas não são sobre o chão da realidade, que é a mesma para todos os que a habitam, mas sobre o que podemos e devemos fazer a partir dela", remata o autor, ao evocar 1999, o ano em que o homenageado "se posicionou ao lado de André Gorz na urgência de produzirmos e consumirmos menos, e quando não se deixou iludir pelos milagres da propaganda esverdeada, falsamente ecológica, que confunde a realidade com os seus desejos piedosos".

Nesse mesmo ano, já doutorado em Sociologia, especialidade Comunicação e Cultura, com "distinção e louvor", Rebelo veria aprovado pelo Iscte-IUL e pela Escola Superior de Comunicação Social (ESCS) o primeiro curso de pós-graduação em Jornalismo, iniciativa por que se batera ao lado do Sindicato dos Jornalistas, então dirigido por Diana Andringa.

"Foi certamente um dos nossos mais importantes aliados" — recorda a jornalista — "quando no biénio de 1996-1998, a direção do sindicato avançou com a proposta do regresso à universidade de jornalistas já com largos anos de experiência, mas que tinham entrado na profissão no tempo em que não havia em Portugal cursos de jornalismo, aprendendo na tarimba com os mais velhos".

A Pós-Graduação vigorou no ISCTE de 2002 a 2008, englobando, ainda nas palavras de Andringa, "jovens licenciados e jornalistas que pretendiam contextualizar, teoricamente, a sua prática profissional, ou legitimar, por via universitária, formas culturais de raiz autodidata".

Académico assumido, nem por isso Rebelo esqueceu na transição a função de mediador que o jornalista igualmente detém. "Passou sem passar, sem se transmutar", observa Paulo Martins, ciente de que "o vírus de jornalista não se elimina, nem à força de medicação". O que explica que "conservando a função de mediador, tenha favorecido a construção de pontes entre os dois mundos, profissional e académico, que, na época em que empreendeu esse percurso, ainda se enredavam, numa relação baseada, para sermos benignos, em olhares de soslaio, nem sempre disfarçados".

Visão semelhante é detida por Alexandre Manuel, ao considerar que a passagem de Rebelo para a academia "esteve longe de significar uma renúncia ao passado profissional de jornalista", até mesmo porque ele assume por inteiro o princípio de que é "justamente nesse passado que se encontram os instrumentos empíricos suscetíveis de alimentar os labirintos teóricos".

Nestes últimos, prossegue Alexandre Manuel, foram amplamente debatidas e ensaiadas respostas para questões como a "responsabilidade social do jornalista, as relações entre justiça e média e entre os média e a ciência, as estratégias manipulatórias do discurso publicitário, a génese e o desenvolvimento do ensino e da investigação em ciências da comunicação, o funcionamento do órgão regulador do audiovisual, o papel dos média na construção das políticas públicas e as consequências do seu progressivo afastamento da dimensão social, cada vez mais

virados, no dizer de alguns, para a produção de conteúdos de tipo informativo com valor de mercado".

Por outras palavras, agora as de Paulo Martins, "a sua reflexão sobre o papel das ciências da comunicação na oferta do ensino superior nunca perdeu de vista a transversalidade dos saberes, que propicia em si mesma uma forma de participação na estruturação do espaço público e das políticas culturais, bem como na modernização e desenvolvimento da sociedade".

Admiração e afeto

É o que, em qualidade, se deteta também em boa parte dos testemunhos coligidos.

Michel Froeschlé, astrónomo reputado e professor jubilado de História das Ciências na Faculdade de Filosofia de Nice, recorda, por exemplo, como "nos anos que sucederam aos movimentos revolucionários de 1968, tivemos em comum a mesma paixão, a mesma vontade de transformar o mundo". Madrugadas dentro, partilhavam objeções e a repulsa pela "situação catastrófica que Salazar causara em Portugal e que perdurara com Caetano", bem como "a esperança de um rápido levantamento militar, como o pressagiavam as primeiras revoltas nas colónias."

De estima pessoal falam ainda Ferro Rodrigues, presidente da Assembleia da República de 2015 a 2022 — "a geografia afastou-nos, mas reencontramo-nos sempre nessa grande constelação que era, e ainda é, a esquerda"; Lígia Amâncio, professora catedrática de Psicologia Social, pioneira dos estudos de género em Portugal, para quem Rebelo foi sempre um interlocutor atento e interessado — "escrito de rompante, este texto teria beneficiado imenso se tivesse feito parte de mais uma conversa de corredor entre nós. Mas os tempos são outros e, agora, os corredores acolhem outros atores"; e dois dos mais recentes doutorados com a sua orientação, José Jorge Letria e Otília Leitão, muito terão beneficiado na elaboração das suas teses académicas.

Letria sublinha, a propósito, "o rigor, a exigência e a cultura" do professor-orientador, qualidades que já havia detetado na leitura das crónicas no *Le Monde,* "algumas das melhores páginas escritas em Portugal e sobre Portugal e que contribuiram para dar ao mundo uma visão rigorosa, exigente e aberta da nossa vida política, no quadro das democracias europeias que se opõem à radicalização das posições, cada vez mais agressivas da extrema-direita, em França como em Portugal".

Otília Leitão, por seu turno, revela-se impressionada com a forma de estar discreta, atenta e rigorosa do professor, cuja obra, com base sólida nas ciências sociais, "nos ajuda a perceber o jornalismo como um campo de tensões, não apenas entre factos e interpretações, mas entre interesses, estruturas e escolhas narrativas". Na elaboração da sua tese de doutoramento pôde contar com um orientador que "ouvia, interrogava com precisão e sugeria caminhos, sem impor rotas. Mostrava que pensar com profundidade era uma exigência, mas também uma escolha ética".

Também José Manuel Mendes, que preside à APE — Associação Portuguesa de Escritores, vê em Rebelo, "na academia e fora dela, cumprindo importantes

funções no seu périplo natural, alguém cuja matriz induz, contagia, expande uma cultura de sapiência, de procura e irresignação, viagem cognitiva, intercientífica, dissecação do discurso, aprofundamento comunitário, socialidade, humanismo".

Em direção equivalente caminharam João Freire, professor emérito do Iscte-IUL, ao lembrar que "o seu nome era sobejamente conhecido pelos que, como eu, estiveram exilados em Paris, por oposição ao regime e às práticas repressivas do Estado Novo salazarista"; Deolinda Machado, presidente do Conselho de Opinião da RTP, de que Rebelo foi membro entre 2007 e 2021 — eleito pela AR, por proposta do Partido Socialista — que testemunha "a forma vincada das suas opiniões, ouvidas sempre com muita atenção, e que geralmente suscitavam novos questionamentos e aprofundamentos, fazendo eco em cada um de nós, pela paixão e pela força das convicções que transmitiam"; e Helena de Sousa Freitas, gestora de projetos culturais, que com Rebelo conviveu na Câmara Municipal de Setúbal, aquando do seu envolvimento autárquico, de 1985 a 1989, como vereador com o pelouro da Informação e Cultura.

Repartindo notas sobre um trajeto, João Manuel Rocha, docente na Universidade Católica, detém-se nas provas de agregação em Sociologia — especialidade Comunicação e Cultura —, realizadas por Rebelo em 2001, vistas como "um momento simbólico do virar de página de um período transitório", e na coordenação da volumosa obra *Ser Jornalista em Portugal: Perfis Sociológicos*, publicada em 2011, que caracteriza como "um encontro entre jornalismo e sociologia (…) de reunião entre conhecimento empírico e instrumentos teóricos e metodológicos de análise".

Na linha de um dos fundadores da Escola de Chicago — Robert Ezra Park (1864-1944) — também o homenageado trouxe para a Sociologia o olhar atento e curioso do jornalismo, agora transmutado em ciência social. Ambos lidam com a realidade, ambos pedem responsabilidade ética, o sociólogo perante a verdade científica, o repórter face à verdade jornalística, ambos capazes de influenciar o modo como a sociedade se reconhece no espelho do tempo.

Um tempo que em 2025, e como afirmado por João Manuel Rocha, "empresas e governos recolhem dados de cidadãos e dispõem de informação com potencial para controlar e influenciar comportamentos e decisões eleitorais; um tempo de comunicação política, marcada pelo uso de média sociais propícios — pela ausência de *gatekeeping* ou mediação de qualquer espécie — à propagação de desinformação, à manipulação, à polarização, ao discurso de ódio, ao populismo, como forma de obtenção de poder político"; um tempo, enfim, em que se renova "o desafio de descodificar o que é dito, desmontando contradições e desocultando implícitos e novos não ditos".

"E agora, José? Que te resta ensinar-nos?", indaga Adelino Gomes, nas "Lições de jornalismo" que dão título ao seu texto e, muito a preceito, nos serviram para encerrar o capítulo testemunhal desta obra. Uma pergunta declinada em várias outras, como segue: "Que nos resta aprender de útil e partilhar com os que chegam? Como recuperar a confiança perdida e que quem nos seguia continua a negar-nos? Como levar a regressar à 'oração quotidiana', a qualquer hora e em quaisquer média jornalísticos, os que de todas as idades, formações e condições sociais nos trocaram, afinal com pouco proveito e múltiplos riscos? Como conter a tibieza

dos que, dentro do campo (patrões, diretores, editores, redatores) não resistem às velhas e novas tentações e seu cortejo de cedências editoriais?".

Sem a resposta que gostaria, restou-lhe formular um voto que José Rebelo poderia não desdenhar: "a academia melhorará a investigação na área dos média se tiver o contributo do campo do jornalismo; e os jornalistas aperfeiçoarão o exercício do jornalismo (…) se aliarem à prática profissional a reflexão aprofundada sobre processos, conteúdos e produtos da atividade jornalística. Académicos e jornalistas, uni-vos!".

Silêncio, ruído e o ainda por contar

Escrever é escutar o mundo com palavras; e ensinar é devolver esse mundo com sentido. Frase de efeito, bem podia provir da leitura atenta da obra de Rebelo e do perfil humano e profissional que o "distingue na multidão", no *flash* oportuno de Margarida Perestrelo e Bernardo Lemos.

Mas Isabel Babo, catedrática na Universidade Lusófona, faz melhor e com diferente lente, ao notar que "ser jornalista e académico são não apenas exercícios compatíveis como conciliáveis, seja na curiosidade e investigação, seja na objetividade do conhecimento como na construção da notícia. Se no ensino se incita ao saber e ao pensamento crítico" — prossegue a autora — "no jornalismo há também um propósito crítico, encontrando-se essas duas atividades no exercício da dúvida e da indagação".

Um cruzamento que aproveita a Tito Cardoso e Cunha, orientador da tese de doutoramento de Rebelo, para discorrer sobre a função do silêncio na comunicação (oral), em aparente e surpreendente paradoxo, "porque o ato de falar consiste, precisamente, em quebrar o silêncio; ao silenciar, estaria a aniquilar a minha própria fala e, ao falar, estaria a aniquilar o silêncio".

Na sociedade da "multidão solitária", e na linha de tantos outros que elaboraram sobre o silêncio, em especial o "que clama por ser ouvido" — Wittgenstein, Heidegger, Max Picard, Dauenhauer — Cardoso e Cunha abre igualmente lugar para o ruído, que vê como um "anestésico contra a solidão, porque vivido como ausência". A experiência contemporânea, em que "a tecnologia dos média luta em permanência contra o silêncio" é, assim, feita de "um permanente ruído, como uma máquina de aniquilar o silêncio. A máquina só é silenciosa, porém, quando avaria".

Ou quando, *a contrario*, apela ao "reforço do poder comunicacional e político dos cidadãos (…) que lhes permitem produzir e fazer circular conteúdos, encher os ecrãs do computador e do telemóvel de 'petições, convocações, mensagens', citação que Paulo Serra vai buscar a Rebelo, para em seguida ponderar sobre o modelo de comunicação dos novos média e dos efeitos que, segundo Habermas, originou na mudança estrutural do espaço público: "a emancipação dos seus utilizadores em relação aos média tradicionais, permitindo a sua passagem de meros recetores a produtores, e a dificuldade de seleção de informações de qualidade, com a erosão do modelo do *gatekeeper*", circunstâncias ambas que, na opinião do professor da

Universidade da Beira Interior e investigador do LabCom, "estão na base dos fenómenos de pós-verdade e das *fake news*".

É para os novos meios tecnológicos de produção da informação — e para as reações antagónicas que espoletam, eufórica uma, disfórica outra — que a médica Isabel do Carmo clama por um novo filósofo, apto a "descrever em termos simples o que é o digitálico e o informático, quais as possibilidades da escrita digital e os meios informáticos de transmissão e receção de informação; e que explique a inteligência artificial, que não é nenhuma bruxaria. Estamos todos a necessitar dessa informação, porque não basta saber clicar nas teclas certas e saber aceder aos programas".

Em teclas mais-que-certeiras clicaram os ensaios de Carla Baptista e de Jorge Correia Jesuíno, ao recuperar, o primeiro, o olhar da França sobre o "25 de Abril" e, o segundo, o envolvimento na primeira pessoa no famoso "caso *República*".

Para a professora associada da FCSH / ICNOVA, "Paris não gostou da primavera portuguesa, na expressão irónica do historiador Victor Pereira, mas não se importou muito com o longo inverno. As fontes históricas diplomáticas dão conta de que a França acompanhava de forma próxima a situação no pós-revolução, mantendo inicialmente uma atitude desconfiada e pouco sólida com os novos responsáveis pela política portuguesa, a maior parte dos quais ilustres desconhecidos das autoridades francesas".

Construído "em cima da vontade de denúncia da patifaria e do sofrimento causados pela ditadura, materializada numa despedida do passado, identificado com um longo período de privação e opressão", o processo revolucionário de Abril ao mesmo tempo que entusiasmava "jornalistas, intelectuais e muitos cidadãos franceses a correr para Portugal, para documentar e apoiar a revolução — "vinha-se pela estrada do Sol", como relatou Serge July —, criava desconfiança no governo francês, que "tentava conter os seus excessos".

Na revisitação do "caso *República"*, o também professor emérito do Iscte-IUL e "um dos últimos atores que estiveram lá, nessa noite chuvosa de 19 de maio de 1975" e da qual recorda tão só "fragmentos e relâmpagos", confessa a sua amargura "pela forma distorcida como a intervenção dos governantes foi amalgamada a uma alegada tentativa de subversão da lei de imprensa então promulgada, em nome de uma duvidosa legitimação revolucionária".

A morte do *República*, conclui Jesuíno, aconteceu "num momento que a literatura por vezes designa de *kairos*, ou seja, o momento exato, oportuno, que leva a cisões históricas, a mudanças qualitativas irreversíveis. A Revolução dos Cravos teria aí encontrado o seu momento *kairótico*. E não teria sido apenas o jornal a morrer, mas a própria cultura anarco-libertária da I República, porventura ainda nostalgicamente invocada pelos gráficos e alguns não menos nostálgicos jornalistas desse antigo e ultrapassado periódico".

Jornalismo na encruzilhada

O discurso jornalístico molda o mundo e nenhum dos seus atores/autores está isento da responsabilidade social que lhes cabe e do impacto causado pelas suas palavras.

Isabel Damásio, docente da Universidade Autónoma de Lisboa, traz a palco "o discurso jornalístico produzido para noticiar a alegada falha da BBC e a queixa de Trump aos tribunais". E questiona: "será que a narrativa jornalística que noticiou o caso incluía dados suficientes e de forma equilibrada sobre o erro da BBC e sobre o comportamento de Trump, para se poder ajuizar corretamente as duas partes? Ou, por excesso de dados em determinado sentido, o público foi induzido a condenar apenas uma das partes?".

A resposta, em jeito de alerta e desafio, surge pouco depois, ao constatar que o "descrédito dos média é um fenómeno intencional, que serve a quem está interessado num espaço público dividido e no enfraquecimento das instituições democráticas". A responsabilidade em combater estas estratégias, diz Isabel Damásio, "tem de passar pelos cidadãos, que terão de exigir um jornalismo de rigor e com garantias de independência e pluralismo".

Tais virtualidades encontra-as Alberto Aarons de Carvalho no serviço público de televisão oferecido pela RTP. À pergunta "televisão do Estado, televisão do Governo?", que enforma o seu texto, e após recordar que "mesmo depois de 1974 persistiu durante cerca de duas década um modelo claramente governamentalizado", de evidente controlo político, o atual presidente eleito do Conselho Geral Independente da RTP conclui que "o escrutínio da opinião pública — e da opinião publicada —, os efeitos da concorrência com outros operadores televisivos e, realce-se este ponto, o papel dos jornalistas da empresa e o seu compromisso com as normas deontológicas e os valores éticos da profissão contribuíram indiscutivelmente para que a RTP tenha ganho, nomeadamente na última década, uma relevante e inegável imagem de órgão de comunicação social rigoroso, qualificado e independente".

Compreender o discurso dos média é também compreender as forças invisíveis que moldam o nosso olhar, e operam perigosamente no sentido de um pensamento único e hegemónico. Ter consciência deste facto é, para Jacinto Godinho, essencial à formação de um pensamento e de uma ação críticas, em especial no contexto da transformação digital em curso.

A este título, o jornalista da RTP e docente universitário encontrou na unidade curricular Discurso dos Media, que José Rebelo introduziu e lecionou durante anos, as ferramentas úteis para identificar a "rutura epistemológica nos estudos de jornalismo" então operada. "Não propôs apenas um novo método analítico, diz Godinho, mas um outro olhar sobre o jornalismo, enquanto prática discursiva e social. Essa mudança teve efeitos imediatos na formação e na consciência crítica dos estudantes da época e, por extensão, nas primeiras gerações de jornalistas formados em contexto universitário", o que abriu a "possibilidade de compreender o jornalismo não como simples relato ou espelho da realidade, mas como um discurso produtor de sentidos, ideologia e efeitos de poder".

Não anda longe a reflexão de Paula Lopes, ao considerar que "fazer jornalismo assenta em esferas de interesses que exprimem, em cada momento, posições ideológicas mais ou menos dissimuladas. O jornal gera sistemas de valores, associados à sua posição como sujeito da enunciação, que configuram a narrativa produzida".

Na conversa imaginária entre pupila e mestre, que engenhosamente constrói, a partir de excertos "de alguma produção científica de um e de outro", a informação é rotulada de droga viciante, de que a Humanidade se tornou ávida. Porém, no caso da informação jornalística, diz Paula Lopes, que importará entendê-la em dimensões que ultrapassam a de simples "mercadoria ou, na linha de Halimi, de um produto como qualquer outro, objeto de compra e venda, proveitoso ou dispendioso, condenado assim que deixa de ser rentável".

Também Vanda Ferreira, no exercício metodológico que ensaia, inspirado na obra *O Discurso do Jornal. O Como e o Porquê* — publicado em 2000, na coleção Media e Sociedade, da Editorial Notícias — reitera a noção de jornalismo enquanto "produção cultural", a ser analisada "a partir da compreensão do tempo, do contexto e das condições em que foi produzido". De caminho, contesta a ideia de jornalismo "como espelho, refletor ou transmissor neutro dos factos", salientando pelo contrário o "carácter de perceção seletiva e o enquadramento dos acontecimentos e temas operado pelo órgão de comunicação social, através de critérios profissionais dos jornalistas, mas também num contexto de pressões sobre estes, acerca do que será notícia e como".

Quando regressa a abril de 1974 para avaliar o impacto da revolução no jornalismo português, Jose Luís Garcia constata que o movimento militar vitorioso foi "condição de possibilidade para a emergência de um jornalismo moderno e profissionalizado, de criação de um ecossistema propício — liberdade de expressão, escolarização alargada, participação feminina, proliferação de iniciativas editoriais — para a recomposição social da profissão".

Cinco décadas passadas, a digitalização terá provocado uma nova mudança estrutural na imprensa diária e nos média audiovisuais. Para o investigador do Instituto de Ciências Sociais, "observa-se um predomínio do jornalismo tabloide, com foco em conteúdos breves e de entretenimento, enquanto os jornais de referência sofrem redução, desaparecimento e erosão (…). No audiovisual, a proliferação de serviços digitais segmentou o público e enfraqueceu a televisão generalista. O jornalismo, tradicionalmente orientado para o esclarecimento público e a coesão social, passou a competir com modelos de produção acelerada e conteúdos adaptados às plataformas digitais, refletindo a tensão entre serviço público e lógica mercantil".

Tensões similares são detetadas no texto do juiz desembargador jubilado Eurico Reis, que interroga: será que a comunicação social já nem sequer é uma indústria de conteúdos? Intrigado com o predomínio das redes sociais no espaço mediático, o autor de novo questiona: "porque será que um tão grande número de nós se deixou seduzir pela irracionalidade e pelo relativismo, que só aparentemente é uma corrente do pensamento filosófico — ou somente lógico — antes sendo

uma questão ideológica, que tanta destruição, sofrimento e morte causaram no passado à Humanidade?".

"Reflexão esperançosa" sobre a crise do jornalismo é o que António Borga propõe, ao desafiar o leitor a analisar com ele os conceitos de legitimação e autoridade, considerados basilares para deslindar um possível equívoco. No contributo que oferece, o atual presidente da Casa da Imprensa assume que "para os leitores, ouvintes ou espetadores, o jornalista tornou-se, a partir de certa altura, uma espécie de guia-intérprete de acontecimentos, que ocorrem na sua maioria para lá do mundo de experiências quotidianas em que o cidadão comum se move. Os públicos esperam dos jornalistas que eles saibam o que se passa e o comuniquem de forma completa, competente e verdadeira. Se quem lhes paga o trabalho são anunciantes, uma fundação ou o Estado, pouco lhes importa, mas a experiência que têm é a de pagar o menos possível por aquilo que consideram ser o direito fundamental a serem informados".

Assim sendo, questiona ainda António Borga, sem avançar uma resposta: "porque haverá tanta gente a duvidar da credibilidade do que lhe é apresentado como informação jornalística e a sentir que o horizonte, que antes se ampliava nas páginas e nos ecrãs, lhe parece agora estreitar-se de forma opressiva, seja qual for a página, seja qual for o ecrã?".

Num destes ecrãs "despeja" o atual presidente dos EUA as suas "fanfarronadas". Sobre elas, adverte Enric Marin, "por mais irritantes ou ridículas que possam parecer", não as deveremos menosprezar. "Trump é, acima de tudo, a expressão de uma crise sistémica. Uma figura paradoxalmente frágil, mas útil. Tal fragilidade, em forma de inconsistência psicológica e narcisismo doentio, não deverá iludir-nos sobre a sua perigosidade. Essas são características da maior parte dos autocratas contemporâneos".

Em complemento, lembra o professor da Universidade Autónoma de Barcelona, "uma das habilidades mais utilizadas e conseguidas pela extrema-direita é a de alterar o significado original das palavras, atribuindo conteúdos radicalmente conservadores a conceitos de feitura progressista". Exemplo: a nova extrema-direita "gosta de rotular-se ultraliberal ou libertária anarcocapitalista. A de um século atrás, (nacional)socialista. Um uso que perverte totalmente o significado histórico ou genuíno de conceitos como liberal, libertário, anarquista ou socialista". O propósito dessa "plutocracia milmilionária", é claro para Marin: "limitar os poderes públicos à sua mínima expressão; limitar a ação pública às estritas funções de controlo social e repressão. A distopia que imaginam é uma espécie de tecnocapitalismo *ancien régime*. Um tecnocapitalismo 'neoaristocrático'".

A "ditadura do instante"

Entre poder e verdade permanece "um insanável conflito de interesses". Já Platão considerara que "o exercício da política prefere o que é popular à verdade"; e sendo a política, como propõe Daniel Innerarity, "uma forma de fazer coisas com palavras", tal significa "que a retórica política se mantém num equilíbrio instável, em

que o uso da linguagem surge como um instrumento de persuasão e de construção de pós-verdades".

Palavras de João Figueira, professor jubilado de Jornalismo da Universidade de Coimbra, que alertam e nos advertem: "ora, quando o exercício do poder político democrático se confronta diariamente com processos comunicacionais que visam a sua erosão, e as posições que o atacam fazem uso de todo um meticuloso jogo emocional, apontando para a construção de realidades artificiais, com a sua munição de narrativas contra a ciência, o conhecimento em geral e a noção de verdade, isso significa que o alvo principal dessa estratégia é conquistar a soberania da opinião pública".

Em tempo de "mediação religiosa", de crença e convicções que se sobrepõem aos factos e à realidade objetivável, o jornalismo enfrenta novos desafios. Entre eles, Figueira menciona a "ditadura do instante", que explicita como se segue: "a velocidade, que sempre foi um requisito do jornalismo desde a era industrial, está agora submetida à ditadura do instante; o ritmo que a tecnologia impôs aos processos de comunicação acelera, assim, a desconfiguração de princípios profissionais do jornalismo. Se a tudo isto juntarmos a influência que as posições populistas exercem sobre a agenda mediática, ao ponto de conseguirem uma substancial exposição informativa sem contraditório, então isso quer dizer que há um problema novo (e recente) no jornalismo".

Para o "resolver" faz João Teixeira Lopes um belo "convite à perturbação", pela via da democracia cultural que, em contraste com o paradigma da democratização cultural, "nasce de um gesto inverso e subversivo, de reconhecer que as pessoas já têm cultura — múltiplas culturas — e que qualquer política verdadeiramente emancipatória deve partir daí".

A prática da "democracia cultural" é, porém, difícil, não é para "principiantes, nem para os profetas de emoções instantâneas, instagramáveis e ubíquas, destinadas ao esquecimento", como assinala o professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. "Exige tempo, escuta e conflito, porque a cultura democrática não se decreta, constrói-se em tensão, entre o desejo e o dissenso, entre a partilha e a resistência".

Também Maria João Centeno e Jaime Lourenço relevam a "promoção do debate" ao dissertarem sobre o jornalismo cultural. Este "emerge num contexto de democracia da informação (que promove a discussão sobre criação e produção culturais), proporcionada pela crítica profissional e especializada, que corre em paralelo com a democratização da cultura (facilitar o acesso de todos à cultura), levada a cabo pelos diferentes Estados um pouco por toda a Europa".

Acontece, porém, no âmbito da comunicação mediatizada, e como observam os autores, que nela "só consegue existir" o homem de cultura que se adapta aos "dispositivos" dos média, aquele que possui o sentido da fórmula, que é capaz de se exprimir com rapidez e eficácia, que seja contundente, que tenha um poder relacional forte, ainda mais quando as práticas jornalísticas se aproximaram do consumo e de propostas do *lifestyle* e consequente mercadorização da informação cultural.

Da relação entre comunicação e justiça e entre ciências sociais e jornalismo tratam os ensaios de Filipa Subtil e de Avelino Rodrigues.

Após considerar que a "justiça e comunicação partilham uma mesma lógica de abertura e de reconhecimento, ambas implicando a superação do isolamento e a recusa do dogmatismo, exigindo um espaço onde as vozes possam encontrar-se e debater, num horizonte de racionalidade argumentativa" e de reiterar que "uma imprensa livre e plural é um elemento constitutivo da justiça", Filipa Subtil argumenta que "a tarefa que se impõe às democracias contemporâneas é dupla: proteger a liberdade comunicativa e assegurar as condições materiais e simbólicas para que todos possam participar nela".

Uma sociedade justa é "uma sociedade que não desiste de conversar e compreender. É nesse espaço partilhado da palavra que a justiça se enraíza, tornando-se não apenas uma norma jurídica, mas uma forma de convivência humana orientada pela razão, pela dignidade e pelo bem comum", conclui.

Em Avelino Rodrigues é o conceito de objetividade o alvo da sua extensa reflexão, num enquadramento que abre lugar à história, pois "ciências sociais e jornalismo nasceram quase ao mesmo tempo, para dar resposta aos problemas criados pela revolução liberal e pelo desenvolvimento do capitalismo — mais analítica a ciência social, mais instrumental e político o jornalismo".

No entanto, na ótica fundamentada do jornalista, "as ciências sociais beneficiaram de uma história de racionalidade que já vinha da filosofia, do racionalismo cartesiano, da pressão iluminista e do empirismo científico, adiantando-se na definição de saberes específicos, como o direito, a história, a economia e a geografia, em busca de resposta à nova conjuntura económica de comércio livre e de capitalismo nascente".

Sociedade incivil

"Perspetivas do comum na sociedade incivil" é o título inspirador do contributo oferecido por Raquel Paiva e Muniz Sodré à presente obra. Fala-nos de "ecologismo", da defesa do meio ambiente e da natureza, em prol do desenvolvimento do ser humano, ainda que sem recusa ou marginalização da inovação e do crescimento técnico-científico.

Para os autores, ecologismo é "tão só uma tendência à formação de um todo capaz de reconciliar o conceitual e o sensorial, prevenindo contra as disputas de natureza política, evidentes e potenciais, quando se consideram os eventuais êxitos financeiros da sociedade mediatizada (bolsa de valores em alta, equilíbrio fiscal, lucros bancários, etc.), em franco desacordo com a vida concreta das populações, mergulhadas nas muitas formas de decadência económica e rebaixamento das condições reais de vida".

O diagnóstico vai além, ao postularem os autores que a "hegemonia do capitalismo financeiro, da cultura algorítmica e do biopoder dão margem à hipótese de uma espécie de sociedade incivil, onde mutações socioeconómicas desconstroem os laços representativos entre povo e Estado — portanto, a política em sua forma

parlamentar — em benefício de formas tecnológicas e mais abstratas de controlo social".

Sobre ecologia capitalista e captura massmediática da democracia, argumenta Maria Augusta Babo, num texto de leitura obrigatória. Para a professora associada em Ciências da Comunicação da NOVA / FCSH, o público, quer espetador, quer crítico, está agora transformado em cliente. "A discursividade inscrita no regime da publicidade formata a ordem do político no económico, passando a comunicação de troca argumentativa, da ordem do debate, para troca de bens, da ordem do consumo". O público subentende-se consumidor e, a partir desse momento, passa a ser "a figura onde desemboca a comunicação no quadro do capitalismo selvagem". A emergência deste novo capitalismo, afirma Maria Augusta Babo, plasmado na globalização dos meios de produção, faz do consumo o *telos* da sociedade, reduzindo a democracia à economia.

Porquê confiar em anos e anos de estudo e prática para te tornares num especialista, numa autoridade científica, se um simples tutorial ou um *clip* banal, consultados e "aprendidos" em poucos minutos, te fazem crer que sabes tudo e que a tua fonte é mais que segura?

A ilusão de uma autonomia libertadora, a desvalorização, como a designa Jean-Pierre Dubois, "impacta não apenas as mediações políticas *stricto sensu* (partidos políticos, Parlamento, etc.), como os antigos meios de comunicação social, e bem assim a *expertise* dos *sachants*, posta em causa pela desconfiança que sobre eles recai".

Do mesmo passo, o professor de Direito Constitucional e presidente da Liga Francesa dos Direitos Humanos, deixa escrito que "os populismos são construídos em torno de influenciadores políticos, vendedores de *kits* ideológicos simples e "prontos-a-usar", em proveito exclusivo de um ego carismático. O líder substitui a instituição, o que não é novo, mas o poder do digital, massivo e fragmentado em simultâneo, transforma-se numa ferramenta de eficácia sem precedentes".

É de cidadania democrática e política profissional, do que as liga ou separa, que o ensaio de Miguel Serras Pereira elabora. Em "Democracia: liberdade de criação e criação de liberdade", o autor argumenta que as duas "tendem, necessariamente, a excluir-se". E clarifica: "a política democrática abre, além da especialização profissional e das diversas competências particulares, um domínio não profissional, que é o da organização explícita da sociedade e da deliberação sobre ela. Em que, ao contrário do que se passa noutras esferas, ninguém é de direito superiormente qualificado ou autorizado".

É verosímil, acrescenta Serras Pereira, que "uma classe política mais competente e profissionalizada poderia talvez tomar as medidas de administração mais eficazes do que são, mas não as tonaria mais democráticas. Pelo contrário, qualquer maior eficácia do poder político que se baseie no reforço da sua divisão hierárquica e afaste a cidadania da sua vocação / dimensão governante equivale a um reforço da dominação. A ideologia da competência e da profissionalização da política é um caldo de cultura antidemocrático por excelência".

Não menos assertiva é a constatação de Teresa Vasconcelos Sá de que "a maneira como cada um de nós vive a vida quotidiana tem uma relação profunda com o

teatro e o jogo. Os diferentes 'papéis' que 'representamos' no dia a dia (…) torna[m]-nos atores de uma peça cujo guião já está escrito".

Num texto sobre a vida quotidiana, seguindo o roteiro proposto por Henri Lefebvre, pode ler-se que "o que constatamos hoje é uma capacidade de resistência cada vez menor por parte dos cidadãos, e um investimento cada vez maior da sociedade capitalista na organização do nosso quotidiano". Daí resulta que "a todo o custo, a bem ou a mal, e muitas vezes com uma ligeireza e uma imaginação que nos conquistam, o capitalismo procura vencer o conflito, transformando-nos em crianças a brincar com os seus telemóveis".

Seguro do potencial que os novos conhecimentos científicos e tecnológicos, os novos instrumentos de trabalho e as novas formas da sua organização e prestação podem ter no crescimento económico e na criação de riqueza, Manuel Carvalho da Silva vêm à liça para duvidar que os mesmos estejam a ser utilizados devidamente, estejam a retirar todo o enorme partido que oferecem.

Pelo contrário, lembra o sociólogo e ex-sindicalista, "mantêm-se horários e cargas de trabalho pesadíssimos e processos de trabalho embrutecedores". Ao mesmo tempo, prossegue, "o discurso tecno é dominado por cenários apocalíticos, vide no que se refere a previsões de profissões e empregos, identifica-se e amplia-se o que pode desaparecer, mas não se estudam e divulgam as potencialidades criadoras de emprego, nem as velhas e novas profissões de que vamos, ou já estamos, a necessitar". E "quando os governos e outras instituições do poder não respondem", a resposta está em "afirmar o poder da RUA, a mobilização consciente dos cidadãos, gerando-lhes incómodos. Trata-se de um imperativo de cidadania (…) de combate, na defesa de todos os fatores de coesão de que a sociedade dispõe".

Do discurso tecno, como dos demais, não estão ausentes os vieses, objeto do interesse, curiosidade e estudo de Damiano Azzalini. No ensaio que subscreve, lê as decisões institucionais à luz dos vieses cognitivos, que recomenda sejam trazidos à superfície. Aqueles são "numerosos e frequentes" e, entre eles, "um dos mais conhecidos é o 'viés de confirmação', segundo o qual procuramos, interpretamos e lembramo-nos mais de informações que confirmam as nossas crenças, enquanto tendemos a ignorar ou minimizar a importância das informações que as invalidam".

Um tal mecanismo não está isento de consequências na esfera da comunicação e da política, uma vez que, como sublinha o investigador da Universidade de Barcelona, "pode ser usado para criar bolhas informacionais, isoladas e impermeáveis a críticas e argumentos contrários, para 'encerrar' uma comunidade de indivíduos".

Nesse, e no "retrato" que traça dos portugueses com mais de 65 anos, não se reconhece o sociólogo Rui Brites. Será, porventura, caso isolado, de quem aposta em "envelhecer sem ficar velho", o que o autor designa por um magnífico privilégio, talvez menos partilhado do que o devido pela grande parte dos cidadãos seniores. A leitura atenta do perfil resultante da recolha e tratamento dos dados coligidos é não apenas útil, como esclarecedora.

Não menos convidativos são os excelentes ensaios de Rui Azevedo e Manuel Macaísta Malheiros, o primeiro sobre uma iniciativa pioneira de cooperação intermunicipal para o desenvolvimento do território, levada a cabo pela Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana; e o segundo referente à sobre-exploração, poluição e intrusão salina nas águas subterrâneas da bacia do rio Sado.

"Rio azul, no dizer dos poetas que o cantaram, o Sado é agora centro de preocupações. Com o andar dos tempos, os areais desde Troia até ao Sul do Alentejo, foram descobertos pelos exploradores do turismo, do imobiliário e, agora, pelo agronegócio". E é por saber da "dedicação de José Rebelo pela região, pelas suas gentes e pelas expetativas de progresso sustentável", que Macaísta Malheiros sobe à cena para, em modo crítico (inevitável), mas também construtivo (como esperado), clamar pelo empenho e atuação urgente dos decisores políticos.

Capitalismo informacional e viralismo

O exercício é inspirador, o de assemelhar a neutralidade assumida pelas organizações internacionais humanitárias com a objetividade e isenção defendidas pelo jornalismo, para questionar se uma e outra não serão já "relíquias de tempos passados".

Todos os dias, observa Filipa Guinote, "jornalistas e humanitários cruzam-se pelas muitas guerras do mundo (…) não sendo surpreendente que os seus padrões profissionais e os desafios que enfrentam sejam semelhantes". Porém, da análise comparativa dos valores que proclamam — objetividade, rigor e isenção nos jornalistas; humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência no caso dos humanitários — retira a autora uma diferença pertinente: "enquanto a objetividade jornalística, independentemente de como é concebida, é uma prática de exposição e esclarecimento, a neutralidade humanitária é uma cultura de segredo e de ambiguidade".

A dissemelhança é fundamental, sobretudo "quando estão em jogo situações de atrocidades em massa e injustiça sistémica. Por essa razão, mostra-se imperativo que os humanitários lidem com a neutralidade não só através de uma lente operacional, mas também com consciência, e não ingenuidade, relativamente ao seu papel na construção da narrativa pública e histórica e das dinâmicas de poder que dessa narrativa advêm".

No ambiente das plataformas digitais, "um terreno fértil para a desinformação (…) um mundo em que o espaço para o diálogo com o outro, o que pensa de forma diferente de mim, está a diminuir e a polarização a aumentar", nem por isso a neutralidade e a objetividade perdem o seu lugar. No jornalismo, o papel que lhe cabe é o de "ensinar e mostrar, com transparência, como se constrói uma opinião"; na neutralidade humanitária, o seu importante papel ético reside em "afirmar a possibilidade da comunicação com o inimigo, um elemento essencial para travar a passagem do discurso polarizador ao discurso do ódio".

O respeito pelos direitos humanos, no caminho para uma transformação digital global centrada nas pessoas e numa Internet aberta, estável, inclusiva, interoperativa, segura e sustentável, impõe-se "no atual estado de coisas", num quadro em que "a variedade dos pontos de vista sobre as formas mais adequadas de governação global do ciberespaço, aliada às diferenças substantivas de princípios e regras adotados, têm gerado políticas e práticas regulatórias diferenciadas".

"Só o direito consolidado dos direitos humanos oferecerá", na perspetiva de Maria Eduarda Gonçalves, professora catedrática do Iscte-IUL, "um quadro coerente e universal de s*tandards*, aptos a responder às preocupações normativas da regulação dos serviços digitais e das aplicações de inteligência artificial". Em conclusão, "é reveladora a convicção de que os média sociais devem deixar de lado as *community guidelines* genéricas e o *self-serving*, em prol da incorporação do direito dos direitos humanos nos seus padrões de moderação de conteúdos".

O advento da racionalidade algorítmica reconfigurou de modo profundo os processos sociais, as dinâmicas políticas e as estruturas da esfera pública contemporânea, reconhece João Carlos Correia. "Marcada pela automatização de análise, pela regulação dos fluxos de informação e pela extração de valor comportamental, desafia a operacionalização da democracia e as condições de funcionamento do debate público".

Nesse sentido, prossegue o professor auxiliar agregado da Universidade da Beira Interior, "a racionalidade algorítmica é um desdobramento automatizado da racionalidade moderna num sentido instrumental. Desloca decisões para sistemas técnico-económicos opacos, orientados por critérios de eficiência, previsão e otimização, raramente sujeitos a escrutínio público". E, ao reduzir fenómenos complexos — atitudes, interações, preferências — a padrões mensuráveis, "transforma pessoas em dados e relações humanas em fluxos quantificáveis. Sob a aparência de neutralidade, reforça desigualdades e estruturas de poder, colonizando esferas sociais que antes exigiam deliberações livres".

Sabedor de que ator algum, dos muitos que atuam no ciberespaço, "dispõe, só por si, do monopólio da força, manipula capacidades restringidas a um território ou detém legitimidade para exercitar o ciberpoder contra outro Estado" e, ainda, que a coercividade "existe apenas e só quando código, redes e computadores interoperam por obra e graça dos protocolos de Internet", Manuel Silva Pereira defende no seu texto que a "multiplicação recente de *shutdowns*, ou apagões no acesso às redes, configura uma estratégia prevalente no comportamento dos governos, visando condicionar os fluxos informacionais e a suprimir a dissidência".

Instrumento de política interna, mas também pilar essencial de projeção global de poder, os *shutdowns* ocorrem sobretudo "em contextos de instabilidade política, períodos eleitorais, agitação social e protestos de rua, servindo em conjunto para erodir a democracia, robustecer o autoritarismo, enfraquecer a sociedade civil, abrir espaço à impunidade, reduzir a transparência, minar o Estado de direito e pôr em causa a liberdade de expressão e os direitos humanos em geral", como afirmado por Milner (2024), um dos autores citados no artigo.

De outro cariz são os influenciadores digitais, um novo *ethos* a merecer a atenção de Jorge Veríssimo, vide o contributo que oferecem à autenticidade da

publicidade. Num "mercado saturado de mensagens, emergem recursos que podem ser basilares para que a publicidade seja eficaz" e entre eles estão os influenciadoresdigitais, que "atuam como mediadores culturais e comunicacionais, não só na divulgação de produtos, mas na modelagem de perceções, valores e estilos de vida".

Na ótica de Jorge Veríssimo, "a sua relevância deriva, no essencial, da capacidade de gerar confiança junto das suas comunidades, tornando-se autênticos porta-vozes das marcas que representam". Comunicações que "contenham argumentos de cariz emocional tendem a aproximar os consumidores das marcas; o recurso aos ideais de afinidade, de solidariedade, paralelamente à exibição de conteúdos que se assemelham ao dia a dia do consumidor, criam uma maior proximidade com o público", algo não despiciendo no digital, como no mundo físico que ainda queremos continuar a habitar.

A voz anarquista

> Quem é esse homem sombrio / Duro rosto, claro olhar / Que cerra os dentes e a boca / Como quem não quer falar ? / Esse é o Jaime Rebelo / Pescador, homem do mar / Se quisesse abrir a boca / Tinha muito que contar.

Os versos introduzem o *Romance do Homem da Boca Fechada*, composto por Jaime Cortesão, o médico, político, professor, escritor e historiador que, em 1937, se deixou fascinar por "uma verdadeira história de pasmar", a mesma que, com rigor e detalhe histórico, Luís Tiago de Oliveira revisita, no texto que encerra, e náo por acaso, o livro de homenagem a José Rebelo.

A dar corpo ao seu ensaio está a vida aventurosa do pescador e militante anarquista Jaime Rebelo (1900-1975), nado e criado em Setúbal, a cidade conhecida durante a I República por "Barcelona Portuguesa". O seu nome batiza uma das avenidas que corre junto ao Sado, que, na placa mural, o dá a conhecer como "o homem da boca cerrada", aquele que cortou a língua com uma lâmina para não denunciar os companheiros aos esbirros da polícia política. E o poema de vida, que circulou clandestinamente após ter sido publicado pelo *Avante!*, deu azo à companhia de teatro A Barraca que representasse, em 1996, a peça *Viva La Vida*, com base no texto de César de Oliveira, *Jaime Rebelo: Um Homem para Além do Tempo*, publicado na revista *História*, em março do ano anterior.

Herdeiro do seu espólio, José Rebelo gosta de reconhecer-se no avô que poucas vezes viu sorrir e de narrar as multiformes peripécias do militante de muitas causas, preso pela ditadura militar e pelo Estado Novo. "São tantas as recordações", comentou em entrevista já datada, "que não tenho conseguido distanciar-me o bastante para tratar sistematicamente toda esta documentação e responder assim a pedidos insistentes para a publicar".

É aqui que a historiadora entra, pois o relato de Luisa Tiago de Oliveira configura-se como etapa determinante, a um pequeno passo do memorial que importa completar.

Sem observar a cronologia, aqui se respigam alguns dos factos marcantes da(s) vida(s) de Jaime Rebelo: foi preso na ditadura militar e na instauração e consolidação do Estado Novo; envolveu-se na Revolta do Castelo, em julho de 1928; participou no assalto ao quartel de Infantaria 11; foi deportado para Moçâmedes e, mais tarde, para Angra do Heroísmo; foi membro do Comité Revolucionário de Setúbal, ativista na greve geral de 1934 e na revolta de 18 de janeiro.

Em Espanha, para onde fugiu, integrou o grupo do Budas, com Jaime Cortesão, Germinal de Sousa, Manuel Firmo e Manuel Boto. Combateu na Guerra Civil, integrado nas forças militares da Federação Anarquista Ibérica / Confederación General del Trabajo, foi ferido e evacuado para Córdova e Barcelona, internado nos campos de refugiados de Gurs e de Argelés-sur-Mer. De novo em Portugal, fecharam-no no Aljube e em Peniche, para depois ser transferido, já tuberculoso, para os sanatórios da Flamenga e da Guarda.

No 1.º de Maio de 1975, convicto e determinado como sempre, desfilou pelas ruas de Lisboa, onde "abriu a boca" para dar vivas à liberdade. *Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria*. Estava com razão Fedro, o fabulista romano do século I d.C.: "se o que fazemos não é útil, vã é a glória".

Os coordenadores
Manuel Silva Pereira
Maria Isabel Damásio

Entrevista
Da notícia ao pensamento: percurso, memórias e reflexões

No dia 19 de novembro de 2025, pelas 10 horas, a manhã estava fria, mas luminosa em Lisboa. A essa hora, à Escola Superior de Comunicação Social chegava o professor José Rebelo, vestindo um fato claro, cor que bem combina com a postura calma e afável que lhe é própria, preparado para gravar a entrevista que lhe solicitáramos, mas a que preferiu chamar "conversa".

Uma "conversa" com o propósito único de preservar a voz, o pensamento e o legado do professor emérito José Rebelo, cuja influência ultrapassou as fronteiras académicas e se prolongou no tempo através daqueles que com ele aprenderam e trabalharam.

As circunstâncias da vida determinaram que José Rebelo nascesse no dia 25 de abril de 1945. A data é por ele relembrada para a associar ao derrube do regime fascista italiano e, 29 anos mais tarde, em Portugal, ao dia da "Revolução dos Cravos", em 1974, que pôs fim ao longo regime ditatorial de Salazar e Caetano. Acontecimentos em que liberdade e direitos humanos se mostram centrais para os definir. Causas caras a José Rebelo, a par de uma carreira profissional de décadas, vivida entre o jornalismo e a docência.

Ao longo da conversa, Rebelo revisita o percurso pessoal e profissional, expressa preocupação quanto à presente instabilidade mundial, destaca Gaza para se dizer "chocado" com a perseguição ao povo palestiniano. Define o que sente como "um misto de revolta e de incapacidade em fazer seja o que for" e considera que "toda a Cisjordânia é como uma espécie de pele do leopardo", que "a ideia da criação de dois Estados nunca passou de estratégia discursiva", sem que nada tivesse sido realmente feito para a sua materialização.

José Rebelo constata, por outro lado, que muitos são os países europeus com regimes políticos que fazem lembrar outros tempos e mostra-se "incrédulo" quanto a tal situação. Refere a Itália, que "parece ter já esquecido os anos do fascismo".

Sobre Portugal não está "pessimista", pois a democracia teve origem num "golpe de Estado, que depois se converteu em processo revolucionário"; uma sequência que conduziria ao ressurgimento do fenómeno populista, mais tarde do que no resto da Europa.

Com a lucidez que o distingue, reflete sobre os desafios da profissão de jornalista, as transformações nos média e a importância da formação, crítica na área da comunicação jornalística, por ser ela que permite a cada profissional fazer escolhas conscientes.

Destaca a evolução ocorrida nos meios de comunicação social, determinada pelos avanços tecnológicos e com impacto na transformação política de muitas sociedades. Atribui importância capital ao "contraste" entre o que era e o que é hoje o jornalismo — "o jornal deixou de se dirigir a cidadãos para se dirigir a consumidores" — e ressalva o "equívoco" da valorização do papel da televisão na "formatação do espaço público". Defende que essa formatação é resultante das opções de cobertura jornalística decididas pelos jornais, "porque uma grande parte da informação televisiva é feita a partir das notícias que surgem publicadas nos jornais".

À pergunta sobre o serviço público de televisão, responde que é indispensável às democracias, podendo desempenhar um papel relevante na adoção de boas práticas no mercado televisivo e ser alternativa aos serviços comerciais de televisão. Encontra na RTP — Rádio e Televisão públicas portuguesas — essa alternativa, defendendo que há, porém, ainda muito por fazer para garantir a sua independência em relação ao poder político.

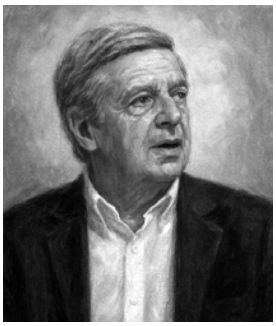
Entre memórias e episódios marcantes, menciona a importância que teve a sua passagem pelo jornal francês *Le Monde*, inclusive nas competências pedagógicas adquiridas e pelas quais a universidade o distinguiu, lembrando a propósito que esse percurso acabou por se manifestar na forma como preparava as aulas e sobretudo como se expressava.

Nesta conversa, lembra o seu avô, como era visto pela família e a influência que ele teve nas suas primeiras leituras e, por conseguinte, na sua formação como cidadão de pleno direito. Olha ainda para as distinções que lhe foram atribuídas no seu percurso académico e para as insígnias da Ordem da Liberdade, outorgadas pela República Portuguesa, considerando-as importantes no simbolismo de instituições democráticas consolidadas.

Quando o tema é a inteligência artificial, confessa fazer apenas "suposições", por não estar habilitado para mais, e deixa algumas questões: Mas quem é o autor? Onde é que está a autoria? E quando eu digo autoria, refiro-me à identidade de cada pensamento que é expresso, de cada texto que é produzido (pela IA)?

A terminar a "conversa", mostrámos a José Rebelo três fotografias suas, geradas por inteligência artificial, inquirindo se se revia nelas. Foi grande a surpresa.

A conversa / entrevista, que é parte integrante desta publicação, pode ser ouvida na integra, através do QR code abaixo indicado. Quanto à homenagem, José Rebelo quis partilhá-la com Maria Augusta Babo, "a professora que fez do jornalista que eu fui o professor que sou", o que decerto fica patente nas páginas deste livro.



Le Monde
RÉVOLUTION D'AVRIL 1975
LE PORTUGAL LIBRE

25 DE ABRIL SEMPE!
ISCTE
PAZ-LIBERTADE DEMOCRCIA

Manuscrito

Há sempre qualquer coisa que está para acontecer…

Neste espaço, o professor José Rebelo expõe pensamentos e reflexões que em muito determinaram a sua mundividência, o perfil inquieto e acutilante que sempre mostrou. Dos livros que o marcaram ao filme visto e revisto, da música que nunca esqueceu até ao significado que atribui ao título da presente obra — *Do Fazer ao Pensar*. São notas manuscritas, que recuperam memórias, mas também afirmam e guardam o prazer da escrita.

1

Há um filme que me marcou profundamente. Vi-o e revi-o. Realizado por Marcel Ophuls, tem uma duração de quatro horas e reúne entrevistas com militares, dirigentes políticos e gente do povo que nos contam o que viveram e como viveram em Clermont-Ferrand, de 1940 a 1944. Chama-se "Le chagrin et la pitié" e desfaz o mito gaulista de uma França que teria resistido, heroica e una, ao invasor nazi. Houve resistentes, decerto. Mas também houve quem colaborasse com o ocupante. Nomeadamente, denunciando judeus.

Apresentado em 1969 na televisão alemã, o filme, acusado de revelar "verdades incómodas" é proibido na televisão pública francesa (ainda não havia televisão privada)

na sequência de um parecer do 2
general de Gaulle que teria declarado:
"O que os franceses precisam não é
de verdades mas sim de esperança".
Só em 1981 passa na televisão fran-
cesa por decisão de Jacques Lang,
ministro da Cultura de François
Mitterrand. Vinte milhões de pessoas
terão assistido à emissão.

Sobre livros, destaco três.

Fulcral, na formação da minha cons-
ciência política, "Trabalho assalariado
e capital" resulta de uma série de
conferências proferidas por Karl Marx
na Associação dos Operários Alemães, de
Bruxelas, em 1847. Nele, descobri o
conceito de "mais valias", essencial
para compreender a lógica da formação
das sociedades humanas.

Num outro domínio, lembro-me de
um livro que li, quase ininterrupta-
mente, até à última linha: Madame

Bovary, de Flaubert, que anuncia o 3
fim do idealismo romântico e a
irrupção do realismo caro a Zola
e ao nosso Eça, dois escritores da
minha vida. Educada num convento,
Mme Bovary julgava encontrar no
casamento o amor eterno, aquele
extase tão presente nas suas leitu-
ras de juventude. Mas a união com
um modesto médico de província
traz-lhe o contrário de tudo quanto
previra. Despreza o marido e desdenha
o ambiente monótono da pequena ci-
dade onde reside. Pratica o adultér-
rio. Entrega-se ao mais feroz consu-
mismo. Mas nada satisfaz as suas
vontades imaginárias. Desespera. E
suicida-se.

Uma breve referência ao terceiro li-
vro escolhido: "Les deux corps du roi", de Ernst Kantorowicz. Tomando
como exemplo a dinastia dos Tudor,

4

o autor teoriza sobre o funcionamento dos regimes teocráticos. No corpo do soberano, escreve, coexistem dois corpos: o corpo físico, insignificante, mortal e o corpo político, ao qual incumbe o cumprimento de uma missão divina, que transita do corpo físico ~~quando~~ quando morto para outro corpo físico que lhe sucede. Esta obra, de grande erudição, foi fundamental para a elaboração da minha tese de Doutoramento editada com o título "Formas de legitimação do poder no salazarismo".

Quanto a músicas, não quero falar de "Grândola vila morena" porque não é uma música. É um hino que tantas vezes cantei de punho erguido. Mas como não evocar a "Balada do Outono", também de José Afonso... O que eu me emocionei ao ouvi-lo naquele

5

concerto no Coliseu dos Recreios, em Janeiro de 1983:

> Água das fontes calai / ó ribeiras chorai / que eu não volto a cantar

Era a despedida. Era o adeus de um grande cantor e, sobretudo, de um grande amigo.

Permitam-me, ainda, salientar um outro cantor que muito admiro, José Mário Branco:

> Eu vim de longe / de muito longe... // ... Vi tanta esperança andar à solta... / ... Eu vou para longe / para muito longe... / ... Foi um sonho lindo que acabou / houve aqui alguém que se enganou

O entusiasmo. Seguido do desânimo. Mas nunca a desistência, porque a canção termina assim:

> É um lindo sonho para viver / Quando toda a gente assim quiser

A mesma obstinação em não desistir 6
que encontramos em "Inquietação",
aquele que será, talvez, o seu mais
notável poema:

> Há sempre qualquer coisa que está
> por acontecer / Qualquer coisa que eu
> devia ~~[illegible]~~ perceber / Porquê?
> Não sei / Só sei é que não sei ainda

Os organizadores deste livro pedem-me, tam-
bém, que exponha "pensamentos e reflexões que
em muito determinaram a [minha] mundivi-
dência". A este propósito, remeto os leitores
para os numerosos "Testemunhos" que se se-
guem e convoco a sua indulgência pa-
ra os excessos que neles vão encontrar.
Tais excessos devem-se aos profundos laços
de amizade que me ligam aos respectivos
autores (a). Acrescento, apenas, uma preocu-
pação que partilhava com os meus alu-
nos logo na primeira aula de uma ~~dos~~
disciplina em que procurava fornecer ferra-
mentas apropriadas à desconstrução dos dis-

7

cursos do poder. Dizia eu: "Desconfiem do óbvio", e insistia: "Nada é menos evidente do que a evidência".

"É óbvio que", "É evidente que", "Todos sabem que". Expressões aparentemente anódinas, mas que podem encobrir estratégias manipulatórias ao, despercebidamente, comprometerem o interlocutor com um dito que, afinal, é da responsabilidade exclusiva de quem diz.

Algumas palavras sobre o título do livro – "do Fazer ao Pensar" – que representa, para mim, a maior homenagem prestada a um professor, uma vez terminada a sua carreira. À primeira vista, há, aqui, uma estranha inversão lógica de sentidos. Fazer primeiro e pensar depois? Correndo o risco de interpretar mal a intenção da Comissão Organizadora, a explicação que encontro para tal inversão tem por referente a diacronia da minha atividade profissional. Comecei como jornalista na República. Exilado em Paris, entrei no Le Monde e

com a libertação de Abril, regressei 8
como correspondente permanente deste
jornal francês. Foram cerca de 20 anos
a fazer notícias. A fazer reportagens. A
fazer crónicas. A fazer. Quantas vezes
em cima do fecho da edição. Sem tem-
po para dúvidas. Nem para esmeros de
estilo. Quando deixei o jornalismo, dei
comigo a pensar no que tinha feito e no
que outros, como eu, tinham feito. De-
tectei erros. Verifiquei as circunstân-
cias que, tantas vezes, afetam a profissão.
Entretanto, assumi a docência univer-
sitária. Tentei, então, sistematizar o
produto da minha observação empíri-
ca criando uma disciplina chamada
"Géneros Jornalísticos". Depois, fui
alargando a minha reflexão, agora já
de natureza teórica, aos diferentes cam-
pos das Ciências da Comunicação pro-
curando, sempre, conciliar docência
e investigação.

9

Eis a minha análise introspectiva. Incompleta, claro. Até porque, como todos os exercícios deste tipo, só abordo o que me interessa abordar.

---

a) Um leitor minimamente atento à problemática discursiva diria que, ao escrever "Tais excessos devem-se aos profundos laços de amizade..." estaria a cometer uma denegação, isto é, a recorrer a um processo defensivo que, segundo Freud, consiste em enunciar desejos, pensamentos, sentimentos sem, todavia, os reconhecer ou admitir. Denegação que, neste caso, teria como implícito a ausência de excessos. Nego a hipotética denegação. Os excessos existiram. Mesmo. Questão de convicção.

José Rebelo

TESTEMUNHOS| UMA VIDA COM HISTÓRIA(S)

Inicia-se o I Curso de Pós-Graduação em Jornalismo. Ao lado de jovens licenciados nas mais diversas áreas do saber, apostados em aprofundar temáticas ligadas à comunicação social, figuram jornalistas que, sobejamente conhecidos no espaço público, procuram contextualizar, teoricamente, experiências profissionais, ou legitimar, pela via universitária, formas culturais de raiz autodidata.

A experiências repetiu-se nos quatro anos letivos seguintes (…)

Sempre o mesmo entusiasmo (…)

Para os que não são jornalistas, o interesse do curso esgota-se nele próprio e traduz-se na pertinência dos conteúdos lecionados, assim como nos contactos estabelecidos com gente célebre dos jornais, da rádio e da televisão.

Para os jornalistas, em contrapartida, o curso é encarado como a primeira etapa de um trajeto mais longo que, supostamente, conduziria à obtenção de um título universitário.

José Rebelo (coord.) (2011),
Ser Jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos,
Lisboa, Gradiva, pp. 12-13

A geografia afastou-nos, mas a estima continua

Eduardo Ferro Rodrigues
Presidente da Assembleia da República (2015-2022)

Conheço o José Rebelo e a Maria Augusta há muitos anos.

Não tanto profissionalmente, mas como referências. No jornalismo e nessa grande constelação que era e ainda é a esquerda.

E, depois, há os grandes amigos comuns. O António Marques Júnior, a Luísa, o Vasco Lourenço, o Jorge Sampaio, o Miguel Galvão Teles. Infelizmente muitos já morreram. Passámos em conjunto, muitas vezes, as 0 horas do 25 de Abril em casa do António. Com o Alberto Martins que, tal como o José Rebelo, teve a sorte de nascer nesse dia.

Em 2002, pude contar com a solidariedade de todos, quando ao maior desafio da minha vida — ser candidato a primeiro ministro — se juntou, alguns meses depois, uma campanha de calúnias, com cumplicidades várias, na comunicação social e nas magistraturas judiciais. Que não impediu o melhor resultado de sempre do PS em eleições europeias.

Em Paris, como chefe da representação portuguesa na OCDE, tivemos o gosto de receber o José Rebelo e família na nossa casa da Edouard Fournier. Quando regressámos, a geografia afastou-nos. Eu a viver em Almoçageme, ele dividido entre Lisboa e Penafiel.

Mas, sem nos encontrarmos, continuamos com estima e admiração mútuas. Assim presumo.

Então estás quase a poder entregá-la, não?

Diana Andringa
Jornalista, PhD em Ciências da Comunicação

Ao abrir o *curriculum vitae* (abreviado) de José Manuel Rebelo Guinote e ler a primeira informação — Comendador da Ordem da Liberdade (condecoração outorgada por Jorge Sampaio, em 25 de abril de 2004) — recordei a reação entusiástica com que acolheu a distinção: "A Ordem da Liberdade?! Acho que a vou usar até no pijama!".

Pensei que talvez na passagem por França tivesse interiorizado o respeito pelas condecorações de honra, em Portugal tantas vezes menorizadas. Mas não, o que o entusiasmava era a palavra em si, a "liberdade", sonho antigo que levara o seu avô, preso e sujeito à tortura pela polícia política, a cortar a língua para não correr o risco de trair os camaradas.

Isso mesmo nos mostra o CV, mesmo abreviado: para lá das atividades jornalísticas e académicas, o neto de Jaime Rebelo, "o homem da boca fechada" foi também presidente da Liga Portuguesa dos Direitos Humanos — CIVITAS e membro do Bureau Exécutif da Association Européenne des Droits de L'Homme.[1]

Para lá dessa ligação à palavra "liberdade", a comenda era também uma fantástica prenda de anos: é que o Zé Rebelo faz parte de um restrito número de pessoas de quem nunca se esquece o aniversário, já que nasceu num dia 25 de abril…

Admito que muita gente o recorde sobretudo como correspondente do *Le Monde* em Portugal, como académico especializado na área da comunicação, professor, autor de vários livros. Sim, também o conheci nessas áreas, mas nunca me esqueci da alegria com que recebeu a comenda, nem da emoção que o tomou quando, numa das aulas em que fui sua aluna, uma colega de Setúbal falou de um mural dedicado a Jaime Rebelo na cidade e o identificou como seu avô.

Ter-nos-emos certamente encontrado nos acesos debates jornalístico / políticos dos tempos pós-25 de Abril, mas aí o tempo era tão rápido que não posso garantir a certeza das memórias.

---

1 Poema de Jaime Cortesão, relido em https://www.escritas.org/pt/t/13549/romance-do-homem-da-boca-fechada.

Mais tarde, na RTP, via-o com frequência, já que, consultor do programa *Acontece*, passava muitas vezes pelo gabinete onde eu trabalhava. Terá sido provavelmente nessa fase, marcada pela chegada à profissão dos primeiros jornalistas licenciados em cursos de comunicação por faculdades portuguesas, que discutimos, por vezes, o funcionamento desses cursos e o seu resultado em termos do jornalismo praticado.

E foi certamente um dos nossos mais importantes aliados, quando a direção do Sindicato dos Jornalistas no biénio 1996-1998, a que presidi, avançou com a proposta do regresso à universidade de jornalistas já com largos anos de experiência, mas que tinham entrado na profissão no tempo em que não havia em Portugal cursos de jornalismo, aprendendo na tarimba, com os mais velhos — situação comum a vários jornalistas da minha geração.

Assim, propusemos, em fevereiro de 1997, ao então ministro da Educação, Eduardo Marçal Grilo, a possibilidade de ingresso em cursos de pós-graduação universitária de jornalistas com mais de 10 anos de exercício da profissão, mas sem licenciatura na área.

Essa proposta tinha para nós tanta mais razão de ser quanto alguns desses jornalistas eram convidados a dar aulas em instituições de ensino superior, o que levantava, junto dos respetivos conselhos científicos, o problema de não terem graus académicos e, nos próprios, o receio de não estarem à altura do que lhes era pedido.

Apesar da boa receção do ministro, a proposta por este levada, a 17 de outubro, a uma reunião com representantes do Sindicato dos Jornalistas, do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, deparou com a oposição das instituições académicas — em alguns casos aquelas mesmas que nos convidavam como professores.

A exceção veio do Iscte-IUL e da ESCS: em despacho conjunto de 1999, propuseram um curso de pós-graduação em Jornalismo que, embora destinado a licenciados, admitia que "mediante apreciação curricular e / ou entrevista" poderiam ser aceites "candidaturas de jornalistas portadores de carteira profissional há, pelo menos, cinco anos e que não disponham daquele grau académico".

Nasceu assim o primeiro curso de pós-graduação em Jornalismo, englobando jovens licenciados em diversas áreas, pretendendo aprofundar conhecimentos na área, e jornalistas que pretendiam contextualizar teoricamente a sua prática profissional ou legitimar por via universitária formas culturais de raiz autodidata. Havia dois semestres, em que coexistiam disciplinas obrigatórias, de natureza teórica e metodológica, e outras optativas, mais dirigidas à análise e debate de questões da prática jornalística.

Acabada a pós-graduação, com resultados demonstrativos do empenho dos veteranos no regresso à universidade, surgiu novo impasse: tinha havido uma promessa governamental de equiparação daquela a licenciatura, para efeitos de prosseguimento de estudos, mas ficara a faltar a aprovação do respetivo diploma legal… A solução foi a do grande salto em frente, através da aplicação do Regulamento Geral do Grau de Doutor, a conferir pelo Iscte-IUL, que previa a candidatura de "detentores de um currículo científico, académico e profissional revelador da capacidade exigida para habilitação ao doutoramento".

Assim, cinco jornalistas, que tinham concluído com sucesso a pós-graduação, candidataram-se, em setembro de 2003, ao curso doutoral em Sociologia. Candidatura aceite pela Comissão Científica do Curso e aprovada pelo Conselho Científico e a presidência do Iscte-IUL.

E o certo é que, por muitas dúvidas que tivéssemos sobre a nossa capacidade para esse salto académico — assumo que, pessoalmente, tinha muitas — na fase de avaliação da pós-graduação algumas das melhores notas tinham sido desse grupo de jornalistas "tarimbeiros", tendo a média do conjunto ultrapassado a do geral dos 40 doutorandos.

Entretanto, José Rebelo ia-nos propondo novos desafios, de artigos em revistas de carácter científico a um trabalho conjunto de investigação — que viria, aliás, a ser usado em algumas das nossas teses (na minha, nomeadamente) e que, financiado pela FCT, viria a surgir como livro em julho de 2011, com o título *Ser Jornalista em Portugal: Perfis Sociológicos*.

Para o meu projeto de doutoramento, centrado na responsabilidade social e no profissionalismo dos jornalistas da RTP, temas que muitas vezes tínhamos abordado em conversas soltas, pedi-lhe, claro, que fosse meu orientador. Mas, se a minha esperança era que me ajudasse a superar a escrita das partes mais teóricas, enganei-me: o Zé Rebelo fez-me sobretudo acreditar que as reflexões feitas sobre casos concretos surgidos durante o meu trabalho profissional seriam uma boa base de partida — e que a aprendizagem na Pós-Graduação e no Curso de Doutoramento, somada às leituras feitas, me permitiriam ultrapassar as minhas muitas dúvidas.

E o certo é que lá fui escrevendo e quando, em viagem conjunta para mais um debate sobre jornalismo, comecei a contar-lhe o que fizera, mostrou de novo a mesma confiança: "Então estás quase a poder entregá-la, não?".

Revista e entregue a tese, novo terror se apoderou de mim: seria eu capaz de a defender perante verdadeiros académicos, sem ligação ao jornalismo e sem dúvida mais atentos aos aspetos formais do que eu, recém-chegada a estas lides e pouco habituada a formalismos?

Tenho a certeza de que, durante a apresentação, quer a voz quer a mão que segurava as notas tremeram — e, quando cheguei ao fim daquela provação, preparei-me para a eventualidade de um insucesso. Qual não foi o espanto quando percebi que fora aprovada com distinção! Perguntei, claro, ao Zé Rebelo se tivera de se bater muito no júri pela minha passagem. E, com a postura do costume, respondeu-me que não, e que nunca duvidara que seria esse o resultado…

Essas são formas de atuar que não esqueço. O diploma não tinha o significado de uma Ordem da Liberdade, mas não era algo que tivesse a certeza de alcançar. E penso que o devo muito, não só ao esforço que o Zé Rebelo, como os professores Paquete de Oliveira, João Ferreira de Almeida, Firmino da Costa e Joel Silveira fizeram para que a proposta do sindicato pudesse ir avante, mas à confiança que soube incutir-nos de que sim, éramos capazes.

Continuámos a encontrar-nos em debates sobre comunicação e jornalismo, no âmbito do Conselho de Opinião da RTP, a que ambos pertencemos — e em que, se bem me lembro, as vezes em que concordámos foram bem superiores àquelas

em que discordámos. E também aí foi sempre possível contar com as suas intervenções para aprofundar a análise do conselho, numa fase de grande intervenção deste órgão, sobre as questões éticas e políticas que tantas vezes se levantam nas emissões televisivas, quer na sempre mais perscrutada informação, quer nos programas de entretenimento, normalmente olhados de forma mais displicente, mas não menos necessitados de escrutínio.

José Rebelo Guinote foi também escolhido por nós para presidir a um grupo que então formámos, para prolongar a reflexão que considerávamos tão necessária sobre a nossa profissão: a Associação de Estudos Comunicação e Jornalismo, que lançou vários debates sobre o tema. E só lamento que, com a passagem dos anos, o nosso envelhecimento, a menor presença nos meios de comunicação, essa atenção ao discurso dos *media* tenha vindo a tornar-se menos ativa, sobretudo numa altura em que tão fundamental é para a defesa dessa liberdade, cuja comenda o José Rebelo tanto preza e que tantos, como o seu avô, se bateram para nos garantir.

O meu regresso aos bancos da escola

José Pedro Castanheira
Jornalista e escritor

Quando entrei na profissão, em 1974, o José Rebelo já era um nome consagrado do jornalismo português. Fizera-se jornalista no *República* em 1966, numa altura em que eu, ainda puto do liceu, nem tinha posto os olhos naquele vespertino, que atravessava uma das suas crises cíclicas de sobrevivência, mas que, ao entrar na universidade, em 1969, viria a adotar como um dos meus jornais de leitura obrigatória.

Entretanto, o José Rebelo rumara a Paris, onde engrossara a enorme legião de exilados políticos portugueses, tendo conseguido arranjar trabalho em 1973 no *Le Monde*, primeiro na área comercial, mas a partir de 1975 como jornalista. No ano louco do PREC, ele era não só um dos raríssimos jornalistas portugueses a escrever para um grande jornal estrangeiro, como esse periódico era, nem mais nem menos, que o *Le Monde*, uma espécie de Bíblia do jornalismo de excelência, muito para além do universo linguístico e cultural francófono.

Talvez por todas essas razões, imaginava-o bastante mais velho do que eu. Estava enganado: tínhamos (temos…) um intervalo de apenas sete anos, se bem que, quando se está na casa dos vinte, como era o caso, seja uma diferença de tomo.

Não consigo pormenorizar nem a data nem o exato contexto em que nos conhecemos pessoalmente. Mas estou seguro que nos cruzámos logo nesse ano de 1975, numa qualquer conferência de imprensa, num comício partidário, ou numa manifestação popular de cobertura obrigatória por qualquer média digno desse nome. Com uma distinção substancial: é que enquanto eu não passava de um estagiário imberbe do vespertino *A Luta*, que me limitava a acompanhar os repórteres seniores, para com eles aprender o ofício — na observação, na arte da escuta e da pergunta, e na construção da notícia —, ele já era um nome consagrado e respeitado: um dos enviados especiais ou correspondente permanente do *Le Monde* à revolução portuguesa, com direito a assinatura de reportagens e outros artigos na primeira página do mítico jornal francês, em cuja leitura eu me iniciara no final dos anos sessenta.

Era uma época em que Portugal e a revolução eram manchete regular dos grandes órgãos de informação e na qual o José Rebelo viveu, como admitiu, "o período mais exaltante" da sua vida. A sua produção fala por si: cerca de 240 artigos

entre 1975 e 1976, de que fez uma seleção de meia centena, publicados em livro, com a colaboração de Maria Inácia Rezola, nos 50 anos do 25 de Abril — mas só em França, sob o título *La Révolution des Œillets au Portugal. Du Pouvoir Populaire au Pouvoir Parlementaire*. Seria bom que fosse traduzido para português.

Até porque o *Le Monde*, também sob a pena de José Rebelo, entrou na história do jornalismo e da revolução. Célebre ficou a polémica entre Jacques Fauvet, o então diretor, Edgar Morin, colunista do semanário *Le Nouvel Observateur*, e Raymond Aron, articulista do diário *Le Figaro*, a propósito do controverso "caso *República*". "A verdadeira questão não será então a de saber se, ao facultar-se a todos o uso da liberdade de expressão, não se estará de facto a permitir a alguns que abusem dela?", interrogava-se Fauvet. A que Morin respondeu, certeiramente: "É nosso dever reaprender que a liberdade não impede o proletário de comer, mas sim o tirano de dormir". Aron, por sua vez, relembrou ao diretor do *Le Monde* a frase do jovem Marx: "Na ausência da liberdade de imprensa, todas as outras liberdades não são mais do que miragens".

O José Rebelo voltou aos inesquecíveis tempos do PREC em 1990, ao coordenar, com o Mário Mesquita, o colóquio internacional A Revolução de Abril Revisitada pelos Media Estrangeiros. Assisti e participei, como jornalista e como cidadão, em muitas centenas de colóquios, conferências, seminários, congressos, palestras, lições, dissertações, sei lá que mais. Deste colóquio, que reuniu numerosos jornalistas estrangeiros que cobriram a revolução portuguesa, nunca mais me esqueci: pela novidade que trouxe, pela diversidade das abordagens, pela animada discussão e franqueza da crítica, e sobretudo pela autocrítica que possibilitou por parte de vários e consagrados repórteres, muitos deles ainda no ativo, outros nem tanto. Foi um colóquio extraordinário, cujas comunicações, felizmente, foram reunidas pelos coordenadores, no livro *O 25 de Abril nos Media Internacionais* (Edições Afrontamento, Porto, 1994), mas que, infelizmente, se encontra esgotado.

Num longo ensaio que publicou nesse livro, José Rebelo escreveu que "talvez, desde a fundação do *Le Monde* [em 1944], nenhum outro acontecimento tenha justificado tantas inserções na primeira página como o tema 'Portugal' em julho de 1975." E recordando a acalorada polémica já referida, confirmou que a revolução portuguesa "gerou um intenso debate teórico no interior dos jornais e, de uma forma geral, nos meios intelectuais, sobre o estatuto da imprensa num contexto democrático".

Ainda nos anos 1990, o jornalista Carlos Pinto Coelho lançou na RTP 2 um programa cultural diário, a que deu o nome de *Acontece*. Um programa que se manteve durante uma década, até ser lamentavelmente extinto em 2003, por decisão imposta pelo governo de Durão Barroso. Em determinada fase do programa, Pinto Coelho constituiu um conselho editorial, que se reunia regularmente — chegou a ter encontros semanais, juntando, entre outros, jornalistas, académicos, artistas e críticos, a quem se pedia que ajudassem a planear os programas seguintes. Eu e o José Rebelo integrámos esse interessantíssimo conselho, cujos membros, pasme-se, até eram remunerados. Ele foi chamado a dar ao *Acontece* muito maior assistência que eu. Consultor para as questões de "modernidade e civilização", teve oportunidade de fazer uso das suas valências de professor universitário e de antigo

jornalista, ao propor e até realizar numerosas entrevistas a académicos e investigadores, portugueses e estrangeiros. O *Acontece*, realizado no estilo muito pessoal do seu criador e pivô, deixou saudades. E nunca mais foi substituído, como programa cultural diário, em nenhum dos canais televisivos que continuam a brotar.

Foi naquela sua dupla qualidade que, na década de 1990, deu regularmente conferências no Centro de Estudos Judiciários, no âmbito do curso de formação de magistrados. Com agrado de formadores, mas também de formandos, a ponto de, em 2003, ter sido nomeado coordenador de um dos painéis de avaliação das candidaturas àquele centro, onde se faz a formação básica dos futuros juízes e magistrados do Ministério Público. Temas culturais, sociais e económicos foi a área que coordenou e para a qual me convidou.

Foi uma experiência deveras interessante, que permitiu ao "júri" daquele concurso tomar consciência da bagagem cultural e dos objetivos que norteavam os candidatos a profissões e carreiras que têm como função zelar pelo cumprimento das leis do Estado democrático. Não fosse a experiência do José Rebelo como professor universitário, mas também o seu pragmatismo, compreensão e tolerância, e eu teria dado à grande maioria das numerosas provas escritas que me passaram pelas mãos uma nota acentuadamente negativa. Ainda estou para perceber como é que alguns daqueles juristas, jovens e não só, haviam obtido uma licenciatura em Direito. Felizmente que, de quando em vez, lá aparecia uma prova escorreita: culta, competente, bem escrita e sem erros ortográficos, de quem era patente a vontade séria e a vocação de fazer e aplicar a justiça e o direito. Das provas orais, já não participei. Ainda bem, admito.

Aliando, mais uma vez, as vertentes de antigo jornalista e de professor e investigador, o José Rebelo foi um dos motores, juntamente com o José Manuel Paquete de Oliveira, entre outros, da criação de um curso de pós-graduação em Jornalismo, organizado pelo Iscte-IUL e pela Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa (ESCS-IPL), e de que foi o diretor de 2002 a 2008. Eu fui um dos alunos desse curso, no ano letivo de 2000-2001.

À beira de completar 50 anos, foi o meu regresso aos bancos da escola, que havia abandonado logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, quando desisti do curso de Economia (e já estava no quarto ano) para abraçar o jornalismo. Por aquele curso de pós-graduação passaram alguns dos melhores e mais conhecidos jornalistas portugueses que não possuíam qualquer licenciatura (e cabe aqui lembrar que durante o Estado Novo não havia ensino superior de jornalismo). Foi o caso, só a título de exemplo, do Adelino Gomes, do Cesário Borga, da Diana Andringa ou do Óscar Mascarenhas.

Foi um ano inesquecível, de aprendizagem, de estudo, de reflexão, de discussão, de investigação. A minha dissertação final viria a dar origem a um livro, publicado em 2004 pela MinervaCoimbra, com o título *No Reino do Anonimato. Estudo sobre o Jornalismo Online*. Tenho a noção de que o José Rebelo apreciou, tanto assim que me desafiou a prosseguir os estudos, abrindo-me imediatamente a porta para um mestrado, e, quem sabe?, a um posterior doutoramento. Foi mesmo insistente. Recusei sempre, ainda que muito honrado: a grande reportagem e o jornalismo de investigação exerciam um apelo e um fascínio superiores, e, estou

certo, mais condizentes com os meus gostos, aptidões e características. Não estou arrependido.

Mais recentemente, fiz parte dos corpos gerentes da Associação de Estudos Comunicação e Jornalismo (AECJ), a cuja direção presidiu o José Rebelo. Não por acaso, a maior parte dos dirigentes haviam passado pelo já referido curso de pós-graduação em Jornalismo. Já jubilado como professor associado com agregação do Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL), o José Rebelo imprimiu àquela associação uma grande atenção pelos novos e velhos problemas que se iam colocando ao jornalismo, dentro e fora do país. Um jornalismo como o exerceu, ensinou, investigou e entendeu: competente, sério, independente, no respeito pela ética e deontologia profissionais, e de serviço público.

Uma referência no jornalismo de Abril

Pedro de Pezarat Correia
Ph.D. em Relações Internacionais, Política Internacional e Resolução de Conflitos
Oficial General do Exército

Atravessamos uma fase da vida em sociedade em que a informação pública, a comunicação de massas, vulgarizada como a comunicação social, está sujeita a uma evolução tão profunda e tão dinâmica que confunde. Confunde quem a produz, confunde quem a utiliza, confunde quem a observa.

Exatamente há 51 anos, em Portugal, com o 25 de Abril de 1974, mergulhávamos num mundo de informação livre, do qual estivemos arredados durante outro quase meio século. Foi uma experiência única, habituarmo-nos a viver com uma imprensa liberta de censura, liberta de pressões, liberta do medo.

Não que passássemos a ter a verdade pura, essa é outra questão. Mas, na fonte, era livre de ser produzida, no destino, era livre de ser interpretada. A maior mudança foi a relação da informação com os seus alvos, leitores, ouvintes, espetadores, não a própria natureza da informação.

Hoje, é essa natureza em si que está em mudança.

As novas tecnologias da 5.ª Geração (5G) incidem sobre duas grandes áreas: a comunicação, que envolve as redes dos utilizadores; e o controlo, que entre outras coisas comporta vigilância, cruzamento de dados, espionagem, distorção de informação. As redes sociais, onde circula informação irresponsabilizável e manipulada pela chamada inteligência artificial (IA), são dominadas por grandes interesses financeiros (os "monstros", como Francis Fukuyama, Barak Richman e Ashish Goel chamam às empresas gigantes das novas tecnologias da informação). À informação sobrepõem a desinformação e a contrainformação, que melhor se inscrevem na área da polemologia, da teoria dos conflitos, do que da comunicação. Com o imenso manancial de dados que acumulam, subvertem a própria comunicação, conferindo-lhe um estatuto de poder. "Data is power", salientam Mathew Slaughter e David McCormick.

Deturpando o sentido original da geopolítica, há hoje a tentação de situar a informação nesse patamar. As teorias clássicas da geopolítica que, em rigor, são mais do domínio da geoestratégia do que da geopolítica, instrumentais porque auxiliares da decisão política e da decisão estratégica, isto é, do poder, assentam no controlo e domínio dos espaços de circulação como instrumento do poder global:

— "quem domina o mar domina o globo" (Alfred Mahan, teoria do poder marítimo);
— "quem controla o *heartland* comanda a ilha mundial" (Eurásia); "quem controla a ilha mundial comanda o mundo" (Halford Mackinder, teoria do poder terrestre);
— "quem detém superioridade de poder aéreo consegue superioridade no conjunto dos três elementos espaciais" (Alexander Seversky, teoria do poder aéreo).

Teorias que assentavam no controlo de realidades geográficas materialmente controláveis.

Agora surge uma nova dimensão, que não é real, é virtual: o espaço cibernético, pelo qual circulam dados de todas as origens e conteúdos, notícias, propaganda, dados pessoais, chantagens, ficções, montagens, *fake news*. Está adquirido por responsáveis políticos, grandes utilizadores das redes sociais, que não interessa se o que se diz é verdadeiro ou falso, o que interessa é que as pessoas acreditem.

Já se fala de teoria do poder ciberespacial: "O ciberespaço é a nova arena da competição entre Estados" (Michèle Flournoy e Michael Sulmeyer). "A forma de governo que se afirmará será a que provar maior capacidade para liderar o poder da inteligência artificial sobre o maior número de pessoas" (Kevin Drum). Permito-me especular, parafraseando os clássicos da geopolítica:

— quem dominar o ciberespaço dominará a inteligência artificial; quem dominar a inteligência artificial dominará o mundo.

* * *

Alonguei-me nesta introdução com um objetivo, o de salientar que o contexto em que conheci José Rebelo, o do encontro com a comunicação social do 25 de Abril, era a negação de tudo o que aqui registo e a desvirtuou.

Na comunicação social com que me reconciliei em Abril, encontrei em José Rebelo uma referência. Reconciliação que foi agitada, exigente, fecunda, responsabilizante. Houve que distinguir o trigo do joio, obviamente, mas dos jornalistas, passou a saber-se ao que vinham. José Rebelo foi sempre um jornalista com rosto, com nome, com opinião, identificável. Jornalista de causas, mas não de causas próprias. A sua matriz, segundo ele próprio, é o culto da objetividade e independência de um jornalismo que se impôs a partir dos meados do século XIX (*O 25 de Abril nos Media Internacionais*, p. 114).

Dei por ele a iniciar a sua carreira como jornalista do *Le Monde*, correspondente permanente em Lisboa a cobrir o Portugal de Abril. Conheci-o pessoalmente pouco depois. Do convívio em respeito mútuo nasceu amizade. Não escondo, sou amigo de José Rebelo e o que aqui escrevo é, certamente, por isso influenciado. Mas, como nada devemos um ao outro além dessa amizade, garanto que não é condicionado.

José Rebelo já era jornalista do *Le Monde* desde janeiro de 1973 e, em janeiro de 1975, vem como correspondente permanente do diário francês em Portugal,

acompanhando outro jovem jornalista, Dominique Pouchin, para cobrirem as negociações do Alvor com os movimentos de libertação angolanos. A revolução portuguesa estava na ordem do dia, o que justificou que ficassem. A objetividade e independência com que acompanhavam o processo português, em contraste com as reticências conservadoras da maioria do jornalismo europeu, fez do *Le Monde* "um dos jornais que mais críticas sofreu", quer em Portugal quer em França. (*idem*: 91)

No livro que vimos citando, cuja autoria José Rebelo partilha com Mário Mesquita, outro nome maior do jornalismo no Portugal democrático, salienta-se que a cobertura jornalística do processo que em Portugal se seguiu ao 25 de Abril se fez, sobretudo, nos jornais e na rádio, dado que a TV em direto era ainda incipiente. Éverdade e, por isso, vale a pena salientar o que constituiu uma exceção: no 11 de março de 1975, no ataque dos paraquedistas ao RALIS às ordens de Spínola, a RTP, então única estação televisiva, esteve presente, oportunamente convocada pela 5.ªDivisão e, com a reportagem em direto e dinâmica do jornalista Adelino Gomes, viria a ter um papel determinante no desfecho dos acontecimentos com arendição dos paraquedistas. São imagens históricas que anunciavam uma mudança.

Ainda a propósito deste livro e da participação de José Rebelo, é justo salientar a importância que ele atribui a uma leitura do 25 de Abril liberta de dicotomias simplificadas então correntes, socialistas / comunistas, militares / civis. Não era exatamente por aí que passavam as clivagens e, a propósito, lembra "o entusiasmo com que tantos socialistas (…) encabeçavam experiências de autogestão e apoiavam nacionalizações (…) a febre marxista que contagiava, até, as mais insuspeitas personalidades social-democratas" (p. 121).

Permito-me ainda destacar, deste livro, a leitura muito objetiva que José Rebelo faz da forma como o 25 de Abril agitou a opinião pública mundial sobre o eurocomunismo, o leste europeu e a unidade da esquerda, sobre a democracia representativa e a democracia direta, sobre o papel das forças armadas na sociedade, sobre a imprensa nas democracias (p. 91). Isto é, o mérito de sublinhar que a influência do 25 de Abril no exterior não foi apenas nas mudanças de poder que vieram a verificar-se em Espanha, na Grécia, em África nomeadamente na África Austral, em Timor. Foi muito mais profunda, agitou consciências, pôs em causa dogmas adquiridos.

* * *

Em 2024 José Rebelo e Maria Inácia Rezola publicaram *La Révolution des Œillets: du Pouvoir Populaire au Pouvoir Parlementaire*, com o sub-título *Regard d'un Correspondant du Monde au Portugal.* Como Inácia Rezola refere no Preâmbulo, os autores propuseram-se reunir, intercalando-os num texto corrido, alguns dos artigos do *Le Monde* de exclusiva autoria de José Rebelo durante os anos de 1975 e 1976.

Com uma única exceção, em epílogo, o artigo de 29 de outubro de 1982 sobre "A dissolução do Conselho da Revolução". De cerca de um milhar de artigos e dos

175 relativos a esse período, os autores selecionaram 53. Uma opção sua que se revela criteriosa já que retrata, com notável fidelidade, o agitado percurso do PREC que, ao contrário do que muitas vezes se anuncia, comportou a revolução e a contrarrevolução. José Barata Moura salienta-o no Prefácio: "revolução e contrarrevolução contribuem intimamente para o que aconteceu, num único e mesmo movimento" (p. 10).

Na sua sequência, nesses artigos está tudo o que de essencial ocorreu em Portugal depois de encerrado o período negocial com os movimentos de libertação das colónias:

— a dinâmica social com a luta pelo controlo do movimento sindical, as nacionalizações, a reforma agrária nos campos do Alentejo e Ribatejo;
— a institucionalização do MFA com a criação do Conselho da Revolução (CR);
— a instabilidade no seio militar com a tentativa golpista do 11 de Março, a polémica sobre o ritmo da revolução e o risco da descolagem de uma vanguarda, deixando para trás o grosso da coluna, o Documento dos Nove e as cisões no seio do MFA atingindo o próprio CR, as Assembleias de Tancos e o afastamento de Vasco Gonçalves, os SUV;
— os casos da Rádio Renascença e do jornal *República* (sobre este à frente nos referiremos com mais detalhe) que, pela primeira vez, trazem para a rua contestações partidárias contra o MFA;
— as eleições para a Assembleia Constituinte, o Pacto MFA / partidos, o conflito de legitimidades eleitoral e revolucionária;
— o cerco ao Parlamento, a greve do Governo, a proliferação de centros de decisão, esvaziando o papel do Estado;
— noutra trincheira uma estranha aliança, mais ou menos assumida, envolvendo a rede bombista, o plano Maria da Fonte, o MDLP, o ELP, setores da hierarquia da Igreja, que o embaixador Carlucci dos EUA "acompanhava" à distância;
— ambiente de crise endémica, de permanente ameaça de golpe potencialmente gerador de uma guerra civil que só o presidente Costa Gomes, com a maturidade, o respeito institucional e pessoal que granjeara e o reconhecido bom senso, parecia capaz de conter;
— o processo que deu forma ao "verão quente de 1975", cujo desfecho foi o 25 de Novembro;
— a culminar a aprovação da Constituição da República, a institucionalização do regime democrático, o regresso dos militares aos quartéis.

Tudo isto José Rebelo retrata com rigor analítico sem mácula, com independência e distanciamento perante os atores em presença, mas não com neutralidade perante os valores em causa. Acompanhou-os como profissional consciente, viveu-os como cidadão empenhado. No Preâmbulo confessa — permito-me sublinhar — que, como correspondente permanente do *Le Monde* em Lisboa, "ia conhecer o período mais exaltante da sua vida" (p. 19).

* * *

Referi-me atrás ao caso do jornal *República*, que José Rebelo tratou em três dos artigos selecionados, 21 e 23 de maio e 18 de junho. Regista que ele "assinala o início da rotura do PS com o poder militar gonçalvista" (p. 148).

Foi, porém, no livro *O 25 de Abril nos Media Internacionais*, que aprofundou a sua análise crítica do que foi o "caso *República*", dedicando-lhe um inteiro capítulo com o título "Da legitimidade revolucionária à legitimidade democrática: o caso República" (pp. 91-110). A independência com que, como jornalista, em cima do acontecimento, o tratara no *Le Monde* desagradara a meios, supostamente, mais próximos da sua área ideológica e, nomeadamente em França, colocara o jornal no centro de acesas polémicas, envolvendo personalidades como Raymond Aron e Edgar Morin.

O autor enquadra, e bem, o "caso *República*" no contexto sociopolítico que o país vivia, um problema de liberdade de imprensa, mas também um conflito laboral, que opunha não apenas trabalhadores à direção e administração, mas trabalhadores (jornalistas) contra trabalhadores (gráficos, administrativos e comerciais representados por uma Comissão Coordenadora dos Trabalhadores — CCT). A intervenção do Governo, através do ministro da Comunicação Social, decide, a pedido do próprio administrador, selar o jornal, remetendo a questão para os tribunais. Depois de um período agitado em que se envolve o próprio Conselho da Revolução, o *República* reaparece com nova direção e corpo redatorial. Os antigos jornalistas e direção fundam um novo jornal, *A Luta*. Depois do 25 de Novembro, o *República* é devolvido à administração, mas o seu destino estava traçado e o histórico vespertino da oposição nos tempos da ditadura silencia-se definitivamente.

Quando José Rebelo se interroga — "Inteligente manipulação partidária?" (p. 96) — é para, a finalizar, dar a resposta. Recordando que já nos tempos salazaristas a tipografia do *República* se caraterizava por um sentimento republicano anarquizante, depois do 25 de Abril ela viria a confrontar-se com a partidarização pelo PS, mas distanciando-se também do que chamava o reformismo do PCP. Sem provas, Mário Soares insiste, nomeadamente no estrangeiro junto de correligionários da Internacional Socialista, sobre a responsabilidade do PCP no "caso *República*" que José Rebelo, firmemente, contesta: "Anote-se que partiram dos responsáveis militares, especialmente permeáveis à influência do PCP, as raras iniciativas com vista à normalização da vida do jornal." Por exemplo. Correia Jesuíno, ministro da Comunicação Social, deu inteira razão à administração da empresa, reconhecendo-lhe o direito de fazer do jornal o que entender (p. 99).

José Rebelo não tem dúvidas: "O 'caso *República*' *corresponde* (…) à declaração de guerra do PS aos militares (…) A evolução da situação política portuguesa viria a revelar quem beneficiou com o conflito" pp. 101-102). E responde à sua própria pergunta: um caso de manipulação perfeita. Eu acrescento: um episódio exemplar de dignidade na carreira profissional de um jornalista.

José Rebelo põe em destaque a batalha que se seguiu pelo direito à informação, que se traduziu numa corrida a novos jornais, de comunistas, esquerda revolucionária, direita, extrema-direita, conservadores e mais ou menos reacionários,

quase todos de efémera duração. Em 14 de junho, o Conselho da Revolução difunde um comunicado, manifestando a sua preocupação com a campanha de muitos destes jornais que visam "afetar as Forças Armadas Portuguesas na sua dignidade, coesão e patriotismo", contra a qual o CR "não abdicará da Defesa da Democracia, da Liberdade e da Dignidade das Forças Armadas." As palavras com que fecha este tema são do observador atento que já via o que muitos, inclusivamente no CR, ainda se recusavam a reconhecer: "Voto pio, da parte de uma instituição cujo poder, aos poucos, se esvazia" (pp. 95-96).

* * *

O meu conhecimento e consequente amizade com José Rebelo é produto do 25 de Abril. Não tenho memória da data exata em que nos conhecemos, admitindo que tenha sido em janeiro de 1975, em Alvor, onde eu, vindo de Angola, integrava a delegação portuguesa nas negociações com os movimentos de libertação angolanos e José Rebelo, a iniciar as suas funções de correspondente permanente em Portugal, fazia a sua cobertura para o *Le Monde*. São sobre esta matéria os dois primeiros artigos com que Rebelo e Rezola iniciam a série de 53 que incluem no livro *La Révolution des Oeillets*. O relacionamento pessoal, porém, começou a consolidar-se, e disso tenho a certeza, quando no início de 1977, creio que por intermédio do Ernesto Melo Antunes, José Rebelo me convida para escrever um texto para o *Le Monde Diplomatique*, a sair por alturas do 3.º aniversário da Revolução dos Cravos. Aceitei com entusiasmo, até porque seria a minha estreia num jornal estrangeiro de grande projeção (mas não seria a última neste mesmo jornal). Foi o artigo "Pour une armée démocratique au service du peuple", publicado na edição de abril de 1977 e, também, na edição portuguesa *O Mundo Diplomático* que então se iniciava e ainda hoje perdura com o título *Le Monde Diplomatique Edição Portuguesa*.

Eu era membro do Conselho da Revolução e tinha deixado há poucos meses o comando da Região Militar do Sul, que exerci durante 15 meses, estando por isso muito atento a assuntos relacionados com a área militar e tinha participado, em março de 1976, num seminário no Instituto de Altos Estudos Militares, com uma comunicação sobre "Democracia nas Forças Armadas". A normalização da situação nas Forças Armadas, então vulgarizada entre os setores mais conservadores como o regresso dos militares aos quartéis, era um assunto que, desde o 25 de Novembro, estava ainda na ordem do dia e, daí, a oportunidade daquele artigo que José Rebelo não deixou escapar.

Depois as nossas relações foram-se estreitando, sempre num clima de crescente amizade e respeito mútuo, mas também de colaboração acerca de temas cívicos e culturais com que ambos nos identificávamos e nos motivavam. Entretanto José Rebelo, sempre ligado à área da comunicação, optara pela carreira académica, doutorara-se no ISCTE onde lecionou e ajudou a formar gerações de jornalistas. Era a sua vocação. Hoje é professor doutor emérito desta instituição universitária.

Mas nunca deixou de se afirmar como um ativista de causas. Quando o saudoso meu camarada e nosso comum amigo Vítor Alves se envolveu na criação da CIVITAS — Associação da Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos, teve em

José Rebelo um dos mais próximos colaboradores que coordenou, durante alguns anos, a edição de brochuras temáticas. Em 1995, dedicou uma ao tema "O direito à liberdade", para o qual me convidou e a que que correspondi com o texto "Breve especulação em torno da liberdade", que muito me honrou pelo ilustre naipe de autores a que me associou. Não vou identificá-los porque são muitos, duas dezenas e meia, e não quero cometer a abusiva indelicadeza de selecionar os mais "notáveis". Mas saliento que, além do próprio José Rebelo, aí estão nomes dos mais destacados da nossa cultura, dos meios académico, político, religioso.

Recentemente promoveu um debate acerca da questão do Sahara Ocidental e da forma ultrajante como foi "votado ao esquecimento" pelos responsáveis internacionais, incluindo a própria ONU. Lembrou-se que foi tema em que me empenhei publicamente e tratei com algum desenvolvimento no *Manual de Geopolítica e Geoestratégia* e convidou-me para nele participar o que, obviamente, fiz com inteiro agrado.

E, atento à atualidade, liderou, com Diana Andringa, a recolha de adesões de galardoados com a Ordem da Liberdade, para subscreverem uma petição pública denunciando a tragédia do povo da Palestina, com o título "NÃO PODEMOS FICAR CALADOS". Permito-me pôr em destaque a sua passagem-chave:

> O genocídio do Povo Palestiniano, a que diariamente estamos a assistir, perante a indiferença ou mesmo a cumplicidade de muitos governos de países que se dizem defensores dos Direitos Humanos, obriga-nos a vir reafirmar publicamente os valores por que lutámos e que continuamos a defender, em termos de absoluto repúdio pelas ações criminosas que têm estado a ser levadas a cabo pelo Estado de Israel e os seus dirigentes.

Convidou-me a subscrever a petição. Era irrecusável, não se escudava "no politicamente correto" e, obviamente, fi-lo de imediato.

É assim José Rebelo. Atento, sereno, solidário, lúcido, está em causas justas e urgentes. É reconfortante ser seu amigo. Muito mais é estar-se entre aqueles que, de José Rebelo, merecem a sua amizade.

Siglas (por ordem de surgimento no texto)

IA — Inteligência Artificial
TV — Televisão
RALIS — Regimento de Artilharia de Lisboa
RTP — Rádio Televisão Portuguesa
PREC — Processo Revolucionário em Curso
MFA — Movimento das Forças Armadas
SUV — Soldados Unidos Vencerão
CRR — Conselho da Revolução
MDLP — Movimento Democrático pela Libertação de Portugal
ELP — Exército de Libertação de Portugal

EUA — Estados Unidos da América
CCT — Comissão Coordenadora dos Trabalhadores
PS — Partido Socialista
PCP — Partido Comunista Português
ISCTE — Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (até 2007; posteriormente Iscte – Instituto Universitário de Lisboa)
Iscte — Instituto Universitário de Lisboa
ONU — Organização das Nações Unidas

Referências bibliográficas

AAVV (1995), *O Direito à Liberdade*, Civitas, Lisboa.
Correia, Pedro de Pezarat (1977), "*Pour une armée démocratique au service du peuple*", *Le Monde Diplomatique*, abril.
Correia, Pedro de Pezarat (2018), *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*, Lisboa, Edições 70.
Drum, Kevin (2018), *Welcome to the Digital Revolution*, *Foreign Affairs*, Julho / Agosto.
Flournoy, Michèle e Michael Sulmeyer (2018), "Battlefield Internet, a plan for securing cyberspace", *Foreign Affairs*, Setembro / Outubro.
Fukuyama, Francis, Barak Richman, e Ashish Goel (2021), "How to save democracy from technology", *Foreign Affairs*, janeiro / fevereiro.
Mesquita, Mário e José Rebelo (1994), *O 25 de Abril nos Media Internacionais*, Porto, Afrontamento.
Rebelo, José e Maria Inácia Rezola (2004), *La Révolution des Oeillets: du Pouvoir Populaire au Pouvoir Parlementaire, Regard d'un Correspondant du Monde au Portugal*, Ivry-sur-Seine, Les Éditions de l'Atelier.
Slaughter, Mathew J. e David H. McCormick, (2021), "Data is power", *Foreign Affairs*, Maio / Junho.

Género, comunicação e sociedade

Lígia Amâncio
Professora catedrática, Iscte-IUL

Uma excelente ideia, a de homenagear o José Rebelo com os depoimentos de colegas que com ele se cruzaram, com ele trabalharam ou com ele estudaram assuntos de interesse comum, e na qual participo com muito gosto. Eu não trabalhei nem colaborei com ele, mas cruzei-me com ele várias vezes e fiquei sempre com boas recordações das nossas conversas "de corredor".

Durante alguns anos, em Paris, o José Rebelo era o nome que eu lia com muito gosto nos artigos do *Le Monde* sobre Portugal. Pela isenção em tempos de polarização ou pela ponderação em tempos de extremismos, os seus artigos traziam sempre informação e conhecimento. E foi com uma enorme satisfação que um dia, no Iscte, um colega me apresentou o sociólogo da comunicação chamado José Rebelo.

Com o passar do tempo, eu tinha-me deixado seduzir pela imprensa de língua inglesa e afastado da imprensa francesa. A imprensa anglo-saxónica tem / tinha a grande vantagem de ser clara nas suas posições políticas. Nada mais detestável, como acontece em Portugal, até hoje, do que apregoar uma suposta neutralidade, em nome da isenção noticiosa, quando a escolha das notícias, dos comentários, das imagens ou até do horário está toda ela orientada para o favorecimento de determinadas forças, agendas políticas ou poderes instalados. Todos os dias nos sentimos enganados por um estilo de comunicação que de neutro nada tem, mas insiste em tentar convencer-nos do contrário, tanto mais quanto se vai acentuando a polarização e extremismo das posições em confronto, ou melhor, em guerra, no espaço público.

Nos Estados Unidos da América assistiu-se, recentemente, à capitulação do *The Washington Post*, perante as imposições do patrão Bezos para suavizar as suas posições contra o homem que se tornou presidente, sob pena de despedimento, na senda da violência e crueldade que caracteriza o capitalismo tecnológico. Foi muito triste assistir à humilhação de um órgão de comunicação social que tanto se orgulhava da sua independência informativa, tendo até contribuído para a queda de um presidente corrupto e desonesto, em 1974, mas que, em 2024, não tinha quem o protegesse de outro candidato à presidência, ainda mais corrupto e desonesto.

Dada a minha ausência de competência científica na área da comunicação, este meu contributo não poderá ir muito além da mera opinião. Apesar dessa

limitação, é possível estabelecer alguns cruzamentos com os estudos de género, área em que desenvolvi a minha investigação científica. Um deles, talvez o que mais me perturbou, na altura em que surgiu, nos anos 1990, foi o do ataque ao politicamente correto, particularmente agressivo da parte de jornalistas e comentadores dos órgãos de comunicação social. Curiosamente todos eles atacavam o politicamente correto em nome da liberdade de expressão, embora em alguns casos fosse notória a raiva causada pela perda de autoridade — como diziam alguns "eu digo o que me apetece e ninguém vai mandar naquilo que eu digo…".

Assim se percebia que a raiva contra o politicamente correto era afinal um grande desprezo pelas pessoas que, até aí ausentes do espaço público, procuravam participar nas regras desse discurso. Criar alguns limites naquilo que se diz sempre aconteceu com as regras da gramática, da hierarquia ou da cortesia. Então por que razão a reação era tão agressiva desta vez? A resposta, evidentemente, reside na intolerância à partilha do discurso público com pessoas que até aí estavam remetidas para as suas margens, como as mulheres e as minorais sexuais e de género.

Em 2005, Angela Merkel foi eleita para a Chancelaria alemã, sendo a primeira mulher a ocupar esse lugar na história. Quando muito simplesmente afirmou que achava que a linguagem tinha que acompanhar essa mudança, toda a comunicação social alemã adotou o feminino do substantivo "chanceler" e ela passou a ser designada de "Kanzlerin". O mesmo aconteceu com a imprensa francesa (e espanhola) onde ela passou a "chancelière", numa atitude de grande respeito, que não se viu por cá. A pessoa não tem o direito de escolher a forma como quer ser tratada? Não será isso parte da dita liberdade de expressão?

Anos mais tarde, em 2011, o mesmo aconteceu no Brasil, onde Dilma Rousseff também escolheu ser tratada como "presidenta". Portugal resistiu orgulhosamente só a todas estas mudanças, alegando até que não se podiam subverter as regras gramaticais, pois a palavra "presidente" não tem feminino. E não se pode criá-lo? É a linguagem que reflete a sociedade ou a sociedade que tem que obedecer à linguagem? A pessoa não tem o direito de escolher a forma como quer ser tratada?

Entre nós, as regras da linguagem, que são frequentemente alteradas, adaptadas ou subvertidas pelas novas gerações, as redes sociais ou o digital, não podem ir ao encontro da vontade destas mulheres, porque elas continuam privadas do reconhecimento de dignidade e de respeito, enquanto minoria, nos lugares de poder. Subjacente a esta intolerância está a vontade de sublinhar que as mulheres permanecem estranhas àquelas posições e, quando as ocupam, só podem constituir exceções, submetendo-se, portanto, às normas da maioria.

A ideia de ser politicamente correto para com as minorias constitui uma forma de respeito pelos direitos humanos desses grupos sociais e uma manifestação de vontade da sua integração social. A sociedade portuguesa integrou-se rapidamente na ordem jurídica internacional, ao adotar a legislação mais avançada ao nível dos direitos das mulheres e das minorias, num esforço que veio do topo (do Estado de Direito) para a base. Mas a integração destes direitos na cidadania, que envolve um maior esforço por parte dos cidadãos, permanece superficial e frágil.

Neste processo de transformação da sociedade portuguesa, a comunicação social manteve-se muito distante, não promovendo o debate público, nem difundindo

a investigação científica, ao contrário do que acontece noutros países europeus. Deste modo, continua a exercer uma enorme influência sobre as mudanças no domínio específico do género e da igualdade e a participar ativamente no seu lento progresso, ou retrocesso, como acontece atualmente com o combate à ideia peregrina de ideologia de género, que toda a comunicação social reproduz acriticamente.

Caro José Rebelo, este texto, que me saiu um pouco de rompante, teria beneficiado imenso se tivesse feito parte de mais uma conversa de corredor entre nós. Mas os tempos são outros e, agora, os corredores acolhem outros atores.

Um grande abraço para ti, com toda a amizade, e um muito obrigada

Duas faces de um compromisso com a democracia

Edite Estrela
Deputada, Presidente da Comissão de Assuntos Europeus

Há datas, feitos e pessoas que merecem ser evocados e celebrados. Não apenas as datas da *nascença* e da *morte,* que Alberto Caeiro, que aparentemente gostava de simplificar a complexidade da vida, valorizava numa biografia. E não apenas os feitos dos nossos antepassados que "por obras valerosas / se vão da lei da Morte libertando", mas também aqueles cujo legado é maior que a obra publicada e o percurso profissional. Lembremos, pois, aqueles que, pelo que disseram e fizeram, pelas ideias que defenderam e pelos combates que travaram, contribuíram para a construção de uma sociedade melhor. É o caso do professor emérito do Iscte-IUL José Manuel Rebelo Guinote.

Há uma data e um feito que são indissociáveis da personalidade que nos cumpre homenagear. Não é uma data que só a ele diga respeito, é uma data de elevado valor simbólico, um verdadeiro marco histórico: 25 de Abril de 1974, data fundacional do regime democrático em Portugal. A Revolução dos Cravos é, quanto a mim, um feito maior que lhe está associado. Ele próprio reconheceu ter sido o tempo mais exaltante da sua vida, vivenciado num Portugal em construção acelerada, onde todos os dias se davam novos passos a caminho da democracia e a mudança social e política acontecia a uma velocidade vertiginosa.

O período mais exaltante da sua vida

Para o então correspondente do jornal *Le Monde*, nesse tempo singular, o Portugal de Abril era "um paraíso para a imprensa estrangeira", que tinha a oportunidade de relatar e interpretar os acontecimentos e dar a conhecer ao mundo os atores individuais e coletivos de uma revolução que serviu de exemplo para a Europa e para o mundo. A Revolução dos Cravos foi a primeira das sessenta e muitas revoluções, na Europa e em outros continentes, que desencadearam a fase da transição de regimes autoritários para regimes democráticos, sem derramamento de sangue. Revolução original, em que as espingardas dos soldados exibiam cravos em vez de balas e em que a adesão eufórica da população transformou o golpe de Estado militar em revolução. O povo saiu à rua como a poesia, deu vivas à liberdade, confundiu-se

com os soldados e tornou-se protagonista da uma revolução pacífica que marcou um tempo e um modo.

Nas páginas do prestigiado *Le Monde*, José Rebelo traçou o retrato de um país em desassossego e de um povo que reinventava o seu futuro. Muitos outros, incluindo escritores portugueses e estrangeiros fizeram referência ao derrube pacífico do regime do Estado Novo, realçando a forte participação popular. José Cardoso Pires, em *Alexandra Alpha*, sintetiza numa extraordinária metáfora o que observou e impressionou: "Um mar de gente a entoar *Grândola, Vila Morena*, um imenso coro a declarar solenemente a terra da fraternidade diante dum quartel de malditos onde se tinha refugiado o Governo".[1]

A música e a participação coletiva funcionaram como catalisadores de mudança, transmitindo os valores de liberdade, fraternidade e cidadania. Aconteceu em Portugal e tem acontecido na América e na Europa com alguns movimentos contemporâneos, como *Black Lives Matter* (EUA, 2020) ou *Fridays for Future* e outros protestos climáticos.

Estas manifestações carregadas de significado simbólico mostram que a arte e a música podem amplificar mensagens políticas, criando identidade e coesão entre participantes, e levar à mudança de regimes políticos.

O nosso Nobel da Literatura, José Saramago, em *Manual de Pintura e Caligrafia*, sintetiza a emoção desse dia único e indescritível: "Não sei descrever o dia de hoje: as tropas, os carros de combate, a felicidade, as palavras de alegria, o nervosismo, o puro júbilo".[2]

Para o jornalista, diplomata e escritor Álvaro Guerra, também ele opositor ao regime e que, depois do 25 de Abril, integrou a direção de informação da RTP, a notícia mais importante desse dia foi o fim da censura: *Este jornal não foi visado por nenhuma comissão de censura*.[3] A imprensa portuguesa libertara-se, literalmente, do famigerado lápis azul.

Mia Couto começa e termina o II volume da trilogia de *As Areias do Imperado*r, com uma enigmática afirmação: *tudo começa sempre com um adeus*. Não podendo nós confirmar se tudo começa ou não com um adeus ou sequer com uma saudação, sabemos, contudo, que houve um *adeus* a desencadear os acontecimentos desse "dia inicial inteiro e limpo", que Sophia imortalizou neste belíssimo verso. A popular canção de Paulo de Carvalho, "E depois do adeus", que havia representado Portugal no Festival da Eurovisão desse ano, foi escolhida precisamente porque passaria despercebida na rádio. De facto, não levantou a menor suspeita aos censores da ditadura quando foi transmitida nos Emissores Associados de Lisboa, às 22.55 horas do dia 24. Foi o primeiro sinal para os militares se prepararem. A senha decisiva para desencadear a saída das tropas e dar início ao golpe militar foi "Grândola, Vila Morena", de Zeca Afonso, uma canção de intervenção, proibida pelo regime, porque evocava solidariedade, fraternidade e liberdade. Apesar da proibição, com a cumplicidade de locutores e técnicos, foi transmitida na Rádio Renascença às 00.20

1 Pires, José Cardoso (1987), *Alexandra Alpha*, Publicações Dom Quixote, p. 276.
2 Saramago, José (1977), *Manual de Pintura e Caligrafia*, Moraes Editora, p. 138.
3 Guerra, Álvaro (1986), *Café 25 de Abril*, Publicações Dom Quixote, p. 328.

horas do dia 25. E deste modo se deu início à queda da mais velha ditadura na Europa.

Entre o jornalismo e a democracia

No tempo de todas as utopias, José Rebelo esteve sempre comprometido com o seu tempo, um tempo de contestação na juventude e um tempo de rutura e afirmação democrática a partir do 25 de Abril. O jornalista / professor foi uma testemunha atenta e participante na evolução histórica de um Portugal, ora cinzentão e entorpecido, ora colorido e turbulento.

Antes, na luta pela liberdade que o conduziu ao exílio político em Paris, em 1969, e a *chargé d'études* do *Le Monde*, em 1972. Depois, a partir de janeiro de 1975, como correspondente permanente em Lisboa do influente jornal francês *Le Monde*. Nessa função, deu a conhecer aos seus leitores o agitado desenvolvimento da Revolução dos Cravos. Não se limitou a descrever acontecimentos: ajudou a enquadrá-los, a dar-lhes sentido, a mostrar como a democracia se constrói também através das palavras que escolhemos para a narrar. Era mais do que um trabalho, era uma experiência enriquecedora e única, de quem tinha consciência de estar a escrever alguns parágrafos da história do seu país.

No livro que publicou com Maria Inácia Rezola, *La Révolution des Oeillets — Du Pouvoir Populaire au Pouvoir Parlementaire*, dedicado à memória de António Marques Júnior, *un des plus jeunes des jeunes capitaines d'Avril*, ao longo das cerca de 400 páginas, José Rebelo revisita cinquenta e três dos 175 artigos que escreveu entre 13 de janeiro de 1975 e 16 de julho de 1976, considerados pelos autores os mais significativos desse período.[4] Cada texto é um registo indelével da tensão entre liberdade e responsabilidade cívica e uma prova da mobilização popular num país em mudança urgente. Cada reportagem escolhida para o livro é um fragmento de memória viva, que nos dá a conhecer a diversidade de vozes emergentes e o entusiasmo de uma sociedade a aprender a declinar as palavras liberdade e democracia.

Prefaciado por José Barata-Moura e publicado em França, exatamente na semana em que se comemoraram os 50 anos do 25 de Abril, este livro não é apenas uma compilação de notícias e reportagens, é uma janela aberta à compreensão dos acontecimentos como parte de uma narrativa maior, em que a democracia se constrói diariamente e onde a imprensa assume um papel central. As reportagens são acompanhadas por rigoroso enquadramento histórico de Maria Inácia Rezola, o que ajuda a situar os textos no contexto político, social e democrático do momento. Trata-se, portanto, de uma obra que reproduz a azáfama do jornalismo de testemunho e a alia à análise reflexiva da historiadora.

O livro está dividido em três partes: 1. *La libération;* 2. *Les étapes d'un processus révolutionnaire*; 3. *La normalization;* seguidas de um epílogo, cujo sugestivo título

4 Rebelo, José e Maria Inácia Rezola (2024), *La Révolution des Oeillets — Du Pouvoir Populaire au Pouvoir Parlementaire*, Les Éditions de l'Atelier.

resulta de uma afirmação de Eduardo Lourenço, *La révolution possible et lucide,* uma útil e interessante síntese dos acontecimentos mais relevantes que ocorreram nos anos que se seguiram à revolução.

Entre o jornalismo e a academia

Quer como jornalista quer como professor, José Rebelo provou que noticiar os acontecimentos com rigor e sensibilidade é também um modo de formar consciência crítica, seja nas páginas de um jornal, seja na sala de aula de uma universidade. O repórter fez o relato de um país em transformação. O professor ajudou a compreender como esses relatos moldam a visão da realidade. Ambos, repórter e professor, mostraram que a democracia precisa de jornalistas livres, mas também de cidadãos informados e críticos.

Podemos afirmar que José Rebelo soube unir dois mundos naquele tempo separados: o do jornalismo e o da academia. Com ele, o repórter e o professor fundiram-se num permanente e frutuoso diálogo, como se cada reportagem fosse também uma aula, e cada aula, uma reportagem. Certo é que a academia e o jornalismo são, para ele, duas faces de um mesmo compromisso com a democracia. A convicção, que admiro e partilho, de que nesse equilíbrio se constrói uma democracia viva, leva-me a parafrasear Orwell e afirmar que "publicar aquilo que alguém não quer que se publique" é também uma responsabilidade ética. Essa responsabilidade ética de escolher o que é publicável e o que não é, liberdade de imprensa e de expressão, vem sendo negada a muitos jornalistas, mesmo em países democráticos.

O olhar do repórter não desapareceu quando se tornou professor. No Iscte, José Rebelo ensinou a desconfiar do óbvio, a perceber que cada notícia é também uma narrativa construída, cada silêncio é também uma decisão editorial. Ensinava técnicas e transmitia valores. Queria que a comunicação social não fosse encarada como simples espelho da realidade, mas como um ator central da democracia. A democracia, aliás, foi sempre a sua medida. Talvez por isso seja tão exigente na forma como vê o papel dos *media* em Portugal, sobretudo na prestação do serviço público.

Em defesa da televisão pública

Segui mais de perto o pensamento e as posições de José Manuel Rebelo quando exerci as funções de presidente da Comissão Parlamentar de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, entre 2015 e 2019. Nesse período, acompanhei as suas reflexões sobre a comunicação social enquanto pilar essencial da vida democrática. No Conselho de Opinião da RTP, em que também deixou marca, pude observar que a sua voz era respeitada pelos seus pares e determinante na tomada de decisão. Nesse órgão consultivo da estação pública de televisão e rádio, continuou a afirmar sem tibiezas que a comunicação social deve servir a cidadania e não os poderes.

E fê-lo com a mesma convicção que levava para a sala de aula, para os livros, para as conversas informais: a convicção de que comunicar é, sempre, um ato político no melhor sentido da palavra. Não no sentido da partidarização, mas no sentido do compromisso coletivo, do cuidado com a liberdade de todos.

Em 2011, segundo o jornal *Público* (8 de agosto), no âmbito da constituição de um grupo de trabalho, coordenado pelo presidente do ISEG, o economista Luís Duque, para definir o conceito de serviço público de comunicação social, não hesitou em denunciar a incoerência do ministro da tutela, Miguel Relvas. José Rebelo não receava dizer aquilo que muitos pensavam, mas poucos ousavam formular. Segundo a mesma notícia, não se inibiu de comentar publicamente que "se os outros membros da comissão forem economistas e gestores, poder-se-á dizer que é uma comissão muito delicada nos seus objetivos". E concluiu, fazendo votos de que não se tratasse de uma "comissão liquidatária da RTP."

No artigo "No primeiro aniversário da televisão privada em Portugal" argumenta que a emergência de canais privados altera o panorama mediático, porque a competição por audiências e receitas publicitárias pressiona as estações a ajustar grelhas e formatos ao gosto do "grande público", com prejuízo de ofertas culturais / educativas.[5] Cita dois jornalistas do *Le Monde*, segundo os quais *a* "audiência já não recompensa a qualidade de informação produzida por um canal de televisão, mas sim a descarga de adrenalina que essa informação provoca no telespectador." Se essa "espiral da espetacularização" já se observava há mais de vinte anos, atualmente, com a concorrência entre quatro canais de informação (SICN, RTP3, CNN e NOW) e a desinformação a circular livremente nas redes sociais, a informação está ainda mais contaminada por *fortes cargas emocionais* que originam *numerosos atropelos*. Nunca como agora, a realidade é substituída pela encenação, diluindo a distância entre notícia e espetáculo.

Num outro artigo, "O serviço público de televisão em Portugal: equívocos e contradições" critica propostas políticas para reduzir a RTP a um único canal por motivos orçamentais.[6] De forma provocatória, mas certeira, concluiu que *a* RTP "será menos uma televisão pública e mais uma televisão comercial do Estado". Conflito este que não é novo. Segundo Croteau e Hoynes, "existiu sempre uma tensão entre o papel dos Media na promoção da democracia e no incentivo à cidadania e o seu estatuto de indústria maximizadora do lucro".[7]

O papel de mediador neste potencial conflito coube tradicionalmente aos governos e a instituições reguladoras, mas atualmente o poder dos governos e das entidades reguladoras é reduzido e os algoritmos e as plataformas digitais são fatores de desregulação e tornam essa tensão ainda mais evidente e global.

---

5 Rebelo, José (1993), "No primeiro aniversário da televisão privada em Portugal", *Análise Social*, XXVIII (122), pp. 653-677.

6 Rebelo, José (2002), "O serviço público de televisão em Portugal: equívocos e contradições", *Le Monde Diplomatique* (versão portuguesa), julho.

7 Croteau, David e William Hoynes (2006), *Media / Society: Industries, Images, and Audiences*.

Desinformação, algoritmos e democracia

O filósofo russo Mikhail Bakhtin afirmou que vivemos numa sociedade dialógica ou conversacional, em que a comunicação assume um papel central. Comunicação que, no sentido original do latim *comunicare*, é sinónimo de comunhão. Comungar informação, ideias, preferências, hábitos, usos e gostos. Atualmente, com a emergência e proliferação das redes sociais, comunicar é só partilhar. Partilha-se tudo, o que é público e o que é privado, sem fronteiras definidas e com raras restrições. Os ecrãs substituem a família e os amigos reais e os *likes* e partilhas substituem as conversas. A comunicação digital está a substituir o diálogo pelo ataque pessoal e a liberdade pelo vício da exposição. Os algoritmos transformam emoções em cliques e as inseguranças e insultos em lucro. Num tempo em que o prestígio público é frequentemente confundido com notoriedade digital, importa recordar que a relevância histórica das figuras públicas não se mede pelo número de seguidores e partilhas, mas pela consistência entre o que se diz, o que se faz e o que se é.

Caminhamos a passos largos para a distopia ficcionada por Aldous Huxley, em *Admirável Mundo Novo*. Tal como na ficção, o ser humano está a ser subjugado pelas suas invenções e cada vez mais incapaz de pensar e agir por vontade própria. Os algoritmos das redes sociais influenciam gostos, opiniões, comportamentos e decisões e determinam opções políticas. Julgando-se livre, o cibernauta torna-se *programável*: gosta do que lhe é sugerido, consome o que lhe é mostrado e adota ideias filtradas pelos algoritmos. Não é, pois, de estranhar que o presidente da Disney, Bob Iger, tenha afirmado, em 2019, durante um jantar organizado pelo Simon Wiesenthal Center, uma organização judaica de direitos humanos, em Los Angeles, que "Hitler teria adorado as redes sociais". Ao criarem "um falso sentimento de que toda a gente tem as mesmas opiniões", as redes sociais transformam-se na ferramenta de *marketing* mais poderosa que um extremista poderia desejar. Neste contexto, não surpreende o original agradecimento de Matteo Salvini no dia em que foi eleito: "obrigado a Deus pela Internet, obrigado a Deus pelas redes sociais, obrigado a Deus pelo Facebook".

O que se pode fazer para limitar os evidentes riscos para as sociedades democráticas? Por um lado, aumentar a regulação e exigir transparência sobre o funcionamento das plataformas digitais e, por outro, promover a literacia digital dos jovens para que percebam como os algoritmos condicionam escolhas e moldam perceções e não sejam tão facilmente manipulados.

São conhecidos casos de manipulação política e de interferência estrangeira em campanhas eleitorais. Aconteceu nos Estados Unidos nas eleições presidenciais de 2016 e de 2020. Aconteceu no Brasil, nas eleições presidenciais de 2018 e 2022. Mais recentemente, em 2024, aconteceu na Roménia e na Venezuela. Tendo em conta os sistemáticos atropelos à democracia americana e ao Estado de direito perpetrados pela administração Trump, parece premonitória a advertência do presidente Franklin D. Roosevelt, em 1938: "se os Estados Unidos não se mantiverem como uma força viva, preocupada em melhorar pacificamente a vida de seus cidadãos, o fascismo poderá florescer dentro do próprio país". O alerta, passadas mais de oito décadas, adquiriu renovada atualidade. O assalto ao Capitólio, em janeiro

de 2021, foi o prenúncio de que mesmo democracias consolidadas não estão imunes à emergência de governantes de perfil ditatorial. Com a agravante de que a democracia contém em si os meios para a sua destruição.

Em tempo de "factos alternativos" e de pós-verdade, a maior parte dos cibernautas fica-se pelo "manto diáfano da fantasia" e não procura *a* "nudez crua da verdade", na alegoria queirosiana. Está provado que a desinformação é uma das novas ferramentas mais poderosas contra a democracia. O conforto da fantasia digital impede que se enfrente a verdade nua e crua. Essa evasão coletiva ameaça não apenas o conhecimento individual, mas também os alicerces da democracia. Procurar a verdade exige vontade e esforço. A facilidade e a sedução oferecidas pelas redes sociais tornam a verdade nua e crua menos atraente, levando muitos a preferirem o conforto da fantasiosa desinformação.Parte inferior do formulário

O percurso de José Rebelo mostra-nos que comunicar nunca é um ato neutro: é sempre uma escolha, uma responsabilidade, um gesto de liberdade. No equilíbrio entre informar, analisar e ensinar, o jornalista/professor deixa-nos não apenas um legado profissional, mas uma inspiração ética: a de que viver em democracia exige cuidado com a verdade, compromisso com o debate e respeito pelas opiniões de todos. Hoje, ao recordar o emérito professor e amigo, fica-me esta imagem: a de alguém que nunca abdicou da exigência crítica, que nunca se deixou seduzir pelo caminho fácil, que nos ensinou que cada palavra, cada ideia e cada atitude têm consequências. E deixou-nos um desafio que, nos tempos sombrios em que vivemos, mais nos responsabiliza e obriga a honrar: manter viva essa consciência de que a comunicação não é apenas informar, é formar, é construir cidadania, é proteger a democracia. E que este é um combate diário para o qual, mais do que nunca, estamos todas e todos convocados.

Memórias que confortam e compensam

João Freire
Professor emérito, Iscte-IUL

Já só conheci pessoalmente o professor José Rebelo em Lisboa, e decerto no Iscte, quando o amigo professor Paquete de Oliveira começou a guarnecer a sua área de especialização sociológica da comunicação, acrescentando-a às iniciais do trabalho (com Marinús Pires de Lima, David Miranda e eu próprio, saindo nessa altura a Fátima Patriarca), rural (com Manuel Villaverde Cabral e Afonso de Barros) e Urbana (com Vítor Matias Ferreira e António Fonseca Ferreira). Isto, ao mesmo tempo que a antropologia também fazia a sua inserção na nossa escola (com o Raul Iturra, o Robert Rowland e o Joaquim Pais de Brito) e também talvez se esboçasse uma sociologia do desenvolvimento (por evolução do Villaverde Cabral, com o Mário Bandeira, o Francisco Cordovil e outros).

Mas o seu nome era sobejamente conhecido pelos que, como eu, estiveram exilados em Paris, por oposição ao regime e às práticas repressivas do Estado Novo salazarista. Não porque tivesse vivido connosco os tempos entusiasmantes do Maio de 1968, encontrando-se então ele ainda no país, mas sobretudo porque no período aproximado entre 1970 e 1974 era ele quem assinava algumas crónicas políticas sobre Portugal que o jornal *Le Monde* de tempos a tempos publicava, e que se intensificaram muito após os acontecimentos do 25 de Abril de 1974.

Desse período, aliás, vieram a resultar dois livros que o José Rebelo coassinou com outros analistas relevantes do processo político português: *O 25 de Abril nos Media Internacionais*, com Mário Mesquita em 1994 (na Afrontamento) e *La Révolution des Oeillets au Portugal — du Pouvoir Populaire au Pouvoir Parlementaire*, com Maria Inácia Rezola em 2024 (F.C. Gulbenkian). Aos quais devemos acrescentar o livro resultante da sua tese de doutoramento, precisamente sobre as enormes restrições à imprensa existentes no regime ditatorial anterior ao 25 de Abril: *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo* (1998, saído na Livros & Leituras).

As nossas respetivas diferentes áreas de investigação sociológica nunca permitiram um qualquer trabalho de investigação, de lecionação ou de publicação entre o José Rebelo e eu próprio. Mas a cordialidade, a simpatia e (creio) o respeito mútuo sempre terão existido entre nós. E julgo saber que, quando o professor José Rebelo exerceu no Iscte -Instituto Universitário de Lisboa o cargo de presidente do seu Conselho Científico em 2013-2015, bastantes anos depois de eu ter cumprido

esse mesmo mandato, terá podido constatar documentalmente, e apreciado com conhecimento de causa, o meu empenho nessa circunstância. Tal tipo de memórias são daquelas que confortam e compensam os desagravos de que também frequentemente somos vítimas.

Ao amigo José Rebelo, descendente, pela mãe, do anarcossindicalista Jaime Rebelo, que eu ainda tive a oportunidade de conhecer pessoalmente em 1974, o meu abraço de particular estima e consideração.

Do que não conta o currículo

Helena de Sousa Freitas
Gestora de projetos culturais

Solicitado que me foi um testemunho sobre o professor José Rebelo, meditei um pouco no convívio tido com alguém que aceitou assumir dois ponderosos encargos no meu percurso universitário: orientar-me no mestrado e, menos de dois anos volvidos, orientar-me no doutoramento.

Podia isto levar a que aqui trouxesse episódios de teor estritamente académico, mas são de outra natureza os que venho evocar. Uma opção feita por aquilo que eles revelam sobre o José Rebelo pessoa, o meu orientador despido do seu currículo científico e envergando apenas a sua humanidade, não obstante ambos se revelem igualmente admiráveis.

O primeiro deles aconteceu num dos seminários do doutoramento em Ciências da Comunicação, e surgiu a propósito da presença, já então mais do que constante, de comentadores nos noticiários televisivos. Ressalvando, numa nota antivaidade, que, de qualquer forma, não era convidado a assumir aquele papel "tantas vezes quanto isso", o professor Rebelo explicou que o fundamental perante aqueles reptos, para muitos irresistivelmente tentadores, é conseguir perceber quando os aceitar e quando "sugerir o nome de um colega mais habilitado para se pronunciar sobre a matéria". Isto sem ficar a lamentar a oportunidade perdida de uma aparição no pequeno ecrã e priorizando o interesse que importa, i.e., o acesso do público a dados ou a uma opinião que acrescente valor ao já conhecido, à informação apresentada.

Este exemplo pode ser tido como um mero apontamento, mas, numa era de "especialistas instantâneos" e "tudólogos" incapazes de recusar a possibilidade de se verem e serem vistos, de perder a oportunidade de juntar ao seu currículo mais três minutos de fama, é conselho que muitos ouvidos deviam escutar.

O segundo dá-se comigo enquanto bolseira da FCT e com o balão de oxigénio prestes a esvaziar-se, que é como quem diz, com o período de atribuição da bolsa a aproximar-se perigosamente do fim. Com a sua vasta experiência a nortear teses e, sobretudo, seres estudantis, o professor Rebelo estranhou os longos silêncios que pautavam a relação orientanda / orientador, já que, se ele nada me perguntasse por meses a fio, eu por meses a fio nada dizia.

O sociólogo Rui Brites, meu colega de doutoramento e seu "colega de geração", disse-me em certa ocasião que "o Zé Rebelo é o melhor orientador que se

pode ter, porque não anda sempre em cima dos orientandos, a pressionar com prazos para entregar não-sei-quantas páginas". Porém, como ele próprio reconhecia, o pau tinha dois bicos — se funcionava com pessoas muito regradas, com as outras… E eu, que pouco falhara no mestrado, frequentado e concluído em acumulação com as funções de jornalista na Lusa, agora, que era bolseira, integrava embaraçosamente o segundo grupo. Não por desregramento, mas porque me excedera na fase de pesquisa, angariando uma quantidade assoberbante de dados de todo o tipo: as leituras feitas ascendiam às largas dezenas, os inquéritos aplicados andavam na ordem dos seiscentos, as entrevistas de fundo superavam uma vintena, havendo a somar a isto o fruto de uma recolha fotográfica que me conduzira o olhar por cerca de cinquenta arquivos, uma revista de imprensa de quarenta anos de um trissemanário que se saldara em cerca de cem mil páginas em formato digital, e as notas do acompanhamento, como observadora, de uma campanha partidária.

Elenco tudo isto para que se compreenda a que ponto me sobrecarregara de informação e em que estado me encontraria o professor Rebelo quando, pressentindo que algo de muito sério se passava comigo, me falou na possibilidade de termos um almoço em Setúbal, cidade onde eu desenvolvia a investigação. O convite chegou-me num tom informal e descontraído, mas deixou-me a tremer.

Não impediu isso que o dia chegasse; e lá fui eu, sentindo-me como um réu a aguardar sentença enquanto me sentava à mesa. Intuindo a minha agonia antes ainda de um pranto em pleno restaurante a tornar inocultável, o professor José Rebelo tentou calmamente perceber em que ponto ficara eu bloqueada e o que podia ser feito para que saísse do atoleiro. E, diante do meu misto de desespero e depressão, declarou: "Sinceramente, Helena, preferia ouvir-lhe que tinha gasto o tempo e o dinheiro da bolsa numas férias de luxo do que deparar-me consigo assim". Devo ter sorrido pela primeira vez nessa refeição, tão aliviada e grata me senti pela compreensão.

E, uma vez mais, esta atitude pode parecer de pouco relevo para figurar em livro, mas quem souber de casos em que, perante um orientando fragilizado, um orientador impaciente pressiona para a entrega da tese na mera urgência de acrescentar essa nota ao seu palmarés, decerto reconhecerá o valor daquela reação.

A encerrar este breve apanhado de memórias, partilho aquela que é, para mim, a mais simbólica delas, reportando-se a um encontro casual no qual confirmei a minha impressão do professor José Rebelo, quer em termos de carácter, quer em termos de trato humano.

Não tendo tido disto conhecimento pelo próprio, presumo que não fará ideia de que o sei, mas trata-se de um relato de terceiros que me despertou franca simpatia, não querendo, por isso, deixar de o trazer aqui.

Estando eu ainda em fase de orientação da tese doutoral, cruzo-me, em certa ocasião, com uma funcionária da Câmara Municipal de Setúbal, onde o professor Rebelo desempenhou funções como vereador da Informação e Cultura entre 1985 e 1989. A pessoa em causa, que o secretariou durante aquele período, contou-me, então, que, anos depois de o vínculo profissional que os unia ter cessado, foi surpreendida por um telefonema: "Era o Doutor José Rebelo, que, numa breve deslocação a Setúbal, queria rever-me. Na altura, pediu-me também o contacto do motorista

que o conduzira durante a sua vereação. E o que fez? Levou-nos a almoçar com ele. O facto de, em lugar de convidar algum nome maior da cidade ou alguém com um cargo alto na câmara, ter optado por dois dos seus funcionários mais humildes, tocou-me profundamente".

Os olhos brilhavam-lhe de uma tão grata alegria ao recordar a experiência que fiquei a perguntar-me se, caso aquele almoço do meu orientador tivesse sido com alguma personalidade local ou alguém detentor de um alto cargo na autarquia, a memória do convite perduraria nessas pessoas com a vividez com que perdurava na sua ex-secretária, que sentiu e guardou o gesto como precioso.

Despretensão, empatia, nobreza — atributos valiosos, no sentido lato e na interação com o outro, que as notas curriculares não incluem, mas que, tanto ou mais do que a formação académica obtida, os cargos exercidos e as obras publicadas, nos constroem e podem marcar indelevelmente quem nos rodeia.

Parabéns, professor José Rebelo, pela excelência humana.

Quando a força das "causas" se impõe à rotina dos dias

Alexandre Manuel
Ph.D. em Sociologia, Jornalista

A propósito de uma amizade, nascida na encruzilhada de palavras (e de ideias) feitas jornalismo. E que se foi cultivando, ao longo de mais de 50 anos, na política, na academia, na cultura e no convívio.

Conheci José Rebelo antes de o ter realmente conhecido e bastante antes de ser seu amigo. Concretamente, desde o tempo em que passei a ser regular "consumidor" das crónicas do jornalista que, correspondente do *Le Monde* em Lisboa, havia assumido publicamente o "compromisso" de reportar a originalidade de um movimento revolucionário liderado por jovens capitães que, em "ligação direta" com as "classes populares", tinham derrubado uma ditadura de quatro décadas, dando, simultaneamente, início ao fim de uma guerra colonial "sem saída".

Com a curiosidade acrescida de, como escreveu em uma das muitas crónicas publicadas naquele diário francês de referência europeia, tudo isto ter acontecido num país olhado por boa parte dos *media* internacionais, como um "caso perdido para a democracia". De facto e de acordo com a opinião de muitos jornalistas, estava-se, na ocasião, perante dois países — Portugal e Espanha — separados "da Europa tal como a conhecíamos", por uns Pirenéus a funcionarem como uma "espécie de cortina".

Então, sobre o jornalista José Rebelo, apenas sabia que tinha iniciado a profissão no *República* de Carvalhão Duarte e Artur Inês (como gosta de sublinhar), onde, aos 21 anos, era o responsável pelo suplemento "Diagrama Social" e de onde, em meados de 1968, se havia "despedido", para ir ao encontro da liberdade, em Paris (não por acaso, foi distinguido pelo Presidente da República Jorge Sampaio, com a Ordem da Liberdade, no dia 25 de abril de 2004).

Na Universidade Panthéon-Sorbonne (Paris 1), onde preparava um doutoramento em Ciências Políticas, conheceu Hubert Beuve-Méry, fundador do *Le Monde* que, além de ter aceitado ser o orientador da dissertação final desse doutoramento (um caso único, por parte daquele professor), ainda o convidou a ir trabalhar para o "seu" diário.

Será, aliás, neste contexto que, em janeiro de 1975, José Rebelo é desafiado a ocupar o cargo de "correspondente permanente" daquele jornal em Lisboa, onde,

como escreve no texto de introdução a um livro seu há meses editado em França viveu "o período mais exaltante" da carreira profissional de jornalista. [1]

No jornalismo…

Na prática, só algum tempo depois é que nos fomos cruzando no dia a dia do jornalismo. Foi quando vários de nós andávamos à procura de dados, a buscar depoimentos junto dos protagonistas, a ouvir gente e, sempre que possível, a reportar os acontecimentos mais marcantes de uma revolução, em que, como recorda, a par da difícil tarefa de integrar as diferentes etapas na grelha tradicional relativa a "este tipo de situações", se era "comummente" confrontado com o debate sobre a "liberdade de informação", uma questão que, na sua opinião, é indissociável do exercício da profissão.

É, aliás, essa liberdade de informação, olhada como direito e dever, mais uma das "causas" por si assumidas: no exercício da profissão (enquanto correspondente do *Le Monde* e do semanário parisiense *L'Événement du Jeudi* ou ainda na direção da revista *Plural*) e, posteriormente, no conselho de opinião da RTP e da RDP, na administração do Institut Méditerranéen de la Communication (Paris), na vice-presidência da Associação Europeia dos Direitos do Homem (Bruxelas) ou na presidência da CIVITAS (de que foi um dos fundadores), hoje, Liga Portuguesa dos Direitos Humanos — CIVITAS.

E porque sempre assumiu por inteiro o papel do investigador que ensina, como realmente deve ser a função de um professor, em especial o universitário, esta era uma questão que insistia em lembrar junto dos alunos (no Iscte-IUL, na Nova de Lisboa e, como professor convidado, na Lusíada, na Católica, na do Porto, na Autónoma, nas de Paris I e II, na Agostinho Neto, em Luanda, ou na de Sevilha, em Espanha), alertando-os para o facto de, "na esmagadora maioria dos casos", o jornalista ser um "profissional assalariado *e,* como tal, sujeito a condicionamentos vários" de natureza económica (maioritariamente ditados pela concorrência), ligados à inovação tecnológica ou tão-somente consequência da "evolução da própria profissão".

Como, a propósito, escreveu em *O Discurso do Jornal* (livro que, em 2000, o "desafiei" a publicar na coleção *Media & Sociedade* da Editorial Notícias), "a realidade

---

1 Quase um quarto das cerca de 200 crónicas assinadas por José Rebelo, no Le Monde, entre janeiro de 1975 e 16 de julho de 1976, data da tomada de posse do primeiro Presidente da República eleito democraticamente (Ramalho Eanes), foram, em abril de 2024, publicadas em livro pela editora francesa Les Editions de l'Atelier (Ivry-Sur-Seine, Paris). Sob o título *La Révolution des Oeillets: du Pouvoir Populaire au Pouvoir Parlamentaire — Regard d'un Correspondant du Monde au Portugal*, as crónicas aí reunidas dão-nos conta de uma revolução que contrariava os "modelos clássicos" de intervenção militar sempre que acontece uma mudança política, relatando, simultaneamente, o início de "um processo de descolonização sem precedentes". O livro, prefaciado por José Barata-Moura, integra ainda um importante texto de contextualização assinado pela investigadora Maria Inácia Rezola, que presidiu à comissão comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril.

cial não é uma superfície lisa", o acontecimento "não existe *per se*", o jornalista não é aquele "sujeito exterior e distante, armado de uma independência, de uma neutralidade sem falhas" e os *media* estão longe de ser "meras estruturas tecnológicas particulares".

Na política…

Mas porque de "encontros" se trata este quase "rememorar", evocarei, ainda, o facto de, inesperadamente, com ele me ter "cruzado" na vida política ativa, mais concretamente quando aceitou concorrer às eleições autárquicas para a Câmara de Setúbal, onde, entre 1985 e 1989, foi vereador responsável pelos pelouros da Informação e Cultura.

Para a assunção deste desafio autárquico que, por certo, terá contado com a persistência amiga de um dos mais jovens capitães de Abril, António Marques Júnior, então deputado eleito (pelo PRD) por aquele círculo eleitoral, terão contribuído grandemente dois fatores: o entendimento que faz do serviço público (uma questão de cidadania) e o modo como olha a cultura que, na sua opinião, jamais poderá ser considerada "um ornamento", porque é, antes e sobretudo, um "direito de todos", o "cimento invisível" de qualquer comunidade.

A tudo isto, talvez se possa (deva) acrescentar ainda o facto de a candidatura ser em Setúbal, terra natal de seu avô, Jaime Rebelo, anarquista de resistência heroica que, a par dos regulares enfrentamentos com a PIDE, de um número incontável de prisões, das deportações nos Açores e em Angola e, passados que foram cerca de vinte anos em que a "relação com mulher e filhos pouco mais foi que epistolar", ainda encontrou forças para, em Barcelona (Espanha), lutar ao lado dos que combatiam o golpe franquista. E que, por isso mesmo, teve de enfrentar os "rigores de acantonamentos" em França, reservados aos derrotados" que atravessavam a fronteira dos Pirenéus. [2]

Foi, aliás, em homenagem à memória do "homem de boca cerrada", evocado por Jaime Cortesão, num poema em que narra a coragem do pescador de Setúbal que, entre dois interrogatórios da "tuba vil dos esbirros", cortou a língua que o podia trair, uma das razões (não a única, mas importante) que motivou este neto, o quinto, a escolher como tema central da sua tese de doutoramento "as práticas

2 "É um dever, para mim, estar aqui hoje a guardar a memória do meu avô", afirmou José Rebelo, quando, em setembro de 2021, num dos chamados "campos de internamento" franceses (no caso, o de Gurs), foi evocada a memória dos milhares de refugiados aí aprisionados, na sequência da queda de Barcelona. Então, entre os 349 portugueses recenseados, estava Jaime Rebelo. Apesar de, como explicou na altura, não partilhar, hoje, as ideias anarcossindicalistas do avô, até porque bem diferentes são os contextos políticos vividos por ambos, José Rebelo jamais esqueceu, no entanto, a importância deste homem que, no dizer poético de Cortesão, "de dia tinha o mar alto" e "de noite a luta bravia pela Liberdade", na "formatação" da sua "vida literária e política". O nome de Jaime Rebelo foi, há anos, dado a uma avenida, em Setúbal, junto ao rio Sado.

discursivas do Salazarismo", que veio a dar origem ao livro *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo*.

Na academia…

Depois destes "encontros" em mundos tão desiguais, aconteceu a academia, ou seja, quando cuidava que os bancos da escola estavam definitivamente postos "em sossego", fui desafiado a frequentar a primeira edição da pós-graduação em Jornalismo que, criado por despacho conjunto do Iscte e da Escola Superior de Comunicação Social, era, na altura, por ele dirigida.

Tudo, entretanto, parecia ficar por aí, não fora a força da sua amizade sedutora a convencer-me (a mim e a mais alguns) a aceitar a "aventura" de um doutoramento em Sociologia, só possível porque responsáveis do Iscte tinham, em devido tempo, ousado enfrentar "tradições" e corporativismos académicos.

Para essa "abertura", foi fundamental a sua tenacidade (mais uma das "causas" que fez sua!), tendo contado, para o efeito, com o apoio de vários professores de prestígio daquela instituição: a começar por Paquete de Oliveira (cujo empenho assumiu importância decisiva), bem secundado, entre outros, por Firmino da Costa e João Ferreira de Almeida, a exercer, na ocasião e desde 1992, o cargo de presidente da direção.

Já, então, Rebelo havia decidido abraçar por inteiro a vida académica, deixando para trás uma boa e excitante carreira ligada aos *media*. Foi, no seu próprio dizer, um "virar de página" traduzido na apresentação pública, no Iscte, da Lição de Síntese, a componente de umas provas de agregação que, como se sabe, exprime "um dos momentos mais altos" da carreira de qualquer docente universitário.

Como afirmou, na altura, ao dar por finda "uma bem-sucedida experiência" nos *media*, estava a encerrar igualmente "um período de transição", em que se tinham cruzado "legitimidades inerentes ao jornalismo e à docência", um tempo em que o protagonista se sentiu impelido (compelido?) a anotar no cartão de visita "professor universitário e jornalista" ou "jornalista e professor universitário".

Tal decisão esteve longe, no entanto, de significar uma renúncia ao seu passado profissional, até porque assume por inteiro o princípio de que é "justamente nesse passado que se encontram os instrumentos empíricos suscetíveis de alimentar" os "labirintos teóricos". Como, aliás, o futuro próximo se encarregou de o confirmar: em colóquios, debates, conferências e seminários; em artigos publicados em revistas académicas, nacionais e internacionais; nas aulas (cá dentro e lá fora); em vários livros ou nas opções feitas em relação a muitos dos textos inseridos em *Trajectos* — Revista de Comunicação, Cultura e Educação que ele fundou e dirigiu entre 2002 e 2013.

O mesmo se diz, e justamente, a propósito da coordenação de trabalhos de investigação de que *Perfil Sociológico do Jornalista Português* e *As Novas Gerações de Jornalistas Portugueses* (ambos editados em livro que somam, no seu conjunto, mais de 1100 páginas) constituem exemplo significativo.

Foi, de facto, um "virar de página", mas não de todo um "virar de costas" ao

jornalismo, cujo "vício" lhe permaneceu ativo: não já como "praticante", mas, sobretudo, como estudioso da profissão, debruçando-se, por exemplo, sobre questões tão díspares como a responsabilidade social do jornalista; as relações entre justiça e *media* e *media* e ciência; as "estratégias manipulatórias do discurso publicitário"; a dimensão "fragmentária da narrativa mediática"; a "génese e o desenvolvimento" do ensino e da investigação em ciências da comunicação; o funcionamento dos órgãos reguladores do audiovisual; o papel dos *media* na "construção dos problemas públicos" ou as consequências do seu progressivo afastamento da dimensão social, parecendo, no dizer de alguém, cada vez mais virados para a produção de "conteúdos de tipo informativo com valor de mercado".

> Por tudo isto (e pelo muito mais que ficou por dizer), tenho, de facto, muita sorte em tê-lo por amigo. Obrigado, Zé, e até já, até porque ainda há muito caminho para caminhar!

Lições de jornalismo
Das páginas de *Le Monde* durante o PREC aos desafios académicos "à velha geração"

Adelino Gomes
Jornalista, Ph.D. em Ciências da Comunicação

O que pretendo homenagear em José Rebelo poderia resumi-lo no breve currículo deste exercício telegráfico — uma espécie do irritante "eu diria que", enviado a contemporâneos distraídos e a jornalistas no olho do furacão.

> *Jovem, faz as primeiras experiências jornalísticas no* República, *stop. De Lisboa parte em 1969 para França, em autoexílio político, stop. Aí estuda Sociologia na Sorbonne e logra um emprego na empresa de* Le Monde *como "*chargé d'études*", stop. Chegam-lhe ecos da quinta-feira em que os jornalistas portugueses sentem viver as horas mais inteiras das suas vidas profissionais e de cidadãos, stop. E lá de Paris vê no futuro desse 25 de Abril de 1974 a dupla oportunidade de regressar a um Portugal que os capitães prometem livre e democrático e o povo e repórteres de imediato começaram a praticar, do Terreiro do Paço ao Carmo, stop. Espera-o o jornalismo que abandonou, agora em língua francesa, stop. E logo num jornal que "o homem moderno", dentro e fora de França, escolhia nesse tempo ainda como "oração da manhã"* (parêntesis: atribuído a Engels), *stop. Reforça em Lisboa a presença de Dominique Pouchin e junta-se aos Backmann, Marchand, Pautard do jornalismo francês, stop. Integra, enfim, a elite dos enviados especiais de todo o lado chegados e que, tal como os camaradas portugueses, "em êxtase permanente"* (parêntesis: Pedro Vieira, A Capital), *durante todo o* Verão Quente *vão contando à Europa e tudo à volta o que se passa,* "comme si rien d'autre ne se passait dans Le Monde" (parêntesis: La Révolution des Oeillets), *stop.* [1] *O seu nome instala-se na capa e / ou na segunda, terceira, quarta páginas, stop. Fixa-se como correspondente, stop. Encolheram, entretanto, "o imenso Portugal"* (parêntesis, Chico Buarque) *e o "êxtase permanente" da grande imprensa, stop. Abraça a academia, stop. Sem esquecer jornalismo e cidadania, stop. Aproxima-se o fim da década de 1990, stop. O Sindicato da Diana, os inesquecidos Paquete de Oliveira e João Ferreira de Almeida, com Firmino da Costa e geração respetiva do Iscte, o empenhamento do ministro e do secretário de Estado e a capacidade de iniciativa do Iscte e da Escola Superior de Comunicação*

1 Rebelo, José e Maria Inácia Rezola (2024), *Du Pouvoir Populaire au Pouvoir Parlementaire. La Révolution des Oeillets. Regard d'un Correspondant du Monde au Portugal*, Les Éditions de l'Atelier, . Obra publicada com a colaboração do Centre National du Livre (CNL) e o apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian, da DGLAB//CULTURE e do Instituto Camões, IP-Portugal,

Social do Instituto Politécnico de Lisboa vencem "os representantes da instituição académica, fechados que se mantiveram numa redoma feita de tradição e de corporativismo", stop.[2] *Rebelo singulariza-se no repto à geração de jornalistas tarimbeiros que por falta de coragem, vontade ou condições não procurou lá fora o que o Portugal da velha senhora lhe negava, stop. É desse novo e exaltante tempo de mútua descoberta académica e profissional que o remetente deste telegrama irá dar testemunho. Enormemente agradecido a todos, por tudo.*

Das lições do *Le Monde* e de Rebelo

Antes dos sucessivos desafios que fizeste à tua geração profissional, abordo, *à vol d'oiseau*, lições que encontro em *Le Monde* e na tua rápida aprendizagem de novo correspondente, função que exercias pela primeira vez. Com as dificuldades, sublinho, inerentes à qualidade de um português a cobrir em Portugal um processo revolucionário, cujo curso, por curiosidade, despontará e atingirá momentos de crescente tensão nos 10 meses iniciais da primeira etapa do teu trabalho (13 de janeiro de 1975-16 de julho de 1976).

Do arranque da viagem proporcionada por *La Révolution des Oeillets* retive a atenção dada à cimeira de Alvor, incapaz de conter o agravamento da situação em Angola; as controvérsias entre PCP e PS; e a notícia de que vão realizar-se já em abril seguinte as primeiras eleições *reèllement libres* em 48 anos.

Esta última peça tem honras de capa em 12 de fevereiro. A chamada aparece com o nome do autor, por cima e ao lado da primeira coluna à esquerda — uma espécie de editorial, geralmente não assinado, e que o jornal pagina a abrir cada edição. Hoje dedica-o, precisamente, ao tema abrilista do dia chegado de Lisboa, reforçando-lhe a importância (e daí, como é declarado, a importância dada ao tema). [3]

Seguem-se peças sobre a intentona de 11 de Março, subsequentes nacionalizações e novo modelo económico a ser implantado, a festa das eleições livres, o segundo 1.º de Maio que apaga a unidade do primeiro, a unicidade sindical, os "casos *Renascença* e *República*", constantes relações de força entre os partidos e no interior das forças armadas, a reforma agrária e *multiples formes du pouvoir populaire*, boatos de golpe de Estado, espectro de uma guerra civil, a desconcertante greve do VI Governo Provisório e o inimaginado juramento de bandeira "pela vitória da Revolução Socialista", a culminar em frente-a-frente armado Grupo dos Nove-Copcon, Ramalho Eanes é eleito Presidente da República.

Seis anos depois, escreves aquele que considero o teu *opus magnum* dos trabalhos selecionados enquanto correspondente durante o período do PREC: *L' "adieu aux armes" des capitaines…* [4]

---

2 Ver explicação detalhada de José Rebelo (coord.) (2011) em "Apresentação" de *Ser Jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos*, Gradiva.

3 O anúncio, feito pelo general Costa Gomes no dia 10, *a dissipé les inquétudes que pouvaient subsister au Portugal et surtout à l'étranger, sur l'aptitude du nouveau régime a poursuivre le processus démocratique engagé le 25 avril 1974 par le MFA*.

4 *Le Monde,* 29 de outubro de 1982, rubrica Europe, p. 4.

O texto abre com um grupo de oficiais à conversa no 7.º andar do edifício avermelhado que domina a avenida da Ilha da Madeira, sobranceira a Belém. "Preparam, sem alegria, o seu futuro. Pertencem todos ao Conselho da Revolução, que sexta-feira, 29 de outubro, à meia-noite, deixará oficialmente de existir".

Há quem pense abandonar as Forças Armadas. Mas outros, como Costa Neves (Força Aérea), Martins Guerreiro (Armada), Pezarat Correia, Vasco Lourenço e Marques Júnior (Exército) decidem regressar a quartéis. *Il faut y renverser l'esprit du 25 avril*, justifica Marques Júnior. Eles, que libertaram Portugal da ditadura de Salazar e Caetano e que voltaram a pegar em armas para "evitar uma ditadura comunista", são hoje acusados de serem comunistas, e o único partido que publicamente toma a sua defesa é, justamente, o PC…

Este "adeus", que sinto (abusivamente?) ser também o teu, termina com uma *chute* de parágrafo e meio em que Marques Júnior (1946-2012), amargo e no entanto esperançado e orgulhoso, olha para uma foto publicada na primeira página de um jornal. Nela, o presidente da Câmara de Lisboa e o vice-presidente da Assembleia da República passam revista às tropas, no aniversário da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910. O primeiro é de um partido de direita. O outro pertence ao PCP e passou 17 anos na prisão e 22 na clandestinidade. *Notre lutte n'a pas été totalement vaine, conclut le capitaine Marques Junior, il y a quand même des choses irréversibles*.

Vejo aqui notícia, enquadramento, comentários. Um repórter (o único, presumo) à hora certa no local certo. Lhaneza e um traço de emoção que, expressas por outros, atravessam a escrita de quem envia a mensagem e do jornal que no-la faz chegar.

Deixo para o leitor a tarefa de analisar temática e jornalisticamente as restantes 53 peças, selecionadas das 175 deste período, num total de mil que José Rebelo assinou até 1990. Acompanhadas, já agora também, e com não menor prazer e proveito, pela contextualização minuciosa e arguta da historiadora Inácia Rezzola.

Antes de transcrever uma apreciação global do trabalho jornalístico do seu correspondente em Lisboa, feita por um olhar especial vindo de fora do campo, eis dois exemplos de lições editoriais que encontrei nas páginas do *Le Monde* dedicadas ao período histórico em análise.

O primeiro fornece-o José Rebelo no livro (pp. 19-21). Em síntese, há um período durante o qual mais de uma dezena e meia de jornalistas se ocupam de *la révolution portugaise* em Lisboa, no Porto e em 12 capitais e regiões — de Washington a Moscovo, Bruxelas, Roma, Senegal, Argel, colónias portuguesas, incluída já a situação em Timor. Outros 11 trabalham a redação central sobre os três D do derrube da ditadura de Salazar e Caetano — descolonização, democratização, desenvolvimento. Marcel Niedergang e Jean-Pierre Clerc tratam as informações que chegam das agências e preparam os textos dos enviados especiais e correspondentes, mas *saisissant toujours l'opportunité de partir sur le terrain, au Portugal*…

O mesmo aguarda o resto de uma redação mobilizada para o tema.[5] O menor sinal de separatismo na mais longínqua ilha dos Açores transforma Alain-Marie

5 Mário Mesquita chamou-lhe "uma espécie de aristocracia europeia e mundial", numa das suas "Crónicas mediáticas" no *Público* de 15.2.2002, p.41.

Carron em enviado-especial, a quem espera *un monde de politique-fiction, le "terrain" rêvé pour un ethnopsychologue, une société où l'équilibre se conjugue avec l'immobilisme, où le seul devenir concevable est celui de l'entropie qui progresse à une vitesse géologique…*

Tal como Niedergang e companheiros, grande parte dos jornalistas acabará por tomar o caminho de Lisboa. E aqui, julgo encontrar uma das riquezas e a singularidade da oferta editorial do *Le Monde*: completar as abordagens necessariamente mais noticiosas de Rebelo e Pouchin, com a contextualização atualizada no terreno dos acontecimentos, por elementos da redação especialistas nas diferentes matérias.

A importância dada à ida ao terreno (*boots on the ground*, gostam de dizer os repórteres norte-americanos, adotando a expressão militar), não se limita a correspondentes, enviados especiais e especialistas. Philippe Herreman, chefe-adjunto da redação, tal como Jacques Fauvet e André Fontaine, que se sucederam na direção do jornal durante aquele período, aproveitam a oportunidade de conhecer e escrever sobre um país "que tinha suscitado tantas discussões nos corredores do velho edifício da rua dos Italianos". [6]

Uma nota de rodapé recuperada de um texto de Pouchin oferece-nos um outro ângulo de avaliação da postura editorial de *Le Monde*. [7]

O episódio ocorreu em 1976, durante uma reunião da sociedade de redatores do jornal. O lendário Hubert Beuve-Méry, fundador e diretor até 1969, exprime a sua amargura a propósito da maneira como o jornal cobre os acontecimentos em Portugal. *D'une voix sombre, qui était la sienne, il s'est adressé ainsi aux journalistes présents: J'ai été un peu inquiet lorsque, il y a quelques jours, j'ai lu "légitimité révolutionnaire" sans guillemets et "légimité démocratique" avec guillemets. J'aimerais que les guilemets fussent posés au bon endroit.*

Como quase todas, uma lição também simples e duplamente eloquente. Com uma curiosidade: o nosso homenageado teve um projeto de tese de doutoramento sobre *Le Monde,* orientado por Beuve-Méry que, entretanto, o convidou a entrar no jornal. O mesmo Beuve-Méry, que deixara a direção para assumir a presidência do seu Conseil de Surveillance, tornando-se assim "uma espécie de Deus a quem todos deviam obediência". Desistiu. "Eu não podia analisar cientificamente um projeto do qual passara a estar tão perto", explicar-me-á José Rebelo, que só voltará a ele 20 anos depois. Mas agora o tema é o salazarismo; o orientador, Tito Cunha; e a escola, o Iscte…

Breve olhar de fora do campo

Escreve o filósofo, antigo reitor da Universidade Clássica de Lisboa, José Barata-Moura, no ponto 4 e último do Prefácio ao livro*:*

---

6 Fauvet não se cansava de repetir: "um jornal é tanto mais objetivo quanto mais próximas estiverem a subjetividade dos seus jornalistas e a subjetividade dos seus leitores".

7 "O último teatro leninista", em Mesquita, Mário e José Rebelo (dir.) (1994), *O 25 de Abril nos Media Internacionais*, Porto, Ed. Afrontamento, p. 183.

> Le journalisme d'information à chaud (…) exige une habileté toute particulière pour découper et recoudre les moments de réalité sur lesquels (avec l'exigence de la certitude, de l'éxactitude et de la verité) il pose son regard. Avant d'être lue, l´information doit être construite. (…) Construire l'information (…) signifie identifier, parmi une multiplicité d'aspects disponibles dans le papillonage du réel, un angle pertinent pour caracteriser les événements en cours. La réalisation de l'ensemble de ces opérations, en plus des événements qui se déroulent, mobilise une grande agilité dans l'exercice de la pensée, une lucidité perspicace dans l'examen critique, une sagesse réfléchie dans l'élaboration du produit. Cela demande du travail et des compétences.

E passa então *à ce qui importe,* sublinhando no conjunto das crónicas enviadas de Lisboa entre janeiro de 1975 e julho de 1976: "la finesse avec laquelle José Rebelo, dans ce qui à l'époque était percetible, a saisi le signifiant, en y surprenant (en général, avec à-propos) une trajectoire devinable (non grâce à de mystérieux dons de voyance, mais à une pénétration intelligente dans l'éventail des possibilités réelles en déploiement)".

Dos desafios à doutorização dos tarimbeiros de antes do 25A

Primeiro chegou a mobilização geral. O ISCTE abria as portas a quem, satisfazendo certas condições académicas e profissionais, quisesse frequentar uma pós-graduação em jornalismo — antecâmara para possível frequência de mestrado e, até, de um programa de doutoramento em Sociologia.

A proposta era aliciante. Pela surpresa. Pela aura dos professores. E pelo desafio. Não aderi de imediato, lembrado de abortada experiência que vivera anos antes em (só na aparência) semelhante iniciativa tomada na Universidade Nova.

Desta vez, elogios rasgados de alguns amigos e camaradas de profissão, que não hesitaram em inscrever-se, convenceram-me, mais tarde, a seguir-lhes o exemplo. E a aceitar, depois, o convite para prosseguir até ao doutoramento.

Uma década passada, fui convidado pela UAL a fazer a intervenção de abertura aos alunos de um mestrado em Comunicação Aplicada — Estudos Aplicados em Jornalismo. Intitulei-a: "O jornalismo como profissão e a investigação académica sobre o jornalismo: caminhos complementares?"

Como nunca foi publicada, porque ela se cruzou com esses anos da minha vida e da desse teu grupo de alunos — todos já na, ou a caminho, da reforma, mas não menos ativos; e porque nela citava outros académicos que foram / eram também jornalistas, em Portugal e lá fora; e também porque nisto tudo se encontram os principais passos dados por nós e incentivados por ti — permito-me deixar aqui trechos dessa minha "aula".

Em resumo, a intervenção debruçava-se sobre contributos de jornalistas / académicos e de académicos que foram jornalistas.

Quatro estrangeiros: Robert E. Park — *News as a Form of Knowledge* (1940); David M. White — *The Gatekeeper. A Case Study in the Selection of News* (1950): Warren Breed — *Social Control in the Newsroom. A Functional Analysis* (1955); e Bill

Kovach, que com Tom Rosenstiel tinha lançado recentemente a terceira edição muito atualizada do célebre *The Elements of Journalism*.

Sete portugueses, agrupados sob o título de "O caso em Portugal: velhos jornalistas / velhos investigadores": Tengarrinha e a sua canónica *História da Imprensa Periódica Portuguesa* (1965 — também atualizada, como sabemos); Paquete de Oliveira — *Elementos para Uma Sociologia dos Jornalistas Portugueses* (1988); Nelson Traquina, organizador de *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias* (1993); Fernando Correia — *Os Jornalistas e as Notícias* (1957); Mário Mesquita — *O Quarto Equívoco* (2003); Manuel Pinto — *Educação para os Media*; José Rebelo, que coordenara *Ser Jornalista em Portugal — Perfis Sociológicos* (2011);

E, por fim, dois outros que designei "velhos jornalistas / novos investigadores: dois nomes numa experiência coletiva".

Eram eles:

Alexandre Manuel — que nesse mesmo ano lançara em livro a tese de doutoramento: *Da Imprensa Regional da Igreja Católica: para Uma Análise Sociológica [O Que É? Quem a Faz? Quem a Lê]*; e Diana Andringa, que lançara igualmente um livro com a tese de doutoramento: *Funcionários da Verdade: Profissionalismo e Responsabilidade Social dos Jornalistas do Serviço Público de Televisão.*

Les beaux esprits, portanto, ali reunidos.

Por razões de espaço, limito a ambos e ao homenageado o que se me impôs dar a conhecer aos presentes sobre o pensamento e obra de cada um dos académicos portugueses e estrangeiros — já ex, ou ainda também jornalistas.

Investigação e publicação…

O ano de 2011 marcou a chegada da hora de começar a apresentar em público os resultados das aprendizagens de todos. *Ser Jornalista em Portugal: Perfis Sociológicos* havia sido o grande desafio que José Rebelo lançara ainda em contexto académico ao grupo dos veteranos (alargado a alunos e bolseiros do ISCTE e do ICS).

A obra, por ele coordenada, estampava na capa 12 nomes, que incluíam oito do grupo dos veteranos do antes do 25 de Abril e quatro alunos e bolseiros do ISCTE e do ICS. Da geração mais velha, sete frequentaram a pós-graduação. Um juntou-lhe o mestrado. Quatro completaram o doutoramento.

Regresso aos *beaux esprits* de velha geração portuguesa, que agora selecionei da apresentação feita aos mestrandos da UAL.

Sobre José Rebelo, disse que:

1. a carteira profissional que mantinha e uma fortíssima ligação ao jornalismo o tinham levado a ser o animador do regresso aos bancos da universidade de um conjunto vasto de jornalistas mais velhos;
2. o que eu considerava mais interessante na iniciativa daquele que para nós rapidamente se tornara figura omnipresente, era o envolvimento que conseguiu dos alunos-jornalistas em projetos de (árdua) investigação;

3. que tal se traduziu na feitura de artigos, na organização de dossiês para a revista *Trajectos* (que fundara e dirigia), e na apresentação de *papers* e comunicações em congressos e colóquios nacionais e internacionais;
4. e que, nesse plano, o projeto com mais e melhores resultados (ao menos para nós — o interesse manifestado pelos dois campos parece-me ainda hoje mínimo…) se materializou em 2011 na produção coletiva de *Ser Jornalista em Portugal — Perfis Sociológicos*, completada pela investigação *As Novas Gerações de Jornalistas em Portugal*, publicada em Mundos Sociais (2014).[8]

Com esta escolha e neste quadro do *mix* academia / jornalismo, disse-lhes que pretendia "consagrar o estilo de docência de José Rebelo: incansável a pressionar os alunos a completarem a carreira académica, mas ao mesmo tempo a colocarem a sua experiência ao serviço da investigação, em projetos de que o próprio professor era orientador e animador". E sempre também coautor e prefaciador (emérito, não resisto a acrescentar e o leitor comprovará porquê, lendo a apresentação de cada um dos livros).

As teses dos dois "jovens investigadores" portugueses serviram-me de exemplo. Observei, acerca do trabalho de Alexandre Manuel:

> Não há pesquisa mais profunda e abrangente em Portugal sobre a imprensa da Igreja Católica. É o resultado de uma vida de notícias, reportagens, entrevistas, a que as metodologias científicas vieram ordenar e transmitir consistência.

Foram no mesmo sentido as impressões da leitura da tese de Diana Andringa. Ela própria o expressara no ano anterior, numa comunicação ao VII Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, intitulada "*Insiders and outsiders:* a autoetnografia como forma de investigação".

Contou que decidiu aplicar a si mesma o guião que tinha aplicado aos entrevistados do projeto que desenvolvemos, coordenado por ti, nessa nossa primeira experiência coletiva. E terminou perguntando se não seria aquela colaboração entre *insiders* e *outsiders* "positiva para o conhecimento", como sugere Merton.

Concluí, por meu lado, respondendo com um "sim" à pergunta que colocara em título na comunicação. Baseei-o nos trabalhos e nas biobibliografias daquela dúzia de grandes nomes das ciências sociais norte-americana e portuguesa, "cujos caminhos de vida se cruzaram e entrecruzaram num e noutro campos. Com benefícios mútuos". E acrescentei que "desse entrecruzar de experiências, reflexões, métodos de trabalho, o jornalismo ganhou com o empoderamento académico dos seus profissionais, e a academia ficou enriquecida com as experiências e vivências do 'aparecimento dos jornalistas'" (que, no texto antológico que levei para a sessão,

---

8 José Luís Garcia e Rui Brites coadjuvaram José Rebelo na coordenação do estudo, alargado a mais quatro jovens investigadores — Helena de Sousa Freitas, José Marmeleira, José Nuno Matos e Marta Neves. Como no anterior projeto, a investigação contou como consultores os professores Rémy Rieffel, da Universidade de Paris II-Panthéon/Assas, e Muniz Sodré e Raquel Paiva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (op. cit.: 3).

Robert Park considerava "um dos acontecimentos mais importantes da civilização norte-americana").

E já que voltara à Escola de Chicago, encerrei a sessão com uma autêntica palavra de ordem, que a Diana tinha encontrado em Merton: "Insiders and outsiders in the domain of knowledge, unite. You have nothing to lose but your claims. You have a world of understanding to win".

Não resisti. E disse de minha lavra, recordado da magnífica experiência que tinha tido entre novembro de 2011 e dezembro do ano seguinte: cerca de 1300 estudantes e docentes de oito universidades e escolas superiores, jornalistas, gestores, empresários, *opinion makers* e cidadãos comuns envolvidos na elaboração de uma "Carta de Princípios do Jornalismo na Era da Internet", que propusera e fora acolhida no *Projecto Jornalismo e Sociedade* (PJS) por Gustavo Cardoso, meu orientador de tese: "A academia melhorará a investigação na área dos *media* se tiver o contributo do campo do jornalismo; e os jornalistas melhorarão o exercício do jornalismo (…) se aliarem à prática profissional uma reflexão aprofundada sobre processos, conteúdos e produtos da atividade jornalística. Académicos e jornalistas, uni-vos!".

O penúltimo desafio

Não tardou a surgir novo desafio. Já cá fora, à luz da sociedade. Chamámos-lhe Associação de Estudos Comunicação e Jornalismo (AECJ). Foi a nossa última exibição de capacidade de ação. Poderá vir a ser um rotundo falhanço, caso nos revelemos incapazes de efetuar a passagem de testemunho, que tanto tarda.

Quem se apresenta para nos continuar, tem felizmente condições para contribuir para a descoberta desse graal que todos procuramos -estudar o jornalismo que se faz, discuti-lo, confrontá-lo em público, sublinhando os princípios que unem jornalistas e cidadãos na busca e oferta de uma informação credível, plural e independente. Sem esquecer o contributo da academia, em que todos permanecem, ou a que estiveram ligados.

Perguntas à espera de resposta…

Duas décadas passaram sobre as tuas aulas, as aulas de todos os outros que, no ISCTE, connosco quiseram partilhar também os seus saberes, e de tantos *maîtres à penser* da sociologia e da comunicação e jornalismo, que nós, teus alunos, passámos a consultar com mais assiduidade e mais informado critério.

Tudo, porém, se foi agravando. Os inevitáveis efeitos negativos da chamada mudança de paradigma tardam em ser corrigidos pelas enormes (sim, não duvido) vantagens que as mudanças tecnológicas nos disponibilizaram, mas agora desfiguram e impõem. A todos — empresários, jornalistas, leitores, ouvintes, telespetadores, consumidores e participantes ativos das e nas redes sociais.

E agora, José? Que te resta ensinar-nos? Que nos resta aprender de útil e partilhar com os que chegam? Como recuperar a confiança perdida, se que quem nos

seguia continua a negar-nos? Como levar a regressar à "oração quotidiana" a qualquer hora e em quaisquer média jornalísticos, os que de todas as idades, formações e condições sociais nos trocaram, afinal com pouco proveito e múltiplos riscos? Como conter a tibieza dos que, dentro do campo (patrões, diretores, editores, redatores) não resistem às velhas e novas tentações e seu cortejo de cedências editoriais?

Não descobri a varinha mágica. Mas o que aprendi no terreno e as reflexões que a melhor literatura especializada nos oferece levam-me a acreditar que, aquém e além da chave tecnológica, posturas e princípios permanecem e continuam a impor-se como condição *sine qua non* do jornalismo profissional, enquanto contrato social implícito entre a sociedade e a profissão.

Minha questão de ontem e de hoje, entretanto aprofundada: o jornalismo não é apenas um exercício de liberdade de expressão. De resto, e como Ignacio Ramonet preveniu na alvorada do novo século, passos foram sendo dados no sentido de uma "asfixia comunicacional", o que o levou a interrogar-se se não estaríamos a entrar "en un mundo en que el aumento de la información produce una disminución de la liberdad, más confusión, más desinformación?". [9]

E foi mais longe (quiçá apocalítico), o então diretor de *Le Monde Diplomatique*: "El sistema ya no quiere más periodistas. En este momento, puede funcionar sin ellos o, digamos, con periodistas reducidos a meros obreros de una cadena de montaje, como Charlot en la película Tiempos Modernos, es decir, meros trabajadores que hacen retoques en los partes de agencia".

A dupla revolução a que estávamos já então a assistir ia modificar em particular o mundo da informação, já que daria lugar "a uma entronização do mercado e a uma mundialização da economia."

Sua conclusão: por muito abundante que seja a informação, a que mais lhe interessa é a que é "credível e fiável, e, portanto, a que tem um mínimo de garantias relacionadas com a ética, a honestidade, a deontologia ou a moral da informação".

Limitada exigência para tamanho desafio, esta de pedir um "mínimo de garantias" e acrescentar-lhes um "ou" no que respeita à "moral da informação". A menos que desse "mínimo" constem rigor, busca da verdade e confronto de fontes, independência e escrutínio dos diferentes poderes, imparcialidade, humanidade e responsabilidade em relação ao outro, transparência e prestação de contas, aposta na qualidade. Um conjunto de princípios e valores éticos, de algum modo condicionados a partir da primeira década do século pelo fim da "fortaleza jornalismo", vertiginosamente derrubada pela capacidade generalizada de difusão de informação e opinião próprias, ainda sem controlo efetivo das inerentes responsabilidades dos que, do lado da cidadania, intervêm no processo. ("Para Uma Carta de Princípios…").[10]

Falei muito sobre isso. Em colóquios e mais fundamentadamente na tese cujo júri integraste. Não quero, pois, repetir-me. Mas permite que deixe algumas citações (alheias e próprias) com as quais me identifico e que acredito poderem ser

---

9 Ramonet, Ignacio (1999), *El Periodismo del Nuevo Siglo*.

10 Horrocks, Peter (2009), *The End of Fortress Journalism*, , diretor do World Service da BBC . Disponível, ainda em finais de setembro de 2025, em https://www.bbc.co.uk/blogs/theeditors/2009/07/the_end_of_fortress_journalism.html

ainda úteis para a continuação do jornalismo profissional, essencial à preservação da democracia.

Numa obra que coordenou, por curiosidade na mesma altura em que Horrokcs alertava para o fim da "fortaleza jornalismo", José Luís Garcia (teu colega, nosso professor e participante nos dois estudos coletivos já mencionados) alude à ambiguidade da posição em que os jornalistas se situavam já então: "na intersecção entre valor comercial e valor cultural", enquanto "funcionários" de uma indústria que procura o lucro económico, e de "funcionários" da humanidade, desempenhando o papel de criadores e transmissores de informações e formas de conhecimento consideradas relevantes para a própria constituição da comunidade política e do todo social.[11]

Paráfrase felicíssima de uma sentença proferida por Husserl em pleno nazismo, mas apenas tornada pública em 1954, numa conferência em Viena: "O filosofar humano não tem de modo nenhum o significado dos meros fins culturais privados ou, de qualquer outro modo, limitados. Somos então no nosso filosofar — como poderíamos ignorá-lo? -funcionários da humanidade".

Foi na nossa profissão que pensei de imediato, vindo a utilizar a citação original e respetiva adaptação na nossa segunda investigação coletiva, efetuada entre 2010 e 2013.[12] Em nós, jornalistas, e nos que (médicos e enfermeiros, professores, ONG…) dedicaram / dedicam o essencial das 24 horas de cada dia às atividades profissionais, ao voluntariado, a iniciativas cidadãs.

O tempo não elimina a pertinência da sentença do filósofo alemão adaptada à função jornalística, que o pessimismo de Ramonet previa *en vias de desaparición*.

Em 2012, na palestra de abertura do 26.º ano letivo *da Escuela de Periodismo UAM / El Pais*, a jornalista veterana Soledad Gallego-Diaz definiu em duas frases interrogativas aquilo que continuo a considerar o enfrentar mais inteligente dos desafios que se nos iam / vão colocando. No caso concreto, aos grandes repórteres, mas afinal também aos cidadãos, a quem o jornalismo serve:

> ¿Si te van a matar, porque te suicidas? Si por saber lo que sucede em HOMS [13] bastan Twitter, Facebook o los blogs, por qué fué allí y murió Marie Colvin? [14]

A resposta encontrei-a numa frase da própria Marie Colvin, citada por uma companheira e amiga do Channel 4:

---

11 *Encruzilhadas do Jornalismo no século XXI*, ICS, 2009, pp. 86-7.

12 *As Novas Gerações de Jornalistas…*, p. 47, nota 6.

13 Uma das cidades mais fortemente atingidas na guerra travada então na Síria.

14 Jornalista de origem norte-americana, Marie Colvin (1956-2012) trabalhava em Inglaterra como correspondente do *Sunday Times* e colaborava com o *Channel 4*. Identificávamo-la facilmente pela pala que usava no olho direito, atingido pelo rebentamento de uma granada, no Sri Lanka. Foi dos raríssimos repórteres que, com Luciano Alvarez, *Público*, Hernâni Carvalho, *RTP*, José Vegar, *Expresso*, e Jorge Araújo, *O Independente*, permaneceram nas instalações da UNAMET em Díli, cercadas pelas milícias pró-indonésias.

> It has always seemed to me that what I write about his humanity in extremis, pushed to the unendurable, and that it is important to tell people what really happens in wars.

As reflexões de Soledad-Gallego e de Colvin aplicam-se, *mutatis mutandi*, às muitas centenas de jornalistas mortos nos últimos anos em todo o mundo. E em particular, no momento em que escrevo, ao "genocídio mediático" que eliminou já mais de duas centenas e meia de profissionais locais da informação na Faixa de Gaza, interditada a olhos e câmaras estrangeiras, apenas porque, como tantos em tantas zonas de conflito, mesmo quando não armado, "tentavam iluminar as zonas sombrias das suas sociedades".

Elas representam não apenas a grandeza da reportagem de guerra. Também o quão insubstituível foi / é / acredito que continuará a ser o jornalismo profissional, tal qual a cidadania dele necessita.

Foi o que, por outras palavras e noutro contexto, disse Bill Moyers, um jornalista de absoluta referência nos EUA, no discurso de despedida da vida ativa, em 2024:

> I believe democracy requires "a sacred contract" between journalists and those who put their trust in us to tell what we can about how the world really works.

Retirado do exercício profissional de jornalista, mas leitor, ouvinte, espetador atento do que quotidianamente se publica e divulga nos diferentes meios de comunicação, continuo convicto de que perante tamanhos desafios o campo deve manter velhas regras enquanto desbrava novos caminhos. Não se me afigura crível que jornalismo e democracia sobrevivam a uma nova (des)ordem da comunicação, que renuncie a princípios éticos e deontológicos.

Em 2013, na abertura do seminário da Fundação Gabo, Ética en la Red: Reglas para Un Periodismo Útil y Sensato, um dos grandes do jornalismo e do pensamento ético, o colombiano Javier Dario Restrepo (1932-2019) apontou caminhos de conciliação:

> Se revelaron como poder la escritura, los libros, los periódicos, la radio y la televisión. Internet los supera como poder. (…) Es urgente que coincidan esas dos posibilidades: la del instrumento y de la persona, para hacer de internet una herramienta que potencie nuestra vocación humana hacia la excelencia. A eso se deben todas las preguntas y propuestas sobre el uso de internet.

Quatro anos depois, *The Guardian* estampou na capa uma ilustração a cores para um longuíssimo texto da sua diretora, Katherine Viner. O título indicava-nos ao que a jovem diretora ia, quando se apresentou no jornal: *A mission for journalism in a time of crisis*.

No meio de uma imensidade de caracteres descrevendo dois séculos da história (quase sempre exemplar) do jornal, Viner colocava, em três linhas e meia, cinco "mandamentos" (a palavra é minha) a que o jornal prometia obedecer. Voltei lá por estes dias. Li-os uma vez mais: *We believe in the value of the public sphere; that there is*

such a thing as the public interest, and the common good; that we are all of equal worth; that the world should be free and fair.

Ficou-me na memória um sexto, que agora reencontrei no texto, mas não na lista dos "mandamentos". Porque é realmente discutível, Viner terá decidido não o incluir, ou fui eu que, tendo-o lido algures no texto (onde continua), acabei por o acrescentar no *Powerpoint*? Admito o meu erro, até pela formulação muito própria que lhe dava: "E sim. 200 anos depois, a diretora do *The Guardian* ambiciona que o seu jornal consiga contribuir para 'um mundo melhor'". [15]

… e a lição de Gutenberg

Certo, dirás, uma vez mais. Mas qual a saída concreta, se existe?

A resposta mais curta e incisiva, encontrei-a na capa da edição de outono de 2020 da *Columbia Journalism Review: What Now? The Press Is Forced to Reimagine Itself.*

No ano anterior, a primeira pergunta que um jornalista do *El País* fizera a Jeff Jarvis constituía um desafio frontal a quem era considerado na altura um guru do futuro do jornalismo. Saiu-lhe em forma de afirmação:

> – O senhor está há mais de 10 anos a tentar adivinhar como será o jornalismo do futuro.
> Apreciei a resposta dele:
> *– Não fui bem-sucedido.*
> Mas lá mais para a frente avançou uma hipótese. Lapalissiana, ainda que convenha não ser esquecida.
> *– Precisamos de mudar. Precisamos de repensar para que serve o jornalismo numa sociedade, começar a enfrentar os problemas e aprender com outras disciplinas.*

Jarvis reconheceria que a situação era [é] "complicada". E para transmitir alguma esperança, socorreu-se da invenção de Gutenberg, que criou em 1450 as condições técnicas para o nascimento da imprensa. O primeiro jornal levou um século e meio a nascer. E os que se seguiram fracassaram porque não tinham "modelo de negócio". De modo que, concluiu, "estamos agora como em 1475. Nos primeiros dias…"

Convém não parar. E muito menos ceder no que é essencial.

Reimagine, pois…

Reinventar, propôs a *Columbia Jornalism Review*. Olhar como "ponto de partida" o que outros têm como "epílogo" (defendeste tu, no mesmo ano em que Ramonet

---

15 Pelo menos em Portugal, arrisco dizer que a maioria dos nossos confrades não subscreve esta ideia de praticar atos jornalísticos que tornem o mundo melhor. Do mesmo modo que não apreciará no título do texto a função "missionária" que Viner atribui ao jornal que continua hoje a dirigir.

interpretava o que estava a acontecer na imprensa como *una taylorización del trabajo de los periodistas*.[16] Fazê-lo (continuei eu, trazendo para estas páginas sugestões de outras várias ou pessoais origens), mantendo velhas regras enquanto se desbravam novos caminhos. Sem macular o respeito pelo "contrato sagrado". Sem abrandar a determinação de contar ao mundo o que no mundo realmente acontece. Sem parar a busca continuada da excelência. Sendo sempre também, no nosso "'noticiar' — como poderíamos esquecê-lo? — 'funcionários da humanidade'".

Tu, nos diferentes campos pelos quais te foste dividindo.

… com um adeus esperançado, *quand même*

Termino.

José Rebelo partilhou connosco — camaradas, alunos, concidadãos — o que aprendeu e aquilo em que acreditava. Nós partilhámos com camaradas, alunos, leitores, ouvintes, telespetadores, o que dele e com ele aprendemos.

Obrigado, mil vezes obrigado, professor, camarada e amigo.

P.S.: Já tinha enviado este texto quando recebi pela enésima vez um convite do jornal britânico *The Guardian* para voltar a subscrevê-lo. A proposta intitula-se *This is what we're up against*, e é de uma eloquência lancinante. Transcrevo-a, como imagem de uma realidade universal que, embora focada nos jornais, abarca todos os *media* profissionais. E assim acontecendo, ameaça a própria democracia, a cultura, a educação, a cidadania em geral.

> O jornalismo enfrenta uma série de desafios críticos. Os fundamentos económicos da indústria jornalística foram destroçados por poderosas plataformas tecnológicas.
> Nas últimas duas décadas, milhares de jornais em todo o mundo fecharam ou diminuíram até ficar irreconhecíveis. No seu lugar, algoritmos das redes sociais controlados por bilionários inundaram de desinformação o discurso público.
> Ao mesmo tempo, jornalistas estão sob crescente pressão política. Do despedimento [ou marginalização] e censura ao assédio e violência, aqueles que buscam responsabilizar o poder estão a ser silenciados. Líderes autoritários e antidemocráticos estão a trabalhar para enfraquecer a liberdade de imprensa e assumir o controlo do espaço informativo.
> Esta não é uma ameaça distante. Está a acontecer agora. E atinge o coração da verdade, da transparência e da democracia.

Seguem-se, em nome da "importância crítica do jornalismo independente", os pedidos de apoio concreto: "hoje com apenas 1 euro ou, melhor ainda, cada mês com um pouco mais".

Haverá melhor retrato da "crise"? E da necessidade e urgência de a combatermos?

---

16 Rebelo, José (2009), *A Crise*, comunicação ao Congresso da SOPCOM, abril, Ramonet, op. cit.

P.S.1: Passaram menos de 48 horas. No quiosque onde, quando em Lisboa, compro todas as manhãs o jornal, São põe-me a capa de uma revista à frente dos olhos. Aquando da *debâcle* da lamentável *Trust in News*, pedi-lhe que me guardasse sempre os exemplares que fossem saindo do *JL* e da *Visão*. Acredito ainda na ressurreição do primeiro. A *Visão* resiste. Folheio-lhe a edição de hoje. Detenho-me em "Somos poucos, mas somos muitos", de Margarida Davim.

> Somos um pequeno exército a meio de um combate. Estamos entre a euforia da luta e a vontade de deixar cair os braços. Há baixas. Não é fácil sobreviver no meio desta guerra. Trabalhamos muito, não recebemos há meses, sim. Mas não é só isso. É esta incerteza que nos faz acordar a meio da noite. (…) E se não conseguirmos? (…) Uma sociedade sem jornalismo deixará de ter voz. Poderá até gritar na cacofonia das redes sociais e da indignação instantânea, mas não conseguirá ouvir-se nada no meio do ruído. (…) Somos poucos. Mas metemos medo a muitos. Não é por acaso que o primeiro passo de qualquer ditadura é calar o jornalismo. (…) Calhou-nos a nós ir à frente nesta batalha. (…) E faremos tudo para que o jornalismo independente, sério, isento, rigoroso, lento e pensado, continue a encontrar páginas onde existir.
> *The Guardian*, *Visão*, jornalistas, cidadãos, a mesma luta!

Quinta-feira, 23.10.2023, dia em que nos despedimos de Francisco Pinto Balsemão. Aquele que, em tempos ainda da censura travestida de exame prévio, disse alto que a liberdade se aprende, praticando-a. O singular patrão de imprensa e jornalista que, como a diretora do *Guardian*, fiquei agora a saber com alegria, quis "deixar o mundo melhor".

José Rebelo, sempre mediador, ou duas faces numa só
O jornalista e o docente

Paulo Martins
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), Centro de Administração e Políticas Públicas

Tem o jornalista o papel de mediador. E José Rebelo soube sê-lo quando envergou esse fato e, posteriormente, quando passou para o campo universitário.

Na realidade, passou sem passar, ou sem se transmutar. Porque o vírus de jornalista não se elimina nem à força de medicação. E porque não é adepto de fronteiras, muito menos no plano científico — pelo contrário, sempre desejou derrubá-las, para semear proximidades. Daí que, conservando a função de mediador, tenha favorecido a construção de pontes entre os dois mundos, profissional e académico, que, na época em que empreendeu esse percurso, ainda se enredavam numa relação baseada, para sermos benignos, em olhares de soslaio, nem sempre disfarçados.

"O jornalista é uma entidade abstrata que não existe; o que existe, são jornalistas (…). O mundo dos jornalistas é um mundo dividido onde há conflitos, concorrências, hostilidades". José Rebelo invoca estas observações de Pierre Bourdieu em diversos escritos da sua autoria. Em certo sentido, tornou-se tão íntimo da visão do celebrado autor francês que se apropriou dela. Não é repetição; é convicção. Convicção de que, por paradoxal que pareça, a identidade da profissão se forjou na ausência de homogeneidade, traço essencial para compreender as suas dinâmicas, as influências mútuas, a natureza multiforme, os avanços e recuos na afirmação da autonomia — que sendo do ofício é um direito-dever de cada jornalista. Sim, o jornalista não é uma entidade abstrata. José Rebelo sabe-o, porque chegou à reflexão académica munido do conhecimento profissional.

Em entrevista no âmbito do projeto Arquivo de Memória Oral das Profissões da Comunicação, da Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa, Cesário Borga, um dos jornalistas desafiados por Rebelo para aventuras académicas, salienta que a capacidade individual para exercer a atividade não elimina o "sentido de comunidade", até de "tribo", já que o jornalismo "foi sempre um trabalho de equipa" (Cardoso e Barbosa, 2024).

José Rebelo levou esta perspetiva para a universidade, ao mobilizar um grupo de jornalistas em torno de projetos de investigação comuns, capazes de valorizar os seus *curricula* profissionais, mesmo que alguns fossem autodidatas. Com carreiras construídas no batente, mas privados do reconhecimento que um diploma universitário conferiria, seriam demasiado "velhos" para se sentar ao lado dos

jovens, arriscando-se a ouvir estafadas perlengas teóricas que percecionariam como pouco coladas à realidade quotidiana da prática jornalística? A relutância foi vencida, sobretudo graças a Rebelo. Prestar-lhe homenagem é, portanto, dar público testemunho da sua determinação em incentivar convergências e cumplicidades neste domínio.

Puxe-se, em primeiro lugar, pelo fio da atividade profissional como jornalista. Pouco tempo passou pelas redações nacionais (na realidade, só na do *República*, entre 1967 e 1968), antes de se exilar em França. Não terá sido, porém, indiferente ao debate — restrito à classe, nas rígidas condições da ditadura — entre "tarimba" e escola como vias de acesso à profissão.

O interesse despertado pelo I Curso de Jornalismo, organizado em 1968 pelo sindicato, não obliterou a natureza de iniciativa controlada pelo regime, nem tampouco as desconfianças quanto à criação de um curso superior, patentes em edições da década de 1960 do boletim sindical *Jornalismo*. Razões corporativas também justificarão a "frieza histórica com que os jornalistas olhavam para a universidade" (Correia e Baptista, 2007: 401), decorrente do "receio de perder a condução do processo de seleção e 'socialização' dos membros do grupo".

No século passado, ainda se cruzavam nas redações jornalistas cuja formação era básica com uma mão mal cheia de camaradas detentores de maior educação formal. Pedro Correia Marques, de *A Voz*, cuja cultura fora adquirida em contacto com os monges do mosteiro de Singeverga, até latim falava, mas não dispunha de qualquer diploma, como contou José Estêvão Santos Jorge, velha raposa do jornalismo, em entrevista a Adelino Gomes, incluída na investigação vertida no livro *Ser Jornalista em Portugal — Perfis Sociológicos*, coordenado por José Rebelo, cujo relevante papel será mais adiante abordado.

Eram raros os casos de formação superior em jornalismo. Mesmo quem, como eu, entrou na profissão no início da década de 1980, ainda encontrou quem não tivesse atingido mais de quatro anos de escolaridade. Aprendi com esses camaradas, diga-se, mas os tempos já não propiciavam a oposição entre tarimba e formação académica, quando se falava no perfil profissional.

Jornalistas em atividade no período pós-25 de Abril têm bem presente quão volátil era a situação política, quão pulverizado era o poder, quão difícil se revelava distinguir informação de propaganda. A Guerra Fria impunha um acrescido fator de exigência ao trabalho de um correspondente estrangeiro em Lisboa, função para a qual Rebelo foi destacado pelo *Le Monde* em janeiro de 1975, permanecendo até 1991. Naquele contexto geopolítico, não podia prescindir em cada notícia de enquadramento e contextualização dos acontecimentos, a desenrolarem-se a uma velocidade estonteante. Esse estatuto, e o facto de não integrar uma redação, ter-lhe-ão oferecido imunidade às ardentes adesões ideológicas a que tantos camaradas cederam. Quem ousa criticá-los?

Vários investigadores (vg., Figueira, 2007; Gomes, 2025; Mesquita, 2024) sublinharam que nesse tempo os jornais assumiram enorme protagonismo político. Encerrado o longo capítulo da censura oficial, muitos dos que neles escreviam pularam a cerca para o lado do militantismo. É assinalada por Diana Andringa a radical alteração do ambiente entre jornalistas: "Já não nos encontrávamos como

amigos; chocávamos como adversários políticos" (como citada em Martins, 2018: 350). Expuseram-se fraturas que só o tempo sararia.

Como correspondente permanente, Rebelo escreveu cerca de 240 artigos, dos quais selecionou 53 para *La Révolution des Oeillets au Portugal — du Pouvoir Populaire au Pouvoir Parlementaire: Regard d'un Correspondant du Monde au Portugal*, livro lançado em França por ocasião do 50.º aniversário do 25 de Abril, com o contributo de Maria Inácia Rezola, na revisitação histórica. Em entrevista à RFI sobre a obra descreve o período subsequente ao derrube do fascismo como "uma espécie de libertação das vozes e das utopias das pessoas que pensavam que conseguiam tudo realizar".[1]

Várias vezes desalinhado das narrativas dominantes, recusou sempre, por exemplo, a tese de aliança entre o PCP e militares conotados com o partido para a instauração de uma ditadura: "Nunca achei que o Partido Comunista tivesse força suficiente para se impor e para tomar o poder em Portugal". A leitura dos acontecimentos, mantida neste excerto da entrevista à RFI, não podia deixar de desembocar em divergência com o seu amigo Mário Mesquita acerca dos contornos do "caso *República*", assumidas diversas vezes, entre as quais em *O 25 de Abril nos Media Internacionais*, livro assinado em conjunto.

Mais importante do que o confronto de pontos de vista, interessa recordar o olhar de Rebelo sobre o quadro de atuação dos profissionais em 1974-1975:

> O jornalista escolhia e julgava para, em seguida, num curtíssimo lapso de tempo, combinar elementos e desmontar eventuais falhas ou armadilhas na argumentação dos informadores: tarefa arbitrária e de resultados frequentemente duvidosos. O texto final apresentar-se-ia inevitavelmente "objectivo", para uns, e "tendencioso", para outros, em função das respetivas conveniências (Rebelo, 1994: 119).

Não raras vezes, acrescenta, "o correspondente estrangeiro ou enviado especial de um grande órgão de informação estrangeiro era pessoalmente contactado por um pressuroso dirigente político que tudo sabia e que tudo pretendia, avidamente, explicar".

No gelo fino que os jornalistas percorriam, o contacto com os políticos ocorria sem filtros ou intermediações, o que não significava forçosamente que se tornasse espúrio. Ninguém toleraria então declarações sem direito a perguntas ou a substituição da entrevista jornalística, por definição terreno do contraditório, pela presença de protagonistas políticos em programas de entretenimento, que, entretanto, se impôs. Com raras vozes discordantes fora da classe jornalística, como se se tratasse de um problema corporativo e não da sociedade.

Professor auxiliar do ISCTE em 1998, ano em que se doutorou, depois de ter passado pelas universidades Lusíada, Católica e Nova, Rebelo começa a congeminar a incorporação de jornalistas nestes territórios. A estratégia implicava a

---

1 Disponível em: https://www.rfi.fr/pt/programas/revolu%C3%A7%C3%A3o-dos-cravos/20240426-revolu% C3%A7%C3%A3o-dos-cravos-a-liberta%C3%A7%C3%A3o-das-vozes-e-das-utopias

extinção da "dualidade teoria / empiria", a que aludiu em 2011 na *Trajectos*, cuja direção assegurava desde 2002. As páginas da revista abriam-se "não só a problemáticas de natureza mais conceptual como à exposição e debate de casos retirados das práticas ou experiências quotidianas" (Rebelo, 2011.ª: 5). Daí que o Conselho de Redação integrasse os jornalistas Adelino Gomes, Alexandre Manuel e Avelino Rodrigues, todos já membros do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES).

Por essa altura, estavam a ser, paulatinamente, colhidos os frutos de iniciativas anteriores, tendentes a criar a jornalistas condições para "colarem" experiências profissionais à teoria. Testar essa via implicava responder a uma interrogação: e se o calejamento consolidado nas redações, em vez de empecilho, constituísse, afinal, uma mais-valia para a universidade? Provou-se que sim.

A pele de investigadores académicos seria vestida por uma mão cheia de jornalistas — ou melhor: um conjunto de jornalistas de mão cheia, que talvez só José Rebelo fosse capaz de convencer a adquirirem formação que os tornasse membros de pleno direito do CIES. A lista é tão longa quanto rica.

No curso de pós-graduação em Jornalismo, criado em 1999 — e dirigido por Rebelo de 2002 a 2008 — através de parceria entre o ISCTE e a Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa — era permitida a inscrição de jornalistas não licenciados, desde que portadores de carteira profissional há pelo menos cinco anos, na sequência de apreciação curricular e/ou entrevista. Foram admitidos Rogério Vidigal, José Vegar, Óscar Mascarenhas, Diana Andringa e Orlando César.

Os três primeiros avançaram para o mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação do ISCTE, coordenado por Rebelo entre 2006 e 2011, em que se cruzaram com Cesário Borga e José Luiz Fernandes. Diana Andringa, que também obteve pós-graduação em Sociologia, e Orlando César inscreveram-se no doutoramento em Sociologia, juntamente com Avelino Rodrigues, Alexandre Manuel, Dinis de Abreu e Adelino Gomes. Os "sociólogos-aprendizes", como lhes chama Rebelo (2011b: 14), alcançaram nas avaliações, em conjunto, uma média superior à dos 40 envolvidos. Ficava demonstrado que "a ausência de formação inicial não constituía obstáculo intransponível" (Rebelo, 2011b: 14).

O Processo de Bolonha deu um empurrão nos mestrados e tornou real a perspetiva de jornalistas acederem a programas doutorais, precisamente por os dispensar de serem titulares de licenciatura e valorizar os *curricula* profissionais. Assim se tornou possível que atingissem o degrau mais alto Alexandre Manuel, em 2010, prosseguindo a carreira académica iniciada em 1992, e Diana Andringa (2013), ambos sob a orientação de Rebelo, além de Adelino Gomes (2011). Rebelo orientaria ainda as teses de doutoramento de Otília Leitão (2017) e Maria Isabel Damásio (2024).

Envolvimento de jornalistas convertidos em académicos num projeto de investigação concebido para os hospedar, elegendo um tema comum, suscetível de acolher contributos individuais, de teses ou dissertações, e garantindo a partilha de dados e a discussão coletiva de cada etapa: é desta fórmula que, sob a batuta de José Rebelo, nasce o projeto *Perfil Sociológico do Jornalista Português*, desenvolvido no CIES, entre 2005 e 2009.

O projeto teve também o condão de juntar peças com propensão para andarem soltas: o sindicato, onde o grupo de investigadores se reuniu regularmente durante três anos, e a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista. Afigurava-se indispensável, tendo em conta a informação de que dispunham, a inclusão das duas entidades como parceiras. Hoje, é comum a colaboração de ambas em estudos académicos. Não o era na época.

O resultado do trabalho desenvolvido foi um volume com mais de 900 páginas, *Ser Jornalista em Portugal — Perfis Sociológicos*, que se tornou referência na área. Representava um passo em frente em relação aos dois inquéritos nacionais a jornalistas anteriormente realizados: um em 1990, sob orientação do saudoso José Manuel Paquete de Oliveira; o outro de José Luís Garcia, em 1997. Pese embora a baixa taxa de resposta, este não deixou de fornecer indicadores válidos, quando se consumava um vertiginoso crescimento do número de jornalistas — de 1281 para 4227, na década 1987-1997 (Garcia, 2009: 121).

A aposta de Rebelo e dos seus "comparsas" consistiu numa metodologia mista, cara às ciências sociais: quantitativa, de caracterização do grupo profissional; e qualitativa, materializada em 47 entrevistas semiestruturadas, que na sua subjetividade ajudam a compor retratos, necessariamente multifacetados, mas que aprofundam a compreensão do objeto de estudo.

O quadro traçado foi o de uma classe em mudança, a gerir os efeitos — em alguns casos desastrosos — da liberalização do espetro radiofónico; da abertura da atividade televisiva a privados; das embrionárias incursões pelo digital; da criação de órgãos de informação especializada. Um sistema mediático que já revelava fragilidades, desde logo na recessão do mercado de trabalho dos jornalistas.

O estudo confirmava que o fenómeno de entrada maciça na profissão, entre 1987 e 2006, insuflara juventude, mas inverteu-se a partir desse ano. Revelava o crescimento da feminização — e da mobilidade, induzida por novas oportunidades criadas nas estações de televisão e de rádio, mas também pelo recurso a trabalho precário, dada a disponibilidade de milhares de candidatos à profissão saídos de faculdades. Sim, a maior profissionalização e o aumento das habilitações académicas encontravam paralelo no aumento do número de estagiários, mais baratos e privados de capacidade reivindicativa. É sabido que algumas destas tendências se acentuaram desde então, sobretudo por emergirem modelos de precarização laboral de diversos matizes.

"Numa profissão onde a técnica assume um papel cada vez mais relevante, exige-se mais. (…) Uma sólida formação, legitimada pela universidade, funciona então, em simultâneo, como garante de rigor mínimo e como escudo face a eventuais controvérsias" (Rebelo, 2011c: 82). Esta conclusão, uma das mais significativas do estudo, consubstancia um virar de página.

Desde então, o mundo (também o jornalístico) mudou. Perdeu-se o espírito de corpo da classe — disso não são culpados os universitários, nem os jornalistas que passaram pela universidade (ou que nela se conservam, com a dupla qualidade de jornalistas e académicos). Ganhou-se, isso sim, em aproximação entre os dois campos. Na história dessa mudança, José Rebelo é um nome incontornável.

Quando, nos anos 1990, se abriu a janela de oportunidade de (re)conduzir jornalistas aos bancos da escola, já funcionavam licenciaturas em Comunicação Social, criadas primeiro na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova), em 1979, e, no ano letivo seguinte, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, então na Técnica.

Começaram a afluir às redações as primeiras fornadas de jovens com esses canudos. Não tardaram a proliferar licenciaturas. Rebelo, que dirigiu o doutoramento em Ciências da Comunicação do ISCTE, de 2011 a 2015, criticou diversas vezes a condução do processo: "Foi o Estado quem homologou universidades e mais universidades sem avaliar a respetiva exequibilidade. Foi o Estado quem homologou licenciaturas e mais licenciaturas sem avaliar o respetivo interesse, no contexto económico e social português" (Rebelo, 2002.ª: 135). Não poupava o sistema público por substituir qualidade por quantidade.

A sua reflexão sobre o papel das ciências da comunicação na oferta do ensino superior nunca perdeu de vista a transversalidade de saberes que propicia, em si mesma uma forma de participarem "na estruturação do espaço público e das políticas culturais", bem como na "modernização e desenvolvimento da sociedade" (Rebelo, 2007: 16).

A terminar: num texto de homenagem a José Rebelo, não posso esquecer um par de notas pessoais.

O estudo *Privacidade, Intimidade e Violência na Imprensa — 2009*, encomendado pela ERC ao CIES e editado em 2011, que coordenou, revelou-se uma das obras de leitura obrigatória para a minha tese de doutoramento, "O privado em público — Direito à informação e direitos de personalidade". Visando problematizar o complexo exercício de compatibilizar a satisfação do direito à informação, que incumbe aos jornalistas, com o respeito por direitos individuais — privacidade, reputação e presunção da inocência, entre outros —, a tese não se circunscrevia às dimensões jurídico-legal ou de autorregulação. Para discutir tratamentos jornalísticos, carecia de análise sociológica. Daí a utilidade do estudo.

O homenageado mantém ligação às atividades da classe jornalística. Habituei-me a admirar a sua minúcia na análise dos trabalhos candidatos aos prémios Gazeta de Jornalismo, cujo júri ambos integramos.

Jubilado, mas não descansado, porque é uma mente sempre inquieta, assiste agora à consolidação do que há 14 anos designou como "sociedade da impaciência". Assim descrita:

> A leitura atenta é trocada pelo olhar rápido, em diagonal, pelos títulos dos jornais; a manipulação alucinante do controle à distância transforma os programas televisivos num caleidoscópio de sons e de imagens; a audição distraída transfigura as vozes da rádio em ruído de fundo (Rebelo, 2011: 15).

Não podiam estas palavras ser escritas hoje?

Referências bibliográficas

Cardoso, F. L., e P. Barbosa (2024), *Cesário Borga*, Arquivo de Memória Oral das Profissões da Comunicação, consultado a 25 de setembro de 2025, disponível em https://amopc.org/cesario-borga/.

Correia, F., e C. Baptista (2007), *Jornalistas: Do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*, Caminho.

Figueira, J. (2007), *Os Jornais como Actores Políticos. O* Diário de Notícias*,* Expresso *e* Jornal Novo *no Verão Quente de 1975*, MinervaCoimbra.

Garcia, J. L. (2009), "Elementos de composição profissional e de segmentação", em J. L. Garcia (org.) *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses — Metamorfoses e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 121-131.

Gomes, P. M. (coord.) (2025), *O Jornal Está na Rua. A Imprensa no Centro da Revolução de Abril*, Âncora/Fundação Mário Soares e Maria Barroso.

Martins, P. (2018), *O Bairro dos Jornais*, Quetzal.

Mesquita, M. (2024), *25 de Abril: a Transição dos Media*, Tinta-da-china.

Rebelo, José (1994), "Do real à sua representação", em Mário Mesquita e José Rebelo (orgs.), *O 25 de Abril nos Media Internacionais*, Afrontamento, pp. 111-120.

Rebelo, J. (2002a), "Da comunicação social às ciências da comunicação: breve análise crítica de duas décadas de ensino e de investigação", em J. A. Bragança de Miranda e J. Frederico da Silva (orgs.), *As Ciências da Comunicação na Viragem do Século*. *Actas do 1.º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*, Veja, pp. 131-136.

Rebelo, J. (2002b), "O ensino e a investigação das ciências da comunicação em Portugal", *Trajectos,* 1, pp. 11-16.

Rebelo, J. (2007), "As ciências da comunicação em Portugal: racionalizar e internacionalizar", *Trajectos,* 11, pp. 7-20.

Rebelo, J. (coord.) (2010), *Privacidade, Intimidade e Violência na Imprensa — 2009*, Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Rebelo, J., e M. Sodré, M. (2011), "Nota editorial", *Trajectos,* 18, p. 5.

Rebelo, J. (2011), "As novas gerações de jornalistas em Portugal", *Trajectos,* 18, pp. 9-28.

Rebelo, J. (coord.) (2011b), "*Ser Jornalista em Portugal: Perfis Sociológicos*, Gradiva.

Uma pessoa íntegra, um "Homem Grande"

Otília Leitão
Ph.D. em Ciências da Comunicação, Jornalista

> A integridade é uma coerência interna e consistência entre as crenças normativas, os desejos e as ações de uma pessoa, e uma certa confiabilidade, merecedores de respeito e permissibilidade moral na ação, mesmo que discordemos substancialmente das crenças dessa pessoa.
> Nicholas Kirby[1]

Conheci o professor José Rebelo[2] no contexto do meu doutoramento em Ciências da Comunicação, no ISCTE. Foi meu orientador numa tese que questiona a independência, a liberdade e a resistência dos jornalistas a quem os quer esmagar. Mas mais do que isso, foi alguém que me ajudou a reenquadrar a forma como olhamos para o jornalismo, para o poder e para o papel que a comunicação desempenha na sociedade.

Desde o início, impressionou-me a sua forma de estar: discreta, atenta, rigorosa. Não era um académico distante, mas também não era condescendente. Ouvia, interrogava com precisão e sugeria caminhos sem impor rotas. Mostrava que pensar com profundidade é uma exigência, mas também uma escolha ética.

Recordo, com particular estima, a tarefa de revisão conjunta da minha tese e os momentos em que, no meio da complexidade dos temas, conseguia simplificar sem retirar o essencial. Ou quando lembrava que, por detrás de cada discurso, há sempre uma intenção e, muitas vezes, uma assimetria. "O não-dito", dizia, é também fascinante e importante.

Nesta proximidade pude apreciar não só o académico de excelência, mas também o homem inconformista, humanista e de grande integridade. O seu grito profundo, que pude captar numa rede social em maio de 2025, num período muito conturbado da história mundial, reforça essa minha convicção:

---

1 Kirby, Nikolas (2021), "An institution-first: conception of public integrity", *British Journal of Political Science*, 51(4), pp. 1620-1635, disponível em https://www.cambridge.org/core/journals/british-journal-of-political-science/article/abs/an-institutionfirst-conception-of-public-integrity/C1FD6A5DFB9F838AE1ACE34E182 ABC2E.

2 "Homem grande": expressão da cultura africana para designar homem com sabedoria, prudente, prestigiado, lutador pela liberdade, como por exemplo Nelson Mandela.

> Estou revoltado contra tudo e contra mim mesmo. (…) Para que me serve ser comendador da Ordem da Liberdade se nada posso fazer para auxiliar os palestinianos a fugirem da faixa de Gaza? Sim, porque nem fugir eles podem. Para que me serve ter sido durante oito anos vice-presidente da FIDH (Federação Internacional dos Direitos Humanos, com sede em Paris, que congrega mais de 150 organizações, espalhadas pelo mundo, supostamente defensoras dos direitos humanos) quando se assiste, impavidamente, ao genocídio que, à nossa frente, se desenrola em Gaza? Fui um europeu convicto. Até porque foi na Europa, mais concretamente em França, que me exilei durante os últimos anos do regime salazarista. Hoje, a Europa, enquanto instituição, não me diz nada (…). Que longe estamos da Europa dos Povos. E da Europa dos Direitos Humanos. E da Europa da Liberdade. Eis-nos, hoje, mergulhados na Europa dos Interesses.

O seu percurso como jornalista — em especial no *Le Monde*, mas também como analista das práticas jornalísticas em Portugal e em contextos internacionais — deu-lhe uma perspetiva particularmente sensível ao modo como os média representam o mundo e os seus conflitos. Nos seus livros e ensaios, refletiu com clareza sobre o poder simbólico da imagem, a construção discursiva da atualidade e o lugar do jornalismo na ordem democrática. O modo como articulou pensamento sociológico, experiência profissional e análise crítica do discurso é um contributo raro, que enriqueceu a academia portuguesa e permanece profundamente atual.

A sua obra, com base sólida nas ciências sociais, ajuda-nos a perceber o jornalismo como um campo de tensões, não apenas entre factos e interpretações, mas entre interesses, estruturas e escolhas narrativas. A leitura que faz do discurso do poder, especialmente no contexto dos média, continua atual. Convida à reflexão crítica, mas também à responsabilidade de quem comunica.

Mais do que uma relação académica, reconheço no professor José Rebelo uma referência de integridade intelectual, de compromisso com a verdade e de respeito pelos outros. Qualidades que, hoje, fazem ainda mais falta.

Este testemunho é uma forma simples de expressar o meu reconhecimento. Pela orientação, pelo rigor e pela marca que deixou — não apenas no meu percurso, mas também pelo seu legado que nos ajuda a todos a pensar a profissão.

Rigor, exigência e cultura

José Jorge Letria
Ficcionista, jornalista, poeta, dramaturgo, presidente da Sociedade Portuguesa de Autores

Conheci o professor José Rebelo quando ele era correspondente em Lisboa do jornal francês *Le Monde*, tendo publicado dezenas de crónicas sobre o 25 de Abril de 1974 e sobre as lutas políticas e militares que precederam a data e a continuaram no tempo, mesmo para além do 25 de Novembro de 1975, que vivi em Lisboa na minha condição de jornalista e editor do *Diário de Notícias*, tendo sido nessa condição que fui saneado daquele matutino, antes de vir a ser um dos fundadores do matutino *O Diário*, em janeiro de 1976.

Sempre admirei a qualidade jornalística e cultural das crónicas de José Rebelo, agora editadas em livro.

Reencontrei depois José Rebelo como orientador da minha tese sobre a "Gratuitidade no consumo de bens culturais", que defendi no ISCTE para um júri constituído pelos professores José Barata-Moura, Alberto Arons de Carvalho e José Soromenho Marques, que a aprovou com distinção.

Destaco e sublinho o rigor conceptual e metodológico com que o professor José Rebelo acompanhou o meu trabalho de investigação e comunicação, que me permitiu reunir dezenas de depoimentos de jornalistas e docentes da área da comunicação, sempre com um assinalável sentido de equilíbrio que contribuiu para que eu, sendo presidente da direção da Sociedade Portuguesa de Autores, nunca resvalasse para o imediatismo de conclusões que acabariam por não valorizar o meu trabalho de investigação e de enquadramento, nos planos sociológico e filosófico, das opiniões comigo partilhadas por pessoas que, além do âmbito estritamente académico, eu sempre tive como referência do meu labor à volta da busca da gratuitidade, expediente que se traduziu e traduz no prejuízo dos autores e dos direitos, correspondentes às obras editadas.

O professor José Rebelo, como resultado da sua longa e brilhante carreira académica e da sua experiência como jornalista e intelectual em Paris, nunca deixou de evidenciar qualidades que me permitiram conhecer ainda melhor o seu trabalho e a sua consistente e muito bem documentada visão do mundo.

Se hoje me associo, com júbilo pessoal e académico, a esta homenagem é por considerar que, no plano académico, José Rebelo é indiscutivelmente uma das figuras mais prestigiadas e credíveis do nosso meio académico, no qual, graças às suas

qualidades, com o maior gosto me integrei, reencontrando, ao reler as suas crónicas, algumas das melhores páginas escritas em Portugal e sobre Portugal e que contribuíram para dar ao mundo uma visão rigorosa, exigente e aberta da nossa vida política, no quadro das democracias europeias que se opõem à radicalização das posições cada vez mais agressivas da extrema-direita, em França e também em Portugal.

Em defesa da liberdade, da justiça e da paz

Deolinda Machado
Presidente do Conselho de Opinião, RTP, SA

É para mim uma honra fazer parte da comunidade que presta homenagem a um grande amigo, cidadão de corpo inteiro, lutador pela liberdade e pela democracia. É uma honra com ele contribuir, de algum modo, para o caminho pedagógico e político das novas gerações, através do testemunho de vivências e valores que fazem parte da comunidade humana a que pertencemos e constituem um património coletivo coerente.

Tive a sorte de conhecer o professor José Rebelo no Conselho de Opinião da RTP e na sua Comissão Permanente, ao longo de vários anos, onde gizávamos estratégias de defesa do serviço público de rádio e televisão, prestados pela empresa pública, RTP.

Recordo especialmente a forma vincada das suas intervenções, ouvidas com muita atenção, que geralmente suscitavam novos questionamentos e aprofundamentos, fazendo eco em cada um de nós, pela paixão e pela força das convicções que transmitiam.

A sua entrega abnegada ao bem comum foi sempre norteada pela transparência e rigor ético, nas diferentes missões que abraçou. Testemunhei-o, também, na direção a que presidiu, na Liga Portuguesa dos Direitos Humanos, que aceitei integrar a seu convite.

Sob a sua direção participei em vários trabalhos — seminários e conferências — em defesa da justiça e da paz, sempre marcados por mensagens universalistas e solidárias entre os povos.

O conselheiro José Rebelo e o saudoso conselheiro Fernando Correia, nosso comum amigo, enquanto jornalistas e académicos, foram companheiros de inúmeras lutas, cujas experiências amistosamente partilhavam em seminários e nas sessões plenárias do Conselho de Opinião. Recordo, a propósito da defesa da cultura e da língua portuguesas, que o Estado, através do universo RTP, tem obrigação de as salvaguardar e difundir, junto de todos os cidadãos, em Portugal, na lusofonia e na diáspora. Foram sessões de grande conhecimento e partilha, em que tive o privilégio de participar.

Empenhados defensores de valores humanistas, causas e convicções, os dois constituíram para mim inspiração do ser pessoa, em todas as dimensões da

sociedade. Foi a eles que recorri, ouvindo-os, aquando do desafio que me foi colocado para presidir ao Conselho de Opinião da RTP, após o falecimento do Dr. Manuel Coelho da Silva.

Construtores de pontes e de procura conjunta de soluções, continuamos identificados com as causas e princípios que defendemos.

Cinquante hivers, cinquante étés
Et nos chemins toujours liés

Michel Froeschlé
Professor de História das Ciências, Astrónomo (*Côte d'Azur*)

Rien ne nous destinait, José et moi, à nous rencontrer et nous lier d'amitié. Lui était chargé d'études au *Monde*, moi j'étais astronome à L'*Observatoire de Paris* et Marie Hélène était historienne au *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS).

Mais dans les années 1970, nous habitions le même immeuble à Maisons-Alfort, et nous étions absorbés par les mêmes préoccupations de jeunes couples chargés d'enfants dont la vie quotidienne était rythmée, outre les obligations d'un métier envahissant, par l'école maternelle de nos ainées, les promenades sur les bords de Marne, etc. On s'est donc rencontrés à l'occasion d'une annonce placée dans l'escalier de notre immeuble, dans laquelle nous annoncions la mise en vente d'un lit d'enfant: quelques heures après, José frappait à notre porte et immédiatement le courant est passé entre nous !

En ces années qui ont suivi les journées révolutionnaires de 1968, nous avions en commun la même passion, la même volonté de transformer le monde. Pendant des soirées entières, José évoquait la situation catastrophique que Salazar avait créée au Portugal et qui perdurait avec son successeur, Marcelo Caetano. Nous partagions sa vive opposition à ce régime et son espoir de voir un rapide soulèvement de l'armée, comme le laissaient présager les premières révoltes dans les colonies. Il nous parlait de ses rencontres avec Mario Soares, alors réfugié comme lui à Paris. Il nous parlait d'un avenir démocratique pour le Portugal. Quant à nous, nous revenions d'une année passée en coopération au Brésil où nous avions tenté d'apprendre le Portugais et où nous avions connu (un peu), ce que signifiait un régime dictatorial.

Après le déclenchement de la *Révolution des œillets*, José, qui s'était réfugié en France pour avoir refusé d'accomplir son service militaire, a pris, avec d'autres exilés politiques, le premier vol charter qui a atterri à Lisbonne et, pendant une semaine, il a vibré avec la foule en liesse dans les villes et les villages du Portugal et avec l'incroyable fête de la liberté qui fut la commémoration du premier 1er mai en démocratie.

En janvier 1975, José deviendra correspondant permanent du *Monde* au Portugal. Il aura à cœur de suivre, par des articles quotidiens, la marche des événements avec une grande objectivité. Souvent ses articles font la une du journal.

Sans hésiter, nous sommes partis le rejoindre quelques mois plus tard. Ce fut un premier contact avec le Portugal que nous avons traversé en 2CV, de Bragança à Lisbonne. Résolus mais inquiets: le coup d'État militaire, mené par le Mouvement des Forces Armées (MFA) contre la dictature de Marcelo Caetano, allait-il conduire à une guerre civile ? Nous fûmes rapidement rassurés, les civils avaient massivement soutenu les militaires. Rassurés aussi par le retour au pays de leaders politiques tels que Mario Soares, socialiste, et al.varo Cunhal, communiste qui siégeaient au sein des premiers gouvernements provisoires. Mais ils leur restaient à bâtir un nouveau contrat social, pour organiser un nouvel ordre politique plus juste.

C'est ce que José et nous attendions impatiemment.

Nous avons participé avec enthousiasme, matin, midi et soir, à toutes les actions qui ont marqué la longue marche de la Révolution portugaise. Nous voulions vivre cette Révolution au plus près des acteurs. Aussi, comment ne pas aller dans l'Alentejo, le lieu où se déroule la réforme agraire, où ceux qui travaillent la terre veulent s'affranchir de la domination des grands propriétaires, où l'ingénieur agronome, qui nous y reçoit, nous assure de la nécessité de cette lutte contre la pauvreté en milieu rural pour améliorer la production agricole…

Pour garder ce contact personnel que nous avons soudé, nous invitons José de venir dans notre village en 1977 pour nous raconter la "*Révolution des œillets*" et son évolution. La salle communale était remplie de Tourrettans attentifs. Cette soirée se termina par le pot de l'amitié: c'était le temps des G.A.M. (groupements d'action municipale).

Aussi pour continuer ce récit, comment ne pas aller dans l'armoire des archives familiales y retirer le dossier Portugal qui contient toutes les coupures des articles de José. Relisons quelques-uns de ses messages dans le *Monde*.

Le 17 janvier 1975, il nous apprend que " l'indépendance de l'Angola sera proclamée le 11 novembre 1975. " Il écrit: " Le président, le général Costa Gomes, affirme que se clôt ainsi un chapitre où le sang et les larmes des deux peuples ont laissé une trace amère de souffrance fraternelle " et que s'ouvre " un chapitre vierge " de l'histoire de l'Angola "à écrire avec génie à la lumière de l'espoir, de la liberté et de l'indépendance ". Les " prétentions des colonialistes sont à jamais enterrées ".

Le 15 décembre 1975, son article à la une du journal a pour titre: " Les militaires portugais reconnaissent la suprématie du pouvoir civil. Le MFA a cessé d'exister ". Il nous apprend que " Le MFA en tant qu'acteur politique et avant-garde révolutionnaire n'existe plus. Pour l'ancien Premier ministre, le général Vasco Gonçalves, les forces armées sont devenues un instrument docile au service du pouvoir en place. Pour d'autres, comme le général Firmino Miguel, elles retournent à leurs fonctions d'origine".

Le 28 octobre 1982, José annonce avec amertume " La dissolution du Conseil de la Révolution au Portugal. L'adieu aux armes des capitaines ". Le programme du Mouvement des Forces Armées annonçait des élections libres. Celles-ci ont amené au Parlement une majorité où abondent des personnalités qui, lors de la Révolution, se trouvaient de l'autre côté des barricades. Promesse avait été faite de " donner le pouvoir au peuple ". Mais la situation économique est telle que les conditions de vie du peuple n'ont fait que s'aggraver…

Mais bientôt José quittera *Le Monde* pour une autre aventure, celle de l'Université. Il y deviendra professeur dans un domaine qui lui permet d'approfondir son premier métier de journaliste. Il s'est spécialisé dans les sciences de la communication, plus précisément dans la sociologie de la communication et de la culture. Nous échangions moins souvent sur la politique portugaise. Mais notre solidarité politique n'a jamais été rompue. La Révolution des œillets nous aura donné, sans jamais nous quitter, le goût amer de l'espoir d'un pouvoir populaire perdu au profit d'un pouvoir parlementaire.

Tout le travail reste à refaire.

O salazarismo, a arte de desocultar estratégias de legitimação e outras notas sobre um trajeto

João Manuel Rocha
Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa

Cruzei-me pela primeira vez com o professor José Rebelo nos corredores da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Nos corredores, não nas salas de aula, porque não foi aí que fui seu aluno.

Sabíamos que era correspondente do *Le Monde*, e isso era motivo de admiração entre jovens aspirantes a jornalistas. Lembro-me de coincidir depois com ele, não muito mais tarde, José Rebelo ainda, principalmente, jornalista, eu já jornalista, no Palácio de Belém, nos primeiros tempos do Presidente Soares (ou seria ainda Eanes?), certamente a pretexto de alguma episódica ocorrência merecedora do interesse da imprensa estrangeira, distantes que eram já os tempos em que os olhares do mundo tinham convergido para Portugal.

Foi mais tarde, no regresso à universidade, pela porta do ISCTE, que o conheci, nas aulas e pelas leituras — a começar pela suas *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo*, uma incursão por caminhos inexplorados de compreensão do regime autoritário. Com essa obra, adaptação da sua tese de doutoramento, o Rebelo sociólogo sobrepõe-se ao Rebelo jornalista, com o qual vinha ainda coexistindo. Serão, contudo, as provas de agregação o momento simbólico de virar a página de um período transitório durante o qual combinou legitimidades do jornalismo e da docência, levando-o a apresentar-se no cartão de visita como "jornalista e professor universitário" ou "professor universitário e jornalista", como dizia em aulas e registou em letra de forma (2003: 19).

Foi um virar de página sem renúncia ao passado profissional, no qual situa os "instrumentos empíricos suscetíveis de alimentar os seus labirintos teóricos" (*ibidem*). É exemplo do cruzamento que nunca deixou de fazer entre experiência e reflexão a elaboração que, a partir de Mouillaud (1989), faz sobre "títulos referenciais", "títulos-rubricas" que permanecem ao longo de distintas edições de um jornal. São títulos como "Portugal", comuns em 1974-1975 nalguma imprensa estrangeira, designadamente no seu *Le Monde*, títulos que sinalizam um elevado e prolongado interesse noticioso por um tema, ao ponto de esse interesse se tornar "categoria" de noticiário, como hoje são "Ucrânia", ou, desde há décadas, "Médio Oriente". São, como observou, títulos que precisam de ser complementados com "títulos informacionais" sobre a atualidade porque, através deles, sabemos "sobre

a informação veiculada pelo jornal, [eles] constituem a meta-informação do jornal" (Rebelo, 2000: 47).

Ao convocar Louis Marin e o seu conceito de *momento kairos, i.e.*, aquele em que uma ocorrência "já não suscita mais ou menos interesse", passa a "suscitar mais ou menos desinteresse" (*idem*: 48-49), é igualmente impossível ignorar a experiência que viveu como jornalista do enorme interesse da imprensa estrangeira por Portugal suscitado pelo 25 de Abril e o progressivamente menor interesse noticioso após os *anos de brasa*.

O perfil sociológico do jornalista português traçado por investigadores por si coordenados, um encontro entre jornalismo e sociologia, como escreveu nas páginas de apresentação desse trabalho, será o melhor exemplo, no seu trabalho académico, de reunião entre conhecimento empírico — seu e da maior parte da equipa — e instrumentos teóricos e metodológicos de análise. Uma evocação de Robert Ezra Park que José Rebelo faz nesse trabalho é bem a afirmação de que o seu "virar de página" foi, no fundo, um prolongar e aprofundar do que já antes fazia — na definição do fundador da Escola de Chicago, o sociólogo é, afinal, "um repórter mais científico, mais preciso e mais responsável" (2011: 18).

O seu percurso e trabalho assentam num entendimento matricial: a comunicação é um lugar de interdisciplinaridade, se não de transdisciplinaridade (1998: 34). Tal entendimento foi consolidado na preparação do seu doutoramento, período durante o qual desenvolveu dispositivos de análise discursiva com contributos da sociologia, naturalmente, mas também da linguística, da semiótica, da pragmática. Uns e outros forneceram-lhe um quadro metodológico singular para estudar o discurso do salazarismo e a sua propagação (2000: 9).

Sociólogo, José Rebelo é, pois, também, analista do discurso, crítico da análise de conteúdo quantitativa — secundando Greimas, para quem fabricar grelhas de leitura é decidir "antecipadamente, sobre o que [se] considera importante" (1998: 36); o que pode "ocultar em vez de revelar" (2000: 45). A sua leitura das narrativas, e do discurso subjacente, tem pontos de contacto com a Análise Crítica de Discurso, como compreendemos ao ler van Dijk (2005: 66). Sociólogo, é, pois, igualmente, um analista do discurso, ou não tivesse procurado "descobrir *como é que* o jornal diz o que diz *e porque é que* o jornal diz o que diz" (*idem*: 11); ou não escrevesse que, não raramente, "o importante num discurso se situe menos na área do dito e mais na área do não dito" (*idem*: 45).

Foi o seu olhar crítico sobre as práticas discursivas do salazarismo a razão para lhe ter pedido para ser meu orientador, já depois de, na minha tese de mestrado, eu ter ensaiado o recurso a ensinamentos ou procedimentos aprendidos em *Formas de Legitimação* e n' *O Discurso do Jornal*, designadamente — de modo não exaustivo — os atrás mencionados "títulos referenciais"; o "momento *kairos*"; ou o conceito de "pressuposição", tomado da filosofia da linguagem e da pragmática, terreno fértil para as "operações de manipulação" (*idem*: 93), como se torna claro com um de muitos exemplos de títulos de jornal que recenseou e que aqui sinalizo de forma redutora relativamente à complexidade que encerra: "A Itália já seguiu e a França deve seguir o exemplo de Salazar" (*idem*: 94).[1]

Mesmo que se negasse que a Itália já tivesse seguido e que França devesse vir a seguir o exemplo de Salazar, mesmo que se interrogasse se a Itália já teria seguido

e se a França deveria seguir o exemplo de Salazar, Salazar não deixaria — em qualquer caso — de ser exemplo. O "pressuposto" é o de que Salazar era um exemplo, pressuposto apoiado na iconografia, na escultura e na arquitetura; ou em testemunhos daqueles a quem era dada "a oportunidade de abordar Salazar ou de conhecer a sua obra". Umas e outros contribuíam para uma "unanimidade, laboriosamente forjada" (Rebelo, 1998: 17-18), para um pressuposto, i. e., para um saber anterior, por "natureza inquestionável" (Rebelo, 2000: 93).

Na obra central do seu trajeto, *Formas de Legitimação*, além de sintetizar o debate em torno da definição ideológica do Estado Novo, nomeadamente sobre equiparação, ou nem tanto, entre salazarismo e fascismo; ao cotejar a evolução dos estudos portugueses sobre o Estado Novo na década de 1980, Rebelo demarca-se tanto de equiparações miméticas entre um e outro, como de aproximações excessivas a quantos viram em distintos sistemas políticos apenas diferenças de grau relativamente a "fascismos-padrão" (1998: 61-65).

A existência de diferentes respostas sobre a natureza do regime é por ele interpretado com o facto de distintas serem as epistemologias adotadas, a ênfase dada às estruturas do salazarismo ou às circunstâncias, o contexto político-social em que os estudos foram produzidos, o itinerário dos investigadores e a realização de estudos comparativos, a nível internacional (*idem*: 41-42; 62). Muitas vezes, observou, a perceção que diversos estudiosos têm sobre a realidade é "praticamente a mesma", mudando, porém, "a conclusão a que chegam" (*idem*: 62).

No seu caso, considerando, tal como outros autores, que, contrariamente a Mussolini, Salazar não era revolucionário, mas conservador, não era carismático nem vocacionado para o contacto com as massas, como o ditador italiano ou o homólogo alemão, Rebelo vai procurar identificar as formas como se legitimou e foi legitimado — a voz passiva não é irrelevante, se atendermos ao papel do aparelho ideológico nessa legitimação. Como bem observa, "nenhum sistema, por mais brutal que seja, consegue governar com base, apenas, na força, na dominação" (2003: 41). Para funcionar de modo eficaz exige também "o consentimento, a cooperação dos governados", razão pela qual carece de legitimação, cabendo à ideologia "diluir", "controlar", "tensões que possam manifestar-se no processo de legitimação" (*idem*: 41-42). O discurso ideológico tem, pois, o objetivo de legitimar a autoridade, e é, como fica claro, um discurso de poder.[2]

Do muito que se pode aprender com Rebelo, opto aqui, à guisa de recensão, de modo necessariamente breve, esperando com isso não trair o seu pensamento, por destacar a sua singular interpretação do salazarismo e da natureza do seu líder, por um lado; e, por outro, o uso da imprensa estrangeira como instância de legitimação, através dos "efeitos de retorno" gerados pela reprodução interna do que de favorável ao regime e ao ditador fosse por ela publicado.

---

1 Recolhido pelo autor na edição do Diário de Notícias de 15 de fevereiro de 1939.

2 Rebelo filia este passo da sua reflexão na análise de Ricoeur ao conceito de "ideologia" em três níveis sucessivos, como viria a explicar na Lição de Síntese das suas provas de agregação em Sociologia apresentadas no ISCTE: enquanto distorção, enquanto legitimação e enquanto integração (2003: 41).

No que ao primeiro aspeto diz respeito, José Rebelo propõe uma leitura do poder de Salazar, bem como da sua prática discursiva, como sendo imbuídos de uma "dimensão teocrática" que "impregna o discurso do fundador tal como impregna o discurso sobre o fundador" (1998: 101). O tipo de liderança e carisma do chefe é um dos planos de análise da ambiciosa procura de uma "definição integral do paradigma salazarista" que empreendeu em *Formas de Legitimação*, juntamente com o estudo da forma como organizou o espaço público e o sistema repressivo; e a observação de uma prática política "inspirada, a montante, num certo conceito de legitimidade e articulada, a jusante, com o consequente modo de representação" (*idem*: 71).

Inspirado no modelo de compreensão do poder político de natureza cristológica desenvolvido por Ernst Kantorowicz em *Les Deux Corps du Roi*, Rebelo considera que a invocação de uma legitimidade que "brota do processo histórico, na linhagem de um Afonso Henriques, de um Infante", e que "remete para a Providência", razão pela qual "não se sujeita a qualquer eleição", apenas responde "perante Deus" (*idem*: 344), coloca Salazar na referida "dimensão teocrática".

Salazar, escreveu, via-se como a "cabeça" de um "corpo político", corpo de que os portugueses seriam os "membros", cabendo à "cabeça" o poder de governar. Considerando-se "investido de uma missão depuradora", entre as tarefas da sua governação incluíam-se a função de "evitar estados patológicos, suscetíveis de produzir intervenções 'artificiais', ideológicas, prejudiciais à marcha 'natural' das coisas" — leia-se, de assegurar o que na sua conceção era o bom funcionamento do corpo (sociedade portuguesa) — o que passava pela erradicação de causas de "disfuncionalidade", como seriam a atuação de anarquistas e comunistas, mas também de nacional-sindicalistas, republicanos, monárquicos e católicos (*ibidem*). Possuidor de um "corpo natural", teria pois, também, um "corpo político ou simbólico" que viria a ser transferido para o corpo físico de Marcello Caetano, o qual "se assumiria, enfim, como cabeça do corpo místico: o Estado, naturalizado, homogeneizado", numa altura em que "fatores disfuncionais tinham [já] corroído o Estado salazarista", abrindo "brechas no corpo místico" (*idem*: 342).[3]

O salazarismo desenvolveu-se num contexto em que "o principal personagem se retira ostensivamente do espaço público" (*idem*: 13), com contactos limitados com a comunicação social portuguesa e recurso comum a discursos oficiais e notas para transmitir a sua mensagem.

Um tal "distanciamento" confere com a "dimensão teocrática" de um poder que se considera apenas responsável diante de Deus, se não circunscreve

3 Uma passagem dos *Relatórios*, de Plowden, jurista do século XIV, invocados por Kantorowicz para descrever o problema e a teoria dos dois corpos do rei é elucidativa: o rei teria dois corpos, um "corpo natural", i.e., físico, mortal, como o de todos os homens; e um "corpo político", imortal, do qual seria a cabeça, sendo os súbditos membros — membros que teria o poder de governar e com os quais formaria em conjunto uma "corporação"; ora, o rei como cabeça do corpo político nunca morreria, já que esse corpo político seria "transferido e transmitido do corpo natural agora morto, ou agora removido da dignidade real, para outro corpo natural" (Kantorowicz, 1998: 24-25).

a lugares e momentos precisos, se manifesta por uma "ausência física de qualquer lugar particular que garante a presença simbólica em todos os lugares ao mesmo tempo"; presença simbólica assegurada, por exemplo, pela sua fotografia afixada nas salas de aula das escolas, frequentemente acompanhada pela do Presidente da República, ladeando, uma e outra um crucifixo (*idem*: 82). Isto no plano interno.

Externamente, "sob a batuta diligente e inteligente" de António Ferro, a construção da imagem de Salazar vai ser trabalhada noutros moldes, apoiada na promoção de um regular acesso de personalidades da política, da cultura e do jornalismo europeus ao chefe. "A todos, ou a quase todos, é concedida a honra de falar a sós com Salazar. A todos, ou a quase todos, mesmo se cada um alimenta a ilusão de ter sido um dos raros eleitos" (*idem*: 18-19). Os órgãos de comunicação nacionais assumem um papel de relevo numa estratégia que tem também, porém, objetivos internos: anunciam a chegada de entrevistadores, noticiam o encontro com o "sr. Presidente do Conselho", registam eventuais declarações que os entrevistadores possam fazer após essas audiências.

Depois, as entrevistas, publicadas nos primeiros anos do regime, sobretudo, em periódicos de uma direita francesa fascinada com Salazar, serão transcritas integral ou parcialmente por jornais portugueses — estamos, pois, já, no segundo dos aspetos que me propus realçar do trabalho de Rebelo, a juntar a sua proposta de interpretação da natureza do poder salazarista: o uso da imprensa estrangeira como instância de legitimação. Reproduzidas as entrevistas, outros textos apologéticos, o ciclo será encerrado com o "eco das repercussões, invariavelmente positivas, que a entrevista terá provocado" (*idem*: 19). "Na formação da opinião, o efeito de retorno assume, assim, um papel fundamental. São os outros e não nós que dizem o que somos e como somos" (*ibidem*).

O aparelho ideológico do salazarismo "institui o outro como fonte de legitimação das suas opções doutrinárias, procurando contabilizar, em proveito próprio, a ideia de distanciamento inerente ao estatuto de estrangeiro" (*idem*: 20). Sob a aparência de informação, a reprodução de enunciados de publicações estrangeiras materializa uma "estratégia de formação da opinião pública interna que, através dos efeitos de retorno" (*idem*: 296), legitima o salazarismo.

Além de referência na compreensão do salazarismo e do seu líder, bem como da imprensa, das narrativas jornalísticas, do jornalismo e dos jornalistas no Estado Novo, o trabalho de José Rebelo ganha, por estes dias, renovada atualidade. À data da escrita de *Formas de Legitimação*, o autor assinalava o regresso de ideologias que se julgavam banidas e assinalava uma difusão baseada em pressupostos, subentendidos, implícitos ou não ditos que considerava envolverem ou dissimularem estratégias políticas de direita, se não mesmo de extrema-direita (*idem*: 13). Mais de um quarto de século depois, num quadro de crise das democracias representativas, Salazar reentrou no discurso político. "Eu sou democrata, e sou mesmo, por natureza, mas há uma expressão que se ouve muito e que, de facto, faz sentido. De facto, não era preciso um Salazar, eram precisos três salazares porque o país está tão podre, de corrupção, de impunidade, de bandidagem, que eram precisos três salazares para pôr isto na ordem", pela "primeira vez em 50 anos", dizia recentemente em

horário nobre, numa televisão de sinal aberto, um líder partidário e candidato presidencial.[4]

A procura de explicações para a existência / persistência de um país disponível para acolher tais declarações é terreno para trabalho sociológico, combinado com análise de discurso — invoca-se a condição de "democrata" para, em seguida, convocar modelos antidemocráticos; evoca-se uma "expressão que se ouve muito" para justificar, com um alegado sentir do povo, de que as elites estariam divorciadas, a necessidade de vários salazares.

Com a declaração, o autor, conhecedor das lógicas da comunicação dos nossos dias, marca a agenda. As reações, os protestos, amplificam a mensagem.

Ao mesmo tempo, numa repetição da história, surgem nas ruas cartazes a diabolizar minorias, a diabolizar o "outro" — "Os ciganos têm de cumprir a lei" / "Isto não é o Bangladesh" — responsabilizando-as pelos "nossos" problemas.

Num tempo em que se refinou a possibilidade de governos e empresas recolherem dados de cidadãos e informação com potencial para controlar e influenciar comportamentos e decisões eleitorais; num tempo de comunicação política marcada pelo uso de *media* sociais propícios — pela ausência de *gatekeeping* ou mediação de qualquer espécie — à propagação de desinformação, à manipulação, à polarização, ao discurso de ódio, ao populismo, como forma de obtenção de poder político; coloca-se o renovado desafio de escrutinar, de descodificar o que é dito, de desmontar contradições, de desocultar implícitos e novos não ditos.

Neste contexto, o trabalho de José Rebelo, de análise de estratégias discursivas e identificação de fontes de legitimação, ganha atualidade. É mais do que um exercício sobre o salazarismo. Ensina e deve inspirar projetos de compreensão do presente.

Referências bibliográficas

Kantorowicz, E.H. (1998), *Os Dois Corpos do Rei: Um Estudo sobre Teologia Política Medieval*, Companhia das Letras.

Mouillaud, M. e J. F. Tétu (1989), *Le Journal Quotidien*, Presses Universitaires de Lyon.

Rebelo José (1998), *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo*, Livros e Leituras.

Rebelo José (2000), *O Discurso do Jornal, o Como e o Porquê*, Editorial Notícias.

Rebelo José (2003), *A Comunicação: Temas e Argumentos*, MinervaCoimbra.

Rebelo, José (coord.) (2011), *Ser Jornalista em Portugal: Perfis Sociológicos*, Gradiva.

4 Entrevista à SIC de André Ventura, 24 de outubro de 2025. A afirmação foi repetida no dia seguinte: "Só é preciso três salazares porque eles deixaram isto tornar-se uma bandalheira completa, só é preciso três salazares porque deixaram isto inundar de corrupção, só é preciso três salazares porque deixaram entrar toda a gente sem pedir cadastro", disse, citado pela Agência Lusa, num almoço com autarcas eleitos pelo partido Chega, no Funchal. "Acreditem nisto, que se lixem as eleições", declarou também. Dois dias depois, a defesa de "três salazares" foi levada pelo dirigente partidário ao Parlamento.

A "imparcialidade Homérica"

Viriato Soromenho-Marques
Professor catedrático de Filosofia, Faculdade de Letras

A melhor homenagem que podemos prestar a alguém, com cuja vida nos cruzámos através de uma amizade enraizada na admiração, é pensar sobre as razões dessa dupla vinculação: uma admiração que levou à amizade; uma amizade que fortalece a admiração.

Conheci José Rebelo (doravante, JR) quando este ainda escrevia no *Le Monde.* Muitos dos seus artigos, em número superior ao milhar, tinham relação direta com o nosso país, embora as suas funções nesse jornal de referência global não se esgotassem no papel de enviado especial e correspondente em Portugal. Desde o início do nosso convívio ocasional, percebi o modo como em JR, o jornalista, habitava harmoniosamente a vocação académica que se transformaria na sua ocupação (e paixão) preferencial.

Certamente que o jornalismo (pelo menos como "tipo-ideal", para usar uma expressão de Max Weber) convive no mesmo território semântico do professor e do investigador científico. Todas estas profissões implicam a aquisição e o exercício das faculdades cognitivas mais refinadas, disciplinadas pelo trabalho, mas alimentadas pela sede de saber, pelo amor do conhecimento. Contudo, no caso de JR existia algo mais que só se esclareceu para mim quando a nossa simpatia recíproca se transformou em colaboração ativa em projetos concretos.

A oportunidade surgiu, duplamente, por iniciativa de JR. Primeiro em 1999. Depois entre 2001 e 2003. Na sua condição de diretor da coleção Mesa Redonda, na editora Livros e Leituras, JR convidou um grupo de personalidades ligadas ao pensamento e à ação no domínio do amplo espectro das questões ambientais e ecológicas. Pessoas que traziam para o debate uma combinação entre teoria de base científica e ativismo social, a diversos níveis. Eu fui um dos convidados, juntamente com o saudoso Gonçalo Ribeiro Telles, Francisco Nunes Correia, Francisco Ferreira e Domingos Moura (que não tendo podido comparecer, enviou um texto escrito). O resultado foi uma obra rica de diversidade substantiva e ângulos de vista nem sempre coincidentes sobre o significado da crise ambiental global, bem como uma apreciação das suas diferentes interpretações, incluindo também o ajuizar da qualidade e grau de adequação das respostas

políticas que por todo o mundo se colocavam em prática, com maior incidência a partir da década de 1960.[1]

Importa realçar o esforçado trabalho de edição deste livro, a partir de uma gravação que se estendeu por um dia inteiro. Uma das qualidades fundamentais que unem os jornalistas e os académicos de elevada craveira está bem patente nesta obra: a capacidade de escutar e estudar a voz dos outros e de a transmitir com rigor, sem se deixar afetar por qualquer eventual divergência. Só existe verdadeira esfera pública se tivermos a competência para nos colocarmos no lugar do outro, sendo capazes de pensar a seu lado, mesmo que, no final, acabemos por, argumentativamente, dele discordarmos.

Nas breves páginas introdutórias deste livro, JR, antes de identificar algumas das principais teses discutidas na mesa-redonda, define como essencial perceber a relação entre a temática ecológica e os discursos e valores da modernidade. Os limites extremos dessa relação aferiam-se na oposição entre, por um lado, uma ecologia antropocêntrica (tendendo para encarar a crise ambiental como um problema de mera afinação técnica e política de um modelo de civilização, cujos fundamentos e estruturas não eram postos em causa) e, por outro lado, uma ecologia holística (ou "profunda", para citarmos o filósofo norueguês Arne Naess), que deslocava a humanidade do centro de referência dos ecossistemas, evocando a operação cosmológica de Copérnico, em 1543, deslocando a Terra não apenas do centro do Sistema Solar como do próprio universo conhecido. O antropocentrismo ecológico acabava por deixar escapar a radical novidade dos desafios qualitativos colocados à interpretação mais clássica da modernidade pela crise ambiental (como Ulrich Beck bem compreendeu nas suas obras centradas sobre o tema da centralidade do risco tecnológico na contemporaneidade). Por outro lado, a ecologia profunda, pela sua abissal rutura com o inevitável perspetivismo interessado da condição humana, tornava-se profundamente inútil social e politicamente, condenada a persistir como ética individualista ou culto elitista para um panteísmo laico.

Um segundo elemento que intervém na introdução de JR — para mim o mais decisivo — é a sua insistência no que poderemos designar como a necessidade de não levantar voo do chão empírico do espaço-tempo histórico e social. Logo no início, JR chama a atenção para a natureza complexa das lutas ambientais. Refere a "guerra do caulino" como um dos impulsionadores do ambientalismo como movimento social no Portugal das últimas décadas do século XX: a luta da povoação de Barqueiros, no concelho de Barcelos, contra a empresa MIBAL, entre 1987 e 1989, motivada pela exploração de caulino no centro dessa localidade. A vitória popular seria conseguida, não sem o martírio do jovem Carlos Simões, de 21 anos, abatido com um tiro no crânio por uma bala disparada por um militar da GNR.

Um segundo momento de apelo à realidade empírica aparece mesmo na parte final da introdução, quando JR cita uma passagem breve, mas incisiva, de um livro de Michel Bosquet (pseudónimo de André Gorz): *Écologie et Politique*, Paris, Galilée, 1975: "Produza-se menos e consuma-se menos para se viver melhor".

---

1 Rebelo, José (1999) (org.), *Ecologia e Ideologia*, Lisboa, Livros e Leituras.

Note-se que nem em 1975, nem em 1999, o tema do decrescimento se encontrava na ordem do dia, tão obnubilado o debate se encontrava pela variegada retórica do desenvolvimento sustentável.

O segundo convite de JR, para uma colaboração em torno de um projeto concreto, traduziu-se na participação numa conferência internacional no ISCTE, por ele organizada, em outubro de 2001. O corolário disso ocorreu em 2003, pela publicação das respetivas contribuições.[2]

O livro contava com 24 autores de diversos países. O tema central declinava a análise de novas modalidades de mobilização cívica no quadro da nova época, aberta pelo fim da Guerra Fria, e colapso da União Soviética. A palavra-chave desses anos, uma autêntica *buzzword*, era o conceito, prenhe de ressonâncias, de globalização. A ótica do coordenador e dos diferentes autores estava longe de ser milenarista. A indisputada hegemonia militar, mas também económica e simbólica dos EUA, parecia afastar a perspetiva de um conflito militar central, capaz de arrastar o planeta para um holocausto nuclear. Contudo, o modelo de economia não oferecia qualquer ilusão. O hipercapitalismo turbinado pela narrativa neoliberal não deixava pedra sobre pedra nas políticas de regulação dos mercados e de redistribuição de riqueza. O fim do "socialismo real" abria caminho para a conversão indisfarçada da social-democracia, às recompensas do mercado. Lembremo-nos de nomes que não deixam saudades, como os de Blair, no Reino Unido, ou Schröder, na Alemanha. Uma vaga de desigualdade crescente, euforia financeira (que conduziria à crise global do *subprime* e quase ao colapso do euro) e subjugação neocolonial por via financeira de muitas economias emergentes destapavam uma paisagem futura inquietante contra a qual os movimentos sociais se erguiam, em busca de modos alternativos de globalização.

Mais uma vez, nas suas palavras introdutórias, JR destaca o que na altura era apenas um sinal, uma possibilidade embrionária. As suas palavras finais parecem algo enigmáticas: "Quem anunciou o fim das grandes narrativas? 15 de fevereiro de 2003 é o primeiro dia da neomodernidade" (2003: 14). O que estava em causa nesta reflexão de JR foi a compreensão, numa espécie de intuição intelectual, de que as esperanças alardeadas pelo grande megafone de Washington e suas antenas em todo o mundo não passavam de uma ilusão propagandística de superfície. No dia 15 de fevereiro de 2003, realizou-se a maior manifestação global pela paz de que há registo histórico. Nesse dia, em mais de 600 cidades de mais de 60 países, cerca de 10 milhões de pessoas ergueram a sua voz contra a guerra, contra esse crime contra a humanidade, perpetrado através de uma mentira dolosa, pela administração do presidente Bush Jr.: a invasão do Iraque, que mataria centenas de milhares de pessoas e começaria no dia 20 do mês de março de 2003.

Afinal a globalização seria caracterizada pelo recurso à violência imperial e neocolonial, pelo intervencionismo de Washington e dos seus lacaios. O neoliberalismo não traria a promessa de paz e prosperidade, mas a sangrenta fabricação de mudanças de regime (como na Ucrânia em 2014), a instrumentalização das

2 Rebelo, José (coord.) (2003), *Novas Formas de Mobilização Popular*, Campo das Letras.

instituições, a venalidade de parte significativa do jornalismo e do mundo académico, a impiedosa destruição da natureza, a perseguição da inteligência. A verdade da hegemonia unipolar dos EUA não era a promessa falhada de Al Gore, mas o ilusionismo de Obama e o brutalismo de Trump.

Regresso à minha constatação inicial, que é também uma pergunta: qual é o elo unificador do JR jornalista com o JR académico e investigador? A resposta a esta pergunta implica trazer para a nossa meditação um notável contributo de Hannah Arendt, publicado na revista *New Yorker*, em 1967.[3] Ao discorrer sobre a tensa relação entre a política e a verdade, Arendt antecipou muito daquilo que só décadas mais tarde se tornaria claro, nomeadamente a existência de uma indústria comunicacional cujo ramo de negócio é a "mentira organizada" (*organized lying*).

Arendt sublinha também que a verdade mais frágil, aquela que é o alvo principal do manobrismo e da violência política, não é a "verdade filosófica", ou qualquer outra modalidade de verdade articulada num plano teórico, mas sim a "verdade factual". Aquela que depende do testemunho incontestável de alguém, em direto ou por via documental autenticada. No julgamento de um homicídio, se a testemunha-chave é afastada, por acidente ou atentado, a sentença não pode ser pronunciada. Civilizações inteiras jazem ocultas nas camadas estratigráficas mais profundas de um território, porque as vozes e os documentos que testemunhavam a sua existência se perderam na poeira de séculos de esquecimento. A mentira moderna, que domina a política, devora factos ao ponto de os próprios mentirosos acreditarem que eles nunca existiram…

Arendt considera que o principal perigo para as sociedades contemporâneas, incluindo as dotadas de democracias (sempre imperfeitas), é o de tombarem numa situação em que verdades factuais essenciais são destruídas com sucesso. O problema, escreve a filósofa, é que as verdades podem ser destruídas, mas não podem ser substituídas. O presidente Trump pode proibir a investigação pública sobre as alterações climáticas, mas o resultado não é o fim desse fenómeno gravíssimo. O resultado é uma sociedade cada vez mais desprotegida contra esse perigo, e todos os outros que a mentira moderna avidamente destrói.

Qual a relação deste contributo de Arendt para a pergunta que estamos a tratar de responder? É aqui que intervém o conceito de "imparcialidade homérica" (*Homeric impartiality*), patente no título desta reflexão. Arendt considera que há um elemento de esperança na possibilidade de preservação da verdade factual. Ele ergue-se das raízes mais antigas da cultura ocidental, a saber, do seu primeiro grande poeta épico, Homero. Oito séculos antes da nossa era, Homero, um grego, foi capaz de, na sua imortal *Ilíada*, tratar com igual dignidade os Aqueus e os Troianos, o herói Aquiles, mas também o valente e sábio Heitor. Uma sociedade em que a política não se deixa intoxicar pela vontade de poder a todo o custo é aquela que não só tem uma boa Constituição e instituições que se conduzem pelos seus ditames, mas também aquela que protege a verdade factual contra a possibilidade de uma

3 Arendt, Hannah (1993), *Truth and Politics, Between Past and Future. Eight Exercises in Political Thought*, Nova Iorque, Penguin Books USA Inc., [1ª edição: 1961] , pp. 227-264.

intromissão política abusiva e mutiladora. As verdadeiras democracias constitucionais são aquelas que garantem a independência de um conjunto de profissões cujo míster é garantir que a frágil verdade factual não é suprimida. Entre esses profissionais, Arendt, identifica o filósofo, o cientista, o artista, o historiador imparcial, o juiz, a testemunha, o repórter…

Na sua vida, como profissional e cidadão, JR sempre se manteve fiel a este respeito pela verdade factual. As diferenças políticas legítimas não são sobre o chão da realidade que é a mesma para todos os que a habitam, mas sobre o que podemos e devemos fazer a partir dela. Em 1999, quando se colocou ao lado de André Gorz, na urgência de produzirmos e consumirmos menos, JR não se deixou iludir pelos milagres da propaganda esverdeada, falsamente ecológica, que confunde a realidade com os seus desejos piedosos.

A verdade factual não engana. Em 1999, a humanidade contava com 6 078 milhões de almas, Em 2025 somos 8 200 milhões. Em maio de 1999, a concentração de gases de efeito de estufa traduzia-se em 367, 5 partes por milhão de dióxido de carbono. Em maio de 2025 ascendemos a 430 ppm de CO_2. É preciso recuar milhões de anos para uma situação semelhante! Entre 1970 e 2020 as populações de 5 495 espécies de vertebrados reduziram-se em 73%. Em 2003, quando muitos arautos do neoliberalismo acreditavam que a história tinha chegado ao ponto da perfeição, JR, não tendo medo de ler a verdade factual, indicava que a luta pela paz, contra a agressão imperialista, iria ser a nova tarefa da história. Infelizmente, os acontecimentos de 2025, quando as probabilidades de um conflito de gigantescas proporções parecem superiores às da manutenção da atual paz débil, mostram, apesar de tudo, como a verdade factual é a única bússola que nos pode salvar de tombar no abismo.

A melhor homenagem que posso prestar ao meu amigo José Rebelo é demonstrar como a sua vida, em todas as suas dimensões, tem sido um testemunho vivo desse valor originário do Ocidente, que deveria ser sagrado pela sua inspiração universal: a imparcialidade homérica. Nesta época escatológica que nos é dado viver, a fidelidade aos valores, a começar pelo do respeito pela verdade factual, pode não ser garantia de sobrevivência, mas, e não é consolo menor, permite-nos não ter vergonha do rosto que vemos quando nos olhamos ao espelho.

Dos horizontes por nascer

José Manuel Mendes
Presidente da Associação Portuguesa de Escritores

Um singular percurso pelo húmus dos saberes em relação, o sentido da comunidade, antiproclamatório ou circunstancial, a irredutibilidade do que somos. Por entre zonas de turbulência, conflito, síntese aproximativa — das lutas sociais aos labirintos do sujeito, sempre axial na análise empreendida.

De livro em livro, nos múltiplos textos, académicos, jornalísticos ou inseridos nos lugares da cidadania, uma voz inconfundível na sua vocação nunca retraída: promover o conhecimento e o debate em regiões densas do conhecimento, avessas a qualquer simplificação, suficiência vulgarizadora, eclipse do questionamento e do exercício crítico-propositivo.

Johann Wolfgang von Goethe ter-lhe-á dito, confluindo filósofos, poetas, construtores do não havido, num desses lugares interlocutivos à margem dos marcos cronológicos: *Am Anfang war die tat*. Porque o agir, o agir pensado e para o pensamento que nenhum sono enclausura, lhe molda a imagem e uma aura que raros recobre.

De José Rebelo falo, unindo, no apreço e amizade que me não inclinam para a mínima desmesura, as dimensões do professor e da personalidade da CIVITAS, trilho do quotidiano e sinédoque do mundo.

Conheci-o jornalista numa quadra aquém de Abril, por entre as sebes obstaculizadoras que a História lembra. *Le Monde*, "pequenina luz" (Jorge de Sena) no conspecto de algumas outras (*The Guardian*, *inter allios*), onde veio a colaborar até às primícias da década de 1990. Tornara-se tão impressiva a reputação desse desempenho que, certa vez, removendo águas pretéritas, Mário Soares lhe enalteceu a integridade e os méritos incomuns, não ignorando também a escolha entretanto consumada por um destino universitário (a observação surgiu na sequência do repúdio conjunto pela cobertura generalizada da guerra do Iraque, decretada pela ignomínia de um consórcio belicista na base dos embustes que se revelaram continuidade e premonição das piores patologias a corroer o direito internacional).

José Rebelo, da estirpe dos sociólogos e mestres nos domínios da comunicação, havia muito assumira uma energia inovadora no estudo, na investigação e prática, nos périplos institucionais dos *media* num país reencontrado com a liberdade — sob a égide de uma Constituição garantística, projetiva, instigadora —,

formando gerações de alunos, docentes e profissionais suscetíveis de renovar, por um enlace de competência e ética, o contexto a que acediam. Mantendo no ISCTE e na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, como na Sorbonne, moradas fermentantes de iniciativa e concreção, conferiu ao seu investimento intelectual, à margem de cálculos ou abdicações em maré de desconforto, a dimensão epistemológica, metódica, voluntariamente sob escrutínio e em zonas de cariz inovatório, que sempre se distinguiu das vulgaridades desvinculadas do húmus teórico, exauridas no psitacismo ambiente, embebidas de inércia e conformismo.

A frequência dos filósofos e cientistas, não só os da área eletiva, asseguraram a José Rebelo um modo dialógico que, no acordo e nos confrontos, afeiçoou a presença irrigadora que nele é identidade e partilha, nomadismo esclarecido, intelecção das isotopias e da contingência, pó do concreto e canto do devir.

Por isso surpreendemos, a título ilustrativo, na bibliografia como nos eventos e acasos do viver gregário — porventura inarroláveis pelas extensões atingidas —, a convocação de Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu ou Gianni Vattimo, citados ao acaso num elenco aberto de pensadores decisivos, a crónica assertiva sobre situações como o tratamento pela informação de uma greve geral e, no meio da variedade temática, das ocorrências, vicissitudes, impasses no interior das instâncias judiciais, a dissecação do discurso publicitário, os travejamentos da Lusofonia — insubsumíveis à retórica de serviço, recomendações legiferantes e/ou, num amplexo complementar, a proclamação de condutas cidadãs em momentos nodais da democracia que somos.

Na mesma linha: a análise e as emergências prospetivas (no acervo das matérias de um foro específico) sobre a rádio e a televisão, com destaque para o serviço público e os órgãos que os regulam, partindo de uma linhagem oposta a casuísmos, cifras de poder ou conveniência, imposição de normas à revelia da justeza de quanto importa substituir, aprimorar, estabelecer enquanto instância irrenunciável de afirmação da verdade.

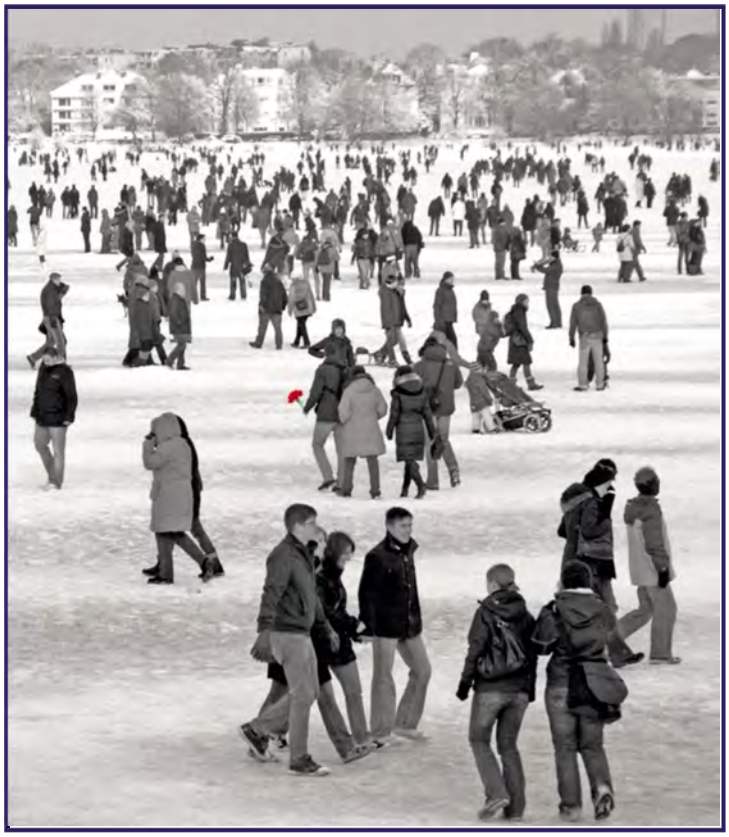
José Rebelo, na academia e, fora dela, cumprindo marcantes funções no seu périplo natural, é alguém cuja matriz induz, contagia, expande uma cultura de sapiência, procura e irresignação, viagem cognitiva, intercientífica, dissecação do discurso, aprofundamento comunitário, socialidade, humanismo. Bastará reler o que nos proporciona, lavrando um registo estético depurado em páginas de plúrima textura, da elaboração doutrinária e hermenêutica à fala sobre problemáticas cingidas ao crepitar dos tempos, "grande escultor" (Marguerite Yourcenar) e instância mutacional, interpelativa, ávida de veios metamorfoseadores.

Encontramo-lo nalguns dos seus livros, particularmente em *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo*, a edição da sua tese de doutoramento, e na obra que acaba da sair em Paris (coautoria de Maria Inácia Rezola) com a chancela das Éditions de l'Atelier, intitulada *La Révolution des Oeillets, du Pouvoir Populaire au Pouvoir Parlementaire — Regard d'un Correspondant du Monde au Portugal*, em periódicos e revistas de referência, chamem-se *Análise Social* ou *República*, *Vértice* ou *Le monde diplomatique*, não esquecendo as restantes, de envergadura assinalável.

No interior da sombra acre — ou, *à la* Jacques Derrida, da aporia —, José Rebelo, percorrendo as veredas do possível com lucidez extrema, estatui na liberdade irredutível, numa inscrição de individualidade "não idêntica" (na esteira de Theodor Adorno), a chama acesa dos horizontes por nascer. Aqui, neste átrio exigente e fraterno a que tudo aflui, o abraço e lhe rendo tributo. No júbilo de me saber ao lado de tantos e exultantes companheiros de jornada.

Na multidão há quem se destaque

Margarida Perestrelo e J. Bernardo Lemos



Na multidão há quem se destaque!
Mas é a amizade que nos une
Fortalecida na partilha de valores e ideais,
como a Liberdade e a Democracia
Ter o Zé Manel como amigo?
… simplesmente um privilégio

E que coincidência perfeita:
A data do seu aniversário — 25 de Abril

Margarida Perestrelo e J.Bernardo Lemos (setembro de 2025)

ENSAIOS 1 | PRODUTOS GLOBAIS

Verticalizados (…) os grandes grupos mundiais de informação e de comunicação dispõem-se em rede, através da celebração de acordos de associação ou fusão, do aprofundamento de relações comerciais, da prática de conexões interpessoais. Os respetivos capitais tendem a dispersar-se e a sua repartição a alterar-se constantemente, sobretudo pelo envolvimento de fundos de pensões, que não descuram a ocasião de alienar património sempre que as mais-valias, assim conseguidas, o justifiquem. Diretamente, pela força dos seus próprios produtos — os "produtos globais" que inundam o mercado mundial — e indiretamente, através da influência que exercem em seu redor, os grandes grupos de informação e comunicação constituem fator decisivo para a aceleração de processos de naturalização, a fixação de estereótipos e o agendamento de temas que irão cruzar o espaço público.

José Rebelo (2010),
"Os grandes grupos de informação e comunicação no mundo",
JANUS.NET e-journal of International Relations, 1, outono.

Sobre a função do silêncio na comunicação

Tito Cardoso e Cunha
Ph.D. em Filosofia Contemporânea

Se tivesse de dizer o que escrevo, estaria numa situação assaz paradoxal. Falar sobre o silêncio é, aparentemente, um paradoxo, porque o ato de falar consiste, precisamente, em quebrar o silêncio. Ao silenciar, estaria a aniquilar a minha própria fala. E ao falar estaria a aniquilar o silêncio.

Estaríamos tentados a dizer que a linguagem, na sua forma falada, oral, é o oposto do silêncio. Penso que não é esse o caso e é exatamente sobre isso que estou a falar ou, melhor dizendo, escrever.

Como solução para este aparente paradoxo não é a transcrição de uma fala o que aqui apresento, mas uma evocação do que em tempos escrevi sobre o silêncio.[1]

A leitura nem sempre foi feita em silêncio. Os gregos, nomeadamente Platão, escreveram para serem lidos em voz alta, mas para nós, hoje em dia, o silêncio é uma condição para poder ler e escrever. Demasiado ruído distrai-nos da atenção necessária para desempenhar qualquer uma dessas tarefas.

Intuitivamente, o que nos ocorre acerca do silêncio é ele ser necessário para qualquer comunicação; o ruído, pelo contrário, é um impedimento sério quando se pretende comunicar. Antes o silêncio, para que a fala, como a música, sejam possíveis.

Vejamos o que alguns filósofos disseram sobe o silêncio.

Falando de filosofia, imediatamente recordamos a famosa frase de Wittgenstein que encerra o *Tratado Lógico-Filosófico*: "acerca daquilo de que se não pode falar, tem que se ficar em silêncio".[2]

Mas antes de terminado o seu tratado com essa frase, ele tinha expressado uma ideia que veio a ser central para uma certa atitude filosófica contemporânea: "que o mundo é o meu mundo revela / revela-se no facto de os limites da linguagem (…) significarem os limites do meu mundo".[3]

---

1 Cardoso e Cunha, Tito (2005), *O Silêncio na Comunicação. Ensaio sobre Uma Retórica do Não-Dito*, Livros Horizonte.

2 Wittgenstein, Ludwig (1987), *Tratado Lógico-Filosófico: Investigações Filosóficas*, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 142.

3 *Idem*, p. 114.

Um outro nome marcante da filosofia contemporânea, Martin Heidegger, escreveu algo onde podemos reconhecer alguma similaridade na atitude: "a linguagem é a casa do ser. Nesta habitação do ser mora o homem".[4]

Heidegger afirma a dimensão fundacional da linguagem, a sua densidade ontológica.

Wittgenstein pretende que a minha realidade é circunscrita pelo que a linguagem me permite dizer.

Destas duas atitudes poder-se-á inferir a mesma consequência acerca do silêncio segundo a qual ele denota o não ser, o nada? Diria antes que o silêncio, sendo a ausência do dizer, não é necessariamente o oposto, não é necessariamente o oposto da linguagem.

Tem de haver linguagem (ou música) para que o silêncio possa ser ouvido, porque o silêncio é algo que se pode realmente escutar.

Há até silêncios que são ditos "eloquentes". Através deles as pessoas podem exprimir reprovação, desacordo, sofrimento. É também por isso, suponho, que a chamada Escola de Palo Alto sustentou não ser possível não comunicar. O silêncio pode ser um meio de comunicar a dita reprovação.

Há uma retórica do indizível neste silêncio eloquente quando ele exprime algo.

Portanto, o silêncio não pode ser pensado como denotando o nada. Da mesma maneira que a linguagem se refere ao ser, o silêncio parece estar relacionado com algum modo de ser.

Ele pode marcar uma expectativa, como quando a música vai acontecer e esperamos que ela "rompa o silêncio", ou a fala de outrem, quando dela estamos à escuta. O silêncio pode anunciar a música quando estamos preparados para a ouvir.

De certo modo, podemos dizer do silêncio que ele está algures entre o ser e o nada, talvez por isso que ele foi tão pouco frequentado pela reflexão filosófica. Suponho que os filósofos estiveram mais atentos ao que se diz do que ao que se silencia. Nisto divergem dos psicanalistas, interessados como estão tanto no que se diz, como no que se cala.

Seja como for, não creio que o silêncio se opõe ao discurso. O ruído é a verdadeira negação do silêncio. Isto acontece porque, enquanto o silêncio se combina com a linguagem, ou a música, nunca o pode fazer com o ruído.

Existem, no entanto, diferentes modalidades do silêncio que temos de distinguir. Em latim, por exemplo, há duas palavras para as diferenciar. *Tacere* e *silere*.

Tacere, significando "calar", designa um ato de interrupção com todas as conotações negativas que o termo pode implicar. Suprime-se o que era para ser dito.

Silere, palavra de onde provém o nosso "silêncio", refere-se a um estado de coisas. Nesse caso, o termo pode até ter uma conotação tranquila; no meio de uma conversa que pacificamente se interrompe costumava-se dizer que "passou um anjo".

Que eu saiba, um dos primeiros filósofos contemporâneos que escreveram sobre o silêncio foi Max Picard, um fenomenólogo próximo do existencialismo cristão de um Gabriel Marcel.[5]

---

4 Heidegger, Martin (1973), *Carta sobre o Humanismo*, Guimarães & Ca, p. 37.

No seu livro *O Mundo do Silêncio*, o autor defende a opinião segundo a qual o silêncio não deve ser entendido como uma súbita interrupção do discurso, com um *tacere*, mas, antes pelo contrário, ele é o fenómeno base de onde tudo provém.

Picard é um teísta, um crente, e este é o silêncio de Deus. O seu Deus é o lugar do silêncio onde a palavra se articula. A palavra original e a palavra da origem.

Não é essa, no entanto, a experiência que predominante temos. A experiência contemporânea é feita de um perpétuo e permanente ruído.

O silêncio, pelo contrário, é algo que se tem de construir, permanentemente ameaçado pela sua própria fragilidade.

Hoje em dia, a ausência de silêncio está na própria materialidade das coisas. A tecnologia funciona, por vezes, como uma máquina de aniquilar o silêncio.

Aliás, há aí uma sua modalidade que o configura como avaria técnica. A máquina só é silenciosa quando avaria.[6]

Pelo contrário, Picard pensa o silêncio segundo o livro da Génese: a palavra de Deus vinda do silêncio. Nessa sua outra perspetiva, o silêncio só pode provir do discurso. Como suspensão da palavra ou mesmo até como parte da linguagem.

No entanto, também é verdade que o discurso é impossível de ser ouvido sem o silêncio. Mas, precisamente, a dificuldade em ouvir é uma das características das sociedades contemporâneas, porque é o ruído que se torna predominante. Na sociedade da "multidão solitária", o ruído pode ser um anestésico contra a solidão, porque ele é vivido como ausência. Hoje em dia, a omnipresença da tecnologia, especialmente a tecnologia dos média, existe lutando permanentemente contra o silêncio. Para a rádio como para a televisão, ele é entediante, não capta a atenção. Como escreve Picard, "no mundo moderno, o indivíduo já não encara o silêncio, apenas encara o ruído universal". [7]

Além de que hoje em dia também mudou completamente a relação entre imagem e silêncio.

Quando Platão escreveu o diálogo *Górgias* usou o seu método de oposição para distinguir a retórica das outras artes, dizendo que aquela, operando através do discurso, se diferenciava das outras artes, como a pintura e a escultura, que operavam em silêncio.

Com a moderna omnipresença da televisão e do cinema, até as imagens são prolixas.

Numa sociedade de omnipresente mediação eletrónica até o ruído tem a permanência de um fluxo. Tod Gitlin escreveu sobre isso um livro: *Média Unlimited: How the Torrent of Images and Sounds Overwhelms Our Lives*.

Se a sonoridade é um fluxo, o silêncio será apenas um fragmento, uma interrupção?

Sem aprofundar aqui o tema religioso**,** apenas noto que religião e silêncio exibem frequentemente alguma proximidade.[8] No processo moderno de secularização

---

5 Picard, Max (1952), T*he World of Silence,* Regenery Company.

6 Scollon, R. (1985), "The machine stops: silence in the metaphor of malfunction", em D. Tannen e M. Saville-Troike, *Perspectives on Silence*, Alex Pub.

7 *Op.cit*.: 65.

há um recuo da religião e também do silêncio. Mesmo quando alguns pretendem que se assiste a um reencantamento do mundo, este não parece ser muito silencioso.

Do ponto de vista filosófico, depois de Max Picard, há uma outra tentativa de abordar a questão do silêncio. Trata-se de B. Dauenhauer (1980), no livro *Silence: The Phenomenon and its Ontological Significance*.[9]

Nele, o autor sublinha a dimensão ativa do silêncio, que é aquilo a que ele chama o seu "desempenho ativo".

Para ele, o silêncio é "um desempenho ativo, no sentido em que ele é o companheiro inverso do próprio discurso".[10] Uma fala só é possível porque se inserem sucessivos silêncios no fluxo das palavras umas das outras. Tal como na escrita, quando discursiva, de modo que se distingam as palavras por espaços em branco. Dauenhauer chama a isto "silêncio interveniente".

Há também um silêncio expectante no início e um outro conclusivo no fim.

Em todo o caso, de acordo com Dauenhauer, o silêncio é "um desempenho ativo que está sempre em relação com uma asserção".[11] Deste ponto de vista, ele está sempre em relação com o discurso do qual representa o reverso.

Representa o não dito, não necessariamente o indizível. Nesse sentido é uma possibilidade não acabada do discurso.

No fim de contas, o silêncio é o limite da fala, porque o discurso humano tem sempre um termo. Não se pode dizer tudo. Há sempre algo que permanece em silêncio.

O silêncio denota a essencial incompletude do discurso humano. Só quando reconhecemos a incompletude do *logos* pode o silêncio ser reconhecido de um modo significativo.

Mesmo a palavra de Deus tem de ser interpretada. A hermenêutica persegue o silêncio dos textos, o seu não dito, que é apenas uma possibilidade do discurso.

Em todo o caso, a ideia central de Dauenhauer salienta que o silêncio, mais do que a ausência de som, é um "desempenho positivo".

Ou, como pensou Heidegger, se a linguagem é a casa do ser, é também aí que o silêncio pode ser reconhecido. Tal como vem escrito em *Ser e Tempo*, "para poder silenciar, a presença deve ter algo a dizer". [12]

Esta frase de Heidegger evoca também o que se pode entender por silêncio no contexto psicanalítico, parece-me.

Uma das primeiras pacientes de Freud, Ana O., descreveu o que lhe estava a acontecer como sendo uma "cura pela fala", querendo com isto dizer que a cura para os seus padecimentos estava em os dizer.

---

8 Há, no entanto, um livro interessante sobre a matéria: MacCullloc, Diarmaid (2013), *Silence: A Christian History,* Allen Lane.

9 Indiana University Press.

10 *Idem*: 24.

11 *Ibidem*.

12 Heidegger, Martin (1993), *Ser e Tempo*, Vozes, p. 224.

O jornalista e o investigador
Relatos, pontos de vista e interpretações

Isabel Babo
Professora catedrática, Universidade Lusófona

Ser jornalista e académico são não só exercícios compatíveis como conciliáveis, seja na curiosidade e investigação, seja na objetividade, quer do conhecimento, quer da construção da notícia. Se no ensino se incita ao saber e ao pensamento crítico, no jornalismo há também um propósito crítico, encontrando-se essas duas atividades no exercício da dúvida e da indagação. Tal como a objetividade da notícia e a do conhecimento comum se aproximam.

Sobre a objetividade do conhecimento comum, tome-se como ponto de partida a dimensão subjetiva dos fenómenos sociais e a ideia de que a natureza objetiva dos factos é atravessada pelas significações que os atores lhes atribuem. Como a teoria da construção social da realidade (Berger e Luckmann, 1966) e o interacionismo simbólico (Blumer, 1969) esclarecem, as significações compõem a realidade e as situações são o que são em função do modo como são definidas, sendo a definição uma questão de interpretação. Os factos sociais são produtos de ações humanas e indissociáveis de significações e interpretações. Este entendimento é contrário ao modelo referencial ou representativo da linguagem e à conceção realista, em que o acontecimento no mundo é uma ocorrência em si mesma, um referente exterior que o discurso descreve.

Considerar a construção social da realidade pelo conhecimento comum é admitir que a realidade social é o resultado de uma construção histórica e quotidiana, levada a cabo pelos atores individuais e coletivos e, nessa medida, a objetividade do mundo social é produzida pelo homem. Para Alfred Schütz (1987), deve ter-se em conta a reciprocidade de perspetivas, que ele enuncia como uma tese que se sustenta no carácter intersubjetivo do mundo e no carácter intersubjetivo e socializado do conhecimento. O conhecimento comum, segundo Schütz (1987), assenta na "reciprocidade de perspetivas" e corresponde a uma realidade comum e partilhada (a compreensão comum), sancionada intersubjetivamente, que nos dá a realidade objetiva das coisas. Há, assim, uma constituição intersubjetiva da objetividade dos acontecimentos no mundo.

Também o pragmatismo de John Dewey e de G. H. Mead nos mostra que, ao nível da informação, estamos no âmbito da equivalência, compreensão mútua, experiência e interpretação comuns que, como também observou Mead (1963), se

baseiam na reciprocidade de perspetivas. Por seu lado, Dewey (1929) deixou claro que a linguagem é uma atividade e a significação associa-se à perceção das consequências (do que é dito) e à experiência comum. Diga-se, então, que o regime da informação (jornalística) se baseia em afirmações que angariam uma equivalência com os acontecimentos ou fenómenos que reportam, de acordo com uma comunidade de perceção, de compreensão recíproca e de interpretação. Embora o discurso jornalístico não deixe de se debater com o problema epistemológico, que consiste em conciliar a dimensão subjetiva do objeto (o acontecimento no mundo) com o princípio da objetividade, sem mencionar, aqui, outras questões, tais como a "normalização" de uma perspetiva, a neutralidade da informação, ficando-nos pela equivalência (entre a realidade social e a jornalística).[1]

A perspetiva *newsmaking* de Gaye Tuchman, em *Making News: a Study in the Construction of Reality* (1978), trata a notícia como construção social da realidade ("notícia como realidade construída") e como narrativa e considera que a construção dos acontecimentos nos média é condicionada pela lógica da produção de notícias e pelas exigências dessa atividade medial.[2] Por isso, os relatos informativos ou as notícias elaboram aquilo de que dão conta, de acordo com a "organização social do trabalho informativo", em redes de notícias, tipificações, "constituição mútua dos factos e das fontes" (Tuchman, 2002: 98). Ou seja, "o trabalho jornalístico está reflexivamente mergulhado no contexto da sua própria produção e apresentação" (Tuchman, 2002: 98).

Pode, então, dizer-se que a construção da notícia reproduz os processos jornalísticos e a própria compreensão que os jornalistas têm desses mesmos processos, assim como dos processos históricos, políticos, sociais, culturais. E afirmar ainda, como bem advertiu Barbie Zelizer (1993), que os jornalistas são membros de uma "comunidade de interpretação". Ora, esta é constituída por discursos partilhados e interpretações coletivas dos acontecimentos e do mundo social, formando mesmo um quadro de análise do discurso jornalístico. Isto permite ter consciência de que jornalistas e produtores de notícias partilham interpretações e leituras da realidade, integram comunidades com significações e convenções comuns, em que o modo como se veem a si próprios está presente.

Nessa medida, e como igualmente a etnografia da comunicação (Hymes, 1984) sustenta, ao considerar que as práticas linguísticas resultam de normas de uso da linguagem, normas de interação e de interpretação, hábitos, rituais, estratégias, determinados social e culturalmente, a "comunidade interpretativa" é como que um grupo ligado por interpretações comuns da realidade.

---

1 Liriam Sponholz (2003) propõe as seguintes observação e distinção: "objetividade em jornalismo deve ser entendida como a relação/conexão entre realidade social e realidade midiática, como a busca e a aproximação da realidade atravsé do jornalismo. Objetividade jornalsítica, por sua vez, deve ser entendida como o conjunto de normas e regras para a observação da realidade, que tem como objetivo a produção de uma semelhança estrutural entre realidade social e realidade midiática" (p. 111).

2 "As notícias registam a realidade social e são simultaneamente um produto dessa mesma realidade, na medida em que fornecem aos seus consumidores uma abstração seletiva intencionalmente coerente, mesmo podendo descurar certos pormenores" (G. Tuchman, 2002: 96-97).

Porém, importa também realçar que, sobre um fundo comum de interpretações da realidade, há pontos de vista. Há os pontos de vista (e as interpretações) dos narradores. Estes não se confundem com a perspetiva imprecisa e limitada dos agentes e das testemunhas imediatas dos acontecimentos, ou de quem os sofreu. É, por isso, que Louis Quéré (2012: 24) recomenda duas noções de acontecimento: o "acontecimento existencial" sentido e padecido ao nível da experiência direta, da perceção e da emoção, e o "acontecimento-objeto", convertido em objeto pelo pensamento, pelo discurso, pela comunicação e pela investigação. Sobre este último pode dizer-se, como bem entende Paul Ricoeur (1983: 251), que integra o distanciamento (*la mise à distance*) constitutivo do "ponto de vista". Ou seja, o acontecimento é *relativo a*…

Em termos da narratologia, justamente, não há acontecimento em si mesmo, pois todo o acontecimento é relativo a um ponto de vista, um narrador, uma intriga. A intriga — que é a operação de "apreender conjuntamente" ou a "síntese do heterogéneo" (Ricoeur, 1983) — na medida em que depende do juízo, faz intervir o ponto de vista do narrador, constituindo, aliás, a operação de um narrador individual ou coletivo, quer na narrativa jornalística quer na narrativa histórica, como defendeu Paul Veyne (1971).[3] Ricoeur (1980: 22) afirma mesmo que "pertence à narrativa ligar uma história a um narrador". [4]

Não se trata de desprezar a realidade dos factos, mas de entender que não há realidade em si como entidade independente. A realidade do que se passa prende-se com a experiência pública, com as significações atribuídas pelos atores sociais, com as interpretações e o ponto de vista do narrador. Convoco aqui Hannah Arendt (1988: 99), para quem "o mundo comum termina logo que é visto sob um ponto de vista" e que, como sempre ancorando-se nos clássicos, lembrava: "os gregos descobriram que o mundo que temos em comum é normalmente encarado a partir de uma infinita diversidade de posições a que correspondem os mais diferentes pontos de vista" (Arendt, 2006: 65).

As interpretações do "Caso *República*"

José Rebelo iniciou a sua carreira profissional como jornalista, em 1967, no jornal *República*. Mais tarde ingressou no *Le Monde*, tendo sido correspondente deste jornal em Portugal, de 1975 a 1991.

O diário *República*, fundado em 1911 sob a primeira República, suspenso por diversas vezes durante o fascismo, foi um jornal de informação de tendência socialista, com Raul Rêgo como diretor, desde 1972.[5] A 19 de maio de 1975, o jornal *República* é ocupado pelos tipógrafos e a comissão de trabalhadores tenta forçar Raul

---

3 "Um acontecimento não é um ser, mas um cruzamento de itinerários possíveis". (P. Veyne, 1971: 38).

4 Ricoeur (1980: 20-21) também considera que há traços da atividade narrativa que são comuns à narrativa de ficção e à narrativa histórica, e enuncia três: a ligação entre dimensão episódica e configuração; a operação da intriga; o ponto de vista na narrativa.

Rêgo, diretor, Vítor Direito, diretor adjunto, e João Gomes, chefe da redação, a apresentarem a demissão, alegando que o jornal exprimia os pontos de vista do Partido Socialista. A direção recusa demitir-se, invocando a lei de imprensa (datada de 26 de fevereiro de 1975).

O debate em torno do *República*, em que estavam em discussão os temas da liberdade da imprensa, da participação dos tipógrafos na orientação do jornal e do controlo ideológico dos meios de comunicação, além de ser matéria controversa em Portugal, expandiu-se para o espaço público internacional, nomeadamente para França.[6] Como esclareceu Mário Mesquita (1994a: 372):

> O que estava em causa, no plano jurídico, era saber a quem compete definir a orientação dos jornais. A Lei de Imprensa já retirava ao diretor o exclusivo dessa competência, consagrando o direito de participação dos jornalistas, através do conselho de redação. Mas as correntes da esquerda e da extrema-esquerda portuguesas queriam ir mais além do que previa a legislação em vigor: visavam a participação, se não mesmo a preponderância, dos trabalhadores não jornalistas. A adoção desse critério conferia, na prática, o poder decisório ao sector gráfico, não só por ser, geralmente maioritário, mas também pela sua tradição de militância de esquerda.

Uma polémica eclodiu a partir do editorial do jornal francês *Le Monde* de 21 de junho, com o título "Revolução e liberdade" (por J. Fauvet, diretor de *Le Monde*), em que a questão da liberdade de informação é problematizada:

> Aquilo que está em jogo no conflito que opõe os trabalhadores do *República* aos jornalistas apoiados pelo partido de Mário Soares ultrapassa largamente o quadro de Portugal. Eis, de novo, a informação, a sua utilização e o seu monopólio postos em questão. Entre o "simples conflito de trabalho" de que fala Séguy[7] e o "atentado contra a liberdade" de que se queixam os socialistas, a verdade é menos exclusiva do que parece.
>
> Os socialistas têm, sem dúvida, algumas razões para recear o controlo do conjunto dos meios de informação pelo PC português ou por grupos esquerdistas. Mas ao reclamarem para os trabalhadores o direito de controlarem a orientação dos jornais que eles próprios fabricam, a extrema-esquerda levanta pelo menos duas questões de fundo, que nenhuma revolução poderá iludir. A informação é neutra? Relativamente clara num período calmo e num sistema democrático, a questão é mais ambígua quando se trata — através da revolução — de substituir uma "ideologia dominante" por outra. (*Le Monde*, 21 de junho de 1975)

---

5 Raul Rêgo foi ministro da Comunicação Social no primeiro Governo Provisório, em 1974, depois da Revolução do 25 de Abril, tendo sido, mais tarde, eleito como deputado à Assembleia Constituinte pelo Partido Socialista, nas eleições realizadas a 25 de Abril de 1975.

6 Babo-Lança, 2006.

7 Georges Séguy era o secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho (CGT) de França.

Este editorial desencadeou uma polémica no espaço público francês, com uma controvérsia relativa à situação política e da imprensa em França, e, naturalmente, sobre o caso do jornal português. Raymond Aron insurgiu-se nas páginas de *Le Figaro* ("Não há razões para rir", 23 de junho de 1975) e Edgar Morin reagiu em *Le Nouvel Observateur* ("A liberdade revolucionária", 28 de junho de 1975), opondo-se ambos às posições de Fauvet, que a 1 de julho lhes responde.

A este propósito, José Rebelo (1994) fará notar que, no editorial de 1 de julho, o diretor de *Le Monde* não dirá somente que "a informação é o reflexo de uma sociedade", como "um regime — e um povo — tem a imprensa que merece" (*idem*: 106). Mário Mesquita (1987: 26), que foi jornalista do *República* de 1971 a 1975, observará que Fauvet recusa tanto a interpretação comunista — simples conflito de trabalho — como a interpretação socialista — atentado à liberdade. Ora, esta contenda resulta de pontos de vista distintos e da ligação destes a horizontes de possibilidades, a conceções e contextos sociais e históricos, no caso português a um período de instabilidade sociopolítica.

Duas interpretações do mesmo acontecimento em concorrência

Sobre o Caso *República*, os dois jornalistas e académicos-investigadores em ciências sociais José Rebelo e Mário Mesquita sustentam perspetivas diferentes.[8] Tendo os dois sido jornalistas do *República*, em momentos diferentes[9], e sendo os dois jornalistas aquando da irrupção do caso, será, sobretudo, na qualidade de académicos-investigadores que, retrospetivamente, em 1994, o analisam.[10] Colocam, particularmente, a questão de saber a quem atribuir a responsabilidade da ocupação do jornal e das consequências que daí advieram, tal como de compreender o que ali estava em jogo.

José Rebelo (1994) sustenta que a ocupação e a apropriação do jornal foram da responsabilidade de forças da extrema-esquerda. Referindo-se ao tratamento do caso por parte do jornal francês *Le Monde*, observa a existência de diferentes versões, convergindo todas, porém, numa perspetiva comum: a rejeição da tese apregoada pelos socialistas da responsabilidade do Partido Comunista no caso. Como claramente expõe,

> Nos numerosos artigos que o *Le Monde* publicou ao longo da crise do *República*, assinados por Dominique Pouchin, por José Rebelo, por Jean-Pierre Clerc ou por Marcel Niedergang, não há unanimidade absoluta. Descortinam-se diferenças, sobretudo no que toca à avaliação das diferentes estratégias em jogo. Pode, no entanto, concluir-se que, com mais ou menos matizes, todos rejeitam a tese, veementemente apregoada pelo PS, de que a questão se resumiria a mais um atentado às liberdades, inserido no projeto do

8 Note-se que a questão da objetividade (jornalística e do conhecimento em geral) foi um tema recorrente no pensamento de Mário Mesquita.

9 José Rebelo foi jornalista do *República* de 1967 a 1968 e Mário Mesquita de 1971 a 1975.

10 Os dois autores publicaram, conjuntamente, a obra *O 25 de Abril nos Media Internacionais* (1994).

> PCP visando "comunizar" a sociedade portuguesa. Sugere-se, por vezes, que o "caso *República*" seria uma malha inteligentemente tecida pelos socialistas — interessados em transportar para a prática política o sucesso eleitoral de 25 de Abril de 1975 — destinada a enredar os seus principais adversários, comunistas e militares (Rebelo, 1994: 96)

José Rebelo fundamenta a sua análise no conteúdo e na linguagem dos comunicados da comissão de trabalhadores do *República*, aquando da reedição deste, a partir de 10 de julho de 1975: [11]

> o tom dos comunicados emitidos pela comissão coordenadora dos trabalhadores, de um radicalismo nada consentâneo com a linguagem habitualmente utilizada pelo PCP, assim como a orientação imprimida ao jornal, após a sua reaparição em 10 de julho, nitidamente inspirada nas teses defendidas pela extrema-esquerda. (*idem:* 109).

Contrariamente, Mário Mesquita considera que o Partido Comunista interveio no caso, desde o início das ocorrências, mesmo se indiretamente, e que detém responsabilidades em relação ao que se desenrolou:

> No "caso *República*", o PC não conseguiu impor o triunfo da sua estratégia, mas tão-pouco se confinou ao angélico papel de vítima da extrema-esquerda, conforme pretendeu fazer crer, para minimizar efeitos negativos no plano interno e externo. Nas suas linhas gerais, o PCP seguiu, em relação ao jornal dirigido por Raúl Rêgo, uma "estratégia negativa", que pretendia a sua "neutralização". Nisso se distinguia da extrema-esquerda, que visava o imediato controlo do jornal.
>
> (…) O comportamento do PCP denotava que se por um lado ponderava os riscos de uma tentativa direta de apropriação do jornal, por outro não recuava quanto ao objetivo de silenciar uma voz crítica. (Mesquita, 1994a: 374)

Estas duas perspetivas não constituem duas descrições ou relatos que acompanham os acontecimentos no seu decorrer, mas, como disse antes, interpretações que se inscrevem numa leitura retrospetiva do caso. Contudo, tanto uma como outra alinham com perspetivas e versões diferentes que vigoraram na época, por parte quer destes mesmos autores, quer de outros, e que participaram na construção pública do caso.

Em suma, houve uma polarização da opinião. O ponto de vista em que José Rebelo se situa é o da atribuição de responsabilidades à esquerda revolucionária na ocupação do jornal, reforçado depois pela reabertura do jornal, com uma redação formada por elementos da extrema-esquerda.

Como Mega Ferreira escreveu, "ao reaparecer 51 dias depois, sob a responsabilidade dos trabalhadores, o *República* demonstrará, em poucos dias, que tem

---

11 Depois do seu encerramento na madrugada de 20 de maio de 1975, o jornal *República* reapareceu dia 10 de julho, controlado pela comissão de trabalhadores, com uma comissão administrativa militar nomeada pelo Conselho da Revolução e uma redacção praticamente toda recrutada nos meios da extrema-esquerda.

muito pouco a ver com as posições do PC e muito mais com as de grupos da esquerda revolucionária" (*Expresso*, 3 de dezembro de 1975, p. 9). Foi a esquerda revolucionária que se apoderou do jornal. Mas para outros, nomeadamente para os socialistas, havia o interesse dos comunistas e Mário Mesquita afirma mesmo que pretendiam silenciar o *República*. [12]

Porém, para além das interpretações, o que ressalta igualmente, ou sobretudo, nas receções posteriores, é o carácter narrativo do acontecimento enquanto acontecimento histórico. Este pode ser entendido como o que produziu um novo estado de coisas, que as pessoas suportaram na sua experiência. É justamente o aspeto da experiência vivida que, vinte anos volvidos, José Rebelo (1994: 92) expressa: "Para os que o viveram, este acontecimento, que representou um ponto de viragem no processo político português, parece ter sido ontem, tais as marcas profundas que deixou". É em função dos efeitos conhecidos e do devir do processo revolucionário que o caso ganha essa importância histórica, podendo ser considerado como "um ponto de viragem no processo político português". A sua interpretação retrospetiva está ligada ao devir da revolução. O acontecimento jornalístico "faz história" e intervém na construção do passado.

Entre o investigador e o jornalista, há pontos de vista e vozes que contribuem para a análise e a configuração pública do acontecimento e que, inevitavelmente, acabam por se inscrever no conhecimento histórico. Releiam-se, pois, essas narrativas e obras.

Referências bibliográficas

Arendt, H. (1988 [1958]), *La Condition de l'Homme Moderne*, Paris, Calmann-Levy.

Arendt, H. (2006 [1961]), *Entre o Passado e o Futuro*, Relógio d'Água.

Babo-Lança, I. (2006), *A Configuração dos Acontecimentos Públicos: O Caso* República *e as Manifestações nos Açores em 1975*, Edições MinervaCoimbra.

Berger, P. L. e T. Luckmann (1985 [1966]), *A Construção Social da Realidade*, Vozes.

Blumer, H. (1969; 1986), *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*, University of California Press.

Dewey, J. (1929), *Experience and Nature*, Nova Iorque, Norton, Londres, Allen & Unwin, (versão eletrónica).

Hymes, D.H. (1984), *Vers la Compétence de la Communication*, Crédif-Hatier.

Mead, G. H. (1963 [1934]), *L'Esprit, le Soi et la Société*, E. Kaelin e G. Thibault, PUF.

12 "No caso República, o PCP não conseguiu impor o triunfo da sua estratégia, mas tão pouco se confinou ao angélico papel de vítima da extrema-esquerda, como pretendeu fazer crer para minimizar os efeitos negativos no plano interno e externo. Nas suas linhas gerais, o PCP seguiu uma estratégia negativa, que pretendia a neutralização do República. Nisso se distinguia da extrema-esquerda, que visava o imediato controlo do jornal. Menos ambiciosa, taticamente prudente, a corrente gonçalvista contentava-se, ao menos na primeira fase, com o silenciamento" (Mesquita, 1994b).

Mesquita, M. (1987), "O Caso *República* ou o símbolo destruído", *Cadernos de Imprensa*, 1, julho, pp. 9-30.
Mesquita, M. (1994a), "Os meios de comunicação social", em António Reis (org.), *Portugal 20 Anos de Democracia,* Círculo de Leitores, pp. 360-405.
Mesquita, M. (1994b), "O caso *República:* um incidente crítico", *Revista de História das ideias,* 16, Ed. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
Mesquita, M. e J. Rebelo (eds.) (1994), *O 25 de Abril nos Média Internacionais.* Edições Afrontamento.
Mink, L. O. (1978), "Narrative form as a cognitive instrument", em R. H. Canary e H. Kozicki, *The Writing of History*, The University of Wisconsin Press, pp. 129-149.
Quéré L. (2012), "A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista", em V. França, e L. Oliveira (orgs.), *Acontecimento: Reverberações*. Autêntica Editora, pp. 21-38.
Rebelo, J. (1994), "Da legitimidade revolucionária à legitimidade democrática: o Caso República", em Mário Mesquita e José Rebelo (eds.), *O 25 de Abril nos Média Internacionais*, Edições Afrontamento, pp. 91-110.
Ricoeur, P. (1980), *La Narrativité*, Éditions du CNRS.
Ricoeur, P. (1983), *Temps et Récit I*, Le Seuil.
Schütz, A. (1987), *Le Chercheur et le Quotidien*, Méridiens Klincksieck.
Sponholz, L. (2003), *Famecos*, 21, pp. 110-120.
Tuchman, G. (1978), *Making News: a Study in the Construction of Reality*, The Free Press.
Tuchman, G. (2002), "As notícias como uma realidade construída", em Esteves, J. P. (org.), *Comunicação e Sociedade*, Livros Horizonte, pp. 91-104.
Veyne, P. (1971), *Comment on Ecrit l'Histoire*, Seuil.
Zelizer, B. (1993), "Journalists as interpretive communities", *Critical Studies in Mass Communication,* 10, pp. 219-237.

O olhar da França
e o olhar do correspondente permanente sobre a revolução

Carla Baptista
Professora associada, FCSH / ICNOVA

Paris não gostou da primavera portuguesa, na expressão irónica do historiador Victor Pereira (citando um título do *Quotidien de Paris,* de 2 de abril de 1975), mas não se importou muito com o longo inverno. As fontes históricas diplomáticas dão conta de que a França acompanhava de forma próxima a situação no pós-revolução, mantendo inicialmente uma atitude desconfiada e pouco solidária com os novos responsáveis pela política portuguesa, a maior parte dos quais ilustres desconhecidos das autoridades francesas.

Em 1974, o fascismo caiu em poucas horas e a mudança de regime foi pacífica e imediata. No dia 26 de abril foram aprovadas medidas que extinguiram os tribunais plenários e a censura, amnistiaram os presos políticos e autorizaram os partidos. Medeiros Ferreira (1985) considera os partidos políticos "as maiores criações institucionais da revolução", explicando como o triunfo da via "civilista" resultou de uma revolução "imperfeita", que conseguiu equilibrar as ruturas, criando linhas de continuidade institucional.

Um modelo centralizado (militar) executou as decisões tomadas revolucionariamente (descolonização, reforma agrária, nacionalizações), ao mesmo tempo que outorgou aos partidos o monopólio de acesso à atividade política, reconhecendo serem os instrumentos mais adequados para organizarem a diversidade dos interesses em cena. Foi um caminho disputado, mas permitiu também, na visão daquele historiador, salvar as Forças Armadas, já que estas se mantiveram "como instituição, idênticas a si mesmas", leia-se sem vocação insurrecional.

Victor Pereira (2024) conta como o embaixador francês em Portugal, Bernard Durand, aterrado em Lisboa em 1973 (onde permaneceu até 1976), vindo da Grécia dos coronéis, se afadigou a preparar jantares na embaixada para conhecer as novas elites políticas revolucionárias, exultando sempre que alguém manifestava a sua francofilia, aparentemente a qualidade mais apreciada nos corredores do Cais d'Orsay e do Eliseu. Era o caso de Mário Soares, empossado ministro dos Negócios Estrangeiros em maio de 1974, mas também de outros políticos e militares, incluindo Adelino da Palma Carlos, primeiro-ministro do I Governo Provisório, e Vitor Alves, um dos rostos da Comissão Coordenadora do Programa Político do MFA.

Todos falavam um francês impecável, facilitando a comunicação, e peregrinaram a Paris em missões de apaziguamento e criação de confiança.

A Revolução dos Cravos fez Portugal mudar de um dia para o outro, mas a França continuava o mesmo país que desde a década de 1960 vigiava os estrangeiros e os obrigava a renunciar a qualquer atividade política, colaborava com a Pide para delatar os exilados de passagem por território francês e recusava a maior parte dos pedidos de estatuto de refugiado político, sobretudo se os peticionários eram comunistas.

As relações com o regime esfriaram após 1972, quando o governo francês perdeu a esperança que Marcelo Caetano pudesse contribuir para a solução descolonizadora encorajada pela sua diplomacia. Valéry Giscard d'Estaing, ministro das Finanças (entre 1969 e 1974) e Presidente da República desde abril de 1974, não voltou a caçar com Américo Tomás, nem a fazer safaris para matar leões em Moçambique na companhia do amigo Adelino Serras Pires, mas manteve a orientação bipolar da política externa: estimular discretamente o movimento para a autodeterminação das antigas colónias africanas, sim; financiar os oposicionistas portugueses e mais tarde a revolução, não.

Ao contrário da retórica propagandística do regime, que criou o mito de um país "orgulhosamente só" a remar "contra os ventos da história", vários historiadores argumentam que a atitude generalizada foi de "complacência diplomática" (MacQueen, 1998) ou de "neutralidade colaborante" por parte dos seus principais aliados, como os Estados Unidos, a França, a Grã-Bretanha e a República Federal da Alemanha (Costa Pinto, 1999). Nas ocasiões em que os tradicionais aliados anglo-saxónicos fizeram uma pressão mais ativa contra a política colonial (aconteceu com os Estados Unidos durante a administração Kennedy e com a Inglaterra, durante a oposição trabalhista liderada por Harold Wilson), a diplomacia portuguesa, definida no primeiro momento entre Salazar e o ministro Franco Nogueira e, no segundo, entre Marcelo Caetano e o ministro Rui Patricio, conduziu uma política de "inversão de alianças" e recolheu os apoios técnicos, militares e políticos de que necessitava "junto da França e da RFA, na Europa, e dos regimes brancos da África do Sul e da Rodésia, em África".

São leituras que convergem com as do historiador Yves Leonard (2023), quando salienta a força do *nation branding* arquitetado pelo regime em torno dos pilares — Fado, Fátima, Futebol — por oposição à fraqueza do *nation (re)branding* do programa 3D do MFA — Democratizar, Descolonizar, Desenvolver —, que só esporadicamente ganhou a capacidade de mobilizar a opinião externa. O primeiro programa alimentava imagens estereotipadas do país e favorecia a manutenção dos privilégios das classes dirigentes, sem garantir níveis aceitáveis de distribuição; o segundo desafiava o modelo capitalista e ameaçava os interesses estratégicos dos grupos económicos nacionais e estrangeiros, sendo mais difícil de "vender" fora de portas.

A posição francesa orientou-se pelo pragmatismo, ditado em primeiro lugar pela proteção dos investimentos em Portugal. A onda de "levantes" de operários, iniciada em maio de 1974, desenhou uma configuração pós-revolucionária marcada por uma intensa conflitualidade social e laboral, que esfriou a simpatia inicial pela queda da ditadura.

As primeiras greves atingiram empresas de grande dimensão — Siderurgia Nacional, Cometna, Sorefame, CUF, Timex, Lisnave, Setenave, TAP, CTT, EFACEC e outras — abrindo divisões entre os trabalhadores, os partidos, o governo e os militares. A intensidade dos episódios ocorridos durante a primavera e o verão de 1974 foi o prelúdio para o chamado Verão Quente de 1975, quando os conflitos rebentaram a circunscrição laboral e se transformaram num combate ideológico definidor das futuras opções políticas do país.

Segundo o levantamento do investigador Durán Muñoz (2000), durante os primeiros dez meses do PREC, cerca de 580 fábricas viveram conflitos laborais, incluindo greves, baixas de produção e experiências de autogestão. Uma das mais emblemáticas, pelo cruzamento entre a luta operária e a luta feminista, foi a multinacional Sogantal, localizada no Montijo e pertencente ao grupo francês Lamont. Era uma fábrica onde se costuravam fatos de treino, cujos moldes eram recebidos de França, confecionados em Portugal por cerca de 48 operárias jovens (nenhuma tinha mais de 25 anos e algumas eram menores), e reexportados para França. O *clash* operárias / patrão começou em maio de 1974 e levou à expulsão do administrador (francês) e do diretor (português) em julho de 1974, os únicos homens da fábrica.

O caso Sogantal, título também do documentário realizado em 1974 pelos irmãos João e Fernando Matos Silva, para a série da RTP "Nome Mulher", da autoria das jornalistas Maria Antónia Palla e Antónia de Sousa, fez convergir forças diversas libertadas pela revolução: a emancipação das mulheres, a solidariedade popular e as contradições geradas pela articulação entre o discurso e a prática política. Esta amálgama impactou as vidas individuais e a existência social, continuando a inspirar outras lutas entre forças desiguais e a alimentar a memória coletiva, no sentido halbwachsiano (1950). Um exemplo é o filme da cineasta francesa Nadejda Tilhou, realizado em 2008, intitulado *Nous, Ouvrières de la Sogantal*.

As primeiras lutas populares após o golpe militar de 25 de Abril atingiram maioritariamente as fábricas e as ocupações de casas e criaram uma "comunidade afetiva". A lembrança resignificada desse tempo alimenta um sentimento de apego (não esquecimento) que resgata as vivências e as atualiza ciclicamente num quadro de interesses atuais.

A disputa política em torno de modelos de sociedade e de trabalho criou atritos violentos. Enquanto os jornalistas, os intelectuais e muitos cidadãos franceses corriam para Portugal para documentar e apoiar a revolução, o governo francês tentava conter os seus excessos.

Em julho de 1975, o presidente francês boicotou um pacote de ajuda financeira europeia a Portugal, argumentando que a situação interna era confusa e não arriscava financiar uma hipotética ditadura comunista. O medo do comunismo, correspondesse a uma arma retórica ou a uma avaliação mais objetiva da situação, instalou-se com uma grandeza mais convincente do que a possibilidade de repetir em Portugal a situação contra a qual se gritava nas ruas de Lisboa: o país não ia ser "o Chile da Europa".

O embaixador de Inglaterra em Lisboa, Nigel C. Trench, coincidia na análise com o seu homólogo francês. Ambos enviavam memorandos para as respetivas

capitais, alertando para o clima de desordem social e perda de autoridade do Estado, para o colapso da economia e para a dominância soviética no setor cultural. Face a esta perceção, e às dificuldades internas do governo trabalhista liderado por Harold Wilson, a ajuda britânica foi parcimoniosa, muito inferior à fornecida pela Alemanha Ocidental ou pelos Estados Unidos.

Os nove países que compunham a então CEE abriram mais generosamente os cordões à bolsa a partir de novembro de 1975, quando Vasco Gonçalves foi substituído por Pinheiro de Azevedo na liderança do governo. Na visão europeia, essa passagem representou uma janela de oportunidade para reforçar a via da democracia parlamentar de tipo ocidental. Aceitar a ajuda financeira implicou restringir as oportunidades de participação política, desistir do desejo de transformação social e aceitar um programa de austeridade económica. Como diriam as feministas brasileiras, algum parco equilíbrio da balança de pagamentos custou o "desmonte" das aspirações populares revolucionárias.

Em França, a cobertura jornalística do processo social e político português teve uma dimensão espetacular, já que o que acontecia num pequeno país periférico que os franceses sempre subestimaram, mantendo uma distância social confortável entre *eles* e os mais de 800 mil emigrantes portugueses que lhes construiam as casas, as autoestradas e os automóveis, ganhou a dimensão de uma metáfora antecipadora do futuro político da França. Como se lê no pós-título do livro de José Rebelo e Maria Inácia Rezola (2024), essa leitura tomou a forma de uma viagem épica, que nos levou "do poder popular ao poder parlamentar". Foi também um exercício de imaginação política, que já tinha começado anteriormente, quando vários autores projetavam um país *au-delà* da ditadura.

Um título emblemático é um pequeno livrinho de entrevistas a portugueses exilados, publicado em 1973 por Mário Mesquita, cujo título é *Portugal sem Salazar*. Não se tratava já do corpo físico de Salazar, desaparecido em 1970, mas de desbaratar a sua herança cultural. Além da supressão das liberdades, o salazarismo organizou uma despolitização geral da existência. Daí a insistência de Mário Mesquita com Manuel de Lucena sobre o reacender do desejo alargado de voltar a fazer política. O sociólogo, que vivia exilado desde 1963, entre Itália, Argélia, Suíça e França, responde (p.10): "Há um motivo que vem quando vem: a indignação. E a compaixão, cujo melhor sentido não é a piedade nem o altruismo. Uma patifaria sistemática, ou o sofrimento alheio, podem motivar a ação política".

A história do processo revolucionário construiu-se em cima da vontade de denúncia da patifaria e do sofrimento causados pela ditadura, materializada numa despedida do passado, identificado com um longo período de privação e opressão. O jornalismo e o cinema foram os campos disciplinares mais rápidos a apanharem esse sentimento popular e a darem-lhe uma expressão escrita e visual. Fernando Assis Pacheco (1974), jornalista do *Diário de Lisboa*, andou pelas ruas naqueles dias e viu como os rostos das pessoas "traziam impresso o fim de um tempo subtilmente entrançado com o começo de outro. O blindado levando Marcelo Caetano saiu do Largo do Carmo despedido por breves punhadas no vidro grosso das janelas: era já o passado recente a caminho do esquecimento, passado apupado, empurrado entre cantos".

O governo de Marcelo Caetano caiu a 25 de Abril, mas o golpe dos capitães ganhou uma expressão popular sete dias depois, quando a manifestação convocada pelos sindicatos ultrapassou todas as expetativas. Em Lisboa, um mar de gente esteve no 1.º de Maio, na Alameda Afonso Henriques, fazendo da rua o lugar de regresso da poesia: "Era o mundo todo junto. A festa. Todos podiam tocar a liberdade para terem a certeza de que viviam", escreveu-se no livro *25 de Abril — Documento*.

Otelo Saraiva de Carvalho (2014), o estratega do MFA, resumiu o período do PREC: "O povo aí sentiu poder. Sentiu que ele, povo anónimo, tinha a possibilidade de participação. O povo entrava nas decisões".

Os fotógrafos são os primeiros a documentarem a "história em direto". As suas imagens, publicadas em jornais e livros coletivos, expostas para fruição coletiva em múltiplos lugares, comunicam uma intuição luminosa: o período da pós-revolução em Portugal corresponde a um raro *momentum* na vida das sociedades em que o protagonismo político muda das elites para o povo e se experimentam novas formas de organizar o comum.

Só mais tarde a literatura materializou e desenvolveu a ideia de uma revolução matricial para a definição identitária da portugalidade contemporânea. É uma afirmação polémica, mas o primeiro grande romance sobre o 25 de Abril é publicado 30 anos depois da revolução. A escritora Lídia Jorge escreveu em *Os Memoráveis* (2004) que o 25 de Abril se tornou "a matéria que nós próprios tomamos entre mãos para sempre, para iluminarmos as nossas vidas".

Para os jornalistas ativos nesses anos, o *flash* de luz revolucionário foi imediatamente visível, forçou a entrada no relato dos acontecimentos e transformou o jornalismo por dentro. É evidente que as condições organizacionais e legais de exercício profissional foram impactadas pelo 25 de Abril. Uma das imagens marcantes da revolução são as pessoas nas ruas, civis e militares, com os jornais na mão. Ler avidamente as notícias até esgotar as sucessivas edições foi um gesto nacional, que tornou todos cúmplices de uma conversa comum reativada. Antes de se tornarem espaços divisivos, dilacerados pela luta pelo controlo da informação que marcou o PREC, os jornais foram espaços de encontro e de partilha.

Mas falamos de uma transformação mais interna e estrutural, que atingiu a dimensão de um questionamento radical sobre a missão social, a linguagem e os valores éticos do jornalismo. Os jornalistas não foram apenas espetadores privilegiados de uma história que se animou de repente, prenhe de episódios para observar e contar. No domínio individual e coletivo, também foram instabilizados pelo movimento da história, que exigiu um posicionamento e uma clarificação, mesmo que tudo se apresentasse de forma desarticulada e desorganizada. Uma simples testemunha ocular centrada na "verdade dos factos" não poderia compreender a complexidade das mudanças políticas e culturais convocadas pela experiência da liberdade.

Fernando Assis Pacheco traduziu precocemente esse sentimento, ao escrever no prefácio do livro *Portugal Livre, 20 Fotógrafos de Imprensa Contam Tudo sobre a Revolução das Flores* (1974): "O mais belo flagrante delito da nossa vida fica registado nestas páginas, e não creio que o futuro venha a olhá-las distraidamente. Quem éramos, por onde andávamos no Abril da libertação? O que dissemos, por vezes mudos? Está tudo aqui".

O futuro não olhou distraidamente para o 25 de Abril, como ficou demonstrado pelo contágio produtivo gerado pelas comemorações do cinquentenário, mas o presente daquele tempo foi vivido pelos jornalistas entre a resposta a uma emergência social e a invenção de um olhar capaz de interpretar. Todos esses gestos já integravam a rotina dos jornalistas estrangeiros, mas eram novos para os portugueses, constrangidos pelo regime de censura prévia que vigorou entre 1933 e 1974.

A "tentativa de poder popular", expressão que dá o título a um dos mais belos livros de fotografia sobre o PREC, publicado em 1979 em França, coordenado pelos fotógrafos Jean Paul Miroglio e Guy Le Querrec, significou ser capaz de documentar as aspirações sociais, as alternativas de poder e a sua busca por alguma institucionalização. Nas palavras de Álvaro de Vasconcelos (2019), "muitos de nós chegávamos ao 25 de Abril com as nossas utopias que, na impaciência criada pela longa noite da ditadura, queríamos que fossem construídas já (imediatamente, naquele momento). Já aparecia assim em muitos *slogans* da altura: Fim da guerra já! Fim da exploração já! Reforma agrária já! Democracia já!".

Por outro lado, o espetador jornalista agiu sobre a própria cena, mergulhando nos acontecimentos de cabeça. A gestão dessa experiência dependeu dos recursos próprios, materiais e simbólicos, e das oportunidades geradas, que foram necessariamente desiguais para as pessoas e para os meios jornalísticos. Tal como para os políticos portugueses a experiência de convívio e proximidade com os congéneres europeus e americanos abriu um novo repertório de práticas, também os jornalistas portugueses beneficiaram do contacto com os camaradas estrangeiros que demandavam o país em busca do romantismo que aureolou a primeira revolução da terceira vaga de democratização, usando a expressão de Samuel Huntington (1991). Vinha-se pela "estrada do sol" (expressão de Serge July) participar numa revolução, que se manteve quase sempre fiel ao simpático *imprint* inicial: radicalizar sem matar ninguém.

Os veteranos que aqui chegaram e regressaram várias vezes, já tinham visto de perto muitas guerras (Paris e Praga (1968), Argélia, Vietname, Nicarágua, Chile), mas nunca tinham assistido a debates tão agónicos e participados sobre a condição humana. No caso dos fotógrafos, a maioria trabalhava para as maiores agências internacionais — Viva, Sygma, Magnum — que na década de 1970 eram regidas de forma cooperativista e garantiam o melhor do mundo para os fotógrafos: grande autonomia, tempo para produzir bons trabalhos, circulação global das imagens, bons rendimentos.

Na ausência de protocolos, que existiam para a definição de regimes políticos — vemos com os diversos atores dessa esfera foram agitando o vocabulário que melhor exprimia o seu desejo, fosse a democracia popular, a democracia parlamentar, a ditadura do proletariado, o socialismo de via original, a democracia pluralista, a sociedade sem classes, a social-democracia e outras variações — os jornalistas navegaram à vista, bebendo influências, experimentando relações de antagonismo e proximidade com o poder, e aprendendo.

A maior aprendizagem resultou do inesperado interesse mediático que a revolução atraiu para o país. Como explica o jornalista suíço Werner Herzog numa entrevista ao Público em 2014, a imprensa internacional tinha dado as ditaduras

ibéricas como casos perdidos: "estavam para durar, durar, durar, e os Pirenéus funcionavam como a cortina que as separava do resto da Europa".[1] Esse erro de avaliação, apenas sopesado pelo facto de existiram nos arquivos da televisão francesa algumas (poucas, mas boas) peças relevantes de denúncia das violações da liberdade praticadas pela ditadura portuguesa, será compensado pelo extraordinário interesse que o 25 de Abril suscitou em França.

Na visão de José Rebelo (2024), apresentou-se como um cenário romântico para resgatar as referências ideológicas perdidas. Todos quiseram vir sentir o cheirinho a cravo-liberdade e os franceses em particular ocuparam durantes meses o sétimo andar do Hotel Mundial, convenientemente situado perto do Palácio Foz, sede da Secretaria de Estado da Comunicação Social e onde aconteciam muitas conferências de imprensa.

José Rebelo refere que havia mais de 15 jornalistas do *Le Monde* a escreverem sobre a revolução, escalpelizando todas as suas ramificações internas e externas. Mesmo quando não havia nada para contar, existiu uma oportunidade etnográfica, como a que inspirou o enviado especial Alain-Marie Carron, aterrado em Ponta Delgada por causa de uns vagos rumores separatistas. Não viu os separatistas, mas produziu belas descrições sobre o ambiente de "política-ficção" que encontrou em Ponta Delgada, "onde o único futuro é o de uma entropia que progride a uma velocidade geológica".

Às vezes, Portugal foi só um pretexto para justificar a libertação da verve jornalística francesa. Mas é justo reconhecer que também foi um momento pujante do jornalismo internacional, que se constituiu como um lugar de articulação das complexidades vetorizadas no pós-25 de Abril: a Guerra Fria, a descolonização das eufemísticas províncias ultramarinas, a democracia europeia, a cultura popular dos anos 1970.

O conjunto de 53 textos de José Rebelo (2024) selecionados no livro *La Révolution des Oeillets — du Pouvoir Populaire au Pouvoir Parlementaire*, abarcando o período entre janeiro de 1975 e julho de 1976, desperta um raro sentimento nacionalista: a esta distância, tivemos sorte em ter naquele lugar inventado para ele, o de correspondente permanente em Lisboa, um interlocutor tão capaz, dotado da junção de qualidades que caracterizam os bons jornalistas: inteligência, perspicácia, proficuidade. E tudo isto sem a abstração por vezes exasperante, a militância cruel ou a arrogância mal disfarçada de alguns dos seus colegas franceses.

O lugar de onde se partia realmente importou na visão dos acontecimentos: José Rebelo estava exilado desde 1969, a sua formação política não começou no 25 de Abril, tinha um DEA terminado em 1972 na Universidade Paris I Panthéon-Sorbonne e já tinha bebido o suficiente do ambiente politicamente *chargé* do *Le Monde*, onde trabalhava desde esse ano, para manter uma saudável fleuma luso-britânica a brilhar na tempestuosa capital francesa. Estes importantes artefactos intelectuais e cívicos

1 https://www.publico.pt/2014/04/24/culturaipsilon/noticia/quando-o-mundo-veio-a-portugal-ver-como-se-faz-uma-revolucao-333490

permitiram-lhe não ver o que efetivamente não estava lá: nem guerras civis iminentes, nem um papão comunista que comia socialistas ao pequeno almoço.

Embora o verbo *alourdir* fosse recorrente — o clima político estava sempre em fase *d'alourdissement* — José Rebelo compreendeu inteiramente a configuração que se desenhava, entre a legitimidade revolucionária e a legitimidade eleitoral, evitando a fulanização do conflito entre os egos Soares *versus* Cunhal. Essa visão de 360.º garantiu-lhe, na altura, a alegria de ter lido bem acontecimentos intrinsecamente confusos e hoje constitui um precioso documento histórico que contribui para a compreensão da história sem lhe retirar complexidade.

Um dos momentos em que essa clarividência fez a diferença foi durante o "caso *República*", transformado em jornal-mártir pelo PS. Ao contrário do que diz o ditado popular "uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa", durante o PREC uma coisa podia rapidamente tornar-se noutra coisa e no fim havia uma história ainda por contar.

No *República* sitiado pelos tipógrafos, abreviando, um conflito laboral transformou-se numa querela ideológica, intensificada por um desejo de vida ou morte que transcendia a situação no terreno. Houve em França quem se interrogasse, talvez depois de visitar as decrépitas instalações do velhinho bastião jornalístico republicano — é assim tão importante? — mas a maioria dos jornalistas subscreveu a versão de Mário Soares, empenhado em hiperbolizar os riscos. Essa campanha rendeu bons dividendos políticos, uma vez que contribuiu para desqualificar o PCP por atos que não lhe eram inteiramente imputáveis. Foi certamente um tempo extraordinário, em que os simpatizantes socialistas "aguentaram 14 horas de chuva contínua" sem arredar pé da rua da Misericórdia, em Lisboa, segundo o texto de José Rebelo, publicado no dia 21 de maio de 1975. O correspondente do *Le Monde* em Lisboa manteve um relato sereno, que incluía as acusações do PCP ao PS: "uma grande reação histérica", disseram os comunistas.

Por fim, havia também a qualidade da escrita que, não pretendendo ser literária, transportava para os locais através de imagens, poucas, mas certeiras. Em 12 de dezembro de 1976, José Rebelo levou os leitores do *Le Monde* ao colo para a "mais comunista de todas as vilas comunistas do Alentejo". Atravessaram "muros brancos que contrastavam com o verde da planície ondulada", não viram propaganda porque não era precisa numa terra onde o voto tinha um sentido quase único, e chegaram a Pias, onde a cooperativa agrícola tinha um nome que dizê-lo já nos punha a gritar um *slogan*. Parecia o último apeadeiro percorrido por um comboio cansado, um sítio aonde se ia para ver a revolução musealizada, ou simplesmente para voltar a sentir esperança num futuro em que a esquerda vencerá.

Referências bibliográficas

AAVV (1974), *Portugal Livre — 1974*, Lisboa, Editorial O Século.

Costa Pinto, António (1999), "Portugal e a Resistência à Descolonização", em Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*: *Último Império e Recentramento (1930-1998)*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Duran Muñoz, R. (1997), *Acciones Colectivas y Transiciones a la Democracia: España y Portugal, 1974-1977*, Madrid, Instituto Juan March, Hammond.
Halbwachs, Maurice (1950), *La Mémoire Collective*, Paris, Presses Universitaires de France.
Huntington, Samuel P. (1991), "Democracy's third wave", *Journal of Democracy*, 2 (2), primavera, pp. 12-34.
Jorge, Lídia (2024), *Os Memoráveis*, Lisboa, Dom Quixote.
Léonard, Yves (2023), *História da Nação Portuguesa*, Lisboa, Planeta.
MacQueen, N. (1998), *A Descolonização da África Portuguesa: a Revolução Metropolitana e a Dissolução do Império*, Editorial Inquérito, disponível em: http://copac.ac.uk/crn/27000298059/html.
Medeiros Ferreira, José (1985), "25 de Abril de 1974: uma revolução imperfeita", *Revista de História das Ideias*, 7, pp. 391-426.
Mesquita, Mário (1973), *Portugal sem Salazar: Entrevistas de Mário Mesquita*, Lisboa, Assírio e Alvim.
Pereira, Victor (2024), "'Paris não gosta da primavera portuguesa'? A França e a Revolução dos Cravos", *Relações Internacionais*, 81, pp 39-60, disponível em https://doi.org/10.23906/ri2024.81a04.
Praça, Afonso, Albertino Antunes, António Amorim, Cesário Borga, e Fernando Cascais (1974), *25 de Abril — Documento*, Lisboa, Casa Viva Editora.
Rebelo, José e Inácia Rezola (2024), *La Révolution des Oeillets: du Pouvoir Populaire au Pouvoir Parlementaire: Regard d'un Correspondant du Monde au Portugal*, Paris, Les Éditions de l'Atelier.
Rodrigues, L. N. (2001), "A 'solidão' na política externa portuguesa no início da década de 60: o caso dos Estados Unidos", em F. Martins (ed.), *Diplomacia & Guerra*, Évora, Publicações do CIDEHUS, disponível em https://doi.org/10.4000/books.cidehus.3561.
Saraiva de Carvalho, Otelo (2014), *Alvorada em Abril*, Lisboa, Divina Comédia.
Vasconcelos, Álvaro (2019), *25 de Abril, no Futuro da Democracia*, Lisboa, Estratégias Criativas.

A realidade inventada

Isabel do Carmo
Médica, Professora da Faculdade de Medicina de Lisboa

Perante o salto quantitativo e qualitativo da transmissão da informação, tenho-me perguntado qual a reação das elites da época quando Gutenberg inventou a imprensa cerca de 1450 e a palavra escrita foi multiplicada e distribuída em papel na ordem de milhares.

Os textos, que estavam nas mãos de alguns clérigos e dos escribas dos palácios, passaram a estar nas mãos de todos. É certo que eram poucos os letrados. Mas as tabernas e outros pontos de encontro passaram a ser a biblioteca oral. A letra das leis passou a não ser apenas conhecida através da cópia manual, mas sim em papel que podia correr de mão em mão. No entanto, continuou nas mãos de elites, aquelas que sabiam ler e tinham acesso a livros.

É natural que em cada aldeia e em cada pequena cidade só poucos soubessem ler, mas o salto da informação foi enorme. Tão grande que não pode ter deixado de influenciar a divulgação da Reforma, nas suas várias expressões. O *Novo Testamento*, traduzido em alemão na Feira de Leipzig em 1522, vendeu 3.000 exemplares e esgotou-se em três meses. Se tivessem ficado por aí teria sido bom. Era o cristianismo a ser divulgado na língua de toda a gente. Mas do *Antigo Testamento* fizeram 200.000 exemplares até à morte do Lutero. E aqui está como o texto belicista do *Livro* vendeu muito mais que a palavra cristã.

Podemos dizer que o novo método de divulgação, a imprensa escrita e em língua corrente foi prejudicial ao verdadeiro cristianismo? É uma hipótese, mas não é por isso que concluiremos que a imprensa de Gutenberg prejudicou o pensamento alemão e do mundo.

Com tal difusão do *Antigo Testamento* houve decerto alguma substituição da transmissão oral dos "poderes invisíveis" por uma realidade alternativa modelada pelo pensamento mágico dos profetas.[1] As histórias do "povo escolhido" vieram em parte sobrepor-se às vidas de santos inventados, alguns nunca tendo existido. Santiago de Compostela parece ter sido na realidade um "mata-mouros". Ou seja, viveram-se séculos numa realidade alternativa, que era a única forma de sobrevivência

1 Mattoso, José (2013), *Poderes Invisíveis: O Imaginário Medieval*, Temas e Debates.

mental num mundo de guerras, de epidemias, de fomes, de mortalidade precoce, como diz José Mattoso.

O pensamento de Espinosa, as Luzes, existiram para uma elite.[2] O primeiro foi excomungado pela sua própria Igreja e re-excomungado na atualidade. Os pensadores das segundas foram considerados inimigos da Igreja Católica, também até à atualidade. Deve ter sido difícil fazer chegar à Península Ibérica e particularmente a Portugal exemplares da Enciclopédia. Não fora o Camilo Castelo Branco ter descrito a Maria da Fonte na sua dimensão rural e seria sempre uma heroína de recorte inventado.[3]

De modo que vivemos sempre numa realidade inventada. Não é só agora. Os republicanos propunham a instrução como forma de aceder à modernidade e ao pensamento livre, fizeram muito nos seus centros, mas duraram pouco tempo e em 1926 voltou-se ao obscurantismo.

Por isso, chegámos à revolução do 25 de Abril com cerca de 40 por cento de analfabetismo, se considerarmos homens e mulheres. O relato da realidade continuava a ser maioritariamente oral ou de escrita censurada.

O nosso salto revolucionário

Saltámos 30 anos de história em poucos anos. Não há pessoas com menos de nove anos analfabetas e os mais velhos analfabetos vão desaparecendo. No entanto, no salto desses 30 anos e agora contados 50 anos, são cobertas três gerações. Todavia, o salto na instrução não corresponde a um salto subjetivo. As novas formas de transmissão, que tinham ocorrido nos anos 50 do século XX, passaram a ser a fonte de informação popular, substituindo os jornais. O único rádio das pequenas populações ou do bairro foi substituído pelo televisor do café. Vivemos assim numa realidade recriada, inventada. Ler é reconhecer as palavras e juntá-las com sentido. Não quer dizer que haja leitura crítica.

A explosão de informação oral e em papel no período revolucionário marcou uma geração. Mas regressados à "normalidade", é triada uma elite, muito alargada é certo, mas ainda uma fração em relação ao total da população que, graças ao aumento da esperança de vida, faz com que existam na mesma família jovens licenciados, pais que leem, mas não compram jornais, nem têm livros e avós analfabetos. A televisão domina e é a "verdade", a "realidade".

Por outro lado, o próprio conhecimento da realidade mudou em grande velocidade e não foi acompanhado nem divulgado.

Com os novos meios de acesso ao invisível, temos hoje um conhecimento e uma compreensão do biológico e da sua dinâmica. Além do infinitamente pequeno a que já chegámos, descobrindo a nossa história genética e os vírus, por sua vez esta contém decerto ainda outro infinitamente pequeno a descobrir. O infinitamente

2 Damásio, António (2003), *Ao Encontro de Espinosa*, Europa-América.
3 Branco, Camilo Castelo (1984), *Maria da Fonte*, Bertrand Editora.

grande, que é mesmo infinito, tornou-se conhecido a maior distância. A estrutura física das emoções, do subconsciente e do inconsciente, que o visionário Freud descobriu sem ver, foi identificada como estrutura do sistema nervoso central para além do cérebro.[4] Tudo é dinâmico e relacionado.

Acabou o positivismo. As novas formas de investigar a história da humanidade deixaram de ser eurocêntricas. O início do estudo simultâneo e transversal destas formas de saberes está ainda no princípio e na cristalização de muitos que se dedicam ao ensino. Como é que a complexidade desta informação, que não pode ficar fechada em linguagens e transmissões herméticas, pode ser compatível com a igualdade? Não é, mas bem que viria a ser.

Do estado atual da informação resultou que é ainda uma elite que vai procurar nos jornais e revistas de papel impresso a realidade nos artigos escritos e publicados. Mas muitos leitores confundem opinião com informação e as reportagens vão escasseando por falta de investimento nas empresas de publicação.

Com a explosão do digital e do informático, há uma rutura com o passado que tem de ser analisada de forma filosófica e social.

A introdução de novos meios de produção altera a própria sociedade e neste caso o acesso à realidade.

No início de *O Capital* de Karl Marx este descreve a máquina a vapor, recém-chegada à indústria, para desenvolver o que isso significa para o valor do trabalho e a multiplicação da mais-valia e do lucro final.[5] Mas antes da publicação desta obra, que é um marco, escrevera aquilo que é conhecido por *Grundisse*, os Manuscritos de 1857-1858**,** que além de conterem textos que vêm a ser reproduzidos ou ampliados em *O Capital*, contêm um conceito que tem a ver com a nova forma de trabalho, a *alienação*.[6] O trabalhador vai trabalhar em cadeia na fábrica, vai produzir uma parte do objeto e fica *alienado*, separado do trabalho das suas mãos. Ao contrário das suas formas de trabalho anteriores, já não se identifica com o que produz, o objeto ou parte dele separa-se, segue um caminho e vai parar no mercado, onde já não há o valor de troca, nem sequer o valor de uso, mas onde passa a existir o valor de imagem, como desenvolveram filósofos posteriores.[7]

William Morris, socialista também, foi vencido nos seus conceitos.[8] O artesanato, em que o produtor acaba o seu objeto, com a sua utilidade de uso ou decorativa, é o *seu* objeto, de que é autor. Subsistem artistas marceneiros ou sapateiros ou tecedeiras, mas são poucos os que conseguem sobreviver com a venda do produto e têm de mercantilizar com algumas regras de exposição. O projeto William Morris não era compatível com os novos meios de produção, a Bauhaus veio propor a produção em série de casas de habitação de modelo único, a que chamaríamos utilitário. Acabou-se a Arte Nova, as decorações de arabescos, únicas, "de artista".

---

4 Damásio, António (2020), *Sentir e Saber. A Caminho da Consciência*, Círculo de Leitores.
5 Marx, Karl (1990), *O capital, Lisboa/Moscovo*, edições Avante.
6 Marx, Karl (2011), *Manuscritos de 1857-1858 (dita "Gundisse")*, Paris, Les éditions sociales.
7 Gabel, Joseph (1979), *A Falsa Consciência*, Guimarães editores.
8 Morris, William (2003), *Ódio à Civilização Moderna*, Antígona.

Os novos meios de produção merecem um filósofo que descreva em termos simples o que é o *digitálico* e o informático, quais as possibilidades da escrita digital e os meios informáticos de transmissão e receção de informação. Que explique a inteligência artificial (IA), que não é nenhuma bruxaria. Estamos todos a necessitar dessa informação, porque não basta saber *clicar* nas teclas certas e saber aceder aos programas. Em certa escola de condução de automóvel, mais cara, antes de ensinarem o código e de nos porem ao volante, davam aulas com um automóvel desmontado, explicavam o funcionamento do motor e como é que os nossos movimentos de direção e de mudanças chegavam às rodas. Isto não era teórico. Era à vista e experimental. E foi assim que certos "racionalistas" aprenderam a conduzir.

Novos meios, novas lutas

Marx explicou de forma simples e acessível o papel da máquina a vapor, tal como explicou a mais-valia, e qualquer letrado o perceberia não fora ficar assustado com o volume do "tijolo".

Precisa-se filósofo e social-economista que descreva o digital, o informático e a IA e que tire em seguida as consequências na esfera da informação, do trabalho e da exploração deste. E, já agora, dos benefícios para a humanidade.

Tal como o admirável William Morris não conseguiu voltar atrás, nós não vamos voltar atrás. Continuará uma elite a ler no jornal em papel e será difícil que as publicações se mantenham economicamente à escala de um país como o nosso. Terão então os filósofos, os políticos e os militantes da informação que descrever e inventar novas formas de comunicação, certamente com os ecrãs. Terão os Estados de regular e propor a responsabilização pela mentira. Tarefa difícil, quando se caminha para todos serem "liberais" e a responsabilidade desaparecer. Também não serve a concentração da informação no poder central, como Trump está a fazer.

Portanto, não nos basta "desabafar", como lemos por aí nos meios informáticos que nos chegam todos os dias. Temos de inventar novos meios e novas lutas. Não é fácil… Mas também não foram fáceis as lutas do passado. Desta vez é a elite letrada e técnica que tem de o fazer.

Para que nós, os vulgares leitores, saibamos distinguir o escrito de opinião, da reportagem e da informação e em relação a esta saibamos "o onde, o como, o quem e as fontes". Como ensinou José Rebelo à geração de jornalistas que formou.

A lógica não-disjuntiva dos média

Paulo Serra
Professor catedrático, UBI — Universidade da Beira Interior

Introdução

O título que dei a este texto toma, como mote, o título do texto *Lógicas não- disjuntivas da comunicação global*, correspondente à Lição apresentada por José Rebelo nas suas provas de agregação (Rebelo, 2003).

A defesa desta lógica não-disjuntiva da comunicação mediatizada (global ou não) mostra que o autor se afasta das perspetivas dos média que — integradas ou apocalípticas, utópicas ou distópicas — se centram nas possibilidades tecnológicas e omitem, assim, a natureza política da questão. Como diz Rebelo (2006b: 6), "a emergência de uma qualquer inovação tecnológica provocou sempre duas reações antagónicas: eufórica, uma, disfórica, outra. Falsa dicotomia porque, decididamente, a questão não é tecnológica. A questão é política".

Ora, a política tem na sua base a diferença e a pluralidade dos homens (Arendt, 2005: 93), que agem uns perante os outros num domínio público que permite a aparência e a visibilidade mútuas. "Público", num dos dois sentidos que Arendt distingue, significa precisamente isso: "tudo o que aparece em público pode ser visto e ouvido por toda a gente e tem a maior publicidade possível", pelo que, "para nós, a aparência — o que é visto e ouvido pelos outros e também por nós mesmos — constitui a realidade" (Arendt, 1998: 50).

Se em sociedades como a grega antiga, a aparência e a visibilidade — a realidade — de cada um (dos cidadãos) eram possíveis de forma direta, presencial, com as sociedades modernas tal papel passou a incumbir, sobretudo, aos média, em particular os média jornalísticos.

Por isso mesmo, os média não são políticos por serem média *políticos* — no sentido de dedicados à política, partidária ou não —, mas por serem média, "políticos" ou não. Esta perceção do carácter iniludivelmente político dos média é, quanto a mim, uma das marcas distintivas da obra de José Rebelo sobre a comunicação.

O texto que se segue dedica-se, precisamente, a retomar e prolongar algumas das principais reflexões de José Rebelo sobre os média, "velhos" e "novos". Ele encontra-se dividido em três secções: nas duas primeiras, "Os média como terreno de luta" e "Os novos média", apresento, de forma necessariamente resumida, algumas

das teses fundamentais de José Rebelo sobre os média; na terceira secção, "O capitalismo digital", apresento alguns contributos para uma análise crítica dos novos média nos tempos mais recentes.

Os média como terreno de luta

Para Rebelo, os média, "mais do que um poder", são "um lugar de cruzamento de poderes": como o mostram mecanismos como o *gatekeeping*, o *agenda-setting* ou o *newsmaking*, se, por um lado, os média atuam na sociedade, por outro lado, a sociedade atua sobre os média — que se apresentam, assim, simultaneamente como "sujeitos" e como "objetos" de experiências e ações coletivas (Rebelo, 2006a: 25).

Esta possibilidade de ações coletivas inesperadas ganharem visibilidade pública nos média permite-nos afirmar que, tal como nem todos os "problemas públicos" ou "campos problemáticos" têm a sua origem num "acontecimento mediatizado" — o autor dá o exemplo do maio de 1968 — "nem todos os acontecimentos mediatizados alimentam campos problemáticos já conhecidos", podendo trazer algo de novo, de inaugural (Rebelo, 2006a: 26).

No contexto desta sua lógica não-disjuntiva, os média tradicionais têm uma "dupla e paradoxal função": por um lado, são "portadores da ideologia dominante"; mas, por outro lado, são "veículos do discurso disruptivo" (Rebelo, 2014).

A função dos média enquanto lugar de produção ideológica, de naturalização do real e de fabricação de consensos hegemónicos evidenciou-se, por exemplo, na forma como os média nacionais e internacionais fizeram a cobertura da "crise" económica e financeira em Portugal nos inícios dos anos 2000.[1]

Para desconstruir esses processos — em que, de forma circular, o problema público (a crise) é o quadro explicativo do acontecimento (Rebelo dá o exemplo do encerramento de uma fábrica) e o acontecimento atualiza o problema público —, Rebelo enfatiza a necessidade de "uma sociologia crítica, no sentido habermasiano da expressão" (2014: 108).

Mas, além de constituírem um dispositivo de naturalização do real e de imposição e consagração de perspetivas hegemónicas, os média "constituem, igualmente, um fator decisivo para a propagação de ideias e de projetos contra-hegemónicos" (Rebelo, 2014: 108). Os média constituem um "terreno de luta" (Rebelo, 2014: 112), em que se defrontam poderes e contrapoderes, visando tornar visíveis determinadas ocorrências ou ressignificar determinados acontecimentos.

Deste modo, eles são permeáveis à existência de grupos e movimentos que — como os Anonymous, Hacktivismo, Indignados ou Occupy Wall Street — desenvolvem ações disruptivas que captam a atenção dos meios nacionais e internacionais,

---

1 A análise de Rebelo baseia-se, em parte, em dois estudos empíricos: a dissertação de mestrado de Irina Fresco Veríssimo (2013), na qual a autora "procede a uma análise da forma pela qual alguns jornais europeus se ocuparam de Portugal" (Rebelo, 2014: 104); e um estudo de Diana Andringa (2009) sobre a ocorrência da palavra "crise" nas "notícias inseridas no site do canal público da televisão portuguesa" (Rebelo, 2014: 108).

seja diretamente (agendamento mediático), seja via Internet e redes sociais (agendamento intermediático); grupos e movimentos que apostam na sátira (que ridiculariza o adversário) em vez da polémica (que permite a sua contra argumentação), no insólito, no imprevisto, na caricatura, no disforme, no grotesco (Rebelo, 2014: 109).

No caso da luta contra a *troika*, em Portugal, Rebelo destaca o movimento que ficou conhecido como Que Se Lixe a Troika, que utilizou de forma muito eficaz as redes sociais como meios de mobilização para a luta no terreno, chegando a levar à rua, em Lisboa, mais de meio milhão de pessoas (Rebelo: 109-110); ou que, ainda, a nível mais micro, adotou a prática de cantar a "Grândola, Vila Morena" em cerimónias oficiais, o que deu mesmo origem à expressão "grandolar".

No entanto, praticamente logo desde o princípio o movimento extravasou da Internet para os grandes meios de comunicação social, que acabaram por o projetar de forma mais ampla no espaço público (Rebelo, 2014: 110).

Outros exemplos, não portugueses, de ocorrências que, a partir da Internet, ganharam depois espaço e tempo nos grandes média noticiosos tradicionais foram as manifestações contra a guerra no Iraque, em fevereiro de 2003, a Primavera Árabe, o movimento dos Indignados, em Madrid, o movimento Occupy Wall Street, em Nova Iorque, ou o movimento Junho Furioso, no Brasil (Rebelo, 2014: pp.110-111).

O que nos leva à questão do papel dos novos média na atual ecologia mediática.

Os novos média

Num artigo de 2006, em que retoma as suas teses sobre "os acontecimentos mediáticos como atos de palavra" (Rebelo, 2006a), Rebelo diagnostica uma "ofensiva" em curso contra "o imperialismo dos grandes média, no que respeita à tematização do debate público" (Rebelo, 2006b: 22).

Essa ofensiva, que se terá iniciado com as televisões por cabo, terá prosseguido depois com a "explosão tecnológica" corporizada pela Internet e os seus diversos meios, a qual veio permitir que, com um simples telemóvel, cada cidadão seja não apenas um recetor, mas também um potencial produtor e emissor de informação.

Um dos vários exemplos dessas novas possibilidades de produção e distribuição de conteúdos pelos cidadãos é o referente a um dos acontecimentos mais marcantes da época: "As primeiras imagens do *tsunami*, de dezembro de 2004, foram captadas pelo telemóvel de um turista ávido de se bronzear ao sol de Phuket" (Rebelo, 2006b: 23).

Esse exemplo e outros análogos marcam, também, aquilo que Rebelo designa como a passagem do "fotógrafo de ocasião" ao "repórter de ocasião" (Rebelo, 2006b: 23), aprofundando uma tendência iniciada com o aparecimento no mercado, em 1888, da primeira máquina de fotografar Kodak, a Kodak 1.

O cidadão com o seu telemóvel é o "fotógrafo de ocasião" dos nossos tempos que, no entanto, não limita o seu âmbito à família ou ao grupo dos mais próximos:

> Dirige-se ao Universo tomado na sua globalidade. Em vez de preencher álbuns de família intervém no campo dos média. E (…), excluindo-se do espaço privado burguês e visando ostensivamente um público anónimo e coletivo, adquire o estatuto de "repórter de ocasião (Rebelo, 2006b: 23).

Os próprios média *mainstream* terão percebido, muito cedo, o filão representado por estes "repórteres de ocasião". Assim, logo na altura, a Motorola distribuiu 200 telemóveis a moradores de Nantes, que desta forma se tornaram "repórteres de ocasião" de um canal regional da cidade (Rebelo, 2006b: 23).

Entretanto, as possibilidades de reforço do poder comunicacional e político dos cidadãos trazidas pelos novos média, que lhes permitem produzir e fazer circular conteúdos, encher os ecrãs do computador e do telemóvel "de petições, de convocações, de mensagens" (Rebelo, 2010: 73), etc. foram, a breve trecho, apropriadas pelos grandes grupos que, incluindo "empresas de telecomunicações, serviços de acesso à Internet", preenchem "cada vez mais, os ecrãs dos telemóveis com os seus próprios programas", difundindo "as edições *online* dos seus próprios jornais e revistas"; além do que, "por decisão política, o fluxo de mensagens pode ser interrompido" (Rebelo, 2010: 74).

Rebelo deteta, aqui, dois problemas, cuja atualização discutirei no ponto seguinte:

> Por um lado, é um problema político e, a este nível, é de um combate que se trata, no qual as partes envolvidas não dispõem, pelo menos por enquanto, de armas iguais. Por outro, é um problema ligado ao excesso, seleção e verificação da informação (Rebelo, 2010: 74).

O capitalismo digital

Tomando como ponto de partida as reflexões de José Rebelo, direi que, ao longo dos anos, as possibilidades relativamente libertárias e mesmo contra-hegemónicas dos novos média têm vindo a ser cada vez mais limitadas pela sua concentração nas mãos de grandes corporações, estadunidenses ou chinesas na sua origem, mas com amplitude global na sua ação.[2] Refiro-me, nomeadamente, a corporações como a Alphabet (Google, Youtube), a Meta (Facebook, Instagram, WhatsApp, Threads), ou a X Corp (X, antigo Twitter), no caso dos EUA, a ByteDance (TikTok e Douyin), ou a Tencent (WeChat), no caso da China.

Se, no caso dos EUA e países capitalistas em geral, o que impera é o "capitalismo de vigilância" (Zuboff, 2019), assente na recolha e venda de dados dos utilizadores para efeitos políticos ou comerciais, em troca da utilização "gratuita" dos meios, no caso da China e similares o que impera é uma vigilância de Estado, que

2 Vicent Mosco (2017: 146) falava, há alguns anos, da emergência de uma sociedade "pós-Internet" a partir da convergência de computação em nuvem, análise de big data e internet das coisas.

utiliza as redes socias e a Internet em geral para efeitos de controlo de comportamentos, configurando um verdadeiro *Big Brother* digital.

Tal não obsta a que, no caso dos EUA, haja também uma submissão das corporações mencionadas ao Estado.

Assim, apesar das reivindicações supostamente "libertárias" dos donos destas corporações — que justificam por, alegadamente os novos média estarem a ser "censurados" com tentativas de regulação, nomeadamente por parte da União Europeia ou do Congresso estadunidense —, é mais ou menos visível que estas corporações estão neste momento alinhadas com o poder dominante, de extrema-direita.

Refiro apenas dois indícios recentes — e muito significativos — disso mesmo.

O primeiro refere-se ao que aconteceu, há alguns meses, à cartoonista Ann Telnaes, que se demitiu do *Washington Post* por ter visto recusada a publicação de um *cartoon* que representava alguns dos donos daquelas corporações (Jeff Bezos, dono da Amazon e do próprio *Washington Post*; Mark Zuckerberg, da Meta; Sam Altman, da OpenAI; Patrick Soon-Shiong, do *LA Times*; o Rato Mickey, simbolizando a Walt Disney Company), ajoelhados ou prostrados e a oferecer sacos de dinheiro a uma estátua figurando Donald Trump (Telnaes, 2025).

Um segundo indício é a verdadeira ação de vassalagem que, em 4 de setembro de 2025, levou alguns dos donos e / ou CEO das principais tecnológicas estadunidenses a um jantar com Trump na Casa Branca — nomeadamente Mark Zuckerberg, Sam Altman, Bill Gates, Tim Cook, Sundar Pichai e Sergey Brin — e que mereceu do jornal *Globo* o sugestivo título "Titãs da tecnologia elogiam Trump e prometem investimentos bilionários nos EUA durante jantar privativo" (Associated Press, 2025).

A esta concentração monopolista dos novos média e à orientação dos seus donos para a extrema-direita não é alheia, também, a proliferação de *fake news* e de falsa informação em geral nas redes sociais.

De acordo com Habermas, o modelo de comunicação dos novos média "teve dois efeitos notáveis na mudança estrutural do espaço público" (Habermas, 2022: 41): a emancipação dos seus utilizadores em relação aos média tradicionais, permitindo a sua passagem de meros recetores a produtores; a dificuldade de seleção de informações de qualidade, com a erosão do modelo do *gatekeeper*.

São estas duas circunstâncias que estão na base dos fenómenos da pós-verdade e das *fake news*.

Como refere Genesini (2019: 47), "pós-verdade e *fake news* são dois termos que ganharam notoriedade no final de 2016" e que foram criados, entre outras razões, para dar sentido ao Brexit e à eleição de Donald Trump para o seu 1.º mandato, tendo mesmo o *Dicionário Oxford* considerado "pós-verdade" como a palavra do ano.[3] Ainda segundo o mesmo autor,

> Não há nenhuma novidade na tentativa de falsificação política através da distorção de factos e informações. O novo é que estamos em uma nova era, turbinada pela internet e

3 Processos em que, como se sabe, a Cambridge Analytica, utilizando dados do Facebook sem autorização dos respetivos utilizadores, desempenhou um papel fundamental.

> pelas redes sociais, em que o crescimento é viral e o efeito, exponencialmente explosivo. O novo é o Facebook, o Google e o Twitter, não a tentativa de contar mentiras ou falsificar informações, o que sempre existiu na história do mundo (Genesini, 2019:49).

O crescimento viral das *fake news* deve-se, em grande medida, ao facto de elas se propagarem de forma automática com recurso aos algoritmos, à datificação e à manipulação que se verificam nas plataformas digitais, e que "influenciam diretamente as esferas sociais e políticas" (Amaral e Santos, 2019: 78).

Perante o aumento exponencial da diversidade e da quantidade da informação, os utilizadores dos novos média tendem a circunscrever-se às "ilhas" dos que pensam o mesmo sobre os mesmos temas e a olhar os membros das outras "ilhas" como concorrentes ou mesmo como inimigos. O espaço público, inclusivo, é substituído por "caixas de ressonância fragmentadas que giram em círculos" (Habermas, 2022: 40).

Ainda segundo Habermas (2022), ao oferecerem informação política (e não só) gratuita, os novos média colocam em crise o jornalismo e a informação de qualidade, seja sob o ponto de vista económico (ausência de um modelo de negócio alternativo), seja sob o ponto de vista profissional (tendência para a "gestão de dados").

Mesmo que se aceite que "a solução para o problema das *fake news* e do Facebook não é menos, mas é mais jornalismo" (Genesini, 2018: 57), a questão que permanece em aberto é a de saber *se* e *como* será possível ainda um tal jornalismo.

Considerações finais

A afirmação de Hannah Arendt de que a verdade — entendendo por tal a "verdade de facto", contraposta à mera opinião — é "política por natureza" (Arendt, 1968: 238) arrisca-se a deixar de ter sentido num mundo cuja organização económica, política e mediática tende a tornar todos os factos em opiniões, favorecendo a crença e a emoção e obliterando o princípio do terceiro excluído — sendo que o excluído é aqui, sobretudo, o consenso racional sobre os "factos" que em tempos (ainda) foi possível.

Autores como Baudrillard (com a sociedade dos simulacros e simulação) ou Guy Debord (com a sociedade do espetáculo) já há muito tinham anunciado que, agora, o mapa precede o próprio território, e que a vida é consumida no mero espetáculo de si própria.

Significa, isto, que os média são, atualmente, um terreno (de luta) perdido?

Não podemos concluir isso. Mesmo se as possibilidades contra-hegemónicas, ou mesmo insurgentes parecem cada vez mais limitadas, elas continuam a existir — seja nos média tradicionais, seja nos novos média.

E elas continuarão a existir sempre e em todo o lado em que continuem a existir indivíduos dotados do necessário grau de "passibilidade" (Rebelo, 2006a: 25) perante as misérias do mundo — as políticas e as outras. [4]

Referências bibliográficas

Amaral, I., e S. J. Santos (2019), "Algoritmos e redes sociais: a propagação *de fake news* na era da pós-verdade", em J. Figueira e S. Santos (orgs.), *As Fake News e a Nova Ordem (des)Informativa na Era da Pós-Verdad*e, Coimbra, IUC, pp. 63-85.

Arendt, H. (1968), "Truth and politics", em *Between Past and Future: Eight Exercises in Political Thought*, Nova Iorque, The Viking Press, pp. 227-264.

Associated Press (4 de setembro de 2025), "Titãs da tecnologia elogiam Trump e prometem investimentos bilionários nos EUA durante jantar privativo", *G1 — Globo*, disponível em https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/09/04/titas-da-tecnologia-elogiam-trump-e-prometem-investimentos-bilionarios-nos-eua-durante-jantar-privativo.ghtml.

Genesini, S. (2018), "A pós-verdade é uma notícia falsa", *Revista USP*, 116, pp. 45-58.

Habermas, J. (2022), "Un nouveau changement structurel de l'espace public politique", em F. Albertini e L. Corchia (eds.), *Habermas en Terrain Insulaire: la Corsica et Son Espace Public*, Pisa University Press, pp. 13-60.

Mosco, V. (2017), *Becoming Digital: Toward a Post-Internet Society*, Londres, Emerald Publishing Limited.

Rebelo, J. (2003), "Lógicas não-disjuntivas da comunicação global", em *A Comunicação: Temas e Argumentos*, Coimbra, MinervaCoimbra, pp. 23-45.

Rebelo, J. (2006a), "Os acontecimentos mediáticos como actos de palavra", *Revista Científica de Información y Comunicación*, 3, pp. 17-28, disponível em http://dx.doi.org/IC.2006.01.02.

Rebelo, J. (2006b), "Prolegómenos à narrativa mediática do acontecimento", *Trajecto*s, 8/9, pp. 17-27.

Rebelo, J. (2010), "Os grandes grupos de informação e de comunicação no mundo", *JANUS.NET, e-journal of International Relations*, 1 (1), pp. 65-75.

Rebelo, J. (2014), "Sobre a dupla e paradoxal função dos média: portadores da ideologia dominante e veículos do discurso disruptivo", *JANUS.NET, e-journal of International Relations*, 5 (2), pp. 99-113.

Telnaes, A. (4 de Janeiro de 2025), "Why I'm quitting the *Washington Post*", *Open Windows-Ann Telnaes,* disponível em https://anntelnaes.substack.com/p/why-im-quitting-the-washington-post.

Zuboff, S. (2019), *The Age of Surveillance Capitalism: the Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*, Nova Iorque, PublicAffairs.

4 O termo "passibilidade", que o autor retoma de Louis Quéré, é entendido por este como antónimo de "impassibilidade", e significa a capacidade de os indivíduos serem tocados, afetados, perturbados, emocionados por aquilo que lhes acontece: "são dotados de uma 'passibilidade' superior os indivíduos que recusam a in-diferença, a in-significância, a des-realização das coisas" (Rebelo, 2006a: 25).

O poder do discurso

Jacinto Godinho
Jornalista da RTP, CICANT / Universidade Lusófona de Lisboa

Nota prévia

Fui aluno de José Rebelo em 1984, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no então designado curso de Comunicação Social. A unidade curricular intitulava-se Discurso dos Média, criada e lecionada pelo jornalista e correspondente do *Le Monde* em Portugal, José Rebelo**,** naquela que foi a sua primeira incursão no ensino universitário.[1]

O Discurso dos Média foi lecionado durante seis anos, entre 1983 e 1989, período após o qual José Rebelo deixou a FCSH, prosseguindo a sua carreira académica noutras instituições universitárias de Lisboa.

Eu próprio, depois de concluir o curso, tornei-me jornalista profissional em 1988. Em 1993 fui convidado a regressar à FCSH, integrando o corpo docente, precisamente para lecionar a mesma unidade curricular, Discurso dos Média, função que exerci durante trinta anos.

Fui, portanto, primeiro discípulo e depois continuador de José Rebelo numa área decisiva dos estudos de comunicação em Portugal — área em que ele foi, de facto, pioneiro: a introdução da análise do discurso nas ciências sociais e humanas, no campo dos média e, de modo particular, no jornalismo.

Este ensaio propõe-se, assim, avaliar a importância da análise do discurso nos estudos dos média e do jornalismo, destacando o método construído e refinado por José Rebelo para investigar o discurso dos jornais e dos jornalistas. Esse método serviu de base ao ensino da unidade curricular Discurso dos Média e viria a ser sistematizado nos seus ensaios e livros, nomeadamente em *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo* (Rebelo, 1998) e O *Discurso do Jornal* (Rebelo, 2000).

---

1 José Rebelo, enquanto professor convidado da FCSH-UNL, foi um dos primeiros académicos portugueses a introduzir o conceito de discurso no estudo dos media, numa época em que predominava uma abordagem positivista e funcionalista da comunicação.

Introdução: o contexto dos estudos de jornalismo em Portugal

Até à década de 1980, os estudos académicos sobre jornalismo em Portugal eram escassos e incipientes. Não existiam escolas de jornalismo com orientação científica, e mesmo o curso de Comunicação Social da FCSH surgia essencialmente como uma formação das ciências sociais e humanas, que procurava autonomizar o campo da comunicação da sociologia, da filosofia da linguagem e das ciências da informação.

O jornalismo ocupava um espaço reduzido nesse contexto, limitado a uma ou duas unidades curriculares — entre as quais se destacavam Teoria da Notícia, de Nelson Traquina, Discurso dos Média e Géneros Jornalísticos, também criada José Rebelo e depois continuada por Mário Mesquita.

Persistia, ainda, uma resistência de origem profissional ao ensino universitário do jornalismo. Entre os jornalistas veteranos prevalecia o preconceito de que o jornalismo era uma profissão de "tarimba", aprendida nas redações e não nas salas de aula. Consequentemente, o estudo do jornalismo reduzia-se a manuais técnicos e descritivos, que explicavam rotinas, práticas e truques da profissão, mas raramente questionavam os fundamentos epistemológicos do campo. Durante mais de um século, desde a consolidação do jornalismo profissional no século XIX, predominou a chamada "teoria do espelho", segundo a qual o jornalismo deveria refletir a realidade com objetividade, abstendo-se de interferir na verdade dos factos.[2]

A introdução, por José Rebelo, da unidade curricular Discurso dos Média representou, portanto, uma rutura epistemológica nos estudos do jornalismo. Rebelo não propôs apenas um novo método analítico, mas um novo olhar sobre o jornalismo enquanto prática discursiva e social. Essa mudança teve efeitos imediatos na formação e na consciência crítica dos estudantes da época — nós, a primeira vaga de alunos saídos de Comunicação Social, — e, por extensão, nas primeiras gerações de jornalistas formados em contexto universitário. José Rebelo abriu-nos a possibilidade de compreender o jornalismo, não como simples relato ou espelho da realidade, mas como um discurso produtor de sentidos, ideologias e efeitos de poder.

A viragem discursiva: de Bakhtin a Foucault e Pêcheux

A introdução do conceito de discurso nos estudos de comunicação e jornalismo em Portugal — operada por José Rebelo — inscreve-se numa transformação teórica mais ampla, que atravessou as ciências sociais e humanas a partir da década de 1960: a chamada "viragem pragmática".[3]Esta viragem resultou de um conjunto de

---

2 A chamada *mirror theory* do jornalismo foi particularmente dominante nas escolas norte-americanas de jornalismo entre as décadas de 1920 e 1950, associando-se à ideia de objetividade como neutralidade informativa (ver Schudson, 1981).

3 O termo refere-se à mudança epistemológica ocorrida nas ciências humanas a partir da década de 1960, que deslocou o foco do signo e da estrutura para a prática e o uso da linguagem (ver Rorty, 1967; Habermas, 1981).

deslocamentos epistemológicos que questionaram o positivismo e o formalismo linguístico, colocando a linguagem, o sujeito e o poder no centro da análise social. Três autores são particularmente decisivos para compreender esse movimento: Mikhail Bakhtin, Michel Pêcheux e Michel Foucault.

Bakhtin: o discurso como diálogo

Para Mikhail Bakhtin, o discurso é, antes de mais, um ato dialógico. Cada enunciado surge em resposta a outros e antecipa novas respostas, numa cadeia ininterrupta de interações. A linguagem, para Bakhtin, é inseparável da vida social, pois:

> a palavra é um fenómeno social por excelência. O seu meio de existência é o meio social. (…) A palavra é o produto da interação entre o locutor e o ouvinte. Toda a palavra serve de expressão a um em relação ao outro. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (Bakhtin, 1929: 117).

Bakhtin rompe, assim, com a conceção estruturalista da linguagem como sistema fechado, mostrando que todo o discurso é polifónico e ideologicamente carregado. Essa ideia foi decisiva para os estudos da comunicação, ao evidenciar que os média são espaços de cruzamento de vozes sociais, arenas discursivas onde o sentido se negocia constantemente.

Nos termos de Bakhtin, cada produção mediática — um telejornal, uma reportagem, uma entrevista — é um lugar onde vozes múltiplas se encontram, se confrontam e se transformam. Esta perspetiva permitiu compreender os média não apenas como instrumentos de difusão, mas como espaços de diálogo social e simbólico, abrindo caminho para uma leitura comunicacional mais complexa e menos linear.

Pêcheux: o discurso como ideologia materializada

Nos anos 1960, Michel Pêcheux propôs uma leitura distinta, articulando linguística, marxismo e psicanálise. A partir de Louis Althusser, Pêcheux define o discurso como materialização da ideologia: é na linguagem que a ideologia se inscreve e se torna operante.

O sujeito, nesta perspetiva, não é livre nem originário, mas um efeito da ideologia que o interpela e o faz falar a partir de uma posição social e simbólica. As palavras mudam de sentido consoante as posições que os sujeitos ocupam nas formações discursivas (Pêcheux, 1969).

A importância de Pêcheux para os estudos de comunicação reside precisamente nesta articulação entre linguagem, ideologia e sociedade.[4] Ele oferece instrumentos

4 A articulação entre ideologia e discurso proposta por Pêcheux teve forte impacto na linguística crítica e influenciou diretamente os primeiros modelos de análise do discurso aplicados à imprensa em França.

para compreender como os discursos mediáticos produzem e reproduzem posições ideológicas, como se constroem os sentidos dominantes e como certos significados se tornam "naturais" ou "evidentes" no espaço público.

Em vez de procurar uma "verdade" objetiva nos textos jornalísticos, a análise pêcheutiana convida a examinar os deslocamentos de sentido, os silêncios, os implícitos e as contradições que revelam as lutas ideológicas no seio da linguagem.

Foucault: o discurso como poder e saber

A grande rutura epistemológica surge, contudo, com Michel Foucault, sobretudo a partir de *A Arqueologia do Saber* (1969) e *A Ordem do Discurso* (1971). Foucault transforma radicalmente a forma de entender o discurso: este deixa de ser mera linguagem ou representação e passa a ser um sistema de práticas que produzem saber, verdade e poder.

Foucault recusa a ideia de que o saber se encontra "oculto" nas coisas e que o papel do investigador é desvelá-lo — a conceção hermenêutica clássica. Em vez disso, demonstra que a verdade é construída nas e pelas relações de poder que se materializam nos discursos. Como afirma em *A Ordem do Discurso*:

> O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, e pelo que, se luta.
> (Foucault,1971: 7)

Esta frase sintetiza o alcance revolucionário do pensamento foucaultiano: o poder não está apenas nas instituições ou nos sujeitos que o exercem, mas nas próprias redes discursivas que definem o que pode ser dito, quem pode dizer e com que autoridade.

Ao mostrar que os discursos produzem as realidades que descrevem, Foucault desfaz a crença na neutralidade das palavras. Os discursos constroem identidades, legitimam instituições e criam ideologias — são, em suma, práticas produtoras de mundo.

Nas ciências da comunicação, esta perspetiva desloca o foco do estudo das mensagens para o estudo das condições de possibilidade do dizer: os enquadramentos discursivos que tornam certos temas visíveis e outros invisíveis, certas vozes audíveis e outras silenciadas.

José Rebelo e a "discursiologia" dos média

José Rebelo percebeu com rara lucidez a relevância dessa viragem teórica e tratou de aplicá-la de modo inovador ao campo dos média, em particular ao discurso jornalístico.

Para Rebelo, estudar o discurso dos média era muito mais do que contar palavras ou identificar temas, típicas da clássica e sociológica análise de conteúdo.

Significava compreender as condições discursivas de produção da notícia — quem fala, de onde fala, com que autoridade e sob que enquadramentos institucionais e ideológicos.

A análise foucaultiana do poder e do saber foi, neste sentido, fundamental para a sua abordagem. Rebelo reconheceu que o poder não reside apenas nas estruturas empresariais ou políticas, mas nos próprios modos de enunciação jornalística, nos procedimentos discursivos que conferem legitimidade à palavra mediática. Assim, estudar o discurso dos média é estudar os mecanismos pelos quais os média produzem efeitos de verdade e de real, construindo identidades, ideologias e visões de mundo. Como escreveu Foucault (1971), o discurso é o lugar onde o poder se exerce e se disputa — e José Rebelo soube ver nos média portugueses dos anos 1980 o espaço privilegiado onde essas disputas se tornavam visíveis. Os seus estudos e o ensino que desenvolveu na FCSH levaram-nos, a nós — os seus alunos —, a perceber que o jornalismo não é apenas uma prática de relato, mas uma prática de construção discursiva do real. O jornalista não "espelha" a realidade; participa na sua configuração simbólica.

O método e a crítica da ideologia da objetividade

O livro *O Discurso do Jornal* (Rebelo, 2000) é a obra em que José Rebelo sistematiza, de modo mais direto e consistente, a aplicação da análise do discurso ao campo do jornalismo. Quando o li pela primeira vez, revi nele o espírito e o conteúdo das suas aulas de Discurso dos Média nos anos 1980 — sinal de que o método e as ideias que o livro apresenta já vinham sendo aplicados e amadurecidos desde o início do seu percurso académico.

O pensamento de Rebelo apoiava-se, simultaneamente, na sua vasta experiência como jornalista profissional e nas leituras teóricas que nos transmitia em sala de aula — Foucault, Gadamer, Habermas, Compagnon, Katz, Derrida, entre outros. Essa conjugação entre prática e reflexão crítica proporcionou às primeiras gerações de estudantes de jornalismo uma consciência alargada e questionadora do seu próprio campo de atuação: a prática da escrita, os géneros jornalísticos, as dinâmicas da redação, o papel da empresa e da audiência, e sobretudo o poder ideológico das palavras e os efeitos de real que elas produzem.

Entre os conceitos fundamentais que José Rebelo introduziu no nosso horizonte de reflexão, destaca-se o da desconstrução, inspirado nas leituras de Jacques Derrida.[5] A desconstrução, aplicada ao discurso jornalístico, implica revelar as estruturas ocultas de sentido que sustentam o texto mediático, desmontando a aparência de naturalidade e evidência que o jornal costuma apresentar. Para tornar este método mais inteligível, proponho sistematizá-lo nas quatro dimensões críticas que Rebelo utilizava como etapas de leitura desconstrutiva do jornalismo:

1. Crítica da ideologia — a ideologia da objetividade jornalística;
2. Crítica do dispositivo — a empresa mediática como caixa de ressonância do campo jornalístico;

3. Crítica do jornal — o jornal como sujeito semiótico, implicado no discurso;
4. Crítica da mensagem — o ato comunicativo enquanto prática de poder.

A crítica da ideologia da objetividade

No prefácio de *O Discurso do Jornal*, Rebelo formula de modo claro o objetivo da sua proposta analítica:

> A proposta contida neste livro é justamente a de fornecer mecanismos de leitura desconstrutiva *versus* compreensiva do jornal. Lancemo-nos, então, ao desafio de descobrir como é que o jornal diz o que diz e porque é que o jornal diz o que diz (Rebelo, 2000: 10-11).

Durante décadas, a ideologia da objetividade legitimou o fazer jornalístico, alimentando a crença de que o papel do jornal era "dizer o mundo tal como ele é", sem interferências. Rebelo demonstra que esta ideologia tem uma origem histórica precisa: a segunda metade do século XIX, período de expansão dos grandes jornais de massas e de constituição do jornalismo moderno. É então que se instala o culto da objetividade e da independência, sintetizado no lema positivista: "O facto é sagrado, o comentário é livre". Rebelo mostra que este princípio se encontra já presente no número inaugural do *Diário de Notícias*, de 29 de dezembro de 1864:

> Eliminando o artigo de fundo, não discute política nem sustenta polémica. Regista com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, o comentá-los a seu sabor (Rebelo, 2000: 15).

Esta autodefinição do jornal como observador neutro inaugura uma longa tradição discursiva: a ficção da imparcialidade. Também Mário Mesquita viria a sublinhar o carácter estratégico dessa ideologia, afirmando que ela "resulta de uma nova estratégia comercial da imprensa", necessária à expansão para públicos heterogéneos (Mesquita, 2000).

Para Rebelo, o problema não reside na aspiração ética à verdade, mas na naturalização ideológica da objetividade, que se transforma em dogma e oculta os processos

---

5 O termo *desconstrução* surge em Jacques Derrida nos anos 1960, sobretudo nas obras De la Grammactologie (1967) e *L' Écriture et la Différence* (1967). Derrida propõe a desconstrução como uma prática crítica, que visa revelar as hierarquias e oposições binárias implícitas na tradição metafísica ocidental — presença / ausência, fala / escrita, razão / emoção, sujeito / objeto — mostrando que essas distinções são instáveis e dependem de jogos de linguagem e de poder. A desconstrução não destrói o texto: lê-o contra si mesmo, para expor os seus pressupostos e contradições internas. Trata-se de uma leitura que evidencia como o sentido nunca é fixo, mas adiado (*différance*), e como o significado resulta sempre de um processo de deslocamento e de diferença. Quando aplicada ao discurso jornalístico, a desconstrução permite revelar o que o texto procura naturalizar — os seus "não-ditos", as exclusões e os enquadramentos ideológicos que o sustentam —, tal como José Rebelo propôs na sua análise crítica dos media.

discursivos de mediação. As consequências são múltiplas: a desvalorização da interpretação e da contextualização em favor de um jornalismo do presente e do espetáculo, a substituição do repórter reflexivo pelo editor de títulos e a consolidação da crença num leitor plenamente livre e crítico — um "mito liberal" que mascara as condições sociais e simbólicas da receção.

Assim, a ideologia da objetividade assenta, segundo Rebelo, em três ficções fundamentais:

— o jornal como espelho da realidade;
— o jornalista como sujeito neutro e exterior ao mundo;
— o leitor como intérprete autónomo e independente.

A análise do discurso desmonta essas ficções. A realidade social não é uma superfície lisa de leitura direta; o acontecimento não existe "em si", isolado do contexto; o jornalista é um sujeito implicado, situado, dotado de perspetiva e linguagem; o leitor é condicionado por quadros culturais e simbólicos. O jornalismo, assim compreendido, não reflete o real — antes o produz. Os jornais não apenas relatam acontecimentos: criam acontecimentos, geram efeitos de real e induzem processos de retroação social. O discurso mediático, portanto, não descreve apenas realidade, participa na sua construção.

A ética e a consciência crítica

A crítica da objetividade, como proposta por José Rebelo, não conduz ao ceticismo ou ao relativismo pós-moderno, segundo o qual "tudo é discurso e nada é verdade". Pelo contrário, ela funda-se numa ética do conhecimento: reconhecer que a verdade não é dada, mas construída, exige maior rigor, não menor.

A desconstrução do jornalismo não pretende destruir a ideia de verdade, mas tornar visíveis os seus mecanismos de produção, convidando o jornalista a uma prática mais consciente, transparente e responsável. A meu ver — e esta é uma das heranças mais preciosas do ensino de Rebelo —, a crítica da ideologia da objetividade não nega a busca da verdade; obriga-nos a percorrê-la com lucidez, dúvida e exigência ética. Há realidades para as quais a objetividade não se discute: a morte, por exemplo, é um facto objetivo, desde que devidamente confirmado. Mas há outras — políticas, sociais, simbólicas — em que a "verdade" é inseparável das condições discursivas e das perspetivas envolvidas. Nesses casos, o dever ético do jornalista é mostrar o seu método, as suas fontes e as suas limitações, revelando o processo de construção da notícia ou da reportagem. O verdadeiro poder do discurso — e é este, creio, o legado maior de José Rebelo — reside na consciência que temos dele. Os jornalistas não são apenas produtores de textos: são produtores de sentidos e mediadores de realidades. E quanto mais conscientes forem dos mecanismos discursivos que operam, mais livre e responsável será a sua palavra pública.

A crítica do dispositivo

José Rebelo concentra-se, em seguida, noutra dimensão essencial do conceito de discurso: o contexto. Embora não utilize explicitamente o termo *dispositivo*, a análise que faz da empresa jornalística como sujeito semiótico aproxima-se claramente dessa noção. O discurso do jornal, segundo Rebelo, não depende apenas do seu autor — o jornalista enunciador. A experiência jornalística é o resultado de uma produção coletiva e institucional: envolve o jornalista, a redação, a empresa mediática e o público leitor. Como escreve: "O destinatário de um tipo de discurso faz parte das condições de produção desse discurso (Rebelo, 2000: 37).

Esta afirmação antecipa, de certa forma, o que Michel Foucault e Giorgio Agamben viriam a conceptualizar como dispositivo. O conceito, introduzido por Foucault em *A Vontade de Saber* (1976) e aprofundado em *Dits et Écrits* (1977), e posteriormente retomado por Agamben em *Che Cos'È Un Dispositivo?* (2006), descreve precisamente essa rede complexa de práticas, instituições e discursos que condicionam e estruturam os modos de enunciação.

Para Foucault, os discursos têm sempre uma função estratégica: respondem a uma necessidade histórica de governar, controlar ou orientar condutas — são, portanto, expressões de poder e saber. Como o próprio Foucault define:

> O dispositivo é o conjunto heterogéneo de discursos, instituições, arquiteturas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos e filosóficos, que têm como função responder a uma urgência (Foucault, 1977).

No ensaio *Che Cos'È Un Dispositivo?*, Agamben amplia este conceito para o contexto contemporâneo, tecnológico, mediático e biopolítico. Ele escreve:

> Chamo dispositivo a tudo aquilo que tem, de uma forma ou de outra, a capacidade de capturar, orientar, determinar, intercetar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos (Agamben, 2006: 14).

E acrescenta:

> Entre os seres viventes e os dispositivos existe um terceiro elemento: os sujeitos. E os sujeitos são o resultado da relação e da luta incessante entre os seres vivos e os dispositivos (Agamben, 2006: 15).

Esta passagem é particularmente reveladora para compreender o conceito de Rebelo do jornal como sujeito semiótico. O jornal é, simultaneamente, produto e produtor de discursos, de práticas e de identidades — um dispositivo de subjetivação, no qual se formam tanto o olhar do jornalista como o do leitor. O jornal, neste sentido, é o resultado dessa "luta incessante" entre os indivíduos e os dispositivos que os moldam:

— dispositivos materiais (a tipografia, a redação, o estúdio, a televisão, o *smartphone*, a rede digital);
— dispositivos simbólicos (a língua, o direito, a religião, a economia, a comunicação);
— dispositivos híbridos, que articulam ambos (os média, as redes sociais, a publicidade, as plataformas tecnológicas).

Cada um destes elementos modela comportamentos e modos de vida, isto é, produz formas de subjetivação e regimes de verdade.

A empresa jornalística como dispositivo

Daqui decorre que José Rebelo entende a empresa jornalística como um sistema regulador, um dispositivo de poder e mediação cuja função vai muito além do simples processamento de informação. Ele propõe uma leitura crítica do papel do *gatekeeper* — termo clássico da sociologia da comunicação — para mostrar que a função de seleção noticiosa é apenas um momento dentro de um processo mais vasto de adaptação discursiva e retroação comunicacional. Escreve Rebelo:

> Mais do que um mero selecionador de ocorrências suscetíveis de conversão em notícias (operação habitualmente atribuída aos jornalistas), o *gatekeeper* é o gestor do processo de adaptação das notícias às reações suscitadas pela respetiva difusão. (Rebelo, 2000: 37)

Com esta formulação, Rebelo ultrapassa a visão funcionalista da comunicação e antecipa a ideia de que os média operam em circuitos elípticos, em que a produção e a receção se interpenetram. Ter consciência deste circuito — que envolve retroação, regulação e subjetivação — é fundamental para compreender que o impacto das notícias não se esgota na sua receção.

Ao subjetivar-se como entidade discursiva e ao produzir subjetividades nos leitores, o jornal torna-se ele próprio um dispositivo cultural — um produtor de sentido, de valores e de ideologia. É nesse espaço simbólico que se gera aquilo "pelo qual se luta", na expressão foucaultiana: o pensamento hegemónico, a visão da realidade que sustenta e legitima os poderes em disputa.

Crítica do jornal — o jornal como sujeito semiótico, implicado no discurso

Rebelo identifica também uma dimensão semiótica e simbólica que atravessa o discurso jornalístico — a qual podemos entender como efeito identitário do dispositivo mediático. O título de um jornal, o seu estilo editorial, a sua reputação e o seu público formam um campo simbólico de reconhecimento. Ele recorda o exemplo paradigmático do *Le Monde*:

> O *Le Monde* era um instrumento de classe. Um sinal de privilégio. Caracterizava quem o lia. Caracterizava até quem o exibia, mesmo que não o lesse. Não poderia, portanto, banalizar-se (Rebelo, 2000: 42).

Aqui, o jornal surge como objeto de distinção social e cultural, um signo identitário que qualifica quem o consome. A leitura — ou mesmo a simples posse — torna-se ato de pertença simbólica, revelando que o discurso mediático opera também como marcador de *status* e de pertença ideológica. Esta dimensão simbólica é crucial para compreender o que Rebelo designa como "dupla conivência" entre o jornal e o leitor:

> Ao definir o seu quadro de referências — de que é que se fala, como é que se fala e porque é que se fala — o jornal realiza aquilo que julga ser a vontade do leitor. Este, por sua vez, encontra no jornal aquilo de que quer que se fale e da forma pela qual quer que se fale (Rebelo, 2000: 44).

O jornal não se limita a oferecer conteúdos: oferece uma visão do mundo que o leitor reconhece como a sua. Este é o ponto de contacto entre a análise foucaultiana do poder, a teoria agambeniana do dispositivo e a prática discursiva de Rebelo: o campo mediático como espaço de negociação simbólica entre sujeitos e estruturas, entre liberdade e condicionamento. Quando se fala hoje em literacia dos média, é precisamente para se referir a estes signos ocultos e efeitos de real que atravessam o discurso jornalístico — e que José Rebelo tão bem soube revelar através da análise crítica do discurso.

Para o jovem estudante de jornalismo, como eu fui, a convivência com o professor e o jornalista José Rebelo foi decisiva: ensinou-nos a ver para além do texto, a reconhecer os mecanismos discursivos, institucionais e ideológicos que estruturam a prática jornalística. O seu método multiplicou os olhares possíveis sobre os média e desvelou dimensões até então pouco evidentes, raramente discutidas e muitas vezes ocultadas: as da ideologia, da instituição, da subjetividade e do poder. Ao revelar o jornalismo como dispositivo de produção cultural, José Rebelo deu-nos — e continua a dar — as ferramentas críticas para compreender que o discurso é sempre um campo de luta, e que o verdadeiro exercício da liberdade consiste em conhecer as forças que moldam o que podemos dizer e ouvir.

Crítica da mensagem — o ato comunicativo enquanto prática de poder

> A significação configura-se, é discursivizada através de um jogo de dito e não dito, do explícito e do implícito. Ter-se-á consciência desta multiplicidade de efeitos discursivos? (Rebelo, 2000: 65)

Perante esta questão fundamental — que desafia a hermenêutica tradicional —, José Rebelo, na linha de Michel Foucault, entende que a interpretação do discurso

não pode circunscrever-se ao que é dito. Todo o dizer implica um "não dizer", um fora de campo constituído pelo interdito, o recalcado, o implícito, o esquecido, o proibido, o tabu, o silenciado. Este *não-dito* circunda o dizer como uma sombra invisível, e sem a sua perceção fenomenológica toda a interpretação se torna incompleta. O primeiro passo para ativar a análise do discurso passa por redefinir o ato de comunicação, restituindo-lhe a complexidade que o modelo linear de Harold Lasswell (*Quem diz o quê, por que canal, a quem e com que efeito?)* reduziu de forma simplificadora.[6]

O ato comunicativo, para Rebelo, é uma troca entre duas instâncias: a instância da enunciação, que obriga a considerar as condições de produção da informação, e a instância da receção, que implica atender às condições de interpretação das mensagens. A estas dimensões acrescem as condições de produção do discurso propriamente ditas, que Rebelo distingue em dois níveis:

— condições externas — finalidade, identidade, representação, conteúdo e dispositivo;
— condições internas — locução, relação e tematização

Esta perspetiva devolve à comunicação a sua densidade social, simbólica e política, abrindo caminho a uma leitura crítica das práticas mediáticas contemporâneas.

Conclusão: o discurso como produtor de poder

José Rebelo aplicou esta metodologia num estudo exemplar: a análise das notícias de jornais portugueses e estrangeiros dos anos 1930 e 1940, que noticiavam, relatavam e editorializavam sobre o regime do Estado Novo e a figura de Salazar. Através dessa investigação — posteriormente publicada em *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo* (Rebelo, 1998) —, demonstrou como o discurso jornalístico funcionou como mecanismo de legitimação ideológica. A ideia de que o poder se constitui, no e pelo discurso — como teorizada por Foucault nas décadas de 1960 e 1970 — encontra aqui um exemplo histórico notável. O que a análise de discurso procura determinar não é apenas como se transmitem saberes, mas como se produzem crenças.

---

6 Harold D. Lasswell formulou, em 1948, um dos primeiros modelos teóricos da comunicação de massas, estruturado na pergunta: "Who says what, in which channel, to whom, and with what effect?" (Quem diz o quê, por que canal, a quem e com que efeito?). Este modelo — de natureza linear e funcionalista — marcou profundamente os estudos inaugurais em comunicação, ao definir o processo comunicativo como uma sequência causal de transmissão e receção de mensagens. Embora pioneiro, o esquema de Lasswell simplifica a complexidade das práticas comunicacionais, ao excluir as dimensões contextuais, discursivas e ideológicas do ato comunicativo, que viriam a ser enfatizadas posteriormente pela análise do discurso, pela semiótica e pela pragmática da linguagem. Lasswell, H. D. (1948), "The structure and function of communication in society", em L. Bryson (ed.), *The Communication of Ideas*, Nova Iorque, Institute for Religious and Social Studies, pp. 37-51.

> Na informação em termos mediáticos, a transmissão de um saber é acompanhada da produção de um crer. Temos então a informação processada através do jornal como equivalente a um "fazer saber" e a um "fazer crer", procurando persuadir o destinatário de que aquilo que se diz é verdade (Rebelo, 2000: 90).

Ao longo da história, as formas discursivas de legitimação do poder assumiram múltiplas expressões. O caso do salazarismo é paradigmático. Uma das técnicas mais eficazes da sua propaganda residia na compilação, pelos jornais portugueses, de elogios estrangeiros a Salazar — frequentemente oriundos de publicações marginais, como *Marianne* (suposto semanário esquerdista de Paris), *Le Marocain* de Casablanca ou *Le Républicain* de Constantina. Este gesto, aparentemente inócuo, revela um traço persistente do imaginário português: o desejo de legitimação externa.

O elogio estrangeiro conferia autoridade e prestígio; a crítica, por sua vez, gerava indignação e vitimização. A propaganda salazarista explorou habilmente essa dinâmica, entretecendo uma crença na figura de Salazar — um culto discursivo de autoridade e moralidade nacional que sobrevive, em parte, no imaginário coletivo português. Tal é a força do discurso: as mensagens que transporta vão muito além da significação literal do dito. O poder do discurso reside precisamente na sua capacidade de produzir realidade simbólica e adesão emocional.

Depois de Foucault, autores como Norman Fairclough, Teun A. van Dijk, Ernesto Laclau e Giorgio Agamben aprofundaram o estudo das formas de poder discursivo. A análise crítica do discurso (Fairclough, 1992; Van Dijk, 1998) demonstrou que a linguagem é um campo de luta ideológica, onde se reproduzem — ou se contestam — relações de poder e hegemonia.

No contexto atual, marcado pela globalização comunicacional e pela digitalização das esferas públicas, os média e as plataformas digitais tornaram-se os principais espaços de produção e circulação discursiva. Cada notícia, comentário televisivo ou publicação em rede social é uma prática discursiva que participa na disputa pela hegemonia simbólica (Gramsci, 1926: 37); Laclau e Mouffe, 1985). O poder manifesta-se menos pela coerção física e mais pela capacidade de nomear o mundo — definir quem é o "povo", quem é o "inimigo", o que conta como "crise", "ameaça" ou "verdade".

Os populismos contemporâneos exploram exemplarmente essa dimensão discursiva. Mais do que ideologias coerentes, constituem estruturas narrativas flexíveis que opõem o "povo puro" às "elites corruptas" (Laclau, 2005). Essa lógica de articulação simplifica as clivagens sociais e mobiliza afetos, transformando o espaço mediático num palco de identificação emocional. O líder populista fala "como o povo", adota a linguagem comum, ironiza a correção política e transforma o discurso público em espetáculo performativo. Nas redes digitais, esta performatividade amplifica-se: a viralidade substitui o argumento, a emoção substitui a razão.

A análise crítica do discurso revela como estas estratégias linguísticas e narrativas produzem efeitos concretos: reforçam pertenças, alimentam antagonismos e moldam perceções públicas da realidade. No ecossistema digital, onde os algoritmos privilegiam conteúdos polarizadores e emocionalmente intensos, os discursos populistas encontram terreno fértil para a sua expansão. A viralidade das

mensagens políticas depende tanto da sua estrutura discursiva como da sua carga afetiva. Por isso, estudar o discurso e praticar a análise de discurso não é apenas um exercício académico: é um ato de literacia e de resistência. Num mundo mediático saturado de signos, manipulações e "verdades alternativas", a consciência crítica das linguagens mediáticas torna-se condição de liberdade.

Como sublinhou José Rebelo nos anos 1980, de forma pioneira e antecipando os tempos, compreender o discurso dos média é compreender as forças invisíveis que moldam o nosso olhar e operam perigosamente no sentido de um pensamento único e hegemónico. Num contexto transformado tecnologicamente pelo digital, essa consciência é mais necessária do que nunca — não apenas para interpretar o mundo, mas para agir criticamente dentro dele.

Referências bibliográficas

Agamben, G. (2006), *Che Cos'È Un Dispositivo?,* Roma, Nottetempo.

Bakhtin, M. (1992 [1929]), *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Lisboa, Edições 70.

Derrida, J. (1967), *De la Grammatologie*, Paris, Éditions de Minuit.

Fairclough, N. (1992), *Discourse and Social Change*, Cambridge, Polity Press.

Foucault, M. (1969), *L'Archéologie du Savoir*, Paris, Gallimard.

Foucault, M. (1971), *L'Ordre du Discours*, Paris, Gallimard.

Foucault, M. (1976), *Histoire de la Sexualité I: La Volonté de Savoir*, Paris, Gallimard.

Foucault, M. (1994), "Le jeu de Michel Foucault", D. Defert e F. Ewald (eds.), *Dits et Écrits, 1954-1988, Tome III (1976-1979)*, Paris, Gallimard, pp. 298-329, entrevista original publicada em 1977.

Gramsci, A. (1992 [1971]), *Selections from the Prison Notebooks*, Quintin Hoare e Geoffrey Nowell Smith (orgs. e trads.), Nova Iorque, International Publishers.

Habermas, J. (1984 [1981]), *The Theory of Communicative Action, Volume 1: Reason and the Rationalization of Society*, Boston, Beacon Press.

Laclau, E. (2005), *On Populist Reason*, Londres, Verso.

Laclau, E., e C. Mouffe (2001[1985]), *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*, Londres, Verso.

Mesquita, M. (2000), "Em louvor da santa objetividade", *Jornalismo e Jornalistas*, 1, pp. 22-27.

Pêcheux, M. (1969), *Analyse Automatique du Discours,* Paris, Dunod.

Rebelo, J. (1998), *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo*, Lisboa, Livros e Leituras.

Rebelo, J. (2000), *O Discurso do Jornal*, Lisboa, Livros Horizonte.

Rorty, R. (1992[1967]), *The Linguistic Turn: Essays in Philosophical Method*, Chicago, University of Chicago Press.

Schudson, M. (1981), *Discovering the News: A Social History of American Newspapers*, Nova Iorque, Basic Books.

Traquina, N. (1993), *Teorias do Jornalismo: Porque as notícias São como São*, Lisboa, Vega.

Van Dijk, T. A. (1998), *Ideology: A Multidisciplinary Approach*, Londres, Sage.

Revisitando discurso(s)

Paula Lopes
Universidade Autónoma de Lisboa, LabCom / NIP-C@M

Um primeiro encontro pode ser tão decisivo quanto insignificante. Descobrimos o "outro", seguimos-lhe furtivamente os passos, os gestos, as palavras e o tom, reconhecemos forças e fraquezas, procuramos secretamente pequenos trejeitos, tiques, fragilidades. Sim, um primeiro encontro pode ser banal ou inesquecível.

ISCTE, Lisboa, final dos anos 1990. Na sala de aula um homem alto, aparentemente tímido, aguarda o início de mais uma lição. Vai matando o tempo, ordenando algumas páginas em cima da mesa. Se bem recordo, escritas à mão. É o professor de Discurso dos Média e está agora perante uma turma de 20 estudantes de Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação. "José Rebelo", diz.

Segue-se o desenrolar do novelo habitual, o novelo do tempo, da vida. Conta que, antes de ser professor, foi jornalista. E, lançado o anzol, inicia a sedução a um grupo curioso, ávido por descobertas, ou não fosse a nossa primeira vez. Fala nos tempos do *República*, em Lisboa, do *Le Monde*, em Paris e, anos mais tarde, após 1974 ou 1975, também em Lisboa, como correspondente. Conta que está a terminar o doutoramento (e que sabíamos nós acerca de um doutoramento?) e que já lecionou em universidades como a Nova, a Católica ou a Lusíada. Dessas horas, relembro ainda que quis saber quem éramos e que assim descobre que eu era professora do seu filho, Pedro Guinote, na Universidade Autónoma de Lisboa, nesse mesmo ano.

Esse ano no ISCTE foi rico em encontros inesquecíveis, alguns que perduraram pela vida, tal como este, em 1997 ou 1998, com José Manuel Rebelo Guinote. Um leque de professores de excelência — José Manuel Paquete de Oliveira, António Firmino da Costa e Eduardo Prado Coelho, entre os primeiros — tornou o tempo breve, escasso, um bem valioso. De José Rebelo guardo até hoje o sorriso fácil, a simpatia e a cordialidade, o profissionalismo e a humildade, a recusa da soberba e da arrogância.

O texto que lerá nas próximas páginas é uma conversa imaginária entre pupila e mestre, um diálogo que dura vários anos, já que recorta excertos de alguma da produção científica de um e de outro, de 2000 a 2023. Daqui partimos para um exercício narrativo, criativo como a vida, combinando realidade e ficção. Podia ter acontecido, mas nunca ocorreu exatamente como vai ser descrito.

***

Sentados confortavelmente num famoso café lisboeta, olhamos a primeira página de um jornal de referência. José Rebelo aponta para a manchete:

— Hoje, as páginas dos jornais enchem-se com um "caso". Amanhã, o mesmo "caso" desaparece. Sem que se conheça o seu desenlace… Na narrativa mediática não há, aliás, desenlace.[1]
— O que nos leva a perguntar: quem controla os média? Quem os financia e porquê? Até porque, como sabemos, os média são um setor social estratégico com motivações de natureza económica, relacionadas com o lucro, mas também política e ideológica, e não apenas social, cívica ou altruísta.[2]
— Por isso, muitas das notícias revestem-se de uma dimensão esporádica, aparecem e desaparecem sem deixar rasto… e outras, pelo contrário, perduram.[3]
— Mas os alertas para os perigos relacionados com as rotinas de produção de notícias e a eventual manipulação de notícias já não são de agora. Em 2001, W. Lance Bennet apontava as rotinas diárias — e as pressões — no interior das organizações de notícias, como um dos fatores capazes de contribuir para distorções.[4]
— Não esqueçamos que fazer jornalismo assenta em esferas de interesses que exprimem, em cada momento, posições ideológicas mais ou menos dissimuladas. O jornal gera sistemas de valores, associados à posição do jornal como sujeito da enunciação, que configuram a narrativa produzida.[5]
— Claro que sim. A atividade jornalística é estrategicamente orientada. A seleção, a organização, o tratamento e a apresentação da informação contêm intencionalidade. No mesmo sentido, o discurso jornalístico pode ser entendido como uma forma de dominação, de dominação ideológica. E recordo autores que sugeriu: Goffman, Foucault ou Bourdieu…[6]
— E é justamente esse processo de naturalização que nos faz perder a ideia de exterioridade. Que faz com que não tenhamos consciência plena da construção de um itinerário que, se não nos é imposto, nos é pelo menos insinuado.[7]
— Interessante a ideia de um itinerário imposto ou insinuado… Em rigor, já assistimos, dia após dia, a uma espécie de "banalização do mal", com a devida vénia a Arendt, e banalização da ignorância coletiva, seja por via de pequenos ditadores, seja por via de uma sobrexposição mediática, em particular digital, sem precedentes. A velocidade de propagação de conteúdos, verdadeiros ou falsos, é estonteante, alucinante, o tempo acelerou como nunca… [8]

---

1 Rebelo (2010: 27).
2 Lopes (2017: 23).
3 Rebelo (2010: 23).
4 Lopes e Dias (2021: 38).
5 Rebelo (2000: 21 e 41).
6 Lopes (2017: 38).
7 Rebelo (2017: 22).
8 Lopes e Dias (2021: 31-32).

— E os grandes meios de comunicação social constituíram, desde sempre, o núcleo desses processos de naturalização. Fabricando adesões, forjando consensos. Os média constituem um dispositivo nuclear para a naturalização / socialização das ideias e projetos hegemónicos, mas constituem, igualmente, um fator decisivo para a propagação de ideias e de projetos contra-hegemónicos.[9]
— Sendo que a presença dos média nas nossas vidas foi-se tornando dérmica e tanto mais invisível quanto mais intensa. Vivem objetivamente connosco, em casa e na rua, na família e no trabalho, enraizados no tecido social, e vivem através de nós, isto é, através do que fazemos deles e com eles.[10]
— Sim, e se não nos dizem "como é que" devemos pensar, indicam-nos, pelo menos, "sobre o que" devemos pensar. No ato de produção do discurso, cada um de nós utiliza palavras já utilizadas por outros. E esse discurso assume uma perspetiva histórica, uma espessura.[11]
— Como assim?
— Ao descrevermos este movimento para trás, atualizamos, em nós, as palavras que até nós chegaram. Para além de um movimento para trás, o locutor descreve um outro, para a frente. Em direção ao seu interlocutor. O seu discurso é função de um complexo jogo de imagens, desde a imagem que tem de si, à que ele gostaria de ter de si, à que ele tem do auditor, à que ele pensa que o auditor tem de si, à que ele gostaria que o auditor tivesse de si…[12]
— Certo. Por outro lado, os indivíduos propendem a alinhar opiniões — e práticas e atitudes — com as que consideram ser socialmente dominantes e esse alinhamento de desejabilidades sociais é também um dos efeitos da exposição aos média e aos seus discursos.[13]
— O discurso oficial! O discurso oficial, ampliado pelos média, não economiza esforços para fazer passar a ideia de provisoriedade. Daí o investimento na criação de eufemismos que escondem medidas drásticas dirigidas contra setores alargados e mais pobres da população.[14]
— Mais pobres? Diria desiguais. Desiguais em relação à classe social, ao contexto socioeconómico da família nuclear, ao seu estatuto social, capital cultural, desiguais em relação ao território de origem, ao género ou à etnia. Desigualdades que poderão determinar quem viremos a ser, que futuro nos está reservado, já que afetam de forma decisiva as condições de acesso à educação e à cultura, ao conhecimento, à aquisição de competências, enfim, ao exercício de uma cidadania ativa e plena.[15]
— Como é evidente. Recorda-se do texto da Maria Filomena Mónica, dos anos 1970, *Deve-se ensinar o povo a ler?* O Estado Novo não estava interessado em

9 Rebelo (2017: 22 e 25).
10 Lopes (2017: 12).
11 Rebelo (2000: 17 e 62).
12 Rebelo (2000: 62-63).
13 Lopes (2017: 33).
14 Rebelo (2014a: 107).
15 Lopes (2023: 55).

formar cidadãos esclarecidos. E hoje? O populismo desenvolve-se face a uma população apática, descrente seja de quem for, desinteressada dos assuntos de natureza pública, refugiada em si mesma de um perigo julgado iminente.[16]

— Recordo-me bem. E recordo-me do texto *On bullshit*, do filósofo Harry Frankfurt, que define uma nova forma de conhecimento, uma nova forma de discurso caracterizado pela indiferença. E quem a pratica pouco se preocupa se está a dizer a verdade ou a mentir. Mas terá a verdade algum valor moral, ético, social neste mundo de verdades alternativas, de angústia e adição, de ignorância civilizacional? [17]

— É preciso desconstruir, desmontar, denunciar, combater. Tudo objetivos do modelo de sociologia crítica que, aplicado aos média, pode ir mais longe no aprofundamento da relação sobre o papel que estes desempenham na estruturação da opinião pública.[18]

— Embora em tempos de degradação da democracia e da civilidade, a ascensão de novas formas de condicionamento e controlo da opinião pública seja uma realidade. E o jornalismo? Os muitos *watchdogs* nunca seriam suficientes para enfrentar as novas formas de comunicação direta, direcionada e permanente com a opinião pública.[19] Já no estudo que coordenou, no CIES-ISCTE, *As Novas Gerações de Jornalistas em Portugal*, as conclusões revelaram-se, no mínimo, deprimentes: abandono da profissão, falta de paixão, desânimo…

— Tudo isso e muito mais. Entre 515 inquiridos, só 20 jornalistas escolheram o jornalismo "para mudar o mundo".[20] Opõem uma conceção de jornalismo, que afirmam como "pragmática", à conceção precedente julgada "romântica".[21]

— Mas há pragmatismo quando afirma: "o que os média vendem é o acesso a uma informação. O que os leitores ou os telespetadores compram é a possibilidade de aceder a essa informação".[22] Concordo que a humanidade se tornou ávida de informação, porque ela é como uma droga, vicia.[23] Mas no caso da informação jornalística creio poder ser entendida em mais dimensões do que apenas como "mercadoria" ou, na linha de Halimi, "um produto como qualquer outro, objeto de compra e venda, proveitoso ou dispendioso, condenado assim que deixa de ser rentável".[24]

— Sim, é verdade, mas também reflito o jornal como sujeito semiótico. Afirmo que o "fazer" jornalístico se desenvolve em dois planos. No primeiro, o jornal procura narrar as notícias do dia. Cumpre a sua função referencial ou, para utilizar uma expressão corrente, a sua função informativa, simultaneamente. Num segundo plano, gera sistemas de valores, associados à posição do jornal

16 Rebelo (2021: 200).
17 Lopes e Dias (2021: 30).
18 Rebelo (2014a: 108).
19 Lopes (2019: 138 e 141).
20 Rebelo (2014b: 4).
21 Rebelo (2014b: 1).
22 Rebelo (2000: 33).
23 Lopes (2017: 58).
24 Lopes (2017: 60).

como sujeito de enunciação, que configuram a narrativa produzida. E esta já não é uma narrativa qualquer.[25]

— Até porque não há narrativas neutras, absolutamente isentas de ideologia. Muito menos nos tempos que vivemos… Tempos de desordem informacional, de desinformação, de mentiras. Mentiras que têm objetivos muito específicos. Desinformar, intoxicar, manipular, condicionar e confirmar ou validar verdades individuais pré-concebidas, não raras vezes preconceituosas.[26]

— Claro que há aqui mediações simbólicas, pelas quais se hierarquiza, se tematiza a realidade social…[27] Há uma espécie de litania mediática ou de refrão retórico, termos e expressões, no entanto carregados de ideologia.[28]

— Daí que promover a literacia, as literacias, em particular a mediática e digital, seja hoje urgente e indispensável. E essa urgência prende-se, por um lado, com o facto de uma população mais escolarizada, educada, competente, ser potencialmente uma população mais esclarecida, crítica, participativa, o que se traduz como condição de desenvolvimento social e, por outro, com a interrupção ou retrocesso no processo de agravamento de desigualdades, por via do ensino-aprendizagem da educação para as literacias, para as competências, para a cidadania.[29]

— Sem dúvida. E se a opinião corresponde a um certo "dizer", então um jornal empenhar-se-á mais num "fazer dizer" do que num "fazer agir".[30]

— Agência, ação, mudança. Como referiu Guilherme de Oliveira Martins, é urgente formar pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos. Num país em que os níveis de literacia mediática e digital são baixos quando comparados com as médias europeias, um dos principais problemas relaciona-se com a fragilidade que imprime aos indivíduos: cidadãos menos críticos, menos analíticos, mais manipuláveis, sem qualidade de pensamento, sem o empoderamento que lhes permita viver experiências mediáticas plenas, não só como consumidores, mas sobretudo como produtores, sem o empoderamento que lhes permita viver plenamente a sua própria cidadania, o mesmo é dizer a sua participação ativa e responsável em comunidade.[31]

— E como vê as demandas do atual Governo em relação a estas matérias? Houve mudanças na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, na componente curricular das Aprendizagens Essenciais, em particular no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento, no Plano Nacional de Literacia Mediática, na constituição do GILM… e muita polémica.

— Respondo-lhe com apenas uma palavra: *bullshit*! Um recuo de décadas.

---

25 Rebelo (2000: 41).
26 Lopes (2019: 139).
27 Rebelo (2000: 17).
28 Rebelo (2017: 23).
29 Lopes (2023: 63).
30 Rebelo (2000: 87).
31 Lopes (2023: 64-65).

Referências bibliográficas

Lopes, P. (2017), *A Idade dos Média,* Sílabas & Desafios.

Lopes, P. (2019), "Mentiras, pegadas e algoritmos: da necessidade de uma educação para os média", em P. Lopes e B. Reis (coords.), *Comunicação Digital: Média, Práticas e Consumos*, NIP-C@M e UAL, pp. 137-156.

Lopes, P. e C. P. Dias (2021), "Soa a falso? Parece mentira? Desordem informacional, jornalismo e cidadania em tempos de incerteza", em B. Carriço dos Reis (coord.*), Um Mundo de Incertezas: as Leituras Possíveis de Um Tempo Pandémico*, NIP-C@M & UAL, pp. 29-49.

Lopes, P. (2023), "Literacia mediática (e digital) e desigualdades sociais", em P. Lopes e J. Lourenço (coords.), *Literacia(s) e Cidadania(s),* Livros Horizonte, pp. 55-70.

Rebelo, J. (2000), *O Discurso do Jornal*, Editorial Notícias.

Rebelo, J. (coord.) (2010), *Privacidade, Intimidade e Violência na Imprensa*, Entidade Reguladora para a Comunicação Social — ERC.

Rebelo, J. (2014a), "Sobre a dupla e paradoxal função dos média: portadores de ideologia dominante e veículos de discurso disruptivo", *Janus.net*, 5 (2), pp. 99-113.

Rebelo, J. (org.) (2014b), *As Novas Gerações de Jornalistas em Portugal*, Mundos Sociais.

Rebelo, J. (2017), "Liberdade de imprensa e comunicação social", em J. N. Matos, C. Baptista e F. Subtil (orgs.), *A Crise do Jornalismo em Portugal*, Deriva Editores, pp. 19-26.

Rebelo, J. (2021), "Populismo e média", em J. N. Matos, F. Subtil e C. Baptista (orgs.), *Os Três D dos Média: Desigualdade, Desprofissionalização e Desinformação,* Outro Modo. pp.196- 205.

Voltando ao "caso *República*"…

Jorge Correia Jesuíno
Professor emérito, Iscte-IUL

Quando penso no exercício do jornalismo, surge-me a observação de Gregory Bateson a propósito da arte. "É impossível, mas alguns conseguem".

Diria o mesmo do jornalismo. São tais os constrangimentos e exigências, por mais relativizados que venham a estar sujeitos, que duvidamos da sua possibilidade. Mas também constatamos que alguns, como é o caso do José Rebelo, conseguem encontrar o delicado equilíbrio que a deontologia reclama.

O mistério do jornalismo é paralelo ao mistério da consciência humana. Se esta pode ser definida, como já foi, como memória do presente, também o jornalismo poderia ser definido como história do presente.

O meu encontro com José Rebelo aconteceu em 1975, na Fundação Calouste Gulbenkian. Já conhecia o nome, não a pessoa. O nome vinha dos artigos que publicava no *Le Monde*, o jornal que muitos de nós líamos avidamente.

José Rebelo, em 1975, é naturalmente indicado para ser correspondente em Lisboa e seguir de perto e ao vivo o desenrolar cada vez mais acelerado da revolução em curso.

Não era o único, havia mais colegas, não só do *Le Monde*, como ele aliás bem descreve nos textos que dedicou a essa cobertura. Teria, todavia, a vantagem de ser português, saber a língua e conhecer o país do qual se exilara por virtude do regime onde ele não sentia ter lugar, agora derrotado.

Podemos perguntar, a esta distância, em que condição se sentia — representante do *Le Monde* em Portugal, ou representante de Portugal no *Le Monde* — ou uma e outra? Outra impossibilidade, que ele soube contornar e tornar possível. Basta voltarmos às crónicas que escreveu, algumas das quais publicadas no volume coeditado em francês com a historiadora Inácia Rezola. Não tanto pela objetividade e neutralidade, mitos que ele desconstrói com particular agudeza em textos teóricos posteriores, e aqui seguia Beuve-Méry, o lendário fundador do *Le Monde*, mas também seu mestre na universidade, no apelo kantiano que recomendava aos jornalistas para serem honestos.

O encontro na Gulbenkian, não recordo a data exata, e teria interesse, dado que o filme dos acontecimentos registava então mudanças quase diárias, mas recordo aconteceu a convite dele, para um almoço no restaurante do último piso, um

local reservado e que eu não conhecia, com condições ideais para encontros, como foi o caso, com outros jornalistas que ali se reuniam.

Suspeito que teria sido na altura do apuramento dos resultados das eleições de 25 de Abril de 1975, para a Assembleia Constituinte, sendo na fundação que muitas reportagens e entrevistas se realizaram.

Nas atuais comemorações dos 50 anos, a fundação recorda esse momento eleitoral decisivo, como veio a verificar-se, através duma bem documentada exposição multimédia.

Também não recordo qual teria sido o tema da nossa conversa, embora igualmente possa suspeitar que estivesse relacionado com o resultado das eleições sobre o que vim a ser entrevistado, formal e informalmente, por diversos jornalistas.

Desempenhava então as funções de ministro da Comunicação Social do IV Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves, e seria natural que estivesse no centro do furacão que ali começava a formar-se.

Fora dos que defendeu o "voto em branco", como voto no MFA, vindo a verificar, não sem desgosto, a leviandade do apelo. Não sei a quem se deveu a ideia — hoje na literatura encontro vários protagonistas a dela se reclamarem — como é o caso do Otelo ou do César Oliveira. O César, na altura, fazia-me *briefings* quase diários, dava-me a sua visão do panorama político e social, dispunha de uma cultura histórica reconhecida, e natural teria sido que me tivesse influenciado.

Do encontro com o José Rebelo ficou apenas o que os psicólogos designam como "memória relâmpago" (*flash-bulb memory*). O relâmpago que ilumina a paisagem, uma imagem forte nos contornos, mas sem grande substância. Fica para sempre e é muito nítida. Hoje sabemos, porém, que mesmo essa nitidez não é menos subjetiva nem menos sujeita a distorções. Fez parte desse encontro-relâmpago o prestígio que eu atribuía a um correspondente português no famoso *Le Monde* e agora ao vivo a tratar-me com empática benevolência.

Entretanto, e recordando o Poeta, *A festa acabou / a luz apagou / o povo sumiu / a noite esfriou / e agora José*? E só voltámos ao contacto noutras vestes, agora colegas no ISCTE, ambos empenhados a teorizar os nossos lugares de memória, "sem cavalo preto que fuja a galope".

Um novo encontro que registo ocorreu na Associação 25 de Abril, em 2014, por iniciativa da nossa colega Inácia Rezola, que organizou um seminário reunindo alguns dos atores que nele de algum modo estiveram envolvidos. A mesa era composta pelo historiador António Reis, Marcelo Rebelo de Sousa, na qualidade de então jornalista no *Expresso* e dirigente do PSD, José Rebelo, que fora correspondente do *Le Monde* e agora professor de comunicação social no ISCTE e autor de reflexões sobre o "caso", e eu próprio, por virtude do protagonismo das funções que exercia.

Curioso desde já assinalar que sendo o único elemento do painel em presença na sede do jornal *República*, onde o conflito se verificou, seria em todo o caso eu — mais uma vez de memória relâmpago — o que menos documentado e informado se achava para relatar e interpretar, agora em termos históricos, o que então se passara.

Esse seminário, acolhido por Vasco Lourenço, que igualmente participou na qualidade de presidente da Associação 25 de Abril, foi sobretudo seguido por alunos de Comunicação Social, que preparavam teses sobre os média durante a Revolução.

O "caso *República*", que Mário Mesquita classificou como "incidente crítico", deu origem a muitos trabalhos académicos, merecendo especial relevo a tese de doutoramento de Isabel Babo-Lança, numa perspetiva etnometodológica.

Foi nesse encontro, a 40 anos de distância da ocorrência do "caso", que me dei conta da profundidade de análise que o José Rebelo lhe consagrou, propondo uma leitura em termos que se desviavam da *doxa* que a memória oficial consagrou, e repetida à saciedade através dos mecanismos simplificadores da memória social.

Não teria sentido reconstituir aqui tal debate, pelo que me limitarei a um breve comentário, apenas introdutório a essa construção sempre provisória que, tanto na génese como nas consequências, acabou por se tornar histórica.

Tal como observa Babo-Lança na tese mencionada: "com o tempo, a cadeia causal distende-se, a trama alarga-se e as causas e os efeitos, que estavam ligados ao acontecimento, apagam-se progressivamente, para darem lugar a causas e consequências mais afastadas no tempo e que marcaram mais intensamente o devir ou o desenlace de tramas mais vastas" (2006: 317).

O "caso *República*" conhece um primeiro momento reflexivo em termos académicos não convergentes, mas não polémicos, em 1994, através das leituras diretas e indiretas que dele fizeram por um lado Mário Mesquita e, por outro, José Rebelo.

Ambos tinham sido, no início de carreira, jornalistas no *República*, ainda em tempos do Estado Novo, ambos vieram mais tarde a integrar a academia e a refletir e publicar sobre o que é ser jornalista.

Em 1994, ambos publicam textos reflexivos sobre o "caso *República*" e editam em conjunto o título incontornável *O 25 de Abril nos Média Internacionais*. Mário Mesquita publicara já extensamente sobre o "caso", desde 1987 e, em termos mais genéricos, sobre a saga dos média portugueses no período revolucionário, textos agora acessíveis numa coletânea póstuma, editada por Pedro Marques Gomes em 2024, na editora Tinta da China.

A José Rebelo deve-se um monumental estudo que coordenou sobre *Ser Jornalista em Portugal*, título por que veio a ser publicado na Gradiva, em 2011, onde podemos ler dezenas de entrevistas a jornalistas portugueses, que bem documentam os problemas da profissão.

Especificamente sobre o "caso *República*", na interpretação de Mário Mesquita, que veio a tornar-se em grande medida canónica, o "caso" reduz-se, em última análise, a uma tentativa de assalto à liberdade de imprensa por parte do Partido Comunista Português, com a cumplicidade do próprio MFA, seja por via do Conselho da Revolução, seja do IV Governo Provisório de Vasco Gonçalves.

As análises de Mário Mesquita revestem-se da qualidade e rigor a que o autor nos habituou e lhe reconhecemos, o que claramente confirma quando declara honestamente que se pronuncia tanto como jornalista, como militante socialista. Será de resto deputado por este partido na Assembleia Constituinte, votada em 1975.

Enquanto académico e comentador, nada obsta a que construa a sua narrativa em termos subtilmente adjetivados ou que encontre subtextos conspiracionistas nas declarações formais de alguns dos autores em presença.

Parece, todavia, difícil sustentar que, numa época sobretudo anarquista, de poderes dispersos, alguém pudesse controlar fosse o que fosse e muito menos os jornalistas atuando em roda livre. A imagem dum ministério da informação tipo *big brother*, a controlar com ajuda dos esbirros comunistas uma imprensa submissa, remete para a técnica propagandista que julgávamos extinta com o fim do anterior regime.

Particularmente acutilantes são também as considerações tecidas sobre a posição do jornal *Le Monde*, menos favorável à tese da conspiração comunista que, na verdade, provocou reações por parte de notáveis intelectuais franceses, como foi o caso de Raymond Aron, Edgar Morin e Jean Daniel, que parecem confortar as teses de Mário Mesquita.

No livro que edita com José Rebelo, encontramos uma versão alternativa não menos académica, contraproposta por José Rebelo, numa tentativa de releitura do editorial de Jacques Fauvet, então diretor do *Le Monde*, que tanta reação provocou, sobretudo em França.

José Rebelo ajuda-nos a entender melhor o contexto em que a polémica decorreu, no fundo estavam em jogo questões mais francesas do que portuguesas, constituindo o caso português apenas um pretexto.

Além da sua própria contribuição, José Rebelo publica na íntegra tanto o editorial de Jacques Fauvet, como os comentários de Edgar Morin e de Raymond Aron, e ainda a tréplica do editor. O leitor pode assim ajuizar por si próprio.

O "caso" não ficou, aliás, encerrado, prosseguindo através de outros autores, e não só franceses, dado estar em jogo a questão do eurocomunismo, opondo a tentação frentista da esquerda francesa ao "realismo pragmático" dos seus congéneres italiano e espanhol.

Vinte anos depois, todas estas questões perderam grande parte da sua relevância e hoje dificilmente as saberemos situar. Acresce, tal como observa Mário Mesquita, a dificuldade que o leitor de hoje terá em entender um conflito laboral tornado político, opondo operários gráficos a jornalistas, já que hoje em dia a edição dum jornal recorre a outras tecnologias e a própria edição em papel parece ameaçada.

Em que medida terá José Rebelo contribuído na sua qualidade de correspondente, e não apenas ele, mas também Dominique Pouchin ou mesmo Marcel Niedergang, para essa posição menos alinhada do *Le Monde* não será aqui relevante.

Embora não exatamente convergentes, como ele próprio observa, partilham do que John Rawls designou como "consenso parcial" (*overlapping consensus*). Para tal parcial convergência teria contribuído, segundo me parece, a questão central e sempre atual da construção dialética das legitimidades que os textos de Fauvet convidam a tematizar.

Permita-me o José Rebelo que introduza aqui uma ligeira deriva de carácter psicossocial. A leitura que fazemos neste outro contexto disciplinar considera a legitimidade como um atributo, ou modalidade do poder, preferindo, aliás, dar

relevo ao processo de legitimação, instável, em permanente oscilação entre a razão da força e a força da razão, ou seja, entre o carácter mecânico do cumprimento da norma e a adesão inteligente à lógica em que a norma é sustentada.

Entre ambas, opera-se, não tanto uma *gestalt switch*, mas um equilíbrio instável.

Na sequência de Max Weber, a *autoritas* romana é um poder legitimo, ou seja, um poder aceite, não contestado, mesmo que essa aceitação se traduza na servidão voluntária de *La Boétie*, ou nas anómicas "maiorias silenciosas" de Serge Moscovici, ou ainda na violência simbólico-irónica de Pierre Bourdieu.

É frequente, insistem os psicólogos sociais, confundir-se legalidade com legitimidade. Mas também aqui há uma sobreposição parcial — desejável será que um regime seja legal e legitimo e, sobretudo, que essa legitimidade não seja apenas negativa — "não há alternativa", mas positiva, substantiva, convicta ou mesmo entusiasta. Para Serge Moscovici, que tanto Mário Mesquita como José Rebelo conhecem bem, a mudança social não é mais do que um processo contínuo de deslegitimação da legalidade através do trabalho de minorias ativas, nómicas e por vezes também anómicas. Os exemplos são numerosos — basta lembrar a negação do voto às mulheres, hoje considerado ilegal e ilegítimo, quando já foi e em alguma geografia ainda é legal e legitimo.

Uma revolução como foi a Revolução de 25 Abril foi certamente ilegal, recorrendo à razão da força já que a força da razão não funcionava de todo. Consistiu num primeiro momento de deslegitimação *manu militari* sem derramamento de sangue a que se seguiu o apoio legitimador das massas populares espontaneamente apoteóticas. Legitimação essa que apenas aderia à desejável mudança de regime, mas sem ainda qualquer ideia clara sobre o caminho a seguir.

A partir desse momento inaugural, passa-se a viver todo um período de legitimidade tida por revolucionária, necessariamente instável, dada a opção de transitar para um modelo de democracia parlamentar, pluripartidária, dando lugar a uma fragmentação concorrencial entre diferentes logicas legitimárias, que só viria a estabilizar com uma nova constituição, um novo contrato social, a elaborar por uma assembleia constituinte.

A alternativa rejeitada seria uma "ditadura comissarial", ou seja, militar, semelhante à transição operada em Portugal em 1926 ou no Brasil em 1964.

Neste quadro de instabilidade nunca o país teria provavelmente sido tão "livre" e só surpreende que daí não tenha resultado uma violência física generalizada. Tradicional brandura dos costumes portugueses? Certa ou errada, essa foi uma imagem que a Europa, e possivelmente muitos nacionais, acabaram por interiorizar.

Uma vez clarificado o espetro da distribuição partidária nas eleições de 1975, define-se uma nova legitimidade racional-legal, novamente Weber, pelo que a legitimidade revolucionária ou o que dela resta tinha os dias contados.

Poderia ter sido diferente? Claro que sim, mas aqui entraríamos no domínio contrafactual que, embora cada vez mais praticado e aceite, não teria sentido no presente texto de homenagem a José Rebelo. Devemos-lhe, aliás, uma excelente reflexão sobre estas dinâmicas de legitimação, que aplica com mestria na sua tese de

doutoramento, que veio a publicar com o título *Formas de Legitimação do Poder no Salazarismo*, em 1998.

Voltando ao "caso *República*" não será arbitrário considerá-lo como uma metonímia ou mesmo uma sinédoque do que foi o arco de transição destes processos de legitimação e deslegitimação, que aconteceram durante o processo revolucionário em torno dessa liberdade de expressão.

O regime censório praticado no Estado Novo reprimiu não apenas os jornais, mas também livros e revistas, tudo o que finalmente viesse a ser tornado público como também a rádio, a televisão, o cinema e mesmo as artes performativas.

O grito pelas conquistas das liberdades constituiu um dos símbolos mais eficazes para deslegitimar o regime vigente e abriu o caminho às tão almejadas liberdades, por impreciso que fosse o seu modo de usar.

Ainda hoje, quando perguntamos em estudos sistemáticos ou em consultas rápidas sobre o que finalmente de mais positivo Abril nos trouxe, a resposta invariável e monótona será provavelmente a conquista das liberdades, seja o que isso alguma vez queira significar.

À partida, não é na verdade claro se a luta era pela liberdade "de" ou a liberdade "para", se liberdade negativa ou liberdade substantiva. Essa é, porém, uma questão ideológica, ociosa, preciosista, que não constava da urgência pública do momento.

Enquanto sinédoque da revolução de Abril, no "caso *República*" convergem as múltiplas contradições que foram sendo construídas, de carácter tanto intra como interssistémico.

O MFA, enquanto motor inicial da Revolução, agora abalado pelas crises internas sucessivas de 28 de Setembro e de 11 de Março, foi perdendo a sua legitimidade carismática, agravada com o duvidoso êxito que fora a rápida descolonização, tida como possível, assombrada, todavia, pela avalanche dos milhares de retornados, os nossos *pieds noir* não facilmente reintegráveis no imediato.

É este MFA desgastado, internamente já muito dividido, que terá de resolver múltiplas crises, numa situação económica não menos preocupante e sob o olhar internacional vigilante e impositivo, um MFA em perda, sem o apoio eleitoral dum fantomático voto em branco, que todavia mantém a responsabilidade de encontrar resposta para estas crises aparentemente menores, como são a do jornal *República* e quase em simultâneo o Rádio Renascença, pertencente à Igreja Católica, mas que pela sua própria natureza adquirem os contornos de analisadores sociopolíticos, reveladores das ambiguidades que tornam problemática qualquer que seja a opção.

Em tais situações, requerendo decisões que se arrastam, como foi o caso da crise mediática, o poder joga-se, e aqui *a fortiori*, no controlo das zonas de incerteza, como nos explica Michel Crozier, ou seja, favorece quem sabe ler a realidade a preto e branco, sem matizes nem zonas de sombra, recorrendo a reducionismos elementares, mas finalmente eficazes, performativos.

Esse terá sido o papel do Partido Socialista, confortado pelos resultados eleitorais reveladores de uma cultura política *post* moderna que Tariq Ali designou pela feliz expressão de "extremo centro".

Quando hoje reexamino e releio a extensa bibliografia sobre o "caso *República*", de que serei talvez um dos últimos atores que esteve lá, nessa noite chuvosa de 19 de maio de 1975 e de que recordo apenas fragmentos, relâmpagos, não posso deixar de sentir alguma amargura pela forma distorcida como a intervenção dos governantes foi amalgamada a uma alegada tentativa de subversão da lei de imprensa recentemente promulgada, em nome de uma duvidosa legitimidade revolucionária.

A posição não se revestiu dessa simplicidade redutora, pelo menos em termos da génese e do processo. Saudemos a honestidade intelectual de José Rebelo, secundada por outros observadores externos, como Ben Pimlott e Reiner Einsfeld, pela leitura mais minuciosa, mais atenta ao detalhe, onde sabemos que tanto o bom Deus como o mau Diabo se escondem.

Na mesa-redonda de 2014, na Associação 25 de Abril, já antes referida, a exposição feita por José Rebelo recordou-me algo que eu tinha totalmente esquecido: não ter sido o ministro que mandou selar as instalações e que tal tenha resultado a pedido da própria administração do jornal.

Não foi essa a versão que os média registaram, talvez por parecer da ordem do pormenor pouco significativo, o que interessava reter fora o fecho do jornal, a simbolizar, por hiperbólica que fosse a fórmula, o fim da liberdade de Imprensa num Portugal ameaçado de retornar a um outro fascismo de sinal contrário.

Na reveladora entrevista que Dominique Pouchin faz a Mário Soares, líder do Partido Socialista, este reconhece haver *nuances*, que a narrativa foi em grande parte simplificada, já que a esquerda se encontrava ela própria fragmentada, mas não que houvesse distorção do significado profundo da correlação de forças, para cujo desfecho ele próprio terá decisiva e performativamente contribuído.

Para este dirigente, a conspiração era clara, os comunistas prosseguiam o assalto à comunicação social, perante a passividade senão conivência, do próprio MFA.

Não se tratava, todavia, de passividade cúmplice, mas justamente de encontrar respostas legais e, desde logo, como aliás se verificou, do recurso ao conselho de imprensa, o qual examinou o conflito à luz da legitimidade da lei.

Denunciava-se o golpe dos dissidentes por violarem a lei, mas igualmente se denunciavam as instituições militares do MFA, pela inevitável morosidade duma decisão de acordo com essa mesma legalidade

Todos estes pormenores processuais acabam por se tornar irrelevantes face à dinâmica resultante da dinamização das massas favoráveis aos partidos maioritários, culminando com o golpe do abandono do IV Governo por parte dos ministros socialistas e a seguir pelos ministros do Partido Popular Democrático.

Entretanto, a solução legal suportada pelo conselho de imprensa acaba por decidir em termos que desagradam ambas as partes, o que seria inevitável num jogo de soma zero, pelo que o *República* volta às bancas sob uma direção militar nomeada pelo Conselho da Revolução.

No debate neste novo órgão surpreende também o apoio inesperado à reivindicação dos gráficos de se pronunciarem sobre os conteúdos redatoriais. Na verdade, os gráficos constituíam uma elite da classe operária que, por virtude das funções que desempenhavam, eram dotados de literacia, chegando a corrigir os textos dos escritores e jornalistas.

Uma vitoria de Pirro para os gráficos e para a tese duma desejável revisão da lei de imprensa que, na sequência, nunca aconteceria. O *República* vai manter-se nessa situação, praticamente sem leitores, acabando por fechar ao fim de dez semanas. E quando meses mais tarde é devolvido à primitiva administração socialista, o contexto tinha mudado e o *República* deixara de nele se enquadrar.

A morte do *República* ocorreu num momento que a literatura por vezes designa por *kairos,* ou seja, o momento exato, oportuno, que leva a cisões históricas, a mudanças qualitativas irreversíveis. A Revolução dos Cravos teria aí encontrado o seu momento kairótico.

E não teria sido apenas o jornal que morreu, mas a própria cultura anarco-libertária da Primeira República, porventura ainda nostalgicamente invocada pelos gráficos e alguns não menos nostálgicos jornalistas deste antigo e ultrapassado periódico.

Na Nova Europa, em construção numa dinâmica globalista e tardo capitalista, à qual queremos e iremos aderir com urgência, pouco será conservado do republicanismo modernista.

Tal como José Rebelo refere na sua tese sobre os processos de legitimação do Estado Novo, Portugal teria assim transitado do pré-modernismo ao pós-modernismo. Também nós, "nunca teríamos sido modernos".

A partir d'*O Discurso do Jornal*, o Como e o Porquê
Aplicação do método a uma peça de um telejornal

Vanda Ferreira
Técnica de Literacia Mediática da ERC, doutoranda em Comunicação (Iscte-IUL)

Da vasta bibliografia de José Rebelo detenho-me no livro *O Discurso do Jornal* — o Como e o Porquê, publicado em junho de 2000, pela Editorial Notícias, na coleção Media & Sociedade.[1]

O livro surgiu da vontade de preservar um registo escrito das aulas de uma das cadeiras da pós-graduação em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação do ISCTE, que o editor, Alexandre Manuel, então aluno do autor, concluíra no ano letivo anterior a serem publicadas.

José Rebelo foi jornalista no jornal *República*, entre 1966 e 1968, diretor-adjunto da revista de informação política e cultural *Plural* (1984) e enviado especial e correspondente do jornal francês *Le Monde* em Portugal, entre 1975 e 1991, portanto durante cerca de 18 anos, com interregnos para desempenhar funções como responsável pelos estudos do *Le Monde*, em 1972, e de diretor comercial adjunto, em 1973-74, tendo-se tornado professor de jornalismo e de ciências da comunicação, primeiro em França e depois em Portugal, em faculdades na área das ciências sociais e humanas, investigador, autor de dezenas de estudos e livros, e de centenas de artigos científicos e de análise a fenómenos dos média, entre os anos 1990 e as décadas do século XXI.

Além destas obras, o seu percurso académico ficou na memória dos alunos pela transmissão que fazia das matérias nas aulas, acerca dos média e do jornalismo, enquanto professor de ciências da comunicação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e no Departamento de Sociologia do Iscte — Instituto Universitário de Lisboa.

---

1 A coleção *Media & Sociedade*, da *Editorial Notícias*, foi criada para responder aos públicos que "precisavam de saber sobre comunicação e que gostavam de ler", de acordo com Alexandre Manuel, que a dirigiu entre 2000 e 2005, com um propósito de "divulgação de conhecimento científico". Foram publicados 24 títulos na coleção, além deste livro de José Rebelo, os de autores como Al Ries, Carlos Correia, Daniel Ricardo, Francisco Rui Cádima, Denis McQuail, Joaquim Letria, Laura Ries, Luís Paixão Martins, Mar de Fontcuberta e Nelson Traquina, entre outros. *O Discurso do Jornal* teve uma primeira edição com uma tiragem de dois mil exemplares e foi um dos que foi reeditado. O catálogo da *Editorial Notícias* foi herdado pela *Casa das Letras*, atual marca da editora *Leya*, pela qual continuaram a ser editados livros sobre comunicação social.

Ao longo de 20 anos, gerações de analistas, investigadores e historiadores dos média, jornalistas, publicitários, sociólogos, alguns deles entretanto já docentes, foram alunos de José Rebelo e assim introduzidos a autores da comunicação, da linguística, das análises de conteúdo e do discurso, do jornalismo, com um ponto comum, o conceito do jornalismo como uma produção cultural, pelo que deve ser analisada a partir da compreensão do tempo, do contexto e das condições em que foi produzido.

E, através deste movimento, a sua obra contesta a ideia do jornalismo como espelho, refletor ou transmissor neutro de factos, pelo contrário salientando o seu carácter de perceção seletiva e o enquadramento dos acontecimentos e temas pelo órgão de comunicação social, através de critérios profissionais dos jornalistas, mas também num contexto de pressões sobre estes acerca do que será notícia e como.

Por este motivo, a permeabilidade da empresa proprietária à seleção das ocorrências e tendências a que o público finalmente tem acesso implica considerar as condições políticas e económicas do contexto.

Assim se enquadrou, a par de outros professores, como José Manuel Paquete de Oliveira e Mário Mesquita, na abordagem do estudo do jornalismo além da sua dimensão dos efeitos, nas condições de produção dos meios de comunicação social, a partir da premissa de que, estando enraizados numa empresa e na atividade dos profissionais do jornalismo, numa determinada sociedade e tempo, toda a sequência de análise teria de contemplar a ideologia política dominante, as estruturas e as instituições, entre elas as empresas, os respetivos órgãos de comunicação social.

Justamente, em *O Discurso do Jornal*, o jornalismo é refletido pelo ângulo da sua historicidade, enraizado num tempo e contexto social e cultural, assumidas as condições da propriedade e da sua mudança nas estruturas de poder, aos efeitos da economia nas empresas de média e na sua produção, interligado ao sistema político e à cultura, às lutas simbólicas inerentes a cada regime político, ditatorial ou democrático, o enquadramento das empresas de comunicação social, as práticas jornalísticas em cada contexto, o estatuto social das profissões que compõem o jornalismo, as relações com as fontes de informação, institucionais ou pessoais, e o horizonte das audiências / públicos a quem se dirigem.

A proposta de José Rebelo n' *O Discurso do Jornal* é a de uma abordagem do jornalismo como uma produção discursiva, para a qual confluem várias motivações e práticas: a do grupo profissional dos jornalistas, mas também as estratégias dos proprietários das empresas de comunicação social, para a maximização do lucro e a gestão das influências mútuas, da política, do mercado, em interação com os outros setores económicos, com a sua concorrência, de outras televisões e outros média, as instituições e os públicos. Esta leitura de José Rebelo enquadra-se na necessária superação das teorias do jornalismo como espelho da *realidade* e no ser reconhecido como uma sua construção social e uma prática discursiva condicionada pelo acesso aos meios de produção, pelo contexto histórico e pelo horizonte da receção.

Além disso, o que este livro salienta é que são as escolhas discursivas e as práticas editoriais, num determinado contexto social, que constituem o discurso ideológico e narrativo da informação ao dispor de uma sociedade, que produzem

sentidos históricos e sociais dos acontecimentos e que assim influenciarão como se forma a opinião pública e o conhecimento social.

Esta visão estruturava as aulas de mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação do professor José Rebelo, em que transmitia o seu olhar sobre como deveria ser a investigação acerca do sistema dos média, a começar na necessidade de enquadrar as empresas e os órgãos de comunicação social no seu contexto político e social, no seu mercado e negócio, no horizonte de receção a que se dirigem, a importância de observar como os públicos as correconfiguram numa sequência histórica e cultural.

Esta vertente da comunicação social como resultante da atividade de uma empresa, visando o lucro, num ambiente de concorrência, é uma dimensão cujo potencial de análise o professor José Rebelo valorizou uma vez numa aula como a linha de análise mais pertinente para entender o jornalismo em Portugal, a partir do aparecimento da televisão privada, em 1992, e depois de vários anos de estudos dedicados ao jornalismo condicionado pela censura do Estado Novo e às suas transformações após o 25 de Abril.

O jornalismo como um discurso resultante de lutas simbólicas, e erguido sob convenções profissionais, como os critérios de noticiabilidade — de seleção e de construção —, as convenções de independência, política e económica, do rigor, da objetividade e da isenção jornalísticos. Por tudo isto, a desconstrução dos jornalismos para os públicos implica refletir e aplicar as referências da sua construção profissional, e não só as exteriores, da linguística ou da sociologia, de forma isolada.

Na análise seguinte toma-se o método de análise, de conteúdo e de discurso que José Rebelo aplicou aos artigos de jornais, diários e semanários, estrangeiros e portugueses, que constituíram o *corpus* da sua tese de doutoramento, em que era representado António de Oliveira Salazar, presidente do Conselho de Ministros entre 1933 e 1968, e antes ministro das Finanças, de 1928 a 1932. No livro há vários excertos dos artigos que ilustram a análise e tornam muito clara a apresentação dos conceitos e dos autores-referência, das áreas da linguística, do jornalismo, da retórica, da comunicação e da sociologia.

Nessa análise, o autor reconstituiu como foi elaborada, nesses artigos, a construção simbólica do ditador nacionalista, promotor do regime político do Estado Novo em Portugal, a partir de "um discurso ideológico não democrático". Neste artigo, aplica-se o seu método à análise de uma peça do "Jornal da Noite", da SIC generalista, sobre um acontecimento relevante para o grupo proprietário, a Impresa. O objetivo é testar se há o mesmo registo de difusão de um discurso ideológico, de uma narrativa para convencer o público, neste caso a partir da representação da propriedade da empresa e dos seus objetivos económicos na enunciação jornalística.

Trata-se de uma peça jornalística, mas de um noticiário televisivo, transmitida cinco dias após o início do primeiro estado de emergência da pandemia de covid-19, decretada pelo Governo de Portugal para o período de 20 de março a 30 de junho de 2020.

Transcrição da peça do "Jornal da Noite", da SIC, transmitida no dia 25 de março de 2020, às 21 horas e 35 minutos.
Duração**:** 1 minuto e 8 segundos

Na imagem: uma *régie* de televisão e no oráculo: "APOIOS MÉDIA".
Pivô / lançamento da peça: "num momento de *fortes* audiências, mas de *enorme* quebra da publicidade, a Plataforma dos Média Privados **enviou** hoje ao Governo uma carta em que **pede** a adoção de medidas para **mitigar** os *tremendos* efeitos *negativos* do coronavírus no setor, que **podem causar**, ou **podem colocar**, aliás, em causa, a sua *própria* sobrevivência".
Imagens editadas e texto lido sobre imagens editadas: vista aérea da sede da Impresa, em que são visíveis os logotipos das marcas do grupo na fachada do edifício, estúdio de televisão da SIC, captado do ângulo dos bastidores de um noticiário, a *régie* e a redação, em ambas com as respetivas equipas a trabalhar. A redação da "Correio da Manhã Televisão" (CMTV), o edifício e logotipos das marcas da Média Capital, um estúdio da informação da SIC, o logotipo do *Expresso*, semanário do grupo Impresa no edifício-sede, cópias de jornais a saírem da máquina de impressão, novamente a redação da SIC e a interface de computador em que os jornalistas escrevem e editam as peças.
Pivô: "[…] esta plataforma, que **junta** os grupos Impresa, Cofina, Global Média, Média Capital, Público e Renascença, **defende** medidas como a flexibilização *imediata* dos regimes de manutenção dos postos de trabalho e de *lay-off*, a aplicação de IVA a taxa zero em assinaturas digitais, bem como a suspensão da liquidação de IVA pelos pontos de venda durante quatro meses.
Os grupos de *média* **pedem** ainda a *forte* aquisição do espaço publicitário por parte do Estado, a regularização dos créditos com empresas de média e a comparticipação nos gastos de energia dos emissores de radiodifusão.
Propõem ainda que, até ao final do ano, se **eliminem** as taxas da ERC, da ANACOM e do Audiovisual e se **tributem** as grandes plataformas tecnológicas a **operar** em Portugal."[2]

Aplicação

É uma peça que corresponde ao género jornalístico *off* televisivo: uma sequência de imagens editadas, sobre o qual é lido um texto pela pivô, em direto. Um *off* televisivo é o que seria uma breve num órgão de comunicação social escrito. Em ambos os meios é o género escolhido para a transmissão de factos novos e urgentes, de forma sintética, geralmente com a fonte de informação que determina o acontecimento e sem reações de outros atores, mesmo se relevantes no contexto. Esse acompanhamento poderá ser feito no dia seguinte numa notícia ou artigo mais desenvolvido.

2 Legenda: substantivos assinalados com sublinhados; verbos com **negrito**; adjetivos, a *itálico*.

A peça foi difundida às 21 horas e 35 minutos, portanto num momento tardio do longo noticiário, de mais de uma hora e meia, situação comum durante o período da pandemia, dada a redução do tempo dos intervalos publicitários e a concentração da informação do dia naquele bloco informativo.

As proposições que explicitam as estruturas discursivas da peça estão relacionadas com o contexto de risco e ameaças de perda, nomeadamente da publicidade comercial, ou a ausência total de receitas em algumas áreas da comunicação social, a venda de conteúdos televisivos, cuja produção teve de ser interrompida e o pedido para que o Estado suspenda os encargos legais das empresas, alegando ser incomportável atender aos mesmos.

Os nomes / substantivos escolhidos para a peça são significantes de um contexto de instabilidade e risco para as empresas de média privadas: "quebra / efeitos / coronavírus / sobrevivência".

Os verbos são declarativos e referem ações, moderadoras e de agrupamento na Plataforma dos Média Privados, para interpelar o Governo a adotar medidas de apoio perante as obrigações ao Estado. Os verbos surgem no presente do indicativo, na terceira pessoa do singular e sempre na voz ativa, o que é um atributo da enunciação jornalística.

A conotação é dada pelos adjetivos; de grandeza e de intensidade ("fortes audiências", "forte aquisição do espaço publicitário", "enorme quebra da publicidade" "tremendos efeitos negativos do coronavírus", "as grandes plataformas tecnológicas a operar em Portugal") e, o que é raro nas peças jornalísticas, concentrados no seu lançamento.

No desenvolvimento, a SIC contextualiza o pedido da plataforma, feito na primeira semana do estado de emergência decretado pelo Governo e que determinou o encerramento ou a estagnação de vários setores da economia. Na peça, a SIC adota um registo de necessidade, de suspensão das obrigações das empresas de média perante o Estado, o que surge justificado por acontecimentos imprevistos, e exteriores à gestão empresarial; as restrições à atividade ou o encerramento total de vários setores da economia.

A peça tem uma única fonte de informação, atribuída à carta da Plataforma dos Média Privados, parafraseada em discurso indireto e transformada por amálgama do enunciado primário "carta" com o discurso jornalístico, em que, através da figura de estilo da enumeração, é elencada a sequência dos nomes dos grupos de comunicação social e das obrigações das empresas privadas, cuja suspensão é pedida ao Estado. A referência à fonte de informação remete-nos para o tipo de ato de fala realizado, o anúncio de que há um pedido das empresas de média privadas, organizadas numa plataforma, para solicitar isenções ao Estado.

A figura da jornalista-pivô surge enquadrada em corpo inteiro, no estúdio, a sua fala é pontuada pela humanidade do seu lapso, ao trocar, e logo corrigir, "causar" por "colocar em causa". A correção que é engano, mas é também índice do desejo de rigor jornalístico, da disponibilidade para aperfeiçoar a isenção. Não se trata de uma simples afirmação de que a paragem dos negócios durante o estado de emergência "pode causar" dificuldades ao setor, mas sim o manifestar da

perceção da plataforma de que "podem, aliás, colocar em causa, a sua própria sobrevivência".

As marcas da enunciação cingem-se à dictização, através de referências de tempo; advérbios, contrações de preposições e nomes: "num momento", "hoje", "durante quatro meses", "até ao final do ano", sem analepses nem prolepses, ou seja, recuos ou avanços a momentos diferentes no tempo, o que inibe o surgimento de questões mais alargadas desse contexto temporal. Há uma menor estruturação do objeto e uma maior modalização, do que resulta uma menor transparência perante o contexto exterior.

O registo é de asserção afirmativa, atribuída a uma fonte de informação exterior, a Plataforma dos Média Privados, em que a SIC se inclui através do seu proprietário, o grupo Impresa, e sem nenhuma voz do Governo, nem de um representante do Estado a que se dirige o pedido. Apesar da singularidade de a única fonte de informação que valida o enunciado incluir a Impresa, o grupo proprietário do operador SIC, que emite a peça no "Jornal da Noite", demarca-se formalmente de uma motivação para dar a notícia. Note-se como se legitima, através de atributos da enunciação jornalística, identificadas no meio como garantias para o cumprimento dos deveres de rigor jornalístico e da isenção.

Entre aqueles atributos da enunciação jornalística está a substituição de verbos e adjetivos por substantivos, a seleção lexical, oriunda do universo semântico da gíria profissional da gestão privada da comunicação social, polarizada entre as suas necessidades durante a crise pandémica e as medidas pedidas de suspensão das obrigações fiscais e responsabilidades laborais das empresas perante o Estado, a par da referência ao metadestinador (a plataforma, a Impresa) na terceira pessoa do singular para garantir a demarcação entre "eles" e "nós" — o "Jornal da Noite", da SIC.

Na mesma linha, a alusão a soluções que evocam a manutenção de empregos; suspensão do imposto sobre o consumo de assinaturas de imprensa e sobre os pontos de venda; o apelo a que as plataformas tecnológicas, referidas como "um dos principais concorrentes das televisões generalistas", comecem a ser tributadas, entre outros investimentos e ausência de obrigações com que o Estado deveria apoiar estas empresas.

Também a conotação através de adjetivos, raros na enunciação jornalística, mostra o carácter injuntivo do texto da peça: "a flexibilização *imediata* dos regimes de manutenção dos postos de trabalho e de *lay-off* […], a suspensão da liquidação de IVA […]. Os grupos de média pedem ainda a *forte aquisição do espaço publicitário* […] e se tributem as grandes plataformas tecnológicas." (Em itálico o que é reforçado pela entoação.)

O enunciador SIC demarca-se assim do enunciado na fonte de informação "carta / pedido ao Estado" da Plataforma dos Média Privados, através da intertextualidade no enunciado "peça", descrevendo, portanto, essa "ausência formal de intenção, essa ausência formal de estratégia, que legitima a separação, o corte realizado pelo jornal" (Rebelo, 2000: 65).

Esta sequência de argumentos numa peça jornalística, mercê da intertextualidade por amálgama com a fonte "carta" e os interesses aí presentes, são transmitidos

como se fossem afirmações sem enunciador, sem motivação, com um encadeamento consequente com uma tentativa de ultrapassagem de uma crise e que, assim, pode dizer-se que fixam a legitimidade das reivindicações através do discurso jornalístico.

"Digamos, como Herman Parret, que um enunciado é tanto mais transparente quanto menor for a sua modalização e quanto mais explícita for a presença do sujeito enunciador. Pelo contrário, um enunciado é tanto mais opaco quanto mais modalizado se apresentar e quanto mais dissimulada ou quanto mais distanciada for a posição adotada pelo sujeito." (*idem*: 119, 2.º, 3.º e 4.ºS).

Assim, esta leitura aplicada ao texto da peça leva-nos a concluir que o seu tratamento recorre à opacidade, à forte modalização, pois há uma indicação de que a SIC é propriedade da Impresa, há uma modalização no sentido de a presença, a estratégia do sujeito enunciador se diluir na da Plataforma dos Média Privados, e em todas as marcas de opacificação do discurso jornalístico acerca do contexto, da sua forte modalização, na ausência de enquadramento dos objetivos dos grupos no contexto do apoio do Estado aos grupos de média.

Esta estratégia de modalização interliga-se com os atos de fala que a peça realiza: ao ser transmitida, o *ato locutório informa* sobre a apresentação de uma carta da Plataforma dos Média Privados ao Governo. Este implica uma justificação logo no lançamento do pivô, através da conjunção coordenativa adversativa "mas": ser aquele "um momento de fortes audiências, mas de enorme quebra da publicidade", utilizada para validar o *ato ilocutório de veicular* no "Jornal da Noite" *um pedido* de ações propostas e visando realizar um *ato perlocutório* de *fazer crer* no auditório que há justificação para o Governo suspender alguns encargos ao Estado dos proprietários privados de média, e ser esta a perspetiva de resolução da crise pandémica. Pois esta é uma crise de falta de publicidade, não de público. Ou seja, aqueles a quem a SIC se dirige continuam a ser um horizonte de garantia da credibilidade do operador televisivo, o interesse (público) na SIC, através das audiências, o que, em última instância, garantiria a validade do pedido ao Estado.

Há um movimento discursivo em prol de justificar que os telespetadores e o Estado, ambos enunciatários da peça, garantem que deve haver uma validação d o apoio à empresa / estação de televisão, conforme é indicado que é o pedido do enunciador na peça da SIC.

A validação da modalidade desta enunciação está no enunciador, a SIC, que mantém as suas audiências, e no metadestinador (a plataforma, a Impresa) acerca de uma carta que se dirige ao *enunciatário "Estado"* e, finalmente, cujo *destinatário é o "telespetador"*, até porque é com ele que se completa o ciclo da validade do enunciado e da oportunidade de investimento público nos órgãos de comunicação social privados; a garantia de que estes mantiveram as suas audiências.

O enunciado implica então que: nós que enunciamos (SIC) somos um dos órgãos de comunicação social cujas audiências se mantêm, a par do conjunto de medidas indicadas por verbos de iniciativa e ação na voz ativa, no infinitivo impessoal, pretérito perfeito ou presente do indicativo.

"Os sujeitos indefinidos abrem para o exterior do campo da enunciação" (Rebelo, 2000: 136). A SIC, cujo proprietário Impresa se inclui na Plataforma dos Média Privados, coenuncia um pedido para que o Estado apoie os grupos de comunicação

social privados. A modalidade coenunciativa ou injuntiva, imperativa, é evidente, através da referência à concorrência, pela enumeração dos outros grupos de comunicação social privados, e sem alusão à empresa concessionária do serviço público de média, financiada pelo Estado.

Apesar de não ter uma ligação a este sujeito, há uma estruturação do objeto, que acaba por ser a SIC; e embora o tipo de discurso jornalístico implique uma ideia de objetividade, autonomia e isenção, o objeto é estruturado em função dos interesses do proprietário da SIC, da empresa, que visam ter um apoio do Estado, mas sem referências ao tempo e ao espaço, que poderiam retirar a coincidência deste pedido, que aparece apenas justificado pelo contexto económico de crise motivado por uma pandemia e pela estagnação dos setores da economia, de entre os quais, o da comunicação social.

Como é dito no livro, na página 77, esta prioridade considera que a estruturação do objeto depende do estatuto do enunciador, da sua relação de forças no campo jornalístico e da televisão, neste caso da SIC, entre os seus concorrentes e da relação também com o seu auditório.

O tipo de argumentação que está envolvido na informação, no registo mediático, "a transmissão de um 'saber' é acompanhada da produção de um 'crer'. Temos, então, a informação processada através do jornal como equivalente a um 'fazer saber' + um 'fazer crer', assim se procurando persuadir o destinatário de que aquilo que se diz é verdade".

A peça da SIC, não tendo um evidente carácter persuasivo, argumenta através de factos atribuídos a uma única fonte de informação, a Plataforma dos Média. Ainda que esta inclua o proprietário do meio SIC, que emite a peça, é a uma instituição externa a que o enunciador atribui uma origem do que é dito, o que suaviza a dimensão de interesse próprio, através de uma "retórica da imparcialidade" (Rebelo, 2000: 143), do dever de isenção jornalística para os telespetadores. A inclusão de outras fontes de informação na peça teria a dimensão de garantir o equilíbrio e até o contraditório.

As *figuras de estilo* utilizadas são a *enumeração*, num crescendo até à hipérbole, algumas metáforas e personalização: "fortes audiências", "enorme quebra da publicidade", "tremendos efeitos negativos", "a forte aquisição do espaço publicitário", a "flexibilização imediata dos regimes de manutenção dos postos de trabalho e de *lay-off*", "o IVA a taxa zero" e "a suspensão da liquidação de IVA pelos pontos de venda", "as grandes plataformas tecnológicas" e "a sua sobrevivência".

José Rebelo alerta para a forma como os média tendem a transmitir, num registo de pressuposto, as afirmações e o respetivo referente, acerca do qual querem diminuir a reserva dos públicos.

"No discurso dos média poderá haver tendência para transferir (ou para criar a ilusão de transferir) para o domínio do pressuposto, para o domínio do saber anterior, os conteúdos, cuja circulação / imposição é julgada prioritária e, por conseguinte, interessa subtrair ao filtro da receção" (Rebelo, 2000: 93).

Este aspeto de implicação está também presente como um recurso de diminuir a rejeição ao que é proposto.

"O implícito surge, portanto, como resposta à necessidade de dizer sem ter dito; à necessidade de rentabilizar a cumplicidade inerente ao dizer, rejeitando, ao mesmo tempo, os riscos da explicitação; à necessidade de, citando ainda Oswald Ducrot, 'beneficiar, simultaneamente, da eficácia da palavra e da inocência do silêncio'" (Rebelo, 2000: 97).

Três fases que marcam o percurso da instância de poder; na fase de introdução dos pressupostos, o primeiro enunciador, ou seja, o destinador, confunde-se com o narrador. Na fase de propagação, destinador e narrador distinguem-se, o narrador fala em nome do destinador. Na fase de massificação, destinador e narrador dissimulam-se, há multiplicação de narradores, perda progressiva da respetiva identidade e diluição do respetivo estatuto de privilégio, depois desaparece a figura do narrador e o dito recai sobre sujeitos coletivos, indefinidos ou universais. A coletividade como que se apropria dos pressupostos.

Autorreferencialidade do discurso jornalístico

Há, portanto, um movimento de descontextualizar a situação de crise pandémica com efeitos na economia e ressignificar a necessidade de intervenção do Estado, a suspensão de várias obrigações e a garantia de alguns apoios às empresas de comunicação social, através das premissas e objetivos apresentados por um grupo de proprietários de média privados, de que faz parte o enunciador "Impresa / SIC / Jornal da Noite".

A narrativa visual na peça mostra o ângulo da Plataforma dos Média Privados, partindo do contexto da única fonte de informação, explicitada nas imagens dos edifícios-sede, nos logotipos das marcas e nas redações dos órgãos de comunicação propriedade dos signatários. A acrescer à autorreferencialidade da SIC, integrada na plataforma através da Impresa, é notória a ausência de contexto na falta de referência à concessionária do serviço público de média, o grupo RTP, e que o Estado atribui várias dimensões da oferta de serviços de comunicação social com financiamento público; a falta de alusão aos riscos de condicionar a comunicação social pela atribuição de apoios diretos do Estado.

Conclusão

Relativamente a estes atributos da enunciação jornalística, o livro *O Discurso do Jornal*, de José Rebelo, oferece-nos a interpretação de que todo o discurso jornalístico deve ser enquadrado pelo contexto e atravessado por estratégias formadas e diluídas, com instituições da política, da economia e da cultura.

No caso de referências à própria empresa proprietária do órgão de comunicação social, através da autorreferencialidade, i.e., o apagamento das marcas do metadestinador (a plataforma, a Impresa — proprietário da SIC) no "Jornal da Noite", na amálgama da peça jornalística, que a enunciação jornalística viabiliza.

Referências bibliográficas

Alves, Dinis Manuel (2010), *A Informação ao Serviço da Estação*, Coimbra, Mar da Palavra.

Camponez, Carlos (2011), *Deontologia do Jornalismo, a Autorregulação Frustrada dos Jornalistas Portugueses (1974-2007)*, Lisboa:, Edições Almedina.

Luhmann, Niklas (2000), *The Reality of Mass Media*, Stanford University Press.

Neto, Antônio Fausto (2008), "Escrituras sobre a enunciação jornalística", *Comunicação e Espaço Público*, Ano XI, 1 e 2, (págs. 51-66), Universidade de Brasília.

Neto, Antônio Fausto (2020), "Coronavírus — sentidos em circulação: do laboratório às discursividades sociais", Re*vista Latino-Americana de Ciências de la Comunicación*, 9, p. 61-71, https://doi.org/10.55738/alaic.v19i35.659 (maio de 2024).

Oliveira, Madalena (2010), *Metajornalismo — Quando o Jornalismo É Sujeito do Próprio Discurso*, Coimbra, Grácio Editor, Coleção Comunicação e Sociedade, 21.

Rebelo, José (2000), *O Discurso do Jornal — o Como e o Porquê*, Lisboa, Editorial Notícias, Coleção Media & Sociedade.

Van Dijk, Teun A. (2005), *Discurso, Notícias e Ideologia. Estudos na Análise Crítica do Discurso*, Porto. Campo das Letras.

A contingência da autoridade jornalística
Uma reflexão esperançosa

António Borga
Presidente da Casa da Imprensa

Uma reflexão, em forma de desabafo, mas com um tom de esperança acerca do jornalismo em tempo de dúvidas existenciais, é a única forma ao meu alcance de colaborar numa obra destinada a assinalar a rara contribuição que o professor e meu muito caro camarada jornalista, José Rebelo, tem vindo a dar para a compreensão do que considero ser "a alma" do jornalismo, como corpo de técnicas discursivas e normas deontológicas específicas: ser reconhecido, legitimado e autorizado pelos públicos, como forma preferencial de "saber o que se passa" no mundo em que vivem. Tem sido ele, em muitos momentos, que nos tem convidado a "pausar para pensar" e assim permitir que saiamos da "bolha" e nos coloquemos no lugar dos públicos, que é, também, o nosso.

Refletir acerca do jornalismo no momento atual obriga a questionar a associação, agora generalizada, entre as palavras *jornalismo* e *crise*, para cuidar de saber se ela assenta, ou não, num equívoco alimentado por partes interessadas. Legitimação e autoridade são conceitos básicos desse exercício.

O jornalismo, como faz notar Matt Carlson, "não é meramente uma forma de transferência de informação ou o produto do trabalho de um grupo fechado de comunicadores profissionais. Ele referencia todo um contexto social, que excede largamente o texto noticioso por si só".[1]

Essa qualidade, segundo o autor, induz os públicos a estabelecerem uma relação com o jornalismo que, como todas as relações, cria expetativas. Para os leitores, ouvintes ou espetadores, o jornalista tornou-se, a partir de certa altura, uma espécie de guia-intérprete de acontecimentos que ocorrem, na sua maioria, num mundo situado para lá do mundo de experiências quotidianas em que o cidadão comum se move. Os públicos esperam dos jornalistas que eles saibam o que se passa e comuniquem aquilo que sabem de forma completa, competente e verdadeira. Se quem lhes paga o trabalho são os anunciantes, uma fundação ou o Estado, pouco

1 Carlson, Matt (2017), *Journalistic Authority: Legitimating News in The Digital Era*, Nova Iorque, Columbia University Press, p. 6.

lhes importa, mas a expetativa que têm é a de pagar o menos possível por aquilo que consideram ser o direito fundamental a serem informados.

As expetativas depositadas no jornalismo não são pequenas, quando comparadas com as que depositamos noutras atividades consideradas essenciais à satisfação de necessidades básicas da vida dos indivíduos e da sociedade. Ora, voltando a Carlson,

> se o jornalismo deve ser um cão de guarda ao serviço dos públicos, uma quarta instância que força o poder a prestar contas do que faz, um fator de coesão social, um elemento essencial à democracia deliberativa, um divulgador de novos conhecimentos técnicos e científicos, um crítico de letras e artes, se dele se espera um relato das notícias do dia, um primeiro esboço para a história do presente, um palco de trocas de ideias entre vozes diversas, um sítio onde a sociedade encontra o seu próprio sentido, se se espera que ele seja qualquer destas coisas, então, o jornalismo tem que ter autoridade. Mas que espécie de autoridade? Quem a legitima e como? E o que significa ela para a sociedade? [2]

Ao preparar uma intervenção para uma mesa-redonda organizada pelo American College of Surgeons, integrada no XLI Congresso Nacional de Cirurgia, com o tema "A 'Arte' da Cirurgia Vista pelas Outras Artes" (o jornalismo, honrosamente, nelas incluído) deparei com o desabafo de um cirurgião inglês do séc. XVI, de seu nome William Clawes, conselheiro da rainha Isabel I de Inglaterra, que me pareceu fortemente sugestivo das atribulações por que passou, e passa, o jornalismo, na permanente demanda pelo reconhecimento e legitimação da importância social do seu papel. Dizia o cirurgião isabelino, desculpe-se-lhe a crueza e o desespero do tom:

> Hoje em dia, é fácil ver como biscateiros, arranca dentes, vendedores ambulantes, ferradores, carroceiros, moços de fretes, castradores de cavalos, capadores de porcos, idiotas, gigolôs, alcoviteiras, bruxas, adivinhos e astrólogos, foragidos e toda a espécie de ervas daninhas malcheirosas são aproveitados pelos bedéis dos hospícios para abusarem diariamente da medicina e da cirurgia, com uma dedicação e um conhecimento da arte dignos de uma galinha.[3]

Se quisermos ironizar, descontados alguns anacronismos e o exasperado exagero, basta substituímos os bedéis por alguns diretores e os hospícios pela maioria dos canais de televisão e dir-se-ia que o que por cá temos sob a designação de jornalismo não anda longe, em muitos casos, do estado da cirurgia no séc. XVI. Na comunicação intitulada *Perceções Contemporâneas do Poder dos Média*, Mário Mesquita vê o jornalismo enredado

---

2 *Idem*: 7.

3 Em Ealing, K. T. L. (1998), "Shakespeare and surgery", *Hong Kong Medical Journal*, 4 (1), p. 78.

> numa espécie de mitologia da comunicação (…) construída à volta do surgimento de novos instrumentos — desde a rádio, a televisão e o cinema à telemática e às "autoestradas da informação" —, que produz um discurso de que os jornalistas "não são os principais atores, embora nele participem" [juntamente com] "muitos comunicadores de empresa, psicoterapeutas, educadores, conselheiros de comunicação, publicitários, relações públicas, animadores culturais, profissionais dos média (em especial do audiovisual).[4]

Podemos dizer, abreviadamente, que a "arte" da cirurgia haveria de conquistar prestígio e autoridade institucional porque o nível de conhecimentos científicos, o grau de especialização técnica e o rigor dos princípios éticos e deontológicos exigidos aos respetivos "artífices" os veio a definir, aos olhos da sociedade, como um grupo autorizado a chamar a si a pratica exclusiva daquela atividade. Uma atividade cuja importância vital não suscita dúvidas e, por isso, garante a quem a pratica uma fortíssima proteção corporativa.

Não terá a "arte" do jornalismo percorrido um caminho, até certo ponto, semelhante? Não terá vislumbrado um estatuto comparável, criando mecanismos para afastar as "ervas daninhas"? Se passámos a aceitar entregarmo-nos nas mãos do cirurgião, e só dele, para sermos operados, não houve um tempo em que aceitámos o jornalismo como fonte autorizada do nosso conhecimento da atualidade e respetivos contextos? E, se assim foi, porque nos parece agora ter retrocedido? Porque haverá tanta gente a duvidar da credibilidade do que lhe é apresentado como informação jornalística e a sentir que o horizonte que antes se ampliava nas páginas e nos ecrãs lhe parece, agora, estreitar-se de forma opressiva, seja qual for a página, seja qual for o ecrã?

Legitimação e autoridade

A procura de uma identidade própria da atividade jornalística, capaz de a qualificar e permitir apresentar-se como distinta da mera difusão de informação, da publicação de opiniões mais ou menos subjetivas, ou das contrafações a que está sujeita, não é de agora, nem resulta da aceleração da revolução tecnológica. Num tom menos virulento que o adotado pelo nosso cirurgião isabelino, Jaime Brasil, um dos fundadores do primeiro sindicato dos profissionais da imprensa, escrevia em 1925: "se só aos sapateiros é lícito fazer sapatos e aos médicos tratar doentes, agora toda a gente, médicos e sapateiros (…), se julga com capacidade para fazer jornalismo".[5]

A verdade é que, por essa altura, há muito que o jornalismo deixara de ser considerado uma atividade acessória, com baixo grau de especialização e pouco ou nenhum reconhecimento social, para se tornar, por virtude da revolução burguesa

---

4 Mesquita, Mário (2003), *O Quarto Equívoco — O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, Coimbra, Edições Minerva, p. 83.

5 Em Matos, José Nuno (2023), *Jornalistas em Greve — Imprensa e Sindicalismo na I Repúblic*a, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, p. 40.

na Europa, uma atividade essencial à afirmação das forças emergentes, à ampliação de horizontes que lhes era necessária, à liberdade de circulação de ideias e conhecimentos, enfim, à consolidação do tipo de sociedade resultante das novas relações económicas, em que o primado do interesse público surgia como promessa mobilizadora. A associação à defesa do interesse público terá, aliás, garantido ao jornalismo o primeiro e principal fator de legitimação, enquanto traço distintivo e condição necessária de uma nova ordem social mais justa e igualitária.

Com o reconhecimento do papel social do jornalista, veio uma maior exigência de cultura geral e de competências técnicas no domínio da linguagem, veio uma melhor definição estatutária, veio um corpo de valores e princípios de natureza ética e deontológica. Por outro lado, imprescindíveis na afirmação do jornalismo como atividade, ofício ou profissão, revelaram-se, desde o início, a curiosidade atenta, a investigação dos factos e a reconstituição dos contextos, o estudo das matérias tratadas, a valorização da experiência adquirida, o esforço e a perseverança, atributos que permitiram elevar o velho ofício dos "gazeteiros" a uma nova forma de "arte". Uma "arte" à qual alguns tiram as aspas, por lhe encontrarem, pontualmente, proximidade com a literatura, escrita ou oral, ou, modernamente, com a arte cinematográfica ou audiovisual, embora distinta de todas elas. Em qualquer caso, com aspas ou sem elas, uma "arte" que permitiu ao jornalismo e a muitos dos seus praticantes estabeleceram com os públicos a eles ligados uma relação de confiança, que, por boas ou más razões, sempre fez deles motivo de interesse para os diferentes tipos de poder, respeitadores por vezes, receosos quase sempre, da autoridade em que os jornalistas se apresentam, ou apresentavam, investidos por aquela especial relação com os mesmos públicos.

A legitimação sociocultural da atividade jornalística faz, assim, parte de um longo processo que se desenrola ao longo de toda a era moderna e contemporânea. Um processo marcado por diferentes vicissitudes, consoante os países e as circunstâncias, mas que desde o início se desenrola em dois planos, que poderíamos designar pelo plano da gazeta e o plano dos "gazeteiros", numa grata evocação da terminologia original.

Sem pretender entrar na história do jornalismo, é nesses dois planos que ainda hoje temos de nos situar para deslindar do que falamos quando nos referimos à "crise do jornalismo".

A "ameaça" tecnológica

A tendência para, em cada geração, ampliarmos a magnitude dos desafios que nos são colocados torna imperativo que se contextualizem nas épocas em que surgem os impactos de tecnologias que, pela sua natureza revolucionária, abalam a organização e os modelos de funcionamento de importantes setores de atividade, a ponto de criar a ilusão de que jamais o ser humano conseguirá adquirir as competências necessárias a dominá-las e pô-las ao serviço do aperfeiçoamento e do progresso do setor em causa ou, porventura, de toda a sociedade.

Por muito temerária que possa parecer a comparação dos impactos sociais de inovações tecnológicas em épocas afastadas no tempo, a convicção de que a imprensa de Gutenberg afundaria a procura do conhecimento na confusão, no caos e, em última instância, levaria à loucura dos espíritos, terá causado em certos setores da sociedade um prolongado alarme, provavelmente próximo, em termos relativos, daquele que a proliferação de ecrãs suscita nos dias de hoje.

Se é permitido levar um pouco mais longe a temeridade da comparação, a questão central permanece a de saber, primeiro, como transformar esses revolucionários dispositivos tecnológicos em novas formas tecnoculturais, e, segundo, como garantir que são postas essas formas ao serviço do interesse público, a salvo da monopolização por interesses privados antissociais. As novas ferramentas tecnológicas, postas ao serviço do jornalismo, são um auxiliar extraordinariamente valioso para a investigação e ordenamento de dados. É possível ir mais fundo e mais depressa do que alguma vez se foi. São ferramentas poderosas. Na perspetiva do jornalismo e dos jornalistas, há que saber quem as comanda e para que fim são utilizadas.

O mesmo se passa na perspetiva dos donos sem rosto dos grandes grupos de média. A substituição de jornalistas, o controlo de audiências como fator supremo de avaliação de desempenho e a "censura tecnológica", com recurso às ferramentas da chamada inteligência artificial, são hoje, como sabemos, mais de que simples ameaças. Comprovam-no as dezenas de acordos coletivos em negociação pelos sindicatos de jornalistas dos EUA e os processos por eles já movidos contra grupos de média. A revolução digital, a concentração de meios e o domínio do capital financeiro sobre as economias de mercado, com o ímpeto desregulador que lhe é inerente, vieram comprometer a adequação do modelo empresarial dominante nos média para o desenvolvimento e a produção da informação jornalística tal como atrás referida, com maior evidência na televisão e na rádio.

Nos espaços que oficialmente lhe são dedicados nos grupos de média, o jornalismo é em muito casos ali substituído pela opinião não sustentada em factos ou por um discurso que, aproximando-se das características formais do discurso jornalístico, não resulta da obediência às boas práticas e princípios deontológicos da informação jornalística, antes privilegiando uma agenda comum ou muito semelhante, que oscila entre o sensacionalismo e os temas caros aos círculos de poder e respetivos interesses.

Ao mesmo tempo, em espaços de entretenimento mimetizam-se os espaços de informação, não raro com a participação cúmplice de políticos em campanha, num prolongamento do processo de descredibilização do jornalismo e dos jornalistas dignos do nome, aqui substituídos por toda a espécie de influenciadores, adivinhos e opinadores de circunstância. Esta miscelânea discursiva continua a adensar aquilo que Mário Mesquita descrevia em 2003 como "um clima de mal-estar generalizado em relação aos média e à imprensa, radicalmente diferente daquele que se verificava noutras fases históricas, quando estes eram perecionados enquanto veículos de informação e de cultura, de defesa das pessoas e dos grupos contra as prepotências do Estado".[6]

---

6 Mesquita, Mário, *idem*, p. 84.

O território da crise

Nada leva a crer que a evolução deste "aparelho mediático" dominante, em particular no setor privado, se dê num sentido favorável ao jornalismo, à autonomia de critérios dos jornalistas, incluindo na definição da agenda e na gestão dos tempos e dos meios, ao reforço das formas de autorregulação técnica e deontológica.

Se é verdade que nesses média continuam a ser produzidos trabalhos jornalísticos de grande mérito, como se comprova pela justa promoção que deles têm feito prémios como os Gazeta, do Clube de Jornalistas, e outros, não é menos verdade que a maioria desses trabalhos se perde nos ecrãs e nas antenas, seja pelos horários a que são transmitidos, seja por se verem submergidos na torrente da informação diária, aquela precisamente mais sujeita a todo o tipo de contrafações do jornalismo.

Este é o território em que o jornalismo, não estando em crise, é posto em crise por entidades e condições de produção alheias aos jornalistas. As consequências são tanto mais graves quanto é certo que a esperançosa tradução do termo *mass media* como "meios de comunicação social" criou a convicção de que o jornalismo pós-25 de Abril teria aí poderosos meios para cumprir todas as expectativas que nele eram depositadas após meio século de censura prévia. No jornalismo, não cumprir expectativas equivale, por regra, à perda de autoridade e legitimidade, no sentido de "quem possui competência e idoneidade para".

Por mais que os responsáveis dos grupos de média, da informação ao *marketing*, se esforcem em campanhas de autolegitimação e autoelogio, o clima de mal-estar detetado por Mário Mesquita há mais de duas décadas vai-se tornando, em muitos espíritos, num sentimento de rejeição. É vital para o jornalismo afirmar-se fora do território onde é posto em crise, para que a descredibilização e a perda de autoridade atinjam mais "a gazeta" do que o "gazeteiro", e, mais importante do que isso, não comprometa o reconhecimento da importância decisiva do jornalismo na defesa da democracia.

Haja esperança!

A história do jornalismo, de meados do séc. XX até hoje, para não ir mais longe, dá-nos exemplos de grandes trabalhos jornalísticos, que chegaram aos públicos por meios diferentes dos que obedecem ao modelo clássico, formatado a partir da fase industrial. Alguns deles incluem-se na família dos meios autónomos, citada por Mário Mesquita, a partir de Francis Balle.[7]

Mas a internet e os novos dispositivos e ferramentas tecnológicas permitem aos jornalistas entrarem na família dos "média de difusão", garantindo a autonomia editorial, como provam inúmeros média independentes surgidos nas últimas décadas na Europa, Portugal incluído, e nos Estados Unidos, na pisada de pioneiros como o Mediapart francês ou o Marshall Project nos EUA.[8]

---

7 *Ibidem*, p. 151

Quanto aos meios autónomos, jornalistas como Basil Davidson, Wilfred Burchett, Bob Woodward, Ryszard Kapuscinski ou Robert Fisk, para citar alguns, marcaram o jornalismo, usando o livro como meio de difusão para os seus mais importantes trabalhos de investigação. Entre nós, Miguel Urbano Rodrigues, João Paulo Guerra, Cesário Borga, Avelino Rodrigues, Mário Cardoso, José Pedro Castanheira, Diana Andringa ou Miguel Carvalho — exemplos, entre outros, pertencentes a diferentes gerações — seguiram, ou ainda seguem, o mesmo caminho. Além do livro, os documentários digitais interativos e a recetividade crescente do *podcast* são algumas das novas formas que permitem ampliar as possibilidades ao alcance de um jornalista ou grupos de jornalistas.

Termino esta reflexão em forma de esperançoso desabafo, voltando a Matt Carlson. Se "a autoridade jornalística é uma relação contingente em que certos atores se veem no direito de criar um discurso informativo acerca do que acontece no mundo, legitimado por aqueles a quem é dirigido", não será menos certo que esse tipo de autoridade investida "está sempre aberta à contestação e à mudança".[9] Cabe aos jornalistas a responsabilidade de garantir que essa relação assimétrica e contingente não se rompe por ação de partes que lhe são alheias. Se não o fizerem, ninguém estará lá para os ajudar.

8 *Ibidem*, p. 151.
9 Carlson, Matt, *idem*, p. 12-13.

O discurso que molda o mundo
A responsabilidade social do jornalismo

Isabel Damásio
Professora universitária, Jornalista

> Os média não constituem
> um poder homogéneo e autónomo.
> Mais do que um poder,
> eles são um lugar de cruzamento de poderes
> (Rebelo, 2006)

A citação do artigo de José Rebelo, em que defende a existência dos acontecimentos muito antes de serem mediatizados, recusando as teorias construtivistas, desafia as perspetivas tradicionais sobre a influência dos média nas sociedades contemporâneas. Ao mesmo tempo, sugere uma reflexão sobre o discurso mediático contemporâneo, influenciado por forças internas e externas ao jornalismo, e sobre a responsabilidade social que lhe é atribuída pela teoria democrática.

Nesta reflexão acompanha-se a ideia de que esta responsabilidade tem de ser repartida entre jornalistas, empresas e públicos. Sem esta partilha o lugar que o jornalismo ocupa nas sociedades é uma incógnita. Alterar regras e códigos deontológicos é necessário, mas não chega, tem de existir reflexão e autocrítica. O descrédito no jornalismo vai-se instalando à medida que a literacia mediática aumenta; este é um movimento que deve preocupar os atores do campo jornalístico.

O (des)crédito das notícias e a literacia mediática

O aumento da velocidade a que circulam os conteúdos mediáticos nas sociedades contemporâneas, os desafios impostos pela utilização da inteligência artificial e a necessidade de combater a desinformação e a informação incorreta impulsionaram a criação de vários programas de literacia mediática. A multiplicidade de fontes de informação a que os públicos podem recorrer, a existência de verificação de factos em programas estruturados para o efeito, igualmente fornecedores de dados importantes que estimulam o pensamento crítico sobre os processos de produção das notícias, permite que mais públicos compreendam que o processo neutro e

isento em que pensavam estar envolvidos não existe, e o caminho dos interesses, pressões e manipulações fica exposto.

Com a possibilidade de olhar criticamente para as notícias, a sua fiabilidade é posta em causa. Um descrédito para o qual contribui também o crescente papel das redes sociais, que dificultam a separação entre notícias verdadeiras e falsas.

O relatório *Digital News Report* de 2025, do Reuters Institute, reflete uma crise global profunda de confiança nas notícias, incluindo em Portugal, onde atingiu o seu valor mais baixo na última década, fixando-se em 54%, uma queda significativa em relação aos anos anteriores.[1] Em 2015, altura em que este parâmetro começou a ser medido, a confiança dos portugueses nas notícias em geral situava-se nos 66%. A percentagem de portugueses que confiam nas notícias é, em 2025, a mais baixa da década. A confiança nas marcas das empresas que produzem notícias segue o mesmo caminho de decréscimo de confiança. O *ranking* da confiança de 2025 põe no topo a marca RTP, com 75% dos portugueses a confiarem nas notícias do canal de televisão público; em 2024 a percentagem era de 79%. Segue-se o *JN* com 74%, em 2024 era 77%: o *Expresso* e a SIC, em 2025, têm 73% dos portugueses a confiarem nas notícias que produzem; em 2024 o *Expresso* tinha a confiança de 76% dos portugueses e a SIC 78%.

A desinformação e a disseminação de informação incorreta são indicadas no *Relatório de Riscos Globais* do Fórum Económico Mundial (2025) como o principal risco das sociedades atuais no curto prazo.[2] A situação de descrédito constitui "uma ameaça persistente à coesão social e à governação, ao minar a confiança e ao exacerbar divisões dentro e entre nações". O caso que opõe o presidente norte-americano à televisão estatal britânica, BBC, vista aos olhos do mundo como uma referência de serviço público de qualidade, é exemplo de a necessidade do jornalismo refletir sobre os seus processos e as suas responsabilidades sociais.

A queixa aos tribunais feita por Donald Trump levou à demissão do diretor-geral da BBC, Tim Davie, e da presidente executiva da BBC NEWS, Deborah Turness.[3] O caso remonta a outubro de 2024, altura em que a BBC emitiu uma reportagem sobre a invasão do Capitólio, após a derrota de Trump nas eleições de 2021 face a Joe Biden. O trabalho, produto de uma investigação jornalística, foi produzido por uma produtora externa e exibido sem visionamento prévio da televisão pública britânica. Tim Davie acabou por admitir que a BBC "precisa de reforçar os processos de verificação para garantir total exatidão em conteúdos de investigação".[4] A reportagem em causa continha dois extratos do discurso de Trump, que estavam distantes um do outro, mas que juntos poderiam levar à interpretação de que ele tinha sido o incentivador dos tumultos no Capitólio.

---

1 https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2025.

2 https://www.weforum.org/press/2025/01/global-risks-report-2025-conflict-environment-and-disinformation-top-threats/%22/

3 https://expresso.pt/internacional/reino-unido/2025-11-09-e-um-dia-triste-para-a-bbc-reportagem-sobre-trump-leva-a-demissao-da-presidente-e-do-diretor-geral-da-estacao-de-tv-b6ee65bd?brid=ttakkzn-jkgg9bx45krzhg.

4 *Expresso*, edição em papel de 14 de novembro de 2025: XII.

O caso foi um importante momento para a batalha contra a comunicação social, e os jornalistas em particular, levada a cabo por Trump, e um mau momento para a credibilidade do jornalismo.

A organização Repórteres Sem Fronteiras tem vindo a chamar a atenção para a globalização das estratégias do presidente norte-americano.[5] Acusam-no de ser o inspirador de regimes autoritários por todo o mundo, afirmando a existência de um movimento transnacional anti-imprensa que partilha táticas e fez de Trump um dos seus porta-vozes mais influentes.

O fenómeno da repetição de processos judiciais levantados por Trump contra jornalistas e órgãos de comunicação social multiplica-se, e sempre com grande repercussão mediática.

José Rebelo refere no seu texto de 2006, citando Moscovici, que:

> pela repetição (…) a ideia dissocia-se do seu autor; transforma-se numa evidência, independentemente do tempo, do lugar e da pessoa; deixa de ser a expressão de quem fala e passa a ser a expressão da coisa de que se fala (1981: 198-199).[6]

Ora, do que se fala é de um conteúdo jornalístico, cuja produção não cumpriu as regras jornalísticas da verificação e cuidados a ter quando se extraem citações de um discurso para incluir numa reportagem.

É importante levantar aqui uma questão sobre o discurso jornalístico produzido para noticiar a alegada falha da BBC e a queixa de Trump aos tribunais: será que a narrativa jornalística que noticiava o caso incluiu dados suficientes e de forma equilibrada sobre o erro da BBC e sobre o comportamento de Trump, para ajuizar as duas partes? Ou por excesso de dados num determinado sentido, o público foi induzido para a condenar uma das partes?

Quem vê, ouve ou lê notícias fica exposto a um grande número de estratégias e táticas de comunicação com objetivos diversos, que levam à construção do discurso mediático. A literacia mediática, ou seja, o conhecimento e a compreensão dos processos mediáticos, é o que permite aos cidadãos aceder aos conteúdos produzidos pelos média de forma crítica. A necessidade de combate à desinformação e informação incorreta têm impulsionado um grande conjunto de iniciativas nesse sentido, e os públicos com acesso a cada vez mais fontes de informação e maior literacia mediática estão, cada vez mais, conscientes da influência dos poderes hegemónicos na construção do discurso mediático. Essa realidade altera a sua relação com os média e o descrédito no jornalismo vai-se instalando ao mesmo tempo que a literacia mediática aumenta.

O descrédito dos média é um fenómeno intencional, que serve quem está interessado em um espaço público dividido e no enfraquecimento das instituições democráticas. A responsabilidade de combater estas estratégias tem de passar

---

5 *Repórteres Sem Fronteiras* (RSF) (2025), "Six months of Trump's war on the press: importing and exporting authoritarian tendencies", https://rsf.org/pt-br/six-months-trump-s-war-press-importing-and-exporting-authoritarian-tendencies.

6 Moscovici, Serge (1981), *L'Âge des Foules*, Paris, Fayard.

pelos cidadãos, que terão de exigir um jornalismo de rigor e com garantias de independência e pluralismo.

A configuração do poder mediático na convergência de outros poderes

No século XIX, o deputado britânico Thomas B. McCaulay identificou o poder dos média como o "quarto poder" ao dirigir-se aos jornalistas no parlamento (Traquina, 2005: 46).

A afirmação do contrapoder mediático decorreu nas democracias com a finalidade de fiscalizar os outros poderes do Estado — executivo, legislativo e judicial — colocando-se desta forma ao serviço das sociedades democráticas. O jornalismo afirmou-se como um campo importante na formação da opinião pública necessária à cidadania. Conta a história do jornalismo que alterou desta forma a imagem que tinha no século XIX, quando era acusado de estar ligado à propaganda política, sendo os média e os jornalistas, à época, identificados como "demagogos, fanáticos ou simplesmente escritores de terceira categoria" (Traquina 2005: 45-46). Traquina cita no seu livro um comentário do ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo alemão, que espelha o sentimento político em relação à imprensa:

> a imprensa serve um partido antagonista de todos os governos existentes… traz consigo o mal inominável ao denegrir toda a autoridade (…) ao questionar todos os princípios, ao tentar reconstruir todas as verdades… (Traquina, 2005: 46) [7]

Leonor O'Boyle, citada por Traquina (2005), encontrava um certo paradoxo na atitude dos governos, já que os jornalistas eram vistos como perigosos revolucionários, mas ao mesmo tempo desprezados como escritores que não representavam ninguém (O'Boyle, 1968: 306-7).

O "poder" do jornalismo foi sendo desenvolvido com o apoio das teorias sobre o conceito de opinião pública, e a liberdade de imprensa tornou-se uma condição para a existência de liberdade política. Ao longo do tempo, ocupou o seu lugar de vigilante do poder político e defensor de causas sociais. O que se dizia na televisão, na rádio ou se escrevia nos jornais eram verdades indesmentíveis.

O sociólogo Pierre Bourdieu, em 1996, argumentava que o campo do jornalismo era um campo com autonomia relativa, e o mais "dependente das forças externas de todos os campos de produção cultural" (Bourdieu, 1996: 76). Bourdieu falava de um campo estruturado por relações de forças económicas, políticas e culturais.

A dualidade da relação entre jornalismo e grupos económicos e políticos retirou poder de credibilidade aos olhos dos cidadãos. Estes começaram a perceber

---

7 O'Boyle, L. (1968), "The image of the journalist in France, Germany, and England, 1815-1848", *Comparative Studies in Society and History*, 10 (3), pp. 290-317.

a capacidade de os órgãos de comunicação social serem influenciados por outros poderes e manipularem a "opinião pública" no sentido favorável aos poderes hegemónicos.

O chamado poder mediático é, nas sociedades contemporâneas, "um poder difuso, distribuído por diferentes atores com diferentes agendas, na posse de instituições empresariais e políticas que podem controlar a circulação de informação e influenciar as narrativas mediáticas de acordo com os seus interesses" (Freedman, 2015). Acrescentando a este quadro a dificuldade atual de transparência, exigida pela lei portuguesa, sobre quem são os proprietários das empresas de comunicação social. Este é um conhecimento essencial para garantir a qualidade e pluralidade no jornalismo.

Um estudo feito em 2023, a partir das deliberações da ERC -Entidade Reguladora para a Comunicação Social, à qual compete verificar o cumprimento do princípio da transparência da propriedade das empresas de comunicação social, apresentado como o garante de independência e pluralismo do jornalismo, aponta para o cumprimento da lei, mas insuficiente para proteger o jornalismo de qualidade. Em Portugal, as empresas de comunicação social são obrigadas a divulgar a sua estrutura empresarial e a fornecer dados financeiros à ERC. O estudo refere que a legislação está a ser cumprida, mas apesar disso é insuficiente para proteger a independência e o pluralismo do jornalismo.

São apontadas a falta de vigilância sobre o impacto nas decisões editoriais quando há capital estrangeiro oriundo de países autocráticos ou de outros setores económicos numa empresa e indica a necessidade de atenção sobre os média locais, já que ao abrigo da lei são solicitados muitos pedidos de confidencialidade sobre os seus financiadores, sendo por isso necessário saber se há ou não o risco de captura por interesses económicos ou políticos (Figueira e Silva, 2023).

Sem estas e outras questões, onde se inclui a utilização de ferramentas tecnológicas de IA, que introduzem o poder desconhecido da influência dos algoritmos nos processos de *gatekeeping* e *newsmaking*, o campo do jornalismo e o respetivo discurso que aí se constrói fica (está) exposto à influência de muitos poderes que escapam aos públicos e aos próprios jornalistas.

A relação de forças nos processos de escolhas editoriais

O poder da vigilância jornalística sobre outros poderes é exercido a partir das escolhas editoriais por *gatekeepers*, pressionados pelas empresas em que trabalham, pela necessidade de produzir conteúdos que tenham audiências significativas. Esta pressão comercial transformou o jornalismo numa máquina de produzir notícias. Ao "valor notícia" juntou-se o valor comercial daquele programa ou daquela publicação, se neles figurarem este ou aquele tema.

Os critérios jornalísticos passaram em muitos momentos a integrar a visão do *marketing*, que desenvolve estratégias com o objetivo de resolver problemas e tornar mais valioso um produto. Neste caso, falamos de estratégias editoriais no planeamento e alinhamento dos jornais que permitam agregar audiências. A criação

de programas noticiosos em que se cruza a informação com o entretenimento — *infotainment* — é uma dessas estratégias. Os programas de informação jornalística absorvem conteúdos e formatos do campo do entretenimento e os programas de entretenimento absorvem formatos do jornalismo. O discurso híbrido, com o objetivo de conquistar audiências, foi uma preocupação durante muitas décadas, hoje está generalizado e naturalizado.

A influência dos públicos que ativamente participam nas redes sociais pode mudar o rumo das decisões editoriais, por força da adesão ou rejeição a este ou aquele tema.

Rebelo (2006) refere que as decisões editoriais de seleção (*gatekeeping)* e a construção da informação (*newsmaking*) são produto da relação de forças que se desenvolve no interior dos média sob influência exterior. A estes dois momentos do processo jornalístico — de seleção e construção dos conteúdos jornalísticos — podemos acrescentar o enquadramento dos acontecimentos mediatizados (*framing*). Este é o instante em que os decisores editoriais determinam como representar a informação aos seus públicos, que aspetos valorizar ou excluir, que comentadores ou analistas convidar. Das opções tomadas são promovidas determinadas interpretações.

Na atualidade, entrou nesta relação de forças o *gatekeeping* algorítmico. Um novo dado na relação de forças com que se defronta o *gatekeeper* editorial. O processo de seleção é determinado pelo valor-notícia, atribuído por quem toma decisões editoriais, influenciado pelo que pensa serem os interesses dos seus públicos, as políticas editoriais da empresa, relações profissionais, tendo em conta aquilo que o pode prejudicar e pelas influências externas, como pressões políticas, pelas tentativas de manipulação da informação levadas a cabo pelo poder governamental e comercial, sobretudo pressionado pela necessidade de aumentar as audiências. Quando nesta equação entram os algoritmos, pré-elaborados por alguém que os jornalistas não imaginam que interesses defende, o *gatekeeper* editorial passa a ter na equação mais uma força externa a influenciar as suas decisões editoriais.

Jornalismo de "passa palavra"

Para se voltar a afirmar como instância credível e reencontrar o seu lugar na sociedade, o jornalismo não se pode deixar capturar pelas armadilhas sociais, políticas, culturais e tecnológicas que lhe são lançadas. A sua adaptação ao ambiente comunicacional que se vive nas sociedades contemporâneas é necessária, mas não pode abandonar as práticas que o tornam uma atividade única nas democracias.

Fazer cobertura jornalística de um acontecimento é muito mais do que construir um texto, com o objetivo de passar a palavra de quem falou. É um exercício de verificação e interpretação do que foi dito.

As conferências de imprensa são espaços tradicionais de comunicação direta entre fontes oficiais e jornalistas. Há algumas décadas, a tendência de serem produzidas notícias a partir dessas conferências, sem verificação nem interpretação jornalística, tornou-se uma forma de produção de informação. Esta reprodução

acrítica de discursos oficiais ou interesses particulares compromete a qualidade da informação, agravada pela falta de memória nas redações.

O problema não é a chegada de uma nova geração de jornalistas, essa é uma mais-valia, o problema em Portugal é que as gerações anteriores se afastam ou são afastadas. Com falta de memória, falta pertinência e pensamento crítico ao jornalismo. Redações com estas caraterísticas são mais frágeis, ficam expostas aos poderes internos e externos sem armas de defesa e deixam um terreno propício a todas as manipulações.

O jornalismo tem obrigação de questionar, contextualizar e verificar as informações e só com o cumprimento desses procedimentos se pode credibilizar. Tem a obrigação de procurar a discussão da substância das políticas, mas fica-se pela construção de textos que apenas reproduzem trocas de palavras de acusação. Este é um terreno fértil no campo da política.

Por exemplo, no cruzamento da política com a comunicação mediática, esta prática está generalizada e naturalizada como um processo jornalístico por todos aceite, sem questionamento. Os poderes estudam palavras e *sound bites* que se tornam de fácil utilização no campo do jornalismo e com a garantia de que vão ser repetidas em todos os órgãos de comunicação. Um discurso com pequenas e sonantes frases torna-se matéria-prima de fácil utilização nos textos jornalísticos e são na maior parte dos casos palavras ou frases com grande carga emocional. Recorde-se a utilização da expressão "geringonça", utilizada pelo líder do CDS-PP, Paulo Portas, em novembro de 2015, para descrever os acordos dos socialistas com a oposição à sua esquerda. A comunicação social assumiu-a como sua nos textos jornalísticos, sem questionar porque o fazia. Assumiu toda a carga negativa com que foi utilizada e, pela repetição, o seu autor acabou por desaparecer.

As regras do jogo são conhecidas pelos políticos e outros titulares de poder que procuram legitimidade e visibilidade no espaço mediático e aí garantem a sua presença, construindo um discurso sonante, polémico e de fácil compreensão.

Responsabilidade social do jornalismo

A responsabilidade social dos jornalistas está ligada às práticas e comportamentos profissionais que devem convergir para a ideia de defesa da cidadania, tendo em conta o lugar do jornalismo na teoria democrática. Comportamentos e práticas que são regulados pelo enquadramento dos códigos de ética e deontológico dos jornalistas. Esta é apenas uma dimensão do cumprimento desta responsabilidade.

Outra dimensão está ligada à produção de regras que enquadram o funcionamento das empresas de comunicação social e as suas lógicas de inserção no mercado. Partilha-se nesta reflexão da ideia de que só a articulação entre as regras empresariais que protejam o jornalismo de qualidade e as regras produzidas no campo do jornalismo pode permitir o cumprimento das suas responsabilidades sociais. A responsabilidade social aparece como meio de "articular a conceção de liberdade de imprensa e a realidade socioeconómica dos média" (Miranda, 2018: 1).

As empresas de comunicação social há muito que não "dão" notícias, estas fazem parte de um amplo negócio que tem de ser sustentável. Os mercados são competitivos e os grupos económicos tendem a assumir comportamentos que podem colocar em risco a produção de um jornalismo de qualidade.

O código deontológico dos jornalistas portugueses foi atualizado em 2017 e adaptado à realidade de então. Oito anos depois, volta a estar na ordem do dia a discussão das alterações éticas e deontológicas dos jornalistas, para responderem aos "desafios da invisibilidade" da utilização das ferramentas de IA no jornalismo. [8]

Um estudo ibero-americano de 2025 sobre o enquadramento ético e deontológico da utilização da IA no jornalismo aponta para a necessidade de adaptações que sirvam de "guia para os jornalistas que utilizam estas ferramentas no seu trabalho". A regulação não deve colocar em risco a liberdade dos jornalistas e indica que a sua utilização deve ser pautada pelo princípio da transparência, algo que pode ajudar a recuperar a credibilidade no jornalismo. Em simultâneo, é defendida a promoção da literacia mediática e a manutenção de valores jornalísticos como "verdade, justiça, liberdade e responsabilidade" (Tutivén e Cano, 2025).

Notas finais

O olhar crítico e informado sobre os processos mediáticos já está presente nas sociedades e o jornalismo, na sua adaptação e procura de um novo lugar, tem de contar com essa dimensão de públicos fracionados, compostos por gerações que participam ativamente na fiscalização dos média. Os média da atualidade passaram de ser apenas vigilantes para serem também vigiados. A relação com quem os legitima mudou.

As mudanças no jornalismo ocorrem ao longo do tempo por força das circunstâncias sociais, políticas, culturais e tecnológicas e não pela força da reflexão sobre aquilo que obriga à mudança. Em mais de 40 anos, existiram cinco congressos de jornalistas em Portugal. Eventos pesados e de difícil organização. Úteis, sem dúvida, quanto mais reflexão, melhor, mas a velocidade a que se desenvolve o ambiente comunicacional exige reflexão mais ágil e frequente, com envolvimento dos públicos em alguns *fora*. Não se pode concluir que os cidadãos fazem parte do processo mediático e são importantes para o exercício de jornalismo de qualidade e não os integrar para definir esse objetivo.

A questão é que nas sociedades contemporâneas a velocidade a que evoluem as condições tecnológicas exige uma adaptação à realidade comunicacional muito mais rápida do que as mudanças feitas ao sabor do tempo como no passado.

As empresas de comunicação social adaptam-se e investem em novas tecnologias, de forma que os seus conteúdos cheguem a cada vez um maior número de públicos, a bem da sua sustentabilidade. O jornalismo terá de saber posicionar-se

8 Expressão retirada do título do estudo citado de 2023.

neste enquadramento de forma mais rápida, para que os cidadãos voltem a acreditar na sua função social e política nas sociedades.

As regras deontológicas e éticas da atividade do jornalismo necessitam de urgentes alterações, mas os seus atores têm de estar disponíveis para uma reflexão sobre os seus processos e rotinas. É necessária maior abertura do jornalismo para discutir as suas dificuldades. E das empresas de comunicação social, para encontrarem modelos de negócio que recuperem o equilíbrio entre "vender e dar" informação jornalística.

Referências bibliográficas

Bourdieu, P. (1996), *Sobre a Televisão*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

Figueira, A., e E. C. Silva (2023*),* "A transparência como dimensão da qualidade: a propriedade dos média e os desafios da (in)visibilidade", *Comunicação e Sociedade*, 44.

Freedman, D. (2015), "Paradigms of media power", *Communication, Culture and Critique*, 8, 273-289, disponível em https://research.gold.ac.uk/id/eprint/11607/1/CommCultCritiqueRevised16_06_14.pdf.

Miranda, J. (2018), "Responsabilidade social: entre a liberdade de imprensa e o enquadramento do mercado", *Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação* — UBI, disponível em https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/miranda-joao-2018-responsabilidade-social.pdf

Rebelo, J. (2006), "Os acontecimentos mediáticos como actos de palavra", *IC Revista Científica de Información y Comunicación*, 3, disponível em https://icjournal-ojs.org/index.php/IC-Journal/article/view/161.

Traquina, N. (2005), *Teorias do Jornalismo — Porque as Notícias São como São*, Florianópolis, Insular.

Tutivén, I. V., e C. G. Cano, (2025), "Ética jornalística na era da inteligência artificial: rumo a uma atualização dos códigos deontológicos no contexto ibero-americano", *Comunicação e Sociedade*, 47.

Televisão do Estado, televisão do Governo?
A experiência da RTP

Alberto Aarons de Carvalho
Presidente do Conselho Geral Independente da RTP, Ph.D. em Ciências da Comunicação

Os modelos de governação e as experiências europeias

Na generalidade dos países europeus, razões de natureza histórica, técnica, económica e política explicam a criação de monopólios públicos na televisão, que perdurariam desde o início da atividade televisiva até aos anos 70 a 90 do século passado. No entanto, mesmo depois da abertura dessa atividade à iniciativa privada, não seriam postas em causa a existência e a própria relevância de um operador público.

O modelo de serviço público impunha uma intervenção do poder político, pelo menos para definir o seu modelo de governação e assegurar o seu financiamento.

A questão da independência dos operadores de serviço público em relação ao poder político viria a ser, assim, um dos problemas centrais dos regimes democráticos, tanto mais que a televisão constituiu, desde o seu início, uma das mais importantes fontes de informação nas sociedades europeias.

Ocupando os operadores públicos de televisão um lugar nuclear no processo de comunicação política, que o fim do monopólio apenas atenuou, compreende-se que o seu modelo de organização e governação reflita, na generalidade dos países, a estrutura e a tradição política estatal, designadamente os modelos adotados em cada um deles para o governo das sociedades.

Na origem da BBC, cujo percurso influenciaria a conceção de serviços públicos de outros países, está a ideia de que deveria ser um serviço para o público, independente do Governo e de interesses particulares. A reconhecida tradição de independência da BBC decorre sobretudo de uma arreigada tradição, consensualizada entre as principais forças partidárias, de respeito pela autonomia do operador, uma vez que o seu modelo organizativo é relativamente governamentalizado.

Por sua vez, os modelos de governação dos operadores alemães, adotados a seguir à Segunda Guerra Mundial, são fruto das regras impostas pelas potências aliadas e da tradição federal do país. Existem operadores públicos em cada um dos estados federados, de cuja associação resulta a ARD, e, mais tarde, por acordo entre os *länder*, a ZDF. Em cada um destes operadores existe um Fernsehrat (conselho de televisão), representativo das mais relevantes forças sociais e políticas, a quem compete designar o diretor geral da empresa e o seu conselho de administração.

Em Itália, depois de várias sentenças do Tribunal Constitucional aprovadas em 1974, opondo-se a um modelo governamentalizado, foi aprovada uma lei que estipulava a transferência do controlo da RAI para o Parlamento, com a consequente *lottizzazione*, expressão que consagrava a partilha tácita dos três canais pelas forças políticas então mais influentes, os democratas cristãos, os socialistas e os comunistas. O espetro político mudaria substancialmente, mas o modelo italiano continuaria parlamentarizado até julho de 2024, quando o executivo dirigido por Giorgia Meloni garantiu o controlo político da RAI, cabendo-lhe a designação da sua administração.

Em França, as diversas alterações que ocorreram nas últimas décadas não anularam a tradição relativamente centralizadora e estatista, ilustrada, em 1972, pelo então presidente Pompidou, que considerou a televisão pública "a voz da França". Atualmente, porém, os presidentes dos operadores públicos de rádio e de televisão são nomeados pelo regulador ARCOM, criado em 2022 e resultante da fusão dos anteriores reguladores dos meios audiovisuais (CSA) e dos direitos de autor (HADOPI).

A diversidade de modelos organizativos, de que os países atrás referidos constituem meros exemplos, permite concluir pela complexidade de qualquer tentativa de sistematização dos modelos de governação.

No entanto, é possível realçar características afins às estruturas organizativas de cada operador nacional, classificando-as, nomeadamente, de acordo com a origem da designação dos seus principais dirigentes, desde os gestores aos diretores de conteúdos, com a relevância da intervenção governamental, a origem da influência dominante e a ligação do operador à atividade política.

Utilizando o critério da designação dos principais dirigentes, podem ser utilizados quatro modelos: governamentalizado, parlamentarizado, representatividade social e misto.

Outros autores consideram a importância da intervenção do Governo como o critério mais apropriado para apurar a independência, como Nissen (2006), ou a influência dominante e o grau de politização, como Humphreys (1996), ou ainda a autonomia do operador público face ao poder político, como Kelly (1983). Ainda que baseado numa comparação mais vasta entre sistemas de meios de comunicação, e apesar de já estar desatualizado em diversos aspetos, merece referência o estudo de Hallin e Mancini, *Comparing Media Systems*, publicado em 2004. No modelo mediterrânico ou pluralista polarizado, existiriam sistemas parlamentarizados ou governamentalizados de controlo do operador público; no modelo do Norte da Europa ou democrático corporativo, haveria um forte serviço público e com considerável autonomia, apesar da presença dos partidos e dos grupos sociais na direção do operador; e no modelo do Atlântico Norte ou liberal, prevaleceria um sistema formalmente autónomo, com um modelo profissional de direção do operador.

Existem muitos fatores a ponderar na apreciação da democraticidade e da independência de um operador. E são diversos, nomeadamente desde os anos 90 do século passado, os documentos de instâncias europeias que visam assegurar um modelo de governação e outras medidas que garantam a sua independência em relação ao poder político. Recentemente, a Comissão Europeia aprovou o Regulamento

Europeu sobre a Liberdade dos Meios de Comunicação (European Media Freedom Act — EMFA), que entrou plenamente em vigor em agosto de 2025, visando, nomeadamente, "garantir que os operadores de serviço público são independentes do ponto de vista editorial e funcional e fornecem, de forma imparcial, uma variedade de informações e opiniões ao seu público" e que "os procedimentos de nomeação e exoneração do responsável pela gestão ou dos membros do conselho de administração dos prestadores de serviço público de comunicação social têm por objetivo garantir a independência dos prestadores de serviço público de comunicação social".

Para o efeito, prossegue o n.º 2 do artigo 5.º do EMFA, tais responsáveis "são nomeados com base em procedimentos transparentes, abertos, eficazes e não discriminatórios e em critérios transparentes, objetivos, não discriminatórios e proporcionados previamente previstos a nível nacional".[1]

Sublinhe-se, porém, que a origem e o modelo de designação dos principais cargos do operador constituem dois — mas não os únicos… -dos seus aspetos fundamentais, como o demonstra a experiência portuguesa.

A evolução do modelo português

Desde o início da sua atividade, em 1957, até ao 25 de Abril, a RTP era, como assinalava Marcelo Caetano, "um instrumento essencial de ação política".[2] A sua estrita dependência em relação ao Governo resultava, sobretudo, da confiança pessoal e política merecida pelos seus gestores e principais dirigentes, que o executivo designava, apesar da RTP ter então, até dezembro de 1975, uma maioria de capital privado, bem como dos mecanismos de controlo da comunicação social em vigor, como a censura prévia.

No entanto, mesmo depois de 1974, persistiu durante cerca de duas décadas um modelo claramente governamentalizado: cada vez que mudava a cor política do Governo, mudava inevitável e celeremente não apenas o conselho de administração, como, pouco tempo depois, os diretores de conteúdos, criando-se uma evidente cadeia hierárquica de controlo político.

Este modelo governamentalizado subsistiu apesar das experiências de regulação dos média, centradas então na defesa da independência do vasto setor público da comunicação social ante o poder político. De facto, quer a experiência dos conselhos de informação para a RTP, RDP, Imprensa e ANOP (1977-84), quer a do Conselho de Comunicação Social (1984-90) não impediriam então a governamentalização da RTP, fruto da relativa hegemonia que as maiorias políticas

1 O mesmo artigo 5.º, n.º 2 do EMFA estabelece ainda que "a duração do seu mandato deve ser suficiente para garantir a independência efetiva dos prestadores de serviço público de comunicação social" e que "as decisões de exoneração do responsável pela gestão ou dos membros do conselho de administração dos prestadores de serviço público de comunicação social antes do termo do mandato devem ser devidamente justificadas (…) e passíveis de recurso judicial".

2 Carta ao presidente da RTP de 28 de dezembro de 1970 (Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1980: 238).

asseguravam nestas experiências regulatórias. Recorde-se que, em 1975, uma nota de serviço emitida pela direção da rádio pública — a Emissora Nacional — determinava que sendo este operador "um órgão de comunicação social dependente do Governo (…) qualquer informação ostensivamente contrária ao Governo ou a qualquer dos seus membros não pode ser transmitida".[3] E ainda que, de acordo com os estatutos da RTP de 1976, o Governo podia utilizar até uma hora de tempo de antena por semana para "emissão de reportagens filmadas ou outros filmes de interesse para a sua ação governativa".[4]

No início dos anos 1980, o mero envio de um jornalista da RTP para uma cobertura informativa no estrangeiro tinha de ser autorizado pelo Governo. Até aos anos 1990, era considerado normal que o conselho de administração da RTP tomasse posse na residência oficial do primeiro-ministro, como aconteceu, por exemplo, em julho de 1983, quando governava o chamado Bloco Central, uma coligação entre PS e PSD.

A partir dos anos 1990, várias alterações, nomeadamente nos estatutos da RTP (e da RDP) e nas normas relativas à regulação, foram assegurando um progressivo afastamento do poder político:

— institucionalização, a partir de 1992, de um Conselho de Opinião socialmente representativo, semelhante ao modelo alemão do Fernsehrat, mas com poderes limitados à apreciação das linhas gerais de orientação da empresa e, a partir de 2014, à indicação de dois dos seis membros do Conselho Geral Independente e à emissão de pareceres não vinculativos (com exceção do período entre 1998 e 2002) sobre a designação e a destituição dos diretores de programação e informação;[5]
— atribuição, a partir de 1992, da responsabilidade exclusiva pela seleção e conteúdo da programação e da informação aos diretores das respetivas áreas, vedando qualquer intromissão dos administradores;
— estabelecimento, a partir de 2002, do princípio da inamovibilidade dos gestores, cujos mandatos apenas podem ser interrompidos em casos excecionais tipificados na lei, impedindo situações como a verificada, nomeadamente entre 1974 e 1980, período em que a RTP teve 15 diferentes conselhos de

3 Intervenção na Assembleia Constituinte do deputado Mário Mesquita, DAC n.º 40, sessão de 29/8/75, p. 1120.

4 Artigo 4.º, n.º 6 do Decreto-Lei n.º 189/76, de 13 de março. De acordo com os estatutos da RTP de 1980 (artigo 7.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 321/80, de 22 de agosto), essa obrigação seria exercida através da Secretaria de Estado da Comunicação Social, referindo-se que poderia abranger "filmes relativos à higiene e saúde públicas, à poupança de energia e outros semelhantes". Em 1992, através da Lei n.º 21/92, que transformava a RTP de empresa pública em sociedade anónima de capitais públicos, a empresa deveria ceder "tempo de emissão à Administração Pública, com vista à divulgação de programas de interesse geral relativos á higiene, saúde e segurança públicas ou outros semelhantes", norma que, todavia, não seria aplicada.

5 José Rebelo foi membro do Conselho de Opinião da RTP, entre 2007 e 2021. Entre 1998 e 2002, ao Conselho de Opinião era atribuída a competência para dar um parecer vinculativo sobre a nomeação e a exoneração dos gestores.

administração ou a mudanças geradas pela alteração do partido político no Governo;

— atribuição à ERC, a partir de 2005, da competência para emitir parecer prévio e vinculativo sobre a nomeação e destituição dos diretores e diretores-adjuntos da RTP que tenham a seu cargo as áreas da programação e da informação;

— institucionalização, a partir de 2014, de um Conselho Geral Independente, formado por seis membros (dois indicados pelo Governo, dois pelo Conselho de Opinião e dois cooptados pelos restantes membros), a quem compete, nomeadamente, escolher os membros do conselho de administração, de acordo com as linhas orientadoras para a empresa às quais se deve subordinar o projeto estratégico para a sociedade por estes proposto, e supervisionar a sua ação.

A independência do operador de serviço público em relação ao poder político não depende, todavia, apenas do modelo de governação. O escrutínio da opinião pública — e da opinião publicada… —, os efeitos da concorrência com outros operadores televisivos e, realce-se este ponto, o papel dos jornalistas da empresa e os seus compromissos com as normas deontológicas e os valores éticos da profissão contribuíram indiscutivelmente para que a RTP tenha ganhado, nomeadamente na última década, uma relevante e inegável imagem de órgão de comunicação social rigoroso, qualificado e independente.

No entanto, existem duas matérias que, atualmente, ameaçam de forma inaceitavelmente evidente a sua independência, limitando os efeitos positivos da evolução registada ao longo das últimas décadas no modelo de governação.

A primeira tem que ver com o financiamento, matéria frequentemente abordada pelas instâncias europeias.[6] A legislação em vigor estipula que o montante da Contribuição para o Audiovisual (CAV), anualmente previsto no Orçamento do Estado, seja atualizado de acordo com a taxa de inflação, mas essa norma não é cumprida pela Assembleia da República desde há cerca de oito anos. É verdade que as receitas da RTP através da CAV têm aumentado por via do crescimento do número dos contadores da eletricidade e que a Assembleia da República rejeitou a intenção do Governo de anular a publicidade comercial na RTP1. Mas a imprevisibilidade das receitas do operador de serviço público, dependentes da vontade do poder político, e a recusa governamental em proceder ao aumento de capital de 14,29 milhões, validado pela CE há 14 anos, têm limitado a resposta do serviço

6 O recente Regulamento Europeu sobre a Liberdade dos Meios de Comunicação (European Media Freedom Act) dispõe no artigo 5.º, n.º 3 que "Os Estados-membros asseguram que os procedimentos de financiamento dos prestadores de serviço público de comunicação social se baseiam em critérios transparentes e objetivos previamente determinados. Esses procedimentos de financiamento garantem que os prestadores de serviço público de comunicação social dispõem de recursos financeiros adequados, sustentáveis e previsíveis, compatíveis com o cumprimento da sua missão de serviço público e a capacidade de desenvolvimento no âmbito da mesma".

público aos novos desafios provenientes das recentes mudanças, nomeadamente na oferta e no consumo dos serviços de televisão e rádio.[7]

A segunda questão — bem menos conhecida, mas não menos grave… — consiste nas limitações à contratação de novos trabalhadores.

Desde 2013, a RTP está impedida de celebrar contratos de trabalho sem prévia autorização governamental. Esta limitação aplica-se à constituição de novos vínculos laborais, à conversão de contratos ou outras formas contratuais que envolvam encargos permanentes com pessoal, incluindo as meras cedências de interesse público. Depois do Decreto-Lei de Execução Orçamental de 2025, a RTP apenas pode proceder a novas contratações quando expressamente autorizadas no ato de aprovação pelo Governo do Plano de Atividades e Orçamento da empresa. A título excecional, a RTP poderá ainda contratar se obtiver uma autorização conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da tutela da RTP.

Para uma empresa integrada num setor tão sensível às mudanças da era digital — desde a oferta às formas de consumo — e tão exigente na qualificação e na independência dos seus trabalhadores e na renovação dos seus quadros, estas limitações constituem um inaceitável espartilho e podem, no limite, abrir a porta a vetos ou mesmo escolhas governamentais.

A independência da RTP face ao poder político não é ainda uma batalha ganha…

Referências bibliográficas

Cádima, Francisco Rui (2006), *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa,* Lisboa, Presença.

Carvalho, Alberto Arons de (2009), *A RTP e o Serviço Público de Televisão,* Coimbra, Almedina.

Hallin, Daniel, e Paolo Mancini (2004), *Comparing Media Systems,* Nova Iorque, Cambridge University Press.

Hermanus, Olivier, e Amélie Lacourt (2025), *Governance and Funding of Public Service Media,* Estrasburgo, European Audiovisual Observatory.

Humphreys, Peter (1996), *Mass Media and Media Policy in Western Europe,* Manchester, Manchester University Press.

7 Estava previsto que, em 2020, fosse finalmente realizado o aumento de capital do remanescente de 16,29 milhões de euros. Todavia, o Orçamento do Estado para 2020 apenas aprovou um aumento de capital de 2 milhões de euros, que foi realizado posteriormente. Se já tivesse sido concretizado o previsto aumento de capital remanescente de 14,29 milhões de euros, valor este sancionado pela Direção Geral de Concorrência da Comissão Europeia nas suas decisões de 2006 e 2011, teria sido possível financiar uma parte do esforço de investimento necessário para ultrapassar a situação de obsolescência tecnológica da RTP, assegurando também o equilíbrio financeiro da empresa. Esta poderia, finalmente, ter capitais próprios positivos, deixando a atual situação de falência técnica, dado que no final do primeiro semestre de 2025, apesar de sucessivos resultados líquidos positivos nos últimos 14 anos, exceto neste primeiro semestre do ano de 2025, o capital próprio ainda era de negativo em 6,163 milhões de euros.

Kelly, M. (1983), *Influences on Broadcasting Policies for Election Coverage,* em J. G. Blumler (ed.), *Communication to Voters*, Londres, Sage.

Nissen, Christian (2006), *Faire la Différence — la Radiodiffusion de Service Public dans le Paysage Audiovisuel Européen,* Londres, John Libbey Publishing.

A informação em tempos de "mediação religiosa"

João Figueira
Jornalista e professor, Universidade de Coimbra

> Dessa dualidade temporal resulta que o acontecimento seja, simultaneamente, explicável e explicativo. Explicável pela produção de "estórias" que origina.
> Explicativo pelo poder que transporta, enquanto revelador daquilo que ele (trans)forma, ou pode (trans)formar, nas pessoas e nas coisas.
> José Rebelo,
> *Os Acontecimentos Mediáticos como Acto de Palavra*

A crença e as convicções sobrepõem-se aos factos e à realidade objetivável. Neste tempo do pós-facto, dos populismos radicais de direita e das verdades-alternativas, o jornalismo enfrenta novos desafios, não obstante a mentira e a desinformação nunca terem desaparecido por completo de cena. Agora, porém, há o risco de serem elas as protagonistas. Consequentemente, é também a democracia e os seus valores que estão em jogo. E o jornalismo: é ainda o guardião à altura das circunstâncias?

Em *Da Democracia na América*, Alexis de Tocqueville diz a certa altura que uma ideia falsa, mas clara e precisa, terá mais poder no mundo que uma ideia verdadeira e complexa. Este pensamento é contemporaneamente comprovado através do estudo realizado por um conjunto de investigadores (Vosoughi *et al.*, 2018), que analisaram 126 mil conteúdos partilhados por três milhões de pessoas no Twitter. Constataram que a mentira e a falsidade possuem uma capacidade de atração indiscutivelmente maior que a verdade.

A questão não é nova, portanto. Há cerca de um século, Fernando Pessoa já tinha escrito que "o público não quer a verdade, mas a mentira que mais lhe agrade", salientando, então, que "as sociedades são conduzidas por agitadores de sentimentos, não por agitadores de ideias" (1966: 74).

Dir-se-á que tudo seria mais fácil se fosse possível acreditar na existência da verdade como evidência, ou seja, como algo suscetível de ser aceite sem qualquer tipo de resistência retórica, quando se sabe, pelo menos desde Platão, que há um insanável conflito de interesses entre o poder e a verdade, ao ponto de o velho filósofo considerar que o exercício da política prefere o que é popular à verdade. Donde, sendo a política, no dizer de Daniel Innerarity, "uma forma de fazer coisas com palavras" (2016: 121), significa que a retórica política se mantém num equilíbrio

instável em que o uso da linguagem surge como um instrumento de persuasão e de construção de pós-verdades.[1]

Nesta perspetiva, a linguagem é a própria ação, o que lhe empresta uma dimensão performativa que, ao atuar no palco mediático, assume potencialidades novas, por vezes até incontroláveis. Porém, nunca a sua dimensão terá assumido as proporções inquietantes que hoje lhe detetamos, em consequência do ecossistema mediático em que habitamos, da possibilidade de qualquer cidadão poder produzir e distribuir informação em fluxos contínuos e à escala global, da crescente concorrência pela economia da atenção e, ainda, devido ao facto nada despiciendo de os cidadãos viverem mergulhados no seu mundo de redes sociais, respirando o ar tantas vezes tóxico que elas emanam, mas indutor das suas tomadas de posição (Figueira, 2023).

A preocupação que Hannah Arendt expõe em *Verdade e Política* acerca dos dilemas que podem ser colocados quando se confronta a liberdade de opinião com a verdade dos factos ganha, assim, uma renovada pertinência e atualidade, porquanto os meios disponíveis para a contemporânea manipulação dos factos são incomensuravelmente maiores e mais sofisticados que os existentes há meio século. Nessa altura, a filósofa de origem alemã já discutia o fabrico de imagens e da escrita do acontecido, que podia emergir sob novas versões e roupagens, tendo em vista o "rearranjo de toda a textura factual" (1995: 46). Em causa, estava a ideia da possibilidade de fabrico de uma outra realidade, através de um processo de substituição da factualidade.

Tal deixou, no entanto, de ser apenas uma hipótese filosófica para se transformar numa prática política atual ou, se se preferir, numa ação de comunicação política, com a introdução do conceito de "factos alternativos" e de "pós-verdade", onde noções como honestidade e verdade já não são absolutas, mas conceitos mutáveis e voláteis (Keys, 2004) e, por isso mesmo, como propõe Farhad Manjoo (2008), na sua sugestiva obra, todos temos de aprender a viver numa sociedade do pós-facto.

Ora, quando o exercício do poder político democrático se confronta diariamente com processos comunicacionais que visam a sua erosão, e as posições que o atacam fazem uso de todo um meticuloso jogo emocional, apontando para a construção de realidades artificiais com a sua munição de narrativas contra a ciência, o conhecimento em geral e a noção de verdade, isso significa que o alvo principal dessa estratégia é conquistar a soberania da opinião pública.

A racionalidade está ausente de todos esses mecanismos, uma vez que o êxito de todo o processo reside na manipulação das emoções, no fomento do ódio ou fanatismo, nas teorias da conspiração, na negação das realidades evidentes.

Em suma, como sustenta Murray (2020), a propósito do poder avassalador da tecnologia em todos estes processos, a finalidade é "implantar nas nossas sociedades uma nova metafísica ou, se preferirem, uma nova religião". Porque o objetivo,

---

1 Innerarity, vai buscar a expressão "uma forma de fazer coisas com palavras", que utiliza em momentos diferentes, ao título de um livro da autoria de Austin, John (1962), *Fazer Coisas com Palavras*.

segundo o mesmo autor, é "encontrar significado travando uma guerra constante contra quem quer que pareça estar do lado errado de uma questão que acabou, ela própria, de ser reformulada e cuja resposta acabou de ser alterada" (*idem*: 12).

É dentro desta linha de pensamento que Eliane Brum, uma das mais prestigiadas jornalistas brasileiras, escrevia no *El País*, em outubro de 2021, sob o título "O rompimento do mundo dos humanos" (a propósito da atribuição do Nobel da Paz a dois jornalistas, Maria Ressa, das Filipinas, e Dmitri Muratov, da Rússia), que há hoje uma mediação religiosa no relacionamento das pessoas com a realidade:

> por uma série de razões, o verbo que progressivamente passou a mediar uma parcela significativa das pessoas na sua relação com a realidade é "acreditar". Não mais os verbos iluministas do duvidar, investigar, testar, confrontar, comparar etc. Mas acreditar. É uma mediação religiosa da realidade, determinada pela fé. A crença se antecipa aos fatos, e assim os fatos já não importam. É como se as pessoas passassem a ler a realidade da mesma forma que leem a Bíblia. Esta é a razão que determina a crise da imprensa, da ciência e de outros fundamentos que constituíram a modernidade, baseados na investigação e no questionamento constante, para os quais a dúvida é que move o processo de apreensão da realidade e de construção do conhecimento sobre o mundo (Eliane Brum, *El País*, 14/10/2021).

Esta mudança na forma de apreensão da realidade acerca da qual a jornalista brasileira discorre pode ser entendida segundo duas perspetivas complementares: 1) falência do papel do jornalismo como instrumento de conhecimento e sequente insolvência enquanto elemento mediador da(s) realidade(s); 2) hegemonia da comunicação não mediada pelo jornalismo em que já não é a procura da verdade que mais importa, mas sim a confirmação das convicções, dos pré-juízos de cada um e a sua fé inabalável naqueles cujas palavras satisfazem os seus instintos e desejos.

Da origem de todos os males

Ao invés do passado, em que as noções de bem e de mal se encontravam mais estabilizadas, em boa parte devido à influência e papel da igreja, a contemporaneidade está marcada por uma enorme fragmentação de valores, que já não são absolutos — pelo menos no mundo ocidental — mas parciais, uma vez que a autonomia e a liberdade individuais ambicionam sobrepor-se ao sentido coletivo.

Na ótica aristotélica de Estado, competia a este zelar pelo bem comum, conceção que, embora não se possa afirmar, no plano normativo e formal, que está desatualizada, ela enfrenta evidentes dificuldades. O esfarelamento e erosão do seu poder, essencialmente marcado pela influência de valores e interesses de ordem individualista e de classe, tem levado o poder político e administrativo a comprometer-se com os valores dessas mesmas posições, daí resultando um claro aproveitamento por parte de fações ou grupos que aproveitam a mais pequena brecha da democracia para a tentar esventrar.

Como escreve Mounk (2019) em *O Povo contra a Democracia*, o cidadão do tempo presente mostra-se inquieto e descrente, ao ponto de a sua desilusão para com a política e os partidos nos revelar um tipo de eleitor que parece estar farto da democracia liberal — no limite, não hesita até em lhe ser hostil. Diante de tal cenário, emerge um perfil de líder, em regra com um discurso ao mesmo tempo agressivo, simplista e maniqueísta, para quem a complexidade dos problemas e das sociedades contemporâneas é uma mistificação do sistema, ou seja, dos dirigentes e das políticas democráticas que, na ótica desses populistas, são a origem de todos os males.

Poderíamos dizer, como Innerarity, que temos de ser capazes de "aprender a lidar com um saber incompleto" (2021: 66), no sentido em que é imprescindível ter uma noção clara acerca da ignorância e do desconhecimento que as sociedades democráticas contemporâneas contêm. Para este investigador espanhol de filosofia política, a densidade de desconhecimento do tempo presente está intimamente ligada a preocupações relacionadas com o paradigma da complexidade e com a teoria política dos sistemas sociais complexos, em cujo seio se procura desbravar caminho através de uma abordagem científica muito ampla e interdisciplinar, tendo em conta as noções de risco e de imprevisibilidade.

Portanto, aquilo que constitui o "iluminismo do desconhecimento" (*idem*: 66), na expressão do mesmo autor, traduz tão só, e não é pouco, a adoção de uma atitude ciente de que lida com uma totalidade social e política demasiado complexa e, com essa posição de princípio, é capaz de fazer face à incerteza e inexatidão. Tal significa, em síntese, que fenómenos como a desinformação, falsidade, entre outros de sentido idêntico, não se inserem explicitamente nos referidos domínios da ignorância e do desconhecido, embora eles possam aí emergir de forma empacotada ou como sintoma de algum abcesso da democracia.

É neste contexto que a desintermediação política mais o uso desregulado das redes sociais para fins de manipulação da opinião pública, através da veiculação de discurso de ódio e de xenofobia, e de construção de narrativas paralelas completamente desfasadas da realidade concreta e palpável, constituem aspetos e preocupações centrais das sociedades contemporâneas.

Decorre de tudo isto, sumariamente falando, uma responsabilidade acrescida por parte dos atores mediáticos, designadamente na construção das respetivas narrativas, o que releva o papel do poder da linguagem.

Com efeito e sem prejuízo do rigor que tem de estar sempre presente nessas narrativas, é preciso não perder de vista que a escrita jornalística, ao classificar hierarquicamente os factos, ou seja, relevando o mais importante em detrimento do menos fundamental, consubstancia um processo de interpretação que é intrínseco ao exercício da profissão. Percebe-se porquê: os factos puros e simples não existem — eles são sempre resultado de uma interpretação. E ao não ser possível apresentar os factos crus, o jornalista trabalha com proposições (Sponholz, 2009), ou seja, aquilo que o texto jornalístico oferece não é a realidade em si — os tais factos que se impõem por si e dispensam argumentos — mas elementos que visam conferir credibilidade à notícia.

Quer isto dizer, portanto, que no quadro da escrita jornalística, é necessária a construção de uma narrativa que dê vida e forma aos acontecimentos. Por outras palavras, que seja capaz, na linha do pensamento de José Rebelo, de comportar as dimensões do "explicável" e do "explicativo" (2006: 21), de modo que o respetivo acontecimento possa ser devidamente entendido e apreendido.

O acontecimento no sentido que aqui lhe damos refere-se ao evento ou "ocorrência", para utilizar a expressão de Rebelo (2006), com "potencial de atualidade, relevância e de pregnância" (*idem*: 18) e que, por esses motivos, ou por algum deles, é objeto de mediatização. Estaremos, assim, perante algo que irrompe através de processos noticiosos no espaço público e, por via dessa visibilidade pública, a simples ocorrência ganha esporas de acontecimento mediático.

Tal é possível por intermédio de um processo de construção da realidade em que os jornalistas são participantes ativos — "atores e espetadores ao mesmo tempo" — como assumia o diretor e fundador do *Le Monde*, Hubert Beuve-Méry, no seu primeiro editorial, em 1944. Meio século depois, o então diretor, Jean-Marie Colombani, reforçaria a mesma ideia, ao sustentar que cada jornalista está implicado e ligado à atualidade que trata (Colombani, 1994: 5).

O modo como essa atualidade é vista e interpretada e as escolhas que a todo o momento são feitas pelos média e seus jornalistas resultam de opções próprias — nada disso é aleatório e há muito que se sabe que a informação noticiosa não é o espelho da realidade. "É ideológica", como muito adequadamente sustenta José Rebelo, quando se refere à dualidade temporal de um acontecimento e aos níveis de atenção que o texto jornalístico lhe empresta: "segundo os efeitos pretendidos, pode exprimir uma maior insistência no passado ou uma maior insistência no futuro" (2006: 21).

Daí que o poder dos média, de acordo com Pissarra Esteves (2005), "não pode ser considerado em qualquer circunstância como exclusivo, ou sequer como uma prioridade a nível das estruturas de comunicação e sentidos públicos. Esse lugar é da linguagem — na qual os próprios média se fundam" (*idem*: 35).

Ao atribuir à linguagem o (verdadeiro) poder dos média, isto é, naquilo que dizem e na palavra das vozes que mais a ela acedem e através dela assumem especial protagonismo e visibilidade, Pissarra Esteves não apenas recentra o debate em torno da importância vital do papel desempenhado pelo discurso e pela palavra, como reforça o entendimento que Nelson Traquina (1993; 2002) expressa sobre este mesmo ponto, quando afirma que

> As notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e textos. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia cria o acontecimento. O primeiro poder dos jornalistas é a decisão última de poder optar pelo que é notícia, sabendo que a notícia dá existência pública ao acontecimento ou à problemática (1993: 168; 2002: 127).

Ao situarmos a ideia de linguagem como poder — em parceria com o poder de decisão dos jornalistas, como bem assinala Traquina — pretendemos fazer sobressair a importância decisiva que ela (a linguagem) tem, não apenas enquanto elemento e instrumento de uma certa enunciação discursiva e, por extensão, na construção de

um certo sentido, mas também como ela, em função do lugar que o seu autor ocupa na escala económica, política, cultural ou social, é apropriada e assumida através das narrativas mediáticas, designadamente as jornalísticas.

"Ilusão democrática de desintermediação"

Embora o jornalismo enquanto discurso ou, dito de outra maneira, o texto jornalístico, no sentido do que é manifestamente dito e textualmente marcado, seja o foco principal do que estamos escrevendo, poder-se-ia também afirmar que as ausências (e silenciamentos) têm também um significado preciso que importa avaliar e ter em devida conta, como sublinha a este respeito Teun van Dijk (2005), para quem muitas vezes a análise do não dito é mais reveladora do que aquilo que está expresso textualmente. O mesmo investigador insiste também na dimensão ideológica da produção jornalística, ao sustentar que

> Os tópicos ou padrões de citações nos relatos das notícias podem refletir os modos de acesso dos vários atores das notícias ou das fontes aos média, enquanto o conteúdo e a forma de um título num jornal diário podem influenciar subtilmente a interpretação e assim os efeitos persuasivos dos relatos noticiosos entre os leitores (Dijk, 2005: 74).

Esta afirmação, feita há quase duas décadas, embora se mantenha atual, foi produzida num ecossistema mediático que é hoje substancialmente diferente do de 2005. Na verdade, depois de ao longo de um século e meio os média tradicionais, quase sempre propriedade das elites económicas e políticas, concentrarem o monopólio da distribuição de informação a larga escala e à distância, esse poder como que caiu na rua: qualquer indivíduo pode viralizar para milhões de pessoas e de forma desregulada os conteúdos e mensagens que entender.

Neste novo quadro comunicacional, os incitadores da instabilidade — como se viu com a invasão dos bolsonaristas às sedes de poder em Brasília, ou com os apoiantes de Trump que tomaram o Capitólio, em janeiro de 2021 — têm mostrado levar vantagem.

Aquilo que nos alvores deste século era visto como uma vantagem para a saúde democrática de acordo com o entendimento que, então, se fazia acerca dos avanços tecnológicos e sequente alargamento e popularização da Internet a todos os cidadãos — Larry Diamond chegou a classificar de "tecnologia da libertação" os prometedores avanços digitais —, mostra hoje que o reverso dessa moeda é incontrolável e pode constituir uma ameaça a essa mesma saúde democrática. De facto, várias grandes decisões políticas foram tomadas nos últimos anos, cujo destino foi determinado e influenciado pelas redes sociais e pela comunicação não mediada pelos jornalistas:

> Especialistas e cientistas políticos afirmaram que os britânicos nunca aprovariam o Brexit. Aprovaram. Especialistas e cientistas políticos afirmaram que Donald Trump nunca seria eleito. Foi. Especialistas e cientistas políticos afirmaram que a democracia

> nunca correria risco de se desconsolidar. Ela corre. Vivemos numa era de incerteza radical (Mounk, 2019: 48).

É ao olhar para este terreno minado que o cientista político norte-americano nascido na Alemanha Yascha Mounk não tem a menor dúvida acerca do impacto da tecnologia de comunicação digital nas práticas políticas. Porém, questiona-se sobre se

> A perda de influência dos difusores tradicionais de informação irá empoderar as pessoas comuns e impulsionar a democracia — ou já causou estrago ao dar aos populistas a plataforma de que precisavam para envenenar nossa política? (Yascha Mounk, 2019: 206).

Colocados perante o que Innerarity (2021: 286) chama de "ilusão democrática de desintermediação", como se as possibilidades que a tecnologia nos põe à disposição, levadas à letra, nos conduzissem a uma espécie de redemocratização da vida coletiva, aquilo a que teremos de atender é à finalidade e objetivos do estado democrático e ao papel dos cidadãos e das instituições nesse quadro normativo, sem reduzir a sua vida unicamente à ideia de participação:

> Do que se trata é de fazer girar a democracia sobre o conceito de uma vontade geral construída, igualitária e inclusiva. Tanta delegação e antecipação quanta seja necessária, tanta verificação quanta seja possível, esta poderia ser a fórmula de uma práxis de governo que não queira ser politicamente contraditória nem democraticamente injustificável (Innerarity, 2021: 305).

Tais preocupações estão longe de fazer parte dos indivíduos e dos grupos que fazem do rumor, do boato, dos preconceitos e da desinformação a sua militância e participação na sociedade.

Mounk (2019) recupera, de resto, a sondagem feita em 2016, no dia seguinte a Trump se ter referido a Hillary Clinton como sendo o "demónio", e em que 41% dos apoiantes do antigo presidente disseram acreditar que tal correspondia inteiramente à verdade, para concluir que a difamação e os efeitos dela decorrentes podiam ganhar foros de credibilidade. Isto é, por mais bizarras, falsas ou obscuras que possam ser as afirmações, se houver uma predisposição para acreditar nelas, estas passam a ser assumidas como verdadeiras.

A erosão mediatizada das instituições

Contudo, até que ponto são os próprios média, como pergunta Kent Asp (2007), uma ameaça à democracia, porque "a imagem que nos é transmitida é a de políticos em que não se pode confiar e instituições que não funcionam?".

A mesma dúvida, embora por outras palavras, já fora anteriormente colocada por Thomas Patterson (2002: 39), com base em pesquisas realizadas em países tão distintos como Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Alemanha e Suécia, onde "o

conteúdo das notícias sobre políticos, as instituições políticas e o funcionamento do governo é cada vez mais negativo" (2002: 39).

Consequentemente, assiste-se ao crescimento de um sentimento de desconfiança dos cidadãos nas instituições públicas. Em sentido contrário, Doris Graber, que Kent Asp também cita para realçar a complexidade do tema, chega a conclusões mais positivas, designadamente no que se refere à adequação dos média às necessidades informativas dos públicos e ao modo judicioso como estes depois as usam.

A explicação para esta diferença entre as conclusões mais pessimistas e mais positivas, esclarece Asp, reside na "função que os diferentes investigadores atribuem aos meios de comunicação social e às expetativas normativas que lhes atribuem" (2007: 32) no mundo atual da "satisfação do imediato", como Daniel Innerarity (2016: 315) classifica o comportamento dos média e da política. Tudo isto, como alerta Anthony Giddens, num quadro em que "na maioria dos países ocidentais os níveis de confiança nos políticos têm vindo a decrescer nos anos recentes" (2010: 72).

Densificando a complexidade da matéria, Brian McNair sustenta, a este respeito, que não basta haver uma informação livre e de qualidade para que as opções e escolhas dos cidadãos — e suas comunidades — sejam as mais acertadas. Na verdade, "muitas escolhas democráticas são feitas com base no preconceito e na ignorância" (McNair, 2009: 238), o que significa que as motivações expressas através dos diferentes atos e momentos de decisão democrática correspondem ou são determinadas pelas razões mais diversas e muitas vezes feitas de forma pouco racional.

Jornalismo e democracia: a mesma luta?

Mais uma razão, portanto, para se discutir e interpelar o papel e função do jornalismo. Para que serve ele e que lugar deve ocupar no quadro atual de complexidade democrática? Chamar a atenção em vez de informar (Otte, 2010) parece ser o objetivo central de um certo tipo de jornalismo, a braços com uma crise tridimensional: económica, profissional e de confiança (Nielsen, 2016), embora os média tradicionais, recorda a antiga diretora do *The New York Times*, Jill Abramson (2019) tenham muitas responsabilidades em todo o processo. Mais do que nunca, sustenta a jornalista, em *Merchands of Truth*, a informação vive sob o império das partilhas e dos gostos nas redes sociais, em suma, do *engagement* dos públicos.

A velocidade, que sempre foi um requisito do jornalismo desde a era industrial, está agora submetida à ditadura do instante; o ritmo que a tecnologia impôs aos processos de comunicação, acelera, assim, a desconfiguração de princípios profissionais do jornalismo. Se a tudo isto juntarmos a influência que as posições populistas exercem sobre a agenda mediática, ao ponto de conseguirem uma substancial exposição informativa sem contraditório, então isso quer dizer que há um problema novo (e recente) no jornalismo (Figueira, 2023).

Se assim for, vale a pena refletir sobre a proposta da filósofa política Nadia Urbinati (2019) sobre o fenómeno populista, quando considera que é imperioso

definir um modelo de lidar com ele. Cas Mudde, professor do Centro de Investigação sobre o Extremismo, da Universidade de Oslo, que há muito vem estudando o fenómeno da direita radical, defende que em vez de se olhar e seguir os temas da ultradireita e os seus enquadramentos, dever-se-á privilegiar a abordagem das questões que nos dizem respeito e à maioria da população, e postular as nossas posições do ponto de vista ideológico (2019).

Paralelamente, defende o mesmo investigador, há que promover o debate em torno das questões fundamentais à boa saúde das sociedades democráticas, mas com base nas propostas dos que as defendem, e não o inverso. Cas Mudde (2019) entende, ainda, que é imprescindível difundir alternativas políticas positivas, com base em ideologias democráticas.

Mutatis mutandis, é imperioso que o jornalismo tenha consciência que enfrenta uma realidade nova e adversa ao jogo democrático, e por isso tem de ser capaz de lidar convenientemente com ela, não a ignorando, evidentemente, mas que entenda na sua grelha de avaliação que é impossível tratar de forma igual o que é claramente desigual.

Dito de outro modo, é fundamental que as práticas jornalísticas acrescentem aos seus momentos de decisão uma pergunta elementar: de que modo esta notícia ou esta reportagem contribui para o reforço da democracia e melhoria a qualidade da vida democrática? Longe de haver aqui implícita alguma intenção de autocensura ou de menor exigência de escrutínio, o que se pretende afirmar é a valorização da responsabilidade social do jornalismo e do seu compromisso para com os valores e princípios matriciais da democracia e da sua defesa. Isto é, proclamar uma clara separação de águas entre a necessária e responsável informação jornalística — que beneficia inclusivamente de proteção constitucional — e aquilo que designamos por neopopulismo mediático.

Este vive paredes-meias com o neopopulismo político contemporâneo, hoje corporizado sobretudo através de partidos radicais de direita. Ora, essa lógica mediática que tem tanto de popular como de populista, que pratica uma informação menos exigente e muitas vezes desvinculada dos princípios deontológicos da profissão, alimenta-se, como orgulhosamente diz, do que as pessoas querem e gostam de ver, ouvir ou ler. No fundo, atua segundo os mesmos princípios estratégicos do político populista (Figueira, 2019, 2023).

Há, portanto, neste tipo de relacionamento uma espécie de processo de retroalimentação, no sentido em que as forças populistas, que evitam qualquer tipo de problematização, pois preferem a emoção do momento e limitar-se às certezas da maioria (Todorov, 2017), constituem um excelente alimento para os média que encontram nessas figuras e nesses discursos a sua dieta quotidiana de informação. No caso de Portugal, todos os estudos empíricos demonstram um claro domínio de exposição mediática do partido Chega e do seu líder, André Ventura — que é ainda o político que maior número de entrevistas deu, desde que foi eleito deputado, em 2019.

Tais "inimigos íntimos da democracia", como Todorov classifica os que, maldizendo os seus valores matriciais, se servem deles e das suas amplas liberdades, incluindo as de informação e de opinião, para corroer todo o edifício democrático, buscam, no fundo, uma normalização do seu pensamento e ação.

Raciocínio idêntico têm Steven Livitsky e D. Ziblatt, professores da Universidade de Harvard, que em *Como Morrem as Democracias*, referem que os "assassinos da democracia usam as próprias instituições da democracia — gradualmente, subtilmente e, até, legalmente — para a matar" (2018: 15).

A ser assim, aquilo que se exige do jornalismo é que perceba o que está verdadeiramente em jogo (e em risco); que os seus profissionais e os diversos níveis de decisão editorial tenham o discernimento para perceber se estão a ser instrumentos de estratégias de comunicação alheias ou se estão a atuar segundo critérios exclusivamente jornalísticos e a cumprir o papel que é suposto desempenharem (Figueira, 2023).

Sendo os média, na feliz expressão de Daniel Innerarity, "as próteses do senso comum" (2010: 100), no sentido em que é por intermédio deles, da informação que produzem que cumprem a sua função de posto avançado da perceção coletiva, é desejável que não colaborem na normalização de um discurso que por via deles se poderá ir socialmente metastizando. Da mesma maneira que, num outro contexto, o jornalismo não deve tratar de forma igual agressor e vítima, também aqui, na defesa dos valores democráticos e civilizacionais, é necessária a prática de uma parcialidade clara e inequivocamente assumida na defesa da democracia, sempre que estiver no papel de vítima.

Só assim, aliás, jornalismo e democracia caminham como aliados e de mãos dadas, na prossecução de objetivos comuns. Dizendo o mesmo de forma mais expressiva: como no passado em tantas geografias o jornalismo foi um aliado estratégico dos valores democráticos, lutando contra a injustiça e por direitos cuja ausência entendia anacrónica, também agora se espera dos jornalistas que saibam ser democratas radicais, na defesa intransigente dos valores e princípios matriciais em que assenta a casa comum da democracia (Figueira, 2023).

A perene presença da mentira

Poder-se-á dizer que se trata de um tema que nunca deixou de estar presente no quotidiano das sociedades. Theodor Adorno, figura central da Escola de Frankfurt e da Teoria Crítica, em conferência proferida em 1967, em Viena, para a União dos Estudantes Socialistas Austríacos, intitulada "Aspetos do novo radicalismo de direita", posteriormente publicada em livro (2020), analisava o ressurgimento dos movimentos radicais de direita, tendo por referência a ascensão do Partido Nacional-Democrata da Alemanha (NPD), de matriz neonazi — na então República Federal Alemã —, que em 1964, dois anos depois da sua criação, conseguira resultados eleitorais surpreendentes. Adorno apontava, então, o recurso à mentira e à veiculação sistemática de informações falsas como instrumentos de ação da direita radical.

Meio século depois, como observa Mounk (2019), são ainda os populistas e radicais de direita que melhor exploram as tecnologias "para fazer tudo que for necessário para serem eleitos — mentir, confundir e incitar o ódio contra os demais cidadãos" (*idem*: 219).

Quando atualmente passamos duas vezes mais tempo conectados do que em 2008, tornando-nos muito mais expostos a uma variedade de informações, muitas vezes não verdadeiras (Wardle e Derakhshan, 2017), isso só torna ainda mais complexa a informação, a capacidade de atuação das instituições e as relações em sociedade.

Afigura-se, assim, em síntese e para ir concluindo, que ontem como hoje os processos e as manipulações com recurso ao boato e à falsidade — agora tão acessíveis a cada um — são reveladores, independentemente das diferentes filiações ao longo do tempo, de uma inequívoca degradação de valores.

Se, como postula José Rebelo, "cada época é marcada, decerto, por sistemas de valor, por regras de comportamento (…) que saturam as grandes cadeias de televisão e as grandes estações de rádio" (2006: 25), então talvez possamos afirmar que práticas desviantes como a desinformação, manipulação e a falsidade se inscrevem no âmbito de uma irracionalidade comportamental que, à semelhança das personagens de *Os Sonâmbulos*, de Broch, misturam realidade com sonho e ilusão, sempre em estado de negação.

Referências bibliográficas

Abramson, J. (2019), *Merchants of Truth. The Business of News and the Fight for Facts*, Nova Iorque, Simon & Schuster.

Adorno, T. W. (2020), *Aspetos do Novo Radicalismo de Direita*, Lisboa, Edições 70.

Arendt, H. (1995), *Verdade e Política*, Lisboa, Relógio D'Água.

Asp, K. (2007), "Fairness, informativeness and scrutiny. The role of news media in democracy", *Nordicon Review*, 28 (1), pp. 31-49.

Broch, H. (2018), *Os Sonâmbulos*, Lisboa, Relógio D'Água.

Colombani, J.-M. (1994), "L'Idéal", *Le Monde 1944-1994*, Paris, Le Monde, pp. 4-5.

DijK, T. A. v. (2005), *Discurso, Notícia e Ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso*, Porto, Campo das Letras.

Esteves, J. P. (2005), *O Espaço Público e os Média: sobre a Comunicação entre Normatividade e Facticidade*, Lisboa, Colibri.

Figueira, J. (2023), *Da Incerteza como Princípio: Jornalismo, Democracia, Decadência da Verdade*, UBI, LabCom.

Figueira, J. (2019), "Jornalismo em tempos de populismo político-midiático", *REBEJ, Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, Brasília, Universidade de Brasília, pp. 3-15.

Giddens, A. (2010), *O Mundo na Era da Globalização,* Lisboa, Presença.

Innerarity, D. (2010), *O Novo Espaço Público*, Lisboa, Teorema.

Innerarity, D. (2016), *A Política em Tempos de Indignação*, Lisboa, D. Quixote.

Innerarity, D. (2021), *Uma Teoria da Democracia Complexa*, Lisboa, Ideias de Ler.

Keys, R. (2004), *The Post-Truth Era, Dishonesty and Deception in Contemporary Life*, Nova Iorque, St. Martin's Press.

Livitsky, S. e D. Ziblat (2018), *Como Morrem as Democracias*, Amadora, Vogais.

Manjoo, F. (2008), *True Enough: Learning to Live in a Post-Fact Society*, Hoboken, John Wiley & Sons.

McNair, B. (2009), "Journalism and democracy", em Karin Wall-Jorgensen e Thomas Hanitzsch (eds.), *The Handbook of Journalism Studies*, Nova Iorque, Routledge, pp. 237-249.
Mounk, Y. (2019), *O Povo contra a Democracia*, São Paulo, Companhia das Letras.
Mudde, C. (2019), *O Regresso da Ultradireita: da Direita Radical à Direita Extremista*, Lisboa, Editorial Presença.
Murray, D. (2020), *A Insanidade das Massas. como a Opinião e a Histeria Envenenam a Nossa Sociedade*, Porto Salvo, Edições Saída de Emergência.
Patterson, T. (2002), "Os média como actores políticos", *Media, Jornalismo e Democracia*, 2, Coimbra, Minerva, pp. 19-47.
Pessoa, F. (1966), *Páginas Íntimas e de Auto-interpretação*, Lisboa, Edições Ática.
Rebelo, J. (2006), "Os acontecimentos mediáticos como actos de palavra", *IC- Revista Científica de Información y Comunicación*, 3, Sevilha, pp. 17-28, disponível em https://icjournal-ojs.org/index.php/IC-Journal/article/view/161/158.
Sponholz, L. (2009), "O que é mesmo um fato? Conceitos e suas consequências para o jornalismo", *Revista Galáxia*, 18, São Paulo, pp. 56-69.
Tocqueville, A. d. (2008), *Da Democracia na América*, Lisboa, Relógio D'Água.
Todorov, T. (2017), *Os Inimigos Íntimos da Democracia*, Lisboa, Edições 70.
Traquina, N. (1993), "As notícias", em Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa, Veja, pp. 167-176.
Traquina, N. (2002), *Jornalismo*, Lisboa, Quimera.
Urbinati, N. (2019), *Me the People: How Populism Transforms Democracy*, Cambridge, Harvard University Press.
Vosoughi, S., D. Roy, e S. Aral (2018), "The spread of true and false news online", *Science*, 359 (6380), pp. 1146-1151.
Wardle, C., e H. Derakhshan (2017), "Information disorder", *Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*, Council of Europe Report.

O jornalismo cultural, entre a informação e a promoção do debate

Maria João Centeno
Escola Superior de Comunicação Social — Politécnico de Lisboa / LIACOM, mcenteno@escs.ipl.pt

Jaime Lourenço
Universidade Autónoma de Lisboa / ICNOVA, jlourenco@autonoma.pt

Na obra seminal *O Discurso do Jornal: o Como e o Porquê*, o professor emérito de Sociologia do ISCTE José Rebelo (1945) afirma que "os média se não nos dizem como é que devemos pensar, indicam-nos, pelo menos, sobre o que devemos pensar" (Rebelo, 2000: 17). Os média ocupam, assim, um papel central enquanto instâncias privilegiadas de mediação simbólica e construção social da realidade, ao não apenas informarem, mas orientarem a atenção pública, pois participam na "hierarquização e tematização da realidade social" (Rebelo, 2000: 17), atuando como filtros que definem o que é visível, debatido ou marginalizado na esfera pública.

Se atendermos ao seu papel na mediação cultural, "não se consegue imaginar como é que o público pode ser constituído, como se pode expressar, participar, ter um efeito, sem a mediatização das várias formas de comunicação em massa. Tornar algo público significa apresentá-lo nos média; manter algo fora dos média corresponde a uma aniquilação simbólica" (Livingstone, 2005: 26). E é assim que configuramos como decisivo o papel dos meios de difusão em massa nas esferas públicas culturais.

As esferas públicas culturais são, assim, "alimentadas pelo discurso circulante, entendido este como o conjunto dos enunciados de natureza concetual relativos aos seres, às suas características e aos seus comportamentos e dos juízos que tais características e tais comportamentos suscitam" (Rebelo, 2000: 118). Este discurso contribui para a promoção do pensamento, da reflexão e de uma consciência cultural (Lourenço, 2023), ao possibilitar o acesso a diversas perspetivas, críticas, reflexões e abordagens, fomentando importantes debates especializados (Riegert, Roosvall, e Widholm, 2018; Widholm e Roosvall, 2024). Conjugadas, geram conhecimentos, crenças, opiniões e apreciações, pois ao participarem na construção/desconstrução do discurso circulante que alimenta a esfera pública cultural, os média, em geral, e o jornalismo, em particular, contribuem para a proliferação dos conhecimentos, das crenças, das opiniões, das apreciações. "Entre os média e o espaço público, estabelece-se uma relação dialética em que cada um assume simultaneamente as funções de sujeito e de objeto relativamente ao outro" (Rebelo, 2000: 119).

Jornalismo cultural: uma forma de divulgação e crítica

Atendendo a que "o jornalismo é uma forma de conhecimento, situada algures entre o senso comum e o saber científico, que permite às pessoas orientarem-se na vida quotidiana" (Mesquita, 1998: 68), quando essa forma de conhecimento versa sobre atividades culturais e artísticas, falamos de jornalismo cultural. Trata-se de uma área de especialização (Lourenço, 2024a) "que se realiza, globalmente, com as mesmas circunstâncias e critérios do jornalismo geral, que é influenciada pela evolução económica e política do país, que tem, no geral, os mesmos critérios de noticiabilidade, a que se juntam algumas especificidades" (Santos Silva, 2012: 71). Especificidades como a intermediação, a democratização, a reflexividade, a curadoria ou a performatividade (Lourenço, 2024b), que resultam numa

> área heterogénea de meios, formatos e produtos que engloba a produção, circulação e consumo de bens simbólicos no campo das artes, literatura, ciências sociais e humanas com diferentes propósitos: criativos, críticos ou simplesmente torná-los públicos. Este campo especializado é notavelmente amplo em termos de conteúdo (Golin e Cardoso, 2009: 69).

A designação de jornalismo cultural tanto pode apontar para a forma como os profissionais dos meios de difusão dão a conhecer essas atividades ou destacar a função cultural do próprio jornalismo.

> Uma vez que o seu objeto é a cultura, o jornalismo cultural é também um conceito complexo, multidimensional e em constante evolução. Como resultado de escolhas editoriais, pode focar-se em manifestações artísticas, no processo da cultura, em temas culturais e antropológicos, em infraestruturas e bens culturais, em estilos e qualidade de vida, no entretenimento e lazer, na criatividade e inovação. Assim, o jornalismo cultural cobre potencialmente todas as dimensões da cultura: como um objeto artístico e criativo, como um processo, como uma manifestação ou estilo de vida da sociedade, como um bem intangível e tangível, sempre ligados ao seu valor dentro da sociedade a cada momento, com diferentes géneros e tratamentos editoriais. O jornalismo cultural é ele próprio uma prática cultural (Santos Silva, 2015, pp. 30-309).

Aceitando e assumindo o jornalismo cultural como uma área de especialização do jornalismo (Lourenço, 2024a), através dele faz-se a divulgação de atividades, mas também a reflexão/crítica às práticas culturais e artísticas. O que apresenta os meios de difusão como "interfaces, ou seja, fornecedores de experiências 'culturais' e, ao mesmo tempo, plataformas para assistir à legitimidade (cultural e política) da cultura" (Kristensen, 2010: 87), permitindo ao cidadão orientar-se "não só no vasto campo das artes e da cultura, mas guiá-lo através de uma grande variedade de questões como as artes, a vida quotidiana, a cultura, entendida estritamente como expressão estética, ou cultura enquanto 'estilo de vida'" (Lourenço, 2024b: 186).

> O jornalismo cultural tem a obrigação de fazer entender uma informação que não está ao alcance de todos os cidadãos porque requer uma preparação que muitos não possuem. E deve fazê-lo utilizando uma linguagem que comova e seduza, que desperte no público o interesse pela beleza e pelos valores da cultura, em vez do desejo pela mercadoria. O jornalista cultural não é um agente passivo que comunica apenas a realidade que observa, mas uma voz que interpreta essa realidade, pelo que tem de ter, antes de mais, a perspetiva, a capacidade de análise e de contextualização exigíveis a qualquer profissional de comunicação (Pastoriza, 2006: 13).

Deste modo, o jornalismo cultural, além de informar e dar a conhecer as mais variadas obras, artistas e pensamentos, possui uma natureza que se constitui como crítica e reflexiva, que orienta para a mediação da cultura cívica e democrática (Lourenço, 2023: 154).

Anchieta de Melo, jornalista e investigadora brasileira, aponta duas características fundamentais do jornalismo cultural que o tornam singular: a função de democratizar o conhecimento e o carácter reflexivo e crítico. Quanto à necessidade de democratizar o conhecimento, a investigadora refere que "o jornalismo cultural nasce com a função de mediar o conhecimento e aproximá-lo do maior número de pessoas. A intenção era a de não restringir a uma elite a esfera das artes, da filosofia e da literatura" (Anchieta de Melo, 2010: 5), através de "uma linguagem simples e acessível (…), permitindo que diversos públicos com diferentes níveis de conhecimento possam participar no debate público" (Santos Silva, 2011: 113). A segunda característica fundamental do jornalismo cultural, apontada por Anchieta de Melo, o carácter reflexivo, também esteve na sua origem. "Enquanto o caderno de Economia, de Cidades, de Política irá noticiar as práticas, o jornalismo cultural irá fazer uma reflexão sobre essas práticas em suas críticas e crônicas, o que fica claro quando observamos os gêneros textuais consagrados nessa editoria que são a crítica, a resenha e a crônica" (*idem*: 6).

A especificidade do jornalismo cultural advém, na opinião do jornalista português Vítor Belanciano, do seu

> cunho reflexivo, analítico, crítico. (…) Não deve limitar-se aos lançamentos de discos, livros, exposições ou filmes. Nem ao tipo de notícias que dependem mais da velocidade de actuação — em concorrência, quase sempre em perda, com a Internet — (…) mas, sim, apostar na diferença. Interpretar diferentes pontos de vista. Decifrar objetos de forma inclusiva. (…) O jornalismo cultural deve examinar mais as implicações das obras na sociedade do que limitar-se à agenda de eventos (Belanciano, 2010),

acentuando o seu carácter interpretativo, emotivo e subjetivo.

O âmbito de atuação do jornalismo cultural situa-se entre dois paradigmas ou tradições: "Um com base numa abordagem estética, avaliativa, baseada na opinião, e pedagógica das artes (…) e outro numa abordagem informativa, baseada em factos sobre as artes e os valores notícia habituais" (Hellman e Jaakkola, 2011: 5). O paradigma estético, ou especialista-avaliativo, propõe a dimensão crítica e reflexiva como

central no jornalismo cultural, em que a valoração/interpretação de uma atividade cultural ou artística apresentada pelo jornalista dita o seu valor notícia, ou seja, quanto mais uma atividade for valorada, maior será o seu valor notícia.[1] Este paradigma está ligado a um formato jornalístico específico, a crítica, já que "envolve um conhecimento profundo das obras e dos seus autores, e uma reflexão sobre os seus conteúdos, de modo a ser feito um juízo de valor" (Santos Silva, 2012: 77), o que faz com que o jornalista precise de uma quantidade suficiente de capital cultural (Bourdieu, 2006 [1979]), para que assim seja reconhecido como legítimo.[2] Por outro lado, o paradigma jornalístico ou generalista-informativo reflete os valores gerais do jornalismo, e espera-se que o jornalista relate os vários eventos e temas culturais de forma imparcial e informativa, fazendo com que os eventos com maior cobertura sejam: "inaugurações de exposições, estreias, lançamentos de discos e livros, a chegada de um novo grupo editorial, feiras e festivais artísticos.[3] Datas significativas, aniversários de mortes e nascimentos" (Golin e Cardoso, 2009: 78).[4]

"Os dois paradigmas do jornalismo cultural são fatores importantes na formação tanto da produção como do consumo: permitem que as pessoas observem, identifiquem e nomeiem certas coisas e eventos e que digam o que conta como o mais importante no contexto global escolhido" (Jaakkola, 2012: 486-7).

O balanço entre estes dois paradigmas resulta num jornalismo com funções cívicas, "uma função central que diz respeito basicamente a todos os membros da

---

1 Os valores notícia têm que ver com os critérios de noticiabilidade, ou seja, os critérios usados na seleção de uns acontecimentos em detrimento de outros. "O discurso jornalístico corresponde às rotinas industriais das organizações e às práticas culturais de enquadrar um acontecimento, bem como certos valores notícia expressos em critérios como a notoriedade dos sujeitos, proximidade, relevância, novidade, temporalidade, noticiabilidade, conflitos e controvérsias e morte" (Golin e Cardoso, 2009: 77).

2 A crítica tem quatro requisitos: as características de um bom texto jornalístico (clareza, coerência e agilidade); informar o leitor sobre a obra ou o tema em questão, resumindo a sua história, as suas linhas gerais e quem é o autor; analisar a obra de forma sintética, "esclarecendo o peso relativo de qualidades e defeitos" e evitando a mera atribuição de adjetivos; por último, "a capacidade de ir além do objeto analisado, de usá-lo para uma leitura de algum aspecto da realidade, de ser ele mesmo, o crítico, um autor, um intérprete do mundo" (Piza, 2003: 70).

3 No discurso jornalístico, o contrato de comunicação tem implicações a jusante, uma vez que esse discurso "deve apresentar um grau máximo de transparência, isto é, o seu léxico, o seu código, o seu dicionário deve justapor-se ao léxico, ao código, ao dicionário do leitor; e a montante, atendendo a que, contrariamente ao escritor que cria, no seu texto, o contexto das suas referências, o jornalista vai buscar as suas referências fora do texto que produz (...) as referências do texto jornalístico estão no exterior desse texto jornalístico. Um exterior que o texto jornalístico tenta captar" (Rebelo, 2003: 58-59).

4 Também no projeto de investigação A Cultura na Primeira Página, desenvolvido por um conjunto de investigadoras do então Centro de Investigação Media e Jornalismo, sobre a primeira década do século xxi do jornalismo cultural português, se conclui deste modo: "Os temas mais destacados na primeira página são a música, a literatura e o cinema. Os textos estão focados em acontecimentos da atualidade, um valor central para o jornalismo e que se mantém operativo para as escolhas feitas na cultura. Em 2010, os óbitos de personalidades ligadas à cultura foram a primeira categoria de acontecimentos mais representada, seguida pelos festivais de música e cinema, as estreias de filmes e os lançamentos de discos e livros. Com menor relevância, encontramos ainda os espetáculos de natureza diversa, as exposições de artes plásticas, os prémios e as comemorações" (Baptista, 2017: 49-50).

sociedade, fomentando a cidadania ativa com participação democrática e inclusão" (*idem*: 484), com "uma forte presença autoral, opinativa e analítica que extrapola a mera cobertura noticiosa, identificando-se com movimentos estético-conceituais e ideológicos que se situam fora do campo das atividades da imprensa" (Faro, 2006: 149-150), e que deambula entre "fornecer uma avaliação cultural detalhada e especializada e avaliar ou comentar um produto cultural" (Kristensen, 2019: 6).

Traços distintivos

As características do jornalismo cultural fazem dele "um campo de constituição discursiva complexa, com um léxico e um modo de ver/reconhecer distinto, colocando-se neste âmbito a hipótese de existência de um 'culturês'" (Santos Silva e Torres da Silva, 2017: 98). Desta forma, a utilização de códigos linguísticos específicos é permitida, denotando uma autoridade e conhecimento por parte dos jornalistas que assim se ligam a públicos, à partida familiarizados com as referências utilizadas, escapando às estratégias discursivas que estão na base do estilo informativo convencional. "A transposição da experiência sensorial do jornalista de cultura é aliás uma das marcas distintivas dos enunciados produzidos no âmbito do jornalismo cultural, que se materializa frequentemente numa abordagem afetiva que procura gerar empatia com o leitor" (*idem*: 100-1).

O jornalismo cultural é "um espaço de confluência entre repórteres, intelectuais ou mesmo criadores, tornando-se por isso distinto de outras formas convencionais de produção jornalística" (Torres da Silva, 2013: 4372), existindo uma maior liberdade em relação à linguagem utilizada (Jurado-Martín, 2020), permitindo recursos mais criativos, estéticos ou coloquiais, dado o vínculo afetivo criado entre o jornalista de cultura e os seus leitores (Golin e Cardoso, 2009: 77). "Ao mesmo tempo que permite uma maior criatividade, estilização ou coloquialidade, a linguagem do jornalismo cultural revela por vezes uma sobre-adjectivação, talvez para procurar 'envolver' o leitor em algo que, por algum motivo, não presenciou ao vivo" (Torres da Silva, 2013: 4376), e constitui-se como "um discurso fluido e difuso em termos da sua orientação, que vagueia entre a informação, a interpretação, a crítica e a análise" (*idem*: 4377). "No jornalismo cultural, a *amplitude* pode ser destacada pelo uso frequente de superlativos, pela ênfase dada a artistas canónicos ou pela menção a prémios e títulos recebidos pelas personalidades, fazendo com que um determinado criador e as suas obras sejam os melhores em algum aspeto" (Golin e Cardoso, 2009: 79), o que denota a centralidade na pessoa e na autoria.

Tal está em larga medida relacionado com o *Lebenswelt* (mundo da vida), que o jornalista transporta em si, inscrevendo-se na sua própria *praxis*, na realidade que descreve e estabelece com o jornal para o qual escreve, uma relação mimética que o conduz a reproduzir o léxico e os valores desse mesmo jornal (Rebelo, 2000: 17-18).[5]

---

5 Jürgen Habermas (1929-2026) retirou o conceito de *Lebenswelt* da fenomenologia de Husserl, para designar aquele nível profundo de um grupo, de uma coletividade, em que se enraízam linguagens, normas e comportamentos comuns.

O jornalista atua, assim, duplamente, como protagonista de um discurso dialógico e como parte de um coletivo profissional com regras e projetos próprios (Rebelo, 1994).

Stijn Postema e Mark Deuze (1969-), investigadores dos Países Baixos, propõem a convergência entre os mundos do jornalismo e das manifestações artísticas, atendendo aos arranjos dos elementos estéticos que têm servido as práticas jornalísticas. "Cinema (incluindo o documentário, a televisão e a rádio), fotografia (fotojornalismo), *design* (infografia) e literatura (jornalismo literário)" (Postema e Deuze, 2020: 1307) são exemplos de manifestações artísticas que têm permitido apresentar a informação de forma mais criativa, captando assim a atenção das audiências. "Os jornalistas encontram-se em redes de colaboração em mudança, e em papéis de curador, intérprete, produtor de sentidos, empreendedor, inovador, *designer* ou *transmedia storyteller*. Estes papéis exigem flexibilidade, bem como criatividade e discernimento estético" (*idem*: 1309), integrando-os em Art Worlds (Becker, 1982).

Também Dora Santos Silva (1978-) destaca a relação entre jornalismo e arte, atendendo a que ambos são construções da realidade e não espelhos da mesma. A expressão artística tem adquirido uma importância cada vez maior no jornalismo, nomeadamente através das potencialidades do digital. "Hoje, narram-se histórias no jornalismo em géneros e formatos híbridos — jornalísticos e artísticos —, recorrendo, por exemplo, a visualização de dados, minidocumentários, animações, realidade virtual ou aumentada" (Santos Silva, 2020). Estas experiências de âmbito artístico têm contribuído para que o jornalismo construa a sua visão do mundo. "Talvez a grande diferença do jornalismo em relação à arte seja a de que, embora os dois partam da realidade, o jornalismo tenha um compromisso para com os factos, a verdade e a proximidade possível da objetividade. São valores que não podem mudar, independentemente de formatos mais ou menos artísticos que se usem para contar as histórias" (Santos Silva, 2020).

Seguindo de perto a estrutura do próprio campo jornalístico que balança entre os polos comercial e intelectual/cultural, também o jornalismo cultural, nas últimas décadas, se insere "na lógica de mercado e do entretenimento; por outro, permanece como espaço de produção intelectual, com uma forte presença autoral, opinativa e analítica que extravasa as fronteiras da mera cobertura noticiosa" (Santos Silva e Torres da Silva, 2017: 91). "Sendo que um dos polos, o comercial, valoriza a rapidez na produção e a velocidade na difusão, enquanto o outro vai atender mais a aspetos qualitativos, com o aspeto deontológico, com a relação com o leitor ou com o telespectador, procurando encará-la também numa perspetiva pedagógica" (Mesquita, 1998: 69-70), é crucial o balanço entre estes polos nas práticas jornalísticas em geral e especificamente no âmbito do jornalismo cultural.

Atendendo aos resultados de alguns estudos (Baptista, 2017; Santos Silva, 2014), que mostram como a crítica profissional e especializada tem vindo a perder terreno quando comparada com outros formatos, como a *review* (resenha) ou o roteiro, é fundamental o recentramento da atividade do jornalista cultural na enunciação pública de juízos de valor para assim enformar o tornar comum (paradigma estético)

e assumir-se como intermediário cultural (Bourdieu, 2006 [1979]: 325) que escrutina, compreende e pode até rejeitar a oferta cultural.[6] Concordamos e destacamos José Salvador Faro (1947-), professor e investigador brasileiro, quando afirma que a atividade jornalística dedicada à cultura "não pode ser vista apenas como uma operação que reitera os valores e os signos da cultura de massa, meramente voltada para o entretenimento, mas deve ser vista também como um espaço público de reflexão e análise de questões que a produção intelectual (artística ou académica) suscita no conjunto da sociedade" (*apud* Santos Silva, 2012: 71), no sentido de ajudar a pensar reflexivamente sobre as situações que compõem o mundo da vida. As modalidades de tornar comum exercidas pelos diferentes meios de difusão devem, assim, continuar as funções de mandatários e pedagogos de um público que delas precisa para se esclarecer (Centeno, 2021: 160).

Num estudo recente relativo à perspetiva das audiências dinamarquesas sobre a informação cultural disponível nos meios digitais, Nete Nørgaard Kristensen e Unni From (1972-), professoras e investigadoras escandinavas, chegam à conclusão de que, "apesar de as redes sociais digitais serem a forma mais utilizada de aceder a informação sobre cultura, essas plataformas estão paradoxalmente associadas a um baixo nível de credibilidade" (Kristensen e From, 2021: 224), o que continua a permitir aos meios de difusão tradicionais ocupar um lugar de destaque enquanto fontes confiáveis de informação cultural, proporcionando perspetivas analíticas mais aprofundadas sobre o valor cultural dos bens simbólicos.

Outra conclusão aponta para o reconhecimento por parte das audiências do papel distintivo dos jornalistas profissionais e críticos desses meios enquanto detentores de autoridade e legitimidade.

> Ainda que os papéis dos meios de difusão como *gatekeepers* e valorizadores da cultura tenham sido questionados na era digital, desafiados de cima para baixo pelos algoritmos dos média globais e de baixo para cima pelas novas vozes do circuito da informação cultural, as nossas conclusões indicam que a crítica profissional mantém algum do seu estatuto na opinião pública (*idem*: 230).

---

6 Kristensen e From (2017) propõem quatro tipos de crítica cultural rivais, ainda que convergentes, que designam por "crítica cultural heterógena" e contemplam: a crítica cultural intelectual, a crítica jornalística profissional, o arbítrio do gosto e o especialista amador quotidiano (*everyday amateur expert*) ou, como Santos Silva (2019) os designa, *digitally empowered sources* (fontes digitalmente capacitadas); todas importantes vozes que enquadram os bens culturais de diferentes maneiras e baseadas em várias formas de especialização cultural, autoridade ou capital. "Todos precisam de possuir algum tipo de conhecimento cultural, competência e especialização a fim de lhes ser reconhecida autoridade e legitimidade enquanto críticos culturais" (Kristensen e From, 2017: 108).
A *review* "tem como objetivo dar apenas uma ideia resumida da obra em questão para que o público possa tomar uma decisão. O seu propósito não é educar, mas, sim, informar" (Santos Silva, 2014: 43), ainda que Marques de Melo e Assis (2016) a insira no género opinativo.
O roteiro diz respeito tradicionalmente "à programação e listas de teatros, filmes e outros eventos. (…) Tem de, como o nome indica, orientar o público, numa lógica de serviço e consumo" (Santos Silva, 2014: 43-4). Marques de Melo e Assis (2016) inserem-no no género utilitário, numa lógica de serviço público.

Numa outra investigação, Dora Santos Silva conclui que as críticas às áreas tradicionalmente associadas à alta cultura, como a música clássica, ópera, teatro e dança, são realizadas pelos críticos culturais intelectuais, enquanto os jornalistas culturais profissionais se dedicam à televisão, jogos, artes digitais e cultura *pop* (Santos Silva, 2019: 599).

> Esta tendência reflete-se no aumento do que podemos designar por cultura de proximidade e meios comunitários. A falta de cobertura cultural local pelos meios tradicionais desencadeou o crescimento dos meios comunitários, ou seja, projetos editoriais que não estão registados como meios, mas fornecem informação relevante às suas comunidades, usando uma abordagem jornalística. A estratégia editorial baseia-se precisamente em narrativas de proximidade — cobertura local ou cobertura baseada na ligação entre os leitores, que não é apenas geográfica (pode também ser cultural, afetiva, social ou baseada na cultura de proximidade, por exemplo) (Santos Silva, 2021: 68).

Atendendo a que estes projetos não estão registados como meios, continua a não estar em causa o papel dos meios de difusão e, especificamente, o dos jornalistas culturais, de quem se espera reflexão crítica, em vez de fazer o que cada cidadão pode, no atual ecossistema mediático, fazer.

"O jornalismo cultural deve levar à reflexão por parte do leitor não apenas da obra em questão, mas também sobre o contexto em que esta se insere" (Santos Silva, 2012: 72). Por sua vez, Daniel Piza (1970-2011), jornalista brasileiro, referia que "a imprensa cultural tem o dever do senso crítico, da avaliação de cada obra cultural e das tendências que o mercado valoriza por seus interesses, e o dever de olhar as induções simbólicas e morais que o cidadão recebe" (Piza, 2003: 45). Neste sentido, a crítica surge, enquanto formato distintivo do jornalismo cultural, "em seu papel de formar o leitor, de fazê-lo pensar em coisas que não tinha pensado (ou não tinha pensado naqueles termos), além de lhe dar informações" (*idem*: 77).

Outro dos traços distintivos do jornalismo cultural é a sua dimensão performativa, que adquiriu um carácter pedagógico, hierárquico e indutor. "O performativo nas narrativas do Jornalismo Cultural compôs, ao longo da história do gênero, a expectativa do público, já que é esse o elemento distintivo ao qual a audiência recorria para se informar, selecionar e classificar, em torno de critérios especializados da crítica, a variedade aparentemente desordenada dos fa[c]tos sobre o qual o gênero realiza a sua produção" (Faro, 2012: 194).

No entanto, esta dimensão performativa está, desde pelo menos os anos 1970, mais associada "a uma lógica de consumo, prestação de serviços e *lifestyle* e assenta em critérios do senso comum e do quotidiano" (Santos Silva e Torres da Silva, 2017: 96) do que propriamente a uma dinamização e valoração artística e cultural. Até porque alguns jornalistas "que, [há] vinte ou quinze anos (…), agiam em nome de paradigmas da 'luta de classes' passaram a mover-se em função de interesses comerciais ou de 'guerras de audiência'" (Mesquita, 1998: 65-6) e as estratégias dos média convergiram num discurso submetido a imperativos económicos (Rebelo, 2000: 63). Diríamos mesmo que a dimensão performativa se caracteriza fundamentalmente por efeitos perlocutórios, instrumentalizando esses atos de fala tendo em

vista determinados fins, como, por exemplo, sugerir o que os leitores devem ler, ouvir ou ver. "Esses leitores representam utilizadores e consumidores quer do jornal enquanto produto cultural mediático, quer da cultura e do estilo de vida coberto pelos jornais" (Kristensen, 2010: 86).

Considerações finais

Quando se perspetiva que o jornalismo cultural contemporâneo se situa "num contínuo entre cultura, *lifestyle* e consumo" (Kristensen, 2010: 69), o seu espetro inclui, além das artes tradicionais, manifestações como a gastronomia, o *design*, a moda, a publicidade ou a arquitetura, podendo o seu carácter reflexivo ser preterido em relação ao informativo.[7]

Quando a cobertura mediática se desloca dos assuntos públicos para os domínios da vida quotidiana (Hanitzsch e Vos, 2018), parece cumprir-se a profecia de Mário Mesquita (1950-2022) quando alertava para o facto de "o jornalismo, no seu duplo sentido — processo informativo e lugar de debate público — tende[r] a ser minoritário…" (Mesquita, 1998: 84), especificamente o jornalismo para a cidadania que privilegia a informação e promove o debate. A capacidade de o jornalismo se constituir como um recurso discursivo central na sociedade para conseguir empreender a "analítica da atualidade" (expressão de José Bragança de Miranda (1994)), filtrando os acontecimentos relevantes dos irrelevantes, merece ser revitalizada: "Oferecendo recursos argumentativos e conhecimento especializado, aumenta o capital cultural dos leitores e favorece a sua circulação no 'mercado das ideias'" (Baptista, 2017: 71-2), atendendo ao interesse público, servindo os cidadãos e menos o mercado.

Tal parece estar relacionado com as mutações que José Rebelo verificou nos jornalistas portugueses, com a diluição da ideia de jornalismo como forma de intervenção social e cívica (Freitas, 2013), sendo que a noção do jornalismo como missão foi substituída pela noção do jornalismo enquanto profissão (Rebelo, 2011), nomeadamente junto das novas gerações em que reside um conceito mais tecnocrático do exercício da profissão (Rebelo, 2014), corroborando a tendência de uma larga desvalorização da discussão, do conflito e do escrutínio promotor de uma consciência cultural, promovendo a demissão da responsabilidade social e cultural de que o próprio jornalismo deveria estar dotado (Lourenço, 2023).

Como vimos, o jornalismo cultural emerge num contexto de democracia da informação (que promove a discussão sobre criação e produção cultural), proporcionada pela crítica profissional e especializada, que corre em paralelo com a democratização da cultura (facilitar o acesso de todos à cultura) levada a cabo pelos diferentes Estados um pouco por toda a Europa. No entanto, "só consegue 'existir',

7 Kristensen e outras investigadoras escandinavas (Jaakkola e From) sugerem a designação de jornalismo sobre cultura ("journalism on culture" ou "journalism *about* culture") (Kristensen, 2019) em vez de jornalismo cultural para dar conta da interseção com estes temas relativos ao estilo de vida.

no âmbito da comunicação mediatizada, o homem de cultura que se adapta aos 'dispositivos' dos média, aquele que possui o sentido da fórmula, que é capaz de se exprimir com rapidez e eficácia, que seja contundente, que tenha um poder relacional forte" (Mesquita, 1998: 75), ainda mais quando as práticas jornalísticas se aproximaram do consumo e de propostas de *lifestyle* e consequente mercadorização da informação cultural. A democracia foi cedendo o lugar à democratização da informação (facilitar o acesso de todos a informação sobre produtos culturais), numa altura em que a democratização da cultura se desloca no sentido de uma ação pública de democracia cultural, destacando a participação dos públicos na criação e produção de algo em comum, enriquecendo a experiência do mundo intersubjetivo.

Referências bibliográficas

Anchieta de Melo, I. (2010), "Jornalismo cultural: pelo encontro da clareza do jornalismo com a densidade e complexidade da cultura", BOCC — Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, disponível em https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/melo-isabelle-jornalismo-cultural.pdf.

Baptista, C. (2017), "Jornalismo cultural em Portugal — retrato de uma década e projeções para o futuro", em C. Baptista (ed.), *A Cultura na Primeira Página — Uma Década de Jornalismo Cultural na Imprensa em Portugal*, Escritório Editora, pp. 43-86.

Becker, H. S. (1982), *Art Worlds*, University of California Press.

Belanciano, V. (12 de maio de 2010), "Cultura x3", *Público*, disponível em http://www.publico.pt/opiniao/jornal/cultura-x-3-19373333

Bourdieu, P. (1989), *O Poder Simbólico*, Difel.

Bourdieu, P. (2006 [1979]) *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste* (orig. *La Distinction, Critique Sociale du Jugement*), Routledge.

Bragança de Miranda, J. (1994), *Analítica da Actualidade*, Vega.

Centeno, M. J. (2021), "A esfera pública cultural e as modalidades de tornar comum", em J. Lourenço, e P. Lopes (eds.), *Comunicação, Cultura e Jornalismo Cultural,* NIP-C@M, pp. 138-162, disponível em https://doi.org/10.26619/978-989-9002-14-2.7.

Faro, J. S. (2006), "Nem tudo que reluz é ouro: contribuição para uma reflexão teórica sobre o jornalismo cultural", *Revista Comunicação & Sociedade*, 28 (46), pp. 143-163.

Faro, J. S. (2012), "Jornalismo e crítica da cultura: a urgência da nova identidade", *Revista Fronteiras — Estudos Mediáticos,* 14 (3), pp. 192-198.

Freitas, H. S. (2013), "José Rebelo à JJ: 'A percentagem de jornalistas que estão na profissão há dois ou três anos e pensam abandoná-la é surpreendente'", *Jornalismo & Jornalistas,* 55, pp. 22-26.

Golin, C., e E. Cardoso (2009), "Cultural journalism in Brazil", *Journalism,* 10 (1), pp. 69-89, https://doi.org/10.1177/1464884908098321.

Hanitzsch, T., e T. Vos (2018), "Journalism beyond democracy: a new look into journalistic roles in political and everyday life", *Journalism*, 19 (2), pp. 146-164, https://doi.org/10.1177/1464884916673386.

Hellman, H., e M. Jaakkola (2011), "From aesthetes to reporters: the paradigm shift in arts journalism in Finland". *Journalism,* 13 (6), pp. 783-801, https://doi.org/10.1177/1464884911431382.

Jaakkola, M. (2012), "Promoting aesthetic tourism: transgressions between generalist and specialist subfields in cultural journalism", *Journalism Practice,* 6 (4), pp. 482-496, https://doi.org/10.1080/17512786.2012.667284.

Jurado-Martín, M. (2020), "El lenguaje en el periodismo cultural: relación entre géneros y público", em J. L. Ferris, e J. A. Avilés (eds.), *Lenguajes Periodísticos: la Herramienta Más Valiosa*, Nau Libres, pp. 149-158.

Kristensen, N. N. (2010), "The historical transformation of cultural journalism", *Film and Media Studies Yearbook,* 8 (1), pp. 69-92. https://doi.org/10.1386/nl.8.69_1.

Kristensen, N. N. (2019), "Cultural journalism — journalism about culture", *Sociology Compass,* 13 (6), https://doi.org/10.1111/soc4.12701.

Kristensen, N. N., e U. From (2015), "From Ivory tower to cross-media personas: the heterogeneous cultural critic in the media", *Journalism Practice,* 9 (6), pp. 853-871, https://doi.org/10.1080/17512786.2015.1051370.

Kristensen, N.N., e U. From (2021), "The survival of the critic: audiences' use of cultural information and cultural reviews in legacy media", em N.N. Kristensen, U. From, H. K. Haastrup (eds), *Rethinking Cultural Criticism*, Palgrave Macmillan, https://doi.org/10.1007/978-981-15-7474-0_10.

Livingstone, S. (ed.) (2005), *Audiences and Publics: When Cultural Engagement Matters for the Public Sphere, Changing Media, Changing Europe, Vol. 2*, Intellect Books.

Lourenço, J. (2023), "Pela libertação do homem: o jornalismo cultural enquanto promotor da consciência cultural e da cidadania", em P. Lopes, e J. Lourenço (eds.), *Literacia(s) & Cidadania(s)*, Livros Horizonte, pp. 153-169.

Lourenço, J. (2024a), "A sociedade do desconhecimento e a necessidade de um jornalismo especializado", em J. Lourenço (ed.), *Jornalismo de Especialidade I,* Livros Horizonte, pp. 31-44.

Lourenço, J. (2024b), "Jornalismo cultural: o diálogo agregador com o mundo", em J. Lourenço (ed.), *Jornalismo de Especialidade I*, Livros Horizonte, pp. 185-204.

Marques de Melo, J., e F. d. Assis (2016), "Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório", *Intercom — RBCC,* 39 (1), pp. 39-56.

Pastoriza, F. R. (2006) *Periodismo cultural*. Editorial Síntesis.

Piza, D. (2003), *Jornalismo Cultural*, Contexto.

Portela, A. (1998), "Mário Mesquita: 'Não acredito que o serviço público possa ser adequadamente assegurado por operadores privados'", *A Galáxia de Bill Gates e a Responsabilidade Cultural do Jornalismo,* Bizâncio, pp. 65-91.

Postema, S., e M. Deuze (2020), "Artistic journalism: confluence in forms, values and practices", *Journalism Studies,* 21 (10), pp. 1305-1322, https://doi.org/10.1080/1461670X.2020.1745666.

Rebelo, J. (1994), "Imagens de um pretérito imperfeito", em M. Mesquita, e J. Rebelo (eds.), *O 25 de Abril nos Média Internacionais*, Afrontamento.

Rebelo, J. (2000), *O Discurso do Jornal: o Como e o Porquê,* Editorial Notícias.

Rebelo, J. (2003), *A Comunicação: Temas e Argumentos,* MinervaCoimbra.

Rebelo, J. (ed.) (2011), *Ser Jornalista em Portugal: Perfis Sociológicos,* Gradiva.

Rebelo, J. (ed.) (2014), *As Novas Gerações de Jornalistas em Portugal,* Mundos Sociais.
Riegert, K., A. Roosvall, e A. Widholm (2018), "Cultural journalism", *Oxford Research Encyclopedia of Communication*, Oxford University Press, https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.796.
Santos Silva, D. (2011), "Possibilidades políticas do jornalismo cultural digital na perspectiva da democracia deliberativa", *Revista Estudos em Comunicação,* 9, pp. 103-117.
Santos Silva, D. (2012), *Cultura & Jornalismo Cultural: Tendências e Desafios no Contexto das Indústrias Culturais e Criativas*, Média XXI.
Santos Silva, D. (2014), "A nova dimensão performativa do jornalismo cultural — contributos do roteiro e da *review*", em C. Baptista, *Cultura na Primeira Página: O Lugar da Cultura no Jornalismo Contemporâneo — Caderno de Reflexões*, Mariposa Azual, pp. 37-49.
Santos Silva, D. (2015), *Cultural Journalism in a Digital Environment. New Models, Practices and Possibilities,* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
Santos Silva, D. (2018), "Digitally empowered: new patterns of sourcing and expertise in cultural journalism and criticism", *Journalism Practice*. 13 (5), pp. 592-601, https://doi.org/10.1080/17512786.2018.1507682.
Santos Silva, D. (22 de agosto de 2020), "O jornalismo é uma obra de arte, como muitas, incompreendida", *Público*, disponível em: https://www.publico.pt/2020/08/22/opiniao/opiniao/jornalismo-obra-arte-incompreendida-1926792.
Santos Silva, D. (2021) *Innovation in European Journalism: The Case of Cultural Journalism*, ICNova, Instituto de Comunicação da Nova, http://doi.org/10.34619/cqut-tyr4.
Santos Silva, D., e M. Torres da Silva (2017), "Definições, tendências e marcas discursivas do jornalismo cultural", em C. Baptista (ed.), *A Cultura na Primeira Página — Uma Década de Jornalismo Cultural na Imprensa Portuguesa*, Escritório Editora, pp. 87-108.
Torres da Silva, M. (2013), "As narrativas do jornalismo cultural: análise discursiva de peças informativas sobre música durante o ano 2000", em M. L. Andión, e M. Vassallo de Lopes (eds.), *XIII Congreso Internacional IBERCOM — Comunicación, Cultura e Esferas de Poder*, IBERCOM, pp. 4083-4089.
Widholm, A., e A. Roosvall (2024), "The politics of culture in journalism: news media consumption across political and cultural public spheres", *Journalism and Media, 5*, pp. 1925-1939. https://doi.org/10.3390/journalmédia5040117.

Democracia cultural: um convite à perturbação

João Teixeira Lopes
Faculdade de Letras, Universidade do Porto

Em homenagem ao José Rebelo, agradecendo os desafios que me foi lançando, para pensar, na revista *Trajetos,* a centralidade da receção cultural, enquanto esfera da inacabada construção partilhada de sentido e possibilidade (tímida) de emancipação social e política.

> Tudo o que é humano me é estranho.
> Tudo o que é estranho me é familiar.
> Assim se faz a arte: um movimento de ida e volta
> entre o fogo e a sombra.
> Herberto Helder, "Do Mundo"
> (em *A Faca Não Corta o Fogo*, Assírio & Alvim, 2008)

No já longínquo ano de 2007 — uma eternidade em tempos de inusitada aceleração e obsolescência quase programada — publiquei o livro *Da Democratização à Democracia Cultural*. Passaram-se menos de duas décadas, mas o contexto mudou de forma tão vertiginosa que essa distância temporal parece uma era geológica. Ainda assim, o livro mantém-se estranhamente atual e continua a suscitar debates vivos, precisamente porque as tensões que procurava descrever — entre acesso e participação, entre difusão e coautoria, entre consumo e criação — não cessaram de se reinventar sob novas roupagens.

A recente "Carta de Porto Santo", elaborada no contexto da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, durante a conferência Da Democratização à Democracia Cultural: Repensar Instituições e Práticas, confirma e aprofunda muitas das hipóteses que então ensaiei. O texto coletivo, construído num ambiente de reflexão crítica e partilha internacional, retoma e afina várias das ideias do livro, reafirmando a urgência de repensar as políticas culturais à luz da diversidade, da equidade e da emancipação.

Muito sinteticamente, defini então a democratização cultural como uma política e uma ideologia de difusão descendente — um movimento de cima para baixo — que parte de um património artístico e simbólico controlado por uma minoria de

especialistas altamente consagrados, encarregues de levar o "espírito dos grandes templos culturais" aos espaços mais periféricos e anódinos.

Trata-se de uma conceção paternalista e arbitrária da política cultural, assente na crença de que é necessário "elevar o nível cultural das massas", percecionadas como beneficiárias ignorantes de um impulso civilizador e vistas, na melhor das hipóteses, como consumidoras passivas, incapazes de devolver sentido ao que lhes é oferecido.

Além disso, a democratização cultural repousa sobre uma visão hierarquizada da cultura, organizada segundo a velha tricotomia: cultura erudita (A Cultura!), cultura de massas e cultura popular.

A primeira é apresentada como o único domínio com valor patrimonial, sublime e intocável; a segunda é frequentemente reduzida à sua dimensão alienante e mercantil; e a terceira é tida como residual ou folclórica, incapaz de acumular capital simbólico, confinada a usos profanos e triviais.

Este modelo, nascido sob a égide de Malraux e de um Estado missionário, aspira a civilizar pelo alto — mas, ao fazê-lo, reforça o fosso entre aqueles que produzem e consagram e aqueles que apenas "recebem" cultura.

Democracia cultural

Em contraste com o paradigma da democratização cultural, cuja lógica difusionista procurava "levar a cultura às pessoas", a democracia cultural nasce de um gesto inverso e subversivo: reconhecer que as pessoas já têm cultura — múltiplas culturas — e que qualquer política verdadeiramente emancipatória deve partir daí.

Não se trata, pois, de distribuir bens simbólicos previamente definidos, mas de abrir processos de coautoria e cointerpretação, em que todos os sujeitos possam participar na definição do que conta como cultura e do que é digno de ser transmitido.

Emergindo como contracorrente histórica e política, sobretudo a partir do final dos anos 1960, quando a vitalidade contracultural, os novos movimentos sociais (feminismo, ecologismo, anticolonialismo, pacifismo, movimentos estudantis) e as práticas comunitárias urbanas começaram a disputar o monopólio da legitimidade cultural detido pelas instituições tradicionais, cedo sofreu os desvios da domesticação, da neutralização política e da instrumentalização populista.

Se a democratização cultural era centrípeta — irradiando do centro para as margens —, a democracia cultural é centrífuga, devolvendo às margens a potência de falar e de reinventar o comum, deslocando o foco da "elevação" para a escuta, da transmissão unilateral para a interação mediada, da autoridade para a negociação simbólica. Deste modo, não pretende substituir uma elite por outra, mas desmontar o princípio da hierarquia cultural e tornar visível o que antes era invisível: saberes, práticas e imaginários produzidos fora dos circuitos de consagração.

A democracia cultural implica, por isso, uma redefinição do papel das instituições: estas deixam de ser templos da contemplação silenciosa para se

tornarem laboratórios de cidadania cultural, lugares de experimentação, diálogo e coprodução.

Significa também ampliar o conceito de público: não um destinatário abstrato, homogéneo e previsível, mas uma multiplicidade de sujeitos ativos, atravessados por experiências, memórias e pertenças diversas. O público deixa de ser o fim da ação cultural para se tornar o seu princípio ativo, coautor das práticas e dos sentidos em circulação e, por isso, escreve-se sempre no plural.

Esta viragem concetual exige ainda uma nova ética das políticas culturais, pois implica abandonar a lógica da tutela e abraçar a incerteza do encontro, aceitar que a cultura é tanto lugar de conflito como de convergência, e que a diferença não é uma ameaça, mas a própria condição da democracia. Por isso, ela ultrapassa as estreitas margens do panfleto ou do *slogan*, irrompendo como processo inacabado de negociação e criação, um campo de forças em que se joga, quotidianamente, o direito de cada um a existir simbolicamente no espaço público.

Não se decreta: pratica-se, partilha-se e disputa-se.

Itinerários do possível

Destes pressupostos acerca da contraposição entre democratização e democracia cultural é possível percorrer vários itinerários. Um itinerário, bem entendido, é um percurso e implica mais do que um somatório de momentos. Longe de ser linear, está sujeito a encruzilhadas e regressões. Exige, além do mais, reflexividade, isto é, capacidade de se pensar enquanto se percorre o caminho.

A qualidade é um consenso provisório e não se pode fugir ao debate

A democracia cultural implica o alargamento dos agentes (individuais, coletivos e institucionais) autorizados a falar sobre cultura, bem como dos circuitos de produção, difusão e receção cultural. Ao romper com o monopólio dos mecanismos de instauração de uma crença unívoca, criam-se as condições para uma certa *multivocalidade* no campo cultural, ondem que a dominação se vê ameaçada por circuitos alternativos de legitimação e por uma multiplicidade de "sistemas de crença", para o que muito contribui a proliferação de "lugares da cultura", a emergência das periferias (territoriais, sociais e simbólicas) e os movimentos sociais mais ou menos autodidatas que se outorgam o direito de ocupar o espaço público (a rua, a praça, a estação de metro…). Assim, perceber-se-á melhor que a qualidade, longe de ser um atributo essencialista ou atribuído por personagens do Olimpo, seja uma disputa permanentemente inacabada e em reconstrução. Tal como é referido na "Carta de Porto Santo":

> O sistema de qualidade não pode ser usado para manter um *statu quo* de desigualdade e diferenciação social. A compreensão de que a qualidade é uma construção cultural

> deve ser estimulada e debatida. Engajar-se em tal debate é uma forma de estimular a participação democrática.

A democracia cultural altera as "regras do jogo" ao permitir a emergência, com igual dignidade e visibilidade, de propostas contraditórias e conflituais, o que só pode existir com uma "redistribuição tendencialmente igualitária do capital cultural". De certa forma, "transforma o campo cultural em várias esferas públicas", em que os argumentos circulantes são sujeitos a contraditório e a acordos dialógicos e provisórios. É certo que este desiderato exige concatenações com princípios de justiça social que estão a montante e a jusante do campo cultural. Mas este, não sendo um mero reflexo, tem algo a dizer nos mecanismos de produção da mudança e pode iniciar o diálogo! Como refere Esquenazi (2003), essa é a consequência da "diferencialidade" dos públicos, que introduzem princípios de interpretação divergentes (ou até paralelos, sem se tocarem) nas dinâmicas do campo cultural, transformado, em crescendo, numa esfera pública:

> Assim, os diferentes quadros interpretativos utilizados pelos membros de um público constituiriam um campo polémico: a escolha ou o emprego de um quadro de interpretação seria também um "corte" no campo social, uma maneira de reivindicar um lugar ou uma posição (Esquenazi 2003, 109).

Se, num primeiro momento de consciencialização, se promove a identificação das principais desigualdades sociais estruturais na produção social do gosto e na composição dos públicos, logo a seguir procura-se superar o preconceito legitimista, considerando uma vasta gama de práticas "profanas" e quotidianas, a complexificação dos perfis de gosto e de prática cultural e, ainda, a recomposição das normas da legitimidade cultural (Fabiani, 2007; Coulangeon, 2005) através do convívio bastardo de códigos e cosmovisões, aos quais é possível aceder através de programas sistemáticos de familiaridade, isto é, de quebra da vergonha cultural e de conquista popular (não populista, não panfletária, não simplista) do espaço público e das instituições.

Partilhar o bolo e conhecer a receita

Sem esquecer o autor (não é preciso matá-lo…) e as caraterísticas materiais e simbólicas da obra (evitando resvalar para visões exclusivamente formalistas e imanentes), a democracia cultural é como um piquenique em que todos são convidados a provar o bolo. Diria mesmo: a fazê-lo, partilhando a receita. As desigualdades sociais profundamente enraizadas (de classe, género, etnia, orientação sexual…) que estruturam as visões do mundo e as (im)possibilidades de reconhecimento, comunicação e descodificação podem ser lenta, mas inexoravelmente mitigadas com a socialização dos códigos de fruição cultural, que assim perdem o seu valor distintivo e ostentatório. Os luxos culturais das aristocracias de toda a espécie combatem-se com a "interdição do segredo sobre a criação cultural e a sua transmissão". Familiaridade, uma

vez mais, construída através do tempo e de um íntimo cruzamento entre processos de envolvimento formais e informais, dentro e fora, a favor e contra as instituições.

Esqueçam as boas maneiras

Qualquer ato de interpretação situada requer atenção às regras do jogo impostas pelo contexto (as instituições são ricas em prescrições de comportamento ou pistas implícitas sobre os "modos" de fruição cultural), ou mesmo à troca linguística e paralinguística de interação. Essas regras dizem-nos como cocriar um mundo de compreensão comum, pleno de tipificações e de inteligibilidade partilhada — o mundo da vida, nos termos da fenomenologia social, *taken for granted*. Perturbar a ordem de interação difundindo *maneiras outras* de criar, apresentar e receber as obras culturais (sem os silêncios sacramentais, atirando o corpo para a luta ou inventando novas gramáticas artísticas), envolvendo as pessoas, desafia o cardápio da criação e receção bem-comportada.

Há tantas maneiras de ser público: novos públicos (conquistados por formas de formação, mediação, educação — formal ou informal); públicos iconoclastas que desafiam o hipnotismo larvar das instituições fechadas e do pós-modernismo despolitizado, higienizado, abstrato e concetual; públicos "ilegítimos" que mobilizam um capital cultural popular; públicos intermitentes; públicos híbridos (*online/offline*). No mundo da cultura entram "as incoerências, as incompreensões, os anacronismos e as apropriações múltiplas" (Fabiani, 2007: 11).

O espectador é ativo

O espectador (leitor, ouvinte, *voyeur*) é sempre um ente ativo, alguém que, no local e momento da receção, se apropria, recria, compõe, decompõe e produz uma apresentação/representação de si próprio e desse processo. Sempre, evidentemente, no quadro dos recursos (económicos, mas sobretudo culturais e simbólicos) que acumulou e em maior consonância ou dissonância com o cenário de interação concreto em que decorre o processo de fruição. Mesmo que não participem na esfera primária da criação, mesmo que não sejam profissionais ou especialistas, os públicos não são "marionetas culturais" — há sempre algum grau de agência, atenção, informação e envolvimento. A "relação social de público" mobiliza dimensões que são simultaneamente cognitivas e emocionais, mentais e corpóreas, reflexivas e sensoriais, num rico intrincado de disposições que mobiliza biografias e contextos de experiência. "Os espectadores são 'estranhos' tornados menos 'estranhos' pelo envolvimento mútuo na relação com os mundos da arte e da cultura".

A democracia cultural implica também uma reconfiguração do lugar do espectador, conceito que encontra em Augusto Boal uma das suas expressões mais radicais. No seu *Teatro do Oprimido* (1974), Boal rompe com a lógica passiva do público e propõe a figura do "espet-ator" — aquele que observa e atua, que atravessa

a fronteira entre a receção e a criação. O teatro deixa de ser representação e converte-se em ensaio de transformação social.

Para Boal, a estética é política porque cada corpo em cena é um corpo em ação, capaz de produzir pensamento, emoção e decisão. A emancipação do espectador passa por transformar o espaço teatral (e, por extensão, o espaço cultural) num laboratório de cidadania, onde se ensaiam novas relações entre o eu e o outro, entre o indivíduo e a comunidade. O gesto artístico é, assim, uma forma de pedagogia crítica: um exercício de imaginação política.

As instituições promovem as zonas de fronteira

A democracia cultural é indissociável de uma transformação das instituições, tarefa árdua que se tem revelado muitíssimo incompleta, por falta de projeto político, de formação técnica adequada (quantos centros interpretativos existem nas organizações culturais? Quantas pessoas trabalham no seu departamento educativo? Que conhecimento têm dos seus públicos? Que tipo de proatividade e cumplicidade desenvolvem com as populações e o território?). Sem promover uma multiplicação das zonas de contacto e de (des)encontro institucional, a democracia cultural será débil, porque a informalidade dos movimentos sociais precisa de âncoras. É preciso perceber que todas as culturas atuais são culturas de fronteira, liminares. Daí a importância de trabalhar a partir dos processos de "atravessamento", "transgressão", "passagem", "tradução" e "mediação".

Assim, a democracia cultural não se reduz a um simples alargamento quantitativo do acesso à cultura. É, sobretudo, um processo de redistribuição do sensível, no sentido proposto por Jacques Rancière (2000): a reconfiguração das formas de ver, dizer e sentir que definem quem pode participar no espaço comum da experiência estética e política. Democratizar a cultura é, portanto, reorganizar o campo das perceções e das vozes — reconhecer a legitimidade daqueles que antes eram considerados "sem parte".

A mediação cultural surge aqui como prática política e pedagógica de criação de espaços de encontro e tradução simbólica. O mediador não é um simples intermediário entre produtores e públicos, mas um agente de redistribuição que perturba as hierarquias do gosto e do saber, abrindo brechas nas fronteiras entre o erudito, o popular e o quotidiano. Em vez de domesticar as diferenças, a mediação emancipa-as: faz circular sentidos, desloca posições e amplia as possibilidades de expressão.

Nesta perspetiva, a equivalência das inteligências proposta por Rancière (1987) em *O Mestre Ignorante*, constitui o fundamento ético e epistemológico da democracia cultural. Todas as pessoas possuem uma capacidade igual de compreender, interpretar e criar. A desigualdade nasce, não de uma diferença natural de capacidades, mas da distribuição desigual das condições de fala e escuta. Democratizar a cultura é, pois, reconhecer que ninguém é mais ou menos inteligente — apenas mais ou menos ouvido.

A democracia cultural torna-se, assim, um exercício contínuo de tradução recíproca e de igualdade performativa. Quando os sujeitos antes silenciados ocupam o espaço público da arte e da cultura, não estão a pedir inclusão: estão a redefinir o que conta como comum. A mediação é a prática que permite essa redistribuição sensível, ao transformar a experiência estética num território partilhado onde o saber não se transmite de cima para baixo, mas se constrói entre iguais.

O diálogo entre Boal e Jacques Rancière torna-se evidente quando ambos recusam a separação entre quem sabe e quem ignora, entre quem mostra e quem vê. Tal como o "mestre ignorante" parte da equivalência das inteligências, o "espetador emancipado" parte da equivalência das experiências sensíveis.

Ambos afirmam que a igualdade não é um ponto de chegada, mas o ponto de partida — um princípio operativo que estrutura a ação cultural.

A figura do espectador emancipado reconfigura o campo da mediação cultural: o mediador, o artista e o público tornam-se cúmplices de uma mesma cena partilhada. Em vez de comunicar conteúdos, comunicam presenças, afetos e possibilidades. A prática cultural emancipada não procura eliminar o conflito, mas torná-lo produtivo, transformando o dissenso numa forma de reconhecimento e de criação coletiva.

Assim, a democracia cultural não é apenas um ideal normativo; é uma prática estética e política que exige que cada participante — artista, mediador ou espectador — se reconheça como sujeito de criação e transformação.

Como diria Boal, "todos os seres humanos são atores: porque agem. E espectadores: porque observam. Somos todos espet-atores" (Boal, 1974).

Os espaços públicos ganham centralidade

A democracia cultural implica uma aprendizagem partilhada das potencialidades dos espaços públicos, lugares de comunicação face a face, abertos à estranheza, à "serendipidade" e ao conflito. Espaços vividos (e não submetidos à lógica especializada, monofuncional e fragmentária dos "peritos") que, pela sua intersticialidade, desafiam os usos monolíticos, estandardizados e comercializados do urbanismo liberal. Neles, a perspetiva contra-hegemónica da democracia cultural favorece a politização das práticas socioespaciais, denunciando os limites da cidade-empresa e as encenações da "cidade mentirosa" (Delgado 2007). Não há espaços sem contraespaços, usos que dispensem contrausos (Leite 2004), públicos sem contrapúblicos, na produção disputada da cultura.

A democracia cultural só se cumpre quando o espaço público deixa de ser homogéneo e se torna plurivocal — habitado por vozes que antes eram marginalizadas, silenciadas ou invisíveis.

Como lembra Nancy Fraser (1990), o ideal habermasiano de um único espaço público racional e consensual deve ser substituído pela proliferação de "contrapúblicos subalternos", esferas discursivas alternativas onde grupos excluídos podem criar e circular significados próprios. Estes contrapúblicos não são meros refúgios paralelos: são focos de resistência simbólica que tensionam o campo hegemónico e reconfiguram a própria noção de público.

A democracia cultural, ao abrir espaço a estas vozes, deixa de ser um programa de inclusão benevolente e torna-se uma prática de conflito e redistribuição simbólica, pois a cultura democrática não elimina o dissenso — institucionaliza-o como motor de transformação.

Assim, os contrapúblicos operam como arenas de mediação entre mundos: traduzem experiências e criam zonas híbridas de sentido, rompendo a lógica da centralidade cultural e do monopólio de legitimidade.

Neles ecoa a simbologia do estranho, tal como descrito por Georg Simmel (1908), alguém simultaneamente próximo e distante, na fímbria da pertença e da exclusão. Como refere Simmel, "a relação com o estranho é uma forma particular de interação: a de alguém que está dentro e fora ao mesmo tempo" (Simmel, 2004: 150).

No espaço da cultura, encarna a diferença que desestabiliza a familiaridade e obriga à hospitalidade, introduzindo a incerteza e a curiosidade como forças produtivas. O estranho é aquele que "chega hoje e fica amanhã": alguém que pertence ao grupo, mas cuja pertença é marcada pela distância. A sua proximidade é atravessada pela diferença, e é precisamente essa tensão que o torna indispensável à coesão social. Não é o forasteiro que parte, mas aquele que teimosamente permanece e, permanecendo, obriga a comunidade a repensar-se.

Os contrapúblicos culturais são o lugar onde o estranho encontra a sua voz e transforma a distância em diálogo, espécie de laboratórios de uma nova convivialidade, em que a cultura deixa de ser um espelho da identidade e se converte em campo de tradução e de dissenso partilhado.

A democracia cultural, neste sentido, é inseparável de uma ética do estranho — uma disposição para escutar e ser perturbado, para coabitar o espaço público com aqueles que não falam a nossa língua simbólica.

Para além do consumo e do entretenimento

Já se terá percebido, pelo que foi insinuado nas linhas anteriores, que a democracia cultural não se coaduna com uma versão pós-moderna festiva de "tudo é cultura", "tudo se nivela" e os "valores são todos equivalentes". Sigo, aliás, as preocupações do sociólogo francês Philippe Coulangeon (2005) quando constata que as instituições culturais preferem manter públicos habituais (a chamada "fidelização") do que entrar em terrenos "selvagens". É muito mais difícil (e de retorno incerto) insistir no alargamento e na criação de cumplicidades produtivas com públicos afastados, desconhecidos ou mesmo ausentes. A máquina hipertextual e os algoritmos do entretenimento parecem uma fatalidade que reduz todas as energias alternativas a um *marketing* diferenciado.

Por outro lado, os poderes instituídos reclamam-se, eles mesmos, da democracia cultural; organizam eventos multiculturais e festivais da diversidade; glorificam e domesticam as culturas de rua; adocicam a transgressão em doses familiares e apoiam com subsídios os grupos iconoclastas, esvaziando o potencial crítico das suas propostas.

A "grande transformação da economia em cultura" associa esta última a uma espécie de supermercado de estilos de vida, cada vez mais individualizados e incomunicantes. Com a aceleração da modernidade tardia, urge acumular experiências a um ritmo cada vez mais rápido, pois elas são a principal fonte de capital social, lubrificante das trocas e dos laços sociais. Assim, medra a associação entre lazer, consumo e arte, num ambiente neoconservador de reinvenção da tradição e da autenticidade (com citações e reciclagens várias), de navegação flutuante num urbanismo genérico e de fantasia, numa "disponibilidade absoluta", enfim, para consumir e ser consumido (Crary, 2018).

Como é difícil a prática da democracia cultural! Não é, decididamente, para principiantes nem para profetas das emoções instantâneas, instagramáveis e ubíquas, destinadas ao esquecimento. Exige tempo, escuta e conflito — porque a cultura democrática não se decreta: constrói-se em tensão, entre o desejo e o dissenso, entre a partilha e a resistência. A democracia cultural só resultará se deixar marcas reais: nos corpos (novas disposições, competências e afetos), nos territórios (infraestruturas e recursos que sustentem o comum) e na política (novas legitimidades, novos modos de decidir e de ser ouvido).

Sem a criação de esferas públicas locais, sustentadas por práticas de mediação, a democracia cultural não passará de uma primavera de flores retóricas — bela, mas efémera. A diferença é, de facto, uma dialética viva e não um efeito de *marketing*, um *slogan* de diversidade ou uma operação de *branding* territorial. Fazer cultura, fazer cidade e fazer lugar — dar sentido e densidade ao lugar — implica transcender a simplificação identitária do postal urbano ou do evento catártico que anestesia o conflito e vende pertencimento.

A cultura democrática é tudo menos uma rotina de gestão ou um produto a consumir. Não é *business as usual*: é o trabalho paciente e inacabado de reinventar o comum. E, sim — é mesmo a doer.

Referências bibliográficas

Boal, Augusto (1974), *Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Carta de Porto Santo (2021), *Carta do Porto Santo: A cultura e a promoção da democracia — para uma cidadania cultural europeia*, Porto Santo, Conferência do Porto Santo, 27-28 de abril 202, disponível em https://www.culturaportugal.gov.pt/pt/saber/2021/05/carta-do-porto-santo/.

Coulangeon, Philippe (2005), *Sociologie des Pratiques Culturelles*, Paris, La Découverte.

Delgado, Manuel (2007), *La Ciudad Mentirosa. Fraude y Miseria del "Modelo Barcelona"*, Madrid, Catarata.

Esquenazi, Jean-Pierre (2003), *Sociologie des Publics*, Paris, La Découverte.

Fabiani, Jean-Louis (2007), *Après la Culture Légitime*, Paris, L'Harmattan.

Fraser, Nancy (1990), "Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy", *Social Text*, 25/26, pp. 56-80.

Leite, Rogério Proença (2004), *Contra-Usos da Cidade — Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea*, Campinas, Editora Unicamp.
Lopes, João Teixeira (2007), *Da Democratização à Democracia Cultural*, Porto, Profedições.
Rancière, Jacques (1987), *Le Maître Ignorant. Cinq Leçons sur L'émancipation Intellectuelle*, Paris, Fayard.
Rancière, Jacques (2000), *Le Partage du Sensible. Esthétique et Politique*, Paris, La Fabrique.
Simmel, Georg (2004), "O estranho", *Sociologia*, Lisboa, Relógio d'Água, pp. 149-153.

Jornalismo na encruzilhada
Tensões entre o *ethos* democrático e a hegemonia do capitalismo de plataforma em Portugal

José Luís Garcia
Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Introdução

A breve análise que se segue debruça-se sobre as transformações do jornalismo português, partindo da premissa de que este deve ser compreendido como uma prática cultural e social com responsabilidade política, orientada para o fortalecimento da comunidade e da esfera pública. Recorrendo a uma síntese do trabalho que tenho realizado, traça-se o percurso do jornalismo desde a sua consolidação pós-Revolução de 1974 até ao atual contexto, dominado pelo capitalismo de plataforma. Defende-se que a profissionalização e o *ethos* de serviço público, conquistados com a democracia, se confrontam hoje com pressões profundas de natureza tecnológica, económica e organizacional. A mercadorização da informação, a supremacia algorítmica e a reconfiguração das redações segundo uma lógica de *market-driven journalism* ameaçam a autonomia profissional, a deontologia e o papel cívico do jornalismo. Conclui-se que a preservação de um jornalismo ético e democrático exige uma consciência crítica da tensão entre os imperativos comerciais e a responsabilidade cívica do jornalismo, considerando tanto o contexto nacional, como as transformações globais do ecossistema mediático.

O jornalismo no Portugal pós-25 de Abril de 1974: contextos, consolidação de um *ethos* democrático e hegemonia digital

O jornalismo, enquanto atividade cultural e social, assenta a sua legitimidade numa tríade fundamental: princípios éticos, independência editorial e rigor informativo. A sua missão transcende a mera produção de conteúdo, orientando-se para o fortalecimento da comunidade, a promoção do debate público e a participação cidadã.

Esta conceção do jornalismo como serviço público independente, embora com indeclináveis dimensões económicas, constitui o seu *ethos* democrático fundamental. No entanto, este ideal enfrenta, no século XXI, uma encruzilhada, com a

confluência da transformação digital, a reestruturação da indústria mediática e a emergência do capitalismo de plataforma.

Partindo do argumento de que a preservação do jornalismo ético e democrático exige práticas conscientes, seletivas e fundamentadas, propõe-se analisar a trajetória do jornalismo português, integrando perspetivas históricas e críticas. Uma leitura diacrónica, desde a transição democrática até às transformações tecnológicas do final do século XX, destaca o processo de profissionalização, a influência da "imagosfera" panmediática e a tensão entre o serviço público e a lógica comercial. Paralelamente, a reconfiguração contemporânea, guiada pela digitalização e pelo poder dos GAFAM, descreve a transição do capitalismo jornalístico tradicional para o capitalismo de plataforma e os seus impactos nas redações e no ethos profissional. [1]

É, deste modo, inteligível como as conquistas da profissionalização democrática em Portugal estão a ser desafiadas por uma reestruturação que subordina a informação a critérios algorítmicos, de rentabilidade e de infomediação. A análise estrutura-se em quatro partes principais: primeiro, considera-se a consolidação do *ethos* jornalístico no contexto pós-revolucionário português; segundo, explora-se a primeira vaga de transformação, marcada pela comercialização e pela emergência de uma opulenta "imagosfera"; terceiro, examina-se a fase atual de hegemonia do capitalismo de plataforma e a reorganização das redações; por fim, discute-se o futuro do jornalismo, argumentando que a sua relevância democrática depende da capacidade de resistir à subordinação total às lógicas de mercado e plataforma, reafirmando o seu compromisso cívico.

O percurso do jornalismo português está indelevelmente marcado pela transição de um regime ditatorial para um regime, simplificando os termos, de democracia pluralista. Até 1974, a profissão estava condicionada pela ausência de liberdades, repressão política e dominação autoritária. O 25 de Abril de 1974 não representou apenas o início de uma abertura política; foi a condição de possibilidade para a emergência de um jornalismo moderno e profissionalizado. A liberdade de expressão, a escolarização alargada, a maior participação feminina e a proliferação de novas iniciativas editoriais criaram um ecossistema propício para a recomposição social da profissão.

Esta recomposição, entre 1976 e 1986, caracterizou-se pela expansão e diversificação do grupo profissional. Os jornalistas puderam assumir-se como mediadores informativos ao serviço da cidadania. Aprofundou-se a distinção, historicamente construída com a imprensa industrial do século XIX, entre informação, opinião e propaganda. Neste período, consolidou-se um *ethos* profissional assente em competências específicas, uma cultura partilhada e, sobretudo, um compromisso moral com a sociedade entendida como estrutura social democrática. O jornalismo afirmou-se como um pilar da nascente esfera pública democrática, facilitando a ligação ao mundo, cultura e política de uma população que saía de décadas de opressão.

---

1 GAFAM: acrónimo das cinco maiores empresas tecnológicas: Google, Apple, Facebook (atual Meta), Amazon, e Microsoft.

No entanto, esta fase de afirmação cívica e autonomia relativa foi relativamente breve. A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986 integrou o país num espaço económico mais vasto, mas também o expôs a dinâmicas transnacionais que iriam reconfigurar radicalmente a indústria mediática. A gestão ultracompetitiva, a mercadorização do conhecimento e a crescente dependência tecnológica, importadas dos modelos neoliberais em ascensão, começaram a minar as bases do *ethos* democrático que se havia começado a construir. A profissão, tendo-se ampliado e que inicialmente se unificara em torno de um projeto de serviço público, começou a evidenciar sinais de estratificação interna e perda de autonomia, antecipando as dificuldades que se avizinhavam.

A partir do final da década de 1980, o jornalismo português, tal como as suas congéneres ocidentais, começou a sofrer os efeitos de uma dupla revolução: tecnológica e de mercado. A inovação tecnológica sob o viés comercial e a digitalização emergiram como forças motrizes da economia global, transformando a produção, distribuição e consumo de informação. A Internet e as tecnologias digitais criaram novos contextos de comunicação, ao mesmo tempo que provocaram deslocamentos estruturais no ecossistema mediático. O capo dos média foi remodelado, o jornalismo como profissão iniciou um processo de desorganização e o espaço público fragmentou-se e desestruturou-se.

No plano da indústria, esta fase foi marcada pela convergência digital inicial, fusões empresariais e uma gestão orientada para o mercado. A reconfiguração da propriedade dos média, com a entrada de conglomerados e a concentração de poder, alterou as prioridades editoriais. A orientação comercial predominante tornou-se hegemónica. A qualidade informativa começou a subordinar-se sistematicamente à procura de audiência e lucro. A transformação tecnológica intensificou a mercadorização do jornalismo, promovendo a convergência digital, fusões empresariais e gestão orientada ao mercado.

Na esfera mediática contemporânea, a informação passou a ser concebida crescentemente como mera mercadoria, subordinada a critérios de audiência e lucro. As redações reorganizaram-se em modelos *multitasking*, integrando jornalismo, gestão multimédia, *storytelling* e produção multiplataforma. Esta polivalência, embora adaptativa, introduziu pressões significativas sobre o *ethos* profissional, comprometendo a autonomia e o papel cívico do jornalismo.

Em Portugal, a digitalização provocou uma mudança estrutural na imprensa diária e nos média audiovisuais. Observa-se um predomínio do jornalismo tabloide, com foco em conteúdos breves e de entretenimento, enquanto os jornais de referência sofrem redução, desaparecimento e erosão, salvaguardando poucas exceções. No audiovisual, a proliferação de serviços digitais segmentou o público e enfraqueceu a televisão generalista. O jornalismo, tradicionalmente orientado para o esclarecimento público e a coesão social, passou a competir com modelos de produção acelerada e conteúdos adaptados às plataformas digitais, refletindo a tensão entre serviço público e lógica mercantil.

Esta dinâmica teve consequências profundas para os profissionais portugueses. A segunda fase da recomposição profissional foi marcada pela precarização, polivalência de funções, apropriação de direitos intelectuais e foco na destreza

tecnológica, em detrimento do rigor e da função social. O *ethos* de serviço público começou a perder terreno. Os média, apesar de adquirirem uma elevada capacidade de influência política e social, tornaram-se viciados em processos de comercialização, vedetização e interconexão com elites, enquanto a maioria dos jornalistas via a sua independência funcional ser comprometida pelas dinâmicas empresariais e tecnológicas. A profissão cindiu-se entre uma elite influente e uma maioria submetida, num processo que ameaça a integridade da profissão e o espaço cívico que ela sustenta.

Do capitalismo jornalístico tradicional à tendência para a supremacia do capitalismo de plataforma

Se a primeira vaga de transformação abalou os alicerces do jornalismo tradicional, a segunda fase, em curso, representa uma mudança de paradigma.

A digitalização, inicialmente vista segundo uma ótica ingénua de uma utopia da comunicação, revelou-se dominada pelos gigantes da Internet — os GAFAM. O monopólio tradicional da imprensa sobre a produção e distribuição de informação entrou em colapso, dando lugar a um novo ecossistema infocomunicacional, em que as plataformas exercem um poderoso constrangimento.

Este "capitalismo de plataforma" suplanta o antigo "capitalismo jornalístico". A estratégia inicial dos média tradicionais — criar versões digitais, integrar vídeo, etc. — mostrou-se insuficiente perante a supremacia das plataformas. A nova estratégia passou a ser o alinhamento da informação produzida com os interesses e lógicas destas plataformas, respondendo à mudança para consumidores digitais ativos (*prosumers*). A máxima "inovar ou perecer" forçou as redações a uma subordinação sem precedentes aos condicionamentos mercadológicos e algorítmicos.

Este realinhamento provocou uma reengenharia profunda das redações e da prática jornalística. As redações adotam modelos *multitasking* e "polivalentes", com equipas reduzidas a produzir conteúdos de forma contínua e flexível para imprensa, rádio, televisão, Internet, *podcasts*, SMS, blogues e redes sociais. A atividade do jornalismo transforma-se sob a pressão de algoritmos e interesses empresariais. Editores assumem funções de gestão e *marketing*, e os jornalistas são avaliados por métricas de audiência e *engagement*, não pelo rigor ou relevância cívica do seu trabalho.

Os fenómenos da "viragem algorítmica" e do "dataísmo" redefinem a produção, edição e distribuição da informação. As plataformas, enquanto "infomediários", impõem os seus critérios, que raramente privilegiam a profundidade investigativa ou o contexto. A pandemia de covid-19, como momento de aceleração digital, apenas reforçou esta submissão.

A mercadorização extrema e a subordinação às plataformas digitais provocam tensões éticas e sociais significativas. O *ethos* jornalístico, historicamente centrado na informação pública e nos valores cívicos, encontra-se frequentemente subordinado a métricas de audiência, algoritmos e interesses corporativos. O papel cultural, informativo e democrático do jornalismo é ameaçado, enquanto o público é tratado predominantemente como consumidor, em vez de cidadão.

Neste novo cenário, o *ethos* jornalístico é redefinido. O compromisso com a informação pública e os valores cívicos é subordinado às exigências do mercado e aos movimentos gerados nas plataformas digitais. A tendência é para a emergência de um jornalismo de fronteiras fluidas, em que a identidade profissional se dilui num perfil orientado para os algoritmos e para a economia digital, refletindo a tensão fundamental entre a economia da informação com valor de mercado mercantil e a comunicação pública.

Conclusão

A trajetória do jornalismo português, desde a euforia democrática até à complexidade do capitalismo de plataforma, é um percurso de uma tensão permanente. A profissionalização e a construção de um *ethos* de serviço público, conquistas históricas da geração pós-25 de Abril, confrontam-se hoje com forças desestabilizadoras de uma magnitude inédita. A mercadorização da informação, a hegemonia das plataformas digitais e a reconfiguração algorítmica das redações representam uma ameaça existencial ao jornalismo enquanto prática informativa, cultural e social com responsabilidade política.

A legitimidade do jornalismo assenta em princípios éticos, independência e rigor, distinguindo-se da mera produção de conteúdos. No entanto, o ecossistema atual, dominado pela lógica da infomediação e do *market-driven journalism*, promove precisamente o oposto: a subordinação da informação noticiosa a critérios de rentabilidade, a fragmentação do público-cidadão em nichos de consumidores e a erosão da autonomia profissional.

A sobrevivência de um jornalismo ético e democrático não está garantida. Tal exige práticas conscientes, seletivas e fundamentadas que implicam, pelo menos, as seguintes posições. Em primeiro lugar, uma consciência crítica relativamente à inovação tecnológica, compreendendo que não é neutra, mas uma força imbricada em relações de poder político-económico, sendo a este respeito crucial desmontar a visão instrumentalista e analisar criticamente o impacto sociocultural dos algoritmos e das plataformas.

Em segundo lugar, a defesa do *ethos* profissional do jornalismo, através da reafirmação dos seus valores nucleares — liberdade, honestidade, rigor, competência técnica e compromisso com a sociedade — como antídotos à mercadorização extrema. Em terceiro lugar, procurar alternativas e modelos de sustentação económica que privilegiem a qualidade informativa e a missão cívica do jornalismo. Finalmente, as instituições de ensino e as redações são capitais para a sua continuidade e resistência. Cabe a elas formar profissionais não apenas tecnicamente competentes, mas também eticamente fundamentados e críticos perante as pressões do mercado e das plataformas.

O jornalismo mantém a sua justificação social única enquanto atividade de mediação informativa e cultural orientada para a vida democrática. A sua capacidade de apropriação da tecnologia é historicamente comprovada. No entanto, a encruzilhada atual é particularmente aguda. A escolha não é entre permanecer no

passado ou aderir acriticamente ao futuro digital. A verdadeira escolha reside em guiar a transformação pela bússola dos princípios éticos e democráticos. Só assim o jornalismo poderá continuar a fortalecer a comunidade, a promover o debate público e a servir a participação cidadã, resistindo à colonização da esfera pública pelos interesses do capitalismo de plataforma e preservando um espaço para uma informação que oriente, dignifique e sustente a vida cívica.

Uma nota sobre comunicação e justiça

Filipa Subtil
Ph.D. em Ciências Sociais, ESCS-IPL

O presente texto é uma nota sobre a profunda relação entre comunicação e justiça, compreendendo-as como práticas interdependentes e mutuamente constitutivas. Parte-se do princípio de que a justiça, enquanto ideal normativo e prática social, não pode realizar-se sem um processo comunicativo que assegure o diálogo, a deliberação racional e o reconhecimento mútuo. Com base em autores como Hannah Arendt, Jürgen Habermas, Amartya Sen e Martha Nussbaum, argumenta-se que tanto a comunicação quanto a justiça exigem condições éticas e estruturais que promovam a liberdade, a igualdade e a sinceridade no espaço público e nas relações intersubjetivas. Propõe-se, em suma, uma visão exigente da justiça comunicativa, entendida como condição de possibilidade de uma democracia substantiva e de uma vida coletiva orientada para o bem comum.

A afinidade entre comunicação e justiça

A justiça e a comunicação partilham uma mesma lógica de abertura e de reconhecimento. Ambas implicam a superação do isolamento e a recusa do dogmatismo, exigindo um espaço onde as vozes possam encontrar-se e debater, num horizonte de racionalidade argumentativa. A justiça, desligada da comunicação, transforma-se numa abstração formal, reduzida à aplicação técnica de normas, desprovida de vitalidade ética e de enraizamento humano. Por sua vez, a comunicação que prescinde de uma orientação ética e justa converte-se num instrumento de manipulação, propaganda ou mera transmissão de dados, perdendo a sua dimensão emancipadora (Garcia e Subtil, 2023).

Hannah Arendt sublinhou que a esfera pública é o espaço onde a verdade factual e a verdade racional se encontram, permitindo a emergência do juízo e da ação política responsável. Sem esse encontro discursivo, a justiça perde o seu fundamento, pois deixa de assentar na capacidade humana de argumentar, persuadir e compreender. A justiça é, assim, um fenómeno comunicativo: vive da palavra, da escuta e do reconhecimento do outro como sujeito dotado de dignidade e razão (Arendt, 1967).

A própria ideia de justiça é disputável e plurívoca. Nas teorias liberais, como a de John Rawls (1971), a justiça é entendida como equidade, procurando garantir a imparcialidade por meio de um contrato hipotético entre cidadãos livres e racionais. Já as perspetivas libertárias, inspiradas em Friedrich Hayek (1944) e Robert Nozick (1974), valorizam a não interferência do Estado e a liberdade negativa dos indivíduos. Em contraste, as abordagens comunitaristas, representadas por Michael Sandel (2010), defendem que a justiça só pode ser compreendida no contexto da vida partilhada e dos valores de pertença e solidariedade. Por fim, a teoria das capacidades de Amartya Sen (2009) e Martha Nussbaum (2013) desloca o debate para o terreno das possibilidades reais de concretização da liberdade, argumentando que a justiça requer não apenas instituições justas, mas também sujeitos capazes de agir e participar.[1]

Em todas estas abordagens, explícita ou implicitamente, está presente o tema da comunicação. A justiça requer sempre uma forma de entendimento público. A formulação de leis, o exercício do julgamento, a deliberação política ou o reconhecimento dos direitos implicam processos discursivos. Assim, a justiça não é apenas um estado de coisas, mas uma prática que depende da qualidade da comunicação na sociedade.

Num mundo cada vez mais mediado, o âmbito comunicativo onde a justiça se constrói é, em larga medida, o dos média. Os média, enquanto mediadores simbólicos e institucionais, desempenham um papel decisivo na formação da opinião pública e na criação de condições para a deliberação democrática. Amartya Sen (2009) defende que a justiça depende da existência de uma esfera pública aberta, em que os cidadãos possam discutir livremente, avaliar políticas e questionar o poder.

Uma imprensa livre e plural é, portanto, um elemento constitutivo da justiça. A sua importância vai além da simples transmissão de notícias: ela garante a transparência, a prestação de contas e o acesso equitativo à informação. Onde a comunicação é censurada ou instrumentalizada, a injustiça torna-se estrutural, pois a sociedade perde a capacidade de se autorregular e de se autocriticar. A ausência de liberdade de expressão não apenas empobrece o debate público, mas deteriora a própria experiência de cidadania, reduzindo os sujeitos a espectadores de um discurso imposto.

Além da sua função informacional, os média têm uma dimensão pedagógica e ética. Ao darem visibilidade aos marginalizados e ao denunciarem as injustiças, cumprem uma função protetora e inclusiva (Silveirinha, 2015). Simultaneamente, ao promoverem a circulação de ideias e valores, contribuem para a formação moral e política das comunidades. Este papel deliberativo dos média é central: a justiça não se alcança por meio de decisões isoladas, mas através de um processo contínuo de argumentação pública. É nesse diálogo coletivo que se definem as fronteiras do justo e do injusto, do aceitável e do intolerável.

---

1 Sobre a teoria das capacidades e a justiça social na filosofia política de Amartya Sen, A. e Martha Naussbaum, ver Alexander, J.M. (2008).

Contudo, é necessário reconhecer que os média estão longe de serem neutros. A concentração da propriedade dos meios de comunicação, a lógica da espetacularização e a influência de interesses económicos e políticos colocam em risco a autonomia do discurso público. A erosão dos média tradicionais e a ascensão das redes eletrónicas veio tornar ainda muito mais difícil esse desígnio. Daí a urgência de uma ética da comunicação que recupere a responsabilidade social dos média e do jornalismo, na linha das recomendações do Relatório da Comissão para a Liberdade de Imprensa (1947), restabelecendo a sua missão de promover o debate racional e plural, em vez de reforçar desigualdades simbólicas e de poder.[2] Daí igualmente a necessidade de regular as plataformas tecnológicas no sentido da manutenção das possibilidades da vida cívica.

Além da dimensão institucional e dos média, a justiça nasce e renova-se nas relações quotidianas. A ética da comunicação de Jürgen Habermas propõe que toda a justiça digna desse nome pressupõe uma "situação ideal de discurso", na qual os interlocutores se reconhecem mutuamente como sujeitos livres e iguais. A inteligibilidade, a sinceridade, a igualdade e a liberdade são as condições mínimas para que o diálogo produza entendimento e não mera imposição (1986).

Estes princípios, embora raramente realizados em plenitude, orientam a vida democrática. Uma conversa entre professor e estudante, uma assembleia local ou uma deliberação parlamentar só podem aproximar-se da justiça se respeitarem essas condições comunicativas. O discurso livre, transparente e inclusivo é, portanto, o microcosmo da justiça. Ele traduz-se na capacidade de ouvir, de justificar racionalmente as posições e de aceitar a força do melhor argumento, e não o poder da autoridade. A justiça intersubjetiva, assim entendida, é também uma prática de empatia e reconhecimento. Implica compreender a perspetiva do outro, admitir a sua experiência e valorizar a sua voz. A comunicação justa não se limita à troca de razões abstratas; ela envolve também emoção, escuta e reciprocidade. Uma comunidade que cultiva o diálogo respeitoso e a escuta ativa cria, em si mesma, as condições para uma justiça viva, participada e concreta.

Conclusão

As reflexões sumariamente apresentadas permitem afirmar que a comunicação e a justiça se constituem mutuamente. Sem liberdade de expressão, sem imprensa livre, sem informação fidedigna e sem espaços de diálogo, não há justiça possível, pois falta o meio pelo qual se possa argumentar, deliberar e construir o comum. Da mesma forma, sem justiça, a comunicação degrada-se em instrumento de poder, manipulação ou exclusão.

A justiça é, em última análise, uma prática comunicativa. Ela realiza-se no encontro de vozes, na partilha de significados e na construção dialogada de valores.

---

2 Sobre a teoria da responsabilidade social dos média, ver, entre outras referências, Siebert, F.S., T. Peterson e W. Schramm (1984) e Liebovich, E.W. (1995).

Quando a comunicação é reduzida à técnica ou à propaganda, quando é reduzida ao estatuto de mero instrumento para qualquer fim, a justiça torna-se uma ficção normativa; quando a comunicação é ética, plural e racional, a justiça adquire substância social e política.

A tarefa que se impõe às democracias contemporâneas é, portanto, dupla: proteger a liberdade comunicativa e assegurar as condições materiais e simbólicas para que todos possam participar nela. Uma sociedade justa é, antes de mais, uma sociedade que não desiste de conversar e compreender. É nesse espaço partilhado da palavra que a justiça se enraíza, tornando-se não apenas uma norma jurídica, mas uma forma de convivência humana orientada pela razão, pela dignidade e pelo bem comum.

Referências bibliográficas

Alexander, J. M. (2008*), Capabilities and Social Justice: The Political Philosophy of Amartya Sen and Martha Nussbaum*, Londres, Routledge.

Arendt, H. (1967), "Truth and politics", *The New Yorker,* 25 de fevereiro, pp. 49-88.

Garcia, J. L. e F. Subtil (2023), "Mediatization: from Gutenberg to unlimited media and datafication", em H. Jerónimo (ed.), *Portuguese Philosophy of Technology. Legacies and Contemporary Work from the Portuguese-Speaking Community* (211-241), Cham, Springer, https://doi.org/10.1007/978-3-031-14630-5).

Habermas, J. (1986), *The Theory of Communicative Action, Volume 2: Lifeworld and System: a Critique of Functionalist Reason*, Cambridge, Polity Press.

Hayek, F. A. (1944), *The Road to Serfdom,* Londres, Routledge.

Liebovich, E. W. (1955), "Social responsability theory", em J. C. Nerone (ed.), *Last Rights. Revisiting Four Theories of the Press* (77-124), Urbana e Chicago, University of Illinois Press.

Nozick, Robert (1974), *The Anarchy, State, and Utopia*, Nova Iorque e Oxford, Basic Books and Basil Blackwell.

Nussbaum, M. (2013), *Creating Capabilities: the Human Development Approach,* Belknap Press.

Rawls, J. (1971), *A Theory of Justice,* Cambridge, Belknap Press.

Sandel, M. (2010), *Justice: What's the Right Thing to Do*?, Nova Iorque, Farrar, Straus and Giroux.

Sen, A. (2009), *The Idea of Justice*, Cambridge, Harvard University Press.

Siebert, F. S, T. Peterson, e W. Schramm (1984), *Four Theories of the Press: The Authoritarian, Libertarian, Social Responsibility, and Soviet Communist Concepts of What the Press Should be And Do*, Urbana e Chicago, University of Illinois Press.

Silveirinha, M. J. (2015), "Comunitarismo: filosofia política, comunicação e feminismo", em José Gomes André, José Manuel Santos e Bruno Peixe Dias (eds.), *Teorias Políticas* Contemporâneas, Lisboa, Documenta.

El fermento de la revolución de los claveles en la era Trump

Enric Marín i Otto
Universitat Autònoma de Barcelona

En el mes de enero del 1975 José Rebelo iniciaba un ciclo de crónicas publicadas en el rotativo francés *Le Monde*. Un testimonio periodístico único de la "Revolución de los Claveles". La publicación reciente del libro que las recoge es una muestra perfecta de maridaje entre la crónica periodística y la crónica histórica.[1] Pasado medio siglo, aquella mirada periodística enriquece una mirada crítica sobre el presente. En este texto de homenaje intentaré hacer crónica periodística con voluntad de perspectiva histórica.

Portugal y España, con Chile al fondo

Mientras José Rebelo diseccionaba con precisión quirúrgica el proceso revolucionario portugués, el Reino de España también vivía un cambio de régimen de características muy distintas: una transición política tutelada por el ejército. El salazarismo y el franquismo tuvieron algunas similitudes, pero también diferencias significativas que tienen que ver con la misma identidad de los dictadores y su forma de llegar al poder. Salazar era un profesor. Franco un militar. Un líder militar que concentró todo el poder en el contexto de una guerra civil, y que asumió las formas del fascismo para crear un régimen vertical fuertemente asentado en el ejército. En otras palabras, el franquismo fue bonapartismo tradicionalista revestido de fascismo. Sin entender esto es imposible entender los límites de la Transición española y sus diferencias con el proceso portugués. En el caso lusitano, la descolonización convirtió al ejército en agente activo de la ruptura democrática. En el caso español, el ejercito fue garante de continuidad entre el régimen autócrata y la monarquía parlamentaria.

Unos años antes de la revolución de los claveles y de la muerte del general Francisco Franco, Chile vivió un golpe de estado. No lo traigo colación de forma caprichosa. El golpe de Pinochet avalado por los Estados Unidos de América (EUA)

1 Rebelo, José et Maria Inácia Rezola (2024), *La Révolution des Oeillets. Du Pouvoir Populaire au Pouvoir Parlementaire*, Les Éditions de l'Atelier, Paris.

permitió poner en práctica las recetas monetaristas ultraliberales de la Escuela Económica de Chicago liderada por Milton Friedman. Un avance de las políticas de privatizaciones y desregulaciones impulsadas por Reagan y Thatcher una década más tarde. Llegados a este punto, conviene recordar que los EUA ya habían avalado romper el aislamiento internacional del régimen franquista promocionando la entrada de España en la ONU en el año 1955. También fueron activos impulsando la obertura de la economía española con la adopción de los Planes de Estabilización (1959). Todo tiene su explicación: en el contexto de la Guerra Fría, las bases militares españolas y el control del Mediterráneo eran estratégicos… Y, por eso mismo, Henry Kissinger también estuvo muy pendiente de la evolución de la situación política española en los años setenta.

Es sabido que la segunda Restauración borbónica en la figura del rey Juan Carlos I no significó una discontinuidad o una ruptura democrática nítida con las estructuras de poder del franquismo. El "Régimen del 78" se cimentó en una transición democrática que de forma pactada no cortó algunos hilos conductores sensibles del régimen franquista. La lectura optimista de aquellos momentos expresaba la esperanza de que el paso del tiempo acabaría diluyendo aquellos hilos de conexión con la Dictadura.

Pero la realidad ha sido distinta. Durante dos largas décadas (1978-2000), en el contexto de la lucha contra ETA, se activaron formas subterráneas y opacas de acción política que reforzaron las dinámicas autoritarias del Deep State español. En todos los ámbitos, pero sobre todo en el judicial y el policial. También en el de las conexiones entre el poder político y el poder económico. Con el cambio de milenio, y pasado el momento álgido de la llamada "lucha antiterrorista", José María Aznar decidió abrir una nueva etapa para "cerrar el estado de las autonomías". En realidad, una relectura restrictiva e involutiva del pacto constitucional del 1978. Para el nacionalismo español postfranquista la amenaza ya no era una ETA instalada en una dinámica que sólo podía conducir a un proceso de autodisolución. La amenaza identificada por el aznarismo era de naturaleza democrática y estaba encarnada en la voluntad de autogobierno de las nacionalidades históricas (Catalunya y País Vasco) en el contexto de la globalización.

El punto de inflexión fue la sentencia del Tribunal Constitucional de 2010 con la que se anulaba contenido substantivo del Estatuto de Autonomía catalán, que previamente había sido acordado (y recortado) en las Cortes y refrendado popularmente. En la práctica, el pronunciamiento de aquel Tribunal Constitucional políticamente contaminado rompía el pacto constitucional en Cataluña. Ruptura que acabó de activar el proceso soberanista catalán. Pero también activó de forma inmediata todos los recursos de los poderes de estado para combatir el independentismo. Y todos quiere decir todos, "guerra sucia" y cloacas del Estado incluidas. En aquellos momentos, buena parte de los demócratas españoles o miraron hacia otro lado, o lo observaron con cierta complacencia.

Entre el 2010 y el 2017, el Deep State español se fue desacomplejando. Lo suficiente como para embestir sin miramientos una formación política como Podemos, que cierto *establishment* económico podía representarse como una amenaza incómoda. Y sin llegar a los niveles brutalmente represivos aplicados al independentismo

democrático catalán, el acoso mediático y judicial al que fueron sometidos los dirigentes de Podemos fue sistemático.

Llegados al 2025, el independentismo democrático catalán y la izquierda que había representado Podemos parecen políticamente neutralizados. Entre otras razones porque la lógica represiva ha logrado agudizar las contradicciones políticas en el seno de estos movimientos… Pero la acción del Deep State no se ha detenido. Está en condiciones de identificar nuevos objetivos políticos y ahora le toca el turno a lo que la derecha autoritaria española llama "sanchismo". No es necesaria una gran sofisticación analítica para identificar la estrategia de acoso. Uno de los últimos hechos para entender lo que está pasando lo tenemos en la surrealista instrucción con la que juez Peinado amenaza a Begoña Gómez, la mujer de Pedro Sánchez. Como ocurrió en el caso del independentismo catalán o de Podemos, las evidencias se acumulan.

Así pues, no será preciso alargar el relato de los hechos. Vista la evolución de la política española de los últimos 15 años, la duda es si ya es demasiado tarde para neutralizar la lógica y la estrategia del juego sucio del Deep State y detener la pulsión autoritaria de las derechas españolas. El éxito de las estrategias comunicativas de las nuevas extremas derechas no invita al optimismo. Tampoco la desorientación ideológica y estratégica de las fuerzas democráticas y progresistas.

Observando la deriva autoritaria de los poderes de estado en España y sus consecuencias, renueva su sentido el poema atribuido en diferentes ocasiones a Bertolt Brecht, pero realmente escrito por el pastor protestante alemán Martin Niemöller:

> Cuando los nazis vinieron a buscar a los comunistas,
> guardé silencio,
> porque yo no era comunista,
> Cuando encarcelaron a los socialdemócratas,
> guardé silencio,
> porque yo no era socialdemócrata
> Cuando vinieron a buscar a los sindicalistas,
> no protesté,
> porque yo no era sindicalista,
> Cuando vinieron a buscar a los judíos,
> no pronuncié palabra,
> porque yo no era judío,
> Cuando finalmente vinieron a buscarme a mí,
> no había nadie más que pudiera protestar.

Trump: la nueva extrema derecha y la emergencia democrática

Por más irritantes o ridículas que nos puedan parecer las fanfarronadas habituales de Donald Trump, haríamos bien en no confundirnos. Trump es, sobre todo, expresión de una crisis sistémica. Una figura paradójicamente frágil, pero muy poderosa.

Su fragilidad en forma de inconsistencia psicológica y narcisismo enfermizo no debería llevarnos a relativizar su peligrosidad. Todo lo contrario. Éstas son características de la mayor de los autócratas contemporáneos. De Mussolini a Milei, de Franco a Putin o de Hitler a Trump.

Como muy bien ha señalado David Brooks, la plutocracia que rodea a Trump es élite oligárquica.[2] Ahora, como hace un siglo, detrás de la extrema derecha está el gran capital. Existen otros dos puntos en común: el control y dominio de las nuevas narrativas comunicativas y la propuesta atractiva de soluciones sencillas (pero catastróficas) a problemas complejos. El actual inquilino de la Casa Blanca es signo de una época y representante directo de una élite económica local y global de "milmillonarios". Por eso me pareció incomprensible que cuando en el 2016 accedió por primera vez a la presidencia de la primera potencia económica y militar del mundo, algunos periodistas y analistas le presentaran con la misma expresión con la que a él mismo le gustaba presentarse: como un político anti-establishment, antisistema… Trump no representa ninguna alternativa al sistema; Trump es, literalmente, la cara más oscura del sistema.

Pero ahora y antes, una de las habilidades más trabajadas y conseguidas de la extrema derecha es alterar el significado genuino de las palabras reasignando contenido radicalmente conservador a conceptos de tradición progresista. A la nueva extrema derecha le gusta llamarse ultraliberal o libertaria anarcocapitalista… A la de hace un siglo, (nacional)socialista. Un uso que pervierte totalmente el significado histórico o genuino de los conceptos liberal, libertario, anarquista o socialista. En realidad, no es necesaria mucha investigación para identificar el objetivo de esta plutocracia milmillonaria: limitar la dimensión de los poderes públicos a su mínima expresión. Limitar la acción pública a las estrictas funciones de control social y represión. La distopia que imaginan es una especie de tecno-capitalismo *ancien régime*. Un tecno-capitalismo "neoaristocrático".

Bajo la densa espuma retórica "neocon" o de extrema derecha, los hechos son tercos. Todas las medidas que adoptan estos autócratas en EE.UU., Argentina o Rusia tienen un común denominador: favorecen sistemáticamente a los sectores sociales privilegiados y perjudican a los sectores sociales más vulnerables. Las consecuencias de estas políticas tienen traducción concreta. Tal y como recoge el último informe de Oxfam, la riqueza de los milmillonarios aumentó el pasado año en 2 billones de dólares, a un ritmo tres veces superior al del año anterior, mientras que el 44% de la población mundial sigue estancada bajo el umbral de la pobreza.

Recientemente, siete premios Nobel de Economía (Daron Acemoglu, George Akerlof, Abhijit Banerjee, Esther Duflo, Simon Johnson, Paul Krugman y Joseph Stiglitz) han propuesto aplicar un impuesto especial sobre las grandes fortunas que gravaría el 2% de su patrimonio. La medida afectaría sólo a unas 3.000 personas en todo el mundo, pero permitiría recaudar unos 250.000 millones de dólares. Sobre el papel, un pequeño esfuerzo con un retorno social de formidable dimensión. Una

2 Brooks, David (2025), "Can we please stop calling these people populists?", *The New York Times*, disponível em https://www.nytimes.com/2025/02/13/opinion/trump-populism-elites.html

medida de puro sentido común… que tiene garantizada la hostilidad de los representantes de este tecnocapitalismo neofeudal hoy dominante.

A finales de enero del 2025, cuando ya era evidente la orientación desatada y delirante del programa del segundo mandato de Trump, David Brooks publicó un artículo titulado "Cómo fracasará Trump".[3] El artículo tenía la virtud de poner al descubierto los orígenes históricos e intelectuales del imaginario trumpista. De hecho, Trump aparece como el catalizador de un proceso histórico de larga duración. El trumpismo se convierte en el punto de encuentro de elementos bien vivos en Estados Unidos del siglo XIX: el populismo autoritario, la doctrina del Destino Manifiesto (según la cual, Dios encargó a Estados Unidos la misión de expandirse por toda América), la obsesión arancelaria o el culto a la riqueza a cualquier precio. A Trump le gusta identificarse con el espíritu del *far west*. La conquista del oeste que mitifica la extensión dura y genocida del capitalismo americano de la costa este en la costa oeste. Hay que ser plenamente conscientes de ello para no cometer graves errores de apreciación a la hora de entender la naturaleza profunda de la nueva extrema derecha. Hace un siglo, la ética y la estética del fascismo, el nazismo o el franquismo remitían a imaginarios autoritarios de matriz europea. Ahora no. La cosmovisión de la nueva extrema derecha tiene denominación de origen inequívocamente estadounidense.

Entre el fascismo de hace un siglo y la extrema derecha de hoy existen puntos en común muy claros: su vinculación a la gran capital ya apuntada; la identificación clara de un enemigo-amenaza interno y externo; las estrategias de polarización política y social; la simplificación máxima de los mensajes enmarcados en estrategias comunicativas muy sofisticadas y perfectamente orquestadas… Pero también diferencias significativas en aspectos como la identificación del enemigo, el papel del imaginario individualista, la concepción capitalista, el desprecio por el sector público o el aprovechamiento de un ecosistema comunicativo disruptivo desregulado y en mutación constante.

Precisemos algunas de estas diferencias. En cuanto al enemigo local y global, ahora ya es el inmigrante. Siempre y en todas partes, pero particularmente, si es musulmán. La nueva derecha es cristiana… o, más precisamente, judeocristiana. Sobre el papel de la extrema derecha israelí en la construcción del relato de la extrema derecha americana es muy ilustrativa la intervención del profesor Jeffrey Sachs en el Parlamento Europeo el 19 de febrero del 2025.[4] Como en el caso de la redefinición del enemigo local y global, la redefinición del imaginario individualista y el modelo capitalista es también el resultado de un largo recorrido histórico. Para entenderlo, basta con remitirnos al golpe de estado pinochetista al que ya me he referido. Medio siglo después, la motosierra del histriónico Miley es el símbolo coherente de la culminación de ese proyecto político. Por último, la evolución de

---

3 Brooks, D. (2025), "Trump's McKinley fantasy", *The New York Times*, 23 de janeiro, disponível em https://www.nytimes.com/2025/01/23/opinion/trump-mckinley-populism.html

4 Sachs, J. (2025), "The geopolitics of peace", discurso no Parlamento Europeu, 19 de fevereiro, disponível em: https://singjupost.com/transcript-jeffrey-sachs-on-the-geopolitics-of-peace-in-the-european-parliament/

las estrategias comunicativas también ha mutado. La irrupción de Internet y las nuevas formas de cultura digital de los años 90 del siglo pasado coincidió con el triunfo de las políticas impulsadas la década anterior por Reagan o Thatcher. Abrazando un programa de privatizaciones y desregulaciones, la socialdemocracia propició el perfecto caldo de cultivo para la consolidación de una oligarquía global comunicativa y tecno-financiera que es la negación del mercado de libre competencia que había imaginado Adam Smith. Y hoy ya sabemos que los algoritmos controlados por ese poder oligopólico global no están pensados ??para favorecer la democracia. Trabajan sistemáticamente para fortalecer la plutocracia política, económica y cultural. Y lo hacen con un estilo comunicativo distinto al del fascismo de hace un siglo. Ahora se trata de desinformar de forma divertida. Deformar la realidad, banalizar hechos y situaciones y ridiculizar y caricaturizar el imaginario democrático y progresista. Y para fortalecer la hegemonía política y cultural las estrategias comunicativas neofascistas han priorizado un público objetivo muy claro: los hombres jóvenes. Naturalmente, definiendo perfectamente otros perfiles sociales con matices emocionales propios.

La desorientación de las izquierdas

Lo acabo de apuntar en el apartado anterior. Hoy ya podemos afirmar que el crecimiento actual de la extrema derecha en las democracias occidentales no es ajeno a la evolución de la cultura política de las izquierdas en las últimas décadas. En los "treinta años gloriosos" (1945-1975), en los que se desarrollaron los estados de bienestar europeos, se estableció el llamado consenso social-liberal (R. Dahrendorf). Con matices obvios, tanto la centroderecha como el centroizquierda implementaban políticas basadas en cierto principio de equidad social. La socialdemocracia era la perspectiva ganadora. En Europa occidental triunfaban las ideas de Keynes en el ámbito económico y las de Eduard Bernstein en el ámbito político.

Pero con la crisis de los años setenta, el panorama cambió. En los primeros años noventa, se extendió un optimismo "monetarista" generalizado: creencia en la expansión de la democracia liberal, crecimiento sostenido, etc. Eran los tiempos del "fin de la historia" (Francis Fukuyama). El impulso hacia un modelo de privatizaciones y globalización neoliberal fue impulsado por líderes como Clinton, Blair y, posteriormente, Schröder y Obama. Es decir, por partidos de izquierdas o progresistas. Se impuso de nuevo un consenso ideológico, pero ahora para implementar políticas orientadas a la privatización y al mercado. Todo ello coincidiendo con la irrupción de la cultura digital global. Una cultura que ha acelerado la privatización del espacio público.

Hasta que el globo se pinchó con las crisis de 2008 y 2012, rematadas por el aumento exponencial de las migraciones globales. Luego vendrían las victorias electorales de Trump, la pandemia y las guerras de Ucrania y Gaza. En esta etapa, en la que todavía nos encontramos, la socialdemocracia y otras izquierdas han pasado del seguidismo de la derecha a perder la perspectiva de un proyecto alternativo. Reactivamente, algunos partidos han buscado refugio programático en el universalismo

moral (apelar a valores abstractos) y en una ampliación de los derechos de carácter liberal, especialmente en el ámbito de las identidades de carácter sexual, cultural, el feminismo o la ecología. Pero la gestión de este giro ha acabado de erosionar el vínculo tradicional entre los partidos de izquierda, las clases populares y unas clases medias crecientemente empobrecidas. Se trata de un fenómeno paralelo a una creciente desconfianza en las instituciones, respaldada por la sensación de inseguridad, abandono y vulnerabilidad de los sectores más desfavorecidos y los jóvenes.

En el Eurobarómetro (2024), se describe que la relación entre inmigración e inseguridad está apoyada por un 24% de los simpatizantes de la izquierda y un 44% de los trabajadores de bajos ingresos. Cifras que contrastan con la ausencia de relación real entre estas dos variables. Por otra parte, el ecologismo se percibe en muchos casos como preocupación de las élites urbanas. Resulta fácilmente constatable la pérdida de norte de las izquierdas europeas en un contexto en el que más del 50% de la población ha visto reducidas sus expectativas.

A manera de conclusión: ¿es posible combatir la actual extrema derecha local y global?

El punto de partida para frenar el actual ascenso de la extrema derecha exige evitar el terreno de juego que nos propone. La extrema derecha se encuentra muy cómoda en un terreno en el que la llamada guerra cultural eclipsa a las verdaderas razones del malestar social. La ridiculización del imaginario progresista (focalizada en el feminismo, pero de espectro mucho más amplio) se consigue, en parte, exportando conceptos y debates que pierden parte de su genuino sentido fuera de su contexto original. Ahora, por ejemplo, nos sentimos permanente invitados a definirnos a favor o en contra de lo *woke*… En realidad, nada es improvisado. El feminismo es vivido por los *neocons* como una amenaza por su capacidad de transformación social profunda y de alteración de la "microfísica del poder". Por eso el feminismo cae en una trampa cuando se fractura internamente con debates ultra ideológicos que le apartan de las dinámicas de las conquistas democráticas de masas.

Si se me permite el símil futbolístico, en la lucha contra la extrema derecha la gestión del espacio y del tiempo es crítica. Es preciso tener el control del medio campo para marcar el ritmo del partido. ¿Cómo? Sabiendo combinar, al menos, cinco lógicas:

1. devolviendo a la política la relevancia del debate de las desigualdades sociales (locales y globales), sus causas reales y sus correcciones;
2. devolviendo a la política la relevancia del debate de las libertades y las garantías democráticas. Y el prestigio de los poderes públicos democráticos como sus garantes;
3. priorizando la educación las estrategias informativas y contra informativas. Como decía Gramsci, la verdad es revolucionaria. No podrá construirse ninguna hegemonía democrática y progresista sin un esfuerzo de conocimiento y claridad informativa sistemático y bien pensado;

4. reforzando el concepto de democracia local y los medios de comunicación de proximidad. Los espacios de mediación comunicativa de ámbito local serán cada vez más estratégicos. Aquí también es necesaria una estrategia europea más decidida;
5. actualizando los mecanismos de regulación democrática de la comunicación (muy desbordados por la acelerada mutación tecnológica), y favoreciendo el establecimiento de frentes democráticos de amplio espectro siempre sea necesario o sea posible. Flirtear activa o pasivamente con la extrema derecha siempre beneficia a las políticas autoritarias.

Decía Gramsci que cuando "el viejo mundo se muere y el nuevo está por llegar, en ese claroscuro surgen los monstruos". Como hace un siglo, ahí es donde estamos. Y todos los indicadores parecen apuntar que, en el ámbito ibérico, sólo Portugal, Catalunya y el País Vasco están en condiciones de evitar el próximo acceso de la extrema derecha al poder. Por eso m ismo, medio siglo después, necesitamos actualizar del fermento de la "Revolución de los Claveles" brillantemente cartografiado y radiografiado por José Rebelo para impedir que el monstruo crezca demasiado, y acelerar la llegada de un mundo más libre, más equitativo y más solidario.

Perspetivas do comum na sociedade incivil

Raquel Paiva
Professora emérita, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Muniz Sodré
Professor emérito, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Há algum tempo, trabalhamos juntos a questão do "comum", a princípio explicitada em artigo conjunto (Raquel Paiva e Muniz Sodré), mais tarde em um livro solo (*A Sociedade Incivil*, de Muniz Sodré, Editora Vozes), que aqui retomamos com novos aportes. Nesses, divisamos uma sintonia com vida jornalística e obra teórica do professor José Rebelo.

Nosso ponto de partida é que, na fronteira entre o individual e o coletivo, as representações sociais constituem uma forma de conhecimento prático — o conteúdo concreto das normas ou regulações operantes num grupo específico — orientado para a compreensão do mundo e para a comunicação.[1] O conhecimento prático da instituição é tanto ideia como vinculação e comportamento. Isso equivale, em termos epistemológicos, a focalizar o "agir social" — em vez de "sociedade" como categoria totalizante, privilegiada pelo *mainstream* sociológico —, mas não um agir exclusivamente individual, e sim *comunitário*, investido de tonalidades afetivas. É o "agir em comunidade" que torna transindividual o conhecimento prático da instituição e que leva Marcel Mauss a defini-la como um modo de pensar e de fazer independente do indivíduo. No plano estritamente institucional, o modo de ser de um comportamento tem a ver com a ontologia dos modos humanos de perceber e de realizar algo no mundo.

Esse agir é, portanto, constitutivo de um "comum". Ou se poderia também dizer constitutivo do *com*, que filósofos apõem a termos designativos de coexistência e convivialidade etc.: "ser-com", "estar-com", etc. Os atos de perceber, sentir, pensar, conhecer, empenhar-se e fazer implicam o levar-se a si mesmo ao encontro ("com") de um "comum", que é o centro aglutinador da instituição. Não se trata de nenhuma "essência" da vida social, mas de uma convergência de ações que institui um sentido de coletividade e pertencimento.

Para Laval e Dardot, "comum" é o princípio que anima a atividade coletiva dos indivíduos e preside ao mesmo tempo à forma de autogovernos políticos e locais. Ambos se empenham em "refundar o conceito" de comum de forma rigorosa,

1 Moscovici, S. (org.) (1985), *Psicologia Social*, Barcelona, Paidós.

rearticulando práticas que no dia de hoje encontram nele o seu sentido com certo número de categorias institucionais, às vezes muito antigas, que fizeram do comum, na história ocidental, um termo ao mesmo tempo valorizado e maldito.[2]

Esse conceito vem ocupando o centro das preocupações teóricas de filósofos, juristas e economistas que, segundo Laval e Dardot, "têm multiplicado os seus trabalhos, constituindo assim pouco a pouco o domínio cada vez mais rico dos 'commons studies'". Mas o desafio, para eles, consiste em "passar do plano das experiências concretas dos *commons* (no plural) a uma conceção mais abstrata e politicamente ambiciosa do 'comum'(no singular)". Em resumo, 'comum' passou a ser o nome de um regime de práticas, de lutas, de instituições e de investigações que apontam para um futuro não capitalista.

Na perspetiva desses autores, "o termo 'comum' é particularmente apto para designar o princípio político de uma coobrigação para todos aqueles que estão comprometidos em uma mesma atividade".[3] Para tentar contornar o essencialismo ou o naturalismo de conceções teológicas, jurídicas e filosóficas sobre o comum, essa posição teórica, de fundo aristotélico, circunscreve exclusivamente na atividade específica de realização de uma tarefa (e não num pertencimento alheio a ela) a obrigação que subjaz ao comum.

É forçoso, entretanto, registrar a existência de outras noções classicamente compatíveis com esse comum centrado na atividade humana. É bem o caso de "sociedade civil" que, já em meados do século XVIII, o filósofo escocês Adam Ferguson opunha à noção de indivíduo isolado. Isoladamente, a palavra "civil" (derivada do latim *civilis*, adjetivo latino referente à *civis*, cidadão) conota a ideia do sujeito desvinculado de uma função estatal, mais especificamente, de uma obrigação militar. Civil é o cidadão "privado" dessa constrição. A etimologia é aqui pertinente, uma vez que o termo mantém, em suas reinterpretações históricas, a tensão da diferença entre Estado e povo.

Em Kant a noção de sociedade civil é ampliada como a ideia de um todo constitucionalmente construído por um poder legítimo (a *bürgerliche Gesellschaft*) para garantir a liberdade dos sujeitos: uma constituição civil e política (*pactum unionis civilis*) edificaria a "sociedade civil perfeita". Diferentemente, HHegel distingue Estado de sociedade civil, atribuindo ao primeiro uma primazia das ações voltadas para os interesses universais e reservando à segunda (que chama também de "sistemas de necessidades") o lugar das ações comprometidas com interesses particulares ou privados: o homem da sociedade civil é, assim, o mesmo do trabalho ou da produção e, por isso, empenha-se na hegemonia política e cultural de seu grupo social sobre toda a sociedade. À margem da sociedade política, situa-se a "plebe", entendida como massa comum, desinvestida do poder mediador entre a família e o Estado atribuído por Hegel à sociedade civil.

Dessa linha de pensamento, criticamente continuada por Marx e Engels, parte Gramsci para recusar a distinção hegeliana entre Estado e sociedade civil em favor da

---

2 Dardot, P. e C. Laval (2014), *Commun. Essai sur la Révolution au XXIe Siècle*, Paris, La Découverte, p. 22.

3 *Idem*, p. 29.

ideia de uma totalidade — não ao modo kantiano e sim marxista, portanto, conflituoso — em que se desenrolam as lutas de classes. Nesse "Estado integral" ou "Estado ampliado", ele distingue, no entanto, "sociedade política" (fonte das ações submetidas pela força do Estado ao controle constitucional ou legal) de "sociedade civil", entendida como a base social das formas concretas de organização das visões de mundo, de sociabilidade e de cultura, onde se travam as lutas por "hegemonia", isto é, pela força consensual de convencimento ou de imposição ideológica. Dialeticamente articulados, os conceitos de hegemonia e de sociedade civil fazem desta última, integrante do Estado ampliado, o espaço da atividade política, ou seja, da luta pelo governo fundado no consenso. Mas um reexame da noção de "comum" à luz da crise da racionalidade sistêmica e da magna influência da inteligência artificial, nos obriga a considerar a razão do sensível, ou lógica dos afetos, na nova constelação social.

Lógica dos afetos

É imperativo frisar que não se trata de afeto como designação para relações e realizações não computáveis — portanto, da capacidade de sentir, de amar, de viver com o próprio corpo — e sim da rede afetiva (desejante, liberada, comunicativa) posta a serviço da ordem capitalista global. Não mais se trata, portanto, de desejo como negação do ascetismo moral capitalista, mas de desejo como motor do desenvolvimento tecnológico. *Machine learning* é o nome genérico para a tecnologia de compreensão e captação dos desejos do usuário.

Nessa ordem de coisas, revela-se imperativo conceber uma "ecologia do sensório", entendendo-se isso como o complexo das perceções e dos afetos corporais inerentes ao *ethos* (costumes e atmosfera afetiva) de um determinado grupo social. Claro, isso sempre se fez presente nas instituições tradicionais como um fundo comum de signos, ritos e gestos numa sociabilidade interativa, que funciona por meio do mimetismo: são os aspetos "técnicos" da corporeidade dos agentes sociais, que podem ser tanto inconscientes quanto intencionais e formalizados, muitas vezes objeto de uma aprendizagem direta. A esses aspetos se agregam as emoções e os sentimentos, tributários de uma comunicabilidade impalpável e mais ligada à história pessoal do indivíduo.

Mas na midiatização aflora a face tecnológica dessa configuração ecológica, em que se desenvolveriam novas formas de existência e em que a própria realidade circundante, inclusive em seus aspetos afetivos, pode ser "aumentada" por aplicativos técnicos. A dimensão do sensório envolve o "sistema límbico" (estruturas cerebrais responsáveis pela integração de informações sensitivo-sensoriais com o psiquismo) dos indivíduos, regulando comportamentos emocionais, sexuais e até mesmo religiosos. No cérebro, as decisões mais rápidas são as emocionais, o que faz do sistema límbico o foco neurológico adequado a um ordenamento sociotecnológico orientado pela velocidade da circulação de fluxos de natureza diversa, dos financeiros aos informacionais, com potencial para afetação ecológica das formas de vida. Esse ordenamento — homólogo tanto à estrutura psicológica do vício quanto ao discurso da psicologia comportamental — provém da própria

tecnologia, é aquilo que especialistas costumam designar como *persuasive tech*, ou seja, o poder indutivo de uma ecologia eletronicamente programada.[4]

O "ecologismo" é tão só uma "tendência" à formação de um todo capaz de reconciliar o conceitual e o sensorial, prevenindo contra as disputas de natureza política, evidentes e potenciais quando se consideram os eventuais êxitos financeiros da sociedade midiatizada (bolsa de valores em alta, equilíbrio fiscal, lucros bancários, etc.) em franco desacordo com a vida concreta das populações, mergulhadas nas muitas formas de decadência econômica e no rebaixamento das condições reais de vida.

Encarado apenas pelo ângulo de uma epistemologia pretensamente neutra (sem viés crítico, meramente funcionalista), o ecologismo midiatizado ratifica o "conhecimento-regulação" (expressão proposta pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos), que é a institucionalização da ciência social positiva como conhecimento hegemônico em detrimento das perspetivas da luta política.[5] Neste contexto, a obliteração da diferença estratégica entre instituição e organização é sintoma do apagamento de possibilidades políticas, em meio às pressões da globalização neoliberal e do capitalismo financeiro.

A associação pretensamente harmônica entre mundo substancial e mundo digital evoca de alguma maneira a identificação promovida pela biopolítica moderna entre a dimensão biológica e a política, onde Giorgio Agamben discerne um indício da modernidade biopolítica, que é "o fato de o dado biológico ser, como tal, imediatamente político, e reciprocamente". Da continuidade histórica desse indício sobressai a importância das tecnologias genéticas e informacionais, que agora tocam a vida dos indivíduos por meio das manipulações transgênicas dos alimentos, da fertilização *in vitro*, das clonagens, da guerra bacteriológica, das biometrias operantes no mercado e, no plano da cultura pública, por meio da mídia. Se antigamente "lia-se" o homem a partir de seus valores, veiculados em discursos e ações, hoje a leitura desloca-se para o corpo — a decifração do genoma indicaria, assim, os novos caminhos do humano. Desenha-se como possibilidade já em curso a monitoração da carga genética e do histórico médico dos indivíduos com a perspetiva de uma conceção materna — mais técnica do que "natural" — resguardada por embriões geneticamente saudáveis.

Só que a máquina pública a cargo disso tudo não é mais apenas a do Estado e sim todas as máquinas organizacionais (empresas, fundações, etc.) do capital, comprometidas com a reorganização do mundo pela tecnociência e pelo mercado, assim como informacionalmente articuladas. Dessa articulação daria conta

---

4 Nessa mesma configuração social já se criam empresas destinadas a pesquisar "antídotos" para o controle eletrônico. É o caso da Dopamine Labs (empresa norte-americana fundada por dois neurocientistas convertidos em programadores), assim chamada em referência à dopamina, substância química neurotransmissora que estimula no cérebro os comportamentos motivados por gratificação ou recompensa. Para os pesquisadores, a própria tecnologia seria capaz de produzir "liberdade cognitiva", isto é, autonomia na conformação do tipo de mente que se deseje ter.

5 Esta é a direção da crítica empreendida pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos em vários de seus livros. Vide principalmente *A Crítica da Razão Indolente* (2000).

o conceito de midiatização, fenômeno complexo, politicamente avesso à regulação do Estado e parceiro de formas novas de institucionalização.

A hegemonia do capitalismo financeiro, da cultura algorítmica (midiatização) e do biopoder dá margem à hipótese de emergência de uma espécie de "sociedade incivil", em que mutações socioeconômicas desconstroem os laços representativos entre povo e Estado — portanto, a política em sua forma parlamentar — em benefício de formas tecnológicas e mais abstratas de controle social. Para Hardt, essas mutações constituiriam evidências do evanescimento da sociedade civil, tal como reinterpretada por Gramsci, na esteira do pensamento hegeliano — conceito que, como já vimos, tem servido para a sustentação de diferentes posições políticas em países de todo o mundo, como uma espécie de atributo essencial de qualquer democracia, por indicar a infraestrutura institucional de mediação política e negociação pública. [6]

A argumentação de Hardt parte da premissa de que essas estruturas, dependentes das funções de disciplina (ideologia) e exploração do trabalho (economia), estariam sendo corroídas nas formações sociais contemporâneas. Ele procura estabelecer de modo mais nítido a complementaridade entre Hegel, Gramsci e Foucault, mostrando em cada um deles o que não mais se sustentaria nos termos clássicos da sociedade civil. Com relação a Hegel se trataria de repensar o conceito de trabalho (em torno do qual gira a ideia de sociedade civil), ampliando-o desde a atividade assalariada até à produção de desejos, subjetividades e criatividade intelectual.

Em vez de "pós-modernidade" — a seu modo de ver, uma noção vaga e abstrata demais para ser útil — estaríamos hoje fazendo a experiência de uma sociedade "pós-civil", que traz em seu bojo um novo paradigma de relações sociais. Por outro lado, como a clássica disciplina dá lugar ao "controle", seria imperativo levar a sério a incitação feita por Michel Foucault (numa entrevista, em 1978) no sentido de que comecemos a pensar a política numa sociedade não disciplinar.

Entretanto, quando se privilegia hegemonia como centro conceitual, revela-se inconsistente a ideia de "sociedade pós-civil", porque hegemonia não comporta um "pós": permanece a mesma lógica de poder, apenas agora deslocada — pela midiatização — para a esfera da tecnologia e do mercado financeiro.[7] Na realidade, esse "pós-civilismo" não contesta a existência da sociedade civil, apenas sugere a urgência do ultrapasse ideológico da velha sociedade disciplinar, com o objetivo de se poder pensar o potencial das novas práticas sociais abrangidas pelo fenômeno da midiatização.

---

6 Hardt, Michael (1995), "The withering of civil society", *Social Text*, 45 (14/4), Duke University Press.

7 A hegemonia está para o poder assim como a energia está para a produção industrial. Não existe sociedade "pós-hegemônica", assim como não existiria sociedade "pós-energética".

Pesquisar o comum

Tendemos assim a acreditar que o comum aparece teoricamente quando se faz uma "pré-compreensão" do objeto, isto é, uma apreensão sensível do campo estudado, que contrasta com uma prolífica reiteração acadêmica (por dissertações, teses e artigos modelados por agências de fomento) de *surveys*, estudos de caso e descrições etnográficas. Para bem se entender a relevância de uma "pré-compreensão" do campo, vale reiterar que o prestígio de uma ciência social jamais se deveu exclusivamente à objetividade do conhecimento por ela gerado, mas, sobretudo, à sua *produção* de valor social, cultural e, mesmo, político. Nesse prestígio a instituição universitária encontrava o centro de gravidade que a capacitava a exercer a função republicana de contrabalançar a dispersão das especializações profissionais.

No caso de uma ciência como a sociologia, a "pré-compreensão" de seu objeto, pertencente à esfera humana, advinha da perceção por bom senso da rutura dos laços tradicionais (o Ancien Régime) em face do surgimento de um novo tipo de relação social, característico do sistema industrial emergente. A pré-compreensão consistia, portanto, numa autoconsciência da presença de formas novas de realidade social. A crise de valores do tipo de conformidade às regras sociais, de honra, de lealdade, de amizade, etc. está expressa no pano de fundo ético que subjaz ao pensamento social de filósofos e sociólogos emergentes, servindo de lastro à teoria crítica moderna.

Uma outra episteme começa a se desenhar com perspetivas de pesquisas supostamente capazes de contestar a colonialidade do poder acadêmico euroamericano, assim como de contornar o suposto controle semiótico dos discursos sociais por parte da mídia hegemônica. É um deslocamento que implica também um distanciamento do viés sociológico *stricto sensu*, que prioriza os aspetos "exteriores" da sociedade (as empresas, as tecnologias e seus efeitos) em detrimento da sociabilidade inerente à trama das relações cotidianas e da comunicação concreta entre os indivíduos — em outras palavras, a comunicação ou a "cola do mundo" tal como é percebida a partir de dentro pelos agentes comunitários.

O comum é algo a ser garimpado pelo ativismo social na trama das relações sociais. Vamos tomar em consideração um fato social desastroso como a inundação de Porto Alegre. Em meio às relações societárias descritas pela classe política e pela mídia como recobertas por uma polarização ideológica acirrada, aparece um comum insuspeitado, que é a espontânea rede de solidariedade de camadas populares não muito bem conhecidas, mas reais. As vaquinhas *online* e as ações voluntárias contrastam com as políticas negacionistas que pontilham projetos econômicos tanto de esquerda como de direita. Vale lembrar o comum ativado pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) durante a pandemia da covid, com a doação de sete mil toneladas de alimentos e a consolidação da sua iniciativa de Cozinhas Solidárias.

Na perspetiva de uma nova episteme, não se deve esperar as catástrofes para que aflore o comum espontaneamente na solidariedade das massas. É preciso pesquisar para trazê-lo à luz das relações sociais obscurecidas pelas ideologias neoliberais e pelas necropolíticas de Estado. Esse mesmo comum nos fez estar presentes

no evento seguido da publicação *Novas Formas de Mobilização Popular*, coordenado por José Rebelo, em 2003.[8]

Tratou-se efetivamente de uma proposta inovadora porque naquele momento, há mais de 20 anos, aportava a preocupação que segue nos unindo fraternamente aos novos tempos.

8 Rebelo, José (org.) (2003), *Novas Formas de Mobilização Popular,* Porto, Campo das Letras Editores.

Será que a comunicação social já nem sequer é uma indústria de conteúdos?

Eurico Reis
Juiz desembargador jubilado

Ao iniciar o presente texto, quero deixar muito claro que o mesmo não é, de todo, um trabalho académico.

Aliás, a nível académico, já muito (e muito bem) se escreveu a propósito do tema que aqui nos convoca, desde que os alemães Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973) expuseram, no seu livro *Dialética do Esclarecimento* (publicado em 1944), mais exatamente no capítulo dessa obra que tem o título "A indústria cultural: iluminação como engano em massa", a ideia de que "a cultura popular é semelhante a uma fábrica que produz bens culturais padronizados — filmes, programas de rádio, revistas, etc. — usados para manipular a passiva sociedade de massas, por mais difíceis que sejam as suas circunstâncias económicas". E quem sou eu para procurar participar num debate a esse nível, quando essa não é, nem de longe, a minha área de especialidade?

Trata-se, isso sim, de uma exposição de opiniões de alguém que, por estar bem ciente da fundamental relevância do universo da comunicação social na formação das mentalidades dos seres humanos que interagem no seio das comunidades e na construção das perceções dessas pessoas acerca da vida, do mundo, da organização das sociedades e dos estados, e também do modo como elas (as pessoas, clarifico) se relacionam umas com as outras e com as instituições dos sistemas políticos nacionais e internacionais, sempre dedicou uma atenção muito especial a essa área em que confluem o pensamento e a ação (ou inação) das pessoas e dos grupos sociais que compõem as sociedades humanas, e com a qual manteve e mantém, ainda que de forma algo irregular, um persistente contacto.

E, o que a meu ver é profundamente lamentável, mas inexorável e incontornável, atualmente nesse conceito (comunicação social) têm de ser incluídas as irreguladas redes sociais.

Já agora, irreguladas, mas não incontroladas, porque não tenho dúvidas — nenhuma mesmo — de que alguém as controla, o que é perfeitamente evidente e indisfarçável na rede X, antes Twitter, e na rede de que Donald Trump é dono, a qual, o que constitui uma ironia trágica, se denomina *Truth* (Verdade).

As opiniões que aqui irei expor serão, portanto, sem dúvida discutíveis.

O que, para mim, é algo natural e pacífico, porque só os ditadores (ou os que aspiram a sê-lo), os fanáticos e os intolerantes se consideram omniscientes e insuscetíveis de se enganar ou de cometer erros, e creio ser, ao invés, inquestionável que não me enquadro em qualquer um desses grupos de pessoas — ou, se calhar, trata-se apenas de um só grupo.

Todavia, essas opiniões são fundamentadas e, acrescento, estão assentes numa muito diversa, multifacetada e, atrevo-me a afirmá-lo, muito rica experiência de vida que já leva umas boas décadas.

O que significa que este escrito acaba por ser um texto datado, ou seja, muito mais relacionado com um concreto e determinado momento histórico — este que estamos a viver — e não um preocupado com a formulação de teses gerais porventura mais resistentes à "espuma dos dias".

Mas o aqui e agora é às vezes suficientemente importante. E penso que, neste momento, nestes tenebrosos tempos em que nos coube viver, esse é o caso.

E a primeira das opiniões que me importa sublinhar é esta: passados que estão 51 anos do dia 25 de Abril de 1974, é impossível não sentir algum desespero perante a situação em que se encontra a comunicação social em Portugal. Mesmo a oficial.

E não me serve de consolo o facto de o nosso país não ser um caso único no mundo. Ou, para ser mais exato, não estou a referir-me a todo o mundo, mas tão só aos chamados países ocidentais, que são aqueles em que a sociedade está organizada segundo o modelo do Estado de direito e nos quais está instituída a democracia liberal, uma vez que nos outros as liberdades públicas e individuais, nomeadamente a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão, e os direitos humanos universais ou estão severamente limitados ou pura e simplesmente não existem.

Voltando a Portugal, claro que foram muitas as alterações positivas que ocorreram face à miserável situação em que o país se encontrava nessa madrugada libertadora de abril de 1974. Censura prévia, uma polícia política que perseguia ferozmente os opositores do regime, analfabetismo em larga escala, existência de uma extensa rede de informadores daquela polícia política, cujo objetivo, além da recolha de informações, era igualmente o de gerar um intenso, generalizado e paralisante medo das represálias que, inevitavelmente, seriam desencadeadas contra aqueles que se atrevessem a criticar o regime corporativo. E, claro, uma quase total inexistência, a todos os níveis, de direitos para as mulheres.

E, embora durante o tempo em que o cargo de presidente do conselho (de ministros) — era essa a designação usada então para identificar o primeiro-ministro do país — foi ocupado por Marcelo Caetano, aparentemente (e quiçá só mesmo aparentemente, sem prejuízo de a pressão das várias oposições se ter tornado mais forte e destemida), a constrição resultante dessa "camisa de forças" que agrilhoava as pessoas tivesse afrouxado, essa era a situação que os portugueses e as portuguesas que não tinham fugido do país se encontravam no dia 25 de Abril de 1974.

Contudo, foram também muitos os erros cometidos, pois de outro modo os filhos e netos dos derrotados de 25 de Abril de 1974, de 28 de setembro de 1974 e do 11 de março de 1975 (e, porventura, também no 25 de novembro de 1975 que agora

tanto incensam) nunca teriam a prosápia e, infelizmente, a força para dizerem e fazerem o que dizem e fazem nestes dias que vão correndo.

É, portanto, indispensável, ao relembrar os acontecimentos positivos que derrubaram, sem derramar sangue, uma ditadura que durou 48 anos, tentar igualmente perceber quais foram esses erros, não apenas para evitar cometê-los novamente, mas, de igual modo, para tentar minorar os seus nefastos efeitos, atuais e futuros.

Repare-se, é tanto o ódio ao 25 de Abril e é tão grande a sede de vingança desses filhos e netos dos derrotados de 25 de Abril de 1974, de 28 de setembro de 1974 e do 11 de março de 1975, que estes nem conseguem reconhecer que a operação militar desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas foi, em termos técnicos, uma ação exemplarmente planeada e executada, que merecia ser estudada nas escolas em que são formados os quadros do Exército, da Marinha e da Força Aérea.

É total o meu desconhecimento acerca do que é ensinado nessas escolas em Portugal, mas duvido muito que essa operação, a sua preparação e a sua execução sejam objeto de uma qualquer referência nos programas dessas instituições. Pois se nem a Guerra Colonial é debatida nas escolas civis, como poderia o 25 de Abril ser estudado nas escolas militares?

Como nos avisou George Orwell, no seu famoso *1984*, uma das primordiais preocupações dos ditadores (e dos aspirantes a isso), se não mesmo a mais primordial delas todas, é a de reescrever a história, destruindo a memória dos povos acerca dos factos reais realmente ocorridos.

Daí que seja tão crucial preservar a memória sobre o passado — ou seja, não deixar esquecer a memória.

E a comunicação social, independentemente das críticas que, desde Adorno e Horkheimer até hoje, contra ela foram formuladas, desempenha um papel primordial — ou melhor, vital e indispensável — nessa perpetuação / vivificação das memórias do passado.

Perpetuação / vivificação essa que é tão mais necessária porque, sem o conhecimento do passado, não nos é possível compreender o presente e, o que é bem pior, estaremos condenados no futuro a cometer os mesmos erros do passado ou outros de natureza igual ou semelhante.

Infelizmente, a comunicação social é, ao mesmo tempo, um dos veículos privilegiados para a deturpação da realidade. Passada e presente. E a história da humanidade está repleta de exemplos que comprovam o que agora afirmo.

Nos tempos que correm, e sem qualquer pretensão de ser exaustivo (até porque deixo de fora as brutalidades cometidas pelo regime estalinista na antiga URSS e pelos restantes governos dos Estados do Leste europeu — quer os dos países satélites pertencentes ao Pacto de Varsóvia, quer um que nele não participou (Jugoslávia) e outro que o abandonou (Albânia) — porque já ninguém com força política minimamente relevante reivindica o estatuto de seguidor desses regimes), seria bom que alguém recordasse a muito terrivelmente eficaz e profissional estrutura montada pelo ministério dirigido por Paul Joseph Goebbels, que foi o ministro da Propaganda na Alemanha nazista entre 1933 e 1945.

Ou, em tom menos violento, todo o trabalho desenvolvido em Portugal por António Joaquim Tavares Ferro, conhecido por António Ferro, que foi um escritor, jornalista, político e diplomata português, e que, além disso tudo, foi o grande dinamizador — fundamental dinamizador, acrescento — da política cultural do Estado Novo.

A sua ação (que foi vasta e muito significativa, e que se dirigiu muito particular e incisivamente aos jornais publicados na altura) foi desenvolvida através de uma instituição, por si dirigida, que foi criada em 26 de outubro de 1933 pelo governo de António de Oliveira Salazar, chamada Secretariado da Propaganda Nacional — SPN, designação que manteve até ao final da Segunda Guerra Mundial (1945), passando então a ter o nome de Secretariado Nacional de Informação — SNI, de que António Ferro se manteve diretor até 1949.

Tudo isso terminou, repito, com o 25 de Abril de 1974.

E terminou mesmo porque as novas formas de desinformação e manipulação das consciências através da criação e difusão de informações falsas travestidas de verdadeiras e das ditas "verdades alternativas" passaram a assumir contornos e a usar meios muitíssimo mais sofisticados.

Antes, silenciavam-se, até fisicamente, os opositores. Agora e refiro-me aos países em que a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos universais foram concretizados e ainda não desapareceram, não impedindo os opositores de expressar as suas opiniões e apresentar as suas propostas, colocam dificuldades, nomeadamente de natureza económica, à difusão das mesmas e, ao mesmo tempo, favorecem e financiam os que defendem o ideário favorável aos sociologicamente fortes e dominantes.

E tudo isto mesmo antes do aparecimento das redes sociais que, o que também constitui uma trágica ironia (mais uma), surgiram e, perdoe-se o plebeísmo — que não é tão descabido como se pode pensar porque vivemos, a nível planetário, numa economia de mercado — foram "vendidas" ao público como sendo uma manifestação de liberdade e uma libertação dos constrangimentos à liberdade de informar e ao direito de ser informado que eram evidentes (e reais) nos órgãos da imprensa escrita, das rádios e das televisões, tivessem esses órgãos de informação natureza pública ou privada.

E, pasme-se, inicialmente até foi propagandeado que esses meios seriam mesmo livres face aos constrangimentos decorrentes das imposições da publicidade.

Em suma, e simplificando algo que é realmente complexo, o mal não nasceu com o aparecimento das redes sociais que há décadas ocupam o espaço mediático. O mal já existia antes delas. Não obstante, já houve um tempo em que não existiam dúvidas acerca do que era "informação", "publicidade" e "propaganda". Agora nem por isso. Basta ver os telejornais das televisões generalistas — e o mesmo acaba por acontecer nos próprios canais de notícias.

Será só para assegurar os financiamentos gerados pela publicidade e que dependem das audiências? Sinceramente, não acredito. A meu ver, tratava-se, desde o início, de uma bem montada orquestração destinada a promover — não, a estimular — a irracionalidade que nos é tão natural. E, claro, nas redes sociais irreguladas tudo isso é muito pior.

Como nunca me cansarei de repetir, todos os seres humanos sem exceção (todos, todos, todos … e todas) nascem selvagens, egoístas e tendencialmente irracionais. E, no fundo, nunca o deixamos de ser. À primeira escapadela, ao primeiro tremor, o verniz quebra-se e desaparece.

Todos os valores éticos relevantes, incluindo a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, o direito a ser informado de forma séria, isenta, verdadeira e fidedigna, e o dever de prestar esse tipo de informação (repito: séria, isenta, verdadeira e fidedigna), são construções culturais que nem sequer são universais e muito menos irreversíveis, e que só têm existência porque incontáveis gerações de pessoas concretas por elas lutaram, sofreram e muitas até morreram.

O que significa que esta plataforma deslizante a caminho da barbárie que estamos a percorrer constitui, em primeira linha, uma fortíssima falta de respeito para com todos esses seres humanos — homens, mulheres e até crianças — que, durante séculos, lutaram, sofreram e morreram para edificar um modelo de sociedade (de organização político-social) que os ocidentais estão, com tanta ligeireza e superficialidade, a deixar que seja paulatinamente destruído.

E sim, são séculos (até milénios) de luta, sofrimento e morte, porque tudo isto começou por volta de 1700 antes de Cristo, com o babilónico Código de Hammurabi, que, com a Lei de Talião, introduziu na história da humanidade o "princípio da proporcionalidade", sem o qual (sem a qual), verdadeiramente, não existe civilização e tão só selvajaria.

Quão longe estamos desses sãos princípios e valores éticos e morais que, suprema ironia, deram à humanidade (enfim, a uma parte muito significativa dela) longos tempos de paz e prosperidade, que nos permitiram trilhar, individual e coletivamente, os nossos caminhos pessoais em busca da felicidade que cada um de nós almeja para si e para os que lhe (nos) são queridos.

Porque será que um tão grande número de nós se deixou seduzir pela irracionalidade e pelo relativismo, que só aparentemente é uma corrente do pensamento filosófico — ou somente lógico —, antes sendo uma questão ideológica, que tanta destruição, sofrimento e morte causaram à humanidade no passado?

E nem sequer se trata de um passado longínquo; a Segunda Guerra Mundial terminou em 1945 — ou seja, há 80 anos. Só que esse terrífico passado é agora presente, especialmente na Faixa de Gaza e no Sudão, mas de igual modo no Iémen, em Myanmar (antiga Birmânia) e em tudo o que respeita ao sofrimento, bem como, de modo um pouco diferente, relativamente aos ucranianos.

E também nestes casos a informação é escassa e são fortes e intensas a manipulação, a deturpação e a mentira — o que me leva a relembrar, porque também isso nunca poderá ser esquecido, que a eliminação física dos que buscam e lutam pela verdade e pela divulgação de informação fidedigna, muito concretamente os e as jornalistas, nunca deixou de ser um modo de silenciamento de cujo uso os poderosos deste mundo nunca se privaram.

Retomando o fio condutor deste texto, não é possível deixar de constatar que é muito significativo, mas muito significativo mesmo, que as teses filosóficas de Friedrich Wilhelm Nietzsche (15 de outubro de 1844 — 25 de agosto de 1900) fossem tão benquistas pelos nazis, e em particular por Adolf Hitler.

Todavia, é efetivamente possível criticar o dogmatismo e ter a certeza que não existem certezas absolutas, sem cair na irracionalidade destrutiva que emerge do relativismo ético e moral e do pensamento libertário.

É verdade que, como resulta da frase atribuída a Protágoras no diálogo platônico *Teeteto*, "o homem é a medida de todas as coisas", e que, como escreveu Luís Vaz de Camões, na senda do romano Marcus Tullius Cicero (que viveu entre 3 de janeiro de 106 antes de Cristo e 7 de dezembro de 43 antes de Cristo e é o autor do aforismo *o tempora o mores*), "mudam-se os tempos, mudam-se as vontades", mas, que se saiba, Gottfried Wilhelm Leibniz, que viveu entre 1 de julho de 1646 e 14 de novembro de 1716, que, entre outras aquisições civilizacionais que trouxe à ciência universal e à cultura ocidental, nos deu a conhecer o cálculo das probabilidades e aperfeiçoou o sistema binário que está na base de todos os computadores digitais, nunca deixou de ser um racionalista.

A passagem — que para mim sempre foi uma involução e não uma evolução — do modernismo para o pós-modernismo não era — nunca foi — uma inevitabilidade, mas sim uma escolha. E uma escolha ditada por interesses e que serve / beneficia alguns interesses bem específicos em detrimento de outros.

Não, nem mesmo de noite todos os gatos são pardos. E, ao contrário do que foi proclamado pelo arauto do mais puro e duro liberalismo económico que se chamou Deng Xiaoping, a cor do gato não é irrelevante. Não é mesmo, bem pelo contrário.

É certo que o pós-modernismo e a defesa do chamado *pensiero debole* (Gianteresio "Gianni" Vattimo — que viveu entre 4 de janeiro de 1936 e 19 de setembro de 2023 — e Pier Aldo Rovatti — nascido a 19 de abril de 1942) não tiveram o seu início com a tomada de poder de Ronald Reagan nos EUA, da baronesa Thatcher (de seu nome completo Margaret Hilda Thatcher) no Reino Unido e de Deng Xiaoping na República Popular da China, mas não tenho a certeza de que o monetarismo ultraliberal e individualista sustentado e amplamente posto em prática pelos governos liderados por esses políticos e que hoje é cada vez mais dominante na economia mundial seria tão bem sucedido sem essa prévia rutura ideológica com o pensamento político do qual emergiu, após a tentativa falhada da República de Weimar e na sequência da derrota em 1945 do nazi-fascismo, o Estado social de direito.

Mas não porque as sociedades democráticas não conseguiram criar os mecanismos, em especial os educativos (o sistema escolar no seu todo), que tornariam possível que os membros das comunidades desses países tivessem adquirido as competências culturais, éticas, sociais e de conhecimento histórico típicas de um espírito crítico e com capacidade para fazer um devido relacionamento de toda a informação em que está literalmente imerso, para assim discernir o que é verdade (e informação fidedigna) e distingui-la do que é manipulação e mentira, tornou-se quase inevitável a emergência e o fortalecimento de forças políticas totalitárias e fascizantes, se não mesmo fascistas.

É isto que dá o desprezo continuado pelas chamadas "humanidades" (filosofia, história e outras ciências sociais), acompanhado por uma hipervalorização do saber tecnológico, ainda por cima travestido num saber pretensamente neutro e

aideológico. Como se houvesse — ou alguma vez tivesse havido — saberes ideologicamente neutros.

Claro que a escola não é a única responsável pelo facto de atualmente ser avassaladora a influência das redes sociais na construção das mentalidades dos membros das comunidades sociais (de todos, velhos e novos, sublinho), porque a aprendizagem dos valores éticos democráticos que deveria resultar das vivências no seio das unidades familiares — que deveria existir sempre — também falhou redondamente.

E por tudo isto são muito poucos os que nos nossos dias sentem a necessidade de usufruir de uma imprensa livre, isenta e que transmita informação fidedigna. E muitos menos são aqueles que estão dispostos a pagar os custos que a produção e disseminação desse tipo de informação acarretam.

Vamos pagar caro por isso. E só anseio — mas temo que este meu desejo acabe por não se concretizar — que o preço a pagar não seja tão alto como aquele que os seres humanos que viveram (e morreram) nas décadas de 1920 a 1940 tiveram de pagar.

Ao invés, aqueles e aquelas que são económica e sociologicamente poderosos (e que são cada vez mais ricos) não se importam de investir, perdendo dinheiro nos meios de comunicação que favorecem os seus interesses (e nos meios políticos também, mas não é dessa matéria que cura este texto).

Não é nem vai ser fácil inverter esta descida aos infernos ou, se se quiser e repetindo o que antes escrevi, este percorrer, num passo cada vez mais acelerado, de uma plataforma deslizante a caminho da barbárie.

Socorro-me do título de uma das canções heroicas de Fernando Lopes-Graça: Acordai!

O conceito de objetividade nas ciências sociais e no jornalismo

Avelino Rodrigues
Jornalista
(*Texto dedicado a José Rebelo*)

Às vezes vêm-me coisas à cabeça. Debaixo duma casa
deve haver os alicerces que sustentam a casa.
Este mundo deve ter um fim, um subsolo, uma coisa firme
que o sustenha. E penso: se tivesse uma ajuda,
haveria de procurar ver se a terra tem um fim,
porque penso que do outro lado da terra deve haver
uma outra raça de gente. Se tivesse ajuda do governo,
acabava por ir ver como a terra está situada,
se é toda terra, se é água. Escarafunchava um buraco
até encontrar, porque estou convencido de que há um fim.

Fala de um camponês siciliano, recolhida pelo antropólogo
Danilo Dolci (1924-1997) no livro *Inquérito em Palermo* (1964)

Encontrei esta preciosidade em 1964, quando o livro foi editado pela Moraes Editores, e fiquei maravilhado com a profundeza deste senso comum, um camponês seduzido pelos mistérios da natureza que ambiciona conhecer, sem meios senão o seu cajado e sem método de ação além de um faro ancestral — a antevéspera do conhecimento científico.[1] Também eu escrevi em tempos, muito antes de conhecer a palavra "sociologia", que a natureza existe fora de nós, mas ninguém lhe conhece a cor, há uns tantos com lentes verdes que a veem verde, enquanto outros de óculos castanhos juram a pés juntos que acastanhada é que ela é.

Ainda estava no patamar do senso comum, como aquele camponês da Sicília. No entanto, por essa altura já tinha largos anos de prática jornalística, consideravam-me um profissional competente e objetivo, mas chamava "verdade" àquilo que a ciência chama objetividade e não fazia ideia dos *corsi e recors*i das teorias do conhecimento. Giambattista Vico só mais tarde o conheci. Em nome da verdade e

1 Silva, Augusto Santos (2001), "A ruptura com o senso comum nas ciências sociais", em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto, *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.

da liberdade de imprensa, os jornalistas da minha geração davam a vida pela deontologia profissional, mas não sabiam que havia outra palavra nova chamada "epistemologia" (ainda hoje ausente do léxico jornalístico (e já vamos em 2025!).[2]

Como é sabido, não havia cursos de jornalismo nas universidades portuguesas, os profissionais eram "tarimbeiros" com formação literária ou nem isso, e eram raros os licenciados, embora alguns autodidatas fizessem milagres.[3]

As coisas começaram a mudar quando foi criado o curso de licenciatura em Comunicação Social (1979) na Universidade Nova de Lisboa, fundada em 1977, que, no entanto, se negava a considerar o valor da cultura exterior à academia, para efeitos de equiparação de habilitações de acesso. Valeu-nos a boleia da reforma de Bolonha, que introduziu novos critérios de acesso à universidade, reconhecendo que as aptidões, competências e conhecimentos valem por si mesmos e não pela forma como foram adquiridos, cabendo naturalmente à universidade a validação de cada candidato. Mas o acesso continuava emperrado para os profissionais, por mais prestigiados que fossem, ao passo que estes achavam inconcebível que a burocracia tradicional os obrigasse a bater passo desde o primeiro ano do curso, ao lado dos jovens caloiros de dezoito anos.

Para empurrar as portas da velha instituição, iniciou-se no Sindicato dos Jornalistas, sob a direção de Diana Andringa, um processo de sensibilização das entidades oficiais, que encontrou franco apoio do ministro da Educação, Eduardo Marçal Grilo, e do seu secretário de Estado, Guilherme d'Oliveira Martins. No interior do ISCTE, contámos desde o primeiro dia como o acolhimento de Paquete de Oliveira (subdiretor do Instituto) e do nosso velho aliado José Rebelo, os quais tomaram a seu cargo a organização dos cursos de pós-graduação, mestrado e doutoramento, integrando um grupo de jornalistas seniores com experiência profissional reconhecida.

O professor José Rebelo já era / é uma referência do jornalismo português**.** Duplamente categorizado como jornalista do *Le Monde* e como professor do ISCTE, ele personificava aquilo que os jornalistas mais apreciavam.[4] Dizia-se mesmo que, no meio universitário, gozava da mais-valia de ser jornalista, ao passo que o meio jornalístico mais apreciava o seu gabarito académico. A simbiose das duas valências é que está certa.

A ele se deve a animação deste grupo de jornalistas, que após a universidade vieram a congregar-se na Associação de Estudos Comunicação e Jornalismo, credora de algumas realizações prestigiantes da classe, de que se distingue a edição do livro *Ser Jornalista em Portugal — Perfis Sociológicos* (2011, Lisboa, editora Gradiva).

---

2 O termo "sociologia" foi criado em 1908 por Emille Meyerson; propunha-se substituir a designação "filosofia das ciências sociais" de Comte, considerada demasiado positivista.

3 Em Portugal, o ensino de Comunicação Social só entrou na universidade após 1974. Nos EUA, de acordo com um estudo de 1985, a disciplina de Jornalismo já fazia parte do *curriculum* de 260 departamentos de ensino superior (cf. Jeanneney, J.-N. (1996), *Uma história da comunicação social*, Lisboa, Terramar).

4 Com o patrocínio do *Le Monde* e do *Centre National du Livre*, foi editado em 2024, em França, um livro antológico de José Rebelo, *La Revolution des Oeillets*, com 50 artigos sobre a Revolução dos Cravos (selecionados entre os mais de 150 que publicou naquele jornal).

Quanto ao valor do curso de doutoramento, creio que as provas estão dadas. Por mim, limito-me ao testemunho do muito que aprendi, aventurando-me a respigar do projeto de tese que apresentei alguns excertos, que alinho numa versão reduzida, que vale o que vale. Não é o hábito do "corta e cola" de antigamente (agora é mais fácil o *copy-paste*), mas eu espero que este exercício possa apreciar-se como um objeto cultural, a menos que me engane de todo, e o leitor relegue o meu escrito para uma qualquer gaveta da arqueologia.

Introdução

O título da tese — "O conceito de objetividade nas ciências sociais e no jornalismo" — indicia afinidades entre duas práticas, que têm como objeto comum o conhecimento dos factos sociais. E haverá também assimetrias, em especial de método, que importa assinalar. O autor propõe-se responder à crise atual da atividade sociológica e da prática mediática, no período pós-moderno, e interroga-se sobre se o mal-estar comum terá origem numa crise epistemológica, que ponha em causa a própria objetividade do conhecimento. Se até na crise os dois campos se encontram, para além das proximidades reconhecidas, parece provável que as duas atividades sejam congéneres na sua matriz cultural e na prática empírica.

Em busca de resposta, foi necessário acompanhar o percurso do conceito de objetividade na tradição sociológica e na evolução da prática jornalística. Tal *démarche* levantou nova questão heurística, a saber, se terá existido e se ainda existe uma relação causal entre os avanços das ciências sociais e a cultura jornalística, ou se as proximidades existentes apenas resultam de contextos culturais comuns. O que parece certo é que, ao contrário do jornalismo, a sociologia se tornou capaz de autorreflexão, que se traduziu na elaboração teórica de um *corpus* doutrinal e na descoberta de métodos de análise inspirados nas ciências naturais. Aqui surge a hipótese otimista de a epistemologia das ciências sociais poder ser transcrita para o campo do jornalismo ou, pelo menos, de estas aquisições sociológicas poderem inspirar a prática jornalística no apuramento da verdade dos factos.

Subjacente a este propósito esteve sempre uma atenção crítica à controvérsia da objetividade *versus* relativismo, que acompanha toda a aventura do conhecimento. Mas aí já estamos no campo da reflexão filosófica, onde a razão humana foi mais longe, na busca da verdade e da certeza, e aonde regressa inevitavelmente quando falham os paradigmas empíricos. Advirta-se, no entanto, que o nosso objeto-projeto não ambicionava traduzir-se num tratado do conhecimento — apenas recorria à filosofia para validar a racionalidade das ciências naturais e sociais e também para indagar da possibilidade de um quadro epistemológico para o jornalismo, enquanto forma de conhecimento.

O método da sociologia ou a sociologia do método

Em busca da cientificidade, as ciências sociais aproximaram-se do método das ciências naturais, dando por adquirido que a ciência provara a sua capacidade de conhecer o mundo exterior como realidade física. Ora, a realidade objetiva do mundo exterior ultrapassa o âmbito da investigação física das ciências da natureza, ou seja, é uma questão teórica "meta-física", que remete para o campo da filosofia. Por outro lado, a capacidade de conhecimento da suposta realidade exterior é outro problema filosófico que envolve a ontologia do sujeito e do outro, numa perspetiva holística que recorre à lógica, à semiologia, à psicologia, e até à neuropsicologia moderna, para descrever em que consiste o conhecimento e como é que ele se processa.

Tal objetivo passa por abordar, antes de mais, a teoria do conhecimento, discutindo a possibilidade de a mente humana conhecer a realidade exterior — ou seja, se o sujeito pensante está aparelhado para conhecer a verdade do mundo exterior — de modo que possa dar o passo seguinte, que consiste em saber se o conhecimento científico tem carácter de objetividade e o que é que isso significa. Opera-se então um "salto mortal", que se traduz na ponderação dos argumentos que afirmam a capacidade da sociologia para conhecer a realidade social em si mesma, para poder alinhar com as ciências da natureza, conferindo à sociologia o estatuto de ciência.

Não podemos esquecer que o trabalho de investigação sociológica não é a observação micro da antropologia, nem a descrição fenomenológica dos factos sociais (aqui mais próxima do jornalismo), nem tão-pouco a mera avaliação estatística das variáveis. A escolha do método de análise não é indiferente ao objeto de estudo, podendo mesmo dizer-se que a seleção do método também faz parte do problema. O investigador que não consiga escolher o método, já se sabe, escolhe a confusão.

Não se pode perder de vista a clássica orientação de Durkheim, segundo a qual os factos estão sujeitos a uma cadeia de causalidades, que se traduzem em leis. E uma das leis fundamentais, como assevera Durkheim, é a que estipula que "a causa determinante dum facto social deve ser procurada entre os factos sociais que o precedem", posto que "nenhum facto social pode ser explicado senão por outro facto social".

Mas tudo começa pela identificação do objeto de pesquisa, que não está lá à espera de ser descoberto, pois que é a razão que constrói o seu objeto, enquanto finalidade do conhecimento.

Será que o método puro é o das ciências naturais, quando o sujeito aceita sem discussão o objeto que se impõe do exterior, com todo o peso físico duma "coisa"? Para Durkheim (1895), esta certeza de que os factos sociais são externidades reificadas (e não construções da nossa subjetividade) constitui o fundamento do método sociológico: "a primeira regra consiste em considerar os factos sociais como coisas".[5] Este paradigma do realismo durkheimiano é considerado como ponto de partida de toda a sociologia tradicional, referência obrigatória que toca todas as metodologias, mesmo aquelas muitas que se lhe demarcam em contraponto.

Uma história de racionalidade

Historicamente, as duas disciplinas nasceram quase ao mesmo tempo, no alvor da sociedade industrial, para dar resposta aos novos problemas criados pela revolução liberal e pelo desenvolvimento do capitalismo — mais analítica a ciência social, mais instrumental e político o jornalismo. Mas as ciências sociais beneficiavam de uma história de racionalidade que já vinha da filosofia histórica, do racionalismo cartesiano, da pressão iluminista e do empirismo científico, adiantando-se na definição de saberes específicos, como o direito, a história, a economia e a geografia, em busca de resposta à nova conjuntura económica de comércio livre e de capitalismo nascente.

Em simultâneo, a revolução liberal desenvolvia novas formas de participação dos indivíduos na sociedade política, exigindo instrumentos de comunicação mais adequados que os da velha imprensa de propaganda científica e / ou revolucionária. Era a gestação dum mundo novo, ou pelo menos de um "novo regime", que tornava necessário o conhecimento preciso e a interpretação imparcial da realidade social, sob pena de falhar no seu objetivo de utilidade lucrativa, na perspetiva capitalista. Nesta busca teórica da verdade dos factos, as ciências sociais encontraram condições de afirmação teórica. Paralelamente, os jornais descobriam-se como instrumentos de intervenção social, sem abandonar o seu papel histórico de divulgação dos saberes. Uma coisa ligava os dois campos: a vocação da objetividade, verdadeira matriz da revolução científica e do movimento iluminista, como veremos mais adiante.

Até na crise de confiança das últimas décadas, que os dois campos atravessam, existe uma surpreendente coincidência cronológica entre o movimento relativista na sociologia e a crise do paradigma da objetividade nos média. Mas será uma simples coincidência — conceito vulgar que a ciência menospreza — ou antes a confirmação de afinidades genéticas ou mesmo de relações de causalidade?

O sociólogo é um super-repórter?

Encaremos, então, o que pode aproximar as duas atividades. Começando pelo mais essencial, é indiscutível que nas duas "profissões" coincide o problema epistemológico de fundo — o paradigma da objetividade. De facto, como observa Berthelot, "o debate entre relativismo e objetivismo ultrapassa largamente o universo da sociologia e define linhas de clivagem que atravessam o conjunto das ciências humanas, cristalizando-se em esferas de atividade diversas, como o jornalismo, o trabalho social, a arte".[6]

---

5 Em resposta às críticas do meio intelectual, que o acusavam de coisificar o conhecimento, Durkheim esclarece mais tarde, que "nous ne disons pas, en effet, que les faits sociaux sont des choses matérielles, mais sont des choses au même titre que les choses matérielles, quoique d'une autre manière (…) La chose s'oppose à l'idée comme ce que l'on connait du dehors à ce que l'on connait du dedans" (do prefácio assinado por Durkheim em *Les Règles de la Méthode Sociologique*, (1986[1895]), Paris, PUF.

6 O livro de Jean-Michel Berthelot, *Sociologie*: *Epistemologie d'Une Discipline* é indispensável para o estudiosos da matéria, disponibilizando uma vasta antologia de textos fundamentais.

Mais longe vai Jacques Douglas, ao sugerir que nas práticas do quotidiano uma fenomenologia da subjetividade descobriria um idêntico sentido de objetividade, experienciável por atores sociais distintos, como jornalistas e sociólogos, na medida em que as práticas de um e de outro fossem dominadas por idêntico pensamento utilitarista, buscando na ação o efeito desejado. A esta luz, melhor se pode entender que sociólogos e jornalistas, situados num mesmo contexto cultural e trabalhando os mesmos fenómenos, possam partilhar as significações do dia a dia, que se apresentam como conteúdos enformadores duma sensibilidade cultural. Ter-se-ia descoberto então conceitos outros de objetividade e de racionalidade, que seriam comuns ao conhecimento jornalístico e a algumas expressões da sociologia, como observa J. Douglas: "Os métodos de investigação dos sociólogos Matza e Goffman relevam aparentemente de formas mais sistemáticas de reportagem jornalística (…) assemelhando-se de forma surpreendente aos métodos do jornalismo realista praticado por autores como Norman Mailer".[7]

Talvez por ainda lutar pelo estatuto de ciência ou de capacidade de conhecimento objetivo, a sociologia moderna está fascinada pelo rigor do método científico que assegure a imparcialidade e a "pureza" do conhecimento. Mas as metodologias empíricas — próprias das ciências naturais e já consolidadas em algumas ciências sociais (como a história, o direito e a economia) — não podem ser exigidas ao jornalismo de "tempo útil". E, no entanto, um dos grandes sociólogos do seculo XX, Robert Park, diretor da Escola de Chicago e, antes, jornalista de profissão, ainda hoje surpreende os metodólogos: "o sociólogo é uma espécie de repórter que deve contar as coisas de uma forma um pouco mais precisa e com um estilo mais imparcial".

Ninguém como Park foi tão longe na comparação do jornalismo com a sociologia, ele que definia a notícia como "uma forma elementar de conhecimento" e fala do jornalismo como "ciência menor", sobrelevando o estatuto do sociólogo, que descreve como um "super-repórter".

A esta definição subjaz uma distinção entre duas formas de conhecimento, que Park retomou de William James e este diz ter ido buscar a Hegel.[8] A forma mais elementar refere-se ao conhecimento do quotidiano ou familiaridade com as coisas *(acquitance with)*, que se exprime na simples enunciação dos factos e que alguns traduzem por "conhecimento por contacto". Por outro lado, a forma mais sistemática seria o conhecimento analítico sobre os factos *(knowledge about)*, que implica a sua interpretação e contextualização. A primeira forma seria mais típica do trabalho jornalístico, a segunda implicaria o método do sociólogo. Estamos a milhas do positivismo primitivo que não admitia fora das ciências naturais qualquer método de conhecimento que não seja imperfeito e mesmo degradado.

---

7 Douglas, J. (1971), *Understanding Everyday Life*, Londres, Routledge.

8 Berganza, Maria Rosa (2000), "O contributo da Escola de Chicago para o jornalismo contemporâneo: as reflexões de Robert E. Park sobre a notícia", *Revista de Comunicação e Linguagens*, 27.

A possível inutilidade da sociologia

Não podemos passar por cima desse debate epistemológico que, a pretexto de defender a sociologia de qualquer forma de instrumentalização, corre o risco de esterilizá-la como "conhecimento inútil". No extremo, trata-se de saber se a prática sociológica pode confundir-se com a "racionalização *demi-savante* dos engenheiros sociais" (criticada por Bourdieu) ou se, pelo contrário, lhe cabe a vocação de intervir na "mudança social cientificamente planificada", como advoga Myrdal. Que os sábios deveriam conduzir a "coisa pública" era um ideal da tradição clássica — já Platão reivindicava para os filósofos a condução da República — e o projeto seria depois retomado por Thomas More, Kant e Marx. Apoiando nesta vigorosa tradição, Auguste Comte sinalizou a sociologia como vértice da pirâmide do saber, vindo depois Durkheim, que a define como ciência política.

Em contraponto à controvérsia da "ciência axiologicamente neutra" — que se mantém acesa nas ciências sociais e em todo o conhecimento científico — o jornalismo nunca hesitou em assumir-se como instrumento de transformação da sociedade, qualquer que seja o sentido dessa transformação. Bourdieu (1984) não gostava do termo "engenheiros sociais", que usou em sentido pejorativo, denunciando a facilidade com que alguns sociólogos e economistas se dispõem a fornecer receitas aos gestores económicos ou a instituições políticas, como forma de legitimação *a posteriori* de projetos de poder. "O que eles fazem — diz Bourdieu — é oferecer uma racionalização do conhecimento prático ou *demi-savante* que os membros da classe dominante têm acerca do mundo social".[9]

Porém, a história da sociologia como ciência da construção de uma sociedade racional, como aspirava Durkheim, é bem diferente na escola positivista e mesmo na sociologia culturalista americana. Em 1939, Robert Lynd, num livro decididamente político, *Knowledge for What?*, escrevia que os sociólogos não têm apenas a missão de compreender a sociedade, mas também a responsabilidade moral de utilizar o seu saber no sentido de contribuir para as mudanças sociais desejáveis, ou seja, utilizar as ciências sociais para construir projetos de mudança social cientificamente orientados. Era essa também a ideia de Margaret Mead.

E ninguém é tão explícito sobre a "engenharia social" como Gunnar Myrdal (Nobel de Economia, um moralista do liberalismo de mercado, com grande preocupação humanista), o qual asseverava, segundo sintetiza Jean Pierre Simon, que "o sociólogo não pode e não deve considerar-se somente como um teórico que pratica uma ciência social desinteressada, mas também como um engenheiro social, utilizando as suas pesquisas, os seus conceitos e as suas teorias como instrumentos para planificar uma mudança social cientificamente controlada".

Retoma-se assim a histórica advertência de Durkheim: a moral é a ciência positiva dos factos morais. Antes de tudo, o investigador social propõe-se estudar a realidade, mas daí não se segue que renuncie a melhorar essa mesma realidade.

---

9 Bourdieu é autor de uma vasta obra, de que se distinguem *Le Métier du Socioblogue* e *La Misère du Monde*; tem sido em França um vigoroso defensor do "estruturalismo genético" e do "racionalismo crítico".

Durkheim é perentório: "Acho que os nossos estudos não merecem uma hora de esforço, se eles só tivessem um interesse especulativo. A ciência pode ajudar-nos a encontrar o sentido em que devemos orientar a nossa conduta, pode ajudar-nos a determinar o ideal para que caminhamos confusamente" (Durkheim, *De la Division du Travail Social*, Paris, PUF).

O otimismo positivista vai ser abalado, ao longo do século XX pela onda relativista. Adianta-se Jack Douglas: "O fundamento de toda a ciência clássica, ou seja, a conceção absolutista da objetividade, não pode jamais ser atingida" (Jack Douglas, 1971). E o "programa forte" de David Bloor é ainda mais radical: "A noção de verdade, porque não a abandonar pura e simplesmente? Em que é que consiste o papel da verdade e as discussões sobre a verdade? Se as abandonarmos, não me parece que se venha a perder grande coisa" (Cf. Berthelot, Jean-Michel (2000), *Sociologie: Epistemologie d'Une Discipline*, Bruxelas, Éditions de Boeck Université).

No campo do jornalismo, que nunca duvidou da sua vocação social, sustentada na deontologia profissional, naturalmente falível, a controvérsia objetivismo *vs.* relativismo foi retardada e não teve grande impacto até aos tempos mais modernos. E não foi só por boas razões. São ainda novidade os estudos que apresentam o jornalismo como uma forma de conhecimento específico, capaz de "reconhecer", de "reproduzir" e de "revelar" aspetos da verdade das coisas, ligados à imediaticidade do real e à sua singularidade, em contraponto com a metodologia científica que está centrada na observação das regularidades e das variáveis, procurando as suas relações e as suas leis. O jornalismo está à margem da ciência, mas começa vagamente a teorizar-se como método de perceção da realidade mutante, na observação do quotidiano, guiada pela atitude natural e imediata da consciência do senso comum, como "realidade dominante", cuja força emerge destas palavras de Berger e Luckmann, no livro *Social Construction as of Reality* (1966):

> Comparadas com a realidade da vida quotidiana, as outras realidades aparecem como campos finitos de significação, enclaves dentro da realidade dominante marcada por significados e modos de experiência delimitados. A realidade dominante envolve-as por todo os lados — e a consciência retorna sempre à realidade dominante, como se voltasse de uma excursão.

A ciência ainda é possível

Que dizer da posição de Max Weber? Ele diz que no processo de conhecimento é determinante a ação humana e "o sentido subjetivo visado pelo agente", cabendo ao observador buscar a "compreensão" do comportamento do "outro" observado, a que Russel chama o "não-eu".

Para Weber, esta é a metodologia do "ideal-tipo", entendido como uma categoria transcendental, que traduz a racionalidade dos fenómenos sociais (e não como uma média estatística). A sociologia funda-se então em relações de ordem externa, que são significativas e típicas da atividade humana. E a ciência social é possível porque os seres humanos agem de forma racional e consciente ("a maior parte

do tempo" — condescende Weber) e, portanto, são capazes de agir de acordo com o sentido da ação ou na perspetiva de um fim a atingir. Neste sentido, Weber reconhece à sociologia uma "racionalidade por finalidade", que a encaminha para a objetividade da investigação.[10]

O neorracionalismo crítico

Mais importante que todas as diatribes antirrelativistas foi o trabalho de depuração da ideia racionalista, agora reforçada no chamado "racionalismo crítico", que já se vinha anunciando nos trabalhos anteriores de Karl Popper, em especial na *Lógica das Ciências Sociais*. Cite-se a sua 12.ª tese:

> A objetividade da ciência não é apenas uma questão individual, interessando os homens de ciência como tais, ela é uma questão social que resulta da sua crítica mútua, da divisão do trabalho amigável / hostil entre cientistas, da sua colaboração ? da sua rivalidade. Portanto (a objetividade da ciência) depende parcialmente de uma série de condições sociais e políticas que tornam esta crítica possível. [11]

O neorracionalismo veio reassumir as limitações sociais e subjetivas do conhecimento científico e reforçar o conceito de objetividade. É importante que este ponto de consenso possa ser reconhecido por outros intelectuais, como o filósofo Jean Ladrière: "A própria prática científica é habitada por um desígnio que para ela tem uma função reguladora e que podemos caracterizar como 'desígnio da verdade'". Estas palavras são citadas por outro filósofo, Fernando Gil, que, em *A Ciência tal Qual Se Faz e o Problema da Objetividade*, deixa o seguinte comentário:

> É por a ciência perseguir uma ideia de verdade que se obriga à objetividade (…) Mas isso não significa que a ciência esteja por definição comprometida com um realismo epistemológico ou ontológico, nem que a submissão à experiência implique o realismo (…) A crença no realismo da ciência afigura-se de algum modo imparável, não sendo embora científica. Nesta base o filósofo considera que os resultados práticos da ciência aplicada são "o melhor teste da verdade da ciência.[12]

---

10 Weber, Max (1965), "L'objectivité de la connaissance dans les sciences et la politique sociales", *Essais sur la Théorie de la Science*, Paris, Plon.

11 Popper, Karl (1979), "Complément à la critique du relativisme", em *La Société Ouverte et Ses Ennemis*, Paris, ed. Du Seuil. Popper (1902-1994) é considerado um dos maiores sociólogos do seu tempo. Defendeu a teoria do "racionalismo crítico contra o empirismo lógico". Em 1945, publicou a *Miséria do Historicismo*, em que desenvolve a teoria do individualismo metodológico. Fiou célebre o seu frente a frente com Adorno, em 1969.

12 Gil, Fernando (1999), *A ciência tal qual se faz*, edição Sá da Costa 1999; e, também, *Provas*,1986, ed. Imprensa Nacional, Lisboa. Fernando Gil é considerado um dos maiores filósofos portugueses.

A sorte da objetividade

Percorrendo as controvérsias mais recentes, Fernando Gil observa que "? processo do realismo dogmático está feito, mas não em proveito do ceticismo epistemológico". O filósofo quase esquece a análise ontológica, perante a situação da prática científica, que ele diz dos homens de ciência, mas nada impede que a apliquemos ao universo das ciências sociais e do jornalismo:

> A objetividade científica não é uma virtude filosófica abstrata, é uma norma cultural incorporada numa teia de práticas sociais. Os cientistas académicos não aprendem o desinteresse em cursos formais de ética. Os cientistas incorporam a objetividade no seu sistema de valores pessoais, através da sua própria experiência em situações de investigação, em que as práticas relevantes são sistematicamente observadas (…) Deixará de ser assim se o sofista persuade o estudante de que, bem vistas as coisas, a imparcialidade é um mito.

Por outro lado, também o mundo da investigação sociológica passou pela depuração da controvérsia e hoje é diferente do que era no tempo de Durkheim e também do que tem sido nos últimos dez anos. E a filosofia da ciência há muito ultrapassou o positivismo de Auguste Comte, o otimismo cientista e os "dogmas" do materialismo dialético. Hoje chegou-se, ou assim se pensa, a uma síntese epistemológica, expressa nas correntes do racionalismo crítico ou neorracionalismo, que tranquilizou o mundo científico. Com Karl Popper, Anthony Giddens, Berthelot, Bourdieu, Steven Lukes e outros, reforçou-se o "princípio da realidade": eles analisam realisticamente a determinação social do conhecimento, como um dado adquirido, mas advertem que o contexto social não determina fatalmente os critérios lógicos da razão e da verdade.

Mas já estamos numa objetividade outra — os paradigmas mudaram e o mundo também. Vivemos uma outra cultura de civilização, como o nosso filósofo anuncia: "É neste terreno civilizacional, filosófico — no limite, político — que porventura se joga a sorte da objetividade".

Epílogo

O presente texto foi respigado do projeto de tese de doutoramento que o autor se propôs apresentar em 2005, no ISCTE. Foi uma tese frustrada, e explico porquê. José Rebelo advertira que o objeto do trabalho era muito vasto, faltando-lhe enfoque e precisão. A crítica era óbvia, mas nada que dissuadisse a ambição do meu projeto, posto que tanto a vertente sociológica como a jornalística poderiam, cada uma, constituir um *corpus* autónomo.

Mas a originalidade do trabalho residiria justamente na tentativa de cruzar os dois planos. Deste cruzamento resultaria, como eu supunha, uma síntese holística, que visaria conhecer o processo de formação da cultura jornalística. Só mais tarde experimentei o cansaço da tarefa que nunca chegava ao fim. Mais olhos que

barriga, é o que é. Valha-me ao menos o prazer com que devorei dezenas de livros, por noites e noites que não acabavam e se confundiam com a madrugada, num encadeamento *fade out / fade in*, como se diz na linguagem do cinema e da televisão. De tantas lições que lucrei de José Rebelo, faltava-me esta, realmente negativa, de não ter seguido a sua prudente visão.

Referências bibliográficas

Aron, Raymond (2000), *As Etapas do Pensamento Sociológico*, Lisboa, Dom Quixote.

Almeida, J. Ferreira *et al.* (1994), *Introdução à Sociologia,* Lisboa, Universidade Aberta.

Almeida, J. Ferreira (1976), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença.

Berganza, Maria Rosa (1998), *La Teoría de Comunicación de Robert Par*k, Universidade de Navarra.

Berganza, Maria Rosa (2000), "O contributo da Escola de Chicago para o jornalismo Contemporâneo", *Revista de Comunicação e Linguagens*, 27, Lisboa, Relógio d'Água.

Berthelot, Jean-Pierre (2000), *La Sociologie, Épistémologie d'une Discipline*, Bruxelas, Éditions de Boeck Université.

Bourdieu, Pierre (1984), *Questions de Sociologie*, Paris, Minuit.

Bourdieu, Pierre (1993), *La Misère du Monde*, Paris, Editions du Seuil.

Bourdieu, Pierre (1998), *A Miséria do Mundo,* Petrópolis, Editora Vozes.

Bourdieu, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Miraflores, Difel.

Bourdieu, Pierre (2002), *Esboço duma Teoria da Prática,* Oeiras, Celta Editora.

Bourdieu, Pierre (1984), *Questions de Sociologie,* Paris, Minuit.

Bourdieu, Pierre (2000), L'objectivation participante, em *Actes de la recherche en sciences sociales,* 150 (5).

Brannen, John (1992), *Mixing Methods, Quality and Quantitative Research*, Londres, Gower.

Costa, António Firmino da (1992), *Sociologia*, Coimbra, Quimera.

Costa, António Firmino (1984), *O Trágico e o Contraste, o Fado no Bairro de Alfama,* Lisboa, Dom Quixote.

Costa, António Firmino (2002), *Públicos da Ciência em Portugal,* Lisboa, Gradiva.

Costa, António Firmino (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas,* Lisboa, Mundos Sociais.

Dolci, Danilo (1958), *Inchiesta a Palermo*, Turim, Einaudi.

Dolci, Danilo (1964), *Inquérito em Palermo*, Lisboa, Moraes Editores.

Daniel, Céfai (2003), *L'Enquête de Terrain*, Paris, La Découverte.

Durkheim, Émile (1986), *Les Règles de la Méthode Sociologique*), Paris, PUF.

Durkheim, Émile (2013), *Le la Division du Travail Social,* Paris, PUF.

Demazière, *et al.* (1997), *Analiser les Entretiens Biographiques*, Paris, Nathan.

Emerson, Robert (1983), *Le Travail de Terrain comme Activité d'Observation*, Waveland Press.

Gil, Fernando (1999), *A Ciência tal Qual Se Faz*, Lisboa, João Sá da Costa.

Kaufman, Jean-Claude (1996), *L'Entretien Compréhensif*, Paris, Editions Nathan.

Kosso, Peter (1992), *Reading the Book of Nature*, Cambridge University Press.

Nunes, Adérito Sedas (2001), *Questões Preliminares sobre Ciências Sociais,* Lisboa, Editorial Presença.
Merton, Robert (1982), "Insiders and outsiders", *The American Journal Sociology*, 78.
Merton, Robert (1970), *Sociologia, Teoria e Estrutura*, São Paulo, Editor Mestre Jou.
Peretz, Henri *(1998), Les Méthodes en Sociologie,* Paris, Editions La Découverte.
Popper, Karl (1996), *O Mito do Contexto,* Lisboa, Edições 70.
Silva, Augusto Santos e João Madureira Pinto (2001), *Metodologia das Ciências Sociais,* Porto, Afrontamento.
Santos, Boaventura de Sousa (1987), *Um Discurso sobre as Ciências,* Porto, Afrontamento.
Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A Crítica da Razão Indolente, contra o Desperdício da Experiência,* Porto, Afrontamento.
Santos, Boaventura de Sousa (2003), *Conhecimento Prudente para Uma Vida Decente*, Porto, Afrontamento.
Turner, Brian (2002), *Teoria Social*, Miraflores, Difel.

ENSAIOS 2 | SOCIEDADE DA IMPACIÊNCIA

Advento da sociedade da impaciência: a leitura atenta é trocada pelo olhar rápido, em diagonal, pelos títulos dos jornais; a manipulação alucinante do controlo à distância transforma os programas televisivos num caleidoscópio de sons e de imagens; a audição distraída transfigura as vozes da rádio em ruído de fundo. Advento da sociedade da comercialização: o convencimento, a persuasão impõem-se como grandes desígnios a atingir pelos meios de comunicação social, muitos dos quais deixam, paulatinamente, cair o qualificativo. Tornam-se, pura e simplesmente, "meios de comunicação" dirigidos por administradores. Já não por jornalistas.

José Rebelo (2011),
Ser Jornalista em Portugal. Perfis Sociológicos,
Lisboa, Gradiva, p. 31

Figuras instituintes do poder político moderno

Maria Augusta Babo
Professora associad, Universidade Nova — FCSH

Ao José Rebelo,
que me abriu os horizontes do acontecimento político e suas discursividades, e o fez com a paixão que põe em tudo na vida.

A constituição dos Estados modernos, decorrentes dos princípios da Revolução Francesa, assenta em conceitos de carácter figural que cabe explorar: nação, língua, povo. Conceitos que funcionam como horizonte desejante, mas também ideológico, já que, nesse investimento significante que se abre em cada um, proliferam avaliações, crenças, discursividades. São figuras na medida em que o seu estatuto de símbolo resulta dos investimentos imaginários que neles são feitos.

Trata-se de analisar esta tríade a partir de um ato fundador, decorrente de uma violência inerente às hordas primitivas como sabemos desde Freud, esse crime cometido em comum: a formação da lei social. Tal crime — a morte do pai — que instaura a lei social — proibição do incesto — institui-se como um operador de passagem de um estádio que poderíamos designar de violência sobre a vida para as instâncias reguladoras da moral.

Anteriormente à constituição do estádio / Estado de direito em que o cidadão goza de deveres e de direitos, inscritos na Carta dos Direitos Humanos e do Cidadão, a violência sobre a vida era praticada pelo soberano que possuía o poder de morte do súbdito. Na verdade, a carta decorre também do estatuto jurídico da cidadania sobre a vida pura ou natural do indivíduo, o que comporta já um recorte do humano e um resto que se traduz nos excluídos do sistema: refugiados, apátridas, etc. votados à mesma vida nua. Trata-se, a partir de então, do devir político dos sujeitos portadores do estatuto de cidadania. Mas esta viragem parece não ser suficiente para a construção do Estado moderno. A consolidação do Estado moderno, a par da sua fundação na lei e no direito, baseia-se nos conceitos acima identificados.

Nação

A nação é uma figura identificatória do Estado, que "paira" sobre um território. A timologia de "nação" evidencia aquilo mesmo de que se trata, pois que o termo deriva de "nascer", ato que, como realça Agamben, "faz da natividade, do nascimento (isto é, da vida humana pura e simples) o fundamento da sua soberania" (2002: 31).

Nação é, então, o nome de um fenómeno natural que ganha a função de operador simbólico, na sua dupla vertente: ao mesmo tempo que naturaliza, simboliza, trazendo "o elemento nativo para o coração de qualquer associação política" (*idem*). Se confere um estatuto de símbolo, o vocábulo acaba por naturalizá-lo ao conferir ao território — como lugar onde —, e ao nascimento — como fenómeno biológico —, uma dimensão existencial determinante. Trata-se de uma relação originária com o território, a qual elege o laço natural do sujeito a símbolo e, como tal, confere-lhe cidadania.

A aporia que o conceito de nação contém define-se nesta naturalização que o território de nascença, assim como a sua linhagem sanguínea, impõe ao sujeito e, como tal, a sua elevação à categoria de nacionalidade. O que leva Derrida a definir "direito à nacionalidade ou à cidadania como direito de nascimento — ligado neste caso ao solo e ao sangue" (Du Fourmantelle e Derrida, 1997: 26-27). Sangue e solo são, portanto, da ordem da natureza, mas elevados à sua representação: a nacionalidade. Eles não jogam, como traços distintivos da nacionalidade, uma função metafórica. Pelo contrário, são tomados à letra, na carne de cada indivíduo e, reinvestidos de uma dimensão simbólica (Ricoeur), sobrepõem-se à dimensão contratual, legiferante e social que funda a existência do Estado moderno.

De entre as cinco características que J. Gil (1989: 279) atribui à nação, podemos salientar duas cuja importância destacamos: a) o contrato ou pacto social que permite passar da comunidade natural à existência do *socius*; b) a criação, a partir do *socius*, de uma instância política: o Estado. No entanto, entre Estado como entidade política e nação como figura idealizada e imaginária existe uma distinção que convém fazer entre uma organização jurídica, o Estado, assente num pacto social, e a natureza ao mesmo tempo natural e mítica da nação. A nação, fundadora do Estado, torna-se o seu rosto. Ela surge (Gil, 1989: 285) como uma entidade natural, inscrita na natureza. Ela naturaliza o poder e o pacto social, operando a reidentificação do indivíduo aos seus ideais comunitários e à sua raiz biológica.

Já Rousseau estabelece as bases do pacto social na superação da natureza do humano, quando o justifica pela necessidade de:

> Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado e pela qual cada um, unindo-se a todos não obedeça, contudo, a ninguém e continue tão livre como antes. (2023: 60)

Este pacto social é então uma *arché*, uma ordem legiferante que prevalece sobre a força natural do indivíduo, um nome do coletivo que assim o torna sujeito de direito e livre. Nessa medida, ele é da ordem do nome, opera mesmo a passagem da *phusis* ao

nomos, que pode ser associada à passagem da violência ao direito. A nação, estando embora assente numa realidade sociopolítica determinada, instituída ou não num território concreto, exorbita-o. Enquanto ideia, representação, mito (Burdeau, 1985), ela baseia-se numa narrativa que lhe confere uma origem, uma coesão e, ainda, um desiderato. Uma narrativa que absorve as representações, as imagens que as discursividades sociais vão depositando nesse "significante flutuante".

A narrativa que preenche de sentido o significante flutuante conferindo-lhe então uma origem (mítica), que não coincidirá nunca com o seu começo (histórico), para tanto servindo-se de feitos heroicos, da ordem da epopeia, e da construção de um passado comum, a tradição. Mas ela é ainda teleológica, porque inscreve um programa messiânico na sua projeção futura, através da atribuição de um destino, tal como Pessoa o formula na *Mensagem*: "falta cumprir-se Portugal".

Ao ser objeto de uma narrativa mítica, a nação fecha-se sobre si própria. Ela será tanto mais consistente quanto incólume ao perigo externo da ordem do *xenos* — o de fora, o estrangeiro. Donde a xenofobia como excrescência nacionalista. É, portanto, de um conceito carregado de ambiguidade que se trata, que sobredetermina o Estado moderno. Ambiguidade essa que alimentou as dissertações românticas dos filósofos idealistas alemães, assim como, de um outro ponto de vista, as derivas extremistas dos nacionalismos.

Como figura simbólica, a nação procede, além disso, a apagamentos de vária ordem, uma vez que a unificação das populações é já uma estratégia de poder, um programa identitário. Tais identidades nacionais, além de assentarem na história (como passado) e no destino (como futuro) comuns, assentam em duas outras instâncias determinantes, a língua e a ideia de povo, categoria a-sociológica de cariz também mítico, ela própria detentora de uma identidade forjada nesse quadro. Como se, muito além da formação política dos Estados modernos, houvesse necessidade de forjar uma temporalidade própria, narratológica, e uma dimensão figural, composta pelas projeções imaginárias na entidade Estado.

Língua

Analisando agora este outro pilar da tríade que é a língua, verificamos que há uma tendência à sua unificação no seio do Estado moderno. Por isso ele exige, de entre as suas línguas, uma que, impondo-se como língua nacional, seja a expressão significante desse significado nacional. A língua, fator de coesão e unificação do povo, não é outra senão a língua nacional, a língua daqueles que nascem no seu território (Cruz, 1985). A atestar a naturalização, também ela operada sobre a língua, está o conceito de "língua natural", como se de um berço se tratasse. Bernardo Soares dirá dela que é "a sua pátria", conceito próximo do de nação, fruto de uma operação de idealização.

Do ponto de vista da língua, dita nacional, ela é, por um lado, fator de eleição e, por outro, fator de união — o selo do povo. Fator de eleição, desde logo, porque o que se verificou na constituição dos Estados modernos no Ocidente foi a unificação linguística: França, Itália, Alemanha elegeram uma língua nacional em detrimento

de outras línguas locais ou regionais. Tal deve-se ao apagamento da multiplicidade linguística existente nesses territórios, mas, também, à própria elevação a língua dos sistemas linguísticos emergentes do latim. São, assim, corruptoras e corrompidas, até ganharem o estatuto de nacionalidade que as purifica.

Esta mesma política soberanista da língua foi replicada nos fenómenos colonialistas praticados pelos países europeus em África, América Latina e alguns territórios asiáticos. É mesmo aí, pela hiperbolização do fenómeno, que melhor nos apercebemos de como o Estado impõe, sobre as populações nativas, o seu poder simbólico, através da instauração de um regime jurídico-político e através de uma política da língua que lhe serve para a unificação e disciplinarização dos seus indivíduos. Em África, as línguas oficiais, unificadoras, são, na sua maioria, línguas não nativas e impostas do exterior, isto é, europeias: francês, inglês, português, etc. Os colonizados falam a língua dos colonizadores, a língua do poder, condenando as suas línguas nativas, geralmente até sem correspondência escrita, à sua extinção a prazo. A língua oficial é objeto, com o tempo, de uma naturalização fruto da sua difusão e imposição, apagando história e diversidade linguística.

Uma língua, um povo, uma nação: eis o ideal do Estado moderno, uma vez estabilizadas as suas fronteiras territoriais. Daí que Humboldt, o grande linguista e filósofo alemão do século XIX, defenda essa intrinsecabilidade entre o conhecimento da língua e o fortalecimento da unidade do povo: "A língua é sempre a emanação espiritual de uma vida nacionalmente individual" (1990: 68.). Ela é entendida como um operador de nacionalidade, reforçando a pertença, configurando a identidade nacional. E, ao invés, ela assume-se também como espírito dessa pertença nacional. O seu *quid*. A língua deixa de ser pensada como veículo de comunicação para devir a essência mesma, porque identitária, de um povo. Por isso, assinala Agamben, povo e língua têm sido associados de uma forma tão intricada pelo romantismo de modo "a fundar o discurso político moderno" (2002: 77).

Ao invés, por não falarem nem entenderem a língua nobre, o grego, povos houve que foram ditos bárbaros. A este propósito, Derrida exprime os dois sentimentos pelos quais estes "bastardos da nação" seriam afetados: "As 'pessoas deslocadas', os exilados, os deportados, os expulsos, os desenraizados, os nómadas têm em comum dois suspiros, duas nostalgias: os seus mortos e as suas línguas" (Fourmantelle e Derrida, 1997: 81).

Em relação à língua e aos laços que esta estabelece com os seus falantes no âmbito da nação, Agamben convoca o caso dos ciganos, no seio dos Estados europeus, como paradigmático de uma marginalidade étnica e linguística que há que sopesar, mesmo se carecendo de bases científicas (*idem*):

> Os ciganos estão para o povo assim como a gíria está para a língua; mas no curto momento em que dura a analogia, ela ilumina a verdade que a correspondência língua-povo era secretamente suposto esconder: todos os povos são bandos fechados sobre si, todas as línguas são gírias e jargões. (*ibidem*)

Porém, Derrida, cuja experiência linguística o coloca numa posição ímpar para entender o que se joga na constituição da identidade linguística, diz: "Sempre foi

assim — e para qualquer um: a língua dita materna nunca é puramente natural, nem pura nem habitável" (Derrida, 1996: 112). Ela é de facto o lado de fora de qualquer sujeito, a sua dimensão simbólica. No caso deste autor, francês-judeu-magrebino, nenhuma língua, nenhum território, nenhuma identidade nacional poderia fundir-se numa totalidade identitária. Existe antes, confessa ele, uma "alienação originária de qualquer língua", já que nenhuma língua é orgânica, vem de dentro. Consequentemente, restará ao sujeito "inventar-se o seu próprio idioma, com vista ao idioma absoluto" (*ibidem*), que é, por definição, inexistente.

O que o filósofo evidencia, com esta espécie de palavra de ordem, é o carácter vazio desse outro conceito por analisar, o povo, que sustenta o Estado moderno. O povo tem o mesmo estatuto diferencial atribuído às línguas nacionais, em detrimento das línguas outras que, por esse motivo, exclusivamente político e não linguístico, passaram a ter o estatuto subalterno. Ora, a inversão dos termos, colocada na palavra de ordem "todos os povos são ciganos, todas as línguas são gírias", permite desterritorializar a língua, à maneira da palavra de ordem lançada por Kennedy — *Ich bin ein Berliner!* — e conferir-lhe uma nova territorialidade, sempre marginal, porque descentrada. Permite olhar a comunidade face ao outro. Integrar o heterogéneo nessa homogeneidade artificial que é a da língua una, virtual e pura.

É nesse âmbito que ganha sentido toda a politização que Agamben leva a cabo sobre o estatuto marginal, no sentido político, do jargão, cortando essa fita imaginária que unifica, idealizando. E, ao mesmo tempo, trazer à palavra, isto é, ao discurso, a raiz experiencial de toda a língua, as suas malformações, as suas derivações, o seu falar à margem da gramática, do esquema, da lei. É neste sentido também que Deleuze e Guattari entendem a noção de língua menor: não como uma língua falada por um pequeno grupo de falantes, mas como uma discursividade outra no seio da língua maior ou padrão (2003). O jargão é, então, nesta sua dimensão política, uma microrresistência que experiencia o deslocamento da norma.

Neste contexto, a multiplicidade linguística torna-se hoje algo em vias de extinção, o que exige pensar uma ecologia das línguas em que as línguas menores sejam incluídas; pensar uma política de resistência que coloque cada língua menor no direito à discursividade política; e pensar essas discursividades menores como práticas de resistência ao colonizador. Uma política da pluralidade linguística é, neste contexto, uma posição decolonial.

Ao tocar na dimensão externa que constitui toda a língua, na sua gramaticalidade simbólica, na ortopedização que ela exerce sobre os sujeitos, o filósofo levanta, por arrastamento, o véu daquilo que está contido nessa instância: uma língua natural e materna, ou natural porque materna. O ato de resistência política que perpassa na língua é o de ser estrangeiro na sua própria língua, levando-a aos limites da gramaticalidade, trabalhando nas margens do já dito, nas margens do comum. Porque o chamado senso comum é já fruto de um depósito de sentidos sedimentados numa língua. As suas discursividades estão carregadas de avaliações, de enunciados constativos que se afiguram antes performativos, na medida em que conferem aos sujeitos, sentidos, asserções, modos de olhar, verdades que se tornam comuns.

Povo

Considerando a nação uma idealização e a língua o seu fator identitário, trata-se agora de analisar a outra instância soberana que a sustenta: o povo.

Entidade complexa, também ela de cariz mítico, o conceito de povo fabrica uma visão homogénea da sociedade, ao mesmo tempo que é suposto ser o garante da nação. A própria existência do Estado moderno operou essa cisão entre o poder teológico-absoluto de que o soberano era infuso e a ascensão do povo como nova categoria soberana. Um deslocamento, pois, da soberania medieval-feudal para uma soberania popular que sobreveio à Revolução Francesa.

É neste poder soberano que as sociedades modernas assentam, lançando as bases republicanas das democracias ocidentais. O próprio conceito de democracia faz apelo ao *demos* (conjunto dos cidadãos livres) como garantia do *kratein* (poder soberano). O exercício do poder soberano é transferido para o povo. O recurso à denominação de "povo" como sujeito das democracias liberais é, porém, problemático, já que este termo designa uma categoria vazia de referente. Mais um "significante flutuante" que não pode ser entendido como a totalidade dos indivíduos, a população, mas comporta um resto metafísico.

O lexema "povo" confere uma unidade e identidade próprias a uma comunidade de falantes, territorializada num dado espaço físico (a que não podem faltar as fronteiras), o qual tem no termo "nação" a sua simbolização própria. Dir-se-ia que o povo, como identidade de uma comunidade efetiva, está para a nação como a identidade territorial está para o Estado. Entre ambas as meta-nomeações, no intervalo que se forma entre as realidades concretas entendidas no registo social e físico, mas também territorial, e os seus nomes, se cria o espaço que alimenta toda uma produção de significação identitária capaz de funcionar como elemento aglutinador, fruto de um imaginário comum.

Na verdade, esse poder soberano é delegado pelos eleitores nas instâncias que os representam. Como sabemos, tal delegação relega o povo, nas democracias representativas, para uma impossibilidade de atuação direta e, além disso, exclui das decisões essa outra instância que reside à margem, como resto, o "povinho". Tal paradoxo, só por si, permite regressar à noção de povo para lhe determinar essa dimensão também imaginária, senão mesmo idealista, que o impregna. E ela encontra-se na abrangência referencial do próprio nome.

Para Agamben, este termo contém uma contradição de base, a de designar, ao mesmo tempo, "o sujeito político constitutivo, assim como a classe que, de facto senão de direito, está excluída do político" (2002: 39). Segundo o autor, esta incoincidência entre os referentes do vocábulo "povo" está presente nas línguas latinas assim como nas anglo-saxónicas, já que designa ao mesmo tempo o sujeito unitário que é "o conjunto Povo como corpo político integral" e "o subconjunto *povo* como multiplicidade fragmentada de corpos necessitados e excluídos" (*idem*: 41). Mesmo admitindo a existência de povos, plural que traz o conceito de "povo" ao referente étnico ou comunitário — referente extralinguístico de cariz sociológico — apontando-lhe a diversidade, a verdade é que, seguindo a linha desenvolvida por Agamben, o "povo", esse excluído, exibe a cisão entre o real e o simbólico fundador do político.

Sabemos que desde a Grécia Antiga, a democracia excluía da sua participação o escravo e a mulher. Donde *Povo* se torna uma purificação de *povo*, ou, para recorrer aos termos medievais citados por Agamben, o *popolo minuto* excluído do *popolo grasso* (*ibidem*: 43). De uma outra forma, Rancière questiona, também ele, o referente de *demos* como entidade homogénea e ubíqua (2014: 51). E, levando às últimas consequências uma ética do *demos*, desconstrói o sentido unificado das nossas democracias, considerando o poder do *demos* como arte da dissemelhança (*ibidem*). Isto é, a democracia estará sempre nessa cisão que exclui aqueles que não têm nome ou direito à palavra, assim impedidos da discursividade que a suporta. A democracia exige essa discursividade até para evidenciar aquilo que cala, a fratura nominal que cinde: "O *demos* é ao mesmo tempo o nome da comunidade e o nome da sua divisão, o nome do tratamento de um dano" (Rancière, 2014: 70). Daí que a democracia nunca esteja realizada, que esteja sempre em falta, sempre por cumprir.

Como vimos analisando, na génese deste conceito está a amplitude semântica do termo ou o seu recentramento diferencial. Assim, o conceito de *demos* — o "povo" — contém uma aporia. Aquilo a que Agamben chama oscilação, Rancière admite como um dissenso na "política do povo" (*ibidem*) pois, diz ele: "o povo é sempre mais e menos do que ele próprio". Há como que um desajuste, uma excentricidade desfasada da totalidade, um exorbitante que corresponde a uma falha silenciada no interior do conceito.

Eppure si muove, diríamos das democracias modernas, tal como Galileu disse da Terra. É nelas que se funda o espaço público da racionalidade argumentativa, fruto da distinção entre o público e o privado. A noção de público vem ancorar o povo a uma discursividade efetiva que exerce o poder democrático com base em juízos sancionatórios. Tal como Habermas o define, "o espaço público garante a perenidade da entidade coletiva democrática." (2023: 56). É nele que assenta o dispositivo de representatividade.

Na atualidade, a falência das democracias modernas, baseadas na representatividade e na soberania do povo, vem sendo denunciada por vários filósofos, desde R. Esposito a Y. Citton. A invasão de uma extrema-direita violenta e antidemocrática constitui uma viragem no sistema político democrático. E pior, já não é a democracia deliberativa, tal como Habermas a anuncia (2023), que prevalece sobre o sistema representativo, mas a própria falência do *demos*, seja ele povo ou público. Para tanto, dever-se-á atentar na função mediática que operou uma transformação do espaço público moderno. Não sendo a causa única, ela vem modificar a própria conceção de público, incoincidente, hoje, com o sujeito da racionalidade argumentativa.

Já em artigo de 2018, que condensa bem as suas teses, Roberto Esposito constatava a falência das democracias modernas e a necessidade de introduzir o conceito de pós-democracia. Crise de representatividade, crise de legitimidade e crise de soberania são os três pilares em que assenta o regime moderno da democracia. Esposito faz a genealogia desta falência, introduzindo a viragem biopolítica que a imposição da biologia como ciência veio trazer ao conhecimento no século XIX e consequente alastramento para o século XX: "estado político e estado de natureza enredam-se" (*ibidem*: 81).

Nada que não estivesse já lá, no conceito de nação. Mas a emergência moderna de uma biopolítica, segundo o autor, acontece com a emergência da biologia como ator político na seguinte tripartição: o género, a genética e a geração, como se, "a partir de então, o *kratos* da democracia já não devesse referir-se ao *demos*, mas antes a um *bios*, senão mesmo a um *ghenos*" (*ibidem*). Como se voltássemos à vida-nua pré-moderna, sobre a qual o soberano dispunha de inteiro poder. Dir-se-ia que só no interregno da modernidade a soberania foi assumida pelo povo, o *demos*, apesar da cesura que o funda. Com efeito, o surgimento do nazismo como um poder sobre a vida, que foi um poder de morte — morte industrializada, anonimizada e desumanizada —, poder do qual as democracias saíram enfermas, operou desde então a falência do sujeito político-jurídico. A análise do biopoder, ou antes, a análise à transgressão dos seus limites, é feita em *Bios* (2018a), onde Esposito nos adverte:

> Lá porque a biopolítica tenha experimentado no nazismo a mais terrífica forma de realização histórica, não quer dizer que tenha partilhado o seu destino autodestrutivo: ao contrário do que se poderia pensar, o fim do nazismo não significou de maneira nenhuma o fim da biopolítica (2018a: 209).

Talvez. Mas que é feito da cesura entre público e privado? Como se deu a diluição do público, entidade racional e ajuizante da modernidade? Esposito acrescenta à tripartição do *ghenos*, a emergência da ecologia como espaço do *oikos*, espaço do privado que assim se torna público. O autor refere essa mudança de paradigma que se traduz na abolição da distinção moderna entre público e privado. As três categorias constitutivas da democracia — a representatividade dos eleitores pelos eleitos, a identidade entre governantes e governados e a soberania do povo — adquirem um sentido bem diferente.

Tal viragem dá-se, paralelamente, nos processos de comunicação: da publicidade entendida como uma discursividade tornada pública, isto é, ato de publicitação, emerge a publicidade enquanto propaganda (política), que desvia definitivamente o espaço do debate argumentativo para as modalidades patémicas da manipulação.

Há que salientar que o termo "público", na modernidade, além de ser entendido numa topologia da *polis,* que assim o opunha a privado (Arendt), era entendido numa topologia da comunicação, como destinatário da imprensa, enquanto sujeito de uma capacidade de reflexão crítica e de distanciamento inerentes à especificidade do próprio *media* em questão.

A viragem atual operada no conceito de público consiste no apagamento do exercício do contraditório e no aparecimento de um esgrimir de confrontos corpo a corpo, de ordem afecional, em que a imagem física, os atributos biográficos, os *skills* desportivos, gastronómicos ou de *entertainer* e, mesmo, de humorista jogam um papel preponderante. Daí que Esposito admita: "Se a soberania se torna governamentalidade, a representatividade transmuta-se em representação, entendida no sentido teatral ou, melhor, televisivo." (2018a: 86). O público deixa de ser então a instância racional e argumentativa da modernidade, no sentido habermasiano, para coincidir com a audiência, isto é, com o público que assiste ao espetáculo

massmediático, deixando expandir aí as suas sensações emotivas. Também a identidade entre governantes e governados se torna numa espécie de relação entre *stars* massmediatizadas e seus fãs, numa viragem para a sociedade espetáculo já formulada por Guy Debord. A representatividade está para o público, na modernidade, assim como a representação (espetáculo) está para o público-audiências, na pós-democracia. A viragem dá-se do exercício do *logos* para a emergência do *pathos* como instância decisória.

A conclusão idêntica chega Citton, o filósofo francês especialista dos *media*, quando, em entrevista ao *Público*, refere: "no meio há um estrato, uma camada que são os *media*. Não nos vemos na *Ágora*, vemo-nos através dos ecrãs, da televisão, dos *smartphones*, etc." (Guerreiro, 2025). Aqui, a perspetiva de análise é o dispositivo mediático ou, diríamos, massmediático que, na modernidade, era assumido pela imprensa. Há, portanto, a par das viragens já constatadas, este deslocamento, da imprensa como *media*de distanciamento, para os ecrãs, seja da TV, seja dos dispositivos individuais ligados ao telemóvel. A ecranização da política torna-a espetáculo. Enfatizando, Citton alerta:

> Portanto, se são os públicos que fazem ganhar as eleições e se o que faz os públicos é a interação das pessoas com os *media*, então se não analisarmos e compreendermos a infraestrutura dos *media* não compreenderemos o que faz os públicos e não compreenderemos porque é que um partido ganha as eleições e outro partido as perde (*ibidem*).

Ora, não se trata só do dispositivo técnico em si, mas das incidências deste no meio onde se propaga e, ainda, na sua contextualização numa nova ecologia hipercapitalista. Para tanto, concorre a dimensão de imediaticidade que toma a informação na prótese telemóvel, onde a simultaneidade do acontecimento e a sua substituição constante por um outro ilidem o tempo de distanciamento e de reflexão crítica. Acresce, ainda, a mistura cada vez mais indistinta entre entretenimento e informação. A confusão dos géneros, a sua diluição, provoca a prevalência do primeiro sobre a segunda. O dispositivo mediático tem um papel a desempenhar, tal como o teve na criação das democracias modernas. Mas a natureza do dispositivo, a passagem da escrita à imagem que compreende a própria personalização *à outrance* dos atores políticos, desempenha um papel decisivo no quadro político da atualidade.

Citton é ainda mais perentório quando considera "o que é novo é que tanto o entretenimento como a informação são subsumidos pela publicidade" (*ibidem*), elegendo a configuração comercial do produto como o elemento preponderante, quer da informação, quer do entretenimento. A captura massmediática da democracia dá-se num ambiente de capitalismo global que transformou o público, quer crítico, quer espetador, em cliente. A discursividade inscrita no regime da publicidade formata o político no económico, passando a comunicação, da ordem da troca argumentativa para a ordem do consumo, troca de bens. O público — subentende-se consumidor — é, a partir de então, a figura onde desemboca a comunicação no quadro do hipercapitalismo. A emergência deste novo capitalismo, plasmado na globalização dos meios de produção, cujos atributos são diversos segundo as

autorias — cognitivo em Negri, por exemplo —, faz do consumo o *telos* de toda a sociedade, reduzindo a *demo-cracia* a uma *oikonomia*.

Conclusão nada original, é certo, mas que permite identificar a falência das democracias modernas: o conceito de povo desemboca no populismo como sua degenerescência. Entre um e outro, deu-se a viragem económica do sujeito político.

Referências bibliográficas

Agamben, G. (2002), *Moyens sans Fin — Notes Politiques*, Paris, Payot & Rivages, Poche.

Agamben, G. (1997), *Homo Sacer — le Pouvoir Souverain et la Vie Nue*, Paris, Éditions du Seuil.

Babo, M. A. (2012), "O poder da metáfora", em Yolanda Espiña (coord.), *Arte & Signo — Cadernos de Teoria das Artes*, série geral, 1, Porto, Universidade Católica Editora, pp. 3-15.

Burdeau, G. X. (1989), "Nation", *Encyclopeadia Universalis*, Paris, Ed. Encycolpaedia Universalis.

Citton, Y. (2025), "Nas eleições, aqueles que votam não são o povo, são os públicos", entrevista de António Guerreiro, *Público*, 1 de junho.

Cruz, M. T. (1985), "Língua e nação", *Revista Prelo*, 9, Diogo Pires Aurélio (org.), Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, pp. 35-44.

Deleuze, G. e Guattari, F. (2003), *Kafka — para Uma Literatura Menor*, Lisboa, Assírio & Alvim.

Du Fourmantelle, A., e Derrida, J. (1997), *De l'hospitalité*, Paris, Claude Lévy.

Esposito, R. (2018), "A nova linguagem política", em *Electra*, 1, Lisboa, Fundação EDP.

Esposito, R., (2018a), *Bios — Biopolítica e Filosofia*, Lisboa, Edições 70.

Fischer, S. R. (2002), *Uma História da Linguagem*, Lisboa, Temas & Debates.

Foucault, M. (1976), *Histoire de la Sexualité — 1 La Volonté de Savoir*, Paris, Éditions Gallimard/tel.

Gil, J. (1989), "Estado-nação", *Enciclopédia Einaudi — 14 Estado-Nação*, Lisboa, Imprensa Nacional casa da Moeda.

Habermas, J. (2023), *Espace Public et Démocratie Délibérative: un Tournant*, Paris, Gallimard.

Herder, J. G. (1987), *Ensaio sobre a Origem da Linguagem*, Lisboa, Antígona.

Humboldt, A., 1990, *Sobre a Diversidade da Estrutura da Linguagem Humana*, Barcelona, Anthropos.

Rancière, J. (2014), *Nas Margens do Político*, Lisboa, KKYM.

Ricoeur, P. (1969), *Le Conflit des Interprétations — Essais d'Herméneutique*, Paris, Seuil.

Rousseau, J.-J. (2023), *Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político*, Lisboa, Edições 70.

Écrans hors-sol et crises de l'espace-temps politique

Jean-Pierre Dubois
Professor jubilado de Direito Constitucional, presidente de Honra da Liga Francesa dos Direitos Humanos

A quoi les écrans font-ils écran aujourd'hui?

La communication instantanée à distance est devenue une évidence, en permanence à portée de main pour la majorité des êtres humains. Cette révolution technique a produit un bouleversement du rapport entre l'espace et le temps. Ce fut déjà le cas lors des irruptions de l'écriture, puis de l'imprimerie, mais cette fois la diffusion du choc a été infiniment plus rapide — moins de deux décennies pour l'essentiel — et plus globale — plusieurs milliards d'utilisateurs. Les rapports interpersonnels, mais aussi les rapports sociaux au sens large — rapports familiaux, économiques, culturels, politiques — ont été radicalement modifiés, du fait des percées techno-scientifiques, mais aussi des redistributions de pouvoirs qui les ont permises, accompagnées et exploitées.

Effets de démédiatisation, de fragmentation et de conditionnement aliénant: tout cela affecte autant l'échelle macro-sociale que la vie personnelle des individus. Dans une rétroaction réciproque, sont altérées à la fois, successivement et simultanément:

1. la conscience des réalités: le mot "virtuel" les masque massivement;
2. la capacité de se former un jugement par soi-même: la dépendance vis-à-vis de sources non vérifiables et crues aveuglément devient la norme statistique;
3. la maîtrise par chaque individu de sa propre identité: la captation des données personnelles et mémorielles est quasi inévitable pour le plus grand nombre;
4. le rapport aux autres dans l'espace public: la possibilité technique de communication interpersonnelle permanente et massive fait obstacle à la dimension collective de la socialisation;
5. la durabilité des interactions sociales: l'accélération, la précarisation et l'individuation gouvernent les nouveaux modes de mise en relation interindividuelle;
6. l'insertion dans des organisations ou institutions rendant durable l'action collective: le collectif et la durée sont perçus comme des menaces pour l'autonomie individuelle… alors que paradoxalement cette autonomie est

largement illusoire — le conditionnement par les GAFAM est infiniment plus efficace que la propagande d'antan, essentiellement parce qu'il est largement invisible et indolore.

Les crises de la représentation, et plus largement du Politique, s'insèrent ainsi dans un contexte plus global de désocialisation pilotée par le "doux despotisme" que craignait Tocqueville. Mais un aspect de cette multi-crise sociale, culturelle et politique a été dramatiquement sous-estimé: l'angle territorial.

Ce que le bouleversement des techniques de mise en relations, d'information et d'apprentissage entre les individus a transformé, c'est d'abord leur rapport à l'interaction fondamentale entre l'espace et le temps — ou plus exactement entre les espaces et les temps. Car les nouveaux modes de "communication" constituent des "espaces virtuels" décontextualisés, c'est-à-dire, des rapports à la fois largement "hors-sol" — indépendants du réel que vit chaque individu à un moment donné — et largement "hors-temps" — indépendants du cadre temporel dans lequel ces rapports interviennent.[1]

Concrètement, le passage dans le langage courant du mot "virtuel" (factuellement inexact si l'on prend le temps d'y réfléchir) et de l'opposition entre "réel" et "virtuel" (qui, elle, vend la mèche si là encore on prend le temps de l'interroger) signale un paradoxe fondamental:

— ce qui prétend être une "connexion" ("être connecté", "avoir du réseau") est le plus souvent une "déconnexion" — une mise à distance du réel, une sortie des contraintes spatio-temporelles que ce réel implique, comme si peu importaient les différences d'espace et de temps entre les individus qui interagissent;
— ce qui prétend être une "communication" (ce qui, étymologiquement, implique du "commun ") est dès lors souvent générateur "d'incommunicabilité" dès lors que les temps et les espaces sont différents et que cette différence est niée — le "en temps réel "recouvre une discordance des temps; le "[télé-] visio" masque une discordance des espaces et notamment une distinction entre les espaces selon leurs raisons d'être et leurs fonctions;
— ce qui prétend être "social" ("réseaux sociaux", "communautés", "amis", etc.) produit de la désocialisation, c'est-à-dire de la fragmentation — les "bulles" fabriquées par les algorithmes conditionnant l'accès aux messages qui produisent du "commun virtuel"- et de l'isolement — le "dire à distance" n'est en rien du "faire ensemble" et résiste mal au passage à l'acte.[2]

Or, "les faits sont têtus": le "hors-sol "et "hors-temps", qui prétend occulter les discordances spatio-temporelles, déstabilise profondément les identités et les capacités

1 Les guillemets s'imposent dans ce qui suit pour échapper à de trompeuses antiphrases.
2 En sens contraire, les souvenirs des mobilisations des Révolutions arabes de 2010-2011 (entre autres) ne sauraient être sous-estimés mais ne sont qu'un élément atténuateur au regard de l'ampleur des effets (inverses) de manipulation discrète.

de mises en commun. Il produit donc sans surprise de puissants *backlashes* à la fois identitaires — prétendument "réenracinants" face aux hydres "post-modernistes", "communautaristes", "wokistes", etc. — et autoritaires — prétendument "refondant du commun" face à l'individualisme libéral. "Prétendument", car bien sûr ces réactions "fondamentalistes / traditionnalistes" sont mensongères: le contrôle et le conditionnement des individus, qu'il ne s'agit nullement d'émanciper, n'y sont en rien allégés. Au contraire, les cas chinois et russe, au-delà d'évidentes différences, montrent assez que le "télécontrôle" des individus dans la société des écrans en réseaux s'y déploie avec encore plus de pesanteur aliénante.

L'aliénation produite par les solitudes numériques [1] explique, en grande partie, dans le champ socio-politique, les dynamiques "post-démocratiques" [2], dans lesquelles se réarticulent les puissances de conditionnement et de décision [3]. Or, les crises du lien social qui en résultent sont fortement territorialisées [4].

Solitudes numériques aliénantes

L'utilisation à haute dose des outils numériques individuels provoque un auto-asservissement générateur de perte de lien: le prétendu virtuel colonise la vie psychique et fait… écran à la fois au réel et aux autres.

Un flux incessant et massif de sollicitations submerge les capacités d'attention dans une servitude volontaire addictive, car plus ces sollicitations sont formatées pour rencontrer un profil personnalisé, construit sur la répétition des préférences, plus l'illusion de "se trouver" et de "partager" pousse à s'en remettre aux ornières algorithmiques: l'apparence d'un monde de choix illimités, figure paroxystique du "divertissement" pascalien, produit l'auto-asservissement.

Ce flux permanent de divertissement prétend combler un vide qu'en réalité il masque et accentue: isolement, recul des interactions anciennes (intergénérationnelles, éducatives / "transmetteuses", etc.), désenchantement profond par rapport aux espérances (mythiques au sens sociologique) de progrès et d'avenir commun.[3]

Mais l'aliénation n'est évidemment pas que psychique, car le numérique a envahi la vie réelle: il occupe une place énorme et massive (plusieurs heures par jour, et de plus en plus dès l'enfance) dans ce que l'on était convenu d'appeler le temps libre; il pèse de plus en plus lourd dans la concentration des pouvoirs liée à la concentration des données, et dans la course à l'abîme climatique. Le mot absurde "virtuel" recouvre d'immenses infrastructures bien réelles sous la coupe d'opérateurs mondiaux privés, qui en sont à construire de gigantesques centrales électriques pour alimenter leurs prétendus *clouds*, lesquels ne sont pas des nuages mais des hangars-usines.

Dans cette révolution anthropologique, les écrans omniprésents dans nos vies font… écran.

Écran d'abord avec le réel, lorsque l'addiction éloigne de pratiques physiquement et psychiquement nécessaires au développement humain — exercice

3 Plus de 50% des Franciliens vivent seuls…

physique, socialisation dès l'enfance, rencontres réelles avec des personnes différentes de son "profil".[4]

Écran surtout avec les autres, car l'individualisation des écrans (du téléviseur familial au téléphone portable multimédias) a fait faire à l'individuation un pas de géant, peut-être irréversible, qu'il s'agisse de loisirs, d'information, et fondamentalement d'échanges se substituant aux communications "en présentiel" — expression dont on sous-estime la signification et les implications.

Aliénations "post-démocratiques"

Fragmentation, dé-médiatisation, conditionnement, brouillages falsificateurs, évaporation du tissu social institué: les aliénations numériques ont de puissants effets socio-politiques,

La fragmentation est devenue systémique: chacun(e) étant protégé — à son insu — contre le (débat) contradictoire, les "bulles" "enfermantes se renforcent sans cesse, masquées par les "communautés "distantes "d'amis" que l'on n'a jamais rencontrés et avec qui on n'a rien fait de concret. L'apparence du commun recouvre le débranchement du collectif.

C'est que la dé-médiatisation est omniprésente: le prétendu *peer to peer* est piloté par les algorithmes choisis par les GAFAM, bien loin du rêve initial d'horizontalité du Net. L'impression de s'informer et se former par soi-même crée une illusion d'autonomie libératrice des corps intermédiaires de toutes sortes. Pourquoi faire confiance à l'apport d'années d'études pour faire autorité scientifiquement, alors qu'un tuto ou un clip absorbé en quelques minutes permet de croire tout savoir de source sûre? La dévalorisation touche alors non seulement les médiations politiques *stricto sensu* (partis, Parlements, etc.) et les anciens médias (ouvertement institués) mais aussi l'expertise des sachants, englobés dans la défiance qui frappe le "eux" lointain.

Or le recul de ces encadrements institutionnels, loin de favoriser la liberté de jugement, a fait place à des conditionnements au moins aussi — et surtout invisiblement — aliénants: tous les aspects de la vie individuelle peuvent être encadrés par des *coaches* et autres "influenceurs" auto-légitimés comme maîtres à vivre et à penser pour les "influencés", les bien nommés *followers* (mot qu'on se garde bien de traduire).[5] Or cette habitude psycho-sociale de suivisme se transpose en politique sous l'emprise des bateleurs autoritaires (Donald Trump, Javier Milei, Jair Bolsonaro, etc) à la fois manipulés et incontrôlés: les populismes sont construits autour d'*influenceurs politiques* vendeurs de kits idéologiques simplistes et clefs en main au bénéfice d'un ego charismatique.[6] Le chef tient lieu d'institution: ce n'est certes pas

4 L'illustration la plus concrètement visible est sans doute ici fournie par ces innombrables "néo-touristes" qui s'arrêtent, prennent un selfie et repartent sans rien avoir vu.

5 Prête-t-on encore attention à ce que dit vraiment ce qualificatif?

6 Leur surgissement est parfois sidérant: n'oublions pas la soudaineté du cas roumain de Calin Georgescu, certes utilisé par les services russes… mais utiliser une vague n'est pas la créer.

nouveau, mais la puissance du numérique à la fois massifié et fragmenté constitue un outil d'une efficacité sans précédent.

Cet outil permet, en effet, de pratiquer à très grande échelle le brouillage des faits, le mensonge pudiquement désigné comme "faits alternatifs" ou plus subtilement "post-vérité" (*sic*). Saturer en permanence les cerveaux des cibles d'un flot de provocations — complaisamment relayées chaque jour par les anciens médias craignant d'être mis hors-jeu —, c'est selon l'élégante formule du manipulateur d'extrême droite Steve Bannon "inonder la zone de merde", aveugler ces cibles et leur faire perdre toute boussole de lecture logique des faits et des stratégies. Il suffit pour cela d'utiliser les algorithmes de confirmation déterminant toute "information" sur les réseaux dits sociaux, puisqu'ils ont pour objet et pour effet de réduire à très peu de choses les espaces de confrontation et de contradiction, de doute et de recul critique, de délibérations nécessaires à la formation d'un jugement rationnel.

Toutes ces dynamiques — renforcées par le flux "communiquant" permanent qui substitue la bonne parole creuse aux actes, le bavardage proclamé "performatif" à l'action réelle — produisent une évaporation du "commun durable" et des espaces publics organisés: les lieux (politiques mais aussi juridictionnels…) de délibération collective rationnelle, laquelle a besoin de temps et exclut les *punchlines* simplificateurs, sont dévalorisés par la prime à l'immédiateté et aux *breaking news* spectaculaires. La *dés-institutionnalisation* qui en résulte rend alors volatiles, éphémères, les manifestations d'une aspiration au commun qui n'a pas disparu mais s'en trouve rapidement, faute d'institution de collectif durable, découragée ou démoralisée.

Réarticulation des puissances de conditionnement et de décision

Interdépendance accrue des pouvoirs publics et privés, réinvention des Empires, impuissance d'échelle démocratique: une reconfiguration géopolitique autoritaire est en marche.

Elle se nourrit d'abord de dépendances réciproques des puissances privées et publiques, au point que la distinction est de plus en plus poreuse voire impalpable.

C'est d'abord le cas entre puissances privées financières transnationales — acteurs dominants des marchés financiers mondialisés, actionnaires transnationaux — et gouvernants étatiques; les seconds se disputent les faveurs des premières notamment à coup d'avantages fiscaux, mais les premières ne pourraient se déployer ni sécuriser leurs investissements sans l'appareil d'Etat des seconds (déployant à la fois "politique de l'offre" et surveillances sécuritaires). Cette symbiose, qui certes n'est pas nouvelle, s'est démesurément accrue et mondialisée.

Il en va de même des rapports entre puissances privées de conditionnement (les GAFAM principalement) et ces mêmes gouvernants étatiques — ou interétatiques dans le cas de l'Union européenne: même si des normes et des régulations peuvent refléter tel rapport de forces variant d'un système politique à l'autre, au bout du compte aucun des protagonistes ne peut se passer de l'autre ni le maîtriser totalement.

La reconfiguration géopolitique est encore plus spectaculaire, moins dans un retour des empires que par l'ascension de néo-Empires.

Naguère encore les uns célébraient une fantasmatique fin de l'histoire par dissolution dans une société mondiale de marché, tandis que d'autres vouaient aux gémonies altermondialistes la mondialisation néolibérale qui ruinait le Politique dans cette même fin [marchande] de l'Histoire. Le réveil est brutal: le marché, avec ses extensions transnationales voire planétaires, ne dissout pas l'Etat, il le reconfigure -de préférence selon le modèle du NACA (Nouveau capitalisme autoritaire).

La Chine de Xi Jing Ping, où Elon Musk prospère sans difficultés, est loin d'être une exception: dans les "démocraties occidentales" (dans les USA de Donald Trump, mais aussi dans un nombre croissant de pays européens) comme dans des systèmes pluralistes parfois anciens (Inde de Narendra Modi, Argentine de Javier Milei), l'autoritarisme politique et le recul démocratique non seulement n'entrent pas en contradiction avec les logiques marchandes mais facilitent leur imposition brutale.

L'illusion du "doux commerce", d'un continuum passant de la libéralisation économique à la libéralisation politique, qui prévalait notamment chez un Bill Clinton lors de l'accès de la Chine à l'OMC, n'a pas résisté à la logique d'interdépendance entre les Etats et les réseaux financiers, commerciaux, communicationnels, etc: la symbiose public/privé accrue met les pouvoirs politiques au service de puissances technologiques, financières et économiques considérables et réciproquement pousse ces puissances à encourager des pouvoirs forts. Les réseaux ne démonétisent pas les Etats: ils les renforcent et s'entremêlent avec eux.

Dans ce jeu renouvelé, le recul démocratique ne peut surprendre. Car la démocratie suppose une sorte de jeu à trois entre puissances privées marchandes, pouvoirs publics wébériens et organisations instituées de citoyens à même de contrôler, réguler, puissances et pouvoirs, et de décider collectivement d'un avenir commun.

Or, ce jeu à trois, qui s'est historiquement construit dans les processus (certes imparfaits) de démocratisation, n'existe pas au niveau mondial, et trop peu au niveau de l'Union européenne. L'élargissement du champ du Politique réel — des pouvoirs effectifs — a donc dépassé les capacités d'organisation efficace de pouvoir citoyen.

C'est dire à quel point la (poly)crise démocratique est essentiellement territoriale.

Territorialisation des crises du lien social

Le déploiement spatial du recul des médiations politiques est à la fois une crise de croissance et une crise de régulation post-coloniale. Car la concentration des acteurs numériques dominants, qui a fait échec aux espoirs d'émancipation par le *peer to peer* numérique, produit des effets différenciés entre "Nord" et "Sud" mais fait partout reculer le commun et le démocratique.

L'expansion spatiale de la puissance du politique, qui a d'abord pris la forme des royaumes puis des empires, a aussi affecté, en partant du "local", la quête d'émancipation.

Alors que Montesquieu voyait encore dans la petitesse des Républiques antiques la condition d'existence de la démocratie, le saut libéral vers le niveau national a été réalisé à l'époque moderne en deux temps: garantie des droits et limitation du pouvoir à la fin du XVII^{ème} siècle en Angleterre, puis proclamation — du moins en paroles — de l'égalité en droits (naissance des USA puis Révolution française) et invention du fédéralisme à grande dimension avec les USA à la fin du XVIII^{ème} siècle.

Mais, au XX^{ème} siècle, la globalisation de plus en plus rapide des flux financiers et économiques n'a pas produit un nouveau saut territorial du libéralisme politique à l'échelle planétaire. Alors que la mondialisation des réseaux et des pouvoirs (financiers, numériques/conditionneurs, etc.) se déploie depuis des décennies, alors surtout que des outils de télécommunications instantanées, massive et spatialement illimitées sont devenus dans leur principe interactifs et non plus seulement descendants, la démocratisation de la mondialisation n'a en rien progressé.

C'est que la complexité des articulations d'intérêts, des arbitrages et des compromis — sans lesquels aucune démocratie même imparfaite n'est possible — augmente bien plus que proportionnellement à la taille (spatiale et surtout démographique) des territorialisations politiques. Débattre à plusieurs milliards de concitoyens reste utopique.

Mais, au moins autant qu'un blocage d'échelle, ce que nous traversons aujourd'hui est une crise post-coloniale de régulation. La limitation des concentrations de pouvoir induites par l'accumulation capitaliste et stimulées par les accélérations technoscientifiques a été longtemps rendue possible et partiellement efficace par la domination Nord-Sud qui permettait de consentir un compromis social avec les mouvements ouvriers/salariés dans le cadre d'un enrichissement post-colonial (en énergie, en matières premières et surtout en exploitation post-esclavagiste du capital humain). Mais la globalisation, balayant ces privilèges européens, a fait émerger de nouveaux rapports de forces: au Nord les "producteurs" (au sens des paroles de l'Internationale) se précarisent et se raréfient, tandis qu'au Sud la montée en puissance des productions et des pouvoirs ne peut donner lieu à des compromis sociaux faute de les fonder sur le dos de colonies ou post-colonies. Dès lors, les bases sociales et culturelles d'une démocratisation sont bien plus difficiles à établir.

De surcroît, on retrouve ici l'individuation des vies et des consciences, considérablement stimulée par le passage du modèle "production structurante des rapports sociaux" à celui de "course à la consommation sans satiété donc sans fin", et qui a littéralement explosé avec la dépendance aux écrans désormais tous individuels, écrans avec le réel — le "virtuel", déréalisation par mise à distance — et aussi, voire d'abord, écran avec les autres. Et comme la concentration surplombante des acteurs dominants a balayé les espoirs d'horizontalité dans une maîtrise collective des outils, le "passif / descendant" (*scroller* sans fin, des heures chaque jour, être "follower" d'influenceurs…) enferme chaque individu dans ce doux "despotisme" d'une dépendance solitaire, normée par le marchand, le publicitaire et la manipulation algorithmique.

Mais le temps ne s'écoule pas au même rythme dans tous les espaces: cette dynamique joue de manière très différenciée selon les territoires culturels et politiques.

Chez les ex-dominants du "Nord", le sentiment de déclassement — à la fois en tant que nation et sur le plan du statut social personnel de beaucoup — s'ajoute au deuil douloureux de l'idée de progrès, aux limites de la marchandisation systématique, et à la complexité des défis pour l'avenir de l'espèce. Le vide verbaliste des "éléments de langage" n'en est que plus insupportable, d'où le désenchantement, voire la rage, et l'attirance pour le simplisme volontariste.

Au "Sud", la globalisation ultra-libérale a dans un même mouvement produit des élites autoritaires et corrompues — les *compradores* indispensables à l'obéissance des exploités — et suscité des envies de revanches sur le Nord qui facilitent la tâche des entrepreneurs identitaires (nationalistes, religieux, etc.).

Les deux pôles de la tension Nord-Sud diffusent donc l'un et l'autre, dans des contextes pourtant fort différents, une préférence montante pour les *backlashes* autoritaires et identitaires.

L'impuissance à réguler les contradictions nées de la mondialisation globalisante, qui tout à la fois uniformise et fragmente, provoque ainsi dans un nombre croissant de pays, alors que la survie même de l'humanité n'a jamais autant nécessité de réponses communes, le triomphe du mensonge baptisé post-vérité, de la brutalité simpliste, de la fragmentation concurrentielle, xénophobe et discriminante. Cette montée en puissance de néo-Empires grands et moyens indique que, dans l'extrême rapidité de l'élargissement spatial du champ politique, le subjectif (choisi) a été submergé par l'objectif (subi).

Face à l'élargissement, à l'accélération et à l'abstraction croissante, qui dépossèdent de la capacité et de l'envie de croire en un avenir collectivement désirable, nous sommes pris dans une réaction de rétrécissement à la fois de l'espace symbolique du politique partagé -réveils nationalistes, identitaires, recul du supranational et de l'universel comme horizons d'adhésion — et des forums de construction de collectif — soit trop restreints spatialement, soit trop limités temporellement.

Régressions du commun et crise de l'émancipation: ce constat appelle à un renouveau des formes démocratiques de pensée, d'organisation et d'action qui permette de faire face à un contexte profondément renouvelé. Revivifier les rapports humains sans prétendre revenir sur la Révolution numérique; penser un commun / collectif compatible avec l'aspiration accrue à l'autonomie individuelle; construire un mouvement territorialement ascendant de démocratisation jusqu'à l'échelle planétaire: le défi est immense. Il n'est pas certain que, pour reprendre une formule célèbre mais datée, "l'humanité ne se pose que les problèmes qu'elle peut résoudre". Mais il n'est pas d'autre alternative à la déshumanisation.

As decisões institucionais lidas através do prisma dos vieses cognitivos

Damiano Azzalini
Ph.D. em Neurociências Cognitivas, Universidade PSL — École Normale Supérieure

Os vieses cognitivos

Como ex-investigador em neurociências cognitivas que estudou a tomada de decisões, tenho tendência a abordar o meu trabalho atual, como consultor em estratégias de investigação, inovação e ensino superior, sob a ótica do que aprendi sobre a cognição humana. Em particular, considero interessante analisar o papel dos mecanismos cognitivos nas escolhas relativas às estratégias e políticas gerais de organizações públicas.

A cognição humana realiza ações notáveis e complexas, como a capacidade de generalizar certos conhecimentos para contextos nunca antes encontrados, um desafio que permanece sem solução na criação de inteligências artificiais. Os mesmos mecanismos que permitem desempenhos tão notáveis às vezes geram julgamentos e decisões subótimas, ou mesmo prejudiciais. Os mecanismos cognitivos — automáticos e derivados da estrutura biológica do nosso cérebro — que geram essas decisões são chamados de *vieses* e têm sido objeto de ampla investigação experimental por parte de psicólogos[1], inicialmente, me de neurocientistas e neuroeconomistas, mais recentemente. [2]

Os vieses cognitivos são numerosos e frequentes. Um dos exemplos mais conhecidos é o "viés de confirmação", segundo o qual procuramos, interpretamos e nos lembramos mais de informações que confirmam as nossas crenças, enquanto tendemos a ignorar ou minimizar a importância das informações que as invalidam.[3] Este mecanismo tem consequências importantes na esfera da comunicação e da política, pois pode ser usado para criar bolhas informacionais, isoladas e

1 Tversky, A., e D. Kahneman (1974), "Judgment under uncertainty: heuristics and biases: biases in judgments reveal some heuristics of thinking under uncertainty", *Science*, 185 (4157), 1124-1131.

2 Glimcher, P. W., C. F. Camerer, E. Fehr, e R. A. Poldrack (2009), *Neuroeconomics: Decision Making and the Brain*.

3 Klayman, J. (1995), "Varieties of confirmation bias", *Psychology of Learning and Motivation*, 32, pp. 385-418. https://doi.org/10.1016/S0079-7421(08)60315-1.

impermeáveis a críticas e argumentos contrários, nas quais "encerrar" uma comunidade de indivíduos.[4]

Os vieses cognitivos podem, portanto, ser explorados para produzir comportamentos nos indivíduos. Para isso, é necessário agir sobre a arquitetura das escolhas, ou seja, sobre a forma como as alternativas são apresentadas. Essa abordagem, examinada por Richard Thaler e Cass Sunstein, entre outros, e batizada de "empurrãozinho" (*nudge*, em inglês), é utilizada hoje em diferentes áreas.[5] Por exemplo, nas práticas comerciais, manipula-se a atenção dos consumidores através de múltiplos dispositivos (colocação de produtos em locais de destaque; cartazes publicitários visualmente cativantes, etc.) para os levar a comprar determinados produtos em vez de outros. Nas prateleiras dos supermercados, isso traduz-se concretamente numa apresentação mais cativante de determinados produtos-alvo, para levar os clientes a considerá-los mais durante as suas compras.[6] Além da área comercial, as políticas públicas também utilizam esta abordagem para incentivar os cidadãos a agir no interesse comum (ou no que se considera ser esse interesse), por exemplo, para reduzir o consumo de energia ou aumentar a doação de órgãos. Uma abordagem consiste em tornar a opção que se deseja incentivar a opção "padrão", o que aumenta significativamente a escolha dessa opção. Assim, por exemplo, a doação de órgãos é apresentada como a escolha "padrão", a menos que se indique explicitamente o contrário. A hipótese subjacente é que o pequeno "esforço" associado ao ato de aceitar explicitamente a doação de órgãos — preencher um formulário e enviá-lo — desmotivaria os cidadãos que acabariam por não o fazer, mesmo que eles fossem favoráveis à doação de órgãos. No entanto, a validade desta abordagem foi questionada,[7] bem como a sua aceitabilidade moral.[8]

Conhecer o papel dos vieses e os mecanismos do seu funcionamento permite não só utilizá-los a seu favor (muitas vezes de forma invisível), mas também trazê-los à superfície, tornar esses automatismos visíveis e explícitos, a fim de tornar as tomadas de decisão mais conscientes e fundamentadas. Isso requer, muitas vezes, estar fora do processo de decisão para ter a distância necessária para detetar os mecanismos em ação e não ser afetado diretamente pelas consequências da decisão. Essa posição privilegiada é aquela em que me encontro quando acompanho os diferentes atores do ensino superior, da investigação e da inovação na definição das suas estratégias e na tomada de decisões.

---

4 Tappin, B. M., L. van der Leer, e R. T. McKay (2017), "The heart trumps the head: desirability bias in political belief revision", *Journal of Experimental Psychology — General,* 146 (8), pp. 1143-1149, https://doi.org/10.1037/xge0000298.

5 R. Thaler, e C. Sunstein, (2008), *Nudge: Improving Decisions about Health, Wealth, and Happiness*, Yale University Press.

6 Milosavljevic, M., V. Navalpakkam, C. Koch, e A. Rangel (2012), "Relative visual saliency differences induce sizable bias in consumer choice", *Journal of Consumer Psychology,* 22 (1), pp. 67-74.

7 Arshad, A., B. Anderson, e A. Sharif (2019), "Comparison of organ donation and transplantation rates between opt-out and opt-in systems", *Kidney International*, 95 (6), pp. 1453-1460

8 Para uma revisão da questão de saber se os nudges são uma abordagem moralmente aceitável, convido o leitor a consultar a abundante literatura científica sobre o assunto, por exemplo Schmidt, A. T., e B. Engelen (2020), "The ethics of nudging: an overview", *Philosophy Compass*, 15 (4), e12658.

A "inércia institucional"

Tenho observado frequentemente a dificuldade das instituições em reagir a um *statu quo* insatisfatório, o que pode ser chamado de "inércia institucional". A inércia é frequentemente baseada em vários fatores complementares (históricos, relacionais, políticos) que não pretendo analisar em detalhe aqui. O meu objetivo é, antes, chamar a atenção para o papel que os vieses cognitivos podem desempenhar na avaliação desses fatores e, consequentemente, na decisão final. Considerar o seu papel pode ajudar a esclarecer e orientar melhor a tomada de decisões institucionais. No restante do texto, apresentarei três casos em que havia uma certa relutância em analisar e agir sobre o *statu quo.* Esses três casos destacam diferentes vieses cognitivos e a forma como eles podem ter influenciado o processo de tomada de decisão.

Caso n.º 1 — Custos irrecuperáveis

O primeiro caso exemplifica um viés de decisão bem conhecido nas ciências comportamentais — o "viés dos custos irrecuperáveis" — segundo o qual se tende a continuar uma atividade que não é rentável,[9] porque já se investiu dinheiro ou esforços no passado.[10] Do ponto de vista estritamente lógico, qualquer escolha que busque obter o maior ganho deve-se concentrar apenas nos custos presentes e futuros, pois já não é possível agir e recuperar os custos passados. Imagine que um promotor imobiliário decide construir uma casa por 100.000 euros, que, de acordo com o seu estudo de mercado, poderá ser vendida por 150.000 euros. Depois de gastar 20.000e uros na sua construção, o contexto económico muda e a casa só poderá ser vendida por 70.000 euros. Como ator puramente racional, o promotor não deveria gastar os 80.000 euros adicionais para concluir a construção da casa, mas sim interrompê-la imediatamente, pois essa decisão produziria uma perda económica líquida (o promotor terá gasto 100.000 euros na construção da casa e terá um retorno de 70.000 euros, o que corresponde a uma perda de 30.000 euros).

No entanto, a escolha de interromper uma ação já iniciada não é o que acontece em muitos contextos. Pense, por exemplo, na inscrição que mantém ativa no ginásio, apesar de não ir com frequência suficiente e não obter os resultados esperados que justificariam essa despesa. Não a interrompe porque essa despesa provavelmente lhe permite manter uma certa narrativa sobre si mesmo ou talvez porque espera que a sua carga de trabalho diminua ao longo do ano e tenha mais tempo para se dedicar ao desporto. Estes casos são "essencializados" e, portanto, o viés é "fácil" de reconhecer. É claro que é muito mais difícil detetá-lo — e agir contra ele — quando os benefícios e os custos não são tão facilmente calculáveis, por exemplo, porque são de

9 Nas ciências comportamentais, as escolhas são frequentemente estudadas no contexto económico, pois são mais facilmente controláveis.

10 Staw, B.M. (1976), "Knee deep in the big muddy: a study of escalating commitment to a chosen course of action", *Organizational Behavior and Human Performance,* 16, pp. 27-44.

natureza diferente (vantagens estratégicas) ou misturam várias naturezas diferentes (apoio político, visibilidade, etc.).

Este cálculo difícil é semelhante ao de um conjunto de instituições de ensino superior que pretendiam desenvolver um projeto comum ambicioso para responder a uma oportunidade de financiamento do Estado. Este apelo incentivava as instituições (ou grupos de instituições) a desenvolver uma estratégia "diferenciadora" que enriquecesse — criando um valor distinto e reconhecível — o panorama nacional do ensino superior, da investigação e da inovação. O projeto que estas instituições desenvolveriam deveria, portanto, incidir sobre uma estratégia comum ou, no *mínimo,* sobre a criação de uma sinergia muito forte que expressasse essa "assinatura" única.

A vontade das instituições de se apresentarem em conjunto baseava-se em grande parte no histórico da sua cooperação: inicialmente no âmbito de um projeto de integração institucional (falhado e interrompido) e, posteriormente, no âmbito de colaborações flexíveis e pontuais relacionadas com interesses comuns específicos, como o reforço da sua visibilidade junto dos estudantes e de outras partes interessadas. Era, portanto, natural que este novo projeto representasse uma oportunidade para valorizar e concretizar os esforços passados que não tinham produzido resultados satisfatórios (custos irrecuperáveis) e tinham ligado as instituições sem, no entanto, produzir uma visão institucional comum.

Outro viés psicológico que pode explicar em parte em razão pela qual as instituições preferiram montar um projeto comum é o "efeito de exposição". Trata-se de um mecanismo psicológico que nos leva a preferir uma opção ou configuração conhecida em detrimento de outra desconhecida. No caso aqui apresentado, o facto de a colaboração entre as instituições estar estabelecida há anos transformava-a num ponto firme, uma referência, preferível relativamente a outras configurações alternativas.

O esforço de construir um projeto comum estava, no entanto, condenado ao fracasso, pois as instituições não eram complementares; pelo contrário, tinham missões e estratégias muito diferentes. Enquanto algumas delas tinham uma clara vocação para se posicionarem como referências científicas em determinados domínios de investigação, outras tinham como missão principal oferecer uma vasta gama de cursos de licenciatura para garantir a igualdade de acesso ao ensino superior aos estudantes que não desejavam — ou não podiam (por razões económicas, logísticas ou outras) — sair da região. Essa incompatibilidade estratégica flagrante permaneceu invisível aos olhos dos representantes institucionais até o momento em que, durante um seminário, eles foram levados a descrever, cada um por sua vez, as missões e estratégias das suas instituições e a ouvir as dos outros. A diversidade do que ouviram colocou-os diante de uma primeira evidência que ia contra o seu projeto comum.

A inviabilidade do projeto foi então confirmada por outro elemento, resultante de uma reflexão coletiva dos responsáveis institucionais. O exercício consistia em identificar as condições mínimas para um projeto comum estruturante e partilhado, abstraindo-se explicitamente das relações entre instituições e respetivo histórico. Escusado será dizer que nenhuma das condições identificadas estava reunida no projeto previsto.

Após esse momento de reflexão coletiva, todos os representantes estavam convencidos de que não fazia sentido continuar com tal esforço comum, independentemente do histórico de cooperação entre eles, e optaram pelo desenvolvimento de dois projetos. Um projeto visava o desenvolvimento de uma estratégia de ensino e investigação ao serviço do território; o outro visava a construção de um polo de investigação de referência a nível nacional (ou mesmo internacional) sobre um conjunto de temas específicos. Outras instituições envolvidas no processo decidiram não apresentar projetos. A tendência natural (o viés) para preservar uma cooperação longa e estabelecida, apesar de representar um custo irrecuperável, foi, portanto, descartada, assim como a sua invisibilidade cognitiva.

É interessante notar como a saída do *statu quo* (uma configuração que impedia o desenvolvimento das instituições) foi possível graças ao esforço feito pelos dirigentes institucionais para abandonar os automatismos e as perspetivas criadas pela familiaridade do contexto e para tomar distância em relação ao problema. Isso permitiu-lhes questionar o objetivo final de tal projeto e o seu alinhamento com as expectativas e objetivos das outras partes interessadas, em vez de permanecerem fixos nas compatibilidades e oportunidades oferecidas pelos elementos imediatamente visíveis.

Caso n.º 2 — A saliência

Enquanto no primeiro caso os dirigentes das instituições envolvidas enfrentaram o problema, o segundo exemplo mostra uma postura oposta: uma estratégia de fuga, que desvia a atenção para outro elemento, válido, sem dúvida, mas colateral.

Esta reação é muito comum e baseia-se num viés chamado de "saliência", segundo o qual os elementos mais salientes podem alterar a formação do julgamento, reduzindo o peso dos elementos mais relevantes para a escolha.[11] Uma experiência comum desse viés é a decisão de dar prioridade a certas tarefas em detrimento de outras durante um dia de trabalho. Muitas vezes, dedicamos o nosso tempo a tarefas proeminentes, por exemplo, as mais urgentes, mesmo que pouco importantes, reduzindo o tempo disponível para as mais importantes (e muitas vezes mais difíceis de abordar).

Essa mesma tendência pode ser observada nas atividades das organizações. Um episódio recente no qual participei mostra claramente esse mecanismo. Um governo territorial organizou discussões bilaterais com diferentes instituições de investigação e ensino superior que financia. As discussões tinham como objetivo incentivar as instituições a trabalhar em aspetos das suas atividades que beneficiariam a competitividade científica do ecossistema como um todo: o estabelecimento de colaborações mais densas com outros atores territoriais; uma maior sinergia com as empresas do território; uma maior proatividade na busca de outras fontes de

11 Bordalo, P., N. Gennaioli, e A. Shleifer (2022), "Salience", *Annual Review of Economics*, 14 (1), pp. 521-544.

financiamento para reforçar a sua autonomia estratégica. As discussões foram precedidas por uma apresentação que tinha como objetivo mostrar o posicionamento de cada instituição neste ecossistema, analisando: o seu perfil temático de investigação (as questões científicas em que a instituição trabalha); a sua capacidade de captar financiamentos competitivos; as suas colaborações com outros atores territoriais.

Embora tematicamente crucial para a riqueza do ecossistema e essencial no seu papel de veículo para a transferência de conhecimentos e tecnologias para o tecido produtivo local, uma dessas instituições tinha uma capacidade demasiado fraca para atrair financiamentos competitivos, especialmente europeus. Isto era visto como um obstáculo à sua autonomia estratégica e à sua visibilidade internacional. Apesar do alcance dos elementos críticos apresentados, os dirigentes dessa instituição concentraram toda a sua atenção — e o tempo do debate com o poder público — na crítica das imprecisões relativas ao seu perfil científico, sem abordar os elementos mais problemáticos relativos à sua fraca competitividade e visibilidade internacional. A atitude dos dirigentes da instituição demonstra bem a força do viés de saliência, que, durante uma discussão, nos leva a considerar mais os elementos que nos afetam particularmente (uma falsa representação dos nossos atributos e, consequentemente, da nossa identidade) em detrimento dos verdadeiros elementos centrais para o avanço da discussão.

Esta postura defensiva impediu um verdadeiro diálogo estratégico (e político) de fundo entre as duas partes, que poderia ter conduzido a uma interpretação consensual da análise e a uma visão partilhada para o futuro. Uma oportunidade perdida como esta, que pode até ser interpretada como uma prova da impossibilidade de discutir de forma produtiva, corre o risco de se traduzir numa dinâmica desfavorável para a instituição no futuro. O financiador público poderia, por exemplo, determinar unilateralmente os financiamentos futuros, justificando as suas escolhas com base em indicadores selecionados de forma unilateral, sem passar por uma fase de diálogo.

Este segundo caso evidencia uma postura de governança da instituição diametralmente oposta à descrita no primeiro caso: a dificuldade em tomar distância da discussão e a adoção, ao contrário, de uma abordagem defensiva que mobiliza elementos "identitários" da instituição e que se transforma numa oportunidade perdida de negociação.[12] Este caso também ilustra a importância de outro aspeto: a comunicação. É fundamental conceber cuidadosamente a estrutura e os elementos que se deseja mobilizar numa discussão, quando esta diz respeito a assuntos sensíveis. Comunicar bem as premissas, o âmbito e o objetivo da discussão (por exemplo, o facto de os argumentos apresentados terem como objetivo fornecer um ponto de partida para uma reflexão comum, com vista a serem melhorados e corrigidos num processo de compreensão mútua), bem como a ordem e a ênfase dada aos diferentes argumentos, são pontos essenciais a ter em conta para não desencadear mecanismos automáticos de proteção.

---

12 Foster, C., J. Mansbridge, e C. J. Martin (2015), "Negotiation myopia", em J. Mansbridge e C. J. Martin (eds.), *Political Negotiation: a Handbook*, Brookings Institution Press.

Caso n.º 3 — Viés de omissão e autocomplacência

O último caso pode ser interpretado como dois vieses distintos. Por um lado, o viés chamado "de omissão", que consiste em subestimar um resultado negativo gerado pela inação, em relação ao mesmo resultado negativo causado por uma ação.[13] Por exemplo, muitas pessoas consideram mais graves os riscos induzidos pelos efeitos da vacinação do que os riscos causados pela sua omissão.[14] O segundo viés é o viés de "autosserviço" (em inglês, *self-serving bias)*, que consiste em atribuir o sucesso de certas ações a qualidades pessoais e o fracasso a causas externas.[15] Um exemplo paradigmático é a atribuição da derrota de uma equipa a uma má arbitragem, em vez de a atribuir ao mau desempenho dos jogadores ou às más escolhas do treinador. Este viés permite manter uma certa imagem positiva de si mesmo e não abalar a autoconfiança. Foi demonstrado que indivíduos com psicopatologias relacionadas com a depressão e ansiedade têm um viés de autosserviço muito menor do que indivíduos saudáveis.[16]

Recentemente, deparei com a combinação destes dois vieses durante discussões com a presidência de uma fundação de investigação cuja missão é traduzir os resultados e as competências provenientes de atividades de investigação científica em inovação. Há muito tempo que um dos membros fundadores desta instituição — e seu principal financiador — questionava o posicionamento e o valor acrescentado da fundação. Questionava nomeadamente o facto de as áreas temáticas em que operava serem as mesmas das universidades presentes no território, e ainda por cima com uma especialização menor. O financiador também salientava o facto de a fundação ser pouco visível e reconhecível. Embora estas constatações fossem corretas, elas deviam-se a uma escolha estratégica: orientar as atividades para o contexto local, constituído por pequenas e médias empresas que necessitavam desta transversalidade temática para integrar as tecnologias e os processos mais inovadores nas suas atividades. Este posicionamento estratégico não era claramente visível do exterior e não tinha sido objeto de uma análise ou reflexão fundamentada que o corroborasse.

A presidência da fundação estava convencida da necessidade de iniciar tal processo de análise, mas ainda havia uma certa relutância. Essa relutância pode ser explicada em parte através do prisma dos vieses apresentados anteriormente. Um processo de análise estratégica profunda é sempre um exercício delicado: pode revelar que certas atividades ou modos de funcionamento são difíceis de justificar

---

13 Ritov, I., e J. Baron (1990), "Reluctance to vaccinate: Omission bias and ambiguity", *Journal of Behavioral Decision Making*, 3 (4), pp. 263-277.

14 Meszaros, J. R., D. A. Asch, J. Baron, J. C. Hershey, H. Kunreuther, e J. Schwartz-Buzaglo (1996). "Cognitive processes and the decisions of some parents to forego pertussis vaccination for their children", *Journal of Clinical Epidemiology*, 49 (6), pp. 697-703.

15 Bernstein, W. M., W. G. Stephan, e M. H. Davis (1979), "Explaining attributions for achievement: a path analytic approach", *Journal of Personality and Social Psychology*, 37(10), p. 1810.

16 Mezulis, A. H., L. Y. Abramson, J. S, Hyde, e B. L. Hankin (2004), "Is there a universal positivity bias in attributions? A meta-analytic review of individual, developmental, and cultural differences in the self-serving attributional bias", *Psychological Bulletin*, 130 (5), p. 711.

numa estratégia coerente, colocando a governança diante da escolha crítica de aceitar as incoerências ou assumir as consequências (muitas vezes difíceis) ao mudar a sua estratégia. Portanto, é mais fácil — eis o viés de omissão — aceitar passivamente um funcionamento deficiente do que enfrentar escolhas difíceis decorrentes de uma abordagem ativa. Além disso, as escolhas difíceis de fazer seriam mais aceitáveis se fossem impostas por um agente externo independente — o financiador, com a sua falsa perceção da fundação — em vez de derivarem de uma falha interna (viés da autocomplacência).

Após meses de discussões preparatórias para estruturar essa reflexão, a presidência da fundação acabou por adiar esse exercício para um futuro próximo, cedendo à influência destes vieses. Embora seja difícil saber se uma abordagem ativa de análise e implementação teria alterado o resultado final, o financiador acabou por tomar unilateralmente a decisão de reestruturar a fundação, integrando-a numa das duas universidades, o que implica uma transformação forçada da sua estratégia, posicionamento e organização (com consequências graves em termos de recursos humanos).

De forma semelhante ao segundo caso, este caso sublinha a importância de qualquer organização saber aproveitar ou criar — com a devida temporalidade — oportunidades de reflexão conjunta com as suas partes interessadas. Estas oportunidades são elementos essenciais para a construção e preservação da "agentividade" estratégica das organizações. Com efeito, pude observar frequentemente que o mau uso destas oportunidades catalisa a reação oposta do ator com mais poder.

Alguns elementos para uma reflexão estratégica útil

Os casos descritos acima ensinam-nos alguns elementos que permitem abordar questões estratégicas de uma forma útil. Em primeiro lugar, a capacidade dos decisores de adotar uma perspetiva diferente, que permite separar e analisar bem o cerne do problema, os interesses e as preocupações imediatas. Isso é frequentemente possível graças a uma reflexão que permite considerar cenários extremos ou absurdos e contrastá-los com a configuração atual para destacar os seus aspetos mais problemáticos. O segundo elemento diz respeito à capacidade e à liberdade de fazer as perguntas difíceis (às vezes incómodas) que surgem durante o exercício de análise.

Tal postura é ainda mais difícil quando se ocupa o cargo de decisor e se deve manter o delicado equilíbrio entre os interesses das diferentes partes interessadas — e, em particular, os interesses dos membros internos da instituição que permitem a legitimidade e o exercício do poder do decisor — e uma estratégia institucional sólida. Duas ferramentas podem ajudar a compreender os parâmetros desse equilíbrio delicado. Por um lado, o conhecimento e a compreensão profunda da história dos factos e das escolhas que levaram ao estado atual. Conhecê-los pode permitir identificar as alavancas e as barreiras sobre as quais agir. Por outro lado, o conhecimento dos automatismos cognitivos (e, portanto, também dos vieses cognitivos) subjacentes à formação de julgamentos e decisões, que podem fornecer

indicações úteis sobre como e quando apresentar certos tipos de argumentos (ou quando evitá-los) para orientar a reflexão.

Tomar decisões acertadas é uma tarefa extremamente difícil, na qual intervêm vários fatores, mais ou menos controláveis. O que se pode tentar, no entanto, é decidir da melhor forma, ou seja, facilitar um processo de decisão sólido. Testar a solidez das razões subjacentes às nossas preferências e identificar os automatismos cognitivos que as podem gerar permite abordar os aspetos cruciais das decisões — muitas vezes os mais difíceis e interligados em várias camadas de história, interesses e não ditos — e não os mais visíveis e superficiais.

Democracia: liberdade de criação e criação de liberdade

Miguel Serras Pereira
Poeta, ensaísta e tradutor

A construção da democracia visa a criação da sociedade autónoma, nos termos em que nos propõe Castoriadis. Ou seja, a criação de uma sociedade que se dá como lei fundamental dar-se as suas próprias leis, sabendo que o faz, livre e responsavelmente, por sua conta e risco próprios. Por isso, a democracia pressupõe também a autonomia de indivíduos capazes de cidadania plena ou governante, que participem em pé de igualdade nas deliberações e decisões da existência comum. Com efeito, liberdade e igualdade implicam-se circularmente no exercício da cidadania governante daqueles para os quais só a sua condição de governantes pode legitimar a sua simultânea condição de governados.

Tentemos explicitar um pouco mais estes pontos de partida. A democracia — parafraseando e precisando a formulação célebre que a define como o "governo do povo pelo povo e para o povo" — é o governo dos cidadãos comuns pelos cidadãos comuns e para os cidadãos comuns. É o regime em que os cidadãos governados são, ao mesmo tempo, os seus próprios governantes ativos e regulares, sendo o poder político exercido pelas suas assembleias e pelos magistrados — sorteados ou, em sendo esse o caso, eleitos para cargos que requeiram competências especializadas — que aqueles instituem na lei fundamental que se tenham fixado. Os cidadãos poderão eleger delegados para determinadas funções e órgãos do seu governo, mas estes deverão permanecer responsáveis perante os seus eleitores e vinculados pelo mandato que deles receberam. A cidadania governante implica, circularmente e em simultâneo, a democratização e a desprofissionalização da política.

Com efeito, a cidadania democrática e a política profissional ou a "classe política" especializada tendem necessariamente a excluir-se. A política democrática abre, além da especialização profissional e das diversas competências particulares, um domínio não profissional, que é o da organização explícita da sociedade e da deliberação sobre ela, em que, ao contrário do que se passa noutras esferas, ninguém é de direito superiormente qualificado ou autorizado. O que tem por pressuposto que promova também qualquer coisa como, para o dizermos nos termos de Hannah Arendt, um tipo de reflexão não profissional, que, não se confundindo com a filosofia especializada, é condição de toda a interrogação filosófica e crítica, tal como esta pode exercer-se a propósito de todos os fazeres e saberes, e tal como,

para tornar possível a cidadania governante de que é solidária, terá de exercer-se sobre o governo da cidade, sobre os seus usos e costumes, movimentos e tensões.

Este espaço público de decisão e autonomia, pressupondo e promovendo a capacidade individual de reflexão autónoma e crítica de cada cidadão, condena à partida enquanto antidemocrática a formação de uma classe política profissional, bem como, noutra ordem de ideias, a ideia de uma política científica, ou da invocação de um saber ou doutrina como mecanismo de legitimação de uma divisão hierárquica do poder.

Em democracia, a divisão do trabalho político deixa de confirmar e reproduzir a divisão política do trabalho, pois deixa de passar, entre os cidadãos, pela oposição entre governantes e governados, e, na medida em que seja possível falar ainda dela, refere-se à dupla e simultânea condição de governante e de governado que caracteriza os cidadãos que, participando igualitariamente na definição das leis, por elas são, também universalmente, vinculados.

É verosímil que uma classe política mais competente e profissionalizada poderia talvez tornar as medidas da administração mais eficazes do que são, mas não as tornaria mais democráticas. Pelo contrário, qualquer maior eficácia do poder político que se baseie no reforço da sua divisão hierárquica e afaste a cidadania da sua vocação / dimensão governante equivale a um reforço da dominação. A ideologia da competência e da profissionalização da política é um caldo de cultura antidemocrático por excelência.

Mas, na atual sociedade, a própria classe política tende a dispor de cada vez menos poder político real em benefício de instâncias e agentes que se apresentam como simples portadores das exigências da economia e das técnicas e métodos de racionalização correspondente. É por isso que a democratização do poder político e a criação de um espaço público de deliberação e decisão da cidadania governante não exige apenas a extinção da política como atividade profissional exercida por um corpo especializado, mas também a restituição explícita à esfera da deliberação e decisão democráticas regulares a instituir do poder político exercido na esfera económica.

A organização económica é política, e politicamente articulada de um extremo a outro, como, de resto, os próprios pensadores clássicos da matéria sabiam, chamando "economia política" ao objeto que se propunham estudar. Deste modo, no momento em que a dimensão política explícita e os que dela se ocupam aceitam ser telecomandados por aquilo a que chamam a objetividade ou a racionalidade ou a necessidade da economia, esta última esfera passa cada vez mais a ser, em vez de sua intendência, o lugar central do poder político efetivo, enquanto a classe política se vê tendencialmente reduzida a uma espécie de direção do pessoal, à escala da sociedade gestorialmente concebida.

Tanto deveria bastar para nos darmos conta de que só por abuso de linguagem e do recurso a sofismas evidentes se torna possível, adotando o discurso dominante, falar de "democracia representativa". Com efeito, a democracia requer que a célebre divisa da Revolução Americana — não à tributação ou imposição sem representação — seja substituída por outra: não ao governo sem participação governante do conjunto dos "iguais" ou governados. É verdade que as instituições

representativas e a instauração do sufrágio universal foram meios que permitiram limitar a arbitrariedade do Estado e do poder dos grupos dominantes, e que ainda hoje podem fornecer recursos defensivos frente aos regimes ou projetos de regime que se baseiam na absolutização do poder do Estado. Mas não é menos verdade que são também mecanismos de segurança que garantem a exclusão dos cidadãos comuns do exercício regular e permanente do poder político, da deliberação e decisão das leis e medidas que os governam nos diversos domínios da vida coletiva.

Assim, a representação, consistente na redução da participação dos cidadãos comuns no exercício do poder à eleição periódica, de tantos em tantos anos, de uns quantos deputados e magistrados, é, essencialmente, um princípio oligárquico e classista, contra o qual a democracia só pode afirmar o princípio da igual participação no exercício do poder pelos cidadãos, o primado da sua atividade governante. Porque, se é verdade que a participação pode ser dependente, arregimentada, cúmplice da hierarquia e / ou dos grupos dominantes, não é menos verdade que sem participação não há democracia.

O carácter antidemocrático do "governo representativo" agrava-se quando, como é o caso em Portugal e noutros lugares, a regra é não só que os cidadãos sejam forçados a não governar, escolhendo quem o faça acima deles, mas, mais ainda, forçados a limitar a sua escolha a listas de candidatos apresentadas por partidos, passando os representantes a estar vinculados mais ao mandato dos partidos do que àquele de quem os elegeu. Trata-se de uma fórmula que, ao mesmo tempo que reduz ainda mais o alcance da participação simplesmente eleitoral, corrompe também o que, num regime democrático, poderia ser o papel dos partidos — ou seja, de associações de pertença voluntária que animassem o debate e a atividade de proposta entre os cidadãos governantes, sem, todavia, governarem em vez deles ou serem canais obrigatórios da ação política.

Se a democracia implica a legitimidade de organizações de cidadãos que intervêm e propõem iniciativas, implica também não, por certo, a proibição dos partidos ou formas de expressão organizadas por grupos de cidadãos interessados em dar a conhecer as suas opiniões e propostas aos demais, mas, sem dúvida, a transformação radical das formas de organização existentes ou a criação de novas formas de associação política que nos permitam operar a substituição do voto em partidos comandados por políticos profissionais pela eleição de delegados, com partido ou sem ele, que mandatemos, possamos regularmente revogar segundo procedimentos simples e claramente definidos, e sejam responsáveis perante os eleitores, e não perante partidos cuja "representatividade" é inversamente proporcional à participação e à assunção das responsabilidades governantes pelo comum dos cidadãos. Trata-se, em suma e para simplificar, de substituir o voto que esgota e exclui até à convocação de novas eleições gerais a participação governante pelo voto que reforça e traduz essa participação permanente, que é uma das condições do exercício democrático do poder.

Acresce que os atuais "governos representativos" e os seus diversos órgãos de exercício oficiais estão longe, cada vez mais longe, de ser as únicas instituições efetivamente governantes. Boa parte do poder político, se entendermos por este o poder de editar normas e tomar decisões que vinculam o conjunto dos cidadãos, é

exercido à margem dos representantes eleitos e das magistraturas políticas explícitas, na esfera decisiva dita da "economia".

Assim, a repolitização explícita desta — tanto ao nível macro do planeamento e orientações estratégicas, como ao nível da empresa e do trabalho quotidiano — é uma condição necessária e primeira da autonomia democrática. Com efeito, sendo a economia uma instância determinante no governo das nossas vidas de homens e mulheres comuns, não há democratização possível do exercício do poder, que não tenha desde o início de começar a transformar essa mesma economia. Esta democratização da economia tem vários níveis, sendo indispensável reiterar, na esteira de Castoriadis, que implica, nomeadamente, a democratização dos rendimentos e do mercado; a democratização das relações de poder no interior das empresas ou organizações; a democratização da decisão dos objetivos gerais e planeamento da atividade económica, etc.

Trata-se, na realidade, de um ponto de importância capital, uma vez que, embora não saibamos talvez o que seria a democratização da economia, sabemos que sem ela não há democratização efetiva do poder político, pois boa parte deste é hoje exercido na esfera económica, e, mais ainda, a componente "direção da economia" tende a primar cada vez mais no governo efetivo da sociedade sobre a parte que cabe ao aparelho de Estado propriamente dito. Assim, seria talvez preferível falarmos, não tanto do poder político e do poder económico da oligarquia governante, como de um poder político oligárquico que se exerce ora sob a forma da organização hierárquica da economia, ora sob a forma de controlo dos aparelhos do Estado.

Espero que lembrar aqui estas condições necessárias do projeto de autonomia da cidadania governante possa contribuir como proposta preliminar de uma plataforma democrática digna desse nome, que venha a ser capaz de começar a reunir gente vinda de grupos e horizontes diversos e cujas antecipações dos conteúdos substantivos de uma sociedade autónoma permanecem abertas ao debate. Não é que a ideia de democracia que tentei precisar seja neutra ao nível das conceções do mundo ou que os conteúdos substantivos, os investimentos da vontade, os objetivos visados pelos que se identifiquem com o projeto de democratização não sejam importantes. Efetivamente, quem quer a liberdade de decidir em pé de igualdade com todos os outros do governo das dimensões comuns ou coletivas da sua própria existência quer essa liberdade em vista de alguma coisa a que poderíamos chamar aristotelicamente as condições de uma *vida boa*. O que penso é que essa questão essencial e múltipla só pode ser plenamente posta e indefinidamente retomada por todos e cada um daqueles a quem diz respeito através de uma ação de democratização instituinte cujos critérios e princípios organizativos procurei resumir.

O ponto que me importa marcar não é o do relativismo, mas o da criação. A "vida boa" não pode nem deve ser concebida como um estado de coisas final ou, menos ainda, como uma fórmula científica estatalmente decretada, mas como um fazer quotidiano, que quotidianamente se interroga e explicita, mantendo-se interminavelmente em aberto à posição de novos fins, imaginados, criados e propostos a partir das encruzilhadas comuns dos nossos trabalhos e ócios dos nossos dias. Tal é a conceção em ato da "vida boa" que anima a vontade de democracia como liberdade de criação e criação de liberdade.

A vida quotidiana segundo Henri Lefebvre

Teresa Vasconcelos Sá
Ph.D. em Sociologia do Trabalho

> É no quotidiano que [as pessoas] ganham ou não ganham a sua vida,
> num duplo sentido: não sobreviver ou sobreviver, sobreviver somente
> ou viver plenamente. É no quotidiano que se frui ou sofre. Aqui. E agora
> Henri Lefebvre (1968),
> *La Vie Quotidienne dans le Monde Moderne*

Como definir vida quotidiana?[1] A sua magia, tragédia e aleatório tornam-na um objeto difícil de explicar através do pensamento racional.[2] No entanto, não é possível analisar a sociedade sem refletirmos sobre ela.

Mas ao mesmo tempo que é difícil defini-la, é fácil para cada um de nós falar sobre o que faz no dia a dia. A sua cadência e ritmo oferecem-nos o futuro que ainda não é, mas que já nos acompanha. E depois, tudo à nossa volta nos é tão familiar: as ruas, o café, o empregado, as caras no metro, autocarro, a pequena loja de esquina… esta familiaridade com o outro que desconhecemos, sendo falsa, é ao mesmo tempo muito acolhedora, tranquiliza-nos. A vida quotidiana contém um ritmo repetitivo, há nela uma temporalidade que nos prende e que raramente temos capacidade ou coragem para alterar: casa-trabalho-casa, muito duro para muitos.

Por vezes ouve-se um grito!

Uma família que vivia na Margem Sul, mãe-pai-dois filhos, apanhava todos os dias o barco para o Terreiro do Paço e todos os dias carregava grandes sacos com as panelas do almoço. Um dia, a mãe levantou-se e deitou as panelas ao rio.

E como desmontar esta banalidade do quotidiano em que tudo tem de ser assim… como se nós não tivéssemos nada a dizer? Henri Lefebvre defende que é a arte e o humor que melhor o fazem.[3]

---

1 Henri Lefebvre publica em 1947 o primeiro volume de uma trilogia intitulada *Crítica da Vida Quotidiana*; em 1961, *Critique de la Vie Quotidienne II*; em 1981,*Critique de la Vie Quotidienne III*. Neles analisa a vida quotidiana enquanto um objeto simultaneamente científico e político.

2 Lefebvre, Henri (2014a[1962]), *Critique de la Vie Quotidienne II — Fondements d'Une Sociologie de la Quotidienneté*, Paris, L'Arche Editeur.

3 Lefebvre, Henri (2014b[1981], *Critique de la Vie Quotidienne III — De la Modernité au Modernisme (pour Une Métaphilosophie du Quotidien)*, Paris, L'Arche.

Em *Mon Oncle,* comédia para adultos e crianças, é genial a maneira como Jacques Tati põe a ridículo o "modo de vida moderno", mostrando a ligação entre uma certa organização do espaço e a vida quotidiana. E é também no cruzamento da vida quotidiana com o espaço urbano que Lefebvre encontra os dois elementos-chave para compreender a sociedade contemporânea: "Um espaço não é senão a inscrição no mundo de um tempo".[4]

O filme passa-se em França, 1958, no período em que a industrialização e a urbanização avançam juntas — as cidades crescem como uma macha de óleo ao mesmo tempo que se constroem as fábricas e as "cidades novas", e que vão desaparecendo os bairros antigos.

Os protagonistas são duas casas e a rua. A *villa* Arpel ultramoderna, idealizada na altura e agora real, e a casa de M. Hulot, o tio, à qual só falta falar e que os mais velhos ainda encontram na sua memória. A *villa* Arpel corta a rua com um muro alto cinzento escuro, não se vê para dentro, não se vê para fora. Mas no último andar há dois "óculos" que observam. É geométrica, silenciosa. Da garagem sai um carro…

A casa do tio, continua a rua e dá para um pátio, um mercado, café, pessoas, cães, cavalo, campos abandonados. O tempo, o ritmo lento dos dias é-nos dado pelo varredor que ora conversa com quem passa, ora varre. A rua é labiríntica, barulhenta. Dela sai um homem com um chapéu, cachimbo, gabardine e o saco das compras.

M. Hulot pega na mão do sobrinho e leva-o para o seu bairro onde há cães à solta, uma carroça com um cavalo, uma bicicleta, e outras crianças na rua com quem ele brinca.

Sem rua não há cidade (Lefevbre, 2014a).

A maneira como cada um de nós vive a vida quotidiana tem uma relação profunda com o teatro e o jogo.[5] Os diferentes "papéis" que "representamos" no dia a dia: filho, pai, cliente, aluno, trabalhador, amigo, e assim por diante… tornam-nos atores de uma peça cujo guião já está escrito (Erving Goffman, Peter Berger), e cujos papéis interiorizamos desde que nascemos. Esta familiaridade com o quotidiano torna difícil tomarmos consciência dele. É sobretudo nos momentos de rutura, de mudança, que o pomos em causa e percebemos com mais ou menos sofrimento que não fomos nós a escolher o caminho.

Voltando à arte que nos permite muitas vezes desmontar o quotidiano, *O Estranho Caso do Dr. Jekyll e de Mr.Hyde* de Robert L. Stevenson é um livro surpreendente pela maneira como o autor nos mostra um quotidiano aparentemente muito banal mas que simultaneamente nos inquieta. A sua escrita leva-nos a um quotidiano tranquilo no final do século XIX, de uma burguesia culta e rica, com belos jantares entre amigos, passeio pela cidade ao domingo, conversas com um inteligente interlocutor, belos *maples*, a lareira acesa e um bom vinho; mas tudo isto é acompanhado por uma inquietação que sentimos logo no início do livro, com a história contada pelo notário e uma porta que abre não sabemos para onde. Há um

4 Lefebvre, Henri (2001[1970], *Du Rural à l'Urbain*, Paris, Anthropos, p. 224.

5 Lefebvre, Henri (1958[1947]), *Critique de la Vie Quotidienne I*, Paris, L'Arche Editeur.

mistério que nos aproxima primeiro de um romance policial, ou da descrição de uma chantagem, em que a fronteira entre o bem e o mal é clara. Mas, à medida que vamos lendo o livro, damos conta de qualquer coisa muito mais aterradora, fantástica, impossível, que nos leva ao mesmo tempo a desmontar a aparente evidência e a racionalidade do quotidiano.

Seguindo o estilo de Lefebvre — que em muitos dos seus textos imagina um diálogo entre ele e outros —, imagino-o aqui a dizer: tudo bem, mas é preciso saber que o que está em causa não é só "changer ma vie" mas sim "changer la vie"…

Sociedade urbana e degradação da vida quotidiana[6]

Depois da Segunda Guerra Mundial, o capitalismo subordina novos setores da sociedade, mas o alvo principal centra-se no quotidiano — o vivido. O nosso dia a dia contém cada vez mais elementos repetitivos, calculáveis, previsíveis, portanto suscetíveis de uma gestão racional. A sua organização foi-se tornando no objeto privilegiado do modo de produção capitalista, "é a 'base' a partir da qual o modo de produção tenta constituir-se em sistema, através da programação dessa base" (Lefebvre, 2014b: 46).

O quotidiano é o espaço das novas mercadorias que surgiram da imaginação, da técnica e da capacidade produtiva da sociedade capitalista: automóvel, frigorífico, rádio, televisão e, mais tarde, a *net*, computador pessoal, telemóvel, *iPad* e *iPhone*, entre muitos outros…

Há uma aceitação pacífica da necessidade destes objetos e, apesar de alguma resistência (dos mais velhos, mais conservadores e mais críticos), eles vão-se tornando imprescindíveis para a vida de cada um. A situação é difícil de alterar: por um lado, verifica-se a degradação da vida quotidiana e, por outro, surge um conjunto de novas possibilidades, que nos atraem e muitas vezes facilitam o nosso dia a dia. Lefebvre reconhece que se verificou um progresso material e moral da vida humana no século XX, mas insiste no outro lado desse progresso, no seu reverso, que tem a ver com a privatização e a alienação da vida quotidiana.

Tomemos como exemplo a metamorfose do cidadão em cliente, perdendo-se a figura política do cidadão, que é substituída por alguém que se reduz a reivindicar o bom funcionamento dos serviços, ao mesmo tempo que se torna presa de uma "indústria inovadora", que lhe oferece cada vez mais novas mercadorias. As transformações ocorridas na vida quotidiana orientaram-se sobretudo no sentido da manipulação e da passividade dos indivíduos (Lefebvre, 2014b). O que constatamos hoje é uma capacidade de resistência cada vez menor por parte dos cidadãos, e um investimento cada vez maior da sociedade capitalista na organização do nosso quotidiano. A todo o custo, a bem ou a mal, e muitas vezes com uma ligeireza e uma imaginação que nos conquistam, o capitalismo procura

6 Lefebvre define em 1970 "sociedade urbana" como "a sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real." (*La Révolution Urbaine*, 1970: 7).

vencer o conflito, transformando-nos em crianças a brincar com os seus telemóveis…

Por paradoxal que pareça, num mundo em que todos os problemas assumem uma dimensão "global", assistimos cada vez mais ao isolamento de cada um sobre si mesmo, ao ensimesmamento do indivíduo que olha o mundo, reduzido à sua impotência. É contra esta programação da vida quotidiana que Lefebvre luta, propondo a construção de um novo quotidiano libertador.

O novo quotidiano libertador

No momento em que o global controla cada vez mais o local, Lefebvre sustenta a necessidade de pensar "ao contrário", ou seja, o que está subordinado deve aparecer em primeiro lugar, "a predominância do global, do lógico e do estratégico faz parte do 'mundo ao contrário' que se trata de reinverter" (Lefebvre, *La révolution urbaine:* 115). Teremos de partir dos cidadãos que habitam o espaço urbano, na cidade, no bairro, na rua, no espaço público. É aí que tudo tem de começar.

Mas se, para Lefebvre, o lúdico e a festa devem fazer parte da cidade, ainda que sem lhe dar ouvidos, a sociedade capitalista obedeceu-lhe. O sistema capitalista tem uma enorme flexibilidade e criatividade, conseguindo muitas vezes reverter as críticas em seu benefício — Lefebvre aconselha-nos a aprender com ele. Mas o lúdico e a festa a que assistimos na cidade não se assemelham às propostas de Lefebvre: tornam-se na maioria dos casos, embora não em todos, propostas que alimentam o próprio sistema.

O que fazer?

Sair à RUA. Não é fácil, mas é isso que temos de fazer. O que implica também levar a rua a entrar na esfera da produção e do trabalho, devolvendo ao espaço público o seu espaço. Mas, seja como for, sair à rua e criar associações de moradores, coletividades, cineclubes, clubes de leitura, apoiar formas alternativas e cooperativas de comércio local…

Trata-se de irmos construindo outra cidade, com ruas em vez de estradas, pequenos jardins, árvores, bancos espalhados nos passeios, cafés, esplanadas, teatros, cinemas, comércio, espaços desocupados que possam ser apropriados pelas pessoas, por grupos que se constituam convivialmente. Tudo isto passa também pelo apelo aos arquitetos e urbanistas que, apesar dos muitos constrangimentos que enfrentam, podem ir construindo uma outra forma de cidade — Jan Gehl é aqui um bom exemplo —, do mesmo modo que passa pela mobilização do poder local — juntas de freguesia e câmaras municipais, que têm um papel fundamental a desempenhar nesta transformação da cidade.

Há coisas que já estão a ser feitas, e cujas consequências nos podem surpreender, como substituir o carro na cidade por andar a pé, de transportes, de bicicleta. A bicicleta permite mergulhar novamente nas recordações de infância, afirma

Marc Augé, e talvez consiga "reconfigurar a cidade real — a das utilizações, das trocas e dos encontros quotidianos".[7] Mas Henri Lefebvre não defende só uma cidade alegre da qual o lúdico e a festa façam parte, antecipa uma cidade onde o conflito se viva abertamente, e são por isso também a *ágora* e a *eclésia* gregas que vejo, quando imagino o novo quotidiano libertador que a sua obra nos propõe.

Ponte

Grande parte do que quis dizer neste texto, tomando como inspiração o pensamento de Henri Lefebvre, encontrei-a neste diálogo que Italo Calvino imagina entre Marco Polo e Kublai Kan: [8]

> Marco Polo descreve uma ponte, pedra a pedra.
> – Mas qual é a pedra que sustém a ponte? — pergunta Kublai Kan.
> – A ponte não é sustida por esta ou aquela pedra — responde Marco, mas sim pela linha do arco que elas formam.
> Kublai Kan permanece silencioso, refletindo. Depois acrescenta:
> – Porque me falas das pedras? É só o arco que me importa.
> Polo responde:
> – Sem pedras não há arco.

7 Augé, Marc (2020), *Elogio da Bicicleta*, Lisboa, Edições 70, p. 56.
8 Calvino, Italo (2003[1972]), *As Cidades Invisíveis*, p. 85.

José Rebelo: a cidadania sempre

Manuel Carvalho da Silva
Ph.D. em Sociologia (ISCTE), Secretário-geral da CGTP-IN (1999-2012)

No tempo que estamos vivendo, há excesso de fluidez da ética e abandalhamento em comportamentos humanos. Isso é feito muitas vezes de forma manipuladora, em nome da liberdade individual e negando a sociedade humana. Neste contexto, sabe bem trazer à reflexão exemplos de vida cidadã, afirmada na sociedade com transversalidade e forte sentido transformador. Sem cidadania não existe democracia.

O individualismo exacerbado, a que o neoliberalismo estrategicamente deita mão, tolhe drasticamente a identificação e a construção do bem comum. Acantona os indivíduos, tornando cada um responsável único pelos seus êxitos e fracassos (em particular estes), sem ter em conta o lugar de partida, bem como o contexto da vida de cada pessoa. Negando o papel e a responsabilidades do coletivo, dispensa a necessidade de as políticas públicas terem em conta as diferenças de partida (e as inerentes à estratificação da sociedade) como instrumento indispensável na construção de igualdade.

José Rebelo é um exemplo de vida cidadã, um construtor da democracia. Tenho tido o privilégio de ao longo de décadas tomar contacto com muita da sua atividade: enquanto académico e investigador, em funções e subáreas diversificadas, tendo chegado também à do trabalho e do sindicalismo; como jornalista e homem da comunicação social e das ciências da comunicação; como membro e primeiro responsável da Liga Portuguesa dos Direitos Humanos e vice-presidente da respetiva associação europeia. Encontramo-nos muitas vezes a descer a Avenida da Liberdade, em Lisboa, nos desfiles do 25 de Abril e noutras manifestações por causas da democracia.

Tendo presente que os direitos do trabalho são direitos humanos — entre os artigos 22.º e 25.º da respetiva Declaração Universal estão lá todos os fundamentais — e o facto de José Rebelo ser neto de um anarcossindicalista, "pormenor" de que me falou várias vezes com reflexões pontuais interessantes, conduzem-me a construir este texto que o homenageia. Para esse efeito, selecionei um conjunto de tópicos, a partir de textos recentes, escritos sob a forma de crónicas para o *Jornal de Notícias*, outros que utilizei em palestras, comunicações e conferências. Na maior parte foram introduzidas complementaridades e novas ideias.

Esperança, confiança e cidadania

Quando pensamos em cidadania estamos convidados a construir esperança e confiança, que são construções complexas e difíceis. Por um lado, é necessário apurar e testar convicções e convocar valores em contextos concretos. Por outro lado, a cidadania exige equilíbrio entre o individual e o coletivo, em programas partilhados e credibilizados. Implica, também, afirmação inequívoca de universalismo.

A cidadania convoca a afirmação plena da igualdade entre os seres humanos e é esteio / guia para a construção e afirmação do bem comum. A cidadania plena, só possível numa sociedade democrática, não se coaduna com programas políticos, em que os direitos de alguém possam ficar dependentes da vontade de outrem (cidadão ou entidade) individualmente considerado. E tem outro pressuposto: o ser humano, o cidadão, é o portador efetivo dos direitos e dos deveres inerentes. A posse dos direitos cívicos ou políticos jamais pode ser pertença do seu prestador.

Voltemos à criação da confiança e da esperança como instrumentos vitais para gerar futuro. Para lembrar que este pode projetar-se a partir de indicadores e variáveis que a inteligência humana capte e trabalhe, mas que se constrói, fundamentalmente, nas respostas que conseguimos encontrar no presente contínuo.

Ora, hoje, o amanhã não nos surge melhor que o ontem. Conquistaram-se avanços civilizacionais extraordinários, mas muitos dos conhecimentos adquiridos estão tolhidos por barreiras que canalizam os seus resultados para a posse de uma minoria. Por exemplo, tem sido extraordinário o avanço na capacidade de criar riqueza, mas esta é cada vez mais mal distribuída, aumentando desigualdades e injustiças. Isto promove subjugações e amputação de capacidades de ação, ao mesmo tempo que gera desconfiança no futuro.

A maior capacidade de criar riqueza — vinda de novos conhecimentos científicos e tecnológicos, de novos instrumentos de trabalho e de novas formas da sua organização e prestação — trouxe um potencial imenso para a criação de emprego mais criativo, motivador e realizador; todavia, todo esse potencial não está a ser utilizado devidamente. Pelo contrário, mantêm-se horários e cargas de trabalho pesadíssimos e processos de trabalho embrutecedores. Ao mesmo tempo, o discurso tecno é dominado por cenários apocalíticos, designadamente no que se refere a previsões de profissões e emprego. Identifica-se e amplia-se o que pode desaparecer, mas não se estuda e divulga as potencialidades criadoras de emprego, nem as velhas e novas profissões de que vamos (ou já estamos) necessitar.

O trabalho é, e continuará a ser, central na vida das pessoas, na organização da economia e da sociedade. A afirmação dos direitos no trabalho — que são direitos humanos — é primordial instrumento de criação de confiança e de esperança. A este propósito, relembremos que a conquista da dignidade do trabalho assentou num tripé: a liberdade de organização sindical e, em consequência, empresarial; o direito do trabalho como ramo específico do direito, para proteger os mais frágeis, numa relação em que as partes não estão (individualmente consideradas) em pé de igualdade; a efetividade da negociação coletiva, em que o trabalhador é assumido em representação coletiva. Hoje, na União Europeia e em Portugal (designadamente através do pacote laboral do atual Governo), está-se a

retroceder. Os trabalhadores são convidados a abdicar de cidadania em nome da produtividade e da competitividade.

Vivemos um tempo em que se pretendem impor relações sociais, e também políticas, subjugadas a princípios e dinâmicas do negócio. Ora, o negócio não é, e jamais será, orientado ao bem comum. Acresce ainda que a justiça social não é apenas um imperativo moral. Ela é essencial para a segurança económica, a coesão social e a paz. Num Estado social de direito democrático, também a solidariedade e, até, a caridade, vista por exemplo na conceção do Papa Francisco, devem ser tratadas debaixo desse princípio. Como na sociedade portuguesa está muito arreigada uma cultura da esmola em substituição da cidadania social, direi que precisamos de militantes na luta pela cidadania como aquele que estamos aqui a homenagear, José Rebelo.

Neste amplo campo de batalhas pela transformação progressiva da sociedade, há que afirmar a utilidade social do trabalho e buscar mudanças profundas na organização económica e financeira. É preciso dar valor ao que se produz (produtos ou serviços de que necessitamos como seres humanos) e não ao artificialismo manipulador da financeirização da economia e da sociedade, ou à utilização egoísta das tecnológicas.

Quando buscamos respostas para as grandes mudanças, problemas e desafios com que a sociedade depara, constatamos: a) que o sistema capitalista em que vivemos quer resolver cada mudança como área de negócio. Ora, o negócio não é orientado ao bem comum, muito menos nesta fase de vergonhosa concentração de riqueza. Logo o absolutismo do negócio é desastroso; b) o trabalho e a sua relação com o emprego e a proteção social surgem no centro, em todas as grandes mudanças.

O trabalho pode e deve ser mais criativo, realizador e mais bem pago, para que se concretizam outras esferas da vida além do trabalho. As tecnologias e a ciência colocam desafios que podem trazer-nos imensas potencialidades, se colocadas ao serviço de todos os seres humanos. Para isso é preciso distinguir bem o que são instrumentos de trabalho e novas formas da sua organização e prestação, pois não é a carga tecnológica que determina, *per se*, se deve haver um contrato de trabalho estável ou precário. É necessário ensinar o valor das profissões, das trajetórias e carreiras profissionais, considerando novas e velhas profissões e especializações. Entretanto, há que colocar em evidência muitas dimensões da vida que estão além do trabalho e que temos direito a vivê-las, para que a vida seja mais completa e feliz.

O trabalho pode alienar

O trabalho deve ser uma atividade humana valorizada, que qualifique, dignifique, valorize e realize o cidadão trabalhador.

Continua a projetar-se para o futuro uma relação profunda entre o trabalho, o emprego e a proteção social. Os direitos sociais e o Estado social esboroar-se-ão se o trabalho e o emprego não forem valorizados. Além disso, é necessário ter em conta

que os rendimentos indiretos mais importantes para os trabalhadores e as suas famílias emanam da existência de direitos universais e solidários na saúde, no ensino, na segurança social, na justiça e, também, na habitação e nas mobilidades.

Na minha tese de doutoramento dei ênfase a nove componentes que situam a centralidade do trabalho. Na sétima, assumo que "o trabalho (em certas condições) pode tornar-se fonte de alienação", nomeadamente económica e ideológica / política.

Aí afirmei que no "modo de produção capitalista" em que vivemos, "muitos trabalhadores encontram no trabalho um espaço de realização e partilha", em resultado de conquistas alcançadas, designadamente quadros de direitos e deveres institucionalizados. Mas, para uma parte significativa das pessoas, "laborando com velhas ou novas tecnologias", o seu trabalho "tolhe horizontes de vida" e até embrutece.

O mundo está a mudar, não necessariamente para melhor, designadamente no chamado Ocidente.

O valor económico e o valor social do trabalho não são separáveis. O caminho percorrido desde as sociedades esclavagistas propiciou aos seres humanos poderem vender a sua força de trabalho a troco de um salário. Nesse percurso, foram aprofundados os pré-requisitos que sustentam a dignidade "da pessoa humana" e alcandorou-se o trabalho a direito universal. Nesta caminhada de avanço civilizacional, houve sempre obstáculos a vencer e até retrocesso, em particular em tempos de guerras.

No presente, a utilização de novos instrumentos de trabalho vindos do avanço tecnológico e científico — que propicia a criação de imensa riqueza — está a servir, cinicamente, para estilhaçar direitos fundamentais do trabalho, aumentar a exploração de milhões e milhões de trabalhadores à escala global.

O mercado de trabalho está cheio de formas de contratação idênticas às velhas praças de jorna, desta vez à escala global. Para isso contribui a utilização das tecnologias digitais e algoritmos vindos dos artifícios tecnológicos da inteligência, e o poder desmedido de quem os controla. As pessoas apresentam-se perante as entidades contratantes (privadas ou públicas) sem o mínimo poder para discutir o salário e as condições da prestação do trabalho.

O valor que o mercado atribui ao trabalho é um péssimo indicador para o estabelecimento de remunerações justas. Na pandemia de covid-19 tornou-se pungente a observação da injustiça que se abate sobre imensos trabalhadores e trabalhadoras que prestam serviços indispensáveis aos cidadãos e à sociedade. Não faltaram discursos a afirmarem que deviam ser muito melhor remunerados, mas continuam a receber salários baixíssimos e a trabalhar horas excessivas para tentarem sair da pobreza. Os prestadores de cuidados às pessoas fazem um trabalho de valor extraordinário, mas não reconhecido no mercado. Em contrapartida, são valorizadas atividades socialmente inúteis que promovem a especulação, consumos ostentatórios e estilos de vida fúteis.

Dispomo-nos a acreditar que as "máquinas", corporizando ferramentas do digital, da robotização, da inteligência artificial, substituirão todo o trabalho humano, e que não surgem novas atividades e profissões? Que não é preciso salário

porque os Musk deste planeta nos vão garantir um rendimento-base incondicional? Que os bens e serviços de que os seres humanos precisam se obtêm na especulação financeira, com a nova profissão de jogador na *net*? Que as atividades humanas do futuro serão *influencer*, ou profissionais da obtenção de dinheiro com a ignorância dos outros?

O trabalho sustenta a criação de valores de uso e de troca. Mas, sob pena de se tornar alienante, não pode dispensar a consciência ética e as regras deontológicas. O trabalho, enquanto atividade dos seres humanos que se reconhecem iguais entre si em direitos e deveres (princípio basilar para se tratarem todas as diferenças), dignifica os indivíduos. Contudo, o neoliberalismo tenta convencer as pessoas de que ganham estatuto social desvalorizando a sua condição de trabalhador. E há quem, peado nas suas opções, se negue a si próprio. Entretanto, se perguntamos a uma criança o que quer ser quando for grande, ela responde identificando uma profissão (um trabalho) que idealiza importante. Assim continuarão as respostas, com velhas e novas profissões.

O trabalho precário e desregulado opõe-se às necessárias qualificações dos trabalhadores e é inimigo de profissões e carreiras profissionais. O trabalho à distância não regulado e o trabalho à peça (designadamente nas plataformas) minam os direitos no trabalho e as solidariedades que estes significam realmente.

O trabalho requer ensino, informação, comunicação e cultura. Exige participação e o dispor do tempo. Reclama saúde física, equilíbrio emocional e condições de realização pessoal. Põe em evidência a necessidade de outras atividades além do trabalho.

A revitalização do direito do trabalho, a liberdade sindical, a representação e negociação coletivas são cruciais no combate aos enredos de alienação. Mesmo que em vários aspetos tenham de ser formulados e executados em formas diferentes das do passado.

O aprisionamento das falsas ideias claras

O saudoso economista Mário Murteira disse, em junho de 2002, numa conferência proferida no INDEG / ISCTE, a propósito do conceito de globalização: "trata-se de uma falsa ideia clara", ou seja, a palavra tinha (continua a ter) uma utilização universalizada, mas não unanimidade no entendimento do seu significado.

Na minha tese de doutoramento, trabalhada entre 2002 e 2007, identifico cerca de trinta nuances diferenciadas na interpretação desse "termo quase mágico". Serge Cordellier chamava-lhe "palavra fetiche" e o grande economista e humanista Amartya Sen (Prémio Nobel da Economia em 1998) considerava a onda de globalização desse período caraterizada por um mundo em que "o sol nunca se põe no império da Coca-Cola". No presente, há quem considere estarmos no oposto da globalização, mas outros afirmam que agora é que entramos no tempo de efetivo global. Stephen Hawking afirmou que "o maior inimigo do conhecimento não é a ignorância, é a ilusão do conhecimento". Ora, vivemos um tempo em que as pessoas (muitas) ignoram o significado efetivo de muitos conceitos, ou

lhes atribuem sentidos que podem estar quase nos antípodas daqueles que vão sendo vencedores.

O culto de palavras que são falsas ideias claras ampliou-se e vem carregado de concentrados ideológicos de alto teor. Dois exemplos, "talento" e "mérito". Governantes de várias sensibilidades desta democracia liberal em que vivemos, empresários e analistas repetem aqueles termos até à exaustão. Muitos académicos entram nesta pretensa modernidade. Na língua portuguesa, a palavra "talento" significa "nível superior de certas capacidades particularmente estimadas" e "disposições intelectuais naturais ou adquiridas". Os seres humanos, com obra reconhecida nas diversas áreas, são os primeiros a afirmar que o talento dá aturado trabalho e exige deitar mão do máximo conhecimento possível que pertence a toda a sociedade. A palavra "talento", na boca de um fala-barato, é o oposto dessas exigências.

Chamar aos jovens "talentos", para os iludir e arrastar a resolução dos seus problemas, é um erro e politicamente criminoso. Em Portugal, uma das grandes conquistas da nossa democracia nas últimas décadas foi a extraordinária melhoria da formação escolar, designadamente de nível superior, dos nossos jovens. Criamos-lhes bases para se poderem qualificar profissionalmente. Mas esse objetivo só é atingido se houver políticas e práticas empresariais, e públicas, que gerem emprego de qualidade, profissões e carreiras valorizadas, salários bem mais elevados, condições de acesso à habitação, melhor Estado social, valorização da cultura e da participação cívica e política. Só respondendo a estes desafios teremos trabalhadores talentosos e cidadãos excelentes.

No conceito "mérito", tanto cabe valorizar empenho, talento verdadeiro, criatividade, humildade, como o seu oposto, ou seja, falta de solidariedade, esperteza saloia, sobranceria, capacidade de gerar lucro para acionistas de grandes plataformas empresariais, mesmo destruindo emprego e provocando falências. Cabe tudo o que em determinada circunstância der jeito a quem tem o poder de subjugar os outros.

Alguns vírus antidemocracia

Em muitos países europeus e do Ocidente, a possibilidade de o voto ser a arma de aniquilamento da própria democracia é dramática, mas real. Gerou-se um contexto em que os inimigos da democracia têm hoje mais motivação para irem às urnas do que muito do povo arreigadamente democrata — o objetivo de destruir a democracia por dentro surge palpável. Em contraste, as respostas dos partidos, ou famílias políticas "tradicionais", que estão no imaginário das pessoas como as forças da democracia, não têm conseguido ou querido responder aos anseios do povo. As lideranças da extrema-direita estão a jogar forte na demonstração daquela possibilidade, também em Portugal.

O número dos deserdados pelas políticas neoliberais, que em muitas situações têm sido executadas em nome da democracia, designadamente na Europa, vai-se ampliando. As injustiças e as desigualdades têm-se aprofundado, atrofiando projetos de

vida de muitos estratos da sociedade em várias gerações. Assim, ao longo de décadas, geraram-se frustrações, que alimentam muito voto de protesto e que, conjunturalmente, converge com o dos inimigos da democracia.

As governações europeias renderam-se há muito tempo aos encantos e benefícios imediatos do ultraliberalismo económico, num quadro em que este impõe a espiral de sucção de recursos mais forte da história. Chegamos a um tempo em que os beneficiários daquela espiral precisam das forças ultraconservadoras e fascistas no poder para continuarem o processo de exploração instalado. O contexto geopolítico e geoestratégico, bem como a postura dos Estados Unidos da América, estão a facilitar a conjugação de fatores que lhes abra caminho. O terreno da política está cheio de vírus que matam a democracia. Como responder a esta situação?

Quando os governos e outras instituições do poder não respondem, há que afirmar o poder da rua (a mobilização consciente dos cidadãos), gerando-lhes incómodos. Trata-se de um imperativo de cidadania. É necessário um combate na defesa de todos os fatores de coesão de que a sociedade dispõe. Hoje, são importantes as manifestações contra as alterações às leis laborais avançadas pelo Governo, porque constituem um ataque a relações de trabalho que salvaguardam a dignidade e a cidadania de quem trabalha, porque são um rombo na já frágil presença do poder sindical nos locais de trabalho e um barrar a entrada da democracia nos espaços de trabalho.

Importância idêntica têm as manifestações dos imigrantes. Sem imigração com direitos teremos piores salários, total precarização das relações laborais e não seremos Estado social de direito democrático. Necessitamos de colocar em evidência que imigrantes sem reconhecimento dos seus direitos de cidadania jamais se poderão "integrar" na sociedade.

A luta contra os vírus que minam a democracia tem múltiplos campos. O do trabalho é apenas um, embora muito relevante. Nas eleições autárquicas recentes (12 de outubro de 2025), viu-se que o descontentamento manifestado perante as políticas nacionais pode estar a penetrar no plano local. A pretensa entrega de competências ao poder local, sem correspondentes meios, é uma das causas geradoras de expectativas que não podem concretizar-se.

No bojo do neoliberalismo pode estar o fascismo

Os discursos de líderes políticos de um enorme número de países, e os conteúdos dos debates realizados na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), no âmbito da Semana de Alto Nível de 2025 — ponto alto da evocação dos 80 anos daquela importante instituição mundial — evidenciaram que podemos estar às portas de uma perigosa desordem internacional.

A expressão "o mundo está de pernas para o ar" tem uma preocupante atualidade. Trump assumiu, de forma ofensiva, que a ONU ou é coadjuvante da política dos Estados Unidos da América (EUA), ou não deve existir. Trump apresenta os EUA como uma vítima de exploração de outros povos. Uma parte dos norte-americanos acredita nesta falácia. Isto é dramático.

O multilateralismo respeitador dos direitos dos povos e dos países foi reclamado em muitos discursos, mas é evidente a sua crise. Os perigos e custos da guerra foram lembrados, mas não se vislumbraram predisposições para encetar a construção de caminhos de paz. Naquela evocação, Trump abordou este tema num misto de patetice (construída) e mentira. Isto é grave, pois os EUA continuam a ser a maior potência (desde logo militar) e o país mais envolvido em conflitos no mundo.

A realidade cognitiva do presidente dos EUA é complexa e ele usa-a na produção de "imprevisibilidades" e "gafes". Num curto espaço temporal, diz tudo e o seu contrário sobre qualquer tema. Esta caraterística, associada à imbecilidade da sua corte, interna e externa, e acima de tudo ao primado do negócio nas relações políticas, transformam-no num instabilizador perigoso. Trump não é um fenómeno pontual localizado. Inúmeros países já têm os seus Trump, conduzindo a execução de programas políticos ultraconservadores e fascistas.

Naquela realização da ONU, muitos líderes reclamaram reformas para a estruturação e missões da organização, mas o ator que mais beneficiou da sua existência, os EUA (juntamente com alguns dos seus aliados), fez naquele importante evento ataques negacionistas à sua missão e ação, favorecendo todos os que de forma conjuntural ou estrutural não se querem sujeitar ao direito internacional. Houve reclamação de soluções para as mudanças climáticas e ambientais, para o combate à fome, para uma mais justa distribuição da riqueza e para o trabalho digno, para o respeito pela igualdade entre os seres humanos, para que a ciência e a tecnologia estejam ao serviço de todos, mas Trump e seus seguidores esconjuraram tais objetivos.

Tivemos uma afirmação clara de que impera o primado do negócio. Ora, os beneficiários do negócio darão por muito tempo aval à destruição da democracia e não se preocuparão com recuos civilizacionais.

Naquela assembleia observaram-se três posturas distintas: i) Trump e seus seguidores tomaram a presunção da impunidade, atacaram tudo e todos, favorecendo o brotar do caos, mas foram tratados com condescendência face ao poder dos EUA; ii) líderes de "países emergentes" (Lula é um exemplo) rechaçaram a subserviência e afirmaram-se protagonistas para um mundo novo, ainda que indefinido e cheio de contradições iii) os líderes europeus expuseram divergências com os EUA / Trump, mas evidenciaram um enorme medo em sair debaixo da "asa protetora".

Este perigoso cenário político acontece quando se constata que o neoliberalismo vai deixando claro que não é portador de alternativa para a governação das sociedades e que para prosseguir os seus objetivos precisa das forças ultraconservadoras e fascistas nos governos. A alternativa económica e política neoliberal traz no seu bojo o retrocesso social e civilizacional, e o fascismo em formato que podemos desconhecer. Temos que agir contra essa dura probabilidade.

A escola como espelho do país

A escola pública é um espaço fundamental para a formação cultural, social, ética e intelectual dos indivíduos, e é a instituição mais democrática no processo de socialização: combate as desigualdades, promove a diversidade cultural, os valores, normas e expetativas sociais da generalidade dos cidadãos. Algumas dimensões do sistema de ensino fora da escola pública, que se mantêm historicamente, prosseguem valores idênticos. Pode dizer-se que, até agora, os projetos de segregação que existem em Portugal no setor são alimentados por grupos ultrafavorecidos — os queques, de facto ou potenciais — que acham ter nascido prenhes de mérito. Fazem-no para reproduzir a classe privilegiada a que pertencem.

Muitas maldades têm sido feitas aos professores e a outros profissionais do ensino. O enquadramento legal resiste, mas é minado pelo subfinanciamento, por modelos desastrosos de organização e gestão das escolas, pela desvalorização da profissão e do salário que afasta os jovens, pelos *rankings* que distorcem a realidade. Entretanto, o aumento exponencial da imigração trouxe exigentes desafios à escola, apanhada sem preparação e sem meios para responder no novo cenário.

Foi a escola pública tão vilipendiada que formou "a geração de jovens mais qualificada de sempre". Há mais pessoas com o secundário, mais no ensino superior, mais licenciados, mestres e doutorados. O que essa geração não tem é melhores salários, nem estabilidade no emprego, nem direito a habitação. Por isso, uma parte emigra e outra vê as suas competências esfumarem-se.

Os ganhos obtidos com a escola pública reclamam melhor perfil de especialização da economia e da matriz de desenvolvimento da sociedade. As grandes mudanças em que estamos reclamam a necessidade de levar mais para a escola o saber-fazer, ao mesmo tempo que reclama que a escola seja valorizada na sua função, ampla e imprescindível, de formar cidadãos plenos. Bases para vidas que não dispensarão o trabalho, mas têm de ser muito mais que isso.

Convocar o sindicalismo é necessário

De tempos a tempos, o individualismo instala-se de forma exacerbada, a negar o ser humano como ser social e a tentar afastar-nos de uma evidência crucial — os grandes problemas da humanidade são coletivos e as soluções para eles têm de ser encontradas em comum. Em cada ciclo desse renascer ofensivo do individualismo há roupagens novas e protagonistas deslumbrados com a pretensa novidade que protagonizam. Todavia, a noção central em que se sustentam é sempre a mesma: cada um deve tratar de si e resolver o que o aflige, se necessário, passando sobre todos os outros, esmagando-os "sem dó nem piedade".

Perante as dificuldades que as pessoas manifestam por disporem de orçamentos pessoais e familiares cada vez mais curtos, a direita proclama que tudo se resolve "fazendo entrar mais dinheiro no bolso de cada cidadão", que, por si, decidirá o que fazer com ele. Pura ilusão. As pessoas podem ficar com mais dinheiro no início do mês e com saldos negativos maiores no seu final. Assim acontece quando

o Serviço Nacional de Saúde se degrada e as pessoas têm de recorrer ao privado e pagar. Os custos da habitação são exorbitantes, porque os governos não têm assumido este problema como um dos mais graves da sociedade no seu todo. Quanto tinham de crescer os salários em cada mês, para compensar esse saque que se arrasta sem fim à vista?

As pessoas vivem cada vez mais distantes do local de trabalho e sem transportes públicos: quanto se agravam os seus orçamentos por esse efeito? Quando os governos eliminam descontos para a Segurança Social numa parte dos salários, cria-se no imediato mais rendimento disponível (numas migalhas), mas diminui o valor das reformas no futuro. Como diz o povo: vai-te ganho que me dás perda.

Só haverá mais "dinheiro no bolso" quando os trabalhadores e os reformados tiverem acesso a uma parte maior da riqueza produzida. Produzir mais pode ser possível e útil, mas só quando a distribuição do que se produzir for mais justa. A melhoria do bem-estar do comum dos cidadãos e o desenvolvimento humano não se fazem com truques de "oferecer com uma mão para tirar com as duas".

O sindicalismo nasceu para impedir aqueles malabarismos e porque cada cidadão só tem os seus diretos garantidos quando há compromissos coletivos sólidos. Isso exige luta (como no passado, entre classes) e negociação coletiva. Elon Musk e outros como ele (nas dimensões global e nacional) não são os primeiros oligarcas da história. Existiram em gerações sucessivas desde o início do capitalismo. Só foram travados pela ação coletiva, e depois pela lei, quando quem representava a parte frágil ganhou força.

Esta fase da história que estamos a atravessar não tem de ser definitivamente trágica. Convocar o sindicalismo, atualizando-o e revitalizando-o pode ser um extraordinário contributo para a defesa da cidadania a da democracia.

Envelhecer sem ficar velho é um privilégio

Rui Brites
Sociólogo, professor universitário

Congratulei-me quando recebi o convite para participar no livro de homenagem ao José Rebelo, pois é merecidíssima. Mas à medida que o prazo final para a entrega do texto se aproximava, senti crescer em mim a "angústia da folha em branco", pois queria fugir aos lugares-comuns habituais neste tipo de textos e… não sabia como fazê-lo, uma vez que o "engenho e a arte" para escrever, referido por Camões não me assistem.[1]

Estou ciente de que a maioria dos nossos amigos entrou na nossa vida por mero acaso, mas nunca é por acaso que permanecem. O título deste texto é, para mim, uma forma de estar na vida e aplica-se muito bem ao José Rebelo, que conheço há mais de 40 anos. Foi-me apresentado por um grande amigo comum, o Paquete de Oliveira, que, infelizmente, não "gozou" desse privilégio.

O título espoletou em mim a estrutura deste texto que se pretende de homenagem, pois a minha ligação ao José Rebelo cimentou-se em projetos de investigação académica que ambos desenvolvemos e que considero marcos no meu currículo académico. Portanto, escolhi para este testemunho uma pequena investigação sobre o *Retrato Sociológico dos Portugueses com Mais de 65 anos* — o meu grupo etário e o do homenageado.

Os dados provêm do último Inquérito Social Europeu, *round* 11, recolhidos em Portugal em 2024.

A maioria apresenta o seguinte perfil sociográfico:

— sexo feminino (56,7%);
— idade 71-80 anos (47,8%);
— escolaridade até 9 anos concluídos (76,4%);
— conjugalidade: casados (51,8%);
— o rendimento disponível permite viver sem dificuldades (61,4%);
— autoavaliação da saúde em geral razoável (52,4%);
— muito religiosa (48,5%);
— reza frequentemente (57,4%);
— convive frequentemente com amigos/familiares/colegas (66,6%).

1 "Cantando espalharei por toda a parte / Se a tanto me ajudar o engenho e arte" (*Os Lusíadas*, I, 15-16).

Quadro 1 Breve retrato sociológico dos portugueses com mais de 65 anos (*)

Perfil sociográfico (%)		
Sexo	Masculino Feminino	43,3 **56,7**
Idade	66-70 anos 71-80 anos >80 anos	28,0 **47,8** 24,2
Anos de escolaridade concluídos	Até 9 anos 10 -12 anos >12 anos	**76,4** 9,9 13,7
Conjugalidade	Casado(a) Separado(a) / Divorciado(a) Viúvo(a) Solteiro(a) / União de facto	**51,8** 9,2 35,1 4,0
Rendimento disponível do agregado familiar	Dá para viver confortavelmente Dá para viver Dá para viver com dificuldades	13,2 **48,2** 38,5
Autoavaliação da saúde em geral	Boa / muito boa Razoável Má / muito má	25,5 **52,4** 22,2
Grau de religiosidade	Nada / pouco religioso Moderadamente religioso Muito religioso	14,7 36,9 **48,5**
Com que frequência reza	Frequentemente Ocasionalmente Raramente Nunca	**57,4** 13,0 13,7 15,8
Frequência com que convive com amigos / familiares /colegas	Nunca / raramente Ocasionalmente Frequentemente	12,0 21,4 **66,6**

(*) www.europeansocialsurvey.org (informação recolhida em 2024).

A maioria:

— votou nas eleições para a Assembleia da República em 2022 (76%);
— simpatiza com um partido político (56,8%);
— não se interessa por política (49,4%).

Quadro 2 Atitudes e valores sociopolíticos (%)

Votou nas últimas eleições para a Assembleia da República (2022)	Sim Não	**76,0** 24,0
Tem simpatia por um Partido político	Sim Não	**56,8** 43,2
Interesse pela política	Nenhum Pouco Algum Muito	**49,4** 25,6 17,2 7,8

A maioria:

— está satisfeita com o governo, com a economia, com a democracia e com o estado da educação, mas está insatisfeita com o Serviço Nacional de Saúde;
— confia moderadamente na Assembleia da República, na justiça e na polícia, mas desconfia dos políticos e dos partidos políticos.

Quadro 3 Confiança e satisfação política (%)

Satisfação política	Insatisfeito	Moderadamente satisfeito	Muito satisfeito
Satisfação com o governo	40,9	**45,6**	13,5
Satisfação com a economia	42,4	**47,5**	10,0
Satisfação com a democracia	24,5	**50,0**	25,5
Satisfação com o estado da educação	40,0	**45,9**	14,1
Satisfação com os serviços de saúde	**47,4**	32,8	19,8
Confiança política	**Desconfia**	**Confia moderadamente**	**Confia muito**
Confiança nos políticos	**64,3**	28,1	7,6
Confiança nos partidos políticos	**64,6**	28,7	6,7
Confiança na Assembleia da República	40,4	**41,1**	18,5
Confiança na justiça	40,8	**44,8**	14,4
Confiança na polícia	13,8	35,0	**51,2**

A maioria:

— sente-se muito feliz e satisfeita com a vida.

Quadro 4 Felicidade e satisfação com a vida (%)

Grau de felicidade que sente	Infeliz	9,0
	Moderadamente feliz	36,9
	Muito feliz	**54,1**
Satisfação com a vida em geral	Insatisfeito	10,6
	Moderadamente satisfeito	**44,5**
	Muito satisfeito	**44,9**

Valores humanos

A Teoria dos Valores Humanos Básicos de Shalom Schwartz é um dos modelos mais influentes na psicologia social e transcultural, oferecendo uma estrutura universal para entender como as pessoas e as sociedades se motivam e tomam decisões.[2] Os valores, na teoria de Schwartz, são definidos como crenças sobre objetivos desejáveis que transcendem situações e servem como princípios orientadores na vida das pessoas.

A maioria:

— não valoriza ser rico ou ser aventureiro;
— valoriza pouco ser criativo, ser admirado, a surpresa, a obediência, ser "bon-vivant", ser bem-sucedido, ser bem comportado, ser respeitado e ser divertido;
— valoriza muito ser igualitário, importar-se com os outros, ser humilde, ser livre e autónomo, ajudar os outros, ser leal, ser ambientalista e ser tradicionalista.

Quadro 5 Perfil de valores humanos dos seniores portugueses (%)

Traços valorativos	Não valoriza	Valoriza pouco	Valoriza muito
Ser criativo	13,7	**43,3**	43,0
Ser rico	**62,2**	30,3	7,6
Ser igualitário	1,4	30,9	**67,7**
Ser admirado	16,6	**53,1**	30,3
Sentir-se seguro	1,7	32,5	**65,8**
Surpreender-se	30,9	**44,1**	25,0
Ser obediente	14,9	**53,6**	31,5
Importar-se com os outros	4,5	46,8	**48,7**
Ser humilde	2,8	35,3	**61,8**
Ser bon-vivant	11,6	**52,4**	36,0
Ser livre e autónomo	2,8	36,9	**60,3**
Ajudar os outros	1,2	37,4	**61,4**
Ser bem-sucedido	16,8	**50,8**	32,4
Sentir-se protegido	2,2	44,3	53,6
Ser aventureiro	**60,4**	30,1	9,5
Ser bem comportado	7,3	**48,3**	44,3
Ser respeitado	10,6	**54,1**	35,2
Ser leal	0,9	29,1	**70,0**
Ser ambientalista	1,2	46,8	**52,0**
Ser tradicionalista	4,3	38,8	**57,0**
Ser divertido	24,6	**47,6**	27,7

Vejo o "retrato" e sinto-me pouco retratado, sinto-me um privilegiado. Penso que o homenageado deve sentir o mesmo. Está justificado o título que dei ao texto.

2 Schwartz, S. e W. Bilsky (1987), "Toward a universal psychological structure of human values", *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, pp. 550-562.

A Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana
Uuma iniciativa pioneira de cooperação intermunicipal para o desenvolvimento do território

Rui Azevedo
Economista

Introdução

O presente texto responde ao convite que me foi formulado pelo professor Manuel da Silva Pereira, em nome da comissão coordenadora da obra *Estudos e Testemunhos em Homenagem a José Rebelo*, para a elaboração de uma comunicação académica sobre os "novos tempos informacionais, tanto no mundo físico como no ecossistema digital". O convite abria ainda a possibilidade de acolher "depoimentos e testemunhos pessoais sobre o percurso académico e profissional do professor doutor José Rebelo, ponderados sob a lupa da personalidade e do afeto".

Não estando eu profissionalmente ligado ao tema da comunicação, o que me impede de elaborar um texto nessa matéria, decidi, com o acordo dos promotores e nos termos do pedido, explorar a via do percurso e dos afetos que me ligam ao professor doutor José Rebelo, e preparar um texto cuja génese cruza um conjunto de dimensões, as seguintes: o interesse, que sempre reconheci em José Rebelo, pelos temas do território e do desenvolvimento local, que a sua experiência enquanto vereador da cultura na Câmara Municipal de Setúbal evidencia; o meu longo percurso profissional na área do desenvolvimento regional; a proximidade familiar e a amizade pelo José Rebelo que nos permitiu, e permite, partilhar experiências e ideias sobre os temas referidos.

Neste contexto, o elemento de partida para o presente texto é a viagem que conjuntamente efetuamos por terras de Trás-os-Montes, ele como correspondente do jornal *Le Monde*, e eu, jovem técnico da Comissão de Coordenação da Região do Norte (CCRN), enquanto acompanhante conhecedor da região. Este ponto de partida permite regressar ao início dos anos 1980 e revisitar algumas dinâmicas e experiências que considero terem, ainda hoje, elementos de atualidade e potencial de replicação. É, também, uma oportunidade para contactar com aspetos da realidade do país à época, e sinalizar campos de mudança e de progresso, nalgumas dimensões sim, noutras nem tanto.

Começo por situar a ação, que se passou durante o ano de 1983. José Rebelo contactou o presidente da CCRN, professor Luís Valente de Oliveira, dando-lhe conta do interesse em fazer um artigo para o *Le Monde* sobre a região Norte do

país, pedindo indicações quanto a experiências interessantes a conhecer e referências quanto a personalidades a entrevistar. O presidente da CCRN sugeriu Trás-os-Montes, que à época conhecia uma dinâmica promissora com a criação do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes (PDRITM), projeto que prosseguia o objetivo de estabelecer a base para o progresso tecnológico da agricultura da região, visando, de forma integrada, o "crescimento da produção agrícola, o estabelecimento de estruturas económicas de mercado e a criação de infraestruturas sociais". Sugeriu, ainda, o contacto com algumas autarquias da região e com uma experiência inovadora de associativismo intermunicipal, a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT). Coube-me, em sorte, acompanhar o professor José Rebelo nessa viagem com o papel de facilitar os contactos e de dar a conhecer algumas das dinâmicas da região. Foi uma viagem memorável, que ainda hoje revivemos nalgumas conversas, e que permitiu trazer para o espaço global de comunicação, através do *Le Monde*, um conjunto de experiências locais, passadas num espaço remoto do país.

Para a redação do presente texto socorri-me das minhas memórias. É um exercício com algum risco, não isento de erros, a memória com o tempo muda, aquilo que nos lembramos hoje pode não ser exatamente o que se passou na realidade, há a tendência para reinventar os factos. Para mitigar este risco decidi completar e refrescar as minhas memórias com informação recolhida recentemente, de forma direta, junto do engenheiro Rodrigo Sarmento Beires, à época diretor da AMTQT, a quem agradeço a valiosa colaboração.

O Portugal de então

Portugal, no início dos anos 1980, era um país em crise, a debater-se com as consequências do choque petrolífero de 1979 (aumento dos preços do crude em resultado da crise política no Irão) e com o programa de ajustamento do Fundo Monetário Internacional (1983-85). A crise foi superada através da aplicação de um conjunto de medidas de política económica restritiva, nomeadamente a forte diminuição do investimento público, a limitação do crédito e a desvalorização do escudo, que permitiram um reequilíbrio das contas externas à custa do aumento das exportações (pelo efeito da desvalorização da moeda) e da contração da procura interna. Foi um período de diminuição do PIB real *per capita*, de inflação e de desemprego, acompanhado por algumas tensões sociais que o Governo de bloco central (PS e PSD), entretanto saído das eleições legislativas de abril de 1983, tentou ultrapassar. O PIB real *per capita* veio a recuperar, para valores pré-crise, em 1986.

Portugal era um país jovem, mas atrasado. O quadro seguinte ilustra, através de um conjunto de indicadores selecionados nos domínios da demografia, economia, educação, infraestruturas e área social, dimensões desse atraso, comparando a situação de então com a atualidade.

A população total de Portugal aproximava-se, em 1980, dos nove milhões de habitantes, incorporando mais de meio milhão de retornados das ex-colónias que entraram no país na segunda metade da década de 1970. Estas pessoas foram

Quadro 1 Indicadores socioeconómicos

Indicadores socioeconómicos	Valor + antigo	Valor + recente
População residente (milhões) em 1974 e 2023	8900	10.640
% de população com mais de 65 anos em 1974 e 2023	10%	24%
% de população no escalão etário 0-14 anos em 1974 e 2023	28%	13%
PIB a preços correntes em 1980 e 2023 (mil milhões de euros)	84	285
PIB per capita a preços correntes em 1980 e 2023 (euros)	856	26.666
PIB per capita em paridade de poder de compra em 1995 e 2024 (EU=100)	80,9	81,2
Salário mínimo mensal em 1974 e em 2025 (euros)	45	870
Salário médio anual em 1974 e em 2025 (euros)	9706	22.933
% de exportações de bens e serviços no PIB em 1980 e 2024	20	47
Nível de escolaridade (até ao básico) da população dos 15 aos 64 anos em 1992 e em 2024, em %	38,70%	79,80%
Taxa de abandono escolar precoce (% de pessoas entre os 18 e 24 anos que deixaram de estudar sem concluir o secundário) em 1992 e 2024	50%	6,60%
N.º de alunos no ensino superior em 1978 e em 2024	81.582	448.235
% de população com ensino superiorem 1992 e em 2024	8,50%	28,60%
% de população servida por ETAR em 2002 e em 2020	73%	85%
Mortalidade infantil (n.º de mortos durante o 1.º ano de vida por 1000 nados vivos em 1974 e 2023)	38	2
Esperança de vida à nascença em 1980 e em 2023 (anos)	71,8	81,2
N.º de médicos por 100 mil habitantes em 1975 e em 2021	119	546
N.º de enfermeiros por 100 mil habitantes em 1975 e em 2021	200	645
N.º de km de via férrea em 1974 e em 2024	3563	2527
N.º de km de autoestrada em 1974 e 2023	66	3115

Nota: os valores mais antigos reportam-se a anos diferentes, seguindo a disponibilidade de informação da PORDATA.

Fonte: PORDATA.

integradas em diferentes áreas do território nacional, nomeadamente em zonas do interior, tendo contribuído para a sua dinamização. A população era relativamente jovem, o peso do grupo etário com mais de 65 anos não ultrapassava os 10% e a população do escalão etário 0-14 anos representava 28% da população total. Era uma população com baixo nível de escolaridade.

Em 1992, a percentagem de população que tinha como nível de escolaridade máximo o ensino básico era de 38,7% (79,8% em 2024). O baixo nível de escolaridade é também evidenciado pelos indicadores relativos ao ensino superior, nomeadamente pela percentagem de população com ensino superior, 8,5% em 1992 (28,6% em 2024). Destaque ainda para o indicador da taxa de abandono escolar (pessoas entre os 18 e 24 anos que deixaram de estudar sem concluir o secundário, em %) que era de 50% em 1992 (6,6% na atualidade). Os indicadores económicos

refletem também a situação de atraso do país; em 1980 o PIB *per capita* era, convertido em euros, de 856 (que corresponde ao valor de 11.016 euros corrigindo a inflação no período, a partir do simulador PORDATA), o que compara com o valor de 26 666 euros em 2024, ou seja, menos de metade do produto criado por habitante. O valor do salário mínimo mensal e do salário médio anual eram, em 1974, corrigindo a inflação no período, respetivamente de 578 euros e de 18.160 euros.

Os indicadores relativos à qualidade de vida evidenciam também a situação de atraso do país, seja no que respeita à esperança de vida à nascença, à mortalidade infantil e ainda ao número de profissionais de saúde por mil habitantes. Estes indicadores tiveram, em todos os casos, mas com particular destaque para o indicador da mortalidade infantil, uma evolução muito significativa. A mortalidade infantil passou de 38 óbitos por mil nados vivos em 1974 para 2 óbitos por mil nados vivos em 2023. Finalmente, no que respeita às infraestruturas de transporte, destaque para a quase ausência de autoestradas no País em 1974 (apenas 66 km) e para o número de km de via-férrea em operação, que no início dos anos 1980 era superior em 1036 km à rede em operação na atualidade.

Em síntese, os indicadores anteriores evidenciam as carências existentes em Portugal na década de 1980 e a evolução muito significativa registada em quase todos eles, desde então até à atualidade. É inquestionável a melhoria da dotação infraestrutural do país, a melhoria do nível de escolaridade dos portugueses, a melhoria das condições sociais e de vida, o crescimento e qualificação da nossa economia, para o que muito contribuiu o apoio dos fundos comunitários que o país recebeu a partir da adesão à CEE. No entanto, o índice relativo ao PIB *per capita* em paridade do poder de compra (EU = 100) apresenta uma evolução muito modesta entre 1995 (80,9) e 2024 (81,2). Esta evidência coloca a questão de saber porque é que a resolução de alguns dos problemas estruturais do país não se traduziu em maior convergência de desenvolvimento relativamente à média europeia.

Evidentemente que os demais Estados-membros da UE também cresceram e, em muitos casos, a ritmos superiores ao crescimento português, o que pode explicar, parcialmente, a fragilidade do processo de convergência. Haverá, no entanto, outros fatores explicativos a aprofundar, para se perceber como é que a melhoria global das condições de vida que os indicadores retratam não se projetou em maiores níveis de crescimento em Portugal.

Foi neste contexto macroeconómico desafiante do início dos anos 1980, que avançava em Portugal o processo de consolidação da democracia e, nesse âmbito, a organização e o reforço do poder local democrático. Pugnava-se pelo desencravamento das zonas interiores, pela melhoria da dotação infraestrutural do país nos domínios do saneamento básico e dos equipamentos coletivos necessários à satisfação das necessidades das comunidades nas áreas cultural, desportiva, social, saúde e de educação. Vivia-se, na CCRN, um ambiente de compromisso com o desenvolvimento, sob a liderança do professor Luís Valente de Oliveira, apoiado por uma equipa jovem e motivada e suportada, no terreno, pela rede de Gabinetes de Apoio Técnico (GAT), criados em 1979.

Os GAT foram um modelo inovador, envolvendo, em parceria, as autarquias locais e a administração central, através das comissões de coordenação regional.

Os quadros das autarquias locais eram, à época, limitados, faltavam engenheiros, arquitetos e economistas que apoiassem os processos de desenvolvimento local. Os GAT permitiram a instalação no terreno de equipas técnicas multidisciplinares que apoiaram a construção de infraestruturas básicas e de equipamentos coletivos essenciais à melhoria das condições de vida das populações. A administração central responsabilizava-se, através das comissões de coordenação regional, pelo pagamento dos encargos com o pessoal, e a administração local assegurava as despesas com a gestão corrente. A área de intervenção dos GAT era intermunicipal, cobria o território de um conjunto de municípios de proximidade, constituindo, dessa forma, um embrião decisivo para o desenvolvimento da cooperação intermunicipal. Todo este processo de fortalecimento da cooperação entre municípios, que se desenrolou ao longo de décadas, foi percursor da criação das atuais Comunidades Intermunicipais (CIM).

A viagem a Trás-os-Montes e a experiência da AMTQT

A viagem

A viagem entre o Porto e Mirandela fez-se através da Estrada Nacional 15, numa extensão de cerca de 170 km. Partimos do Porto num dia pardacento de outono, não sei precisar a data, eu, o professor José Rebelo e um motorista da CCRN, que nos conduziu com segurança até ao destino. O percurso não era fácil, as estradas não ajudavam, não havia autoestradas nem vias rápidas que facilitassem a penetração para o interior. O IP4 e a A4 só vieram a ser construídos muito mais tarde.

Saímos do Porto pela Areosa, em direção ao Alto da Maia onde tomamos a "estrada da formiga" até Valongo. Este primeiro troço, apesar da sua curta extensão, foi demorado pela acumulação de tráfego, especialmente à saída do Porto e na travessia de Valongo (a estrada nacional atravessava os centros urbanos que se encontravam no seu caminho). Em Valongo, as vendedoras de biscoito (*Paupério*) e de regueifa marcavam presença na berma da estrada, os produtos eram apreciados e justificavam pequenas paragens. Depois de Valongo seguimos em direção a Paredes e a Penafiel, passando pela casa do Zé do Telhado, famoso salteador que em meados do século XIX operava na região, conhecido por "roubar aos ricos para dar aos pobres". Atravessamos o Tâmega em Amarante, cidade do pintor Amadeo de Sousa Cardoso e do seu museu, e entramos na subida da serra do Marão, as chamadas "voltinhas do Marão", serra acima, descobrindo novas paisagens ao desfazer de cada curva e, quase a chegar ao Alto de Espinho, paragem na Pousada de São Gonçalo, estrategicamente colocada com excelentes vistas sobre a serra, espaço convidativo para um retemperador momento de café.

Prosseguimos viagem em direção a Vila Real com paragem para almoço em Parada de Cunhos. Fomos ao restaurante Toca do Lobo (já encerrado) onde, em ambiente familiar e muito acolhedor, nos confrontamos com um cozido à portuguesa, uma das especialidades locais, que ainda hoje nos vem à memória. O almoço permitiu-nos avançar a conversa sobre a região, as dinâmicas locais, o trabalho da

CCRN, enquadramento útil para os momentos que se seguiriam. Findo o almoço, retomamos a estrada e chegámos a Vila Real. Estava transposto o Marão, a barreira natural que separa o Douro Litoral de Trás-os-Montes, a dimensão do obstáculo vencido confere sentido ao ditado "para lá do Marão, mandam os que lá estão".

Hoje o território está aplainado, quem viaja do Porto para Vila Real tem passagem facilitada através da A4 e do túnel do Marão (cerca de 7 km). Perde-se o embate com o território, com a grandeza da serra e as suas dificuldades, ganha-se em comodidade, rapidez e segurança. Em Vila Real, o professor José Rebelo entrevistou o presidente da câmara municipal, Dr. Armando Moreira, primeiro presidente eleito após o 25 de Abril de 1974. Vila Real vivia, à época, um período desafiante com o início do funcionamento da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), criada em 1979, dando continuidade ao Instituto Politécnico de Vila Real (com atividade iniciada em 1975). Uma das áreas de aposta da UTAD foi a área da vinha e do vinho, tendo contribuído para a formação de uma nova geração de enólogos e técnicos e técnicas de viticultura, cuja ação foi meritória no desenvolvimento do setor do vinho na região do Douro, induzindo aí uma flagrante reconfiguração e valorização da economia e da paisagem da região.

Retomamos a viagem, vencemos as curvas de Murça, teste aos estômagos mais frágeis, e chegamos a Mirandela ao final do dia, onde ficamos alojados no Hotel Mira Tua, a unidade hoteleira com melhor referência na região, mas a necessitar de alguma manutenção, tinha albergado retornados das ex-colónias. Na manhã seguinte estava marcada a visita à Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, com sede em Mirandela, e a entrevista ao seu diretor, engenheiro Rodrigo Sarmento Beires, que exerceu funções entre 1982 e 1987.

A AMTQT

A AMTQT foi constituída em 1982 pelos municípios de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Mirandela e Vila Flôr, a que bastante mais tarde se juntou o município de Macedo de Cavaleiros, completando o conjunto de municípios da Terra Quente Transmontana. A criação da AMTQT beneficiou do apoio do GAT da Terra Quente Transmontana, que promoveu, no âmbito das suas competências, a cooperação intermunicipal para a resolução de um conjunto de carências infraestruturais existentes na região.

A iniciativa foi pragmática e partiu da premente necessidade de operacionalizar um novo serviço urbano e rural de recolha e destino final de lixos que se avolumavam, vindo depois a alargar a sua ação a outros domínios. A AMTQT representou um passo adiante na dinâmica da cooperação intermunicipal, mobilizando os municípios para a resolução de outros problemas em áreas menos tradicionais de intervenção, não cobertas integralmente pela ação do GAT, mas em articulação com ele. A estrutura da AMTQT, à época, era composta por uma administração que integrava os quatro presidentes das autarquias aderentes, tendo como executivo um diretor geral e uma equipa técnica, inicialmente apenas apoiada nos técnicos do GAT, mas que se veio a tornar multidisciplinar, constituída por técnicos de engenharia civil,

sistemas informáticos, economia, arquitetura. Esta equipa contou com o apoio de técnicos exteriores em áreas especializadas, nomeadamente nas áreas da educação e da cultura.

A AMTQT, liderada, pelo engenheiro Rodrigo Sarmento Beires, prosseguiu atividade meritória nas seguintes áreas principais:

— recolha, transporte e tratamento final de resíduos sólidos urbanos (RSU), tendo sido o 1.º sistema intermunicipal de recolha rural e urbana e tratamento de RSU no país;
— informatização dos serviços dos municípios da AMTQT, numa lógica intermunicipal, simplificando todos os processos administrativos e beneficiando de efeitos de escala e de economia de custos, experiência-piloto a nível nacional;
— organização da rede de transportes escolares na TQT, promovendo a combinação destes com os serviços de transportes locais e regionais, negociado o financiamento e descentralização destas para os municípios;
— apoio à criação do 1.º "agrupamento escolar" do país, promovendo a reunião dos conselhos diretivos das diferentes escolas da TQT de forma que fosse coordenada a oferta formativa e a deslocação de professores e alunos de acordo com as necessidades;
— educação de adultos, em coordenação com os municípios, promovendo dezenas de associações culturais nas freguesias, o que permitiu o acolhimento, em 1988, em Carrazeda de Ansiães, do Seminário Europeu de Educação de Adultos;
— desenvolvimento cultural da Terra Quente, trabalhando com as associações locais na dinamização de diversas atividades artesanais e culturais, promovendo o reforço da ligação entre os núcleos urbanos e as aldeias;
— criação de um Gabinete de Apoio Empresarial para estimular e apoiar as iniciativas económicas locais e atrair investimento exterior e que veio a resultar na criação de um ninho de empresas, modelo que se viria a generalizar no país;
— elaboração de um Plano Diretor Intermunicipal geral, induzindo regras comuns de ordenamento do território e dos processos de licenciamento, já georreferenciados, mais tarde generalizadas com a nova figura do Plano Diretor Municipal.

As atividades descritas destacam-se pelo seu pioneirismo, pela visão estratégica e pelo carácter inovador. Ainda hoje, 40 anos volvidos, este tipo de ações tem pertinência, com relevância para os aspetos seguintes:

— um entendimento do processo de desenvolvimento que assenta na abordagem global e integrada ao território e aos seus problemas, promovendo intervenções em áreas diversas e a exploração de complementaridades e de sinergias entre elas;
— um processo de desenvolvimento assente na mobilização e participação das forças locais e da sua cooperação na resolução de problemas comuns;

— o reforço do sentido de identidade e de pertença a uma comunidade mais alargada, ultrapassando barreiras e divisões entre municípios e entre territórios rurais e urbanos;
— abertura ao exterior, através da exploração de ligações entre os níveis local, regional e nacional, nomeadamente através de uma interação forte com a administração central, mas também no plano internacional através da participação em redes para a promoção do território, dos seus produtos e atividades;
— orientação para a ação, através da montagem partilhada e concretização de projetos dirigidos à resolução de problemas locais, numa lógica de cooperação;
— reforço da credibilidade dos projetos e propostas concretas que os autarcas podem apresentar ao governo e empreendedores, capazes de induzir mudanças regulamentares / legais e de ganhar novos meios para a sua operacionalização.

À distância, o olhar retém alguns fatores que podem explicar o sucesso da ação da AMTQT:

— liderança política e visão estratégica local e regional capaz de resolver rivalidades locais e partidárias e de sensibilizar o poder central e empresarial;
— vontade de cooperar entre as entidades locais e seus líderes e sentido de serviço público;
— perfil do diretor da AMTQT, enquadrado com as funções de agente de desenvolvimento e portador de experiência profissional relevante, acrescido de uma rede de contactos e facilidade de interlocução junto dos diferentes níveis de poder;
— capacidade de liderança de montagem de propostas inovadoras, agregando agentes e meios;
— relevância da equipa técnica (interna e externa), multidisciplinaridade e capacidade de trabalho em equipa;
— enquadramento político favorável à procura e identificação de oportunidades e à proposição e montagem de projetos inovadores.

Os resultados atingidos pela AMTQT foram inspiradores para outras associações de municípios e para a cooperação intermunicipal. As atuais comunidades intermunicipais são herdeiras destas dinâmicas pioneiras.

Um aspeto que merece destaque é o facto da atividade da AMTQT se focar, exclusivamente, na dinamização do processo de desenvolvimento. Portugal não era ainda beneficiário de fundos comunitários, não havia fundos para gerir. Cada projeto tinha de encontrar a sua fonte de financiamento junto da administração local, ou da administração central, ou de ambas. Atualmente, as comunidades intermunicipais têm um perfil diferente, incorporam nas suas funções uma carga burocrática relacionada com a gestão de programas e de projetos financiados por fundos comunitários, o que implica alterações de posicionamento na animação dos processos de desenvolvimento.

Surgiram, também, outras organizações vocacionadas para o desenvolvimento local, em linha com a iniciativa comunitária LEADER, dinamizadas por agências de desenvolvimento local, associações que contam, no seu corpo de associados, com os municípios e outros atores locais. Estas associações também gerem programas de apoio ao desenvolvimento local.

Os desafios que se colocam hoje aos territórios, e particularmente aos territórios de baixa densidade, são diferentes dos que se colocavam no início dos anos 1980. Vencida a etapa da infraestruturação e da acessibilidade, permanecem ainda desafios relacionados com o desenvolvimento económico e social e o combate à desertificação. A estes acrescem os desafios decorrentes da transferência de competências da administração central para a local, e novos desafios relacionados com a adaptação às alterações climáticas, a descarbonização, a transformação digital, a integração de novas comunidades.

Para responder eficazmente a estes desafios, a experiência vivida no início dos anos 1980 pela AMTQT pode ser inspiradora. A cooperação é fundamental para reunir capacidades e meios e garantir a coerência e a eficácia das intervenções no terreno. A criação de agências de desenvolvimento regional que garantam um melhor ordenamento e alinhamento dos atores, públicos e privados, a intervir no mesmo território, poderá ser uma via para federar interesses, reunir competências e coordenar as respostas aos desafios que hoje os territórios necessitam para o seu desenvolvimento.

NOTA PRÉVIA

É único e singular o contributo que agora se publica.

"Cidadão da resistência", como o denomina Helena Pato na nota biográfica que acompanha o "inventário de espólio" doado ao Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra, Manuel Macaísta Malheiros ficou conhecido, entre outros, como ativista associativo das lutas académicas, advogado dos sindicatos antifascistas e defensor de presos políticos nos tribunais plenários da ditadura.

Onde se "encontra" com José Rebelo é, porém, nas reflexões que elabora sobre as águas subterrâneas da bacia do Sado, o rio da sua cidade, Alcácer do Sal, no distrito de Setúbal, de que foi governador civil entre 2009 e 2011. Um tema que Rebelo igualmente acarinhou, no desempenho de funções autárquicas, como vereador da Câmara Municipal de Setúbal, com o pelouro de Informação e Cultura, entre 1985 e 1989.

O Sado pulsou nas veias das gentes do mar que, oriundas sobretudo das regiões de Ovar e de Olhão, povoaram bairros populares de Setúbal, como o bairro de Troino e o das Fontaínhas. Mês a mês, amealhavam o pouco que o sustento quotidiano lhes deixava para enfrentar o duro inverno — os três meses de defeso — durante o qual os barcos de pesca ficavam ancorados nas docas, a lota esvaziava-se e as fábricas de conservas de sardinha fechavam portas. Era o desemprego, a miséria; eram as dívidas acumuladas na mercearia; era o recurso às casas de penhores e aos usurários, que emprestavam dinheiro a troco de taxas de juros escandalosamente especulativas. Mas era também o tempo em que as lutas reivindicativas atingiam o máximo de intensidade. O tempo em que, impulsionadas por um fervor comunitarista, as associações de classe, culturais e / ou recreativas se multiplicavam.

Na segunda metade do século passado, iniciou-se uma alteração no povoamento da cidade. Aos marítimos sucederam migrantes vindos das terras alentejanas em busca de trabalho na agricultura e, depois, nas indústrias de construção e reparação naval ou de montagem de automóveis. E Setúbal estendeu-se para leste — Gâmbia, Pontes, Alto da Guerra. Com a modernização da rede de transportes, a cidade tornou-se, pouco a pouco, um dormitório de Lisboa; a ela afluíram, então, multidões vindas de toda a parte, com as inerentes contradições sociais e políticas. As eleições autárquicas de 2025 espelham essa nova realidade.

É certo que, entretanto, os bairros populares foram mudando de aspeto. Muitas das suas habitações térreas ostentam, ao lado da porta de entrada, uma placa em acrílico com as iniciais A.L. (alojamento local).Mas o estuário do Sado, esse, continua a pautar a vida da cidade. Expõe-se à admiração dos turistas. Oferece-lhes, nos restaurantes que polvilham as zonas ribeirinhas, as mais apreciadas iguarias.

O texto de Manuel Macaísta Malheiros, ao propor soluções para os graves riscos que a bacia aquífera do Sado atravessa, quer ser ao mesmo tempo uma celebração de todos aqueles pescadores, como Jaime Rebelo, o avô do homenageado, que, suportando a tortura, a prisão e a deportação, lutaram pela criação de uma maneira diferente de viver.

Reflexões sobre as águas subterrâneas da Bacia do Sado
Sobre-exploração, poluição e intrusão salina

Manuel Macaísta Malheiros
Jurista, governador civil de Setúbal, (2009-2011)

Caro professor doutor José Rebelo,

O Sado, Rio Azul, no dizer dos poetas que o cantaram, é agora centro de preocupações. Com o andar dos tempos, os areais desde Troia até ao Sul do Alentejo foram descobertos pelos exploradores do turismo, do imobiliário e agora pelo agronegócio. Este é o tema que tentarei, com toda a modéstia, desenvolver, em homenagem à dedicação que tem por esta região do sul, pelas suas gentes e pelas suas expetativas de progresso sustentável, como prova de estima e admiração.

1. As águas subterrâneas da Bacia Tejo-Sado correm graves riscos e as causas principais são os projetos fabulosos de empresas que prometem investimentos mirabolantes de milhões, com um capital social que raramente ultrapassa os 10.000,00 euros. Projetos com impactos fortemente negativos na Rede Natura 2000, que integra a Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta / Galé e a Zona de Proteção Especial (ZPE) do Estuário do Sado.

Esses projetos aumentam de forma perigosa o risco de poluição por nitratos que serão usados por tempo indefinido na plantação e manutenção das plantações.

2. A sobre-exploração das águas subterrâneas aumenta o risco de intrusão de água salgada nas reservas de água doce. Os nossos cientistas advertem para estes perigos. No estudo do professor engenheiro Rodrigo P. Oliveira, Água em Portugal (pág. 29), refere-se que na Bacia do Tejo-Sado se situa o mais extenso e produtivo sistema aquífero da península ibérica e que por isso mesmo deve ser especialmente protegido.

3. É especialmente relevante, para a região da Bacia do Tejo, o aquífero da margem esquerda do Sado, que foi objeto de um bem fundamentado e rigoroso estudo de João Pedro Galvoeira Ourives, na sua dissertação de mestrado, defendida em 4 de julho de 2024 na Universidade de Coimbra, com o título *Caracterização Hidrogeológica Geral do Sistema Aquífero da Bacia do Tejo-Sado / Margem Esquerda (t3) (Alcácer do Sal) — Análise dos Padrões de Consumo de Água. Setor entre Comporta e Alcácer do Sal, Setúbal.*

4. Com a devida vénia transcrevemos do resumo da sua tese:

> A presente dissertação tem como principais objetivos a avaliação e identificação dos volumes e condições hidrogeológicas de exploração da água subterrânea na margem esquerda do rio Sado, a caracterização dos padrões de consumo de água ao longo do tempo, a criação de um geovisualizador para facilitar a consulta dos dados, e finalmente uma proposta de reformulação ou de controlo da rede de furos local para resolução dos eventuais problemas detetados.
>
> (…) Em específico para este trabalho, foram escolhidos três piezómetros, sendo considerados os mais influentes e proximais à zona de estudo, a partir dos quais foram feitas análises dos níveis hidrostáticos ao longo do tempo, bem como mapas de variação de cota do dito nível hidrostático, para, de certa forma, entender qual a influência que os furos têm em cada piezómetro. Os furos em causa pertencem a várias empresas que se encontram alojadas na zona de estudo, existindo um perigo no que toca à sobre-exploração do sistema aquífero em causa.
>
> Complementando com todos os dados recolhidos de infiltração e precipitação, e a análise de um vasto número de furos e caudais de extração dos mesmos, o objetivo foi tentar perceber se será necessário controlar/reformular a rede de furos e/ou colocar limites no que toca à exploração dos recursos hidrogeológicos.

5. Na pág. 66 o autor formula as "Considerações finais e recomendações", salientando desde logo que os resultados obtidos nesta investigação, nomeadamente em relação à exploração de recursos hidrogeológicos na área de estudo, reforçam a necessidade de implementação de limites bem fundamentados de caudais de exploração (estipulados pela APA). O autor formula recomendações específicas com vista à proteção do aquífero:

— Reformulação dos caudais de exploração praticados na rede de furos regional, mas com maior premência nos furos da zona mais proximal à foz do rio Sado, nomeadamente no grupo de furos mais próximo do piezómetro 476/21, onde nos meses de verão os valores da cota do nível hidroestático chegam mesmo a atingir valores negativos. Isto pode proporcionar fenómenos de intrusão salina proveniente do movimento de água do mar em direção aos furos mais próximos do litoral.
— Apesar de não estar provado um risco muito significativo para a integridade do sistema aquífero, dever-se-á dar atenção aos furos que possam vir a ser implementados, e fazê-lo de forma mais controlada e gradual, pois, apesar de tudo, foi notável um decréscimo nas cotas dos níveis hidrostáticos advindo da instalação muito concentrada de vários polos de furos após o ano de 2015.
— É de referir que, além da análise dos aspetos quantitativos, o estudo e a monitorização da hidroquímica e da qualidade das massas de água subterrânea regionais e locais é fundamental. A nossa área de estudo encontra-se numa zona de grande exploração agrícola e silvícola; assim, é necessário ter atenção à utilização de produtos químicos, tais como pesticidas e fertilizantes. As massas de água subterrânea evoluem num cenário geológico

bastante poroso, constituído principalmente por formações areníticas, o que, juntamente com os elevados valores da cota de nível hidroestático, facilita a infiltração e propagação destes produtos químicos no domínio das águas subterrâneas. Estes pontos também se revelam importantes quando falamos de intrusão salina, pois, como mencionado anteriormente, a rede de furos encontra-se muito próxima da linha de costa e torna-se crucial a monitorização da qualidade da água subterrânea de forma a detetar possíveis aumentos de salinidade e presença de cloretos.

— Atuar num incremento do número de pontos de monitorização (piezómetros). Apesar de serem feitas medições dos níveis hidrostáticos diariamente desde 2017, seria vantajoso obter mais pontos de referência. Desta forma seria possível exercer uma mais equilibrada e fiável supervisão das condições do sistema aquífero, de forma a otimizar ao máximo o controlo sobre os caudais ideais de extração nos furos da zona de estudo.

6. A Estratégia Nacional — "Água que une" adverte: "o Alentejo está em escassez extrema… prevendo-se o agravamento."

7. A Agência Europeia do Ambiente (AEA). É de manifesta importância o ALERTA da Agência Europeia do Ambiente quanto a Portugal, para prevenir uma situação de elevada escassez.

O Relatório da Agência Europeia do Ambiente (AEA) *Ambiente e Clima da Europa: Conhecimento para Resiliência, Prosperidade e Sustentabilidade*, publicado em 28 de setembro de 2025, na parte em que analisa a situação portuguesa refere: "observa-se uma tendência preocupante nos recursos hídricos. Em Portugal continental, o Índice de Escassez para o período 1930-2015 foi de 30%, enquanto para o período 1989-2015 foi de 34%, indicando uma situação de elevada escassez."

Na pág. 1 desse texto escreve-se: "Portugal é um país do sul da Europa que sofre impactos substanciais das alterações climáticas. O aumento das perdas económicas relacionadas com o clima é particularmente significativo no que diz respeito a secas prolongadas, incêndios florestais, erosão costeira e inundações repentinas, com impactos significativos na disponibilidade de água."

A AEA observa ainda que "a agricultura exerce a pressão mais significativa sobre as águas superficiais e subterrâneas no sul da Europa, onde se situa Portugal, e que a pressão das captações é uma preocupação fundamental para o elevado índice de escassez de água no país."

8. Perante estes avisos, todas as autoridades portuguesas responsáveis pela gestão da água devem aplicar rigorosamente os princípios consagrados na "Lei da Água" (Lei n.º 58/2005 de 29 de dezembro).

— Princípio de gestão integrada das águas e dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados e zonas húmidas deles diretamente dependentes, por força do qual importa desenvolver uma atuação em que se atenda

simultaneamente a aspetos quantitativos e qualitativos, condição para o desenvolvimento sustentável;
— princípio da precaução, nos termos do qual as medidas destinadas a evitar o impacto negativo de uma ação sobre o ambiente devem ser adotadas, mesmo na ausência de certeza científica da existência de uma relação causa-efeito entre eles;
— princípio da prevenção, por força do qual as ações com efeitos negativos no ambiente devem ser consideradas de forma antecipada para eliminar as próprias causas de alteração do ambiente ou reduzir os seus impactos quando tal não seja possível.

9. A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e o Conselho Nacional da Água têm reiteradamente manifestado a sua preocupação quanto a estes riscos.

10. As autarquias do Alentejo Litoral, em 2025, aprovaram o PIAAC — AL, o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alentejo Litoral em que, na pág. 27, manifestam a sua preocupação com as águas subterrâneas: "Também a disponibilidade e qualidade das águas subterrâneas serão afetadas pelo aumento da procura de água, podendo mesmo conduzir a fenómenos de intrusão salina".

11. Necessidade de fiscalização e controlo. É urgentíssimo garantir que a exploração das águas dos aquíferos existentes em Portugal, consideradas reservas estratégicas nacionais, seja fiscalizada e controlada para garantir a segurança e defesa do país e possibilitar uma melhor utilização dos recursos hídricos.

Como assinalou a APA, em notícia no *Público*, 27 de julho de 2023, "Portugal deve avaliar se as águas subterrâneas devem ser públicas e cobradas". Na mesma notícia adverte-se: "Há 93 massas de água subterrâneas e, dessas, 17 estavam em situação crítica em junho [de 2023]".

"Urge dotar o licenciamento dos meios suficientes para garantir uma fiscalização eficaz das águas subterrâneas, quer em termos de cumprimento dos títulos de utilização de recursos hídricos, quer em termos de controlo de furos ilegais" (CNA — Comissão Nacional da Água).

12. O Conselho Nacional da Água, no seu estudo *Medidas para Evitar a Escassez de Água em Contexto de Secas Prolongadas*, 2023, na pág. 19 adverte: "deve destacar-se que o sistema aquífero Tejo-Sado / Margem Esquerda é utilizado pela agricultura e também indústria, e abastece de água as populações da margem esquerda do rio Tejo, desde Almeirim e Alpiarça até Setúbal e Palmela, além dos grandes centros populacionais de Alcochete, Montijo, Almada, Seixal e Sesimbra. Sendo que se tem verificado uma descida considerável dos níveis piezométricos, devido não só à diminuição expressiva da precipitação desde 2000 e aos períodos de seca, mas também em consequência do aumento das utilizações".

13. A Resolução da Assembleia da República n.º 86/2022, de 26 de dezembro, recomendava ao Governo que incentivasse a recarga artificial de aquíferos para reforço da eficiência hídrica.

14. A professora doutora Luísa Schmidt, no texto "Água entornada", publicado no *Expresso*, de 6 de setembro deste ano, salientava, também, no n.º 4: "o Estado desconhece a extensão dos usos e abusos de extrações por furos e as disponibilidades e qualidade dos aquíferos: não há conhecimento e não há fiscalização."

15. Já em 21/5/2024, Alexandra Lucas Coelho escrevia no jornal *Público*, "temos 'Alquevas' debaixo dos pés e ainda não sabemos como os usar", chamando a atenção para a urgência de uma boa gestão e proteção das águas subterrâneas.

16. O professor engenheiro Rodrigo P. Oliveira, responsável por importantes estudos sobre esta matéria, confirma que a dificuldade maior tem que ver com a falta de informação. "Cada aquífero é um aquífero. É muito difícil avaliar o uso. São dezenas de milhares de furos em operação numa dada região. É muito difícil monitorizar essas dezenas de milhares. Esse é um dos grandes desafios na gestão dos recursos hídricos: arranjar forma de monitorizar melhor quanto é que estamos a utilizar de águas subterrâneas."

17. É necessário e urgente avançar com a monitorização. A Diretiva-Quadro da Água da União Europeia estabeleceu como meta alcançar o bom estado quantitativo de todas as massas de água subterrâneas europeias até 2027. Em Portugal, a APA promete "capacitar com instrumentos e nova tecnologia, para proteger melhor" porque "só se gere o que se mede."

18.Tendência de descida — Comissão de Acompanhamento da Seca. De acordo com o Relatório da Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento da Seca (junho de 2024), da Agência Portuguesa do Ambiente, "os níveis de água subterrânea na Massa de Água na Bacia Tejo-Sado / Margem Esquerda nas estações monitorizadas permanecem significativamente baixos e inferiores ao percentil 20. Ao longo do tempo, os níveis piezométricos apresentaram uma tendência de descida, encontrando-se inferiores aos níveis da seca de 2005, sendo a situação das águas subterrâneas, no corrente ano hidrológico, mais grave que no ano de 2005 e, significativamente, mais desfavorável que na seca de 2022, continuando a registar-se uma tendência de descida significativa nas estações 442/94, 476/21 e 484/8."

19. Como já avisara a professora doutora Maria Manuela Morais em "Educação ambiental e recursos hídricos em Portugal", em *Educação Ambiental*, 2016, pág. 109 e seguintes, salientando, no que se refere à situação em Portugal, que "a agravar este cenário todas as projeções futuras preveem que o Mediterrâneo (onde se insere todo o sul de Portugal) se torne uma região muito sensível, com aumento de temperatura e diminuição de precipitação e de escoamento (IPCC, 2014)."

20. UNESCO — *Rapport Mondial des Nations Unies sur la Mise en Valeur des Ressources en Eau 2022*. Não pode deixar de se referir o Relatório Mundial das Nações Unidas (2022) sobre a valorização das águas subterrâneas, com o subtítulo literariamente sugestivo (em francês) "Rendre visible l'invisible", que veio chamar a atenção a nível global para a gestão e governança das águas subterrâneas no mundo, advertindo para a fragilidade deste recurso e para a necessidade de as gerir de forma durável.

"As águas subterrâneas constituem quase 99% de todas as reservas de água doce líquida na terra." A UNESCO adverte que a subida do nível do mar causará a intrusão da água do mar nos aquíferos próximos da costa no mundo inteiro. No entanto, as consequências da elevação do nível do mar sobre a intrusão são muitas vezes mínimas relativamente às da extração das águas subterrâneas.

21.Os legisladores e os decisores políticos não podem ficar inativos. O ordenamento jurídico português tem disposições imperativas que impõem a intervenção imediata das instituições responsáveis. Na Constituição da República Portuguesa estatui-se:

> Artigo 81.º — Incumbências prioritárias do Estado
> Incumbe prioritariamente ao Estado no âmbito económico e social:
> (…)
> n) Adotar uma política nacional da água, com aproveitamento, planeamento e gestão racional dos recursos hídricos.
> Artigo 93.º — Objetivos da política agrícola
> 1. São objetivos da política agrícola:
> (…)
> d) Assegurar o uso e a gestão racionais dos solos e dos restantes recursos naturais, bem como a manutenção da sua capacidade de regeneração.
> Estes princípios encontram-se também inscritos na "Lei da Água" (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro):
> Artigo 47.º — Objetivos para as águas subterrâneas
> (…)
> 2 — Deve ser alcançado o bom estado das águas subterrâneas, para o que se deve:
> a) assegurar a proteção, melhoria e recuperação de todas as massas de água subterrâneas, garantindo o equilíbrio entre as captações e as recargas dessas águas.
> Artigo 57.º — Deveres básicos dos utilizadores
> Os utilizadores dos recursos hídricos devem atuar diligentemente, tendo em conta as circunstâncias, de modo a:
> (…)
> b) obter um uso económico da água sustentável e compatível com a manutenção da integridade dos recursos hídricos.

22. Há algumas hesitações quanto à regulamentação pública e de direito privado sobre a propriedade da gestão das águas. O professor engenheiro Rodrigo P. Oliveira, op. cit. p. 53 e segs., a propósito do quadro legal e institucional refere que o Código Civil inclui um conjunto de artigos pouco claros que têm sido utilizados como

justificação para a classificação das águas subterrâneas como um bem privado, e conclui, com plena razão, que essa normativa não está adaptada aos conhecimentos científicos atuais. Na verdade uma realidade como o aquífero Tejo-Sado de que só agora se tem plena consciência não pode de modo algum ser regida pelos princípios estritos e desatualizados do Código Civil.

23. Na verdade basta atentar o disposto quanto ao condomínio de águas no disposto nos artigos 1398.º e 1399.º do Código Civil para concluir que a legislação civil está desatualizada em relação aos conhecimentos científicos atuais sobre as águas subterrâneas.

> Artigo 1398.º — Despesas de conservação
> 1 — Pertencendo a água a dois ou mais co-utentes, todos devem contribuir para as despesas necessárias ao conveniente aproveitamento dela, na proporção do seu uso, podendo para esse fim executar-se as obras necessárias e fazer-se os trabalhos de pesquisa indispensáveis, quando se reconheça haver perda ou diminuição de volume ou caudal
>
> Artigo 1399.º — Divisão de Águas
> A divisão de águas comuns, quando deva realizar-se, é feita, no silêncio do título, em proporção da superfície, necessidades e natureza da cultura dos terrenos a regar, podendo repartir-se o caudal ou o tempo da sua utilização, como mais convier ao seu bom aproveitamento

É impossível determinar quem são os "condóminos" de um aquífero e qual a origem das "águas comuns". São milhares de milhares os furos e captações.

24. É possível fazer e deve ser feita uma interpretação atualizada das disposições do Código Civil integradas sistematicamente com as normas europeias e nacionais em vigor que as transpuseram para o nosso ordenamento jurídico e, sobretudo, tendo em conta o progresso científico nos séculos XX e XXI sobre o conhecimento das águas subterrâneas. O Código Civil de 1967 já reconhece como princípio regulador da gestão da água, "o bom aproveitamento" artigo 1399.º, *in fine*, e no artigo 1394.º, n.º 2, refere que há exceções quanto ao aproveitamento das águas subterrâneas se "a captação se fizer por meio de infiltrações provocadas e não naturais".

Em conclusão, devemos ter bem presente o sábio conselho da professora Maria José Roxo no seu livro sobre a desertificação: "a realidade é uma só: o grau e o ritmo de degradação dos ecossistemas terrestres pelas atividades humanas está a ser muito superior ao da recuperação ou regeneração. Neste sentido importa continuar a demonstrar e alertar para as consequências deste fenómeno para a vida do Planeta." É dever de todos gerir e utilizar as nossas águas subterrâneas em função do interesse público e do bem comum.

ENSAIOS 3 | DIREITO A TER DIREITOS

O direito a ter direitos é o direito à inclusão política. É o direito a ocupar um lugar significativo num mundo entendido não no sentido de uma coletividade nacional específica, mas no sentido de uma comunidade dinâmica — excludente de qualquer vertente comunitarista ligada à ideia de uma comunidade identitária, mítica e fantasmagórica —, ou seja, de uma comunidade cujos membros se reconhecem reciprocamente como iguais em direitos e tecem, entre si, relações parciais, múltiplas e marcadas por uma tensão constante

José Rebelo (2016),
"Para uma abordagem política dos direitos humanos",
Público, 25 de dezembro

Neutralidade humanitária e objetividade jornalística
Relíquias de tempos passados?

Filipa Guinote
Mestre em Direitos Humanos e Democratização, licenciada em Ciências Políticas

Abril de 2024. O jornal *The New York Times* fez circular uma nota editorial aos seus jornalistas dando instruções sobre o uso de certos termos na cobertura dos acontecimentos em Gaza, nomeadamente o termo "genocídio". A nota, obtida pelo *The Intercept*, elabora o seguinte: "Podemos explicar porque estamos a aplicar essas palavras a uma situação específica e não a outra? Como sempre, devemo-nos concentrar na clareza e na precisão — descrever o que aconteceu em vez de usar um rótulo". (Scahill e Grim, 2024).

Junho de 2025. Mirjana Spoljaric dá uma entrevista a Jeremy Bowen, editor internacional da BBC, após regressar de uma viagem a Gaza. Spoljaric é a presidente do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), uma das maiores e mais antigas organizações humanitárias internacionais. A entrevista passa-se no salão nobre do CICV. Respondendo à primeira pergunta sobre a situação, diz: "Está a ultrapassar qualquer padrão aceitável, legal, moral e humano. O nível de destruição, o nível de sofrimento. Mais importante ainda, o facto de estarmos a assistir a um povo totalmente despojado da sua dignidade humana. Isso deveria chocar a nossa consciência coletiva (…). Não há desculpa para a tomada de reféns. Não há desculpa para privar as crianças do acesso a alimentos, saúde e segurança. Existem regras na condução das hostilidades que todas as partes, em todos os conflitos, têm de respeitar".

Jeremy Bowen faz então uma pergunta de seguimento: "Está a falar — sejamos claros sobre isto — das consequências das ações da defesa israelita". Mirjana poljaric desvia: "É a consequência de um mundo inteiro assistir a um tipo de guerra que demonstra o maior desrespeito pelos civis".[1]

Estes dois momentos ilustram a dificuldade com que jornalistas e humanitários se posicionam no mundo de hoje, ao tentarem manter-se fiéis aos padrões que definem a sua profissão: objetividade, rigor, isenção no caso dos jornalistas. Humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência, no caso dos humanitários.

1 BBC (2024), "Act now to save lives in Gaza, ICRC head urges world leaders", disponível em https://www.bbc.com/news/videos/c62v52z73vdo.

Este artigo centra-se na neutralidade humanitária e na objetividade jornalística no contexto das crises humanas.[2] Explora a relação entre estes dois padrões deontológicos, bem como os desafios que estes padrões enfrentam num contexto em que o debate público se constitui de maneira viral e hiperpersonalizada. Defende uma abordagem politicamente fundamentada da neutralidade humanitária e da objetividade jornalística — uma abordagem que reconheça, aceite e explique, através de uma metanarrativa, o lugar do jornalista e do humanitário na complexa formação narrativa da "polis" global.

Objetividade jornalística e neutralidade humanitária: como são definidas e por que existem?

Os princípios deontológicos do trabalho humanitário são humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência. Estes princípios foram articulados pelo Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, fundado em 1863 sob o impulso do empresário suíço Henry Dunant, e moldaram quase dois séculos de trabalho humanitário profissionalizado, muito além da ação do Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, tendo sido formalizados até numa Resolução das Nações Unidas (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1991). Humanidade é o reconhecimento de que o sofrimento é universal e não pode receber indiferença em lugar algum. Neutralidade significa não tomar partido. Imparcialidade significa responder às necessidades sem discriminação. Independência significa manter autonomia em relação aos governos.[3]

Existe uma hierarquia entre estes quatro princípios humanitários, sendo a humanidade e a imparcialidade princípios fundamentais, e a neutralidade e a independência princípios táticos: uma ferramenta para permitir a assistência humanitária imparcial em situações politicamente complexas.

A neutralidade, especificamente, tem como objetivo garantir que os trabalhadores humanitários sejam aceites por todos os beligerantes e tenham acesso a todas as populações necessitadas. Trata-se de instaurar confiança e credibilidade em torno de um objetivo puramente humanitário, e não político. A prática da neutralidade é uma dupla comunicação: diálogo privado (ou "confidencial" no caso do

2 Este texto foca-se no padrão de neutralidade humanitária do Comité Internacional da Cruz Vermelha. Este é o padrão mais clássico e mais estrito de neutralidade dentro do panorama das organizações humanitárias internacionais, mas tem também algumas especificidades ligadas ao mandato do CICV no âmbito das Convenções de Genebra, de 1949, que não se aplicam necessariamente a outras organizações humanitárias. Por exemplo, o mandato de intermediário neutro para visitas de prisioneiros de guerra ou evacuações de civis ou reféns, que requer uma confidencialidade extrema.

3 Na prática, a independência depende da natureza e diversidade da base de financiamento (a Médicos Sem Fronteiras, por exemplo, é financiada exclusivamente por particulares), bem como da legislação nacional. As Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho são auxiliares do Estado e a sua independência é normalmente definida na legislação nacional.

CICV) e posicionamento público. É-se neutro ao dialogar com todas as partes, ou pelo menos ao procurar fazê-lo, e ao abster-se de denunciar publicamente os atos de um beligerante em particular, por mais flagrantes que sejam, para manter canais de diálogo abertos e poder simplesmente agir (Terry, 2022).

Com efeito, o CICV ressalta frequentemente que neutralidade não é silêncio, já que a descrição pública se acompanha, por detrás de portas fechadas, de um diálogo confidencial constante (Krähenbühl, 2025). Mais importante ainda, para muitas organizações humanitárias, a neutralidade faz parte de um modelo de segurança baseado no paradigma da proteção através da aceitação. Embora seja meramente tático, o princípio da neutralidade tornou-se uma consideração central em tudo o que os humanitários fazem e dizem. A perda da neutralidade pode significar a perda de acesso às populações e pode expor os trabalhadores humanitários a retaliações. Assim, manter a neutralidade é uma responsabilidade para com as populações e o pessoal, e para com toda o paradigma da ação humanitária, tal como definida na tradição dunantista. Este é o pano de fundo para a manobra retórica operada pela presidente do CICV, durante a entrevista à BBC já mencionada.

A objetividade jornalística é a noção de que o jornalismo deve ser livre de opiniões e perspetivas pessoais ou institucionais e deve procurar equipar o público para que forme as suas próprias opiniões. Assenta na tradição fundamentalmente democrática do jornalismo ocidental moderno; nas palavras de Walter Lippmann, "não pode haver liberdade para uma comunidade que carece da informação necessária para detetar mentiras" (Lippmann, 1920: 6).

O surgimento da objetividade jornalística é também um produto da evolução histórica da profissão. José Rebelo resume essa trajetória em *O Discurso do Jornal*. O conceito de objetividade jornalística surge na segunda metade do século XIX, com o começo dos grandes jornais de imprensa escrita de massas. A objetividade faz então parte de uma redefinição do jornalismo como prática profissional fiável e rigorosa. Nesse contexto, a objetividade faz também, como destaca José Rebelo referindo-se a Mário Mesquita, parte de uma estratégia comercial. Na era dos média de massas, as notícias devem falar a todos. Menos subjetividade equivale a mais leitores. Por último, como Rebelo descreve, citando Gaye Tuchman, a objetividade é também um "ritual estratégico", pelo qual o uso de fontes, de dados, a atribuição de afirmações são meios pelos quais os jornalistas se protegem de potenciais críticas e pressões institucionais ou políticas (Rebelo, 2000: 8).

Seja por opção ou por necessidade, a objetividade jornalística e a neutralidade humanitária são ferramentas para gerir questões e espaços politicamente complexos, onde há pressão para contar uma determinada história e em que a escolha do que dizer, não dizer, e como dizer tem por vezes um peso que transcende a situação atual e contribui para uma narrativa histórica — pequena ou vasta.

Críticas clássicas à objetividade jornalística e à neutralidade humanitária

A ideia de que o jornalista objetivo relata eventos de maneira puramente neutra é um atalho concetual. Embora funcione como princípio orientador, há uma realidade epistemológica insuperável: os jornalistas não existem no vácuo. Como explica José Rebelo, seja porque a nossa conceção individual da realidade assenta numa pré-compreensão moldada pela tradição predominante do momento (a escola de pensamento gadameriana), seja porque o jornalismo é um produto de esferas de interesse contaminadas por opiniões ideológicas (escola de pensamento habermasiana), o jornalista "inscreve-se, pela própria práxis, na realidade que descreve e estabelece" (Rebelo, 2000: 11).

A narrativa jornalística não é mera transmissão, ela seleciona, tematiza, hierarquiza; a tal ponto que, como elabora José Rebelo, "o acontecimento não existe *per se*. Ele está no ponto de convergência da ocorrência com a respetiva perceção." (Rebelo, 2000: 10). Assim, o discurso jornalístico, por mais objetivo que se queira, não se limita a equipar o leitor para a compreensão da realidade; o discurso molda essa compreensão, porque, epistemologicamente, oferece uma lente de leitura do mundo. Nunca há, como diz José Rebelo, parafraseando Roland Barthes, uma "fala de grau zero" (Rebelo, 2000: 10). E parafraseando agora José Rebelo, a fala é sempre de grau 1.

> *Há um genocídio em curso em Gaza.*
> *Há uma guerra em curso em Gaza*.

Na esfera humanitária, a noção de neutralidade foi desafiada pela realidade dos acontecimentos históricos do século XX. O Holocausto foi o primeiro momento de brecha para a neutralidade, principalmente na história do CICV. Em 1979, após anos de críticas por parte dos sobreviventes do Holocausto ao silêncio do CICV sobre os crimes do regime nazi, o CICV encarregou o historiador Jean-Claude Favez de realizar uma pesquisa de arquivo sobre as ações da instituição em relação às vítimas do Holocausto. A pesquisa revelou como o CICV ponderou considerações de reputação institucional (perda de credibilidade) ao decidir manter uma postura de neutralidade em relação às ações das autoridades nazis (Favez, 1988: capítulo III). O CICV reconheceu retrospetivamente esse silêncio como "o maior fracasso da sua história" (ICRC, 2005) e como uma "perda de bússola moral" (Maurer, 2015).

No caso da Organização das Nações Unidas (ONU), o momento de rutura em relação ao princípio de neutralidade ocorreu com o genocídio no Ruanda em 1994, em que a força de manutenção da paz, tendo um mandato de interposição neutra, nada pôde fazer para impedir os massacres levados a cabo pelo exército e milícias Hutu à população Tutsi e a Hutus moderados. As mesmas limitações de mandato paralisaram novamente a ONU em Srebrenica, pouco depois.[4] Ainda assim, o

4 É importante mencionar que, no caso da ONU, a neutralidade não foi uma escolha institucional, mas uma imposição dos Estados-membros do Conselho de Segurança, que definem o mandato das missões de manutenção da paz.

relatório da investigação independente sobre a ação da ONU no Ruanda, publicado mais de cinco anos após os eventos, afirmou retrospetivamente que "não pode haver neutralidade diante de um genocídio, nem imparcialidade diante de uma campanha para exterminar parte de uma população" (Nações Unidas, 1999: 50).

Além dos momentos-brecha que foram o Holocausto e o genocídio no Ruanda, a neutralidade humanitária tem sido contestada sempre que há uma assimetria clara entre um beligerante e a população civil, ou exações de grande escala ou de natureza sistémica. Tais críticas à neutralidade provêm muitas vezes das próprias organizações humanitárias.[5] Surgem também na retórica das partes em conflito. Um exemplo recente é o da Ucrânia, onde as autoridades ucranianas criticaram repetidamente o CICV pela sua neutralidade, argumentando que tal postura "incentiva a Rússia a desconsiderar as normas internacionais" (Shulzhenko, 2025) e chegando mesmo a acusar a Cruz Vermelha de agir "em concertação" com a Rússia (AFP, 2022).

Da Segunda Guerra Mundial à Ucrânia, passando por muitas outras guerras devastadoras para populações civis, a crítica mais frequente à neutralidade humanitária é a de que há um limite moral à não tomada de partido.

A era do viralismo: um desafio sem precedentes à neutralidade e à objetividade?

Limite moral para a neutralidade humanitária, limite epistemológico para a objetividade jornalística — são críticas clássicas, desenvolvidas num panorama de comunicação e debate público que é diferente de o de hoje. Na era do viralismo e da obtenção de informação via redes sociais, que outros limites se vêm sobrepor às críticas clássicas da neutralidade e da objetividade? Que espaço resta para narrativas politicamente neutras e objetivas e como (re)pensar a neutralidade e a objetividade num mundo saturado de opiniões?

O panorama mediático do século XX caracterizou-se por conteúdos programados, verticais e selecionados para públicos amplos e heterogéneos, nos quais os jornalistas desempenhavam um papel de guardiões profissionais da informação. O panorama atual da comunicação digital é predominantemente viral: informações, ideias e opiniões espalham-se em rede, através da proximidade individual (amigos, família, comunidades) ou da aproximação algorítmica (se gostou disso, também vai gostar disto) a públicos relativamente homogéneos e específicos. Entre as muitas mudanças que isso traz para o ambiente de comunicação pública, dois elementos são particularmente salientes para refletir sobre a relevância da objetividade e da neutralidade.

O primeiro é que o desenvolvimento de conteúdo (isto é, tudo o que circula nas plataformas digitais) é aberto e participativo; não exclusivo e especializado.

---

5 A ONG Médicos Sem Fronteiras é conhecida, dentro da comunidade humanitária, pelas suas intensas deliberações internas sobre a neutralidade e a denunciação, e inclui na sua carta fundadora o princípio do "testemunho", como limite ao princípio da neutralidade.

O segundo é que as informações e narrativas são hiperpersonalizadas, tanto em termos de locutor, quanto de público. Além de factos e explicações, o espaço viral é constituído de opiniões, gostos, estilos e posturas que se fundem num ponto de vista informativo *agregado.* Não é que as linhas entre facto e opinião, entre realidade e interpretação, sejam difusas — é que elas são, neste contexto, irrelevantes e inexistentes. Comunicar-se no espaço digital *é* compartilhar uma visão do mundo, que vai além da visão subjetiva do sujeito epistemológico, além da "fala de grau 1" que referimos antes. A fala da esfera viral é uma fala de grau 10. Esta é uma fala que não só aceita a subjetividade, como a eleva: a informação vem com postura, com estilo, com estética.

A evolução dos influenciadores em Gaza é um bom exemplo disto: após outubro de 2023, Ibrahim Hassouna, "Kazanova", um influenciador com mais de 400.000 seguidores no Instagram, passou de um conteúdo sobre *lifestyle* em Gaza para a reportagem de guerra (Baba e Estrin, 2024). Outro exemplo é Hamada Shaqoura, autor de um blogue de culinária em Gaza com centenas de milhares de seguidores no Instagram e uma conta no TikTok com milhões de visualizações. Depois de outubro de 2023, Shaqoura passou a publicar conteúdo sobre a fome e a escassez de alimentos (Serhan, 2024). Em ambos os exemplos, a evolução do conteúdo fez-se num perfil que se manteve estável, reconhecível, tanto em termos de estilo, de estética, como de seguidores. Um perfil indissociável do conteúdo — quer do novo, quer do antigo.

O que é que este panorama de comunicação viral, participativo, hiperpersonalizado significa para a neutralidade e a objetividade? Em primeiro lugar, se o desenvolvimento de conteúdo no espaço digital é aberto e participativo, o jornalista profissional deixa de ter o monopólio da produção de notícias. Em segundo lugar, num contexto em que comunicar significa compartilhar uma visão do mundo, a emoção torna-se central. Assim, o distanciamento jornalístico, em tom e forma, torna-se uma aberração. Quanto à neutralidade humanitária, um espaço de comunicação aberto, participativo significa que não há espaço para o silêncio — ou melhor, que o silêncio é conspícuo — de modo que organizações que optam por permanecer neutras geram desconfiança.

Assistiremos então à morte da neutralidade humanitária e da objetividade jornalística?

Não. As plataformas digitais são um terreno fértil para a desinformação, alimentada pela repetição algorítmica, por *bots*, assim como pelo comportamento humano (Vosoughi *et al.*, 2018). Este é um mundo em que o espaço para o diálogo com o outro, aquele que pensa de forma diferente de mim, está a diminuir e a polarização está a aumentar. Neste contexto, há um papel importante para a objetividade jornalística: o de ensinar e mostrar, com transparência, como se constrói uma opinião. E há um importante papel ético para a neutralidade humanitária: o de afirmar a possibilidade da comunicação com o inimigo, um elemento essencial para travar a passagem do discurso polarizador ao discurso do ódio. Mas é preciso, para isso, reenquadrar a objetividade e a neutralidade na realidade atual, tanto na teoria, como na prática.

Num contexto repleto de desinformação, a transparência torna-se numa mais-valia do jornalista. José Rebelo avança a noção de "honestidade" — em vez da

objetividade — como paradigma para repensar o papel dos jornalistas no panorama da comunicação atual (Bunga, 2014). Na prática, seria vermos um jornalista do *The New York Times* usar a palavra "genocídio" para descrever os acontecimentos em Gaza, mas explicando essa escolha, analisando não só factos, como também a natureza do debate em torno dessa questão, e onde ele próprio se situa nesse panorama. Uma metanarrativa.

Da mesma forma, uma abordagem à neutralidade humanitária adequada a um contexto de comunicação global viral precisa de ser politicamente consciente e responsável. Isso não significa começar a denunciar beligerantes sempre que atrocidades são cometidas, fechando portas a um qualquer espaço de diálogo e negociação humanitária. Significa reconhecer a dimensão política que é manter a neutralidade, tanto quanto a dimensão política que é quebrar a neutralidade, e explicar ambas as decisões de forma clara, honesta e transparente (Slim, 1997: 349). Mais uma vez, uma metanarrativa.

É importante notar que a política humanitária já prevê uma abordagem flexível à neutralidade. A neutralidade humanitária já é concebida como uma noção tática, não como um princípio absoluto, e as organizações humanitárias, incluindo o CICV, têm orientações internas sobre quando denunciar partes beligerantes e quebrar a neutralidade.[6] Mas essas orientações são aplicadas de forma conservadora, e as decisões são tomadas através de uma lente que é, antes de tudo, operacional, e não política; ou seja, o maior desafio para a neutralidade humanitária não é o conceito, mas sim a forma como é aplicado.

Parâmetros operacionais, como a necessidade de manter o acesso a todas as populações (agora e no futuro), ou a necessidade de proteger trabalhadores humanitários contra eventuais retaliações, prevalecem imediatamente sobre todas as outras considerações e preservam a ortodoxia da neutralidade.[7]

Estas considerações operacionais têm consequências na vida real e, por isso, a aversão ao risco é compreensível. Mas também existe, dentro das organizações humanitárias internacionais, uma inferência quase automática de que quebrar a neutralidade levará imediatamente à perda de acesso a populações, a riscos de segurança para o pessoal e a uma falha de confiança aos olhos de todos os beligerantes em todas as guerras, que observam atentamente como as organizações humanitárias supostamente neutras se posicionam. Essa premissa é difícil de testar empiricamente, dado que cada guerra tem dinâmicas únicas, que mudam de um dia para o outro. No entanto, uma adesão estrita à neutralidade não melhora necessariamente o acesso humanitário e o diálogo com os beligerantes em todas as situações. O acesso e o diálogo abrem-se quando as partes veem nisso um

---

6 O CICV tem "doutrinas" sobre a confidencialidade e sobre a "mobilização" de terceiros, a qual culmina na denúncia pública.

7 As reações a um artigo provocador de Hugo Slim, "You don't have to be neutral to be a good humanitarian", publicado no *The New Humanitarian* a 27 de agosto de 2020, oferecem um bom condensado desta perspetiva operacional. As reações foram tantas que foram compiladas num novo artigo: "Readers React | Should humanitarian aid always be neutral?", publicado a 16 de setembro de 2020. Ver referências bibliográficas, no final deste texto.

benefício, não necessariamente porque um interlocutor se manteve silenciosamente neutro. Aprova é que uma organização como os Médicos Sem Fronteiras continua a trabalhar e a ter acesso a populações, embora tenha uma política de testemunho que a leva a denunciar certas situações publicamente de forma relativamente frequente.

É um verdadeiro dilema. Mas o dilema baseia-se na conceção irrealista — semelhante à da objetividade pura — de que é possível operar fora de qualquer contexto político. Michael Barnett, autor de uma das primeiras obras que tentaram dar forma à história da ação humanitária, fala de uma "inocência política insustentável" e vai mais longe, qualificando a insistência na neutralidade como uma forma de paternalismo pós-colonial, em que um discurso de proteção se substitui ao discurso de "missão civilizadora", mas mantém uma dinâmica de poder (Barnett, 2011: capítulo 10).

Assim, tal como a objetividade jornalística deve manter o seu compromisso com a verdade, as organizações humanitárias devem manter o seu compromisso com a independência e, assim sendo, permanecer apolíticas no sentido mais estrito do termo. E tal como os jornalistas devem reconhecer e ser honestos em relação ao sistema de valores e interesses no qual se inscrevem, também as organizações humanitárias devem reconhecer que fazem parte de um ecossistema político no seu sentido mais amplo ("polis") — não são entidades etéreas, nem agentes puramente operacionais. A par das considerações de acesso e segurança, parâmetros como a escala e a sistematicidade das atrocidades, o valor do testemunho, a solidariedade com as vítimas e o papel da narrativa humanitária para o registo histórico devem ter um peso significativo nas decisões relacionadas com a neutralidade humanitária.

Voltando ao exemplo que abriu este texto, uma reação neutra mas politicamente consciente ao convite do jornalista a apontar o dedo a Israel teria sido: 1) explicar como essa pergunta levanta a questão da neutralidade, relativamente a uma situação que é entendida de forma diametralmente oposta pelos dois lados do conflito, com os quais é, no entanto, necessário dialogar; e 2) em vez de desviar para uma responsabilidade internacional difusa, explicar o ônus que advém de se ser uma força militar altamente treinada e equipada, que opera numa área onde a população civil está à beira da sobrevivência.

E caso tivesse realmente havido decisão institucional de quebrar a neutralidade: responder "sim: Israel", mas explicando aí também o peso de tal resposta, vinda de uma entidade de tradição neutra como o CICV, mantendo o carácter excecional de tal denunciação.

Conclusão

Todos os dias, jornalistas e humanitários cruzam-se pelas muitas guerras do mundo, por isso não é surpreendente que os seus padrões profissionais sejam semelhantes e enfrentem desafios semelhantes. Esta análise comparativa da objetividade jornalística e da neutralidade humanitária revelou como ambos os conceitos evoluíram de

uma conceção de puro distanciamento para um reconhecimento e aceitação da sua ancoragem na realidade confusa da "polis". Também apontou para o valor de uma metanarrativa que traz transparência, franqueza e honestidade ao exercício da objetividade jornalística e da neutralidade humanitária. Uma transparência, franqueza e honestidade que são mais-valias incomensuráveis para equipar audiências a lidar com um contexto de desinformação e polarização estrutural à escala global.

Mas enquanto a objetividade jornalística, independentemente de como é concebida, é uma prática de exposição e de esclarecimento, a neutralidade humanitária é uma cultura de segredo e ambiguidade. Essa é uma diferença fundamental entre os dois conceitos, especialmente quando estão em jogo situações de atrocidades em massa e injustiça sistémica. Por esta razão, é imperativo que os humanitários lidem com a neutralidade não só através de uma lente operacional, mas também com consciência, e não ingenuidade, relativamente ao seu papel na construção da narrativa pública e histórica e das dinâmicas de poder que dessa narrativa advêm.

Das cinzas da objetividade jornalística pura surge a honestidade. Das cinzas da neutralidade humanitária pura há que surgir uma neutralidade politicamente consciente e responsável. Corajosa.

Referências bibliográficas

AFP (2022), "*Red Cross denies Kyiv's accusation of working 'in concert' with Moscow*", 21 de abril, disponível em https://www.france24.com/en/live-news/20220421-red-cross-denies-kyiv-s-accusation-of-working-in-concert-with-moscow

AFP (2020), "Readers react. Should humanitarian aid always be neutral?", *The New Humanitarian,* 16 de setembro, disponível em https://www.thenewhumanitarian.org/opinion/2020/09/16/should-humanitarian-aid-always-be-neutral.

Assembleia Geral das Nações Unidas (1991), "*Strengthening of the coordination of humanitarian emergency assistance of the United Nations*", 19 de dezembro, disponível em https://undocs.org/A/RES/46/182.

Baba A., Estrin, D. (2024), "A Gaza influencer built a following with feel-good videos. Now he mourns his family", NPR, 24 de fevereiro, disponível em https://www.npr.org/2024/02/24/1233361532/palestinian-influencer-instagram-gaza-kazanova-israel-hamas-war.

Barnett, M. (2011), *Empire of Humanity: a History of Humanitarianism,* Ithaca, Cornell University Press.

BBC (2025), "*Act now to save lives in Gaza, ICRC head urges world leaders*", 4 de junho, disponível em https://www.bbc.com/news/videos/c62v52z73vdo.

Bunga, G. (2014), "Os jornalistas devem ser mais honestos: antigo repórter do *Le Monde*", *Jornal de Angola*, 19 de março, disponível em www.pressreader.com/angola/jornal-deangola/20140319/2819302 45927115.

Favez, J.-C. (1988), *Une Mission Impossible? Le CICR, les De´portations et les Camps de Concentration Nazis*, Lausanne, Ed. Payot.
ICRC (2005), "Commemorating the liberation of Auschwitz", comunicado de imprensa, 27 de janeiro, disponível em www.icrc.org/en/article/commemorating-liberation-auschwitz.
Lippmann, W. (1920), *Liberty and the News*, Nova Iorque, Harcourt, Brace and Howe.
Maurer, P. (2015), "Remembering the Shoah: the ICRC and the international community's efforts in responding to genocide", declaração CRC, disponível em https://blogs.icrc.org/ilot/2015/04/30/remembering-the-shoah-maurer-holocaust/.
Nações Unidas (1999), "Report of the independent inquiry into the actions of the United Nations during the 1994 genocide in Rwanda", 15 de dezembro, disponível em https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n99/395/47/img/n9939547.pdf.
Krähenbühl, P. (2025), "Sixty years on: why the Fundamental Principles must be lived, not just remembered", *Humanitarian Law and Policy Blog*, ICRC, 23 de outubro, disponível em https://blogs.icrc.org/law-and-policy/2025/10/23/sixty-years-on-why-the-fundamental-principles-must-be-lived-not-just-remembered/.
Rebelo, J. (2000), *O Discurso do Jornal*, Lisboa, Editorial Notícias.
Scahill, J. e R. Grimb (2024), "Leaked NYT Gaza memo tells journalists to avoid words 'genocide', 'ethnic cleansing', and 'occupied territory'", *The Intercept*, 15 de abril, disponível em https://theintercept.com/2024/04/15/nyt-israel-gaza-genocide-palestine-coverage/.
Serhan, Y. (2024), "Hamada Shaqoura", *Time Magazine*, 2 de outubro, disponível em https://time.com/7023572/hamada-shaqoura/.
Slim, H. (1997), "Relief agencies and moral standing in war: principles of humanity, neutrality, impartiality and solidarity", *Development in Practice*, 7 (4), pp. 342-352.
Slim, H. (2020), "You don't have to be neutral to be a good humanitarian", *The New Humanitarian*, 27 de agosto, disponível emhttps://www.thenewhumanitarian.org/opinion/2020/08/27/humanitarian-principles-neutrality.
Shulzhenko, D. (2025), "How Ukraine lost faith in the Red Cross and UN", *Kyiv Independent,* 22 de janeiro, disponível em https://kyivindependent.com/how-ukraine-lost-faith-in-red-cross-and-un/.
Terra, F. (2022), "Taking action, not sides: the benefits of humanitarian neutrality in war", *Humanitarian Law and Policy Blog*, ICRC, 21 de junho, disponível emhttps://blogs.icrc.org/law-and-policy/2022/06/21/taking-action-not-sides-humanitarian-neutrality/.
Vosoughi, S., *et al.* (2018), "The spread of true and false news online", *Research Brief.*

Defender os direitos humanos na era digital

Maria Eduarda Gonçalves
Professora catedrática, Iscte-IUL

É para mim um muito grato prazer associar-me a tão oportuna e merecida homenagem a José Rebelo, meu colega de longa data no ISCTE-IUL, um grande professor e investigador em ciências da comunicação, um militante destacado de causas cívicas e sociais. Convivi e colaborei com o José Rebelo em diversos órgãos e programas no ISCTE como, por exemplo, no mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação do Departamento de Sociologia e em movimentos e iniciativas de defesa dos direitos humanos como na CIVITAS — Liga Portuguesa dos Direitos Humanos. Mas o seu nome e a relevância da sua obra no campo da informação e do jornalismo eram-me familiares desde os tempos da revolução portuguesa pela leitura dos seus artigos no jornal *Le Monde*…

Introdução: dilemas da regulação na era digital

São inegáveis as utilidades associadas às tecnologias digitais (computadores, *tablets*, *smartphones*, dispositivos de geolocalização, redes eletrónicas, a emergente "Internet das coisas"…) na comunicação entre indivíduos e grupos, no acesso ao conhecimento e à cultura, no exercício de atividades económicas, na prestação de serviços públicos. Mais ambivalentes se revelam, contudo, os impactos da exponencial acumulação e interconexão de dados pessoais, da exploração do trabalho de criadores, artistas e jornalistas ou da proliferação de *fake news* e outros conteúdos ilícitos ou nocivos nas por ora insuficientemente reguladas plataformas digitais. Tudo isto acontece quando se assiste ao domínio do ciberespaço por poderosos operadores e intermediários de serviços, sendo legítimo o receio de que este novo paradigma interfira seriamente nas liberdades e direitos humanos fundamentais e no funcionamento das democracias.

A União Europeia (UE) é a organização que mais longe tem levado o esforço regulador das tecnologias digitais e da comunicação no ciberespaço. O Regulamento Geral de Proteção de Dados — RGPD (2016/679, de 27 de abril), a Diretiva dos Direitos de Autor e Direitos Conexos no Mercado Único Digital (2019/790, de 17 de abril), o Regulamento dos Serviços Digitais (2022/2065, de 19 de outubro), o

Regulamento dos Mercados Digitais (2022/1925, de 14 de setembro) e o Regulamento da Inteligência Artificial (2024/1689, de 13 de junho) ressaltam como marcos fundamentais do atual ciberdireito europeu.

Poderá gerar, no entanto, alguma perplexidade o facto de este quadro normativo remeter responsabilidades regulatórias decisivas para os próprios operadores, apadrinhando de certo modo o seu papel como *private rulers*, ao mesmo tempo que define as responsabilidades destes como consistindo em deveres de devida diligência (*due diligence*) e na realização de avaliações prévias de impacto ético e de risco como meios de prevenção e de mitigação de consequências potencialmente adversas das tecnologias nos direitos humanos (Gonçalves, 2020). Esta opção é patente na abordagem baseada no risco (*risk-based approach*) seguida pelo RGPD, no encorajamento da Diretiva dos Direitos de Autor e Direitos Conexos à promoção de acordos entre plataformas e editores, nos deveres de diligência e de transparência prescritos pelo Regulamento dos Serviços Digitais ou na ênfase do Regulamento da Inteligência Artificial em princípios de ordem ética.

O regulador público tende, do mesmo passo, a ser moldado, ora como incentivador, quando, por exemplo, incita à adoção de códigos de conduta, ora como supervisor apoiado em sinalizadores de confiança (*trusted flaggers*), i.e., entidades especializadas na identificação e notificação de conteúdos ilícitos, ora como instância de último recurso, em moldes que são indicativos de uma mudança assinalável do paradigma regulatório convencional.

Cohen (2016) refere-se a este respeito a um redirecionamento do Estado regulador na era do capitalismo informacional, que desafia os modelos convencionais da regulação pública em prol de modelos apoiados em redes técnico-profissionais.

A tendência para privilegiar abordagens regulatórias baseadas em princípios (*principle-based approach*) tem sido por vezes encarada, nestas circunstâncias, como a melhor forma de conciliar os direitos humanos e a desejável flexibilidade na regulação da tecnologia:

> Principles can be broader in scope and interpreted specifically to meet the challenges of a changing world, whereas detailed legislative provisions do not appear to be able to react quickly enough to socio-economic and technological change (Conselho da Europa, 2018: 16).

Registe-se, contudo, o alerta de Wagner (2018) quando admite que "much of the debate about ethics seems increasingly focused on private companies avoiding regulation".

Dá-se ainda o caso de este movimento se verificar ao mesmo tempo que, com o avanço da digitalização e da acumulação de dados pelos principais operadores digitais, o poder destes se avoluma não só sobre a economia e os mercados, mas também pela influência exercida nas escolhas e nos comportamentos dos utilizadores e no debate público (Cardon, 2015). Mais do que o seu poder económico e sobre os mercados, é o seu impacto na comunicação política que deveria "fazer soar as campainhas de alarme" (Fukuyama, Richman e Goel, 2021).

Por tudo isto, é essencial que operem no respeito da lei e dos direitos humanos, sendo fundadas as apreensões quanto à entrega excessiva de poderes regulatórios aos operadores.

Human rights due diligence: as *big tech e* o respeito pelos direitos humanos

Como se apontou já, as responsabilidades do setor privado vêm sendo configuradas neste quadro como "deveres de diligência relativamente a direitos humanos", na linha da fórmula da Human Rights Due Diligence — HRDD, introduzida pelos *Guiding Principles on Business and Human Rights* aprovados pelo Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas em 2011 (Ruggie, 2011).

Na definição de John Ruggie, coordenador desta iniciativa, a HRDD representa "a comprehensive, proactive attempt to uncover human rights risks, actual and potential, over the entire life cycle of a project or business activity, with the aim of avoiding and mitigating those risks". A obediência das empresas privadas aos direitos humanos foi posteriormente reconhecida como um importante desafio no *Report of the Special Rapporteur on the Promotion and Protection of the Right to Freedom of Opinion and Expression* (Kaye Report, 2018), no qual se recomendou que a regulação dos conteúdos *online* fosse incumbida às empresas, aplicando *standards* de direitos humanos e procedimentos adequados em todos os estádios das suas operações. No mínimo, as empresas e os Estados deveriam melhorar a transparência da sua atuação e assegurar a autonomia dos utilizadores, uma vez que os indivíduos exercem cada vez mais os seus direitos *online*, competindo aos Estados enquadrar a ação das empresas.

No mesmo relatório admitiu-se, porém, não ser claro que as empresas estejam a proteger efetivamente os direitos dos utilizadores, apesar das boas intenções que proclamam:

> Despite taking steps to illuminate their rules and government interactions, the companies remain enigmatic regulators, establishing a kind of "platform law" in which clarity, consistency, accountability and remedy are elusive.

Subsiste, na realidade, alguma descrença quanto à eficácia, inclusive, da mandatory Human Rights Due Diligence (mHRDD), recomendada pelas Nações Unidas na linha dos mencionados *Guiding Principles*. Na opinião de Leite (2023), a mHRDD seria de molde a facultar às empresas a falsa narrativa de que operam em conformidade com os direitos humanos ("cosmetic compliance", nas palavras de Landau, 2019). Ao financiarem iniciativas em matéria de ética da inteligência artificial, por exemplo, as empresas estariam a contribuir até para retardar o processo legislativo.

Estes princípios foram transpostos, de certa forma, para a Diretiva (UE) 2024/1760, de 13 de junho, relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade, e que tem em vista a adoção de práticas responsáveis e o respeito dos direitos humanos pelas grandes empresas (com volume de negócios

acima de 450 milhões de euros) nas suas operações e cadeias de valor globais, no quadro das políticas de ambiente e desenvolvimento sustentável, admitindo, todavia, a aplicação de sanções às empresas pela violação das suas obrigações. São em tudo idênticas as responsabilidades que, nos termos do Regulamento dos Mercados Digitais, visam, em particular, as plataformas digitais e os motores de pesquisa "de muito grande dimensão".

Designados como "controladores de acesso" que prestam os "serviços essenciais de plataforma", as plataformas digitais e os motores de pesquisa de muito grande dimensão veem-se sujeitos por força deste regulamento a específicos deveres, como o de garantir que não abusam da sua posição, favorecendo os próprios produtos ou impedindo os utilizadores de instalarem aplicações externas.[1]

Se comparado com a diretiva relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno (diretiva sobre o comércio eletrónico, 2000/31/CE, de 8 de junho), que consagrara o princípio da imunidade dos prestadores de serviços de informação pelos conteúdos disponibilizados pelos seus serviços, o novo regime representa, manifestamente, um reforço da força vinculativa das obrigações estabelecidas, quer no quadro da regulação da concorrência e da proteção dos consumidores nos mercados digitais, quer no combate aos conteúdos ilícitos ou nocivos.

O Regulamento dos Serviços Digitais prevê, designadamente, a supervisão das plataformas por coordenadores de serviços digitais, a designar pelos Estados-membros e a sujeição das maiores plataformas ao controlo da Comissão Europeia, apoiada pelo Centro Europeu para a Transparência dos Algoritmos.

É um facto que os maiores operadores tecnológicos têm procurado reforçar estruturas e mecanismos de verificação de factos e conteúdos. Inicialmente reticentes a formas de regulação convencional, com o argumento de que "regulation stifles innovation", as *big tech* vêm transigindo quanto à relevância da legislação, como no apelo da Microsoft à regulação legal das tecnologias de reconhecimento facial ou na admissão por Mark Zuckerberg, do Facebook, da necessidade de algum tipo de regulação dos sistemas *data-driven* de distribuição de conteúdos pelos *media* sociais.[2]

---

1 Para ser considerada um "controlador de acesso", uma plataforma deve: ter realizado um volume de negócios anual na União Europeia no valor de pelo menos 7.500 milhões de euros nos três últimos anos, ou ter uma capitalização bolsista no valor de pelo menos 75 mil milhões de euros; contar mensalmente com pelo menos 45 milhões de utilizadores finais ativos; contar com pelo menos 10.000 utilizadores profissionais estabelecidos na UE; controlar um ou mais serviços essenciais de plataforma em pelo menos três Estados-membros. Até à data, a Comissão Europeia designou como tal os seguintes operadores, que prestam 24 serviços essenciais de plataforma: Alphabet, Amazon, Apple, Booking ByteDance, Meta e Microsoft, https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/digital-markets-act/#who.

2 Smith, Brad (2018), "Facial recognition technology: the need for public regulation and corporate responsibility", *Microsoft On the Issues*, 13 de julho, disponível em https://blogs.microsoft.com /on-the-issues/2018/07/13/facial-recognition-technology-the-need-for-public-regulation-and-corporate-responsibility/ e Mortillaro, N. (2018), "Facebook's Zuckerberg says regulation of social media firms is 'inevitable'", *CBC News*, 11 de abril, disponível em https://www.cbc.ca/news/science/facebook-zuckerberg-users-privacy-data-mining-house- hearings-1.4614174.

Os operadores anunciam códigos de ética e definem os seus termos de serviço em moldes que remetem explicitamente para o respeito de direitos fundamentais. Têm vindo inclusive a instituir órgãos internos de supervisão com o objetivo de vigiar os conteúdos comunicados nas plataformas, apelando para esse fim a peritos e à sociedade civil. Um exemplo é o Oversight Board (Comité de Supervisão) da Meta criado em 2019 e justificado da seguinte forma:

> The Oversight Board's mission is to improve how Meta treats people and communities around the world. We apply Facebook, Instagram and Threads' content standards in a way that protects freedom of expression and other global human rights standards. We do this by providing an independent check on Meta's content moderation, making binding decisions on the most challenging content issues. We deliver policy recommendations that push Meta to improve its rules, act more transparently and treat all users fairly.[3]

Este comité representa uma espécie de segunda instância decisória das decisões de moderação de conteúdos. Financiado pela empresa, é uma entidade independente da Meta, composta por peritos da área, sendo a sua principal referência normativa os Community Standards do Facebook.[4]

Referindo-se ao Facebook, observa, contudo, Benesch (2020) que conteúdos que deveriam ser normalmente restringidos são, por vezes, mantidos na plataforma quando o Facebook os entende como "de interesse público", apreciação a que procede, segundo declarações da própria rede, tomando em consideração os *standards* do direito internacional dos direitos humanos, incluindo o artigo 19.º do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.

Refira-se ainda o Código de Conduta sobre Desinformação (2022), subscrito por Google, Meta, Microsoft e TikTok, entre outros, o qual veio precisar compromissos de transparência da publicidade política, obrigações de sinalização de conteúdos ilícitos, esforços para encerrar contas falsas ativas e de cooperação com verificadores de factos e investigadores académicos.

Constata-se que estas medidas têm tido impacto no maior destaque dado a fontes de informação credíveis e na disponibilização de ferramentas para denúncia de abusos pelos utilizadores. Os operadores publicam relatórios evidenciando que as plataformas estão a melhorar a disponibilização de dados mais pormenorizados e esclarecedores. Poderá dizer-se que, pensado como um instrumento de autorregulação, o código vem sendo reconfigurado, na prática, como instrumento de corregulação envolvendo a monitorização continuada pela Comissão Europeia do respeito dos compromissos assumidos pelas plataformas.

---

3 Disponível em https://www.oversightboard.com/

4 Não deixa de ser curioso o recurso a "metáforas constitucionais" como, por exemplo, a da qualificação do *Oversight Board* da Meta como o Supreme Court do Facebook. Cf. Elin Hofverberg (2021), "Facebook's new 'Supreme Court' — the Oversight Board and international human rights law", *Custodia Legis (Law Library of Congress)*, disponível em https://blogs.loc.gov/law/2021/03/facebooks-new-supreme-court-the-oversight-board-and-international-human-rights-law/

Responsabilidades partilhadas no ciberespaço como *global multistakeholder shared space*

Perante o exposto, a questão de fundo residirá na delegação, pela UE, nos operadores, de uma porventura demasiada margem de autonomia para a tomada de decisão em matérias de moderação de conteúdos e a sua eventual remoção.

Recorde-se que a Internet, espaço por natureza descentralizado, emergiu acompanhada pela defesa de uma legalidade específica, propensa à realização das liberdades de expressão e de informação e apenas compatível com formas de autorregulação (Miles, 1996: 40; Hague e Loader, 1999). Na mesma ordem de ideias, foram inicialmente rejeitadas formas de regulação do ciberespaço consideradas injustificáveis, dado o caráter aberto desse espaço de comunicação. Além de argumentos relacionados com a natureza da Internet, a defesa da autorregulação apoiou-se na dimensão global da rede e na dificuldade de controlo efetivo pelos poderes públicos da comunicação e da circulação de conteúdos. Viu-se, porém, que a crescente utilização comercial da Internet e a consciência de que ali não só se reproduzem inevitavelmente muitos dos problemas do mundo real, mas também se geram novos problemas, levou a reconhecer que aos poderes públicos compete no ciberespaço uma função reguladora.

Como se observou, a expansão das redes e dos serviços digitais e o poder crescente dos grandes operadores conduziram na Europa a uma dinâmica legislativa que, ainda que delegando responsabilidades regulatórias nas empresas, aponta para formas de corregulação. A prática legislativa europeia tem revelado a tendência para enquadrar o recurso à autorregulação, conferindo-lhe legitimidade e força acrescidas.[5] A promoção de códigos de conduta pelas autoridades públicas vem sendo encarada como um meio de contribuir para uma correta aplicação da legislação e não exclui procedimentos formais de acusação e sancionamento, visando as plataformas em linha e os motores de busca de muito grande dimensão.[6]

Acresce que o direito europeu, seja no quadro da UE, seja do Conselho da Europa, tem sublinhado a responsabilidade que cabe na era digital aos atores sociais, incluindo às organizações não governamentais, às famílias e aos próprios indivíduos, na defesa dos seus direitos. Emerge, assim, um sistema de regras de natureza diversa e de responsabilidades partilhadas, compatível com a ideia

---

5 O RGPD (considerandos 77, 98, 168 e artigos 24.º, 35.º, n.º 8, 40.º e 41.º) favorece o recurso a códigos de conduta destinados a contribuir para uma boa aplicação das suas disposições e o Regulamento da Inteligência Artificial remete os sistemas de risco mínimo para códigos de conduta (Título IX).

6 Nesta perspetiva, é assinalável a circunstância de a Comissão Europeia ter iniciado, em 2024, e pela primeira vez, procedimentos formais baseados em alegadas violações do Regulamento dos Serviços Digitais por operadores de plataformas digitais, incluindo a plataforma X. Estas iniciativas põem em evidência o reconhecimento da relevância da ação de controlo pela autoridade pública — no caso, a Comissão Europeia em concertação com os Coordenadores de Serviços Digitais — do respeito pelas big tech das suas obrigações por força do mencionado regulamento.

do ecossistema das plataformas digitais como *global multistakeholder shared space*. Admite-se, em última instância, que um modelo de corregulação envolvendo as diferentes partes interessadas e devidamente informado e fundamentado se configura como o mais adequado aos desafios da era digital (Del Campo, 2022: 3-5). Aos mecanismos de autorregulação, i.e., os termos de serviço e os relatórios de transparência, ainda que relevantes, falta legitimidade; os mecanismos que vêm sendo pensados pelos Estados carecem, por seu lado, de aperfeiçoamentos que permitam assegurar a sua independência, compatibilidade com os direitos humanos e, principalmente, eficácia. O direito dos direitos humanos necessita ainda de ser repensado e interpretado para uso do setor privado.

Poderá, efetivamente, afirmar-se que, em última análise, só o direito consolidado dos direitos humanos oferecerá um quadro coerente e universal de *standards* aptos a dar resposta às preocupações normativas da regulação dos serviços digitais e das aplicações da inteligência artificial. É reveladora a convicção de que os *media* sociais devem deixar de lado *community guidelines* genéricos e *self-serving* em prol da incorporação do direito dos direitos humanos nos seus padrões de moderação de conteúdos. Neste sentido se pronunciaram a Estratégia e o Plano de Ação das Nações Unidas sobre o Discurso de Ódio (2019) e o mencionado relatório do *Special Rapporteur*.[7] Questões de legalidade devem ser sujeitas à apreciação por entidades independentes, imparciais e titulares de legítimos poderes de autoridade, sob pena de se abrir caminho à "privatização da censura". Sem deixar de reconhecer a relevância da transparência dos sistemas de decisão das plataformas, afigura-se crucial garantir a supervisão e o controlo externos destes processos e os direitos de acesso por parte quer da autoridade pública, quer de outras partes interessadas (Metzger *et al.*, 2020).

A concluir, uma breve referência à falta de um direito global neste campo. No atual estado das coisas, a variedade dos pontos de vista sobre as formas mais adequadas de governação global do ciberespaço, aliada às diferenças substantivas de princípios e regras adotados, têm gerado políticas e práticas regulatórias diferenciadas. As cimeiras mundiais sobre a sociedade da informação (Genebra, 2003, Tunis, 2005) representaram pontos de encontro no plano global, norteados por preocupações de harmonização técnica e de segurança, além da inclusão das comunidades dos países em desenvolvimento.

Decorridos cerca de vinte anos, a ênfase é colocada, no quadro das Nações Unidas, como da UE, no respeito dos direitos humanos e no caminho para uma transformação digital global centrada nas pessoas e numa Internet aberta, estável, inclusiva, global, interoperativa, segura e sustentável, como se afirma na *Declaration for the Future of the Internet* proposta conjuntamente pela UE, pelos EUA e por Estados de outros continentes, importando não descurar a influência que a U.E. tem vindo a exercer nas

7 A Estratégia e o Plano de Ação das Nações Unidas sobre o Discurso de Ódio pode ser consultada em https://www.un.org/en/hate-speech/un-strategy-and-plan-of-action-on-hate-speech

políticas mundiais neste domínio.[8] Parece claro que a *Declaration for the Future of the Internet* se encontra alinhada com a Declaração Europeia sobre os Direitos e Princípios Digitais para a Década Digital e, de um modo geral, com a visão de uma transformação digital centrada na defesa dos direitos humanos fundamentais, que decorre do Regulamento dos Serviços Digitais, do Regulamento dos Mercados Digitais e do Regulamento da inteligência Artificial.[9]

No entanto, as tensões persistem entre a UE e os EUA, como ficou evidenciado, ultimamente, na rejeição pela Comissão Europeia, quer das críticas gerais da legislação europeia do digital provindas dos EUA, quer dos apelos de algumas empresas, incluindo Google's Alphabet, Meta e as empresas europeias Mistral e ASML, a adiamentos na aplicação do Regulamento da Inteligência Artificial, quer ainda de negociações sobre *tech rules* no âmbito das conversações comerciais, como proposto pela administração Trump.[10]

---

8 A Declaration for the Future of the Internet pode ser consultada em https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/library/declaration-future-internet. Cf. a comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões que estabelece uma Declaração Europeia sobre os Direitos e Princípios Digitais para a Década Digital, disponível em https://digital-strategy.ec. europa.eu/en/policies/digital-principles. Em sucessivas comunicações, desde os anos 1990, a Comissão identificou como questões merecendo ser coordenadas a nível internacional as taxas e os direitos aduaneiros, a segurança e a autentificação, a proteção dos consumidores, a proteção de dados pessoais, a regulação dos conteúdos ilícitos e nocivos, a administração da Internet, incluindo os nomes de domínio, rejeitando, porém, a ideia de uma autoridade central de controlo internacional, assim como a adoção global de regras de natureza obrigatória. Cf. European Union Contribution to the Global Digital Compact (2023), disponível em https://www.un.org/techenvoy/sites/www.un.org.techenvoy/files/GDC-submission_European-Union.pdf

9 A respeito da Declaração Europeia sobre os Direitos e Princípios Digitais para a Década Digital, declarou Thierry Breton, comissário para o Mercado Interno: "Online, as well as offline, people should be free, safe and empowered to pursue their aspirations. This is in Europe's DNA and we are committed to work with our international partners to promote an open, neutral, interoperable and secure Internet where rights are protected and illegality is removed, where innovation thrives and everyone has access to content and services of their choice. This Declaration will ensure that the Internet and the use of digital technologies reinforce, not weaken, democracy and respect for human rights", disponível emhttps://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_22_2695

10 "The Trump administration and US tech executives have strongly opposed these regulations, arguing that the Digital Services Act would enable American censorship and that the Digital Markets Act unfairly targets US companies. Washington has also proposed a pause to the AI Act, which is gaining support from some European government officials and tech executives. Virkkunen rejected framing EU tech fines as tariffs, clarifying that the Commission is not looking for fines but uses penalties to enforce compliance. US pressure complicates EU AI regulation efforts: MEP Michael McNamara, co-chair of the European Parliament's working group on the Implementation and Enforcement of the AI Act, described in The Irish Times that the US Vice-President JD Vance's recent European visit highlighted American opposition to the EU's AI Act, arguing that excessive regulation could kill a transformative industry", Uuk, R. (2025), "The EU AI Act Newsletter #81: Pause the AI Act?", *The EU AI Act Newsletter* (Substack), disponível em https://artificialintelligenceact.substack.com/p/the-eu-ai-act-newsletter-81-pause?utm_source=post-email-title&publication_id=743591&post_id=167712049 &utm_campaign=email-post-title&isFreemail=true&r=18hcbw&triedRedirect=true& utm_medium=email

Referências bibliográficas

Benesch, S. (2020), "But Facebook's not a country: how to interpret human rights law for social media companies", *Yale Journal on Regulation Online Bulletin,* 38 (86), disponível em https://www.yalejreg.com/bulletin/but-facebooks-not-a-country-how-to-interpret-human-rights-law-for-social-media-companies/.

Cardon, D. (2015), *A' Quoi Re^vent les Algorithme: Nos Vies a' L'Heure des Big Data*, Paris, Seuil.

Cohen, J. E. (2016), "The regulatory state in the information age", *Theoretical Inquiries in Law*, 17 (2), pp. 369-414, disponível em https://scholarship.law.georgetown.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3552&context=facpub.

Comissão Europeia (2022), *The Code of Practice on Disinformation*, disponível em https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/code-practice-disinformation; https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/news/code-practice-disinformation-new-reports-available-transparency-centre.

Conselho da Europa (2018), *Artificial Intelligence and Data Protection: Challenges and Possible Remedie*s, Report on Artificial Intelligence, por A. Mantelero, Estrasburgo.

Del Campo, A. (2022), *Platform Oversight: a Neglected Link in Internet's Regulatory Futures*, CELE, University of Palermo, Facultad de Derecho, Centro de Estudios en Libertad de Expresión y Acceso a la Información, disponível em https://www.palermo.edu/Archivos_content/2022/cele/noviembre/paper-cele/Platform-Oversight.pdf.

Fukuyama, F., B. Richman e A. Goel (2021), "How to save democracy from technology: ending big tech's information monopoly", *Foreign Affairs,* 100 (1), pp. 98-110.

Gonçalves, M. E. (2020), "The risk-based approach under the new EU data protection regulation: a critical perspective", *Journal of Risk Research,* 23 (2), pp. 139-152

Hague, B. N. e B. D. Loader (1999), *Digital Democracy*, Londres, Routledge.

Landau, I. (2019), "Human rights due diligence and the risk of cosmetic compliance", *Melbourne Journal of International Law,* 20 (1), disponível em https://classic.austlii.edu.au/au/journals/MelbJIL/2019/9.html.

Leite, M. (2023), "Beyond buzzwords: mandatory human rights due diligence and a rights-based approach to business models", *Business and Human Rights Journal,* 8 (2), pp. 197-212, disponível em https://www.cambridge.org/core/journals/business-and-human-rights-journal/article/abs/beyond-buzzwords-mandatory-human-rights-due-diligence-and-a-rightsbased-approach-to-business-models/4C1FB2854598944091D7ABCAB1E739B1.

Metzger, M., T. Navichoque e K. Wainscott (2020), "Human Rights and Government Regulation of Digital Platforms", *Global Digital Policy Snapshot*, Stanford, Cyber Policy Center, disponível em https://fsi-live.s3.us-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/snapshot_iv_human_rights_and_government_regulation_of_digital_platforms.pdf.

Miles, I. (1996), "The information society: competing perspectives on the social and economic implications of information and communication technologies", em W. H.

Dutton (ed.), *Information Technologies: Visions and Realities*, Oxford, Oxford University Press, pp. 37-52.

Nações Unidas (2018), *Report of the Special Rapporteur on the Promotion and Protection of the Right to Freedom of Opinion and Expression*, disponível em https://digitallibrary.un.org/record/1631686?v=pdf.

Nações Unidas (2011), *Report of the Special Representative of the Secretary-General on the Issue of Human Rights and Transnational Corporations and Other Business Enterprises, John Ruggie: Guiding Principles on Business and Human Rights: Implementing the United Nations* "Protect, Respect and Remedy" *Framework*, disponível em https://digitallibrary.un.org/record/705860.

Nações Unidas (2019), *United Nations Strategy and Plan of Action on Hate Speech* https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/advising-and-mobilizing/Action_plan_on_hate_speech_EN.pdf

UNHR (2011), *Guiding Principles on Business and Human Rights, Implementing the United Nations "Protect, Respect and Remedy" Framework*, United Nations Human Rights Office of the High Commissioner, disponível em https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/publications/guidingprinciplesbusinesshr_en.pdf.

Wagner, B. (2018), "Ethics as an escape from regulation: from ethics-washing to ethics-shopping?", em M. Hildebrandt *et al.* (ed.), *Being Profiling: Cogitas Ergo Sum*, Amesterdão, Amsterdam University Press, pp. 84-88, disponível em https://www.researchgate.net/publication/338271524_Ethics_As_An_Escape_From_Regulation_From_Ethics-Washing_To_Ethics-Shopping

A racionalidade algorítmica como fator de enfraquecimento da(s) esfera(s) pública(s)

João Carlos Correia
Professor associado com agregação, Universidade da Beira Interior

O advento da racionalidade algorítmica reconfigurou profundamente os processos sociais, as dinâmicas políticas e as estruturas da esfera pública contemporânea. Esta racionalidade, marcada pela automatização da análise, pela governação dos fluxos de informação e pela extração de valor comportamental desafia a operacionalização da democracia e as condições de funcionamento do debate público.

A racionalidade algorítmica é, neste sentido, um desdobramento automatizado da racionalidade moderna num sentido instrumental (Adorno e Horkheimer, 1985). Desloca decisões para sistemas técnico-económicos opacos, orientados por critérios de eficiência, previsão e otimização, raramente sujeitos a escrutínio público. Ao reduzir fenómenos complexos (atitudes, interações, preferências) a padrões mensuráveis, transforma pessoas em dados e relações humanas em fluxos quantificáveis. Sob a aparência de neutralidade, reforça desigualdades e estruturas de poder, colonizando esferas sociais que antes exigiam deliberação livre.

Perante os problemas impostos pela racionalidade algorítmica, o desafio contemporâneo consiste em recuperar formas de racionalidade orientadas para a comunicação, a participação e a construção de uma esfera pública democrática, mesmo tendo em conta as novas estruturas tecnológicas.

Digitalização da esfera pública

A digitalização da esfera pública trouxe um inegável potencial democratizador, graças à ampla inclusão de vozes e às novas possibilidades de circulação livre de informações. Nomeadamente, permitiu mesmo a abertura a portadores de agendas excluídas, que vitalizaram o pluralismo da esfera pública tradicional, como sugeriu Frazer (1990), ou, pelo menos, a flexibilização de esferas públicas ligadas por esferas de influência recíproca, já formulada por Habermas desde 1996 (Habermas, 1996: 373)

A partir deste século, porém, a esfera pública sofreu simultaneamente mais uma transformação estrutural, graças à automatização das decisões comunicacionais lideradas por megaempresas digitais, como Facebook e Google. Surgiu, em simultâneo,

uma comunicação encerrada em si própria, fragmentada e semipública, que se espalhou entre os utilizadores dos *media* sociais (Habermas, 2022: 146).

A esfera pública digital, mediada por algoritmos que personalizam e filtram a informação conforme perfis de utilizador, comprometeu o ideal de um espaço plural de deliberação racional. Os novos *media* atuam na rede global como intermediários, sem responsabilidade pelos conteúdos e estabelecem e intensificam relações e discursos com consequências frequentemente imprevisíveis, alterando o próprio carácter da comunicação pública (Habermas, 2022: 58-159). As plataformas não oferecem aos seus utilizadores emancipados qualquer mecanismo para examinação discursiva de conteúdos baseado em padrões cognitivos geralmente aceites. As tendências e dinâmicas que impulsionam a fragmentação e a dissolução de laços reforçam-se a si mesmas, criando uma dinâmica que contraria o poder integrativo do contexto comunicativo das esferas tradicionais estabelecidas pelos *media* anteriores (cf. Habermas, 2022: 161).

O fenómeno das bolhas informacionais, na maior parte dos casos, frustrou o revigoramento pluralista da esfera pública e, antes, em lugar de permitir uma maior porosidade ao acesso de agendas marginalizadas ou excluídas, enfraqueceu a possibilidade de um debate público plural, uma vez que os indivíduos passam a ser expostos sobretudo a opiniões semelhantes às suas, numa espécie de tribalização identitária do discurso público. Pariser (2011) descreve o fenómeno de os algoritmos filtrarem silenciosamente conteúdos discordantes, passando a fornecer prioritariamente aquilo com que os utilizadores já concordam ou com que provavelmente se envolverão. O utilizador, sem perceber, fica "intelectualmente isolado" em bolhas de informações reconfortantes, que confirmam as suas crenças e preconceitos. As vozes discordantes são atenuadas ou completamente excluídas do *feed*, seja por filtragem automática, seja porque as pessoas as bloqueiam ou deixam de segui-las. Consequentemente, reduz-se a exposição a perspetivas divergentes e diminui-se a dimensão hermenêutica de compreender e escutar o discurso de outrem.

Essa segmentação personalizada criou narrativas fechadas e comunidades isoladas de sentido, em que o pensamento se retroalimenta sem confronto externo. A personalização extrema do conteúdo aniquilou o horizonte comum: a esfera pública deixa de ser um horizonte de luta pelo reconhecimento por parte dos envolvidos no debate público, para se tornar um mosaico altamente comercializado de microesferas sem diálogo entre si. Conteúdos polarizadores tendem a ser recompensados pelo algoritmo, de acordo com uma lógica de atratividade induzida por desideratos comerciais. Assim, posições extremas ganham voz, enquanto vozes moderadas ou analíticas (que costumam atrair menos reações imediatas) são suplantadas. Finalmente, a dinâmica acelerada e caótica de produção e circulação de informações *online* — muitas vezes sem mediação de intermediários profissionais ou mecanismos de verificação — favorece a proliferação de notícias falsas, teorias conspirativas e discursos extremos.

A sobrecarga de informações sem critérios de validação gerou desorientação e desconfiança generalizada. Os cidadãos não compartilham sequer um território argumentativo: vivem narrativas distintas, cada fação com seu conjunto próprio de

factos, induzidos pelo apelo algorítmico à emoção, segundo uma finalidade estritamente comercial e, num certo sentido, despolitizada, ainda que objeto de apropriações e manipulações políticas. Evidentemente que surgem esferas de afirmações de direitos que procuram reconhecimento num discurso público pluralista. Porém, predomina a suspeita de regressão induzida pelo movimento de retribalização da vida política e do espaço público proveniente das grandes plataformas.

A presença de fortes constrangimentos grupais, incompatíveis com a ideia aberta, diversificada e cosmopolita de democracia, alimenta, frequentemente, comportamentos plebiscitários similares aos fenómenos autoritários, originários do princípio e de meados do século XX. Em primeiro lugar, ao evitar a filtragem crítica dos *media* tradicionais, o líder de fação fica sem contraponto imediato, reforçando nas suas bases uma visão distorcida da realidade. Em segundo lugar, as redes sociais permitem-lhe criar a aparência de um apoio popular unânime: os seguidores de uma fação veem sobretudo mensagens consonantes com as suas, o que reforça uma ilusão de consenso e legitimação plebiscitária profundamente antipluralista. Trata-se de uma espécie de hiperconformismo digital: uma vez inseridos na comunidade, os indivíduos enfrentam incentivos (sociais e algorítmicos) para alinhar o seu pensamento ao da maioria daquele grupo, sob pena de uma espécie de ostracismo virtual.

Grupos de pessoas com pensamento semelhante, discutindo apenas entre si e consumindo conteúdo alinhado, acabam por adotar posições cada vez mais uniformes após sucessivas interações. Em última instância, a polarização algorítmica elimina as ambiguidades, reforça identidades de grupo antagónicas e pode normalizar discursos de ódio, já que estes deixam de ser contestados.

Cass Sunstein (2017) analisa como "cascatas de disponibilidade" e "enclaves informativos" *online* podem propagar boatos e teorias conspiratórias a uma velocidade e alcance inéditos — por exemplo, teorias infundadas sobre fraudes eleitorais, negacionismo científico (como no clima ou na pandemia) ou demonização de minorias prosperam em grupos fechados de Facebook ou *threads* do X, muitas vezes amplificadas por *bots* e estratégias coordenadas de desinformação.

Essa introdução de conteúdos manipulativos sob medida na esfera pública digital permite falar em "colonização algorítmica da opinião pública" e na geração de "opinião pública sintética" por meio de *bots* e perfis falsos (cf. Saura García e Calvo, 2024). Tal acarreta "patologias sociais, anomalias e distorções na comunicação pública digital e constitui um 'novo contexto algoritmizado' que representa um desafio inédito" (cf. Saura Garcia e Calvo, 2024)

Hartmut Rosa (2013) atribui grande parte deste panorama à aceleração social, tecnológica e do modo de vida que a seu ver caracteriza a modernidade. A sociedade contemporânea é dominada pela lógica da aceleração — uma aceleração abrangente, que é ao mesmo tempo tecnológica, social e do ritmo de vida. A aceleração tecnológica gera ciclos cada vez mais curtos de substituição de produtos e de difusão de informações, reorganizando estruturas institucionais num ritmo vertiginoso. As redes digitais, com atualizações constantes e notificações contínuas, comprimem o tempo de reação e pressionam os indivíduos a responder de imediato a cada estímulo.

Pressionados a reagir rapidamente, os indivíduos tendem a fazê-lo a partir de instintos e emoções, sem tempo para considerar nuances ou perspetivas alternativas. O espaço público digital frequentemente degenera em ruído comunicacional: muitas vozes expressam-se simultaneamente, porém sem escuta mútua e sem geração de sentido partilhado. A comunicação torna-se funcional e instrumental, visando *likes* e reações, em vez de compreender o outro. Em condições ideais, um espaço público democrático exige interação baseada em resposta e adaptação mútuas, em que os participantes gradualmente ajustam as suas opiniões ao ouvirem argumentos alheios, podendo assim chegar a consensos ou compromissos (Rosa, 2022: 20).

Esse processo interativo e lento de discussão é precisamente o oposto da dinâmica acelerada e segregada que vemos nas redes; nestas, o que impera é muitas vezes uma justaposição de monólogos simultâneos dentro de nichos fechados. Encontramos um "pluriverso" fragmentado e polarizado de subgrupos fechados, cujas experiências do mundo são largamente impulsionadas por algoritmos comercialmente orientados para a captação de utilizadores (cf. Rosa, 2022). Neste universo pós-factual das tribos digitais, a opinião prescinde de fundamentação racional ou da possibilidade de crítica, tornando-se mera declaração identitária, que confere pertença tribal a quem a professa. Nesse cenário, a comunicação deixa de ser dialógica para se converter numa guerra de identidades, em que a sociedade se fragmenta em grupos inconciliáveis, sem um espaço de encontro e em que o comum se perde.

Nick Srnicek e Shoshana Zuboff, em registos diferentes, acrescentam a este diagnóstico uma dimensão económica e tecnológica crucial, ao analisarem o capitalismo de plataforma e o capitalismo de vigilância.

As plataformas podem ser definidas como um novo modelo de negócios que originou um novo e poderoso tipo de companhia, que se concentra na extração de um determinado tipo de matéria-prima: os dados (Srnicek, 2017: 42).

Para maximizar o tempo de ecrã e os lucros publicitários, as plataformas privilegiam conteúdos virais, emocionalmente carregados e polarizadores — aqueles que melhor retêm a atenção do utilizador. Fenómenos como a desinformação ou o discurso de ódio não são o resultado de comportamentos desviantes, mas consequências diretas de um sistema desenhado para conseguir a atenção e o envolvimento dos utilizadores a qualquer custo. As atividades dos utilizadores são tratadas como uma matéria-prima, que é recolhida (geralmente de modo automático e invisível), refinada por meio de análise algorítmica e convertida em produtos informacionais vendidos a terceiros ou usados para otimizar serviços.

Shoshana Zuboff (2019) explica que as grandes plataformas digitais capturam continuamente os traços do comportamento dos utilizadores — cliques, tempos de visualização, localizações, padrões de navegação — convertendo-os em dados e *insights* sobre preferências e intenções, numa arquitetura de vigilância ubíqua. Esses dados alimentam modelos preditivos, que visam não apenas antecipar comportamentos futuros, mas também moldá-los, influenciando ativamente as escolhas dos indivíduos para maximizar lucros (através da personalização persuasiva de anúncios ou conteúdos). Nessa fase do capitalismo informacional, o espaço público converte-se no prolongamento de uma economia comportamental, em que cada ação e

interação podem ser monitorizadas e mercantilizadas (Zuboff, 2019). Shoshana Zuboff denominou esse paradigma de "capitalismo de vigilância", enfatizando que o que está em jogo é a vigilância contínua dos comportamentos individuais para gerar "excedente comportamental", isto é, um volume enorme de informações sobre preferências, hábitos, emoções e padrões de vida dos cidadãos conectados.

Frente a estes diagnósticos, coloca-se a questão: pode a teoria democrática renovar-se de modo que enfrente esses desafios e preserve (ou reconstrua) as condições de uma racionalidade comunicativa no mundo digital?

Design democrático de plataformas

Habermas não oferece um "plano técnico detalhado" para enfrentar a racionalidade algorítmica — as suas propostas são mais normativas e de orientação geral. Assinala (2022) que o quadro regulatório digital (legislação de plataformas, transparência algorítmica, proteção do pluralismo) deverá ser parte central da solução. Isso significa que algoritmos de seriação, critérios de visibilidade e moderação automática não podem estar isolados das esferas democráticas, mas sujeitos a normas, fiscalização e participação pública.

Continua a insistir que o argumento racional comunicativo — em contraste com comunicação estratégica ou manipulativa — é normativamente prioritário. No ambiente digital, isso sugere que as arquiteturas digitais devem ser desenhadas para expor os cidadãos a múltiplas perspetivas, em vez de aprisioná-los em nichos fechados. Tal significa algoritmos de recomendação, programados para diversificar o conteúdo apresentado (por exemplo, mostrando pontos de vista opostos ou variados deliberadamente), mitigando o efeito e sobretudo a sua lógica de subordinação ao engajamento comercial. Implica ainda que a sociedade civil possa participar na construção e regulação das infraestruturas comunicacionais. Pressupõe, também, a intervenção pública para combater a desinformação, nomeadamente políticas públicas que promovam literacia mediática e combatam a proliferação de *fake news*.

Para Hartmut Rosa (2024), qualquer projeto de revitalização democrática no contexto tecnológico atual passa pelo fortalecimento de instituições e práticas sociais que ofereçam ritmos mais lentos e espaços de pausa, os quais favoreçam a deliberação e a construção de sentido.

No contexto digital, isso traduz-se em criar interfaces e plataformas que permitam interações de qualidade. A restauração de uma esfera pública política funcional exigiria mudanças que incluem repensar os espaços de encontro e os formatos de participação. Isso pode implicar tentar desacelerar alguns circuitos comunicativos ou criar tempos protegidos para diálogo aprofundado Em termos práticos, sugere-se a necessidade de "*media* lentos": formatos jornalísticos longos ou plataformas de debate deliberativo *online*, que privilegiem a qualidade e não a quantidade de interações. Plataformas de *streaming* e redes sociais poderiam ter modos "lentos", privilegiando conteúdos contextualizados.

Srnicek e Williams (2015) delineiam um programa ambicioso, que inclui desenvolver plataformas tecnológicas públicas (por exemplo, um "Facebook

público" cooperativo), sistemas de IA abertos e controlados democraticamente, bancos de dados comuns. O capitalismo digital é sustentado por um pequeno número de plataformas monopolistas — o chamado capitalismo de plataformas — pelo que a luta política deve passar pela reconfiguração democrática das infraestruturas digitais, colocando-as sob controlo público ou cooperativo. As principais características destas infraestruturas serão propriedade coletiva (utilizadores como acionistas ou propriedade estatal local / global); governança democrática com deliberação de utilizadores sobre políticas, algoritmos e interfaces; transparência total do código e das regras (*open source*); e finalidade social em vez de lucro.

Para este efeito, o Estado deve desempenhar um papel central na transição tecnológica. Isso significa políticas industriais ativas no setor digital: investimento público em tecnologias abertas, estabelecimento de normas públicas para a IA.

Shoshana Zuboff (em Calfas, 2021) advoga que leis e instituições sejam criadas para controlar o capitalismo de vigilância. Compara a situação atual aos desafios enfrentados no passado com a Revolução Industrial: assim como foi necessário criar legislação trabalhista e direitos do consumidor para equilibrar industrialização e democracia, agora "se quisermos um século digital compatível com a democracia, precisamos trazer leis e instituições" adequadas.

Entre as medidas concretas debatidas estão leis robustas de proteção de dados pessoais, limites à microssegmentação política durante eleições, transparência obrigatória dos algoritmos de recomendação e moderação de conteúdo, e mesmo o desmembramento *antitrust* de gigantes tecnológicos, para reduzir o seu poder monopolista. Zuboff frequentemente ressalta a urgência de proibir a extração ilegítima de dados — "devemos interromper a extração; é ilegítima e deveria ser ilegal" (Calfas, 2021) — pois sem isso toda a cadeia de previsão e manipulação comportamental continuará intacta.

Considerações finais

As plataformas digitais e as tecnologias algorítmicas exercem um papel cada vez maior na produção e distribuição de informações, na formação de opiniões e na construção de identidades pessoais.

Essa lógica algorítmica tendeu a concentrar-se na maximização dos lucros e na eficiência, em detrimento de outros valores sociais importantes, como a liberdade de expressão, a privacidade e a diversidade cultural. Além disso, a tecnologia algorítmica, devido ao modelo de negócio baseado na extração de dados, reforçou as desigualdades sociais existentes e promoveu uma forma de polarização centrada em discursos completamente fechados.

Assim, é necessário favorecer uma abordagem mais crítica e reflexiva às tecnologias algorítmicas e promover a participação ativa dos cidadãos na construção e governança das tecnologias digitais.

A racionalidade algorítmica não é apenas um avanço técnico neutro; é um projeto político-económico com implicações profundas, que precisa de ser compreendido

criticamente e confrontado democraticamente. Os diagnósticos aqui revisitados — da alienação técnica à colonização do mundo da vida, da aceleração à mercantilização da atenção — mostram que os algoritmos incorporam formas de poder que desafiam os ideais de autonomia, publicidade e deliberatividade. Contudo, a herança da teoria crítica, ampliada e reinterpretada pelos contributos contemporâneos, oferece ferramentas essenciais para repensar as condições de possibilidade de uma sociedade digitalmente mais democrática.

É possível preservar e atualizar a racionalidade democrática perante a racionalidade algorítmica, mas não sem uma profunda reconstrução crítica das condições materiais, temporais e institucionais da comunicação pública. Exige-se, por um lado, uma crítica radical da atual configuração do capitalismo de plataformas — que passa por enfrentar a lógica instrumental dominante, tornando transparentes e responsáveis as tecnologias que mediam a nossa vida. Por outro lado, exige-se uma imaginação política robusta, capaz de construir infraestruturas digitais ao serviço da deliberação democrática e da autonomia coletiva.

Referências bibliográficas

Adorno, T. W., e M. Horkheimer (1985 [1944]), *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*, Rio de Janeiro, Zahar.

Adorno, T. W., E. Frenkel-Brunswik, D.J. Levinson e R. N. Sanford (1950), *The Authoritarian Personality*, Nova Iorque, Harper & Brothers.

Calvo, Patrici e Carlos Saura Garcia (2024), "Generative AI and democracy: the synthetification of public opinion and its impacts", SSRN, disponível em https://ssrn.com/abstract=4911710.

Fraser, N. (1990), "Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy", *Social Text*, 25/26, pp. 56-80. https://doi.org/10.2307/466240

Habermas, J. (1996[1992]). *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*, Cambridge, MIT Press.

Habermas, J. (2012[1981]), *Teoria do Agir Comunicativo: Vol. 2. Sobre a Crítica da Razão Funcionalista*, São Paulo, Editora Martins Fontes.

Habermas, J., (2022), "Reflections and hypotheses on a further structural transformation of the political public sphere", *Theory, Culture & Society*, 39 (4) pp. 145-171, disponível em https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/02632764221112341.

Pariser, E. (2011), *The Filter Bubble: What the Internet Is Hiding from You*, Nova Iorque, Penguin Press.

Perrigo, B. (2021), "'We need a fundamental reset': Shoshana Zuboff on building an internet that lets democracy flourish", *Time*, disponível em https://time.com/5930790/shoshana-zuboff-interview/.

Rosa, H. (2013[2005]), *Social Acceleration: a New Theory of Modernity*, Nova Iorque, Columbia University Press.

Rosa, H. (2022), "Social media filters and resonances: democracy and the contemporary public sphere", *Theory, Culture and Society*, 39 (4), pp. 17-35.

Srnicek, N. (2017), *Platform Capitalism*, Cambridge, Polity Press.

Srnicek, N., e A. Williams (2015), *Inventing the Future: Postcapitalism and a World Without Work*, Londres, Verso.

Sunstein, C. R. (2017), *#Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media*. Princeton, NJ, Princeton University Press.

Zuboff, S. (2019), *The Age of Surveillance Capitalism: the Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*, Nova Iorque, PublicAffairs.

Ciberespaço e soberania: da utopia aos apagões

Manuel Silva Pereira
Ph.D. em Ciências da Comunicação

> It is error alone which needs the support of government.
> Truth can stand by itself.
> Thomas Jefferson
> *Notes on the State of Virginia* (1785)[1]

Sem um fim que se antecipe, o que poderá aliás não ser prioridade, prossegue a disputa da soberania digital e seus heterónimos, a "autonomia digital", "soberania tecnológica" e "autonomia estratégica".

Alimentada por Barlow que, inspirado em Thomas Jefferson, proclamou em 1996 a independência do ciberespaço, berço de uma nova civilização do espírito, onde os governos não têm lugar, seria recuperada já neste século por Mueller (2019), para quem as tentativas de alinhamento das tecnologias digitais com as fronteiras políticas, além de *contra natura*, seriam de molde a perpetuar conflitos e comprometer os direitos e liberdades fundamentais.

Para Demchak e Dombrowsky (2011), docentes no American Naval War College, o modelo adotado pela China é o que mais importaria replicar, o de acesso consentido apenas a alguns e rigorosamente monitorizado e vigiado por um exército de censores e guardas de fronteira. Para as Nações Unidas (2023), a *Internet que queremos* deverá ser "aberta, livre, global, interoperável, confiável, segura e, ainda, *multistakeholder*", preparada para resistir a todas as tentativas de fragmentação, pese embora o facto de o secretário-geral (2019) se ter afirmado hesitante quanto ao número de *internets* que "exatamente" existem; por último, para Daniel Innerarity (2021), na interpretação que perfilha da visão europeia, a soberania é sinónimo de fim da dependência externa e de afirmação global de um modelo autónomo de governação, com normativos calibrados à medida dos princípios e valores proclamados, e a adotar por todos e cada um dos cidadãos que navegam no ciberespaço.

---

1 Epígrafe da *Declaração de Independência do Ciberespaço*, de John Perry Barlow, disponível em https://encyclopediavirginia.org/entries/notes-on-the-state-of-virginia-1785/

Apesar da soberania territorial não ser um princípio consolidado e único na ordem internacional, vide na que emergiu após a Segunda Guerra Mundial, a sua extensão ao ciberespaço, como reclamado por alguns Estados, tem vindo a ganhar fôlego e a ser interiorizado, graças à paleta de ferramentas postas à disposição, não só como instrumento de política interna, mas como pilar vital de projeção global de poder — que o digam, entre outras, a proibição de exportar semicondutores posta em prática pelos EUA, a sabotagem de cabos submarinos ou a impunidade com que tantas vezes os direitos humanos são desrespeitados.

A controvérsia sobre a soberania no ciberespaço não é teórica ou filosófica, antes se revela como questão central da presente governação da Internet, reflexo da disputa de poder entre as superpotências mundiais, algo que o presente artigo procura documentar, na diversidade de entendimentos concetuais e nos riscos e desafios de que apenas alguns parecem estar conscientes.

O "profeta" Barlow

"O passado é um país estrangeiro", no fundamental diferente do presente; é como que uma outra terra, com costumes, crenças e modos de vida próprios.

Quatro décadas passadas sobre o *best-seller* de David Lowenthal (1985), cujo título aqui se replica, regresso a Davos, na Suíça, para revisitar a *Declaração de Independência do Ciberespaço*, autoproclamada por John Perry Barlow (1947-2018), então convidado especial do Fórum Económico Mundial, organização que desde 1971 congrega líderes políticos e a elite do capitalismo financeiro internacional.[2]

Em 8 de fevereiro de 1996, o rebatizado "Thomas Jefferson do Ciberespaço" pelo mensário digital *Yahoo Internet Life* (1996 a 2002) reagia à promulgação pela administração Bill Clinton-Al Gore (1993-2001) da Lei de Reforma das Telecomunicações (Telecommunications Act; desregulação; livre concorrência; etc.) e do seu controverso título V ("Obscene, Harassing, and Wrongful Utilization of Telecommunications Facilities"), também conhecido por Lei de Decência nas Comunicações (DCA — Decency Communications Act), por, pela primeira vez, se propor "regular e modelar a Internet como um espaço global *online*, com direitos e responsabilidades legais únicos" (Keen, 2021).

Inspirado na *Declaração de Independência dos EUA*, de 1776, o manifesto de Barlow interpela os "governos do mundo industrial, cansados gigantes de carne e aço", para os confrontar com o "ciberespaço, a nova casa do Espírito. Em nome do futuro, peço, a vocês do passado, para nos deixarem em paz. Não sois bem-vindos entre nós. Nenhuma autoridade soberana vos assiste sobre o lugar onde nos reunimos".

---

2 Redigido a pedido de Spencer Reiss, jornalista, antigo correspondente em vários continentes da revista *Newsweek*, editor sénior da *Wired*, em São Francisco, a partir de 1996, o manifesto de Barlow era destinado ao projeto *24 Hours in Cyberspace*, que Reiss coordenava com Tipper Gore, esposa do vice-presidente Al Gore. Ironia das ironias, Barlow teve dificuldade em remeter para Silicon Valley, via email, o texto que acabara de redigir horas antes, sendo forçado a recorrer à já então ultrapassada máquina de *fax*.

Em defesa de uma "Internet radicalmente autónoma" (Keen, 2021), Barlow informa que "estamos a criar um mundo em que todos podem entrar, sem privilégios ou preconceitos de raça, poder económico, força militar ou lugar de nascimento (…) um mundo em que qualquer pessoa, em qualquer lugar, pode expressar as suas crenças — não importa o quão singulares elas sejam! — sem medo de se sentir coagida ao silêncio ou à conformidade". Um mundo onde todos são bem-vindos, com exceção, claro, dos "governos formados por políticos convencionais, como o de Clinton-Gore".

Em 1996, a Internet estava longe de servir os dois terços da humanidade que hoje a procuram diariamente e sem horário definido. "Território a colonizar", na expressão de Andrew Keen (2021), teria então cerca de 16 milhões de utilizadores, alguns dos quais reconhecidos pelos média como pilares robustos da "nova economia", como Larry Page e Sergei Brin, criadores do motor de busca Page Rank (mais tarde renomeado Google); Jeff Bezos, ex-analista em Wall Street, licenciado em ciências da computação por Princeton e dono da livraria *online* Amazon — faturava então 20 mil dólares / mês! — e Marc Andreessen, cujo Netscape, cotado em bolsa seis meses antes, desencadeara a explosão das *dot-com* em Wall Street.

Rancheiro no Wyoming, onde nasce em outubro de 1947, no seio de uma família mórmon, poeta, letrista dos Grateful Dead entre 1971 e 1995, a banda rock que foi marco da contracultura hippie ("I need a miracle; Fire on the mountains; The music never stops"), ativista digital, ciberlibertário, fundador com Steve Wozniak (Apple), John Gilmore e Mitch Kapor (tecnólogos), da Electronic Frontier Foundation, organização privada sem fins lucrativos, criada em 1990, em Boston, o "profeta" Barlow veria a sua declaração viralizar como *kudzu* (peste) no ciberespaço, "ainda que o não tivesse desejado ou previsto", com mais de 40 mil *sites* a dar-lhe ecrã em finais de 1996, algo de excecional numa Internet a viver ainda a primeira infância.

Barlow, diplomado pela Universidade de Wesleyan, Connecticut, em "religiões comparadas", não foi o primeiro a elaborar sobre os impactos da revolução digital. Outros o precederam nas décadas de 1970 e 1980, de Ithiel de Sola Pool a Alvin Toffler, de Manuel Castells a Nicholas Negroponte, de Francis Cairncross a David C. Clark, que em 1993 adotou como lema "we reject kings, presidentes and voting. We believe in rough consensus and running code". Todavia, por utópico e metafórico que se tenha revelado, o manifesto do "playboy filósofo da geração *Wired*" seria visto como "emblemático do tecno-libertarianismo ético, endémico em Silicon Valley", como a assumida "crença num sistema marcado pela desconfiança nos governos, pelo lema de 'cada um por si' adotado por empreendedores, e pela convicção firme na absoluta capacidade do mercado em separar o trigo do joio… É menos uma política explícita do que um conjunto de verdades autoinduzidas na cultura da alta tecnologia, enraizadas na fusão entre a política democrática e a economia de mercado" (Borsook, 2000: 24-27).

Comercializado, politizado e militarizado, o ciberespaço é hoje uma realidade bem diferente da do tempo de Barlow. Para lá dos progressos alcançados, das "aplicações e serviços que tornam a nossa vida mais livre, fácil, rica e confortável", há um lado negro que Kleinwachter (2021) gosta de sublinhar, o das "redes sociais

convertidas em censores, dos motores de busca transformados em *watchdogs* globais, e de estarmos rodeados de sistemas de vigilância massiva, de controlos biométricos e de um pântano de notícias falsas e discursos de ódio". Novas aplicações, altamente lucrativas, serviram para arruinar o comércio tradicional, não sendo óbvio que estejamos perante uma "destruição criativa", à maneira de Shumpeter, antes em via direta para uma sociedade mais dividida e uma internet mais fragmentada (*idem*).

Ciberespaço e soberania

William Gibson cunhou o termo no *best-seller Neuromancer* (1982), descrevendo-o como uma "alucinação consensual", um "não-espaço" da mente, onde dados e informações moldam um universo virtual.

Filósofo, Pierre Lévy (1999: 1) optou por conceber um novo "espaço de comunicação, produto da interconexão mundial de computadores", de um quado comunicacional e de sociabilidade não-presenciais, onde diferentes formas de cultura e interação humana têm lugar.

Em Castells (2007), mais do que um mero ambiente virtual, a interconexão de computadores e o fluxo de dados e informações digitais geraram uma nova estrutura social, cultural e económica, a "sociedade em rede", em que as reações humanas e a produção de valor são reconfiguradas.

Milton L. Muller (2019: 10-12), por seu turno, reconhecendo embora a diversidade de entendimentos que vez por outra o identificam ou confundem com a Internet e as tecnologias de informação, reclama para o ciberespaço uma definição à medida da sua arquitetura técnica, a de "um espaço virtual de interação, gerado pela ação conjugada de protocolos de comunicação de dados, compatíveis entre si" (exemplos: IP — Internet Protocol; TCP — Transmission Control Protocol; BGP — Border Gateway Protocol ou de roteamento entre sistemas autónomos; HTTP -Hypertext Transfer Protocol, que permite a troca ou transferência de dados entre clientes (navegadores) e servidores; etc.).

Família "única" de protocolos, a operar nas camadas 3 (rede) e 4 (transporte de dados) do modelo aberto de interconexão OSI, é com ela que máquinas e humanos interagem num espaço virtual globalizado, em resultado da adesão voluntária dos países e de cerca de 70 por cento da população mundial, um universo não-físico e não-geográfico, hoje travestido em arena para jogos de poder e de afirmação de supremacia na ordem internacional.[3]

---

3 Criado em 1971 pela ISO — Organização Internacional para a Normalização e pela CCITT, hoje Departamento de Padronização das Telecomunicações da UIT (ITU-T), e formalizado em 1983, o OSI (Open System Interconnection) é um modelo de rede de computador, dividido em camadas, ou layers, de funções. Constituiu-se como padrão para protocolos de comunicação entre diversos sistemas numa rede local (Ethernet), assegurando a comunicação entre dois sistemas comunicacionais (*end-to-end*). Divide a rede de computadores em sete camadas (física (1); enlace de dados (2); rede (3; IP); transporte (4; TCP); sessão (5); apresentação (6); aplicação (7), sendo que cada protocolo implementa uma funcionalidade numa camada determinada.

A operacionalidade da rede das redes não depende, porém, apenas da camada física. Se bem que componentes, aplicações e dados sejam essenciais para o funcionamento e mais-valia da Internet, tornam-se inúteis sem os protocolos de *software* que operam a troca e o fluxo dos pacotes de dados. Como adverte Milton Mueller (2019: 11), as "camadas 3 e 4 dispõem de mecanismos para organizar, endereçar e operar o transporte de dados, assim permitindo que as demais camadas se articulem; retire-se-lhes o *software* de compatibilidade e o ciberespaço desaparece, deixa de existir; reconectem-no com os protocolos e *standards* Internet, e os componentes físicos e as aplicações voltam a dar corpo ao espaço virtual global, independentemente da geografia onde se localizem".

Fator crítico distintivo dos *standards* e protocolos de Internet é, noutra vertente, a qualidade "não-proprietária", de não-pertença a uma só pessoa ou grupo, bem como o de terem sido consensualizados por uma comunidade de atores não-estatais e implementados como *software* de código aberto. "Bens comuns globais" — equiparados por Mueller ao alto-mar e ao espaço — exarados em documentos públicos consultáveis e replicáveis (RFC — Request for Comments), desfrutados, em simultâneo e sem disputa ou oposição, por milhões de consumidores, parece difícil ou quase impossível exclui-los do impulso ou apelo de conexão a uma rede comunicacional, ícone da contemporaneidade, lugar onde incontáveis interações sociais, económicas, políticas e culturais ocorrem a cada instante.

A adesão global generalizada ao conjunto de protocolos de Internet e o atributo de bens públicos comuns que lhes é concedido explica, no argumentário de Mueller (2019: 12), o motivo por que os "Estados não são soberanos no ciberespaço". Poderão regular, é certo, como as pessoas ou as coisas terão de se submeter à legitimidade que detém, mas um "ciberespaço nacional", onde a autoridade e o controlo que compõem o poder soberano sejam exercidos sem mais, pura e simplesmente não existe; ao invés, num ciberespaço global partilhado, a soberania constrange apenas, ainda que de modo imperfeito ou limitado, os atores e os dispositivos de que se servem para se conectarem com os sítios ou aplicações da sua predileção.

As "autoridades territoriais não controlam quem se conecta fora das suas fronteiras, e muito menos os serviços e aplicações que são disponibilizados por atores externos; poderão identificá-los e bloqueá-los *a posteriori*, mas tal ato de soberania é equivalente, por exemplo, ao do licenciamento e autorização para os navios entrarem e saírem de portos nacionais, sem que daí resulte para os Estados a soberania sobre os oceanos, ou ao da propriedade pública de satélites e respetivas rampas de lançamento, sem que tal lhes confira de modo automático e perene a soberania absoluta sobre o espaço sideral", conclui Mueller (2019: 12).

Para citar Kello (2017: 190) no ciberespaço "a primazia do Estado não é desvalorizada, mas a 'fuga' de poder para outros atores pela via do ciberespaço resulta num *gap* de soberania". Nenhum ator dispõe, só por si, do monopólio da força, manipula capacidades restringidas a um território ou detém legitimidade para exercitar o ciberpoder contra outro Estado. A coercividade existe apenas e só quando código, redes e computadores interoperam por obra e graça dos protocolos de Internet.

Fragmentação e *shutdowns*

No artigo publicado no *Harvard Journal of Law and Technology*, Timothy Wu (1997) conclui que a independência do ciberespaço, como proclamada por Barlow, e a inaplicabilidade de leis com âmbito territorial limitado para o governar, como assinalado por Johnson e Post (1996), eram, no essencial, efeito da desatenção dos governos. À medida que estes "interiorizassem" a Internet, logo ficaria claro "o tipo de soberania exercido no ciberespaço".

A natureza descentralizada da rede e a governação *bottom-up, de* baixo para cima e em articulação periódica com atores não-estaduais, legitimaram o "excecionalismo" reconhecido à rede das redes pelo Framework for Global Electronic Commerce, promulgado pela administração Clinton, em 1997. O documento dispunha que o modelo de regulação das telecomunicações, rádio e televisão, que vigorava nos EUA há mais de seis décadas, escassa serventia apresentava no enquadramento legal e na governação da Internet.

Com a desatenção dos governos, e muito antes da Internet ter conquistado, no domínio económico, o estatuto de infraestrutura comunicacional e informativa de maior impacto do nosso século, nasceram diversas organizações com ambições transnacionais, constituídas por atores privados e que se revelaram pioneiras em inovação e criatividade e no desenvolvimento e adoção de normativos de governação da rede, mantendo-a íntegra, aberta e, claro, de alcance universal. A IETF — Internet Engineering Task Force, no processo de consensualizar os *standards* e protocolos de Internet, e a ICANN — Internet Corporation for Assigned Names and Numbers, na operacionalização do DNS — *Domain Name System* e demais identificadores únicos da Internet, servem de eloquente referência.

Com a Cimeira Mundial da Sociedade da Informação (WSIS), convocada pelas Nações Unidas em duas etapas — Genebra (2003) e Tunes (2005) — a indiferença governamental converter-se-ia, porém, em confronto entre o modelo *multistakeholder* de governação, que os documentos consensualizados na cimeira subscreveram, e as hesitações e questionamentos dos Estados quanto ao *poder soberano* da ICANN e do sistema DNS, tutelados como eram ao tempo por um único Governo, o dos EUA.

Datam dessa altura as primeiras reivindicações dos Estados quanto à primazia digital no ciberespaço, com destaque para conhecidos regimes autocráticos, que rápido se apressariam a impor bloqueios e filtros aos conteúdos gerados tanto no exterior, como no interior do seu território.

O debate, tenso e nem sempre cordial, entre os defensores do "multistakeholderismo" e os "soberanistas", promotores de "uma nova era vestfaliana", na expressão de Demchak e Dombrowsky (2011), ou da recriação de uma "fronteira no ciberespaço, que permitisse ao Estado monitorizar e controlar" quem lá navega, sugerida por Franzese (2009), continua hoje a não ser uma simples questão teórica, antes espelha com clareza a disputa de poder entre superpotências pela supremacia e controlo de um espaço progressivamente militarizado.

Catapultada pelo *caso* Wikileaks (2010) e, em seguida, pelas revelações de Edward Snowden (2013) sobre os programas de espionagem eletrónica e vigilância

massiva desenvolvidos pela NSA -Agência Nacional de Segurança dos EUA, a "soberania digital" — e as suas múltiplas encarnações — sobre uma rede global, a delimitação de fronteiras territoriais num espaço por definição intangível, mesmo se em nome da defesa e segurança nacionais ou de interesses económicos e comerciais próprios, ou ainda da preservação cultural e adequação dos fluxos comunicacionais e informativos, trouxe aos Estados enormes desafios de equilíbrio e razoabilidade, que a prática mostrou terem desembocado muitas vezes em censura, violação da privacidade individual, vigilância permanente, supressão da dissidência e perseguição de adversários políticos, verdadeiros gatilhos de uma Internet em processo de fragmentação (*splinternet*), mascarados de decisões de política doméstica, mas também de instrumentos de projeção de poder — que o digam, entre vários outros, a interdição ou condicionamento da exportação de semicondutores decidida pelos EUA, as ações de sabotagem de cabos submarinos de fibra ótica e o frequente desrespeito de princípios e valores instituídos pela ordem internacional estabelecida e de direitos humanos consagrados (Fiedler, 2025).

Dados relativos a 2024, compilados pela plataforma *Access Now* e pela coligação #KeepItOn, em fevereiro de 2025, documentam 296 *shutdowns* em 54 países, mais 13 do que no ano anterior, que só por si já era detentor de um novo recorde.[4] Também o número de países cujas populações foram alvo de interrupções no acesso à Internet cresceu 35%, boa parte delas com duração superior a um ano, e ainda com sete novos países a estrearem-se na lista de infratores.

Significativo, também, o facto de parte dos *shutdowns* terem sido acionados a partir do exterior e patentearem sofisticação capaz de bloquear eventuais alternativas de acesso.

Interrupções de serviço de Internet, ciberataques e cortes no fornecimento de energia elétrica, identificados como sendo de origem governamental, foram ainda listados pela plataforma Cloudflare, e tornados públicos no relatório de disrupções do segundo trimestre de 2025. Líbia, Irão, Iraque, Síria e Panamá ocupam os lugares cimeiros entre os países, a que se juntam, no domínio dos cortes de energia elétrica, numa parte dos casos atribuíveis a fornecedores comerciais, Porto Rico, São Cristóvão e Nevis, Macedónia do Norte, Maldivas, Curaçau e, claro, Espanha e Portugal, cujo "apagão", em 28 de abril de 2025, permanece por esclarecer na sua totalidade.

Outros tipos de interrupções ficaram a dever-se à sabotagem de terminais de cabos submarinos de fibra ótica, a vandalismos na rede, a ataques massivos DDoS (Distributed Denial-of-Service), à manipulação do DNS e endereços IP, à adulteração de protocolos de roteamento e a variadas outras técnicas que, no global, constituem fator de apreensão sobre a efetiva resiliência que a governação descentralizada da rede na teoria lhe atribui.

---

4 A plataforma Access Now pode ser consultada em: https://www.accessnow.org/. Fundada em 2016, na RightsCon de Silicon Valley, a #KeppItOn agrupa 345 entidades, em 106 países, representantes da sociedade civil, comunidades de ativistas dos direitos humanos, centros de investigação académica, fundações, plataformas de deteção e organizações de media. O relatório *Emboldened Offenders, Endangered Communities* foi elaborado por Zach Rosson, Felicia Antonio e Carolyn Tackett

Estratégia hoje prevalente no comportamento dos governos, visando condicionar os fluxos informacionais e a suprimir a dissidência, os *shutdowns* ocorrem sobretudo em contextos de instabilidade política, períodos eleitorais, agitação social e protestos de rua, servindo em conjunto para erodir a democracia, robustecer o autoritarismo, enfraquecer a sociedade civil, abrir espaço à impunidade, reduzir a transparência, minar o Estado de direito e pôr em causa a liberdade de expressão e os direitos humanos em geral (Milner, 2024).

Desnecessário, desproporcional, intrusivo, discriminatório

No discurso que proferiu no 14.º Fórum para a Governação da Internet, convocado para o centro de congressos Estrel, em Berlim, em novembro de 2019, o secretário-geral das Nações Unidas (SGNU) afiançou "ser claro para mim que vivemos num só mundo; mas já não é tão evidente que vivamos com uma só Internet".

Guterres referia-se ao modo como a "tecnologia digital estava a reescrever a história… e a intensificar a sensação de como isso nos fugia". E questionava "para onde tal nos levará, se irá potenciar ou enfraquecer a dignidade humana e os direitos, se as sociedades se irão tornar mais, ou menos, igualitárias, se nos sentiremos mais livres e seguros, e se seremos capazes de trabalhar em conjunto, atores singulares e nações, para superar as divisões políticas".

No mesmo discurso, o SGNU admitiu sermos todos sabedores dos "crescentes esforços de determinados países para, em simultâneo, erguer fronteiras no ciberespaço e desencadear mais e mais ciberataques transfronteiriços"; e deixou a garantia de que tanto o Alto Comissário para os Direitos Humanos, como muitos outros responsáveis, estariam a desenvolver esforços para "compreender exatamente como os direitos humanos podiam ser implementados no ciberespaço".

Boa parte das dúvidas apresentadas por Guterres tiveram confirmação e resposta pelo Alto-Comissário para os Direitos Humanos das Nações Unidas, no relatório (A/HRC/50/55) que submeteu ao HRC, em 13 de maio de 2022. Titulado *Internet Shutdowns: Tendências, Causas, Implicações Legais e Impactos em Vários Direitos Humanos*, o documento propõe para os *shutdowns* da Internet a definição seguinte:

> [trata-se de] medidas aprovadas por um governo, ou por si toleradas, para de modo intencional bloquear o acesso à Internet, bem como inviabilizar a utilização de sistemas de informação e comunicação *online*. Abrangem ações limitadoras da capacidade de um grande número de pessoas se servirem de ferramentas comunicacionais *online*, seja através da restrição da conectividade em geral, seja obstruindo o acesso e o recurso a serviços necessários a uma comunicação interativa, como a proporcionada pelos *media* sociais e serviços de mensagens; [e a concluir], estes *shutdowns*… causam enormes danos colaterais, muito para lá dos propósitos que visam alcançar.[5]

Difíceis de detetar enquanto tal, perante os vários casos de recusa dos governos em admiti-los ou em clarificar os propósitos e objetivos que os legitimaram, os *shutdowns*, recorrentes em períodos eleitorais, ações armadas e em contextos de grave

instabilidade social e política, são hoje menos globais e muito melhor direcionados, graças à proliferação de tecnologias que, com baixo custo e efeitos seguros, o permitem ou facilitam. O bloqueio de redes móveis, a disrupção de plataformas e o *throttling* (redução automática da frequência e *performance* de componentes informáticos) têm tido, por si só ou em articulação, uma aplicação frequente e duração variável, podendo vigorar por períodos longos, já designados de "cercos digitais".

Reconhecida como potenciadora de uma vasta gama de direitos humanos, a conetividade ou acesso à Internet é essencial não apenas à liberdade de expressão, como à materialização dos direitos à educação, à liberdade de reunião e associação, à convivência social, política e cultural, à saúde, ao crescimento económico e social e a um nível de vida mais digno e condizente.

Restrições à liberdade de expressão e demais direitos previstos no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos — que ecoa, para o efeito, o disposto no artigo 19.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos — não só devem estar fundadas na lei, como o seu racional ser devidamente explicitado e tornado público, de forma que seja incentivada a rápida adequação dos comportamentos individuais e coletivos. Ora, além dos fundamentos legais invocados pelos Estados serem bastas vezes genéricos em excesso e primarem pela vacuidade, bem como não observarem a "necessidade e proporcionalidade que os legitimariam enquanto medida extrema ou de último recurso", a verdade é que os *shutdowns* revelam-se quase sempre intrusivos, discriminatórios e incentivadores de mais violência, ferindo na essência os direitos humanos instituídos e colocando em risco a segurança e bem-estar das populações impactadas, impedidas como estão de usufruir de serviços essenciais ao seu dia a dia (A/HRC/50/55).

"Para o futuro da Internet" e "A Internet que queremos"

Em abril de 2022, a União Europeia, os EUA e 59 outros países subscreveram uma nova Declaração para o Futuro da Internet, em que expuseram a sua visão e princípios ordenadores para a governação de infraestruturas e tecnologias digitais, algo como que um código de conduta, a adotar de modo voluntário por legisladores e políticos, cidadãos, empresas e organizações da sociedade civil.

"Estamos unidos na convicção do potencial das tecnologias digitais para a promoção da conectividade, da democracia, da paz, do estado de direito, do desenvolvimento sustentável e do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais", lê-se no parágrafo de abertura, apostado como se mostra na defesa e

5 "Internet shutdowns are measures taken by a government, or on behalf of a government, to intentionally disrupt access to, and the use of, information and communication systems online. They include actions that limit the ability of a large number of people to use online communications tools, either by restricting Internet connectivity at large or by obstruction the accessibility and usability of services that are necessary for interactive communications, such as social media and messaging services. Such shutdowns inevitably affect many users with legitimate pursuits, leading to enormous collateral damage beyond the scope of their intended purposes".

promoção de uma "Internet aberta, livre, global, interoperável, confiável e segura", pronta para resistir a todas as "tentativas de fragmentação", e na governação *multistakeholder*, "a que vigora desde o início e comprovou já ser essencial à concretização da nossa visão". E tudo isso apesar dos riscos e desafios inerentes, que "enfrentamos e de que somos conscientes".

Entre esses riscos, a declaração aponta o dedo a "certos e determinados governos autocráticos, plataformas *online* e ferramentas digitais", usadas em ritmo crescente para "reprimir a liberdade de expressão e negar os direitos e liberdades fundamentais". Procedimentos maliciosos, patrocinados por Estados, ou por eles consentidos, têm vindo a multiplicar-se, incluindo campanhas de desinformação e cibercrimes, com relevo para o *ransomware*, algo que compromete a segurança e resiliência das infraestruturas críticas e ameaça valiosos ativos públicos e privados. Em paralelo, os mesmos Estados erguem *firewalls* e ordenam *shutdowns*, como forma de "restringir a ação dos jornalistas e o acesso à informação e aos serviços", o que é "contrário aos compromissos e obrigações que assumiram em matéria de direitos humanos".

Vista como "redundante e fator de distração" pelos críticos, por nem mesmo estatuir um qualquer "mecanismo de verificação", a declaração, interpretada pelos *media* como sendo de "rejeição do autoritarismo digital da Rússia e da China", surge aos olhos de outros académicos como um "aviso às democracias vacilantes quanto a transgressões na Internet e ataques às liberdades digitais" (Engler, 2022).[6]

Neste domínio, os relatórios da Freedom House sobre liberdade na internet, em declínio na última década e meia, o índice de democracia da EIU — *Economist Intelligence Unit,* a decrescer desde 2006, e ainda a meta-análise de quase 500 investigações sobre as "evidências causais e correlacionais dos *media* digitais nas democracias" (Lorenz-Spreen, Oswald, Lewandowsky e Hertwig, 2022), parecem confirmar o papel dos *media* digitais na degradação da confiança e na radicalização do discurso, em prol de um ambiente favorável aos populismos em regimes democráticos consolidados.

Uma outra visão, apresentada ao IGF — Fórum de Governação da Internet — reunido em Quioto, Japão, em outubro de 2023 — por Vint Cerf, presidente do Leadership Panel das Nações Unidas, qualifica a governação da Internet e das tecnologias digitais como "críticas para o desenvolvimento económico, social e ambiental" e "vitais para um futuro sustentável".

"A Internet que queremos", lema que inspira a iniciativa, valoriza o modelo *multistakeholder* de governação, como reforço de uma Internet aberta e livre, universal e inclusiva, interoperável, não fragmentada, estável e segura, centrada na pessoa humana e respeitadora dos seus direitos, da democracia e do primado da lei, confiável nos fluxos transfronteiriços de dados, pessoais e não pessoais, que no presente ancoram boa parte da economia digital, como a computação em nuvem, o trabalho remoto, a gestão de recursos humanos, a relação com os clientes, as

6 Cf. AccesNow (2023), *Empty Promises? Declaration for the Future of the Internet Is Nice on Paper*; disponível em https://www.accessnow.org/press-release/declaration-for-future-internet/.

cadeias de abastecimento e, noutra dimensão, o ensino a distância, a telemedicina, o combate ao cibercrime e ao assédio de crianças e jovens, a prevenção e deteção de fraudes, a investigação de produtos contrafeitos e um sem-número de atividades de que depende a vida moderna.

Com mais de nove mil participantes presentes, originários de 178 países, 92 por cento dos quais membros das Nações Unidas, e outros 5.500 registados *online*, o IGF de Quioto terá sido, porventura, o "maior e geograficamente mais diverso fórum" até ao momento organizado, sendo o documento final aprovado uma nova peça na estratégia concebida pelas Nações Unidas para o digital, a acrescer ao relatório *A Nossa Agenda Comum*, proposta pelo secretário-geral em 2021, o GDC — Compacto Digital Global integrado no Pacto para o Futuro (2024) e a convocatória para Genebra da segunda reunião-balanço da WSIS — Cimeira Mundial da Sociedade de Informação, em julho de 2025, duas décadas transcorridas sobre o seu formato pioneiro.

Uma miragem…

Do programa oficial da presidência do Conselho Europeu, avançado pela Alemanha, em julho de 2020, constava a virtuosa intenção de fazer da "soberania digital o *leitmotiv* da política digital europeia". Na reflexão que elaborou sobre o conceito — "o que se deve entender por tão estranho termo, quando a própria natureza da União Europeia e a do mundo digital respondem a uma lógica pós-territorial?" — Daniel Innerarity (2021) concluiu tratar-se de algo que agrega duas realidades incompatíveis, a "do poder sobre um território num espaço desterritorializado e a da hegemonia sobre o outro, num domínio em que a lógica, mais do que a imposição ou exclusão, parece governar".

A soberania de que aqui se fala — replicada por vários outros como "soberania tecnológica", "autonomia estratégica" ou "autonomia digital" — pouco tem que ver com o conceito clássico, vestefaliano, diz Innerarity, e menos ainda poderá ser entendida como monopolística ou de um poder isento de interferências, sempre que a governação de infraestruturas e tecnologias digitais for pensada e debatida. Para o filósofo e diretor do Instituto de Gobernanza Democrática do País Basco, a soberania proclamada pela UE deverá ser olhada como a "capacidade para afirmar um modelo próprio de governação quando em comparação com outros, tanto para se afirmar competitiva, como para reafirmar a validade dos princípios normativos e valores que defende".[7]

Já para Mueller (2019), a popularização europeia de uma soberania territorial estendida à esfera das tecnologias de informação e comunicação é de molde a pôr em causa a globalização dos mercados, algo que a seu ver foi crucial para o desenvolvimento económico e social dos últimos 80 anos:

Catapultar a soberania para o espaço virtual transnacional gerado pelos protocolos de Internet desvirtua o ciberespaço tal como o conhecemos. Seria igual a transplantar comunidades não-geográficas, nascidas para a cooperação, a cultura e o comércio entre elas, para territórios delimitados por fronteiras digitais e

identidades digitais nacionais. Seria, enfim, potenciar a exclusividade de controlo da informação, mesmo se de modo imperfeito, e um incentivo à renacionalização da ciência e da tecnologia.

Entre um ciberespaço global e a sua fragmentação por territórios soberanos, o compromisso, difícil e complexo, parece ser uma miragem.

Referências bibliográficas

AGNU (1948), *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, Resolução 217 A III, disponível em https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.

AGNU (1966), *International Covenant on Civil and Political Rights*, Resolução 2200A(XXI), disponível em https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms /instruments/international-covenant-civil-and-political-rights.

AGNU (2024), *A/79/L.2 —the Pact for the Future — Global Digital Compact*, disponivel em https://docs.un.org/en/A/79/L.2

Assembleia Geral das Nações Unidas (2024), *A/79/L.2 — The Pact for the Future — Global Digital Compact*, disponível em https://docs.un.org/en/A/79/L.2.

Barlow, John Perry (1986), "A declaration of the independence of cyberspace", EFF — Electronic Frontier Foundation; disponível em https://www.eff.org/cyberspace-independence, https://editionshache.com/essais/pdf/barlow1.pdf.

Belson, David (2025), "Shutdown season; the Q2 2025 Internet disruption summary", *The Cloudflare Blog*, disponível em https://blog.cloudflare.com/ q2-2025-internet-disruption-summary/.

Borsook, Paulina (2001), *Cyberselfish: a Critical Romp through the Terribly Libertarian Culture of High-Tech,* Nova Iorque, Public Affairs.

Castells, Manuel (2007), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura: Volume 1 — A Sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Cerf, Vint (2023), "The Internet we want — empowering all people", Quioto, Japão, 18.º IGF, disponível em https://www.intgovforum.org/en/filedepot_download/263/26312.

Clark, David D. (1992), "A cloudy crystal ball — visions of the future", Proceedings of the Twenty-Fourth Internet Engineering Task Force, pp. 539-543, disponível em https://www.ietf.org/proceedings/24.pdf

---

7 Plasmada no CWA 17995 — CEN/CENELEC Workshop Agreement, de 2023, a perspetiva europeia de "soberania digital" corporiza a vontade de reduzir a dependência externa em tecnologias, plataformas e serviços prestados por empresas americanas e chinesas. Trata-se de criar um ambiente digital seguro e confiável, onde os dados são protegidos, a privacidade respeitada e os direitos humanos observados. O empoderamento individual e das empresas, para um controlo efetivo das suas "vidas digitais", é pré-requisito de uma Europa unida e robusta e com identidade digital. Mal aplicada, a estratégia tem em si, segundo os críticos, "as sementes do autoritarismo digital", podendo desembocar num ecossistema altamente regulado e protecionista. O arquivo mandatório de dados em servidores locais, por exemplo, impacta os fluxos globais e a inovação, permitindo aos governos um maior controlo sobre a informação e facilitando a censura de conteúdos, as ações de vigilância e a repressão de dissidentes.

Clinton, William J. e Albert Gore Jr., *The Framework for Global Electronic Commerce*, Washington, DC, The White House, disponível em https://clintonwhitehouse4.archives.gov/WH/New/Commerce/read.html.

CWA 17995 (2023), *Digital Sovereignty — European Perspectives, General Approach, and Implications on Standardisation*, CEN / CENELEC Workshop Agreement, disponível em https://www.cencenelec.eu/media/CENCENELEC/CWAs/RI/cwa 17995_2023.pdf.

Demchak, Chris C. e Peter Dombrowski (2011), "Rise of a cybered westphalian age", *Strategic Studies Quarterly,* 5 (1), pp. 31-62, disponível em https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/SSQ/documents/Volume-05_Issue-1/Demchak-Dombrowski.pdf.

Engler, Alex (2022), "The declaration for the future of the Internet is wavering democracies, not China and Russia", Washington, DC, Brookings Institution, disponível em https://www.brookings.edu/articles/the-declaration-for-the-future-of-the-internet-is-for-wavering-democracies-not-china-and-russia/.

Fiedler, Maylin (2025), "Internet fragmentation's outward turn", SciencesPo, Chair Digital, Governance and Sovereignty; disponível em https://www.sciencespo.fr/public/chaire-numerique/wp-content/uploads/2025/06/The-Splinternets-Outward-Turn_JUNE-3.pdf.

Franzese, Patrick W. (2009), "Sovereignty in cyberspace: can it exist?", *Air Force Law Review,* 64, pp. 1-42, disponível em https://www.afjag.af.mil/portals /77/documents/afd-091026-024.pdf.

German Presidency of Council of the European Union (2020), *Together for Europe's Recovery*, Programme for Germany's Presidency of Council of the European Union, disponível em https://wayback.archive-it.org/12710/20200722091048/ https://www.eu2020.de/blob/2360248/e0312c50f910931819ab67f630d15b2f/pdf-programm-en-data.pdf.

Gibson, William (1984), *Neuromancer*, Ace Books, Science Fiction Series.

Guterres, António (2019), "Remarks to the Internet Governance Forum", disponível em https://www.un.oirg/sg/en/content/sg/speeches/2019-11-26/remarks-internet-governance-forum.

Human Rights Council (2022), "A/HRC/50/55 — Internet shutdowns: trends, causes, legal implications and impacts on a range of human rights", disponível em https://docs.un.org/en/A/HRC/50/55.

Innerarity, Daniel (2021), "European digital sovereignty", *ED Strategic Research Paper*, disponível em https://hdl.handle.net/1814/73437.

ITU (2025), *WSIS Event+20: High-Level Outcomes and Executive Brief*, Genebra, ITU, disponível em https://www.itu.int/net4/wsis/forum/2025/Files/outcomes/draft/WSIS20HighLevelEvent2025-HLOutcomesAndExecutiveBrief.pdf.

Johnson, David Reynold e David G. Post (1996), "*Law and borders. the rise of law in cyberspace*", *Stanford Law Review*, 48 (1367), disponível em https://ssrn.com/abstract=535; http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.535.

Keen, Andrew (2021), *John Perry Barlow and the Struggle for the Independence of Cyberspace,* Engelsberg Ideas, disponível em https://engelsbergideas.com/essays/john-perry-barlow-and-the-struggle-for-the-independence-of-cyberspace/.

Kello, Lucas (2017), *The Virtual Weapon and International Order*, New Haven, CT, Yale University Press.

Kleinwachter, Wolfgang (2021), "25 years of John Barlow's Declaration of Independence in Cyberspace: when visions meet realities", CircleID, disponível em https://circleid.com/posts/20210206-25-years-of-john-barlows-declaration-of-independence-in-cyberspace.

Lévy, Pierre (1997), *Cyberculture. Rapport au Conseil de l'Europe dans le Cadre du Projet "Nouvelles Technologies: Coopération Culturelle et Communication"*, Éditions Odile Jacob/Éditions du Conseil de L'Europe.

Lorenz-Spreen, Philip *et al.* (2022), "A systematic review of worldwide causal and correlational evidence on digital media and democracy", disponível em https://osf.io/preprints/socarxiv/p3z9v_v1.

Lowenthal, David (1985), *The Past Is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press.

Miner, Monika *et al.* (2024), *Internet Shutdowns. Shutting Down Democracy*, V-Dem Institute, Policy Brief 40, disponível em https://v-dem.net/media/publications/PB_40.pdf.

Mueller, Milton L. (2019), *Against Sovereignty in Cyberspace*, *International Studies Review,* 22, Oxford University Press, pp. 1-23.

Nações Unidas (2021), *Our Common Agenda: The Work That Everybody Must Do Together*, disponível em https://www.un.org/en/content/common-agenda-report/assets/pdf/Our_Common_Agenda_Easy_Read.pdf.

Rosson, Zach *et al.* (2025), *Emboldened Offenders, Endangered Communities*. *Internet Shutdowns in 2004*, #KeepItOn, disponível em https://www.accessnow.org/wp-content/uploads/2025/02/KeepItOn-2024-Internet-Shutdowns-Annual-Report.pdf.

US Congress (1996), *Public Law 104-104 / Telecommunications Act of 1996*, disponível em https://en.wikisource.org/wiki/Telecommunications_Act _of_1996#TITLE_V%E2%80%94OBSCENITY_AND_VIOLENCE.

White House (2022), *A Declaration for the Future of the Internet*; disponível em https://www.state.gov/wp-content/uploads/2022/04/Declaration-for-the-Future-for-the-Internet.pdf;
https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/library/declaration-future-internet.

Wu, Timothy (1997), "Cyberspace sovereignty? The internet and the international system", *Harvard Journal of Law and Technology,* 10 (3), pp. 647-66; disponível em https://jolt.law.harvard.edu/articles/pdf/v10/10Harv JLTech647.pdf.

Influenciadores digitais, um novo *ethos*
contributos para a autenticidade da publicidade

Jorge Veríssimo
Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa

Introdução

Vivemos numa sociedade em que os ecrãs medeiam a nossa experiência social e cultural. Dispositivos eletrónicos, como o televisor, numa primeira fase, depois o computador e, atualmente, o telemóvel acompanham-nos continuamente. É através deles que consumimos informação, entretenimento e interagimos.

Por sua vez, a Internet ofereceu-nos a interatividade que a televisão não tinha, e o computador portátil a utilização pessoal. A esta, o telemóvel acrescentou a mobilidade, ou seja, a facilidade em aceder a toda a informação em qualquer lugar e em qualquer momento, transformando-se no principal dispositivo de acesso à Internet. Tal abriu novas perspetivas à publicidade, que a par do desenvolvimento algorítmico e da inteligência artificial, permite uma grande precisão nos processos de segmentação de mercado e na adequação da mensagem aos públicos (Brown *et al.*, 2024).

A par de toda esta evolução tecnológica, a saturação de informação e de comunicação é outra realidade. Como tal, é comummente aceite que o público tem tendência a aceitar mensagens que vão ao encontro dos seus interesses, às suas necessidades ou motivações, ao mesmo tempo que valoriza quem fala a sua linguagem, quem partilha os mesmos sentimentos e emoções.

Estes são alguns dos atributos que caracterizam os atuais influenciadores digitais, e que fazem deles um elemento estratégico fundamental para o sucesso de campanhas publicitárias de muitas das marcas que povoam o nosso universo comercial. Eles são o novo *ethos* das marcas: "a sua presença num anúncio é considerada uma aplicação do apelo *ethos* (…) e este *ethos* persuasivo funciona porque o público tende a confiar nestas pessoas como tendo um carácter apropriado e fiável" (Talaue, 2022: 13).

Neste texto procuraremos refletir sobre o papel dos influenciadores digitais, um *ethos* poderoso, na publicidade digital, destacando a forma como este agente contribui para a perceção de autenticidade das marcas. A reflexão não esquece que o sucesso de uma campanha digital, veiculada por um influenciador, assenta na tríade clássica da persuasão aristotélica — *ethos*, *pathos e logos* — evidenciando como cada componente se manifesta na comunicação veiculada por estes influenciadores.

A eficácia dos influenciadores digitais no reforço da autenticidade da publicidade

Na investigação que desenvolvo sobre a publicidade, procuro nas ciências da comunicação, nas ciências sociais ou nas ciências humanas os modelos teóricos que sustentem este trabalho, inquietação que me foi transmitida por José Rebelo, enquanto meu orientador de mestrado e de doutoramento. Ora, a retórica clássica, por ser considerada a disciplina fundadora dos estudos sobre o discurso, na medida em que partilhou os primeiros princípios sistemáticos da arte de persuadir, é um dos recursos teóricos a que recorro. E têm sido vários os investigadores que ao longo de décadas o têm feito, tal como Barthes (1964, 1981, 1987), Durand (1970), Eco (1987), Moliné (1997), Eire (2001, 2004), Reboul (2004), Fernandez (2006), Fonturbel (2009), Rey (2009), ou McQuarrie e Phillips (2013), e todos constataram, ao longo do processo evolutivo da publicidade, a presença de elementos característicos do modelo retórico clássico no discurso publicitário.

São diversos os recursos eleitos pela tradição aristotélica, como a estratégica dos argumentos, ou o recurso às figuras de retórica, que coincidem com os mobilizados pela prática publicitária, ainda que não exista uma relação de filiação direta entre ambos. Tal convergência evidencia-se mesmo na ausência de um conhecimento explícito, por parte dos publicitários, das doutrinas retóricas, o que aponta para a sobrevivência inconsciente destes mecanismos (Durand, 1970; Moliné, 1997; Reboul, 2004; McQuarrie e Phillips, 2013).

Assim, a publicidade apropria-se e transforma estes elementos clássicos, atualizando-os em conformidade com os critérios e as tendências do mercado, mas preservando a eficácia comunicativa e persuasiva que caracteriza a retórica desde a Antiguidade (Moliné, 1997; Reboul, 2004; Eire, 2004; Fernandez, 2006; Rey, 2009).

A combinação dos três modos de persuasão — *ethos, pathos e logos* — da teoria retórica aristotélica, quando usados de forma integrada, não serve apenas para estruturar o discurso persuasivo em publicidade, como também para mediar uma relação de confiança, afetiva, ou mesmo emotiva e de responsabilidade para com o público (Moliné, 1997; Reboul, 2004; Fernandez, 2006).

Nesta visão,

> o *ethos* corresponde a' impressão que o orador da´ de si próprio, por ser, por exemplo, uma figura notável no domínio em causa, ou através do próprio discurso. Trata-se do modo como o orador convence o público de que está qualificado para falar sobre uma determinada matéria, e de como o seu carácter ou a sua competência podem influenciar a audiência e obter a sua adesão à causa/tema do discurso (Veríssimo, 2021: 68).

É o *ethos* (carácter do orador) que leva à persuasão. Referia Aristóteles que se persuade

> pelo carácter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas

> honestas (…) mas quase se poderia dizer que o carácter é o principal meio de persuasão (Aristóteles, 2005, l. 1346a).

De uma forma geral, a presença do *ethos* na publicidade pode materializar-se ou evidenciar-se de diversas formas, desde logo pelo discurso da marca, algo que ocorre "quando são abordados temáticas centradas no seu prestígio, na sua autenticidade e na sua perfeição, já que estas destacam o carácter do emissor, e será nesta característica que assenta a persuasão" (Veríssimo, 2021: 68). Ou seja, será pelo carácter e reputação da marca que o emissor (o anunciante) conseguirá conquistar o público.

Outra forma de persuadir o consumidor a este nível passa pela associação desses atributos a um orador que os represente (Veríssimo, 2021). Para enfatizar este *ethos*, os publicitários recorreram ao famoso Star System, modelo desenvolvido por Jacques Séguéla, publicitário francês bastante famoso nos anos 70 do século passado, e proprietário da agência RSCG, agência de publicidade francesa criada em 1976 pelo próprio e por Bernard Roux, Alain Cayzac e Jean-Michel Goudard (Baynart e Lendrevie, 2014).

Séguéla ter-se-á inspirado na indústria cinematográfica de Hollywood, onde os atores e atrizes se tornavam "ícones" e atraíam o público simplesmente pelo seu prestígio ou carisma. Terá transposto essa ideia para a publicidade, ao associar figuras públicas famosas, particularmente atores e desportistas, às marcas. A partir desta associação, as marcas seriam percecionadas como se fossem uma celebridade: com carisma e personalidade, e passariam a ser vistas como uma "estrela", capazes de fascinar o público e gerar desejo apenas pela sua presença ou imagem (Baynart e Lendrevie, 2014). Tal como os atores e desportistas famosos, as marcas deveriam estar presentes de forma constante e marcante nos média, para criar uma relação com o público (Kapferer, 2012; Keller, 2012).

O objetivo seria criar uma imagem aspiracional, de desejo, prestígio e notoriedade. Daí o modelo teórico criado por Séguéla defender que a marca "estrela" deveria possuir um físico, uma personalidade e um estilo próprios, para que se diferenciasse da concorrência (Baynart e Lendrevie, 2014).

A par deste recurso aos famosos, os publicitários valiam-se, também, de "peritos ou especialistas", ou seja, atores que, ao representarem o papel de "entendedores" do objeto publicitado, aconselhavam o seu uso e legitimavam os seus benefícios, o que em simultâneo os credibilizava. Uma outra figura era a do "testemunho", alguém, supostamente neutro, que dava uma informação positiva sobre o produto, mostrando que já o utilizou ou utilizava regularmente.

O recurso a estas figuras procurava criar junto do público consumidor determinada empatia, visando gerar processos de legitimidade e reforço na aquisição do produto (Baynart e Lendrevie, 2014; Veríssimo, 2021).

Mas o panorama publicitário alterou-se consideravelmente com o despontar e consolidação do digital, que transformou profundamente o modo como comunicamos em sociedade e a forma como o consumidor se relaciona com os média e, em especial, como lida com a publicidade.

Na atualidade, o consumidor tem uma multiplicidade de canais à sua disposição para obter informação. Basta pensar, por um lado, na quantidade e variedade

de sítios *online*, *apps* e redes sociais, incluindo aqueles e aquelas que são geridos pelas marcas, em que a informação disponibilizada é de grande multiplicidade, algo que concorre para a dispersão de públicos; e, por outro, a publicidade que lhe é oferecida apresenta diversos formatos, que vão desde as tradicionais imagens estáticas até vídeos *in-stream e out-stream*, aos anúncios nativos, além de poderem ser bastante invasivos, como os *banners, pop-ups*, vídeos ou *advergames*,

Neste mercado publicitário de saturação de mensagens, emergem recursos que podem ser basilares para que a publicidade seja eficaz, como sejam os influenciadores digitais, que atuam como mediadores culturais e comunicacionais, não só na divulgação de produtos, mas na modelagem de perceções, valores e estilos de vida (Liu e Zheng, 2024; Barari, Eisend e Jain, 2025). A sua relevância deriva, sobretudo, da capacidade de gerar confiança junto das suas comunidades, tornando-se autênticos porta-vozes das marcas que representam (Audrezet, Kerviler e Moulard, 2018; Belanche, *et al.*, 2021), tal como surge demonstrado no estudo desenvolvido por Coutinho, Dias e Pereira (2023), em que os autores chegaram à conclusão, e em consonância com pesquisas anteriores, que a atratividade, a confiança e o *expertise* são percebidos como elementos importantes da credibilidade dos influenciadores das redes sociais (*idem*: 234) e, acima de tudo, para se criar uma relação com a marca (Kapferer, 2012; Keller, 2012).[1]

A maioria destes influenciadores são "pessoas comuns", que se tornaram "reconhecidos pela sua comunidade *online*" ao criar e publicar conteúdos nas redes sociais, em oposição a celebridades ou figuras públicas destacadas pelos média tradicionais, que se tornaram conhecidas pelas suas facetas profissionais no campo em que atuam (Coutinho, Dias e Pereira, 2023: 223). De acordo com estes investigadores, que se basearam em Djafarova e Rushworth (2017), o público-alvo perceciona os influenciadores das redes sociais como mais acessíveis, confiáveis, íntimos, credíveis e influentes no comportamento de compra do que as celebridades tradicionais (*idem*). Dizem-nos, por sua vez, Campbell e Farrell (2020), citados por Barari, Eisend, e Jain, (2025) "que esta estratégia tem ganho popularidade nos últimos anos, principalmente porque se acredita que os consumidores são mais propensos em confiar nas recomendações dos indivíduos que seguem nas redes sociais, em oposição à publicidade tradicional" (*idem*, 2025: 1).

Deste modo, o conceito de influenciador digital apresenta especificidades próprias que o diferenciam substancialmente do conceito de celebridade, ou figura pública, usada com frequência na publicidade televisiva, não devendo por isso ser confundido com esta. Essa distinção manifesta-se em várias dimensões, desde logo a maior liberdade criativa, que se pode expressar no tipo de linguagem ou pelo recurso a técnicas como o humor, na diversidade de formatos de conteúdos produzidos, em que o vídeo é o mais comum e, sobretudo, na forma de interação contínua e personalizada que estabelecem com as suas comunidades (Primo *et al.*, 2021: 10-14).

---

1 Optou-se por não traduzir a palavra *expertise* para a língua portuguesa, já que é difícil encontrar uma expressão na nossa língua que traduza corretamente o significado desta expressão (talvez possamos traduzir por conhecimento especializado, competência técnica ou saber específico numa determinada área).

Normalmente têm experiência nas áreas em que atuam, muitas delas de nicho, como a vida ativa, viagens, gastronomia, estilo de vida, beleza ou moda (Coutinho, Dias e Pereira, 2023: 223).

A sua importância para a autenticidade de uma marca está no facto de construírem uma relação de proximidade e de confiança com os seus seguidores. Quando um influenciador recomenda um produto, parte do capital de confiança, o seu *ethos*, transita para a marca. Ele "empresta" à marca a credibilidade que conquistou perante o seu público (Belanche *et al.*, 2021). Nesse sentido, os seguidores passam a entender o influenciador como uma extensão viva do *ethos* da marca — reforçando a sua veracidade, ao contrário das celebridades da televisão e do cinema.

A relevância e reconhecimento destes influenciadores não se avalia apenas na medição de audiência, ou pelo número de espetadores em sala, mas na forma como conseguem mobilizar a sua comunidade através de narrativas que revelem autenticidade, credibilidade e confiança. Deste modo, a ação de recomendar uma marca deve ser desempenhada com autenticidade e não apenas como uma ação comercial (Primo *et al.*, 2021; Coutinho, Dias e Pereira, 2023).

De um ponto de vista retórico, podemos ainda fundamentar esta prestação dos influenciadores digitais através do argumento de autoridade (*ad verecundiam)* que, segundo a visão da nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca, "utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova em favor de uma tese" (2005: 348).

Nesta perspetiva, o argumento de autoridade poderá ser entendido como uma técnica de adesão, que depende do reconhecimento pelo auditório da pertinência do tema invocado pelo orador, e da demonstração de domínio pelo tema em questão. Como refere Mateus, "o argumento de autoridade fundamenta a pertinência ou importância de afirmação pelo valor reconhecido ao seu autor. É, no fundo, um argumento completamente baseado na opinião de um especialista" (2018: 142).

Estudos já desenvolvidos sobre o tema (Belanche *et al.*, 2021; Coutinho, Dias e Pereira, 2023; Pradhan, Duraipandian e Sethi, 2014; Barari, Eisend, e Jain, 2025) demonstram que apenas influenciadores especializados ou reconhecidos num assunto ou tema alcançam conferir credibilidade e autoridade. Os resultados a que chegaram dizem-nos que, quando os consumidores percebem os influenciadores como confiáveis, demonstram maior propensão para uma intenção de compra do produto, isto porque os consumidores fazem uma avaliação prévia da credibilidade de um influenciador no processo de comunicação. Ou seja, "se os influenciadores forem vistos como confiáveis, o endosso de um produto terá provavelmente um valor maior para o consumidor, aumentando a intenção de compra" (Coutinho, Dias e Pereira, 2023: 223).

Por sua vez, o recurso a indivíduos não especializadas ou que possuem um conhecimento débil de um produto ou marca tende a ter efeitos negativos junto do público e pode afetar a autenticidade e credibilidade da marca. Observamos, nestes casos, uma quebra de credibilidade do *ethos*, já que a base da confiança fica comprometida, enfraquecendo a relação construída (Coutinho, Dias e Pereira, 2023; Pradhan, Duraipandian e Sethi, 2014; Barari, Eisend e Jain, 2025).

Porém, como referimos acima, a tríade aristotélica opera melhor quando usada de forma integrada. Combinar credibilidade (*ethos*), emoção (*patho*s) e razão (*logos*)

resulta em mensagens criativas e equilibradas, que impactam o público de múltiplas formas.

Comunicações que contenham argumentos de cariz emocional tendem a aproximar os consumidores das marcas. O recurso aos ideais de afinidade, de solidariedade, em paralelo à exibição de conteúdos que se assemelhem ao dia a dia do consumidor, criam um maior proximidade com o público:

> A prática do uso dos apelos emocionais e sociais é outra tipologia de argumentos determinantes na criação de relações emocionais, de empatia e de afinidade com os consumidores para com as marcas, ou seja, uma tipologia de argumentos enquadrados no *pathos* (Veríssimo, 2021: 77).

Neste sentido, o papel do influenciador já não se limita a convencer racionalmente, mas a envolver emocionalmente o público. E fá-lo quando partilha, por exemplo, as suas experiências, o seu conhecimento ou outra prática (Pradhan, Duraipandian e Sethi, 2014; Barari, Eisend e Jain, 2025).

Neste sentido, o *patho*s funciona como uma ponte entre a experiência individual do influenciador e o público, tornando a mensagem publicitária mais próxima e menos intrusiva. Mais do que convencer racionalmente, a narrativa emocional que muitas vezes utiliza naturaliza o consumo, apresentando-o como parte da vida autêntica do influenciador (Pradhan, Duraipandian e Sethi, 2014; Barari, Eisend e Jain, 2025).

Na esteira do raciocínio aristotélico, o *logos* está, por sua vez, relacionado com o uso da razão e do raciocínio na construção de um argumento: "persuade-se pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular", diz-nos Aristóteles (2005: l. 1356a22). Trata-se da persuasão que se apoia na argumentação racional e na apresentação de evidências objetivas. Diferente do *ethos*, baseado na credibilidade do orador, e do *patho*s, centrado no apelo emocional, o *logos* fundamenta-se na coerência lógica, na relevância das informações e na capacidade de o público compreender relações entre premissas e conclusões. Diz-nos então Aristóteles que "os argumentos baseados no *logos* são marcados pela demonstração, já que somos persuadidos especialmente quando algo nos é demonstrado" (*idem*: l. 1355a).

No contexto da comunicação digital, em particular nas redes sociais, a inclusão de uma componente de argumentação lógica (*logos*) possibilita uma compreensão mais clara e objetiva dos argumentos, o que pode conduzir a uma intenção de compra com menos dúvidas.

Aqui, os influenciadores atuam como intermediários entre as marcas e os consumidores, articulando a comunicação de forma adaptada às especificidades das redes sociais e do público a que se destina a mensagem (Coutinho, Dias e Pereira, 2023; Pradhan, Duraipandian e Sethi, 2014; Barari, Eisend e Jain, 2025).

Assim, e de acordo com Romanova e Smirnova (2019), citadas por (Talaue, 2022: 6) "para alcançar o efeito desejado na publicidade é necessário empregar combinações de técnicas persuasivas para manter um equilíbrio entre os componentes *ethos*, *logos* ou *patho*s da argumentação". O mesmo é dizer que, ao promover

uma marca, cuja proposta deve ser inserida com a naturalidade de um *product placement*, um influenciador digital deve ser autêntico e verdadeiro para incutir confiança. Deste modo, valorizará o *ethos* (credibilidade), engrandece o *pathos* (reforçando a ligação emocional) e valoriza o *logos* (simplificando a argumentação racional).

Em consequência, a campanha ganha eficácia e a notoriedade da marca é incrementada.

Conclusões

Neste ensaio analisou-se o papel dos influenciadores digitais na construção da autenticidade da publicidade e da comunicação das marcas à luz da retórica clássica, com assento no *ethos*, mas não descurando os elementos *pathos* e *logos* da tríade aristotélica.

A nossa reflexão evidencia que estes agentes se configuram como portadores fundamentais do *ethos* das marcas, contribuindo de forma decisiva para a perceção de autenticidade, credibilidade e confiança junto dos consumidores. Ao atuarem como extensões do carácter e reputação da marca, permitem que os atributos que construíram junto das suas audiências sejam transferidos para os produtos ou serviços que promovem, reforçando a persuasão publicitária.

Procuramos demonstrar que a força do *ethos* surge consolidada nesta forma de comunicação comercial nas redes sociais, onde a proximidade, a transparência e a personalização das interações são determinantes. Este carácter evolutivo do *ethos* diferencia-se do papel das celebridades tradicionais, já que o seu reconhecimento depende não apenas da notoriedade, mas da capacidade de gerar confiança e envolvimento junto das suas comunidades, a par da autenticidade. Apenas aqueles que possuem conhecimento genuíno sobre as marcas, ao mesmo tempo que são reconhecidos como dominando os assuntos que partilham, conseguem emprestar credibilidade à marca, demonstrando que a construção do *ethos* exige consistência, competência e integridade na relação entre influenciador e o consumidor.

Entende-se, deste modo, que o *ethos* estará a transformar-se, provavelmente, num elemento retórico determinante para a eficácia da publicidade.

Referências bibliográficas

Aristóteles, (2005), *Retórica*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda.

Audrezet, A., G. Kerviler, e J. Moulard (2018), "Authenticity under threat: when social media influencers need to go beyond self-presentation", Journal of Business Research, 117, https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2018.07.008.

Belanche, D., Luis V. Casaló, M. Flavián e S. Ibáñez-Sánchez (2021), "Building influencers credibility on Instagram: effects on followers' attitudes and behavioral responses toward the influencer", *Journal of Retailing and Consumer Services*, 61, https://doi.org/10.1016/j.jretconser.2021.102585

Barari, M., Markus Eisend e S. P. Jain (2025), "A meta-analysis of the effectiveness of social media influencers: mechanisms and moderation", *Journal of the Academy of Marketing Science*, https://doi.org/10.1007/s11747-025-01107-3.

Barthes, R. (1987), *A Aventura Semiológica*, Lisboa, Edições 70.

Barthes, R. (1981), *A Câmara Clara*, Lisboa, Edições 70.

Barthes, R. (1964), "Rhétorique de l'image", *Communications*, 4, pp. 40-51.

Brown, M. *et al.* (2024), "No targets, just vibes: tuned advertising and the algorithmic flow of social media", *Social media + Society*; 10 (1), pp. 1-15, https://doi.org/10.1177/205630512412346.

Coutinho, F., Á. Dias, e L. Pereira (2023), "Credibility of social media influencers: impact on purchase intention", *Human Technology*, 19 (2), p. 5, https://doi.org/10.17011/ht/urn.202305011.

Batson, D. C. (2009), "These things called empathy: eight related but distinct phenomena", em J. Decety, e W. Ickes, *The Social Neuroscience of Empathy*. The MIT Press.

Debasis, P., D. Israel, e S. Dhruv (2016), "Celebrity endorsement: how celebrity-brand-user personality congruence affects brand attitude and purchase intention", *Journal of Marketing Communications*, 22 (5), pp. 456-473, https://doi.org/10.1080/13527266.2014.914561.

Durand, J. (1970), "Rhétorique et image publicitaire", *Communications*, 15, pp. 70-95.

Eco, U. (1987), *A Estrutura Ausente*, São Paulo, Editora Perspectiva.

Eire, A. L. (2000), "Sobre la esencia retórica del mensaje publicitario", *Estudios de Literatura*, 25, pp. 97-111.

Eire, A. L. (2004), "Retórica y publicidad en la era de la globalización", *Revista de Retórica y Teoría de la Comunicación*, 3 (6), pp. 95-121.

Fernandez, E. (2006), *Retórica clásica y publicidad*, La Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, Logronho, Colección Quintiliano de Retórica e Comunicación.

Fonturbel, R. U. (2009), "Emociones, publicidad y retórica de las pasiones", *Retórica e Mediatização II*, pp. 127-146, disponível em http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/ferreira-retorica-livroslabcom-05-09.pdf.

Hill, Jemma Helen Oeppen (2019), "Logos, ethos, pathos and the marketing of higher education", *Journal of Marketing for Higher Education*, 29 (1), https://doi.org/10.1080/08841241.2019.1683120

Kapferer J. (2012), *The New Strategic Brand Management,* Londres, Kogan Page.

Keller, Kevin Lane (2012), *Strategic Brand Management*, Upper Saddle River, NJ, Prentice-Hall.

Liu, X., e X. Zheng (2024), "The persuasive power of social media influencers in brand credibility and purchase intention", *Humanities and Social Sciences Communications,* https://doi.org/10.1057/s41599-023-02512-1.

Perelman, C., e L. Olbrechts-Tyteca (2005), *Tratado da Argumentação: a Nova Retórica*, São Paulo, Martins Fontes.

Munnukka, J., O. Uusitalo, e H. Toivonen (2016), "Credibility of a peer endorser and advertising effectiveness", *Journal of Consumer Marketing*, 33(3), pp. 182-192, https://doi.org/10.1108/jcm-11-2014-1221.

Moliné, M. (1997), *Publicidad Activa*. Bilbau, Deusto.

Primo, A., L. Matos, e M.C. Monteiro (2021), *Dimensões para o Estudo dos Influenciadores Digitais*, Universidade Federal da Baia, Baía.

Reboul, O. (2004), *Introdução à Retórica*, São Paulo, Martins Fontes, disponível em https://pt.slideshare.net/patriciahorvat75/reboul-olivier-introduo-retrica-2004.

Rey, J. (2009), "Sobre la reason why, los topoi y la argumentación: una relectura (comparada) de los clásicos de la publicidad y la retórica", *Pensar la Publicidad*, 3 (2), pp. 89-108.

Talaue, G. M. (2022), "Aristotle's rhetorical triangle as applied to advertisements: its impact to Saudi Arabian college student consumers", *International Journal of Applied Management Theory and Research* (IJAMTR), 4 (1), disponível em https://www.igi-global.com/article/aristotles-rhetorical-triangle-as-applied-to-advertisements/300280.

Woodside, Arch G., Suresh Sood, e Kenneth E. Miller (2008), "When consumers and brands talk: storyteling theory and research in psychology and marketing", *Psychology & Marketing*, 25 (2), pp. 97-145.

ENSAIOS 4 | JAIME REBELO

De Jaime Rebelo ficou-nos a memória. São as ruas em Setúbal e na Cova da Piedade. É o poema de Jaime Cortesão. São os textos e os objetos na posse de José Rebelo. Se, como diz Walter Benjamin, a memória é a mais épica das faculdades, tem de atender à firmeza, mas também ao desalento de quem sabe que a sua luta significa miséria para si e para o seus, já que o Estado Novo atuava pela repressão direta, assim como no quotidiano, pelo medo entranhado na sociedade. Com a sua enorme coragem, Jaime Rebelo atuou e protegeu outros camaradas, ao cortar a própria língua para não os denunciar. Mas os efeitos deste e de outros dos seus gestos foram muito duros para si e para a sua família.

Luísa Tiago de Oliveira,
O neto de Jaime Rebelo

O neto de Jaime Rebelo

Luísa Tiago de Oliveira
Departamento de História, Centro de Investigação e Estudos em Sociologia do Iscte-IUL

Introdução

Em 1996, fui ver uma peça do grupo teatral A Barraca. Chamava-se *Viva la Vida*. Tudo nela evocava a luta antifascista ibérica.[1] Desde logo, o nome da companhia de teatro, inspirado em La Barraca, o grupo teatral de Federico García Lorca, que atuava em muitas terras e locais, em missão cultural, acreditando no poder transformador da arte e da cultura. A Ibéria também passava pelo tema da peça, a vida do anarquista setubalense Jaime Rebelo, que combateu na Guerra Civil de Espanha, mas que já antes era conhecido por, na prisão, ter cortado a própria língua para não falar sob tortura.

No decorrer da peça, assisti a muitos momentos comoventes. Desde logo, a música do cancioneiro revolucionário espanhol. Depois, os duros passos da vida de Jaime Rebelo. Mas também o facto de a mulher com quem vivera em Espanha, cujo contacto perdeu depois da *Retirada* pelos Pirenéus e com quem casou depois de viúvo, Eloísa, assim como o filho, de cujo nascimento o pai só soube anos depois, estarem na assistência e terem ido ao palco no calor ensurdecedor dos aplausos. Guardei também na memória outro momento: um passo em que um menino, com caracóis louros, tinha uma gaiola com pássaros e o avô, Jaime Rebelo, o incitava a libertá-los.

Na altura, para mim, Jaime Rebelo não era um estranho. Ouvira falar dele num bairro piscatório em Setúbal, cidade onde vivi; entrevistara um sobrinho, João Rebelo, que me deu a ouvir uma cassete com um discurso do tio; e soube ainda de Jaime Rebelo por César Oliveira e João Freire.[2] Estava, pois, atenta.

Acontece também que José Rebelo era meu colega no ISCTE e eu sabia que ele era neto de Jaime. Na altura, perguntei-lhe se o menino louro da peça era ele. Disse-me que sim. Ouvi-o depois falar da última cena da peça, na qual o avô encarrega o neto de contar ao mundo a história da sua vida e dizer que talvez esta intenção, encenada por Helder Costa, explicasse uma história ocorrida no final dos anos 1960

1 A Barraca (1996), *Viva la Vida*, folha de sala.

quando o avô lhe apareceu em casa e lhe deu um embrulho feito em papel de jornal com centenas de cartas que testemunhavam a vida de uma família ensombrada por anos e anos de separação forçada. Ainda hoje, José Rebelo guarda cuidadosamente tal espólio.

Eu respeitava muito Jaime Rebelo, "O Homem da Boca Cerrada". E interpelou-me aquela relação tão próxima avô-neto, que entrevira na peça.

O percurso de Jaime Rebelo

Jaime Rebelo nasceu em Setúbal a 22 de dezembro de 1900 e morreu em Lisboa a 7 de janeiro de 1975, passando muita da sua vida nos concelhos de Setúbal e Almada. Lutou pela emancipação social, embrenhou-se na resistência antifascista.

Pescador, forma-se no universo da Setúbal piscatória, conserveira, marinheira, cidade vermelha conhecida na Primeira República como "a Barcelona portuguesa". Pertencia à Confederação Geral do Trabalho (CGT), a principal central sindical de tendência anarco-sindicalista — até à cisão com a criação da Comissão Intersindical (CIS), em que o jovem PCP tinha hegemonia.

O anarquista Jaime Rebelo, com Francisco Rodrigues Franco (marinheiro e depois dedicado às atividades piscatórias), empenha-se na Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar, juntando pescadores e marítimos. Eram anos em que, em Setúbal, existia, por exemplo, uma cooperativa de pesca de cerco, cujo galeão se chamava *Libertário*, enquanto os buques tinham os nomes de personalidades anarquistas ou do livre pensamento como Pedro Kropotkine, Francisco Ferrer, Heliodoro Salgado, Emílio Zola. Na sede, as atividades sindicais de pescadores e marítimos cruzam-se com as atividades culturais tão valorizadas nessas associações, que iam até aos cursos de esperanto ou às aulas do tipo das existentes nas universidades livres e/ou populares. A Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar tinha também, para os filhos dos sócios, uma "escola livre" inspirada na pedagogia de Francisco Ferrer. A ditadura militar e o Estado Novo investem contra a Associação de Classe, fazendo rusgas no interior do edifício, expropriam-no e transformam-no na sede da Casa dos Pescadores, já segundo o modelo corporativo.[3]

Pelas suas atividades políticas e sindicais, Jaime Rebelo é sucessivamente preso na ditadura militar e no período de instauração e consolidação do Estado Novo.[4]

---

2 Estes autores referiam, nas conversas, muito do que escreveram em múltiplos artigos e em obras fundadoras. Do sociólogo e historiador João Freire destaco: *Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: o Anarquismo e o Operariado em Portugal 1900-1940*, tese de doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa — Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1988; "Sobre o anarquismo português e a Guerra de Espanha", em Fernando Rosas (coord.) *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 197-207. Do historiador César Oliveira, saliento: *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições O Jornal, 1987; "Jaime Rebelo: um homem para além do tempo", *História*, ano XVII (nova série), n.º 6, 1995.

3 Freire, João e Maria Alexandre Lousada (2013), *Roteiros da Memória Urbana. Setúbal. Marcas Deixadas por Libertários e Afins ao Longo do Século XX*, Lisboa, Colibri, pp. 30-31, 41.

A 20 de julho de 1928, é preso por envolvimento na chamada Revolta do Castelo: em Setúbal, assalta com outros civis o Quartel de Infantaria 11, no qual vários militares também se rebelam. Conhece então a esquadra de Setúbal e acaba por ser deportado para Moçâmedes (Angola), sendo depois transferido para Angra do Heroísmo (Açores), onde fica até fevereiro de 1931.

Após o regresso a Setúbal, nesse mesmo ano de 1931, envolve-se na greve dos pescadores que dura mais de três meses e faz parar a cidade, cujo setor industrial assentava nas conservas de peixe. Com vários percalços, o processo de luta levou, a dado passo, à prisão dos dirigentes, entre os quais Jaime Rebelo, que esteve encarcerado por algum tempo numa canhoneira ancorada no rio Sado.

Em 1934, participa na preparação da greve geral e da revolta do 18 de Janeiro, pertencendo ao Comité Revolucionário de Setúbal, tendo conhecimento das ações bombistas previstas. Falhada a revolta, foge para a serra da Arrábida. É preso a 2 de fevereiro. Da esquadra de Setúbal é enviado para a PVDE de Lisboa. Em abril, julgado em Tribunal Militar Especial, é condenado, acabando por ser deportado para Angra do Heroísmo (Açores). Todavia, "por afeção pulmonar", não cumpre toda a pena, sendo, em janeiro de 1936, enviado com residência fixa para Setúbal, com a obrigação de se apresentar semanalmente às autoridades.

É aquando desta prisão, de 1934, que corta a língua, com uma lâmina, que levara escondida no sapato, prevendo as torturas policiais. Na esquadra de Setúbal, usa a lâmina e é enviado para o Hospital da Misericórdia da cidade, antes de vir para Lisboa. A este episódio dedicou Jaime Cortesão um poema com a toada da *Nau Catrineta*, marcado pela admiração, mas também pela liberdade poética.

Romance do Homem de Boca Fechada

— Quem é esse homem sombrio
Duro rosto, claro olhar,
Que cerra os dentes e a boca
Como quem não quer falar?
— Esse é o Jaime Rebelo,
Pescador, homem do mar,
Se quisesse abrir a boca,
Tinha muito que contar.

4 Albérico Afonso Costa (2014), *Setúbal sob a Ditadura Militar. 1926-1933*, Setúbal, Instituto Politécnico de Setúbal-Escola Superior de Educação e Câmara Municipal de Setúbal, em especial pp.220-229, com transcrições de processos judiciais e administrativos. Arquivo particular de José Rebelo (correspondência, diário, cópias de processos judiciais e administrativos, entre outros). Diogo Filipe dos Santos Ferreira (2003), *Setúbal entre a República do Pós-Guerra e a Ditadura Militar*, tese de doutoramento em História Contemporânea, Nova FCSH. Diogo Ferreira (2024), *A Greve Geral Revolucionária de 18 de Janeiro de 1934 à Beira Sado: o Descuido Estratégico e a Ausência da Barcelona Portuguesa*, Setúbal, Centro de Estudos Bocageanos.

Ora ouvireis, camaradas,
Uma história de pasmar.

Passava já de ano e dia
E outro vinha de passar,
E o Rebelo não cansava
De dar guerra ao Salazar.
De dia tinha o mar alto,
De noite, luta bravia,
Pois só ama a Liberdade,
Quem dá guerra à tirania.
Passava já de ano e dia…
Mas um dia, por traição,
Caiu nas mãos dos esbirros
E foi levado à prisão.

Algemas de aço nos pulsos,
Vá de insultos ao entrar,
Palavra puxa palavra,
Começaram de falar:
— Quanto sabes, seja a bem,
Seja a mal, hás-de contá-lo,
— Não sou traidor, nem perjuro;
Sou homem de fé: não falo!
— Fala: ou terás o degredo,
Ou morte a fio de espada.
— Mais vale morrer com honra,
Do que vida desonrada!

— A ver se falas ou não,
Quando posto na tortura.
— Que importam duros tormentos,
Quando a vontade é mais dura?!

Geme o preso atado ao potro
Já tinha o corpo a sangrar,
Já tinha os membros torcidos
E os tormentos a apertar.
Então o Jaime Rebelo,
Louco de dor, a arquejar,
Juntou as últimas forças
Para não ter que falar.
— Antes que fale emudeça! —
Pôs-se a gritar com voz rouca,
E, cerce, duma dentada,

Cortou a língua na boca.

A turba vil dos esbirros
Ficou na frente, assombrada,
Já da boca não saía
Mais que espuma ensanguentada!

Salazar, cuidas que o Povo
Te suporta, quando cala?
Ninguém te condena mais
Que aquela boca sem fala!

Fantasma da sua dor,
Ainda hoje custa a vê-lo;
A angústia daquelas horas
Não deixa o Jaime Rebelo.
Pescador que se fez homem
Ao vento livre do mar,
Traz sempre aquela visão
Na sombra dura do olhar,
Sempre de boca apertada,
Como quem não quer falar.
Jaime Cortesão

Com o marido sucessivamente preso, a mulher de Jaime, Miquelina (o casamento ocorrera em 1922), não consegue sustentar os dois filhos. As crianças passam temporadas em casa de familiares e amigos. Entre outros locais, a menina Maria Miquel esteve abrigada na casa de outro antifascista cuja família vivia na cidade, o capitão Alfredo José Barroso, pai de Maria Barroso. O menino, Emílio Zola, acaba por ir para o orfanato. Durante esses difíceis anos, Miquelina trabalha no hospital de Setúbal, com um salário muito exíguo.[5]

Jaime Rebelo não consegue arranjar trabalho depois desta última prisão — como sucedeu com muitos antifascistas a quem nem o Estado nem muitos particulares davam emprego.

Em maio de 1936, escassos cinco meses após ter regressado de Angra e em regime de residência fixa em Setúbal, sem recursos nem trabalho, pede passaporte para ir para Marrocos.[6] Porém, após atravessar a fronteira, fica, como certamente era seu desejo, em Espanha, na qual, tendo a Frente Popular vencido as eleições, os movimentos sociais eram fortes e a esperança vasta.

Vai sozinho, a mulher não o acompanha, tanto mais que tinha corrido mal uma tentativa anterior de ir ter com ele a Angra do Heroísmo, quando aí estava deportado.

---

5 Arquivo José Rebelo; testemunho de José Rebelo, 2024-2025.
6 Costa, 2014: 227.

Moldura, em madeira e osso de galinha, feita por Jaime Rebelo em Gurs (01.02.1939)

Na Espanha republicana, acolhiam-se os exilados portugueses republicanos como Jaime Cortesão e o seu grupo (conhecido como os "Budas"), anarquistas como Germinal de Sousa, Manuel Firmo, ou José Rodrigues Reboredo, e comunistas.[7] Liga-se aos anarquistas espanhóis. Nos seus círculos, reencontra vários militantes portugueses, que trabalhavam em Espanha ou que lá passavam.

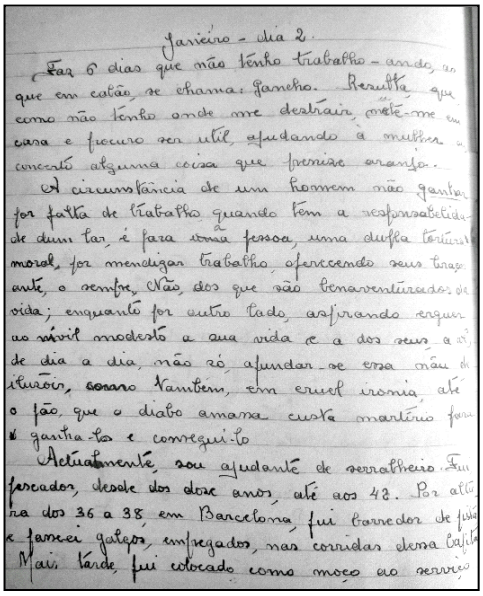
Desencadeada a guerra civil espanhola com o golpe militar de julho de 1936, Jaime Rebelo combate integrado nas forças de milicianos voluntários da Federación Anarquista Ibérica / Confederación Nacional del Trabajo. Esteve em várias frentes de batalha na zona de Málaga. Foi ferido e sucessivamente evacuado para Córdova e para Barcelona. Na cidade catalã, trabalha no canódromo. Nesse tempo em que já muitas áreas tinham sido tomadas pelos franquistas, conhece uma jovem refugiada basca, Eloísa, vinda de Santurce (perto de Bilbau), por ser irmã de um sindicalista. Começa uma nova relação sentimental. É na *Retirada* para França através dos Pirenéus que sabe que ela está grávida. Os homens são separados das mulheres, perdendo Jaime o rasto de Eloísa. Mais tarde sabe que voltara para Espanha e que nascera o filho, a quem Eloísa dera o nome do pai.[8]

Jaime Rebelo esteve internado no campo de refugiados de Gurs por largos meses. Em seguida, segue para a 184.ª Companhia de Trabalho em Montreuil-Bellay (Maine-et-Loire). Regressado ao campo de Gurs, quando a região é ocupada pelos nazis, é transferido para o campo de refugiados de Argelès-sur-Mer. Decide regressar a Portugal e pede a sua repatriação, mesmo sabendo o que o espera.[9]

---

7 Clímaco, Cristina (2017), *Republicanos, Anarquistas e Comunistas no Exílio (1927-1936)*, Lisboa, Colibri.

8 Costa (idem), pp. 227-229; testemunho de João Rebelo, 1988; testemunho de José Rebelo, 2024-2025; Arquivo José Rebelo.



Janeiro - dia 2

Faz 6 dias que não tenho trabalho - ando, ao que em cotão se chama: gancho. Resulta que como não tenho onde me distrair, meto-me em casa e procuro ser útil ajudando à mulher [illegible] concerto alguma coisa que precisa arranjo.

A circunstância de um homem não ganhar por falta de trabalho quando tem a responsabilidade dum lar, é para uma pessoa, uma dupla tortura moral, por mendigar trabalho oferecendo seus braços até, e sempre, não dos que são benaventurados da vida; enquanto for outro tudo, aspirando alguma modesto a sua vida e a dos seus a vir de dia a dia, não só afundar-se essa mãe de [illegible], como também, em cruel ironia, até o pão, que o diabo amassa custa mantêm-los e conseguí-lo

Actualmente, sou ajudante de serralheiro. Fui forçador, desde dos doze anos, até aos 42. Por alt na dos 36 a 38 em Barcelona, fui torneador de fu e fabricei galões, empregados, nas corridas dessa Capit Mais tarde, fui colocado como moço ao serviço

Diário de Jaime Rebelo (02.01.1947)

Atravessa a fronteira portuguesa a 3 de dezembro de 1940 e é preso.[10] Enviado para o Aljube, é transferido depois para Peniche. Em maio de 1941, é libertado por estar tuberculoso.

Vai tentando recuperar e trabalhar esporadicamente como ajudante de serralheiro em navios ou mesmo nos estaleiros navais da Parry & Son. Mas, em 1947, adoece novamente e acaba por passar anos, com intermitências, no Hospital da Ajuda e nos sanatórios de Portalegre, da Flamenga e da Guarda. Ainda em 1956 António Sérgio lhe escrevia a assegurar-lhe consulta na pneumologia, agora do Hospital de Santa Maria.[11]

Tendo a revolta de 1934 e os atentados bombistas de 1937 representado as últimas grandes ações anarquistas, o percurso de Jaime Rebelo enquadra-se nesse tempo de refluxo. Contudo, mantém os contactos com outros anarquistas e republicanos — como, por exemplo, o amigo de toda a vida Jaime Silva ou José Correia Pires, Germinal de Sousa, Aquilino Ribeiro e António Sérgio.[12]

O seu percurso continua a ser de pobreza. Não tem emprego certo e agarra os trabalhos ocasionais que aparecem em oficinas ou estabelecimentos de vizinhos. Vive com a mulher, Miquelina, os filhos e o neto em Cacilhas. Depois, os filhos organizam a sua própria vida e saem de casa. Quando o neto se faz homem, e trabalha no jornal oposicionista *República*, é que surge o primeiro emprego duradouro de

9 Costa, *ibidem*, pp. 227-229; Arquivo José Rebelo.
10 Costa, *ibidem*, p. 229; Arquivo José Rebelo.
11 Arquivo José Rebelo.
12 Arquivo José Rebelo.

Jaime Rebelo ao fim de muitos anos. Assim, é em 1968 que Jaime Rebelo vai trabalhar como revisor tipográfico para o *República*, no qual também trabalhava o anarquista Francisco Quintal.[13]

Entretanto, Eloísa, sabendo que Jaime Rebelo era de Setúbal, acabara por conseguir contactar a sua família: o filho, já crescido, viera conhecer o pai e a família a Portugal. Jaime Rebelo retoma o contacto com Eloísa.[14]

Em 1969, José Rebelo toma o caminho do exílio, para não ir para a guerra colonial, indo para França e vindo a trabalhar no jornal diário *Le Monde*.

O avô estava em Portugal, trabalhava no *República*, num quotidiano agora mais estabilizado. Tendo ficado viúvo em dezembro de 1969, casa em 1973 com Eloísa. De acordo com o testemunho do neto, antes do casamento, Jaime Rebelo teve uma longa reunião com os filhos em que lhes explicou ser esta a única maneira de pagar uma dívida a quem nunca o esquecera.[15] Jaime e Eloísa foram, então, morar para a Calçada de S. Francisco, para uma casa pertencente a um amigo.

Em janeiro de 1974, Jaime Rebelo acompanha Emídio Santana, Moisés Ramos e José Francisco a um colóquio no Centro Nacional de Cultura. Os anarquistas falam das suas antigas lutas, das ideias que as moviam e das circunstâncias vividas. Sentem um novo interesse pelo velho mundo anarquista e espantam-se com um público juvenil que enchia a sala e se tinha sentado no chão para os ouvir.[16] Aproximava-se o 25 de Abril.

Jaime Rebelo vive intensamente os dias da libertação, desfilando no Primeiro de Maio. Setúbal chama-o. Com a sua voz fraca, preside honorariamente à assembleia constituinte do novo Sindicato dos Pescadores. Logo a 25 de maio, a cidade procede a uma mudança simbólica no espaço urbano: a avenida da beira-mar, que se chamava Avenida Henrique Tenreiro, passou a Avenida Jaime Rebelo, o Homem da Boca Cerrada. Na cerimónia, o sobrinho intervém em nome da família, seguindo-se a futura deputada do PCP Odete Santos que declama o poema de Jaime Cortesão.[17]

O casal mora muito perto do *República*, no qual Jaime trabalhava, e relativamente perto da sede do jornal *A Batalha* e do Movimento Libertário Português, que tinha sido inaugurada na Graça. Jaime Rebelo encontra-se com outros companheiros anarquistas na sede e ocupa-se do relançamento de *A Batalha*, antigo jornal diário da CGT, iniciativa de uma cooperativa editora então criada. Também participa na criação do jornal *A Voz Anarquista*, editado pelo Centro de Cultura Libertária de Almada.[18]

---

13 Testemunho de José Rebelo, 2024-2025; testemunho de João Freire, 2012 e 2025; testemunho de Carlos Júlio, 2025.

14 Testemunho de João Rebelo, 1988; testemunho de José Rebelo, 2024-2025.

15 Testemunho de José Rebelo, 2024-2025.

16 Francisco, José (1982), *Episódios da Minha Vida Familiar e de Militante Confederal*, Lisboa, Editorial Sementeira, pp. 73-76.

17 Arquivo particular de João Rebelo (discurso, cassetes, textos).

18 Testemunho de João Freire, 2012 e 2025; testemunho de Carlos Júlio, 2025.

Continua a ir a Setúbal a casa de familiares, mas também ao novo Sindicato dos Pescadores. Aí assiste às tensões entre socialistas e comunistas de várias sensibilidades e organizações. Nos inícios de 1975, discutia-se a questão da chamada "unidade sindical" *versus* "unicidade sindical" (admissão da possibilidade de mais de uma central sindical ou obrigatoriedade de uma só central sindical). Naquela conjuntura, a primeira posição era defendida no mundo laboral pelos socialistas, sociais-democratas e pelos pouquíssimos anarquistas então existentes, enquanto a segunda era sustentada pelos comunistas e por outras sensibilidades presentes na Intersindical, criada na clandestinidade em 1970, legalizada com a Revolução e sendo, em termos de imagem pública, associada ao PCP. Jaime Rebelo, que vivera as tensões entre comunistas e anarquistas nos anos de 1920 e 1930 em Portugal e em Espanha, volta a sentir as divisões no mundo laboral, ainda que com contornos opostos. No mês de janeiro de 1975, numa reunião mais intempestiva, o anarquista Jaime Rebelo entristece-se com o clima e abandona a reunião. Apanha a camioneta para Cacilhas, atravessa o rio e vai para casa. Sente-se mal.[19] Morre no hospital pouco depois, em Lisboa, a 7 de janeiro de 1975.

O neto não se lembra de alguma vez o ter visto rir, apenas sorrir. E lembra-se do tom baixo com que falava.

O sobrinho descreveu-o assim: "O tempo, as lutas e as deceções haviam transformado o Rebelo num homem solitário, tímido, fechado consigo próprio. Mas nunca abdicou dos seus princípios de liberdade, justiça e amor."[20]

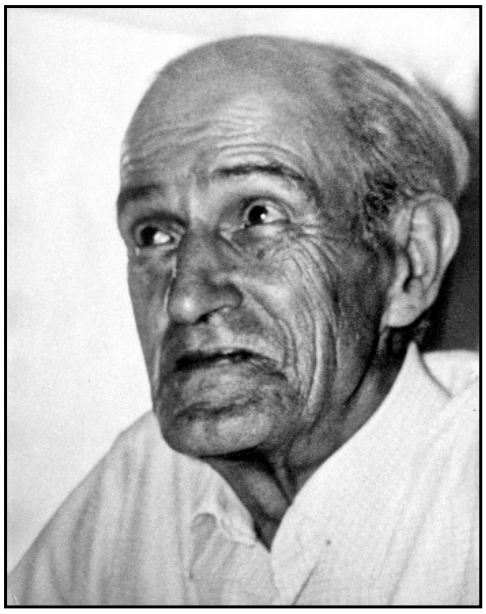
O jornal no qual trabalhava noticia a sua morte e traça-lhe o perfil: "Era um companheiro admirável e que todos nós estimávamos. Sereno, calmo, com um sorriso quase impercetível nos lábios e que os olhos refletiam com uma vaga tonalidade de tristeza, este era o homem e o amigo querido que, subitamente, vitimado por uma trombose, nos deixou para sempre."[21]

E eu, que apenas ouvi a gravação da assembleia constituinte do Sindicato dos Pescadores de 1974, mal consigo decifrar um fio de voz ténue que apela aos pescadores para que, nos sindicatos, não confiem nos indivíduos que lhes querem dar finalidades políticas, falando enquanto "militante, camarada, que tem nas suas entranhas uma ideia, ideia que é a da confraternização de todos os trabalhadores".[22] Os tempos tinham mudado. A libertação, por um lado, mas nem sempre a irmandade com que sonhara.

---

19 Testemunho de José Rebelo, 2024-2025.
20 Discurso de João Rebelo, 25/05/1974 em Arquivo João Rebelo.
21 *República*, 7/1/1975, p. 12.
22 Cópia de cassete existente no Arquivo João Rebelo.

A memória



Jaime Rebelo (29.04.1974)

De Jaime Rebelo ficou-nos a memória.

São as ruas em Setúbal e na Cova da Piedade. É o poema de Jaime Cortesão. São os textos e os objetos na posse de José Rebelo.

Se, como diz Walter Benjamin, a memória é a mais épica das faculdades, tem de atender à firmeza, mas também ao desalento de quem sabe que a sua luta significa miséria para si e para os seus, já que o Estado Novo atuava pela repressão direta assim como, no quotidiano, pelo medo entranhado na sociedade. Com a sua enorme coragem, Jaime Rebelo atuou e protegeu outros camaradas ao cortar a própria língua para não os denunciar. Mas os efeitos deste e de outros dos seus gestos foram muito duros para si e para a família.

Jaime Rebelo teve também a preocupação de documentar as vidas dos "de baixo", salvando e guardando seja o livro de visitas da Escola Livre, inspirada em Ferrer, frequentada por meninos filhos de marítimos, seja a pintura a óleo do *Cerco Libertário*. Um e outro estavam na sede da Associação dos Trabalhadores do Mar de Setúbal quando esta foi invadida pela polícia política em 1931.[23] O quadro foi para a parede da sede do jornal anarquista *A Batalha* quando este passou a ter uma sede depois do 25 de Abril.

---

23 Rodrigues, Edgar (1981), *Os Anarquistas e os Sindicatos*. Portugal. 1911-1922, Lisboa, Editorial Sementeira, pp. 224-240; Rodrigues, Edgar (1982), *A Oposição Libertária em Portugal*. 1939-1974, Lisboa, Editorial Sementeira, p. 197.

Jaime Rebelo guardou as cartas recebidas, os rascunhos das cartas enviadas para a família e os amigos, recortes de jornal, objetos de madeira e osso pacientemente feitos, enganando as horas, nos campos de refugiados de Gurs e Argelès-sur-Mer, dando tudo isto ao neto, José Rebelo, que também guardou as cartas da avó Miquelina e de Eloísa.

Urge preservar estes materiais, estudá-los e entendê-los para fazer uma biografia do anarquista setubalense, que começou por ser pescador, lutou pela classe, lutou contra o fascismo em Espanha e depois fez o que conseguiu fazer para sobreviver, até ser revisor tipográfico do jornal *República*. É, no mínimo, invulgar a situação de ser um neto a conseguir um trabalho permanente para um avô quase a chegar aos 70 anos, ao fim de muitos anos de procura. Foi este o regime a que o 25 de Abril pôs fim. O neto pôde então regressar do exílio, primeiro numa breve visita e depois de vez. O avô, que já tinha trabalho certo no *República*, pôde abraçar o neto. E finalmente… os pássaros puderam voar.

Fontes

Arquivos

Arquivo particular de José Rebelo (correspondência, diário, cópias de processos judiciais e administrativos, entre outros)
Arquivo particular de João Rebelo (discurso, cassetes, textos)

Testemunhos

Testemunho de João Rebelo, 1981 e 1988
Testemunho de José Rebelo, 2024-2025
Testemunho de Carlos Júlio, 2025

Periódicos

República, 7/1/1975

Referências bibliográficas

Costa, Albérico Afonso (2014), *Setúbal sob a Ditadura Militar, 1926-1933*, Setúbal, Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação, Câmara Municipal de Setúbal, em especial pp. 220-229, com transcrições de processos judiciais e administrativos.
Arranja, Álvaro (2016), *Jaime Rebelo: O Homem da Boca Cerrada*, Setúbal, Centro de Estudos Bocageanos.
Barraca, A, *Viva la Vida* [1996].

Clímaco, Cristina (2017), *Republicanos, Anarquistas e Comunistas no Exílio (1927-1936)*, Lisboa, Colibri.
Freire, João, e Maria Alexandre Lousada (2013), *Roteiros da Memória Urbana, Setúbal: Marcas Deixadas por Libertários e Afins ao Longo do Século XX*, Lisboa, Colibri.
Francisco, José (1982), *Episódios da Minha Vida Familiar e de Militante Confederal*, Lisboa, Editorial Sementeira.
Oliveira, César (1995), "Jaime Rebelo: Um Homem para Além do Tempo", *História*, ano XVII, 6.
Oliveira, César (1987), *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições O Jornal.
Rodrigues, Edgar (1981a), *A Resistência Anarco-Sindicalista à Ditadura: Portugal 1922-1939*, Lisboa, Editora Sementeira.
Rodrigues, Edgar (1981b), *Os Anarquistas e os Sindicatos: Portugal, 1911-1922*, Lisboa, Editorial Sementeira.
Rodrigues, Edgar (1982), *A Oposição Libertária em Portugal: 1939-1974*, Lisboa, Ed. Sementeira.

Mais de 50 personalidades do mundo académico, do jornalismo e da política surgem juntos no livro de homenagem a José Rebelo, em iniciativa que o próprio reconhece como sendo o que "um professor em fim de carreira mais pode desejar… e raramente consegue".
Testemunhos, de justeza e admiração, evocam o cronista da Revolução de Abril, patente no milhar de artigos que redigiu, como correspondente permanente em Lisboa, para o diário francês Le Monde; o inabalável apego à liberdade e à defesa dos direitos humanos, bandeiras de um ativismo cívico singular; e o pioneirismo nos estudos de comunicação, que instituiu, dirigiu e lecionou em diversas universidades, com destaque para o Iscte-IUL que, em 2019, o distinguiu com o título honorífico de professor emérito.
Outros ensaios, de matriz inédita e original, elaboram sobre o poder do discurso, o serviço público de televisão, a democracia cultural, o poder político moderno, a neutralidade humanitária versus a objetividade jornalística e, aroma dos tempos, o novo ethos dos influenciadores digitas e o reivindicar da soberania digital no ciberespaço
Memórias e novos desafios oferecidos a uma carreira de décadas do jornalista-professor ou professor-jornalista, como uns ou outros o reconhecem, dando-lhe a deixa para trazer Camões em seu auxílio, assumindo que "nem me falta na vida honesto estudo, com longa experiência misturado".

O repórter fez o relato de um país em transformação. O professor ajudou a compreender como esses relatos moldam a visão da realidade. Ambos, repórter e professor, mostram que a democracia precisa de jornalistas livres, mas também de cidadãos informados e críticos.
Edite Estrela

Na sua vida, como professor e cidadão, Rebelo sempre se manteve fiel à verdade factual. As diferenças políticas legítimas não são sobre o chão da realidade, que é a mesma para todos que a habitam, mas sobre o que podemos e devemos fazer dela.
Viriato Soromenho-Marques

José Rebelo foi sempre um jornalismo com rosto, com nome, com opinião, identificável. Jornalista de causas, mas não de causas próprias.
Pedro de Pezarat Correia

En ces années qui ont suivi les journées révolutionnaires de 1968, nous avons en commun la même passion, la même volonté de transformer le monde.
Michel Froeschlé

Ao dar por finda "uma bem-sucedida experiência" nos média, estava a encerrar igualmente "um período de transição", em que se tinham cruzado "legitimidades inerentes ao jornalismo e à docência", um tempo em que o protagonista se sentiu impelido (compelido?) a anotar no cartão de visita "professor universitário e jornalista" ou "jornalista e professor universitário".
Alexandre Manuel

ISBN 978-989-584-301-5